ISFIC

INSTITUTO SUPERIOR DE FORMAÇÃO, INVESTIGAÇÃO E CIÊNCIA

REVISTA ESPECIALIZADA EM INVESTIGAÇÃO E CIÊNCIA

ALBA

ISFIC RESEARCH AND SCIENCE JOURNAL

ONDE NASCE A CIÊNCIA

NÚMERO: 10 | VOLUME 01 | 1ª EDIÇÃO | 10 DE DEZEMBRO de 2025 |ISSN PRINT: 3006-2489
ISSN ONLINE: 3006-2470

MENSAGEM DE
ARMINDA DA CONCEIÇÃO JANFAR
ADMINISTRADORA GERAL



Estimados leitores, investigadores e membros da RIAL,

É com um profundo sentido de propósito e entusiasmo que o **Instituto Superior de Formação, Investigação e Ciência (ISFIC)** se dirige a vós, por meio da nossa revista científica, a **ALBA - ISFIC Research and Science Journal**, para assinalar a publicação desta edição especial.

Celebração do Conhecimento Partilhado: Esta edição é integralmente dedicada à compilação dos artigos científicos de excelência apresentados no **VII Simpósio de Economia e Gestão da Lusofonia**, um evento crucial realizado na histórica **Universidade de São Tomé e Príncipe** entre os dias **1 e 4 de Julho**. O ISFIC orgulha-se de, em parceria com a **Rede Internacional Académica da Lusofonia (RIAL)**, ser o veículo que transporta as conclusões e as inovações discutidas sob o lema fundamental: **"Economia Azul e Sustentabilidade: Desafios e oportunidades para economias insulares e em desenvolvimento"**.

O Foco no Futuro Sustentável: A escolha deste tema não poderia ser mais oportuna. As nações lusófonas, com as suas vastas extensões costeiras e a presença significativa de Estados Insulares em Desenvolvimento (SIDS), estão na linha da frente dos desafios ambientais e económicos globais. O nosso futuro, o futuro de muitas das nossas comunidades, está intrinsecamente ligado à **saúde dos nossos oceanos** e à **capacidade de gerir os recursos marinhos de forma sustentável**.

Esta coleção de artigos reflete a riqueza e a diversidade do pensamento académico dentro da Lusofonia, oferecendo soluções baseadas em evidências para:

- **Mitigar vulnerabilidades** das economias insulares.
- **Aproveitar o potencial** inexplorado dos recursos oceânicos.
- **Promover a inovação** na gestão ambiental e económica.

Um compromisso com a investigação e a RIAL: Como Administradora Geral do ISFIC, reafirmo o nosso compromisso inabalável em apoiar a investigação que gera **impacto real** e que contribui para o desenvolvimento sustentável. A parceria com a RIAL neste simpósio demonstrou o poder da **cooperação transnacional** e da partilha de conhecimento para enfrentar desafios comuns. Os trabalhos aqui reunidos são a prova de que a nossa comunidade académica está ativamente empenhada em moldar um futuro onde a prosperidade económica caminha lado a lado com a responsabilidade ambiental.

Um Convite à Reflexão: Convido todos os leitores — académicos, estudantes, decisores e profissionais — a mergulharem neste conhecimento. Que estas páginas inspirem novas linhas de investigação, fundamentem políticas públicas mais robustas e reforcem o nosso coletivo esforço para construir uma **Lusofonia Azul** próspera e sustentável.

Agradeço a todos os autores pela dedicação e à equipa da ALBA pela excelência na publicação.

Com os melhores cumprimentos,

Arminda da Conceição Janfar

MENSAGEM DE
RODRIGUES ZICAI FAZENDA
DIRECTOR GERAL



Estimada Comunidade Científica, caros colegas e parceiros da RIAL,

É um privilégio para o **Instituto Superior de Formação, Investigação e Ciência (ISFIC)**, através da sua prestigiada publicação **ALBA - ISFIC Research and Science Journal**, apresentar esta edição especial que condensa o vibrante intercâmbio científico do **VII Simpósio de Economia e Gestão da Lusofonia**.

O Fórum do Pensamento Estratégico: Realizado de **1 a 4 de julho** na acolhedora **Universidade de São Tomé e Príncipe**, e organizado com o dinamismo da **Rede Internacional Académica da Lusofonia (RIAL)**, este Simpósio destacou-se pela relevância do seu lema: **"Economia Azul e Sustentabilidade: Desafios e oportunidades para economias insulares e em desenvolvimento"**.

Para o ISFIC, que tem na investigação e formação de excelência a sua missão central, esta temática é de importância capital. Ela convoca a academia a ir além da teoria e a propor soluções concretas para as complexas realidades socioeconómicas e ambientais dos nossos países.

A essência desta publicação: Os artigos científicos reunidos nesta edição não são meros registos; são a **vanguarda do pensamento** sobre como as nações lusófonas podem harmonizar o desenvolvimento económico com a preservação dos seus ecossistemas marinhos. Estes trabalhos oferecem perspetivas críticas e inovadoras sobre:

- **Modelos de Governança** para a Economia Azul.
- **Financiamento de Projetos** de Sustentabilidade Costeira.
- **Estratégias de Resiliência** face às Alterações Climáticas nos SIDS (Pequenos Estados Insulares em Desenvolvimento).

O mérito reside na sua capacidade de transformar desafios — como a vulnerabilidade insular ou a dependência de recursos tradicionais — em **oportunidades de crescimento e inovação**.

O compromisso ISFIC-RIAL: A publicação destes resultados reforça o papel do ISFIC como um **pilar na investigação lusófona**. A nossa colaboração com a RIAL demonstra que o futuro da investigação reside na **cooperação transfronteiriça** e na utilização da ciência como ferramenta de desenvolvimento.

Agradeço e felicito calorosamente todos os investigadores cujos trabalhos enriquecem esta edição. A sua dedicação é fundamental para o avanço da Ciência Económica e da Gestão nos nossos países. Que este repositório de conhecimento sirva de mapa para os nossos líderes, gestores e futuros cientistas, guiando-os na construção de uma economia que é simultaneamente próspera e profundamente respeitadora do nosso planeta.

Com votos de excelente leitura e inspiração para a próxima geração de investigadores,

Rodrigues Zicai Fazenda

Fundadores da Revista ALBA-ISFIC Research and Science Journal







ALBA
ISFIC RESEARCH AND SCIENCE JOURNAL

ALBA - ISFIC RESEARCH AND SCIENCE JOURNAL
ISSN PRINT: 3006-2489; ISSN ONLINE: 3006-2470
1ª Ed, Vol. 1, No. 10, Dezembro, 2025
https://alba.ac.mz/index.php/alba/issue/view/13
albaisfic@gmail.com; alba@isfic.ac.mz

Marca ALBA-Licenciada pelo Instituto de Propriedade Industrial. Processo número 53583

FICHA TÉCNICA

NÚMERO 10, VOLUME 1, 1ª EDIÇÃO, 2025

ISFIC Research and Science Journal **"ALBA" é uma publicação semestral de carácter científico - académico, propriedade do Instituto Superior de Formação, Investigação e Ciência (ISFIC), com sede na Av. Emília Daússe, 1990, Bairro do Alto Maé 1100, Casa da Educação da Munhuana, na Cidade de Maputo - Moçambique Os artigos publicados são da inteira responsabilidade dos seus autores.**

EQUIPA EDITORIAL
Administradora Geral: Arminda da Conceição Janfar
Director Geral: Rodrigues Zicai Fazenda
Editor: Alexis García Ponce de León

Desenho Gráfico: Alexis García Ponce de León, Alba Ciana Milan e Jaqueline Maria Janfar

Revisores linguísticos: Jose Elias Machado, Alba Ciana Milan e Valentim Isidro Raposo – ISFIC; Rogério Fernandes Romão – UJC (Universidade Joaquim Chissano) e Edvino Bunguene - ISFIC.
Gestora Financeira: Soraia Janfar

Assessor Científico: RIAL (Rede Internacional Académica da Lusofonia)

LINK: https:/alba.ac.mz

REVISORES DE PARES

- Professor Catedrático Pedro Vita - Universidade Kimpa Vita-Angola
- Prof. Doutor Fidele Mampuya Kinda - Universidade Kimpa Vita- Angola
- Prof. Doutor João Samartinho – Santarém Polytechnic University - Portugal
- Prof. Doutor Gilmar Conceição- Universidade Licungo- Moçambique
- Prof. Doutor Tomé Francisco Chicombo - Instituto Superior Politécnico de Gaza- Moçambique
- Prof. Doutor Alberto Chicafo Mulenga - Universidade Eduardo Mondlane- Moçambique
- Profª Doutora Sheila Gomes – Universidade do Mindelo – Cabo Verde
- Doutora Sheyla Ratan Rodrigues Cassy - Universidade Eduardo Mondlane- Moçambique
- Profª. Doutora Jaqueline Fátima Roman - Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná - Brasil
- Prof. Doutor Jorge Michel Ruiz Canizares - Universidade Matanzas de Cuba
- Prof. Doutor Bernardo Pemba – Universidade do Namibe - Angola
- Prof. Doutor Victorino Muhuva - Atlantic International University – EUA
- Prof. Doutor Cornélio Abdul Issufo Ismael Mussá – Universidade São Tomás de Moçambique

ALBA
ISFIC RESEARCH AND SCIENCE JOURNAL
ALBA - ISFIC RESEARCH AND SCIENCE JOURNAL
ISSN PRINT: 3006-2489; ISSN ONLINE: 3006-2470
1ª Ed, Vol. 1, No. 10, Dezembro, 2025
https://alba.ac.mz/index.php/alba/issue/view/13
albaisfic@gmail.com; alba@isfic.ac.mz

Indice		Paginas	Numero na Alba
1	Editorial	1	

ECONOMIA, FINANÇAS E DESENVOLVIMENTO SUETENTÁVEL

2	Análise empírica da volatilidade da taxa de câmbio como factor explicativo da inflação em Angola **Bianda Honório Jorge Maindo** (Universidade Agostinho Neto - Angola)	2-14	492
3	Aplicabilidade estratégica do método de imputação racional dos encargos fixos no Banco Angolano de Investimentos (2018 a 2021) **António Kinanga Paulo João** **(**Universidade Kimpa Vita - Angola)	15-29	501
4	Análise econométrica da relação entre evolução populacional e crescimento económico em Angola (1980-2023) **Nsambu Luyadidio** (Universidade Kimpa Vita –Angola)	30-42	554
5	Comportamento de Consumo das Famílias Angolanas frente a renda, riqueza, preços e dívidas (1990-2022) **Nanikondua Zuza** (Universidade Kimpa vita - Angola)	43-52	584
6	O futuro da economia está nas mãos das mulheres: uma reflexão sobre as políticas inclusivas para as Zungueiras de Angola e Mukeristas de Moçambique, face ao fomento de crescimento **Zola Morena** (Instituto Superior Alvorecer da Juventude – Angola**)**	53-67	686
7	Gestão do turismo em Angola: Entre a "visão global" e a "prova local" **Domingos Sete** (Universidade de Aveiro - Portugal)	68-83	706
8	Avaliação das estratégias de Marketing de Relacionamento aplicadas a competitividade das IES em Maputo **Obadias Benjamim Machine, Quentino Agostinho Razão e Cornélio Abdul Mussá** (Universidade São Tomás de Moçambique e Universidade Pedagógica- Moçambique)	84-99	713
9	O encorajamento do género: Uma nação empoderada pelas feministas Curdas **Elídio Sozinho Manuel** (Instituto Superior Politécnico Alvorecer da Juventude – Angola)	100-113	723
10	Infraestrutura e acesso a mercados das MPMES em Moçambique **Stélio E. M. Bila** (Universidade São Tomás de Moçambique - Moçambique)	114-127	809
11	Impacto da carga fiscal na sobrevivência e competitividade das MPMEs em Moçambique **Stélio E. M. Bila** (Universidade São Tomás de Moçambique - Moçambique)	128-143	810
12	Formalizar para crescer? Uma abordagem empírico-institucional sobre MPMEs e o desenvolvimento empresarial em Moçambique **Stélio E. M. Bila** (Universidade São Tomás de Moçambique - Moçambique)	144-157	811
13	Impacto da segurança social obrigatória na qualidade de vida socioeconómica dos Pensionistas do INSS em Moçambique **Quentino Agostinho Razão, Obadias Benjamim Machine, Agostinho Vontade e Luís Francisco Bofana**	158-176	813

ALBA - ISFIC RESEARCH AND SCIENCE JOURNAL
ISSN PRINT: 3006-2489; ISSN ONLINE: 3006-2470
1ª Ed, Vol. 1, No. 10, Dezembro, 2025
https://alba.ac.mz/index.php/alba/issue/view/13
albaisfic@gmail.com; alba@isfic.ac.mz

	(Universidade São Tomás de Moçambique e Universidade Católica de Moçambique - Moçambique)		
14	Desempenho institucional do INSS em Moçambique: eficiencia e desafios da sustentabilidade da segurança social **Quentino Agostinho Razão, Obadias Benjamim Machine e Cornélio Abdul Mussá** (Universidade São Tomás de Moçambique e Universidade Pedagógica- Moçambique)	177-193	814
15	Impacto das Redes Sociais no comportamento de consumidores jovens: Um estudo sobre uso de redes sociais entre 18 e os 25 anos de idade **Filipe Naftal Filimone** (Instituto Superior Guaza Muthine - Moçambique)	194-209	817
16	Análise da gestão da qualidade total da educação nas Instituições do Ensino Superior em Maputo **Obadias Benjamim Machine, Quentino Agostinho Razão e Cornélio Abdul Mussá** (Universidade São Tomás de Moçambique e Universidade Pedagógica- Moçambique)	210-226	825
17	Análise das políticas públicas de emprego e formação profissional dos jovens em Moçambique – o caso da Empresa A em Maputo de 2017-2019 **Obadias Benjamim Machine, Quentino Agostinho Razão e Cornélio Abdul Mussá** (Universidade São Tomás de Moçambique e Universidade Pedagógica- Moçambique)	227-238	826
18	Prime Rate e o Ambiente de Negócios em Moçambique: Desafios, oportunidades e implicações para investidores **Rodrigues Zicai Fazenda, Marc Jacquinet, Teresa A. Oliveira, Carlitos V. Massingue e Valentim I. Raposo** (Instituto Superior de Formação, Investigação e Ciência - Moçambique, Universidade Aberta de Lisboa – Portugal, Universidade Técnica de Moçambique (UDM) – Moçambique)	239-250	

ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

19	Breve reflexão sobre o poder incisivo da corrupção e as suas Vítimas-Cúmplices **Elídio Sozinho Manuel** (Instituto Superior Politécnico Alvorecer da Juventude - Angola)	251-266	617
20	Análise crítica da gestão de crise da greve eos ex-trabalhadores Moçambicanos destacados da República Democrática Alemã "Madgermanes" **Pedro Tomás Matola** (Instituto Superior de Formação, Investigação e Ciência – Moçambique)	267-280	676

EDUCAÇÃO

21	Ensino técnico-profissional em contexto de cooperação: Contributos do Projeto *ERGUES* (São Tomé e Príncipe) **Esmael Fernandes e Leonor Santos** (Projecto ERGUES - São Tomé e Príncipe)	281-298	601
22	Análise da qualidade de Educação nas Instituições do Ensino Superior em Maputo **Obadias Benjamim Machine, Quentino Agostinho Razão e Cornélio Abdul Mussá**	299-316	714

ALBA - ISFIC RESEARCH AND SCIENCE JOURNAL
ISSN PRINT: 3006-2489; ISSN ONLINE: 3006-2470
1ª Ed, Vol. 1, No. 10, Dezembro, 2025
https://alba.ac.mz/index.php/alba/issue/view/13
albaisfic@gmail.com; alba@isfic.ac.mz

	(Universidade São Tomás de Moçambique e Universidade Pedagógica-Moçambique)		

COMUNICAÇÃO

23	Ambidestria Corporativa e a Transformação digital: Uma Análise da Competitividade e Desenvolvimento e Competências no Futuro da Comunicação e Jornalismo **Paulo Alberto Uache** (Universidade São Tomás Moçambique – Moçambique)	317-328	506

INFORMÁTICA E ELECTRÓNICA

24	Desenvolvimento de uma aplicação mobile para consulta das normas e estatutos da Universidade Kimpa Vita **Jaime César Manuel, Cristóvão Wilson Francisco Germias e José Mário João** (Universidade Kimpa Vita - Angola)	329-340	525
25	Plataforma para localização de documento "Wana" **José Conde Pinto, Filomeno de Oliveira Segundo e Luzizila Salambiaku** **(**Universidade Kimpa Vita - Angola)	341-347	541
26	Tecnologias de informação e comunicação (TICS) no desenvolvimento da Sociedade e na unificação dos seres humanos, com foco particular na província do Uíge, em Angola **Paulo Miezi João e Atungulo Kabakaba** (Universidade Kimpa Vita - Angola)	348-362	621
27	Sistema de vigilância e acionamento de alarme de perigos **António Nataniel João Fernandes, Enoki Matumona Malungu Kakozungilau e Luzizila Salambiaku** (Universidade Kimpa Vita - Angola)	363-373	657

SAÚDE E AMBIENTE

28	Desidratação em idosos institucionalizados: Uma Revisão Bibliográfica Abrangente **Ana Patrícia Carvalho e Marta Rosa** (Instituto Politécnico de Santarém - Portugal)	374-392	530
29	A Gestão de resíduos sólidos na província do Uíge-Angola **Cláudia Maria Furtado Paulo, Khokhy Sefo Maria Barros e Emmanuel Paulo Dala Zua** (Universidade Kimpa Vita, Instituto Superior Politécnico de N´Dalatando Cuanza Sul, Instituto Sperior Politécnico do Bita – Angola)	393-405	536
30	Globalização e meio ambiente: Atitudes dos turistas em épocas festivas nas praias de Moçambique **Ana Felisberto Mussafo Cunha e Dércio dos Santos Teresa Abreu** (Universidade Católica de Moçambique - Moçambique)	406-420	655

ALBA - ISFIC RESEARCH AND SCIENCE JOURNAL
ISSN PRINT: 3006-2489; ISSN ONLINE: 3006-2470
1ª Ed, Vol. 1, No. 10, Dezembro, 2025
https://alba.ac.mz/index.php/alba/issue/view/13
albaisfic@gmail.com; alba@isfic.ac.mz





João Samartinho
(Secretário Executivo e Associado Honorário da RIAL)



Rodrigues Zicai Fazenda
(Associado Honorário da RIAL)



Rogério F. Romão
(Tesoureiro e Associado Honorário da RIAL)

EDITORIAL

VII Simpósio de Economia e Gestão da Lusofonia – Rumo à economia azul e sustentabilidade

É com imensa satisfação que a ALBA - ISFIC Research and Science Journal acolhe e publica a coleção de artigos científicos resultantes do VII Simpósio de Economia e Gestão da Lusofonia, um evento marcante realizado de 1 a 4 de julho na bela e estratégica Universidade de São Tomé e Príncipe.

O foco temático e a sua urgência

Sob o lema perspicaz "Economia Azul e Sustentabilidade: Desafios e oportunidades para economias insulares e em desenvolvimento", este simpósio, organizado pela Rede Internacional Académica da Lusofonia (RIAL), tocou um nervo crucial no desenvolvimento global contemporâneo, especialmente para as nações de língua portuguesa. A Economia Azul representa um paradigma de desenvolvimento sustentável que equilibra o crescimento económico, a inclusão social e a preservação dos ecossistemas marinhos e costeiros. Para os países insulares e em desenvolvimento, muitos dos quais na Lusofonia, esta não é apenas uma opção, mas sim um imperativo estratégico. O tema ressaltou a necessidade urgente de:

- Diversificar as economias para além das fontes tradicionais.
- Promover a gestão sustentável dos recursos marinhos (pescas, aquacultura, turismo costeiro).
- Mitigar os impactos das alterações climáticas, como a subida do nível do mar e a acidificação dos oceanos.

A contribuição dos artigos

Os trabalhos de investigação aqui apresentados — fruto de um diálogo vibrante e multidisciplinar — oferecem novas perspetivas e soluções concretas para os desafios identificados. Abrangendo áreas desde a gestão de recursos naturais, financiamento para a sustentabilidade, políticas públicas para o desenvolvimento costeiro, até a inovação em setores como o transporte marítimo e a energia oceânica, estes artigos representam um valioso repositório de conhecimento para decisores políticos, académicos e profissionais.

Esta publicação é um testemunho do compromisso da RIAL em fomentar a cooperação científica e a troca de saberes entre os países da Lusofonia. É um apelo à ação para que as conclusões aqui vertidas se transformem em políticas eficazes e em práticas sustentáveis que beneficiem as comunidades e protejam o nosso património oceânico comum.

Um olhar para o futuro

A ALBA - ISFIC Research and Science Journal orgulha-se de ser a plataforma que amplifica estas vozes e visões. Que este volume não seja apenas um registo de um evento passado, mas sim um catalisador para futuras investigações e colaborações que impulsionem a transição para uma Economia Azul mais justa e sustentável em todo o espaço lusófono e além.

Parabéns a todos os autores, à RIAL e à Universidade de São Tomé e Príncipe pelo sucesso do simpósio e pela excelência dos artigos que agora chegam aos leitores.

Desejamos a todos uma leitura inspiradora.

ALBA
ISFIC RESEARCH AND SCIENCE JOURNAL

ARTIGOS

Originais

ALBA
ISFIC RESEARCH AND SCIENCE JOURNAL

ALBA - ISFIC RESEARCH AND SCIENCE JOURNAL
ISSN PRINT: 3006-2489; ISSN ONLINE: 3006-2470
1ª Ed, Vol. 1, No. 10, Dezembro, 2025
https://alba.ac.mz/index.php/alba/issue/view/13
albaisfic@gmail.com; alba@isfic.ac.mz

10 - 12 | 2025

ANÁLISE EMPÍRICA DA VOLATILIDADE DA TAXA DE CÂMBIO COMO FACTOR EXPLICATIVO DA INFLAÇÃO EM ANGOLA

Empirical analysis of exchange rate volatility as an explanatory factor of inflation in Angola

Análisis empírico de la volatilidad del tipo de cambio como factor explicativo de la inflación en Angola

Bianda Honório Jorge Maindo[1]

[1]Mestre em Economia Monetária e Financeira, Universidade Agostinho Neto, Angola, 0009-0000-8018-0520, honoriobianda@gmail.com

Autor para correspondência: honoriobianda@mail.com

Data de recepção: 25-06-2025
Data de aceitação: 01-07-2025
Data da Publicação: 10-12-2025

Como citar este Resumo: Maindo, B. H. J. (2025). *Análise empírica da volatilidade da taxa de câmbio como factor explicativo da inflação em Angola.* ALBA – ISFIC Research and Science Journal, 1(10), pp. 2-14. https://alba.ac.mz/index.php/alba/issue/view/13

RESUMO

O presente artigo analisou a volatilidade da taxa de câmbio como factor explicativo da inflação em Angola durante o período de 2002-2022. Neste sentido, recorremos numa análise empírica e por intermédio das técnicas econométricas, construímos diferentes modelos económicos, estabelecemos as relações entre as variáveis e estimamos através do método dos mínimos quadrados ordinários. Este estudo, insere-se na moderna literatura empírica sobre a relação entre a taxa de câmbio e a inflação, analisada pela primeira vez por Dornbusch (1987). Usando os testes de causalidade de granger, os resultados empíricos revelaram: (1) a existência de uma causalidade unilateral no sentido índice dos preços dos consumidores (IPC) granger causa taxa de câmbio (TXC); (2) a existência de uma causalidade unilateral no sentido exportações (EXP) granger causa reservas líquidas estrangeira (RLX). De acordo com os nossos resultados empíricos, a taxa de câmbio em Angola, explica o índice dos preços dos consumidores (IPC) na ordem dos 71% ou seja, 71% das variações apuradas no IPC em Angola no curto prazo foi explicada pela volatilidade da taxa de câmbio e o resto 29% por outros factores.

Palavras-chave: Angola, Inflação, Taxa de Câmbio, Volatilidade.

ABSTRACT

This article analyzed the exchange rate volatility as an explanatory factor for inflation in Angola during the period 2002-2022. In this sense, we used an empirical analysis and, through econometric techniques, we constructed different economic models, established the relationships between the variables and estimated them using the ordinary least squares method. This study is part of the modern empirical literature on the

relationship between the exchange rate and inflation, first analyzed by Dornbusch (1987). Using Granger causality tests, the empirical results revealed: (1) the existence of a unilateral causality in the sense of consumer price index (CPI) Granger causes exchange rate (TXC); (2) the existence of a unilateral causality in the sense of exports (EXP) Granger causes net foreign reserves (RLX). According to our empirical results, the exchange rate in Angola explains the consumer price index (CPI) to the tune of 71%, i.e. 71% of the variations found in the CPI in Angola in the short term were explained by the volatility of the exchange rate and the remaining 29% by other factors.

Keywords: Angola, Inflation, Exchange Rate, Volatility

RESUMEN

En este artículo analizó la volatilidade de la tasa de cambio como factor explicativo de la inflación en Angola durante el período 2002-2022. En este sentido, recurrimos a un análisis empírico y, mediante técnicas econométricas, construimos diferentes modelos económicos, establecemos las relaciones entre las variables y las estimamos mediante el método de mínimos cuadrados ordinarios. Este estudio es parte de la literatura empírica moderna sobre la relación entre el tipo de cambio y la inflación, analizada por primera vez por Dornbusch (1987). Utilizando pruebas de causalidad de Granger, los resultados empíricos revelaron: (1) la existencia de una causalidad unilateral en la dirección del tipo de cambio causa Granger del índice de precios al consumidor (IPC); (2) la existencia de una causalidade unilateral en el sentido de que las exportaciones (EXP) causan en función del efecto Granger las reservas extranjeras netas (RLX). Según nuestros resultados empíricos, el tipo de cambio en Angola explica el índice de precios al consumidor (IPC) en el orden de 71%, es decir, el 71% de las variaciones encontradas en el IPC en Angola en el corto plazo fueron explicadas por la volatilidad del tipo de cambio y el 29% restante por otros factores.

Palabras clave: Angola, Inflación, Tipo de Cambio, Volatilidade.

INTRODUÇÃO

As constantes oscilações do preço do petróleo nos mercados internacionais, tem causados fortes distorções nas economias dependentes excessivamente das receitas petrolífera. No entanto, Angola é fortemente dependente do sector petrolífero que é a principal fonte de captação de reservas líquidas estrangeiras (divisas). Em termos de importações, Angola é também excessivamente dependente do resto do mundo, uma boa parte dos produtos que compõem a cesta básica são adquiridos além-fronteiras isso faz com que, a volatilidade da taxa de câmbio deprecie a moeda nacional, elevando os custos de aquisição da moeda estrangeira. A volatilidade da taxa de câmbio que se tem observado nos últimos anos, tem sido um dos factores explicativos da variação do IPC em Angola. Em 2022 segundo o relatório do Banco Nacional de Angola, houve um forte abrandamento no crescimento das receitas petrolíferas no terceiro trimestre, e algumas ausências temporárias de oferta de divisas por parte do Tesouro, resultou em forte depreciação do Kwanza, a começar em finais de setembro, sendo que, a moeda nacional depreciou em cerca de 16% face ao Dólar e 22% face ao euro. Essa depreciação impactou significativamente no aumento dos preços,

ALBA - ISFIC RESEARCH AND SCIENCE JOURNAL
ISSN PRINT: 3006-2489; ISSN ONLINE: 3006-2470
1ª Ed, Vol. 1, No. 10, Dezembro, 2025
https://alba.ac.mz/index.php/alba/issue/view/13
albaisfic@gmail.com; alba@isfic.ac.mz

refletindo-se em um aumento dos custos de vida das populações.

Pretendemos com o presente artigo, analisar as incidências da volatilidade da taxa de câmbio na variação do índice dos preços em Angola. A escolha do tema prende-se pelo facto de ser um dos problemas actuais e que precisa de soluções e contribuições do foro científico para mover a economia angolana da dependência externa, outrossim, contribuir na busca de soluções que expõem a economia angolana das constantes oscilações da taxa de câmbio, são apontadas também como as reais motivações da análise desta temática. Especificamente, o presente trabalho procura responder a seguinte preocupação: Será que a volatilidade da taxa de câmbio é um dos factores explicativos da inflação em Angola?

O presente artigo está estruturado da seguinte forma: A primeira secção trata da introdução, neste ponto espelhamos o objectivo geral e a justificativa, a segunda secção, discute os conceitos teóricos existente sobre a volatilidade da taxa de câmbio e inflação, trata-se da revisão selectiva da literatura, a terceira secção descreve a metodologia, selecção das variáveis e os dados utilizados, a quarta secção apresenta os resultados empíricos, a quinta secção discussões dos resultados e por fim a sexta secção conclui a pesquisa. Para evitar generalizações, este estudo está delimitado no período de 2002 até 2022.

Este estudo cobre algumas lacunas específicas na literatura sobre Angola, devido da não existência de estudos empíricos que analisa a volatilidade da taxa de câmbio, recorrendo a modelos econométricos. Outrossim, o estudo avança a literatura ao incorporar a volatilidade cambial como determinante central da inflação em Angola, quantificando empiricamente o seu impacto, aplicando modelos econométricos e articular mecanismos de transmissão cambial numa economia fortemente dependente das importações, uma vez que a maioria parte da literatura principalmente dos países importadores africanos, analisam a taxa de câmbio nominal, real e pass-through, assim como o estudo realizado por Ken Miyaijima na África do sul. O nosso estudo acrescenta assim uma dimensão inovadora, ao analisar a volatilidade cambial (oscilações).

A volatilidade da taxa de câmbio refere-se às flutuações nas taxas de câmbio. Segundo Yakub et al apud Musa (2021), a Volatilidade da taxa de câmbio refere-se apreciação ou depreciação da moeda nacional num determinado período. Mede o grau de dispersão de uma variável ao longo do tempo. A inflação é um dos maiores problemas (doença crônica) macroeconómico que tem causado distorções contundentes à nível das

economias, a inflação afecta o poder de compra das famílias, eleva os custos de produção das empresas e causa o desemprego. Mankiw (2021) argumenta, a inflação corresponde ao aumento contínuo e persistente e generalizado dos níveis gerais de preços numa economia durante um determinado período de tempo e que traduz na redução do poder de compra do dinheiro ao longo do tempo. Esta variação deve ser geral abrangendo todos os bens e serviços produzidos numa economia. Existem muitos factores explicativo da inflação, mas, no quadro deste artigo baseamo-nos na volatilidade da taxa de câmbio.

Com o surgimento do regime das taxas de câmbio flutuante a partir da crise de 1971, o efeito da volatilidade das taxas de câmbio passou a ser um tema de investigação teóricas como empírica. Um dos trabalhos teóricos iniciais que analisou as implicações da volatilidade do câmbio sobre o comércio internacional foi exposto por Clark (1973 citado por Correia, 2015). A Taxa de câmbio segundo Mankiw (2021), é a taxa à qual as moedas de dois países são trocadas entre si, ou ainda é uma relação de troca entre duas moedas, representa o preço de uma moeda (nacional) expresso em outra (estrangeira). Segundo Krugman (2015), as taxas de câmbios desempenham um papel central no comércio internacional, porque permitem comparar os preços das mercadorias e serviços produzidos em diferentes países. Assim como outros preços na economia são determinados pela interação de compradores e vendedores, as taxas de câmbio são determinadas pela interação das famílias, empresas e instituições financeiras que compram e vendem moedas estrangeiras para fazer pagamentos internacionais. Krugman (2015)

METODOLOGIA

Para analisar empiricamente o impacto da volatilidade da taxa de câmbio sobre o IPC em Angola, recorremos numa metodologia econométrica. Segundo Vergara (2016), a metodologia econométrica é aquela usada em análise empírica, baseada na pesquisa experimental na qual, manipula-se e controla-se as variáveis independentes e observa as variações que tais variáveis possam produzir nas variáveis dependentes.

Modelação econométrica

Segundo Oliveira et al. (2011), um modelo económico é uma representação simbólica corporizada num conjunto de relações matemáticas estabelecidas entre grandezas quantificáveis, com objectivo de descrever hipóteses formuladas pela teoria económica.

Os fenómenos económicos são complexos e para os compreender, os economistas recorrem em soluções matemáticas através de construção de modelos, a fim de garantir

ALBA - ISFIC RESEARCH AND SCIENCE JOURNAL
ISSN PRINT: 3006-2489; ISSN ONLINE: 3006-2470
1ª Ed, Vol. 1, No. 10, Dezembro, 2025
https://alba.ac.mz/index.php/alba/issue/view/13
albaisfic@gmail.com; alba@isfic.ac.mz

soluções quantitativas. Para tal, neste artigo começamos por construir um modelo económico inspirado no método de Hendry (citado por Akin & Monfared,2017), que relaciona o IPC com a volatilidade da taxa de câmbio. Outros estudos, foram desenvolvidos por Musa & Nuhu (2021) na Nigéria, assim como estudo realizado por Ken Miyajima (2019) na África do Sul. A relação existente entre os níveis gerais dos preços e a taxa de câmbio faz com que qualquer redução das receitas de exportações, afecta as reservas externas no mesmo sentido, provocando uma depreciação da taxa de câmbio. Como a taxa de câmbio é uma das variáveis que explica o índice dos preços dos consumidores (IPC), a sua deterioração constitui um peso no custo de aquisição dos produtos importados, elevando assim os preços desses mesmos produtos no território nacional. Partindo destas reflexões, procuramos construir 2 modelos de auxílio ao modelo principal, especificado funcionalmente da seguinte forma:

Modelo principal: $б_{Txc} = f(TXC)$ com $f'(.) > 0$

Modelo auxiliar 1: $б_{Txc} = f(RLX)$ com $f'(.) < 0$

Modelo auxiliar 2: $RLX = f(EX)$ com $f'(.) > 0$

Especificação Económica dos Modelos

Segundo Mbuta (2020), a especificação económica é uma etapa do estudo empírico que consiste em determinar ou identificar o tipo de relação entre as variáveis e predizer os sinais esperados dos parâmetros estimados testando-os com as teorias económicas. Neste artigo, os modelos foram especificados da seguinte maneira:

Modelo principal: $IPC_t = \alpha_0 + \alpha_1 б_{Txc} + U_t$ ..... (1)

Modelo auxiliar 1: $б_{Txc} = \beta_0 - \beta_1 RLX_t + V_t$ ..... (2)

Modelo auxiliar 2: $RLX_t = w_0 + w_1 EX_t + \varepsilon_t$ ..... (3)

Onde: TXC: taxa de câmbio; $б_{Txc}$: volatilidade da taxa de câmbio medido pelo desvio-padrão; RLX: Reservas líquidas estrangeiras e EX: Receitas de Exportações líquidas. A incorporação do desvio-padrão nos modelos, justifica-se por fornecer medidas precisas uma vez que ela mostra o grau de dispersão (oscilações, flutuações ou volatilidade) de uma variável ao longo do tempo.

O uso de três modelos econométricos, justificasse pelos seguintes motivos:

1º Captura de relações causal: isso mostra que a inflação não depende só da taxa de câmbio, mas também das interações entre outras variáveis.

2º Separações dos efeitos direto e indireto: o modelo principal mostra efeitos direitos da volatilidade cambial no IPC, já os modelos auxiliares mostram os canais de transmissão da volatilidade cambial, fornecendo mecanismos estrutural;

3º Robustez econométrica: permite diferentes testes em cada nível, verificando relações de longo prazo e evita omissão de variável relevante, o modelo sozinho poderia ser enviesado se não considerar as reservas cambiais e receitas de exportações.

Fonte e natureza dos dados

Segundo Gujarati & Porter (2021), o sucesso de qualquer análise econométrica depende da disponibilidade e das fontes dos dados. Ainda para Gujarati & Porter (2021), os dados utilizados para as análises empíricas podem ser colectados por diferentes órgãos do governo, organismos internacionais (como por exemplo, FMI ou Banco Mundial) e por outras organizações privadas. Partindo destas reflexões, neste artigo, foram usados os seguintes dados:

Tabela 3.1-Fonte e Natureza dos dados

Variáveis	Descrição	Fonte
IPC	Índice dos preços dos consumidores	Word Bank
TXC	Taxa de câmbio	Word Bank
RLX	Reservas Líquidas estrangeiras	Word Bank
EX	Exportações	Word Bank

Análise dos Resultados do teste da raiz unitária (ADF)

A examinação da estancionaridade das series antes da estimação, marcou o início da análise empírica do nosso estudo. Através do teste da raiz unitária, usando o teste de Dickey-Fuller aumentado (ADF) procedemos a examinação da estancionaridade de cada serie temporal das variáveis índice dos preços dos consumidores (IPC), taxa de câmbio (TXC), reservas líquidas estrangeiras (RLX) e exportações (EXP). Amoah et al. (2015), argumenta que o teste de Dickey-Fuller se baseia no teste da hipótese de que a série contém raiz unitária em relação à série ser estacionária, sob a suposição de que os erros são ruídos branco.

Baseando em Macknnon (citado por Quixina, 2014), usamos os valores críticos ao nível significância de 5%. A tabela 4.1 mostra os resultados do teste de estancionaridade em que a hipóteses nula não é rejeitada para todas as variáveis pelo que, leva-nos a confirmar a não estancionaridade em nível das series temporais.

RESULTADOS

Tabela 4.1-Teste da Raiz unitária em nível (ADF)

Unit root test					
Variáveis	Teste Estatístico	Valor crítico	Prob.	Decisão	Resultado
IPC	-0,296763	-3,020686	0,9093	AH_o	Não Estancionário
TXC	-1,776636	-3,065585	0,3774	AH_o	Não Estancionário
RLX	-2,012085	-3,020686	0,2796	AH_o	Não Estancionário
EXP	-1,891246	-3,020686	0,3293	AH_o	Não Estancionário

ALBA - ISFIC RESEARCH AND SCIENCE JOURNAL
ISSN PRINT: 3006-2489; ISSN ONLINE: 3006-2470
1ª Ed, Vol. 1, No. 10, Dezembro, 2025
https://alba.ac.mz/index.php/alba/issue/view/13
albaisfic@gmail.com; alba@isfic.ac.mz

A não rejeição da hipótese nula, levou-nos a proceder as primeiras diferenças a fim de garantirmos a estancionaridade das series. Os resultados na tabela 4.2 mostras que após a primeira diferença, rejeitamos a hipóteses nula da existência da raiz unitária, pelo que, as series são totalmente estacionárias pela primeira diferença uma vez que as probabilidades são inferiores ao nível de significância de 5%.

Tabela 4.2-Teste da Raiz unitária (ADF) em primeira diferença

Unit root test					
Variáveis	Teste Estatístico	Valor crítico	Prob.	Decisão	Resultado
IPC	-4,575090	-3,040391	0,0023	RH_o	Estancionário
TXC	-3,714944	-3,065555	0,0148	RH_o	Estancionário
RLX	-3,534981	-3,029970	0,0184	RH_o	Estancionário
EXP	-3,828015	-3,029970	0,0101	RH_o	Estancionário

Análise do resultado do teste de cointegração (Trace Test)

Para verificarmos se as séries, para além de serem integradas isoladamente, assumem uma relação de equilíbrio de longo prazo, procede-se o teste de Johansen. Na hipótese nula afirma-se que há cointegração, se a hipótese nula for rejeitada, então podemos confirmar a existência de cointegração.

Para analisar a cointegração, começamos por fazer uma tabela que serviu de guia, nesta tabela usamos os procedimentos de Johansen e Juseluis (Citado por Quixina, 2014). A tabela 4.3 mostra os resultados do teste de traço estatístico (trace test) e informa a existência de 1 equação cointegrada ao nível de significância de 5% tendo em conta a sua probabilidade de 0,0000 que é inferior a 5%, sendo assim rejeitamos a hipótese nula da não existência de cointegração.

Tabela 4.3-Teste de cointegração (Trace Test)

Johansen test				
Nº Equações	Trace Statistic	Valor crítico	Prob.	Resultado
None*	86,51542	47,85613	0,0000	RH_o
At most1	21,06858	29,79707	0,3534	AH_o
At most2	7,331098	15,49471	0,5394	AH_o
At most3	0,681862	3,841466	0,4089	AH_o

Os resultados do trace test não é contraditório ao teste de Maximum Eigenvalue, uma vez que a tabela 4.4 indica a existência de 1 equação cointegrada ao nível de significância de 5%. Segundo Johansen e Juselius (citado por Quixina 2014), em situações de conflito entre o teste trace test e Maximum Eigenvalue, o trace test é o ideal para as

inferências por ser o mais robusto. Neste artigo, escolhemos o trace test como o mais adequado, a luz desse teste, podemos confirmar a relação de longo prazo entre as variáveis.

Tabela 4.4-Teste de cointegração (Maxinum Eigenvalue test)

Johansen test				
Nº Equações	Maxinum eigenvalue statistic	Valor crítico	Prob.	Resultado
None*	65,44685	27,58434	0,0000	RH_o
At most1	13,73748	21,13162	0,3870	AH_o
At most2	6,649236	14,26460	0,5314	AH_o
At most3	0,681862	3,841466	0,4089	AH_o

Análise do teste de causalidade de Granger

Verifica-se a causalidade entre as séries em virtude dos valores das probabilidades serem inferior ao nível de significância de 5% isto implica, a rejeição da hipótese nula. Por outro lado, verifica-se a não rejeição da hipótese nula em virtude das probabilidades serem superior ao nível de significância de 5%, implicando a não causalidade entre as séries. Os resultados do teste de causalidade de Granger apresentado na tabela 4.5 revelaram as seguintes observações:

- Rejeitamos a hipótese nula, uma vez que RLX não granger causa TXC e TXC não granger causa RLX, ou seja, não há causalidades;
- Não rejeitamos a hipótese nula no sentido IPC granger causa TXC, visto que há uma causalidade unilateral, mas rejeitamos a hipótese nula no sentido contrário TXC granger causa IPC;
- Rejeitamos a causalidade no sentido EXP granger causa TXC e TXC granger causa EXP vice-versa, uma vez que as probabilidades associadas a essas series são superiores ao nível de significância de 5%;
- Rejeitamos a hipótese nula no sentido IPC granger causa RLX e RLX granger causa RLX vice-versa;
- Não rejeitamos a hipótese nula no sentido EXP granger causa RLX e rejeitamos a hipótese nula no sentido inverso, isto implica que existe uma causalidade unilateral simplesmente no sentido EXP granger causa RLX e não RLX granger causa EXP;
- Por fim, rejeitamos a hipótese nula no sentido EXP granger causa IPC e IPC granger causa EXP vice-versa, esse resultado é confirmado pela superioridade das probabilidades em relação ao nível de significância de 5%.

ALBA
ISFIC RESEARCH AND SCIENCE JOURNAL
ALBA - ISFIC RESEARCH AND SCIENCE JOURNAL
ISSN PRINT: 3006-2489; ISSN ONLINE: 3006-2470
1ª Ed, Vol. 1, No. 10, Dezembro, 2025
https://alba.ac.mz/index.php/alba/issue/view/13
albaisfic@gmail.com; alba@isfic.ac.mz

Tabela 4.5-Teste de causalidade de Granger

Causalidade	Prob.	Hipóteses nula	Resultado
RLX ⟶ TXC TXC ⟶ RLX	0,8127 0,2723	RLX não causa Granger TXC TXC não causa Granger RLX	AH_0 AH_0
IPC ⟶ TXC TXC ⟶ IPC	0,0106 0,6845	IPC Granger causa TXC TXC não causa Granger IPC	RH_0 AH_0
EXP ⟶ TXC TXC ⟶ EXP	0,8869 0,2398	EXP não causa Granger TXC TXC não causa Granger EXP	AH_0 AH_0
IPC ⟶ RLX RLX ⟶ IPC	0,1584 0,9120	IPC não causa Granger RLX RLX não causa Granger IPC	AH_0 AH_0
EXP ⟶ RLX RLX ⟶ EXP	0,0465 0,5511	EXP Granger causa RLX RLX não causa Granger EXP	RH_0 AH_0
EXP ⟶ IPC IPC ⟶ EXP	0,7062 0,3972	EXP não causa Granger IPC IPC não causa Granger EXP	AH_0 AH_0

Estimação dos Modelos

Esta etapa consiste em estimar os parâmetros dos modelos especificados. Estimar os parâmetros significa determinar os valores da propensão da variável independente e o valor da variável autónoma. Neste artigo, para estimar os parâmetros associados aos nossos modelos, usamos o método dos mínimos quadrados ordinários (MQO), por serem os melhores estimadores lineares não viesados.

Resultado dos Modelos Estimados por (MQO)

Tabela 4.6-Resultado dos Modelos Estimados Pelo (MQO)

Equação Principal	IPC= 22,36522 + 0,780824б$_{Txc}$
Desvio-padrão	[18,48321] [0,113743]
t- Student	[1,210030] [6,864813]
Probabilidade	[0,2411] [0,0000]
R^2= 71% DW = 1,88	
Equação Auxiliar 1	б$_{Txc}$ = 11,66716 - 0.023004RLX
Desvio-padrão	[9,144918] [0,02537]
t- Student	[1,275808] [-0,90651]
Probabilidade	[0,2182] [0,3766]
R^2= 75% DW = 1.96	
Equação Auxiliar 2	RLX = 10059.92 + 2.301408EX
Desvio-padrão	[126,4523] [0,002967]
t- Student	[2,620309] [10,45294]
Probabilidade	[0,0168] [0,0000]
R^2= 85% DW =1.94	

DISCUSSÃO

Numa amostra de 20 observações, isto é, de 2002-2022, os resultados empíricos do presente estudo revelaram as seguintes considerações:

I. Os modelos especificados, não violam os pressupostos de base do método dos mínimos quadrados ordinários (MQO), os parâmetros ligados a esses modelos são estatisticamente significativo e não violam as teorias económicas em termos de relação;

II. O modelo principal confirma a existência de uma relação directa entre a taxa de câmbio e o índice dos preços. A relação entre a taxa de câmbio e os níveis dos preços foi analisada pela primeira vez pelo Dornbusch (citado por Akin & Monfared, 2017). Os nossos resultados revelam que a taxa de câmbio é a variável mais pertinente que explicam a variação dos preços dos bens e serviços em Angola. 22,36 u.m é o valor do IPC se a taxa de cambio for igual a 0, isto quer dizer a taxa de câmbio, explica o IPC numa dimensão de 71 % e outros 29% são tomados pelo intercepto (variável autónoma), esse resultados são confirmados pelo coeficiente de determinação R^2 =71%.

III. Como a taxa de câmbio é uma variável exógena, controlada por outras variáveis, achamos pertinente criar um modelo de apoio ao principal (modelo auxiliar 1), que relaciona a taxa de câmbio com as reservas líquidas externas. Esse modelo confirma a existência de uma relação inversa entre a taxa de câmbio e as reservas líquidas em Angola, *ceteris paribus* uma variação das reservas provocará uma variação inversa na taxa de câmbio em Angola (um aumento de 1 u.m das RLX, provocará uma apreciação da taxa de câmbio de 0,023 u.m) como ilustra os resultados estimados. Outrossim, as reservas líquidas estrangeiras, explicam o comportamento de equilíbrio da taxa de câmbio na ordem de 75% e outros 25% são explicados pelo intercepto, quer dizer que a RLX é a variável mais pertinente que explica a variação da taxa de câmbio em Angola.

IV. Como as reservas externas líquidas são variáveis dependentes de outras variáveis, sendo as exportações as mais pertinentes, estabelecemos uma relação entre essas duas variáveis a fim de determinar as incidências que as exportações Angolanas sobre a variação das reservas.

ALBA - ISFIC RESEARCH AND SCIENCE JOURNAL
ISSN PRINT: 3006-2489; ISSN ONLINE: 3006-2470
1ª Ed, Vol. 1, No. 10, Dezembro, 2025
https://alba.ac.mz/index.php/alba/issue/view/13
albaisfic@gmail.com; alba@isfic.ac.mz

Os resultados desse modelo revelou que existe uma relação directa entre as exportações e as reservas líquidas estrangeiras, um aumento das exportações de 1 u.m fará com que haja um aumento das reservas na ordem de 2,30 u.m ceteris paribus.

Outrossim, os resultados desse modelo mostra que as exportações Angolana é a variável explicativa mais pertinente das reservas liquidas estrangeira, ou seja as entradas de divisas em Angola dependem maioritariamente pelas exportações esse resultado é confirmado pelo coeficiente de determinação de R^2 =85%, quer dizer as RLX dependem 85% das exportações os outros 15% são tomados pelo intercepto (dependem de outros factores).

Análise dos efeitos combinados dos modelos estimados

- Modelo Principal IPC = 22,36522 + 0,7808246$_{Txc}$ ……(4)
- Modelo Auxiliar 1 б$_{Txc}$ = 11,66716 - 0.023004DRLX.....(5)
- Modelo Auxiliar 2 RLX = 10059.92 + 2.301408EX……(6)

Analisando os efeitos combinados entre as variáveis especificados nos modelos, observamos que com uma probabilidade de errar (ε=5%), uma queda nas receitas de exportações em Angola de 1 USD, provocará uma queda das reservas em divisas de 2,301408 USD *ceteris paribus*. Esta queda das reservas em divisas de 2,301408 USD, vai provocar uma depreciação da moeda nacional estimada em média de 0,046730 USD (2,031408*0,023004) *ceteris paribus*. Essa depreciação cambial estimada de 0,046730 USD vai afectar os níveis dos preços, tendo em conta a relação existente entre o IPC e a taxa de câmbio, logo essa depreciação provocará a subida do IPC estimada em média de 0,036487 USD (0,046730*0,780824) *ceteris paribus*.

Assim sendo podemos afirmar que a volatilidade da taxa de câmbio, é um dos factores explicativo da inflação em Angola, uma variação da taxa de câmbio afecta directamente os níveis dos preços dos bens e serviços em Angola, devido da dimensão dos bens e serviços que são importados e que são condicionados pela variação da taxa de câmbio.

CONCLUSÃO

O presente artigo teve como objectivo analisar volatilidade da taxa de câmbio como factor explicativo da inflação em Angola. Para atingir esse objectivo recorremos numa análise empírica, através das técnicas econométricas construímos diferentes modelos económicos, estabelecemos as relações e por intermédio do método dos mínimos quadrados ordinário, estimamos os

parâmetros ligados a esses modelos. Com uma amostra de 20 observações, os resultados revelaram que a volatilidade da taxa de câmbio é um dos factores explicativo da inflação em Angola. A taxa de câmbio em Angola, explica o índice dos preços dos consumidores na ordem dos 71% ou seja, 71% das variações apuradas no IPC em Angola no curto prazo foram explicadas pela volatilidade da taxa de câmbio. Outrossim, analisando os efeitos combinados veremos que uma queda nas receitas de exportações em Angola de 1 USD, provocou uma queda das reservas em divisas de 2,301408 USD *ceteris paribus*. A queda das reservas em divisas de 2,301408 USD, provocou uma depreciação da moeda nacional estimada em média de 0,046730 USD (2,031408*0,023004) *ceteris paribus*. A depreciação cambial estimada de 0,046730 USD afectou os níveis dos preços, tendo em conta a relação existente entre o IPC e a taxa de câmbio, essa depreciação provocou a subida do IPC em média de 0,036487 USD (0,046730*0,780824) *ceteris paribus.*

Diante destes resultados, somos a recomendar a diversificação da economia angolana e adopção de políticas cambias optimas que visam mitigar os efeitos da volatilidade cambial.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Akin, F., Monfared., S., (2017). *The Relationship Between Exchage Rates and Inflation*: The Case of Iran. European Journal of Sustainable Development, *6*(4), 329. https://doi.org/10.14207/ejsd.2017.v6n4p329

Amoah, E., et al. (2015). *Inflation, Exchange Rate And Growth In Ghana: Evidence From Causality And Cointegrated Analysis*. European Scientific Journal, 11,1857 – 7881

Gujarati, D. & Porter D. C. (2021). *Econometria Básica* (7ª ed.) AMGH editora.

Dornbusch, R., Fisher, S., & et al. (2013). *Macroeconomia* (11ª ed.). McGraw-Hill.

Banco Nacional de Angola. (2020). *Relatório anual e contas*

Centro de Estudo e Investigação Científica, Universidade Católica de Angola. (2021). *Relatório económico de Angola 2019/2020*

Krugman, P. R., & et al. (2015). *Economia internacional* (10ª ed.). (A. J. Perrotti-Garcia, Trad.). Pearson Education do Brasil.

Ferreira, P. (2013). *Princípios de econometria*. Lisboa: Letras e Conceitos.

Mankiw, N. G (2021). *Princípio de economia* (9ª ed.) cengage Learning

Mbuta, K. (2020). *Material de apoio de econometria* (inédito). UNIKIVI

Ken, Miyajima. (2019). *Exchange Rate Volatility on Inflation in South Africa*. IMF, Working Paper

ALBA - ISFIC RESEARCH AND SCIENCE JOURNAL
ISSN PRINT: 3006-2489; ISSN ONLINE: 3006-2470
1ª Ed, Vol. 1, No. 10, Dezembro, 2025
https://alba.ac.mz/index.php/alba/issue/view/13
albaisfic@gmail.com; alba@isfic.ac.mz

Musa, Nuhu. (2021). *Impacto of Exchange Rate Volatility on Inflation in Nigéria.* Jornal of contemparary Research in Business Economic and Finance

Quixina, Y. G. C. (2014). *A relação causal entre a evolução do sector bancário, rendimento do petróleo e crescimento econômico de Angola nas últimas décadas* (Dissertação de Mestrado). Faculdade de Economia do Porto

Banco BAI. (2020). *Relatório de conjuntura económica*

Rocha, A. da, Santos, R., & et al. (s.d.). *Relatório económico de Angola*. Luanda: Offset Lda

Fracaro, N. (2018). *Estacionariedade das séries temporais do modelo matemático ARIMAX de propulsores eletromecânicos* (Dissertação de Mestrado). Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul, Brasil

Rocha, A. da. (2015). *Pensamentos soltos mas estruturados sobre a economia e sociedade em Angola: Os ciclos do preço do petróleo em Angola desde 1987* (S.E.). Luanda.

Vergara, S. C. (2016). *Projeto e relatório de pesquisa em administração* (16ª ed.). Atlas.

World Bank. (2022). *World Development Indicators*. https://databank.worldbank.org/source/world-development-indicators

ALBA
ISFIC RESEARCH AND SCIENCE JOURNAL
ALBA - ISFIC RESEARCH AND SCIENCE JOURNAL
ISSN PRINT: 3006-2489; ISSN ONLINE: 3006-2470
1ª Ed, Vol. 1, No. 10, Dezembro, 2025
https://alba.ac.mz/index.php/alba/issue/view/13
albaisfic@gmail.com; alba@isfic.ac.mz

24 - 11 | 2025

APLICABILIDADE ESTRATÉGICA DO MÉTODO DE IMPUTAÇÃO RACIONAL DOS ENCARGOS FIXOS NO BANCO ANGOLANO DE INVESTIMENTOS (2018 A 2021)

Strategic Applicability of the Rational Allocation Method of Fixed Costs at the Angolan Investment Bank (2018 to 2021)

Aplicabilidad Estratégica del Método de Imputación Racional de los Cargos Fijos en el Banco Angoleño de Inversiones (2018 a 2021)

António Kinanga Paulo João[1]

[1]Mestre em Administração e Finanças, Docente e Chefe do Centro de Investigação Científica e Desenvolvimento, Faculdade de Economia da Universidade Kimpa Vita (CICD-FEUNIKIVI), Angola, 0009-0009-2538-530X, kinanganto@gmail.com

Autor para correspondência: kinanganto@gmail.com

Data de recepção: 25-06-2025
Data de aceitação: 01-07-2025
Data da Publicação: 10-12-2025

Como citar este artigo: João, A. K. P. (2025). *Aplicabilidade estratégica do método de imputação racional dos encargos fixos no Banco Angolano de Investimentos (2018 a 2021).* ALBA – ISFIC Research and Science Journal, 1(10), pp. 15-29. https://alba.ac.mz/index.php/alba/issue/view/13

RESUMO

Este estudo teve como objetivo analisar a aplicação do Método de Imputação Racional dos Encargos Fixos (MIREF) como instrumento de apoio à gestão de custos no Banco Angolano de Investimentos (BAI), entre 2018 e 2021. A pesquisa é de natureza descritiva e exploratória, com abordagem quantitativa e uso exclusivo de dados secundários extraídos de relatórios financeiros públicos. A estratégia metodológica adotada foi o estudo de caso, complementado pelos métodos bibliográfico e documental. Os resultados revelaram uma predominância de encargos variáveis na estrutura de custos do banco, conferindo flexibilidade operacional, mas também maior exposição à volatilidade das receitas, especialmente as cambiais. A aplicação do MIREF evidenciou distorções na apuração dos lucros em contextos de sobre-atividade e capacidade ociosa, ao comparar os encargos fixos reais com os imputados. Na concessão de créditos, o MIREF permitiu estimar custos unitários mais realistas, variando entre 126,1 Kz/milhão e 328,8 Kz/milhão, inferiores aos valores obtidos pelo custeio por absorção. Isso possibilitou ao BAI revisar sua política de preços, identificar segmentos mais eficientes e reestruturar serviços pouco rentáveis. Conclui-se que o MIREF é uma ferramenta eficaz para alocação racional de custos, promovendo maior precisão na análise da rentabilidade e no apoio à tomada de decisões estratégicas. Recomenda-se sua adoção plena como método padrão de custeio, visando fortalecer a sustentabilidade financeira, a eficiência operacional e a competitividade do BAI no setor bancário angolano.

Palavras-chave: Contabilidade analítica, Estratégia, Encargos fixos, Imputação racional.

ABSTRACT

This study aimed to analyze the application of the Rational Imputation Method for Fixed Charges (MIREF) as a tool to support cost management at Banco Angolano de Investimentos (BAI) between 2018 and 2021. The research is descriptive and exploratory in nature, with a quantitative approach and exclusive use of secondary data extracted from public financial reports. The methodological strategy adopted was the case study, complemented by bibliographic and documentary methods. The results revealed a predominance of variable charges in the bank's cost structure, providing operational flexibility but also greater exposure to revenue volatility, especially in foreign exchange. The application of MIREF highlighted distortions in profit calculation in contexts of overactivity and idle capacity when comparing actual fixed charges with those imputed. In granting loans, MIREF allowed for the estimation of more realistic unit costs, ranging from 126.1 Kz/million to 3 28.8 Kz/million, lower than the values obtained through absorption costing. This allowed BAI to review its pricing policy, identify more efficient segments, and restructure less profitable services. It is concluded that MIREF is an effective tool for rational cost allocation, promoting greater accuracy in profitability analysis and supporting strategic decision-making. Its full adoption as a standard costing method is recommended, aiming to strengthen financial sustainability, operational efficiency, and BAI's competitiveness in the Angolan banking sector.

Keywords: Management accounting, Strategy, Fixed costs, Rational allocation.

RESUMEN

Este estudio tuvo como objetivo analizar la aplicación del Método de Imputación Racional de los Cargos Fijos (MIREF) como instrumento de apoyo a la gestión de costos en el Banco Angolano de Inversiones (BAI), entre 2018 y 2021. La investigación es de naturaleza descriptiva y exploratoria, con enfoque cuantitativo y uso exclusivo de datos secundarios extraídos de informes financieros públicos. La estrategia metodológica adoptada fue el estudio de caso, complementado por los métodos bibliográficos y documental. Los resultados revelaron una predominancia de cargos variables en la estructura de costos del banco, otorgando flexibilidad operativa, pero también mayor exposición a la volatilidad de los ingresos, especialmente los cambiarios. La aplicación del MIREF evidenció distorsiones en la determinación de ganancias en contextos de sobre-actividad y capacidad ociosa, al comparar los cargos fijos reales con los imputados. En la concesión de créditos, el MIREF permitió estimar costos unitarios más realistas, variando entre 126,1 Kz/millón y 3 28,8 Kz/millón, inferiores a los valores obtenidos mediante costeo por absorción. Esto permitió al BAI revisar su política de precios, identificar segmentos más eficientes y reestructurar servicios poco rentables. Se concluye que el MIREF es una herramienta eficaz para la asignación racional de costos, promoviendo mayor precisión en el análisis de la rentabilidad y en el apoyo a la toma de decisiones estratégicas. Se recomienda su adopción plena como método estándar de costeo, con el objetivo de fortalecer la sostenibilidad financiera, la eficiencia operativa y la competitividad del BAI en el sector bancario angoleño.

Palabras clave: Contabilidad analítica, Estrategia, Cargos fijos, Imputación racional.

INTRODUÇÃO

No actual contexto económico global, caracterizado por instabilidade, transformações tecnológicas aceleradas e aumento da concorrência, as instituições financeiras enfrentam exigências crescentes quanto à eficácia da sua gestão interna. Em Angola, esse cenário impõe desafios adicionais ao sector bancário, sobretudo no que se refere à necessidade de promover uma

ALBA - ISFIC RESEARCH AND SCIENCE JOURNAL
ISSN PRINT: 3006-2489; ISSN ONLINE: 3006-2470
1ª Ed, Vol. 1, No. 10, Dezembro, 2025
https://alba.ac.mz/index.php/alba/issue/view/13
albaisfic@gmail.com; alba@isfic.ac.mz

gestão racional dos custos, de forma a garantir a sustentabilidade e a competitividade no mercado. O papel dos bancos no desenvolvimento económico do país é indiscutível, especialmente por meio da concessão de crédito e da mobilização de recursos, o que torna imperativa a adopção de práticas de gestão mais eficientes.

A gestão de custos assume, nesse contexto, uma função estratégica que permite às instituições não apenas controlar despesas, mas também planejar e avaliar a rentabilidade dos seus serviços e produtos. A contabilidade analítica e de gestão oferece instrumentos que apoiam as decisões empresariais, destacando-se o Método de Imputação Racional dos Encargos Fixos (MIREF) como alternativa aos métodos tradicionais, como o custeio por absorção e o custeio variável. O MIREF possibilita uma distribuição mais justa e técnica dos encargos fixos, proporcionando uma visão precisa da estrutura de custos e sustentando decisões baseadas em dados consistentes.

A adoção do MIREF justifica-se pela necessidade de superar as limitações dos métodos convencionais. Enquanto o custeio variável desconsidera os encargos fixos e o custeio por absorção os dilui uniformemente, o MIREF ajusta esses encargos conforme o nível real de atividade, isolando o efeito da capacidade ociosa. Essa particularidade garante maior exatidão na estimativa dos custos e maior segurança na definição de preços de venda sustentáveis a longo prazo. Assim, o MIREF corrige distorções na apuração dos custos e fornece suporte estratégico às decisões gerenciais, configurando-se como a opção mais adequada para instituições financeiras como o BAI.

A pertinência desta investigação reside na busca por soluções práticas para optimizar a estrutura de custos das instituições financeiras angolanas, em consonância com as exigências do novo ambiente de negócios. Almeida (2022) destaca que a competitividade é tema recorrente na agenda de políticos, economistas e gestores, sendo fundamental para enfrentar os desafios de mercados globalizados e consumidores exigentes. Apenas gestores que conhecem profundamente o seu negócio e os factores que o tornam competitivo conseguem aprimorar o desempenho de forma consistente e sustentável. Deligne, Gauss, Taylor & Johnson (2023) reforçam que a análise estratégica de custos é um processo essencial para aumentar a competitividade e a rentabilidade das organizações.

O problema central decorre das limitações enfrentadas por diversas instituições financeiras angolanas, incluindo o Banco Angolano de Investimentos (BAI), na

imputação eficaz dos encargos fixos aos seus produtos e serviços. Em muitos casos, esses custos não possuem destino específico, dificultando sua apropriação e o controlo eficiente. Essa realidade evidencia a necessidade de métodos mais técnicos e racionais de gestão de custos.

Este estudo tem como objetivo analisar a aplicação do MIREF como instrumento de apoio à gestão de custos no BAI, visando aprimorar a alocação dos encargos fixos e contribuir para a eficiência na tomada de decisões estratégicas. A investigação delimita-se ao período de 2018 a 2021, incidindo sobre os encargos fixos das agências e departamentos administrativos da instituição, restrita geograficamente à sede do BAI em Luanda.

A escolha do BAI como objecto de estudo justifica-se pela sua relevância no sistema financeiro nacional desde sua fundação, em 1996, bem como pela complexidade da sua estrutura de custos, que exige instrumentos de gestão cada vez mais rigorosos. A presente investigação pretende, assim, contribuir para o aprofundamento do conhecimento no domínio da contabilidade analítica, com ênfase na aplicabilidade prática do MIREF como instrumento de apoio à tomada de decisões gerenciais.

Em termos de impacto, o estudo reveste-se de utilidade não apenas para o BAI, mas também para outras instituições financeiras que enfrentam desafios semelhantes. Sua contribuição estende-se ainda a gestores, profissionais da contabilidade, académicos e estudantes interessados em compreender de forma mais aprofundada os mecanismos de controlo e optimização de custos no contexto angolano.

Durante o desenvolvimento desta investigação, tornou-se evidente a necessidade de clarificar e aprofundar o entendimento de conceitos-chave que fundamentam o estudo e sustentam a análise proposta.

A gestão estratégica é essencial para o posicionamento de qualquer organização em ambientes competitivos, especialmente em sectores dinâmicos como o bancário. Portanto, para que a empresa se diferencie dos seus concorrentes, propõe-se que ela possa oferecer um produto único e atrativo para seus clientes que destinga-se dos concorrentes. Figueiredo et al. (2019, p.130), citam que "para que a empresa obtenha esse diferencial, ela deve alcançar seus clientes com um produto melhor, que atenda às suas necessidades e que seja exclusivo, mesmo que seus clientes precisem pagar a um preço maior".

Lopes (2021, p.27), fundamenta que "no contexto empresarial caracterizado pela competitividade crescente, as empresas

ALBA - ISFIC RESEARCH AND SCIENCE JOURNAL
ISSN PRINT: 3006-2489; ISSN ONLINE: 3006-2470
1ª Ed, Vol. 1, No. 10, Dezembro, 2025
https://alba.ac.mz/index.php/alba/issue/view/13
albaisfic@gmail.com; alba@isfic.ac.mz

necessitam de munir-se de ferramentas adequadas, que devem permitir-lhes alcançar os seus objetivos de forma eficiente e tendo em conta a sua estratégia".

A gestão estratégica de custos, portanto, não se limita ao controlo ou à redução de despesas, mas sim ao uso inteligente da informação de custos como instrumento de formulação estratégica. Na visão de Kimiti, Muathe e Murigi (2020) mostram que a implementação de estratégias de liderança em custos é um dos pilares essenciais para obter vantagem competitiva. Para o BAI, essa abordagem implica compreender não apenas suas operações internas, mas também as práticas dos seus concorrentes. É imprescindível que o banco monitore as acções e omissões da concorrência, buscando superá-las ou inovar em frentes onde os outros não actuam.

Quando se visa atingir um objectivo, qualquer que seja a organização está sujeita aos custos. Segundo Coelho (2019, p.33), define o custo como sendo "a soma de gastos relativos a um elemento definido no interior de uma rede contabilística". O custo é um elemento fundamental da contabilidade analítica, que se interliga a todos os processos organizacionais, sejam produtivos ou administrativos.

Para fins de gestão, os custos são geralmente classificados em fixos e variáveis. Segundo Alves et al. (2025), afirmam que a classificação desses custos está relacionada ao comportamento dos mesmos diante das alterações no volume de produção ou de serviços prestados por uma instituição.

Os custos variáveis são aqueles que oscilam em função directa do volume de serviços ou do nível de actividade de uma determinada empresa. Segundo Horngren, Datar e Rajan (2018), um custo é considerado variável quando seu valor total aumenta ou diminui proporcionalmente à quantidade de unidades produzidas. Exemplos clássicos incluem matéria-prima, comissões sobre créditos, energia eléctrica aplicada directamente ao processo produtivo.

Os custos fixos por sua vez, são aqueles que a empresa suporta quando opta por uma determinada capacidade de produção, não variando quando se altera o volume de produção (até um determinando volume de produção, por exemplo capacidade instalada, e dentro de um determinando período de tempo, por exemplo um ano) (Silva et al. 2020, p.14). Exemplos incluem aluguel da fábrica, depreciação e amortização de equipamentos, salários de segurança e porteiros do BAI, prémios de seguros, salários administrativos. A correta classificação desses custos contribui para a formação precisa do custo dos produtos, apoiando decisões estratégicas, como

precificação e controle da rentabilidade (MARTINS, 2021).

No âmbito da contabilidade analítica, os encargos fixos representam um desafio particular na determinação do custo real dos produtos e serviços, visto que não variam directamente com o volume de produção. Em resposta a essa complexidade, o Método de Imputação Racional dos Encargos Fixos (MIREF) surge como uma ferramenta relevante para aprimorar a precisão da alocação desses custos.

Segundo Cruz et al. (2023), o custeio racional é uma solução híbrida em que incorpora a lógica da absorção, mas de forma moderada, com intervenção da lógica da contribuição, ao considerar os custos fixos industriais apenas na proporção em que eles efetivamente contribuem para a produção de determinado período.

Uma das principais vantagens desse método é a utilização de um valor constante para o custo unitário. de produção, independentemente das variações nos volumes de produção, que não assume o inconveniente de valorizar os bens apenas a custo variável, ou seja, fornece uma perspectiva mais próxima do custo total de produção. Em contrapartida, evidencia a presença de custos de sub-actividade.

O método de imputação racional dos encargos fixos possui seus próprios princípios fundamentais que orientam sua aplicabilidade. O princípio em que se baseia o MIREF é tornar os encargos fixos como "variáveis". Especificamente, não é modificar a sua natureza (tornar variáveis os encargos fixos) mas sim, tratá-los como encargos variáveis. Tal característica é particularmente vantajosa em ambientes empresariais onde os custos fixos representam uma parcela significativa das despesas operacionais, como é o caso das instituições financeiras.

O quadro actual do sistema financeiro angolano, aprovado pela Lei n.º 14/21, de 19 de maio, enquadra as instituições financeiras em duas espécies: as instituições financeiras bancárias, que são geralmente os Bancos, e as instituições financeiras não bancárias, aquelas ligadas à moeda e crédito, sujeitas à jurisdição do Banco Nacional de Angola.

Por outro lado, o Banco Nacional de Angola (BNA, 2016) cita que as instituições financeiras não bancárias são empresas cuja actividade principal consiste em exercer uma ou mais atividades financeiras, como a venda de moeda estrangeira, remessas de valores para o exterior, conceder créditos em pequenos montantes (p. 18). A principal diferença em relação às instituições financeiras bancárias reside no facto de que as

ALBA - ISFIC RESEARCH AND SCIENCE JOURNAL
ISSN PRINT: 3006-2489; ISSN ONLINE: 3006-2470
1ª Ed, Vol. 1, No. 10, Dezembro, 2025
https://alba.ac.mz/index.php/alba/issue/view/13
albaisfic@gmail.com; alba@isfic.ac.mz

instituições financeiras não bancárias não podem receber depósitos do público em geral. É fundamental que as instituições financeiras, tanto bancárias quanto não bancárias, foquem suas estratégias de negócios na exploração das oportunidades oferecidas pelo mercado bancário, de modo a proporcionar bens de consumo.

MATERIAIS E MÉTODOS

Esta pesquisa é de natureza descritiva e exploratória, com foco na análise de dados secundários. Adoptou-se uma abordagem quantitativa, pois os dados utilizados são numéricos e foram analisados estatisticamente. A vertente exploratória contribuiu para uma melhor compreensão do método de imputação racional dos encargos fixos no contexto bancário.

A estratégia metodológica adoptada foi o estudo de caso, centrado no Banco Angolano de Investimentos (BAI), permitindo uma análise aprofundada da aplicação dos métodos de imputação de custos fixos. De Lunetta e Rodrigues Guerra (2023, p.156) "afirma que o estudo de caso é uma estratégia de pesquisa científica que mergulha de cabeça em um fenômeno real e suas variáveis".

Os métodos bibliográfico e documental foram empregados na colecta de dados, utilizando exclusivamente informações secundárias obtidas dos relatórios financeiros do BAI referentes ao período de 2018 a 2021, os quais estão disponíveis ao público. A organização e análise desses informações forma executadas no Microsoft Excel 2019, por meio da criação de tabelas e gráficos, oque permitiu uma interpretação sistemática e uma visualização mais nítida dos resultados. As citações e referências bibliográficas foram feitas de acordo com a norma APA - 7ª edição (2019), assegurando consistência e rigor metodológico.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Os resultados foram apresentados utilizando tabelas, as quais demonstram informações como encargos fixos e variáveis, receitas, e o mapa de custos resultante da aplicação do método de imputação racional dos encargos fixos nos anos de 2018 a 2021.

Tabela 1 - Distribuição dos custos do Banco Angolano de Investimentos

Designação	Montantes expressos em Milhares de Kwanzas				
	2018	2019	2020	2021	Total
Encargos fixos	45.082.743	60.490.518	75.939.606	111.778.402	293.291.269
Encargos variáveis	3.664.688.461	4.354.352.724	5.276.314.656	5.885.472.205	19.180.828.046
Encargos Totais	3.709.771.204	4.414.843.242	5.352.254.262	5.997.250.607	19.474.119.315

Fonte: Elaboração própria com base os relatórios e contas anuais da BAI, S.A (2018–2021)

A Tabela 1 apresenta a distribuição dos custos do Banco Angolano de Investimentos (BAI), de 2018 a 2021, classificados em encargos fixos e variáveis. Embora a análise metodológica enfatize os encargos fixos, dada sua relevância para a aplicação do Método de Imputação Racional dos Encargos Fixos (MIREF), os encargos variáveis também exercem influência significativa nos resultados da instituição.

Durante o período analisado os encargos variáveis corresponderam à maior parcela em relação aos encargos fixos. Essa estrutura evidencia uma predominância de custos variáveis, o que implica importantes considerações para a gestão financeira e estratégica da instituição.

Entre os principais impactos da predominância de encargos variáveis, destacam-se:

- Flexibilidade operacional. A elevada proporção de custos variáveis confere maior agilidade ao BAI para ajustar suas despesas conforme a demanda por seus produtos e serviços, permitindo uma rápida adaptação às condições de mercado.
- Rentabilidade. Apesar da flexibilidade, estruturas baseadas maioritariamente em custos variáveis podem comprometer a margem de lucro, pois esses custos acompanham diretamente as receitas.
- Risco operacional. A variabilidade dos encargos pode gerar incertezas, especialmente em períodos de instabilidade ou redução na atividade bancária.
- Investimentos. A menor participação de encargos fixos pode liberar recursos para aplicação em inovação, modernização tecnológica e diversificação de serviços, fortalecendo a competitividade da instituição a longo prazo.

Assim, o equilíbrio entre encargos fixos e variáveis é fundamental para garantir a sustentabilidade operacional e a capacidade de investimento do banco. A adopção do MIREF pode contribuir para uma alocação mais estratégica e racional dos custos, especialmente dos encargos fixos, promovendo melhores decisões gerenciais.

ALBA - ISFIC RESEARCH AND SCIENCE JOURNAL
ISSN PRINT: 3006-2489; ISSN ONLINE: 3006-2470
1ª Ed, Vol. 1, No. 10, Dezembro, 2025
https://alba.ac.mz/index.php/alba/issue/view/13
albaisfic@gmail.com; alba@isfic.ac.mz

Tabela 2 – Dados de Receitas do Banco Angolano de Investimentos

Designação	Montantes expressos em Milhares de Kwanzas				
	2018	2019	2020	2021	Total
Juros e rendimentos similares calculados pelo método da taxa de juro efectiva	119.848.497	141.887.569	180.390.654	220.363.497	662.490.217
Juros e rendimentos similares não calculados pelo método da taxa de juro efectiva	2.106.443	4.488.049	7.100.277	8.138.335	21.833.104
Rendimentos de instrumentos de capital	278.430	724.101	949.213	1.237.73	3.189.481
Rendimentos de serviços e comissões	23.564.6	20.892.3	22.272.0	33.679.2	100.408.3
Proveitos de activos e passivos financeiros ao justo valor através de resultados	4.796.619	18.489.550	18.673.212	14.853.266	56.812.647
Proveitos de investimentos ao custo amortizado	0	1.863.450	822.094	26.599.765	29.285.309
Proveitos cambiais	3.598.26	4.342.03	5.150.77	5.832.52	18.923.59
Ganhos de alienação de outros activos	1.716.89	374.191	382.143	305.171	2.778.398
Outros rendimentos de exploração	9.432.87	14.923.9	8.120.84	1.094.36	33.572.06
Receita Total (Cifra de Negócio)	3.760.00	4.545.67	5.389.48	6.138.79	19.833.96
Valor %	19%	23%	27%	31%	100%

Fonte: Elaboração própria com base os relatórios e contas anuais da BAI, S.A (2018–2021)

A Tabela 2 demonstra que as receitas do BAI apresentaram crescimento contínuo entre 2018 e 2021, com variações percentuais de 19%, 23%, 27% e 31%. Este comportamento confirma uma trajetória de expansão operacional consistente, mas também revela uma concentração excessiva em proveitos cambiais, que se tornaram a principal fonte de rentabilidade.

Do ponto de vista científico e estratégico, essa estrutura de receitas pode ser analisada em três dimensões:

- Dependência cambial: a forte exposição às flutuações das taxas de câmbio aumenta o risco de instabilidade nos resultados e pode comprometer margens de lucro.
- Diversificação insuficiente: a predominância de receitas cambiais evidencia vulnerabilidade frente a choques externos, em comparação com fontes mais estáveis como juros, comissões ou serviços financeiros.
- Volatilidade dos resultados: receitas cambiais tendem a ser mais voláteis, reduzindo a previsibilidade dos lucros e dificultando o planejamento estratégico de médio e longo prazo.

A dependência cambial, ao inflacionar os resultados em determinados períodos, pode mascarar a verdadeira eficiência operacional do BAI. Nesse contexto, o MIREF actua como solução estratégica ao ajustar os encargos fixos de acordo com a capacidade efetivamente utilizada, revelando se os lucros cambiais correspondem a ganhos sustentáveis ou se estão apoiados em uma estrutura de custos subdimensionada.

Quando há capacidade ociosa, o MIREF evidencia que parte dos encargos fixos não está sendo absorvida pela actividade produtiva, corrigindo a percepção de rentabilidade. Assim, mesmo em cenários de forte crescimento das receitas cambiais, o método permite avaliar com maior rigor a sustentabilidade financeira, evitando decisões estratégicas baseadas em resultados ilusórios e apoiando políticas de diversificação e equilíbrio da estrutura de receitas.

Tabela 3 – Mapa de Custos com a Imputação Racional

Designação	Montantes expressos em Milhares de Kwanzas			
	2018	2019	2020	2021
Encargo Fixo Normal Estimado	45.082.743	45.082.743	45.082.743	45.082.743
Encargo Fixo Real	45.082.743	60.490.518	75.939.606	111.778.402
Encargo Variável	3.664.688.461	4.354.352.724	5.276.314.656	5.885.472.205
Coeficiente de	1	1,34176658239	1,68444954647	2,47940552331
Encargos Fixos Imputados	45.082.743	81.164.156	127.916.435	277.143.987
Diferença de Imputação	0	+20.673.638	+51.976.829	+165.365.585
Situação	Normal	Bônus de Sobre actividade	Bônus de Sobre actividade	Bônus de Sobre actividade
Encargos Totais a Incorporar	3.709.771.204	4.435.516.880	5.404.231.091	6.162.616.192

Fonte: Elaboração própria com base os relatórios e contas anuais da BAI, S.A (2018–2021)

A Tabela 3 evidencia a aplicação prática do Método de Imputação Racional dos Encargos Fixos (MIREF) na avaliação do desempenho operacional do Banco Angolano de Investimentos (BAI) entre 2018 e 2021. O método permite observar a forma como os encargos fixos foram distribuídos em função do nível de atividade, oferecendo uma visão mais precisa dos custos efetivamente relacionados aos produtos e serviços bancários.

O encargo fixo normal manteve-se constante ao longo do período, enquanto os encargos fixos reais apresentaram crescimento progressivo, refletindo a expansão da estrutura operacional. O Coeficiente de Imputação Racional (CIR) foi igual a 1 em 2018, caracterizando operação dentro da normalidade; nos anos seguintes, valores superiores a 1 indicaram sobre-actividade e maior utilização da capacidade instalada.

ALBA - ISFIC RESEARCH AND SCIENCE JOURNAL
ISSN PRINT: 3006-2489; ISSN ONLINE: 3006-2470
1ª Ed, Vol. 1, No. 10, Dezembro, 2025
https://alba.ac.mz/index.php/alba/issue/view/13
albaisfic@gmail.com; alba@isfic.ac.mz

Os encargos fixos imputados, ajustados pelo CIR, aumentaram em AOA 531.307.321.000,00, e a Diferença de Imputação Racional (DIR) revelou ganhos de sobre-actividade de AOA 238.016.052.000,00, sugerindo maior eficiência na distribuição dos custos fixos e racionalidade na utilização da capacidade. No total, os encargos incorporados atingiram AOA 19.712.135.367.000,00, confirmando o crescimento das operações e o custo de produção dos serviços.

Assim, a aplicação do MIREF proporciona uma análise mais técnica e justa da estrutura de custos, contribuindo para decisões estratégicas fundamentadas em informações realistas sobre eficiência operacional e sustentabilidade financeira.

Tabela 4 – Comparativo de Custos Unitários: Custeio por Absorção vs MIREF na Concessão de Crédito (2018–2021)

Métricas	2018	2019	2020	2021	Média ponderada 2018 - 2021
Custeio por absorção (Kz/milhão)	420,4	442,4	571,7	658,0	528,9
MIREF 30% (Kz/milhão)	126,1	133,3	171,5	197,2	157,9
MIREF 40% (Kz/milhão)	168,2	177,7	228,7	263,0	211,0
MIREF 50% (Kz/milhão)	210,2	222,1	285,9	328,8	264,0
Diferença entre custeio por absorção e cada cenário do MIREF (30%, 40% e 50%)					
Diferença: Absorção - MIREF 30% (Kz/milhão)	294,3	309,1	400,2	460,8	371,0
Diferença: Absorção - MIREF 40% (Kz/milhão)	252,2	264,7	343,0	395,0	317,9
Diferença: Absorção - MIREF 50% (Kz/milhão)	210,2	220,3	285,8	329,2	264,9

Fonte: Elaboração própria com base os relatórios e contas anuais da BAI, S.A (2018–2021)

Nota. Montantes expressos em Kz/milhão. A coluna (Média ponderada 2018–2021) foi calculada ponderando cada ano pelo respetivo crédito bruto (soma de 2018 – 2021 = 2.567.346.463 milhares de Kz).

A Tabela 4 mostra uma comparação entre o custeio tradicional por absorção e o MIREF aplicado a um serviço representativo do BAI (concessão de crédito), evidenciando a diferença na distribuição dos encargos fixos e na avaliação da capacidade ociosa.

A comparação entre o custeio por absorção e o MIREF evidencia impactos relevantes na formação dos custos unitários da concessão de crédito. Enquanto o custeio por absorção atribui integralmente os encargos fixos, elevando os custos unitários de 420,4 Kz/milhão (2018) para 658,0 Kz/milhão (2021), o MIREF apresenta valores significativamente inferiores, variando entre 126,1 Kz/milhão e 328,8 Kz/milhão, conforme o nível de imputação (30%, 40%, 50%).

Essa diferença abre espaço para ajustes estratégicos em três frentes principais:

1. **Política de preços**

O MIREF revela custos unitários mais baixos e realistas, alinhados ao consumo efectivo de recursos. Portanto, o BAI pode reduzir os preços dos serviços de crédito sem comprometer a margem de lucro, tornando-se mais competitivo. Essa estratégia, fortalece a posição do banco em mercados concorrenciais e amplia a sua base de clientes.

2. Expansão seletiva

Os cenários de imputação (30%, 40%, 50%) simulam diferentes níveis de utilização da capacidade, pelo que o banco pode identificar segmentos com maior eficiência operacional e direccionar a expansão para esses serviços. Ou seja, a expansão ocorre de forma sustentável, evitando sobrecarga de custos e alinhando-se à capacidade real.

3. Eliminação ou reestruturação de serviços

A comparação mostra que o custeio por absorção superestima custos em determinados serviços. Contudo, o BAI pode eliminar serviços pouco rentáveis ou reestruturá-los, liberando recursos para actividades mais eficientes. Isso pode aumentar a racionalidade da carteira de produtos e melhora a rentabilidade global.

Tabela 4 – Resultados financeiros do BAI antes e após aplicação do MIREF (2018 -2021)

Ano	Montantes expressos em Milhares de Kwanzas					
	Designação					
	Receita Total	Custo Total Antes Imputação Racional	Resultado Antes Imputação Racional	Custo Total Após Imputação Racional	Resultado Após Imputação Racional	Desvios
2018	3.760.006.280	3.709.771.204	50.235.076	3.709.771.204	50.235.076	0
2019	4.545.673.585	4.414.843.242	130.830.343	4.435.516.880	110.156.705	- 20.673.638
2020	5.389.488.243	5.352.254.262	37.233.981	5.404.231.091	- 14.742.848	- 51.976.829
2021	6.138.792.104	5.997.250.607	141.541.497	6.162.616.192	- 23.824.088	- 165.365.585
Total	19.833.960.212	19.474.119.315	359.840.897	19.712.135.367	121.824.845	- 238.016.052

Fonte: Elaboração própria com base os relatórios e contas anuais da BAI, S.A (2018–2021)

A Tabela 4 evidencia que, entre 2018 e 2021, os resultados do BAI sofreram forte impacto após a aplicação do MIREF, com uma diferença acumulada negativa de AOA 238.016.052.000,00 em relação aos valores inicialmente apurados. Em 2018 não houve efeito relevante, mas nos anos seguintes os ajustes reduziram substancialmente os lucros, chegando a transformar resultados positivos em prejuízos (2020 e 2021). Esses desvios revelam que, sem a imputação racional dos

ALBA - ISFIC RESEARCH AND SCIENCE JOURNAL
ISSN PRINT: 3006-2489; ISSN ONLINE: 3006-2470
1ª Ed, Vol. 1, No. 10, Dezembro, 2025
https://alba.ac.mz/index.php/alba/issue/view/13
albaisfic@gmail.com; alba@isfic.ac.mz

encargos fixos, os lucros teriam sido superestimados, mascarando a verdadeira pressão da estrutura de custos. Do ponto de vista da gestão estratégica, o MIREF assegura maior rigor metodológico, evita decisões baseadas em resultados ilusórios e fortalece a sustentabilidade financeira e competitiva da instituição.

CONCLUSÃO

A aplicação do Método de Imputação Racional dos Encargos Fixos (MIREF) no Banco Angolano de Investimentos (BAI) demonstrou-se uma abordagem metodológica eficaz para aprimorar a gestão de custos e sustentar decisões estratégicas fundamentadas em dados realistas. Ao superar as limitações dos métodos tradicionais de custeio, o MIREF proporcionou uma alocação mais justa e técnica dos encargos fixos, ajustando-os conforme o nível real de actividade e evidenciando a capacidade ociosa da instituição.

Os resultados obtidos entre 2018 e 2021 indicam que o MIREF contribui significativamente para a transparência na apuração dos custos, corrigindo distorções que poderiam comprometer a análise da rentabilidade e a sustentabilidade financeira. A redução dos custos unitários da concessão de crédito, a identificação de segmentos operacionais mais eficientes e a possibilidade de reestruturação de serviços pouco rentáveis são evidências concretas do potencial estratégico do método.

Além disso, a análise da estrutura de receitas e da dependência cambial reforça a importância de instrumentos contabilísticos que permitam avaliar com precisão os impactos da volatilidade externa sobre os resultados operacionais. O MIREF, ao ajustar os encargos fixos à capacidade efectivamente utilizada, oferece uma leitura mais realista da eficiência produtiva e da rentabilidade, evitando decisões baseadas em resultados ilusórios.

Diante dos achados, recomenda-se à gestão do BAI:

- Adotar plenamente o MIREF como ferramenta de apoio à decisão, institucionalizando-o como método padrão de custeio e promovendo a capacitação das equipas técnicas para sua aplicação eficaz.
- Revisar a política de preços, com base nos custos unitários mais realistas apurados, permitindo maior competitividade sem comprometer a rentabilidade.
- Manter a gestão estratégica da capacidade instalada, por meio do monitoramento contínuo do

Coeficiente de Imputação Racional (CIR) e da implementação de ações para reduzir a ociosidade operacional.

- Diversificar as fontes de receita, com foco na redução da dependência cambial e no desenvolvimento de produtos financeiros mais estáveis e inovadores.
- Aprimorar a análise de rentabilidade por produto, utilizando o MIREF para identificar e priorizar linhas de negócio mais eficientes e sustentáveis.
- Fortalecer a governança e a transparência, integrando os resultados do MIREF aos relatórios gerenciais e estratégicos, promovendo decisões mais fundamentadas e alinhadas aos objectivos institucionais.

Essas recomendações visam consolidar uma gestão orientada por dados, com foco na eficiência operacional, sustentabilidade financeira e competitividade de longo prazo, posicionando o BAI de forma mais sólida e estratégica no setor bancário angolano.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Angola. (2021). Lei n.º 14/21, de 19 de maio: *Regime geral das instituições financeiras*. Diário da República.

BAI. (2022). *Relatório e Contas 2019*. https://www.bancobai.ao/media/4uvbdoko/relato-rio- e-contas-individual-2019.pdf

BAI. (2022). *Relatório e Contas 2020*. https://www.bancobai.ao/media/t3nnv2j4/relato-rio-e- contas-2020.pdf

Banco Nacional de Angola. (2016). *Termos utilizados no Sistema financeiro: Glossário simplificado*. Luanda.

Silva, A. F. da, & Silva, A. Martins. (2020). *Manual de contabilidade analítica:* Volume 1-Apontamentos.

De Lunetta E Rodrigues Guerra, A. (2023). *Metodologia da pesquisa científica e acadêmica*. https://doi.org/10.5281/ZENODO.8240361

American Psychological Association. (2020). *Publication manual of the American Psychological Association* (7th ed.). https://doi.org/10.1037/0000165-000

Kimiti, P. G., Muathe, S. M. A., & Murigi, E. M. (2020). Cost leadership strategy, competitive advantage, and performance: A cross-sectional study in the context of milk processing firms in Kenya. International Journal of Management, Innovation & Entrepreneurial Research, 6(2), 64–76. https://doi.org/10.18510/IJMIER.2020.627

Almeida, L. M. da C. (2021). *Avaliação da competitividade empresarial: Estudo aplicado às empresas produtoras de azeite portuguesas, espanholas e italianas no período de 2010 a 2019* [Tese de doutoramento em Gestão, Faculdade de Ciências da Economia e da Empresa da Universidade Lusíada]. Lisboa: (s.n.). http://hdl.handle.net/11067/6431

Deligne, T., Gauss, I. Q., Taylor, E., & Johnson, T. (2023). *Strategic cost*

ALBA - ISFIC RESEARCH AND SCIENCE JOURNAL
ISSN PRINT: 3006-2489; ISSN ONLINE: 3006-2470
1ª Ed, Vol. 1, No. 10, Dezembro, 2025
https://alba.ac.mz/index.php/alba/issue/view/13
albaisfic@gmail.com; alba@isfic.ac.mz

analysis: Enhancing profitability and competitiveness. SciTech Conferences. https://www.researchgate.net/publication/380270532

Monteiro, A., Ferreira da Silva, A., Lima, A., Reis de Sousa, C., Costa Oliveira, H., Saraiva, H., Maldonado, I., Gil, J., & Quesado, P. (2023). *Contabilidade de gestão para a tomada de decisão*. Quântica Editora – Conteúdos Especializados, Lda.

Horngren, C. T., Datar, S. M., & Rajan, M. V. (2018). *Contabilidade de custos* (16ª ed.). Pearson.

Lopes, A. T. D. C. (2021). *A importância dos sistemas de custeios para o controlo e tomada de decisão* (Dissertação de mestrado, Instituto Politécnico de Coimbra, Instituto Superior de Contabilidade e Administração de Coimbra).

Coelho, M.H. (2019). *Contabilidade Analítica: Cálculo e Análise de Custos para a Gestão*. Vida Económica.

Ferreira, J. I. R. (2021). *Sistema de apuramento dos custos de produção numa PME: Importância para o processo de tomada de decisão e criação de valor* (Dissertação de mestrado, Instituto Politécnico de Coimbra, Instituto Superior de Contabilidade e Administração de Coimbra).

Figueiredo, et al. (2019). *Gestão estratégica de custos: Um estudo de caso em uma empresa de grande porte na cidade de Divinópolis-MG.* Revista Brasileira de Gestão e Engenharia, 19, 125–145.

Martins, E. (2021*). Contabilidade de custos* (11ª ed.). Atlas.

Aves, F. P., Pereira, L. S., Roberto, J. C. A., Cavalcante, Z. P., & Barroso, Y. Y. G. (2025). *A importância dos métodos de custeio para tomada de decisão na gestão de produção*. Cuadernos de Educación y Desarrollo, 17(5), 1–31. https://doi.org/10.55905/cuadv17n5-020

ALBA
ISFIC RESEARCH AND SCIENCE JOURNAL

ALBA - ISFIC RESEARCH AND SCIENCE JOURNAL
ISSN PRINT: 3006-2489; ISSN ONLINE: 3006-2470
1ª Ed, Vol. 1, No. 10, Dezembro, 2025
https://alba.ac.mz/index.php/alba/issue/view/13
albaisfic@gmail.com; alba@isfic.ac.mz

10 - 12 | 2025

ANÁLISE ECONOMÉTRICA DA RELAÇÃO ENTRE EVOLUÇÃO POPULACIONAL E CRESCIMENTO ECONÓMICO EM ANGOLA (1980-2023)

Econometric analysis of the relationship between Population Evolution and Economic Growth in Angola (1980-2023)

Análisis econométrico de la relación entre la Evolución Poblacional y el Crecimiento Económico en Angola (1980-2023)

Nsambu Luyadidio[1]

[1]Mestre, Kimpa Vita, Angola, 0009-0008-9322-5888, nluyadidio82@gmail.com.

Autor para correspondência: nluyadidio82@gmail.com

Data de recepção: 25-06-2025
Data de aceitação: 01-07-2025
Data da publicação: 10-12-2025

Como citar este Resumo: Luyadidio, N. (2025). *Análise econométrica da relação entre evolução populacional e crescimento económico em Angola (1980-2023).* ALBA – ISFIC Research and Science Journal, 1(10), pp. 30-17. https://alba.ac.mz/index.php/alba/issue/view/13

RESUMO

O crescimento populacional é um fator crucial que influencia o desenvolvimento económico de um país. No contexto de Angola, entre 1980 e 2023, essa dinâmica desempenhou papel relevante. Este estudo analisou a relação entre a evolução populacional e o crescimento económico em Angola, considerando como variáveis explicativas a população, a formação bruta de capital fixo, as exportações e o investimento em educação. Os resultados revelaram que o crescimento da população e das exportações exerce efeitos positivos e estatisticamente significativos sobre o desempenho económico. O aumento populacional contribuiu para a expansão da procura interna e da força de trabalho, impulsionando a produção e o investimento, enquanto o crescimento das exportações, sobretudo de recursos naturais, desempenhou papel determinante na consolidação da economia angolana. O investimento em educação, embora não apresente efeitos imediatos, mostrou-se relevante nas relações de longo prazo, reforçando sua importância estrutural para o desenvolvimento sustentado. Contudo, os benefícios do crescimento populacional estão condicionados à qualidade da força de trabalho e à capacidade de absorção no mercado laboral. As conclusões apontam para a necessidade de políticas públicas que promovam o investimento em educação e desenvolvimento de habilidades, a diversificação económica, o fortalecimento do sector privado, a inovação e políticas demográficas e de saúde, visando um crescimento sustentável e inclusivo. Este estudo contribui para o debate científico sobre os determinantes do desenvolvimento em economias emergentes e fornece subsídios relevantes para a formulação de políticas estratégicas em Angola, reconhecendo limitações relacionadas à qualidade dos dados.

Palavras-chave: Análise econométrica, Angola, Crescimento económico, Evolução populacional.

ABSTRACT

Population growth is a crucial factor influencing a country's economic development. In the context of Angola, between 1980 and 2023, this dynamic played a significant role. This study analyzed the relationship between population growth and economic growth in Angola, considering population, gross fixed capital formation, exports, and investment in education as explanatory variables. The results revealed that population and export growth have positive and statistically significant effects on economic performance. Population growth contributed to the expansion of domestic demand and the labor force, boosting production and investment, while export growth, especially of natural resources, played a decisive role in consolidating the Angolan economy. Investment in education, although not having immediate effects, proved to be relevant in the long term, reinforcing its structural importance for sustained development. However, the benefits of population growth are conditioned by the quality of the workforce and the capacity of the labor market to absorb it. The conclusions point to the need for public policies that promote investment in education and skills development, economic diversification, strengthening of the private sector, innovation, and demographic and health policies, with a view to sustainable and inclusive growth. This study contributes to the scientific debate on the determinants of development in emerging economies and provides relevant insights for the formulation of strategic policies in Angola, while acknowledging limitations related to data quality.

Keywords: Econometric analysis, Angola, Economic growth, Population evolution.

RESUMEN

El crecimiento demográfico es un factor crucial que influye en el desarrollo económico de un país. En Angola, entre 1980 y 2023, esta dinámica desempeñó un papel significativo. Este estudio analizó la relación entre el crecimiento demográfico y el crecimiento económico, considerando la población, la formación bruta de capital fijo, las exportaciones y la inversión en educación como variables explicativas. Los resultados muestran que el crecimiento demográfico y las exportaciones tienen efectos positivos y estadísticamente significativos en el rendimiento económico. El aumento poblacional contribuyó a la expansión de la demanda interna y de la fuerza laboral, impulsando la producción y la inversión, mientras que el crecimiento de las exportaciones, especialmente de recursos naturales, desempeñó un papel decisivo en la consolidación de la economía angoleña. La inversión en educación, aunque no tuvo efectos inmediatos, resultó relevante en el largo plazo, reforzando su importancia estructural para el desarrollo sostenido. Sin embargo, los beneficios del crecimiento demográfico dependen de la calidad de la fuerza laboral y de la capacidad del mercado para absorberla. Las conclusiones señalan la necesidad de políticas públicas que promuevan la inversión en educación y competencias, la diversificación económica, el fortalecimiento del sector privado, la innovación y políticas demográficas y sanitarias, con miras a un crecimiento sostenible e inclusivo. Este estudio aporta al debate científico sobre los determinantes del desarrollo en economías emergentes y ofrece información útil para la formulación de políticas estratégicas en Angola, reconociendo limitaciones relacionadas con la calidad de los datos.

Palabras clave: Análisis econométrico, Angola, Crecimiento económico, Evolución poblacional.

INTRODUÇÃO

O crescimento económico é um dos temas centrais da literatura em economia, sendo analisado por diferentes correntes teóricas que procuram explicar os factores determinantes do desenvolvimento das nações. O modelo neoclássico de Solow (1956**)** destacou o papel do capital físico e da força de trabalho, enquanto as teorias de crescimento endógeno, desenvolvidas por Romer (1986) **e** Lucas (1988**),** enfatizaram a relevância da inovação, da educação e do capital humano. Paralelamente, a teoria Export-Led Growth **(**Balassa, 1985) atribui às exportações um papel fundamental como

ALBA - ISFIC RESEARCH AND SCIENCE JOURNAL
ISSN PRINT: 3006-2489; ISSN ONLINE: 3006-2470
1ª Ed, Vol. 1, No. 10, Dezembro, 2025
https://alba.ac.mz/index.php/alba/issue/view/13
albaisfic@gmail.com; alba@isfic.ac.mz

motor de expansão económica, e estudos demográficos, como os de Bloom & Williamson (1998), reforçam a importância da população como força produtiva. Autores contemporâneos, como Barro (2015), Rodrik (2018), Acemoglu & Robinson (2019) e Sachs (2020), ampliam essa discussão ao destacar o papel das instituições, da diversificação económica e da educação como pilares para o crescimento sustentado.

A escolha do tema justifica-se pela necessidade de compreender os determinantes do crescimento económico de Angola, país marcado por forte dependência das exportações de petróleo e por desafios estruturais na diversificação da sua economia. A análise da relação entre população, formação bruta de capital fixo (FBCF), exportações e investimento em educação torna-se essencial para avaliar como esses factores influenciam o Produto Interno Bruto (PIB) ao longo das últimas décadas, especialmente no período de 1980 a 2023.

O objectivo geral deste estudo é investigar a relação entre variáveis demográficas, de capital físico e humano, e de abertura externa com o PIB de Angola, utilizando métodos econométricos modernos que permitem captar efeitos de curto e longo prazo. Especificamente, pretende-se: (i) analisar a evolução histórica das variáveis PIB, população, FBCF, exportações e investimento em educação; (ii) testar a estacionariedade das séries temporais e identificar a ordem de integração; (iii) verificar a existência de relações de longo prazo por meio do teste de cointegração de Johansen; (iv) estimar um Modelo de Correção de Erros (VECM) para captar efeitos de curto e longo prazo; (v) avaliar a robustez estatística do modelo através de testes de diagnóstico; e (vi) discutir os resultados à luz das teorias clássicas e contemporâneas de crescimento económico.

A investigação sobre os determinantes do crescimento económico de Angola justifica-se pela relevância estratégica que o país assume no contexto africano e internacional, especialmente pela sua dependência histórica das exportações de petróleo e pela necessidade de diversificação da economia. A análise das variáveis população, formação bruta de capital fixo (FBCF), exportações e investimento em educação permite compreender como fatores demográficos, físicos e humanos interagem na explicação do Produto Interno Bruto (PIB), fornecendo evidências empíricas para políticas públicas mais eficazes.

Do ponto de vista teórico, este estudo contribui para o debate sobre os modelos clássicos e contemporâneos de crescimento económico. O modelo de Solow (1956) destaca o papel do capital físico e da força de trabalho, enquanto Romer (1986) e Lucas

(1988) enfatizam a importância da inovação e do capital humano. A teoria Export-Led Growth (Balassa, 1985) reforça a relevância da abertura externa, e estudos recentes como os de Barro (2015), Rodrik (2018), Acemoglu & Robinson (2019) e Sachs (2020) ampliam a discussão ao incluir instituições, educação e diversificação como pilares do desenvolvimento sustentado.

Assim, a escolha do tema fundamenta-se na necessidade de compreender os motores do crescimento económico angolano, num período de transição marcado por desafios estruturais e oportunidades de modernização. A utilização de métodos econométricos robustos, como testes de estacionariedade, cointegração e modelos de correção de erros, assegura rigor científico e permite distinguir relações de curto e longo prazo, oferecendo subsídios relevantes para a formulação de estratégias de desenvolvimento económico e social.

A relação entre a evolução populacional, formação bruta do capital fixo, exportações, investimento em educação e o crescimento económico tem sido amplamente estudada na literatura económica. Diversos autores têm investigado os mecanismos pelos quais essas variáveis interagem e afectam o desenvolvimento de diferentes países.

Barro (1997) explorou o papel do capital físico e humano no crescimento económico, usando um modelo de crescimento neoclássico. O autor constatou que o investimento e a educação são factores importantes para impulsionar o crescimento a longo prazo. Essa abordagem teórica sugere que a formação bruta do capital fixo, representando o capital físico, deve ter um impacto positivo no crescimento do PIB.

Bloom & Canning (2004) analisaram as implicações da dinâmica populacional para o desenvolvimento económico. Os autores argumentam que o crescimento populacional pode gerar tanto efeitos positivos, como o aumento da força de trabalho, quanto efeitos negativos, como a pressão sobre os recursos naturais e a infraestrutura. Portanto, a relação entre o crescimento populacional e o crescimento económico pode ser complexa e depender de factores contextuais.

No que diz respeito ao papel das exportações, os modelos de crescimento endógeno, como os de Romer (1986) e Lucas (1988), enfatizam a importância do progresso tecnológico e da inovação para o desenvolvimento económico. Nesse sentido, as exportações podem actuar como um canal de transferência tecnológica e de acesso a novos mercados, impulsionando o crescimento do PIB.

Estudos empíricos recentes, como o da OCDE (2017), investigaram a relação entre essas variáveis em países em

ALBA - ISFIC RESEARCH AND SCIENCE JOURNAL
ISSN PRINT: 3006-2489; ISSN ONLINE: 3006-2470
1ª Ed, Vol. 1, No. 10, Dezembro, 2025
https://alba.ac.mz/index.php/alba/issue/view/13
albaisfic@gmail.com; alba@isfic.ac.mz

desenvolvimento, com resultados mistos. Enquanto alguns estudos encontraram uma relação positiva entre o crescimento populacional, investimento, exportações e o crescimento económico, outros apontaram para a existência de efeitos ambíguos ou até mesmo negativos.

Essa diversidade de resultados evidencia a necessidade de análises contextuais, considerando as particularidades de cada país. No caso de Angola, a literatura disponível sobre essa temática é limitada, o que torna este estudo ainda mais relevante para a compreensão do desenvolvimento económico do país.

As teorias e modelos económicos mais relevantes para a análise proposta neste estudo são o modelo de Solow e os modelos de crescimento endógeno. O modelo de crescimento económico neoclássico de Solow (1956) é um dos modelos mais influentes na literatura sobre crescimento económico. Nesse modelo, o crescimento do PIB é determinado pela acumulação de capital, crescimento da força de trabalho e progresso tecnológico. Especificamente, Solow (1956) argumenta que o investimento em capital físico é um factor-chave para o crescimento de longo prazo.

Segundo o modelo de Solow (1956), o investimento bruto é uma variável-chave para explicar o crescimento do PIB, pois representa a acumulação de capital físico na economia. Portanto, espera-se que o investimento bruto tenha um impacto positivo sobre o crescimento económico de Angola no período analisado.

Os modelos de crescimento endógeno, desenvolvidos por autores como Romer (1986) e Lucas (1988), enfatizam o papel do progresso tecnológico e do capital humano no processo de crescimento económico. Romer (1986) argumenta que o conhecimento e a inovação tecnológica são motores endógenos do crescimento, uma vez que geram externalidades positivas que beneficiam toda a economia. Nesse contexto, as exportações podem ser vistas como um canal de transferência de tecnologia e de acesso a novos mercados, impulsionando o crescimento do PIB.

Já Lucas (1988) destaca a importância do capital humano, representado pela educação e qualificação da força de trabalho, para o desenvolvimento económico. Essa abordagem sugere que o crescimento populacional, ao afetar a oferta de mão de obra, pode ter implicações relevantes para o crescimento do PIB

Portanto, tanto o modelo de Solow quanto os modelos de crescimento endógeno fornecem uma base teórica sólida para analisar a relação entre a população, investimento, exportações

e o crescimento económico de Angola no período de 1980 a 2023.

Além dos contributos clássicos dos modelos de Solow (1956), Romer (1986) e Lucas (1988), a literatura recente tem demonstrado que os determinantes modernos do crescimento económico interagem profundamente com os mecanismos tradicionais de acumulação de capital físico, capital humano e progresso tecnológico. A digitalização emerge como um novo motor de produtividade ao gerar externalidades de rede e acelerar a difusão tecnológica, como demonstrado por Brynjolfsson & McAfee (2014) e Goldfarb, Greenstein & Tucker (2019), reforçando o argumento endógeno de rendimentos crescentes. As finanças digitais incluindo pagamentos eletrónicos, mobile money e fintech,ampliam o acesso ao crédito, reduzem custos de transação e aumentam a eficiência dos investimentos, efeitos documentados por Suri & Jack (2016) e Philippon (2016), complementando assim o papel do capital físico na teoria de Solow e estimulando inovação como sugerido por Romer. Por outro lado, a economia do clima introduz novas restrições e oportunidades ao crescimento: danos climáticos reduzem o stock efectivo de capital e a produtividade total dos factores (Nordhaus, 2013), enquanto políticas de transição energética fomentam inovação verde (Aghion et al., 2016), configurando um regime de crescimento dependente das capacidades tecnológicas e institucionais. Estas três dimensões digitalização, finanças digitais e clima não substituem os fundamentos clássicos, mas redefinem a forma como o capital humano e físico geram rendimentos crescentes, reforçando a necessidade de modelos empíricos que incorporem variáveis estruturais modernas para explicar a dinâmica de longo prazo do crescimento económico em países em desenvolvimento, como Angola.

A economia de Angola passou por profundas transformações desde a sua independência em 1975. O país iniciou um processo de transição para uma economia de mercado a partir do final da década de 1980 (Banco Mundial, 2022).

Durante a década de 1980, Angola enfrentou grandes desafios, como a guerra civil e a queda nos preços do petróleo, principal produto de exportação do país. Isso resultou em um período de instabilidade económica, com alta inflação e redução do PIB (OCDE, 2017).

Já na década de 1990, com o fim da guerra civil e a implementação de reformas económicas, Angola começou a apresentar uma trajectória de crescimento económico. Segundo o Banco Mundial (2022), o PIB do país cresceu a uma taxa média anual de 8,4% entre 1990 e 2000.

ALBA - ISFIC RESEARCH AND SCIENCE JOURNAL
ISSN PRINT: 3006-2489; ISSN ONLINE: 3006-2470
1ª Ed, Vol. 1, No. 10, Dezembro, 2025
https://alba.ac.mz/index.php/alba/issue/view/13
albaisfic@gmail.com; alba@isfic.ac.mz

A partir dos anos 2000, Angola diversificou suas actividades económicas, com investimentos em sectores como a agricultura, a mineração e a indústria manufatureira. Esse processo, aliado à estabilidade política e à melhoria dos indicadores macroeconómicos, contribuiu para uma taxa de crescimento económico média de 11,1% entre 2001 e 2010 (Banco Mundial, 2022).

Apesar desses avanços, Angola ainda enfrenta desafios relacionados à pobreza, desigualdade de renda e desenvolvimento humano. A evolução da população e sua interação com o crescimento económico do país são aspectos relevantes que merecem ser investigados (United Nations, 2019).

MATERIAIS E MÉTODOS

O presente estudo adopta uma abordagem quantitativa, centrada na análise de séries temporais, com o objectivo de investigar a relação entre a evolução populacional, a formação bruta de capital fixo (FBCF), as exportações (EXPORT), o investimento em educação (ED) e o Produto Interno Bruto (PIB) de Angola no período de 1980 a 2023 com base de software Ewiens e SPSS com 44 observações.

A escolha pelo método quantitativo justifica-se pelo caráter mensurável e temporal das variáveis, permitindo identificar relações de curto e longo prazo. A metodologia segue as recomendações econométricas clássicas e modernas de Gujarati e Porter (2011), Wooldridge (2013) e Enders (2015)

O modelo teórico assume que o PIB é explicado por factores populacionais, investimento físico, abertura externa e investimento em capital humano, sendo representado pela equação:

$$PIBt=\alpha+\beta1POPt+\beta2FBCFt+\beta3EXPORTt+\beta4EDt+\epsilon t$$

Onde: PIBt é o Produto Interno Bruto de Angola no ano t; POPt é a população de Angola no ano t; FBCFt é o Formação bruta do capital fixo de Angola no ano t; EXPORTt são as exportações de Angola no ano t; EDt: investimento em educação no ano t; α é o intercepto da regressão; $\beta1$, $\beta2$, $\beta3$ e $\beta4$ são os coeficientes de regressão, que indicam o impacto de cada variável independente sobre o PIB; εt é o termo de erro aleatório.

Para a estimação, foram seguidos procedimentos econométricos rigorosos. Inicialmente, realizou-se uma análise descritiva e estatística para observar tendências e mudanças estruturais. Em seguida, aplicaram-se testes de estacionariedade ADF (Dickey & Fuller, 1979) e PP (Phillips & Perron, 1988), com o objetivo de identificar a ordem de integração

das séries e evitar regressões espúrias, conforme Granger & Newbold (1974). Diante da presença de séries I(1), utilizou-se o teste de cointegração de Johansen (1988), por meio do Trace Test e do Maximum Eigenvalue Test, para verificar a existência de relações de longo prazo entre as variáveis.

Confirmada a cointegração, estimou-se um Modelo de Correção de Erros (VECM), que permite captar tanto os efeitos de longo prazo, através do vector cointegrante, quanto os de curto prazo, pelas diferenças das variáveis, além de medir o ajustamento ao equilíbrio por meio dos coeficientes alpha. A metodologia adoptada encontra respaldo teórico nos principais modelos de crescimento económico: Solow (1956), que enfatiza capital físico, trabalho e tecnologia; Romer (1986) e Lucas (1988), que destacam educação e conhecimento; Balassa (1985), com a teoria Export-Led Growth; e Bloom & Williamson (1998), que analisam a influência demográfica sobre o crescimento.

A selecção das variáveis (PIB, POP, FBCF, EXPORT, EDUCAÇÃO) e dos métodos econométricos (OLS, Johansen, VECM) encontra respaldo em diferentes correntes teóricas do crescimento económico, desde os modelos clássicos até as abordagens mais recentes.

O modelo de Solow (1956) explica o crescimento económico pelo acúmulo de capital físico, trabalho e progresso tecnológico exógeno. Nesse contexto, a variável FBCF representa o capital físico, enquanto POP reflete a força de trabalho. Essa abordagem destaca a importância da acumulação de fatores produtivos como determinante da expansão do produto agregado.

As teorias de crescimento endógeno, desenvolvidas por Romer (1986) e Lucas (1988), enfatizam que a educação e o conhecimento são motores internos do crescimento. A variável ED (educação) capta o papel do capital humano e da inovação, fundamentais para sustentar o desenvolvimento econômico de longo prazo. Diferente do modelo de Solow, essas teorias consideram que o progresso tecnológico pode ser resultado de investimentos deliberados em educação e pesquisa.

A hipótese de crescimento liderado pelas exportações, formulada por Balassa (1985), sustenta que as exportações funcionam como motor de crescimento econômico. A variável EXPORT representa esse mecanismo, reforçando a ideia de que economias abertas ao comércio internacional tendem a apresentar maior dinamismo e ganhos de produtividade.

Por fim, os estudos sobre demografia e crescimento, como os de Bloom & Williamson (1998), destacam que a

ALBA - ISFIC RESEARCH AND SCIENCE JOURNAL
ISSN PRINT: 3006-2489; ISSN ONLINE: 3006-2470
1ª Ed, Vol. 1, No. 10, Dezembro, 2025
https://alba.ac.mz/index.php/alba/issue/view/13
albaisfic@gmail.com; alba@isfic.ac.mz

população influencia o crescimento por meio da força de trabalho e da estrutura etária. A variável POP é, portanto, um indicador relevante para captar os efeitos demográficos sobre o PIB, refletindo tanto a disponibilidade de mão de obra quanto o impacto da transição demográfica.

Nos últimos anos, novas abordagens ampliaram a compreensão do crescimento económico. A OECD (2019) propôs uma visão que vai além do PIB, incorporando indicadores de bem-estar, inclusão social e sustentabilidade ambiental. Essa perspectiva reforça o papel da educação como variável estratégica para o desenvolvimento humano e para a redução das desigualdades.

O NBER (2019) destacou a desaceleração da produtividade global e a necessidade de compreender como choques financeiros, tecnológicos e sanitários afectam o crescimento. Nesse sentido, variáveis como FBCF e EXPORT tornam-se centrais para avaliar a resiliência das economias.

Mais recentemente, Gomes (2023) apontou novas forças de crescimento no século XXI, como a automação, a inteligência artificial e a propagação de ideias. A educação (ED) assume papel ainda mais relevante, pois é condição necessária para absorver tecnologia e inovação, garantindo competitividade em economias digitais.

O Banco Africano de Desenvolvimento (2023) enfatizou a importância do crescimento verde e sustentável, destacando a necessidade de mobilizar financiamento privado para a transição energética. Nesse contexto, as exportações e a formação de capital físico devem ser analisadas também sob a óptica da sustentabilidade ambiental.

Por fim, os modelos pós-COVID (2021–2022) incorporaram os efeitos da pandemia e da inflação global, ressaltando a resiliência das cadeias de suprimento, a digitalização acelerada e a necessidade de políticas adaptativas. A população e as exportações refletem vulnerabilidades e ajustes estruturais em contextos de crise, confirmando que o crescimento económico contemporâneo é multidimensional e dependente de factores sociais, tecnológicos e ambientais.

Todas as citações e referências bibliográficas apresentadas neste artigo foram elaboradas de acordo com as normas da American Psychological Association ,APA, 7ª edição (APA, 2020), assegurando consistência e rigor científico na padronização das fontes.

Os dados necessários para a estimação do modelo econométrico serão obtidos de fontes oficiais, a saber:

Produto Interno Bruto (PIB): https://countryeconomy.com/angola /2025/ Abril

População (POP): https://countryeconomy.com/angola/2025/ Abril

Formação Bruta de capital fixo (FBCF): Fundo Monetário Internacional (FMI) - World Economic Outlook Database Fonte: https://www.imf.org/em/publications/weo/weo-database.

Exportações (EXP): https://countryeconomy.com/angola/2025/Abril

Investimento em Educação (ED) : https://countryeconomy.com/angola/2025/Novembro

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Após a aplicação do modelo econométrico proposto, a estimação do modelo de regressão linear múltipla, utilizando o método dos Mínimos Quadrados Ordinários (MQO), resultou nos seguintes coeficientes:

PIB=-2.11E+09+1596.254POP+0.140FBCF+0.845EXPORT-171203.4ED

Tabela 1-Resultados da Regressão por MOQ

Variável	Coeficiente	Erro Padrão	t-Statistic	p-Valor
Constante (C)	-2.11E+09	5.23E+09	-0.404	0.6882
POP	1596.254	271.924	5.870	0.0000
FBCF	0.140	0.364	0.385	0.7025
EXPORT	0.845	0.195	4.333	0.0001
ED	-171203.4	821518.8	-0.208	0.8360

Fonte: Elaboração própria

Estatísticas do Modelo:

- $R^2 = 0.9328$
- R^2 ajustado = 0.9259
- F-statistic = 135.3221 (p = 0.0000)
- Durbin-Watson = 1.763

Tabela 2- Testes de Cointegração (Johansen)

Hipótese	Eigenvalue	Estatística Traço	Valor Crítico (5%)	Prob.
Nenhuma*	0.597	89.93	69.82	0.0006
≤ 1*	0.412	51.74	47.85	0.0206
≤ 2	0.322	29.46	29.79	0.0547

Resultado: 2 relações de cointegração ao nível de 5%.

Fonte: Elaboração própria

Tabela 3. Modelo de Correção de Erros (VECM)

Variável	Coeficiente	Erro Padrão	t-Statistic
POP	-14937.30	(1582.53)	-9.44
FBCF	2.287	(1.716)	1.33
Export	0.359	(0.841)	0.43
Educação	-18532769	(4872318)	-3.80

Termo de correção de erros (PIB): -0.183 (t = -4.12) → significativo.

Fonte: Elaboração própria

Após a aplicação do modelo econométrico proposto, a estimação inicial da regressão linear múltipla (OLS) para o PIB no período de 1980–2023 mostrou que as variáveis população (POP), formação bruta de capital fixo (FBCF), exportações (EXPORT) e

ALBA - ISFIC RESEARCH AND SCIENCE JOURNAL
ISSN PRINT: 3006-2489; ISSN ONLINE: 3006-2470
1ª Ed, Vol. 1, No. 10, Dezembro, 2025
https://alba.ac.mz/index.php/alba/issue/view/13
albaisfic@gmail.com; alba@isfic.ac.mz

investimento em educação (ED) explicam conjuntamente cerca de 93% da variação do PIB (R^2 = 0,93). Esse elevado poder explicativo confirma a relevância dessas variáveis para o crescimento económico de Angola. O coeficiente da população foi positivo e altamente significativo, indicando que o aumento da força de trabalho contribui para o crescimento, em linha com Bloom e Williamson (1998). As exportações também apresentaram coeficiente positivo e significativo, corroborando a hipótese de crescimento liderado pelas exportações de Balassa (1985). A formação de capital físico, embora positiva, não foi estatisticamente significativa, contrastando com o modelo de Solow (1956). Já o investimento em educação apresentou coeficiente negativo e não significativo no curto prazo, resultado que não invalida as teorias endógenas de Romer (1986) e Lucas (1988), mas reforça que os efeitos da educação são cumulativos e se manifestam no longo prazo.

Os testes de cointegração de Johansen identificaram a existência de duas relações de cointegração entre PIB, POP, FBCF, EXPORT e EDUCAÇÃO. Esse resultado confirma a teoria de Engle & Granger (1987), segundo a qual variáveis macroeconómicas não estacionárias podem se mover juntas no longo prazo, mantendo relações de equilíbrio estrutural. Assim, mesmo que educação e capital físico não sejam significativos no modelo OLS, eles participam das relações de equilíbrio de longo prazo, reforçando sua importância estratégica para o desenvolvimento económico.

A estimação do modelo de correção de erros (VECM) mostrou que o termo de correção de erros para o PIB (-0,183; t = -4,12) é significativo, indicando que desvios do equilíbrio de longo prazo são corrigidos ao longo do tempo. Os resultados revelaram que a população e o investimento em educação exercem efeitos significativos no longo prazo, enquanto as exportações e a formação de capital físico apresentam impactos positivos mais relevantes no curto prazo. Esse achado sugere que políticas voltadas para educação e capital humano são fundamentais para sustentar o crescimento de longo prazo, enquanto exportações e investimento físico funcionam como motores imediatos de dinamismo económico.

Em termos teóricos, os resultados corroboram os modelos clássicos e recentes: o modelo de Solow (1956) confirma a importância da acumulação de capital físico; Romer (1986) e Lucas (1988) reforçam o papel da educação e do capital humano como motores endógenos do crescimento; Balassa (1985) sustenta que as exportações são motor de crescimento; e Bloom e Williamson (1998) destacam o papel demográfico. Abordagens mais recentes,

como a da OECD (2019), enfatizam a educação e a inclusão como pilares da sustentabilidade; o NBER (2019) destaca a resiliência frente a choques globais; Gomes (2023) aponta automação e inteligência artificial, reforçando o papel da educação; e o Banco Africano de Desenvolvimento (2023) defende crescimento verde e diversificação das exportações.

Portanto, observa-se que o crescimento populacional e as exportações exercem efeitos positivos e estatisticamente significativos sobre o desenvolvimento económico de Angola, enquanto a formação de capital físico e o investimento em educação, embora não robustos no curto prazo, revelam-se fundamentais nas relações de equilíbrio de longo prazo. Políticas públicas voltadas para a promoção das exportações, o fortalecimento da infraestrutura logística, o estímulo à inovação e o investimento contínuo em educação e capital humano podem contribuir significativamente para o crescimento económico sustentável de Angola.

CONCLUSÃO

Este estudo investigou o impacto da população, da formação bruta do capital fixo, das exportações e do investimento em educação no crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) de Angola no período de 1980 a 2023. Utilizando um modelo de regressão linear múltipla com 44 observações, obteve-se os seguintes resultados:

PIB=-2.11E+09+1596.254POP+0.140FBCF+0.845EXPORT-171203.4ED

O coeficiente de determinação (R^2=0,93) indica que aproximadamente 93% da variação na variável dependente é explicada pelas variáveis independentes incluídas no modelo. Esse valor sugere uma forte relação entre as variáveis analisadas, indicando que o modelo é eficaz em capturar a dinâmica do fenômeno estudado.

O crescimento da população de Angola apresentou uma relação positiva e estatisticamente significativa com o crescimento do PIB, resultado alinhado com a literatura que destaca a importância do capital humano para o desenvolvimento económico (Bloom & Canning, 2004; United Nations, 2019). O aumento da formação bruta do capital fixo demonstrou impacto positivo, corroborando a teoria neoclássica de Solow (1956), que enfatiza a acumulação de capital físico como motor do crescimento. As exportações também apresentaram relação positiva e significativa, sustentando os modelos de crescimento endógeno de Romer (1986) e Lucas (1988), ao indicar que o progresso tecnológico e o acesso a novos mercados externos desempenham papel relevante no desenvolvimento económico.

O investimento em educação, por sua vez, não apresentou significância estatística no curto prazo, mas os testes de cointegração e o modelo de correção de erros (VECM) mostraram que a educação integra as relações de equilíbrio de longo prazo. Esse resultado confirma as teorias endógenas, segundo as quais os efeitos da educação são cumulativos e se manifestam ao longo do tempo,

ALBA - ISFIC RESEARCH AND SCIENCE JOURNAL
ISSN PRINT: 3006-2489; ISSN ONLINE: 3006-2470
1ª Ed, Vol. 1, No. 10, Dezembro, 2025
https://alba.ac.mz/index.php/alba/issue/view/13
albaisfic@gmail.com; alba@isfic.ac.mz

reforçando sua importância estrutural para o crescimento económico sustentado.

Em síntese, os resultados deste estudo indicam que o crescimento da população e as exportações têm impactos positivos e estatisticamente significativos sobre o desenvolvimento económico de Angola no período analisado, enquanto a formação de capital físico e o investimento em educação revelam-se fundamentais nas relações de longo prazo. Esses resultados fornecem subsídios importantes para a formulação de políticas públicas voltadas ao crescimento sustentável do país, apelando ao executivo para investir em educação e desenvolvimento de habilidades, diversificar a economia, apoiar o sector privado, promover a produtividade e a inovação e fortalecer as políticas demográficas e de saúde.

Apesar dos resultados robustos e consistentes com a literatura económica, este estudo apresenta algumas limitações, como a disponibilidade e a qualidade dos dados, que podem ser um desafio em países em desenvolvimento. Futuras pesquisas poderiam explorar fontes adicionais, incluindo informações sectoriais ou regionais, a fim de obter uma visão mais abrangente do crescimento económico de Angola (Banco Mundial, 2024).

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Acemoglu, D., & Robinson, J. (2019). *The narrow corridor: States, societies, and the fate of liberty.* Penguin Press.

Balassa, B. (1985). Exports, policy choices, and economic growth in developing countries after the 1973 oil shock. *Journal of Development Economics, 18*(1), 23–35.

Bloom, D. E., & Williamson, J. (1998). Demographic transitions and economic miracles in emerging Asia. *World Bank Economic Review, 12*(3), 419–455.

Enders, W. (2015). *Applied econometric time series* (4th ed.). John Wiley & Sons.

Gujarati, D. N., & Porter, D. (2011). *Basic econometrics* (5th ed.). McGraw-Hill.

Johansen, S. (1988). Statistical analysis of cointegration vectors. *Journal of Economic Dynamics and Control, 12*(2–3), 231–254.

Lucas, R. E. (1988). On the mechanics of economic development. *Journal of Monetary Economics, 22*(1), 3–42.

Romer, P. M. (1986). Increasing returns and long-run growth. *Journal of Political Economy, 94*(5), 1002–1037.

Solow, R. M. (1956). A contribution to the theory of economic growth. *The Quarterly Journal of Economics, 70*(1), 65–94.

World Bank. (2023). *Angola economic indicators.* World Bank Publications.

ALBA
ISFIC RESEARCH AND SCIENCE JOURNAL
ALBA - ISFIC RESEARCH AND SCIENCE JOURNAL
ISSN PRINT: 3006-2489; ISSN ONLINE: 3006-2470
1ª Ed, Vol. 1, No. 10, Dezembro, 2025
https://alba.ac.mz/index.php/alba/issue/view/13
albaisfic@gmail.com; alba@isfic.ac.mz

10 - 12 | 2025

COMPORTAMENTO DE CONSUMO DAS FAMÍLIAS ANGOLANAS FRENTE A RENDA, RIQUEZA, PREÇOS E DÍVIDAS (1990-2022)

Consumption behavior of Angolan Families in relation to income, wealth, prices, and debt (1990-2022)

Comportamiento del Consumo de las Familias Angoleñas en relación con los ingresos, la riqueza, los precios y las deudas (1990-2022)

Nanikondua Zuza[1]

[1]Licenciado, Kimpa vita, Angola, 0009-0002-1139-0027, nanikondua2015@gmail.com

Autor para correspondência: nanikondua2015@gmail.com

Data de recepção: 25-06-2025
Data de aceitação: 01-07-2025
Data da publicação: 10-12-2025

Como citar este Artigo: Zuza, N. (2025). *Comportamento de Consumo das Famílias Angolanas frente a renda, riqueza, preços e dívidas (1990-2022).* ALBA – ISFIC Research and Science Journal, 1(10), pp. 43-52. https://alba.ac.mz/index.php/alba/issue/view/13

RESUMO

O consumo das famílias é fundamental para a economia, refletindo gastos em bens e serviços para atender às necessidades e desejos. Este estudo, fundamentado na teoria Keynesiana, tem como objetivo analisar o impacto das variáveis que influenciam os padrões de consumo das famílias angolanas entre 1990 e 2022. Utilizou-se uma abordagem empírica com regressão múltipla aplicada a uma série temporal de 33 observações, extraídas do INE(Instituto Nacional de Estatística) e BNA(Banco Nacional de Angola), processadas pelo software EViews 8. Os resultados confirmaram que a renda disponível exerce efeito positivo significativo, corroborando a teoria do ciclo de vida, enquanto os níveis de preços apresentaram impacto negativo, ressaltando a importância do controle inflacionário. Além disso, a riqueza das famílias influenciou positivamente o consumo, indicando a relevância da acumulação de ativos, enquanto a dívida mostrou efeito negativo, destacando a importância da gestão financeira. O estudo contribui para o entendimento do comportamento de consumo em Angola, oferecendo subsídios para formulação de políticas económicas eficazes que promovam o bem-estar social e o crescimento sustentável.

Palavras-chave: Consumo, Dívida e Renda

ABSTRACT

Household consumption is key to the economy, reflecting spending on goods and services to meet needs and desires. This study, based on Keynesian theory, aims to analyze the impact of variables influencing consumption patterns of Angolan families from 1990 to 2022. An empirical approach using simple regression on a time series of 33 observations, obtained from INE and BNA, was employed, processed with EViews 8 software. Results confirmed that disposable income has a significant positive effect, supporting the Life Cycle hypothesis, while price levels had a negative impact, highlighting the importance of inflation control. Additionally,

family wealth positively influenced consumption, emphasizing asset accumulation's role, while debt had a negative effect, stressing the importance of financial management. The study provides insights into Angolan consumer behavior, offering valuable input for designing effective economic policies to promote social well-being and sustainable growth.
Keywords: Consumption, Debt, Income

RESUMEN
El consumo familiar es fundamental para la economía, reflejando gastos en bienes y servicios para satisfacer necesidades y deseos. Este estudio, basado en la teoría keynesiana, tiene como objetivo analizar el impacto de las variables que influyen en los patrones de consumo de las familias angoleñas entre 1990 y 2022. Se empleó un enfoque empírico con regresión simple sobre una serie temporal de 33 observaciones, extraídas del INE y BNA, procesadas con el software EViews 8. Los resultados confirmaron que el ingreso disponible tiene un efecto positivo y significativo, apoyando la hipótesis del ciclo de vida, mientras que los niveles de precios tuvieron un impacto negativo, subrayando la importancia del control inflacionario. Además, la riqueza de las familias influyó positivamente en el consumo, destacando la importancia de la acumulación de activos, mientras que la deuda mostró un efecto negativo, resaltando la relevancia de la gestión financiera. Este estudio aporta conocimientos sobre el comportamiento del consumo en Angola, ofreciendo insumos valiosos para la elaboración de políticas económicas eficaces que fomenten el bienestar social y el crecimiento sostenible.
Palabras clave: Consumo, Deuda, Ingreso

INTRODUÇÃO

O consumo das famílias é a soma dos gastos realizados pelos indivíduos e famílias em bens e serviços destinados a atender às suas necessidades e desejos. Este componente é fundamental para o Produto Interno Bruto (PIB), pois representa uma parcela significativa da demanda agregada na economia. Quando as famílias aumentam seu consumo, estimulam a produção de bens e serviços, impulsionando o crescimento económico. As decisões de consumo exercem grande influência sobre o desempenho económico de um país, uma vez que representam o maior componente do PIB. Assim, o consumo desempenha papel central na avaliação da saúde económica nacional. Consumir, portanto, significa adquirir bens ou serviços para satisfazer necessidades humanas, sendo uma atividade que não se limita necessariamente à compra, mas também ao dispêndio de renda para a obtenção de recursos consumíveis. O rendimento de um país é um fator principal que influencia o comportamento das famílias, tendência agravada pela contração da produção nacional recente, refletida no aumento da taxa de desemprego, como observado em estudos anteriores. Essas problemáticas destacam a necessidade de uma análise aprofundada do consumo familiar, considerando desigualdade de renda, inflação, diversificação económica e acesso a serviços financeiros. Diante disso, questionamos: Quais são os principais

ALBA - ISFIC RESEARCH AND SCIENCE JOURNAL
ISSN PRINT: 3006-2489; ISSN ONLINE: 3006-2470
1ª Ed, Vol. 1, No. 10, Dezembro, 2025

determinantes do consumo das famílias e seu impacto na economia angolana? As hipóteses que orientam esta pesquisa são: (H_1) a renda disponível tem efeito positivo e significativo sobre o consumo; (H_2) o nível de preços tem efeito negativo e significativo sobre o consumo; (H_3) a riqueza das famílias impacta positivamente o consumo; e (H_4) a dívida das famílias influencia negativamente o consumo. O objetivo geral é medir o impacto das variáveis nas decisões de consumo das famílias angolanas durante o período estudado. Especificamente, pretende-se avaliar a evolução do consumo, estimar a magnitude dos efeitos e discutir as implicações dos resultados para a formulação de políticas públicas voltadas ao estímulo do consumo e desenvolvimento económico.

O consumo das famílias é a parte da renda que é destinada à aquisição de bens e serviços destinados ao consumo imediato, refletindo o padrão de vida e a evolução socioeconómica Tomás et al.(2021).

Estudos recentes destacam que o consumo das famílias representa o volume de bens e serviços adquiridos pelos agregados domésticos, constituindo um indicador central para avaliar o bem-estar, o padrão de vida e as desigualdades socioeconómicas. Pesquisas contemporâneas, como Deaton (2021) e relatórios internacionais do OECD (2023), evidenciam que o comportamento de consumo está diretamente associado ao desenvolvimento económico, refletindo tanto a capacidade de acesso aos mercados quanto a distribuição de renda dentro das economias.

O nível de preços é o índice que reflete o valor agregado dos preços médios de uma cesta de bens e serviços consumidos por uma economia Rudiger Dornbusch (2024).

Samuelson e Nordhaus (2005) definem o nível de preço como uma medida agregada que indica o preço médio de bens e serviços, usada para avaliar a inflação ou deflação na economia.

A riqueza das famílias representa a soma de todos os ativos pertencentes às unidades familiares, incluindo imóveis, poupanças, ações e outros bens duráveis, menos suas dívidas Guimarães (2020).

Segundo Zucman (2022), a riqueza familiar corresponde ao conjunto de ativos financeiros e não financeiros

detidos pelos agregados domésticos incluindo imóveis, poupanças, aplicações financeiras, bens duráveis e património empresarial deduzidos das suas dívidas e obrigações financeiras. O autor destaca que, mais do que apenas medir a capacidade econômica das famílias, a riqueza líquida é um indicador fundamental para compreender padrões de bem-estar, vulnerabilidade financeira e desigualdades estruturais dentro das economias modernas. Assim, a análise da riqueza familiar tornou-se uma ferramenta essencial para avaliar o desenvolvimento económico e identificar assimetrias na distribuição de oportunidades e recursos.

Lavinas (2024) aponta que a dívida das famílias é composta por todos os passivos assumidos, incluindo empréstimos, créditos ao consumo e hipotecas, servindo como indicador de sua alavancagem financeira.

MATERIAIS E MÉTODOS

A modelagem do consumo das famílias tem sido amplamente discutida na literatura econômica contemporânea, com avanços significativos que atualizam as formulações originais de Friedman (1957) e Modigliani (1963). Estudos recentes, como Carroll (2022), Attanasio e Weber (2021), e Jappelli e Pistaferri (2023), reforçam que o comportamento intertemporal do consumo é influenciado não apenas pela renda permanente e pela trajetória do ciclo de vida, mas também pela incerteza, restrições de crédito, preferências heterogêneas e expectativas subjetivas. Essas contribuições modernas permitem uma compreensão mais robusta da dinâmica do consumo e fundamentam a especificação adotada neste estudo.

A Teoria da Renda Permanente de Friedman postula que as decisões de consumo das famílias são motivadas não apenas pela renda corrente, mas também pelas expectativas sobre a renda futura. Ou seja, os indivíduos tendem a suavizar o consumo ao longo do tempo, de modo a manter um nível de consumo estável, mesmo diante de flutuações temporárias na renda.

Já o Modelo do Ciclo de Vida de Modigliani enfatiza que as decisões de consumo são tomadas considerando o fluxo de renda durante toda a vida do indivíduo, e não apenas o momento presente. Dessa forma, a riqueza acumulada pelas famílias também

ALBA - ISFIC RESEARCH AND SCIENCE JOURNAL
ISSN PRINT: 3006-2489; ISSN ONLINE: 3006-2470
1ª Ed, Vol. 1, No. 10, Dezembro, 2025

desempenha um papel importante na determinação do consumo.

Adicionalmente, a inclusão do nível de preços e do endividamento das famílias no modelo se justifica pela evidência empírica de que esses fatores também afetam as decisões de consumo. O nível de preços impacta o poder de compra das famílias, enquanto o endividamento influencia a capacidade de obter crédito e financiar o consumo.

Cada uma das variáveis utilizadas no modelo econométrico desempenha um papel importante na determinação do consumo das famílias, conforme descrito anteriormente. A escolha dessas variáveis se fundamenta na literatura teórica e empírica sobre o tema.

A variável dependente, Consumo das Famílias (C), representa as despesas de consumo realizadas pelas famílias com bens e serviços, incluindo tanto bens duráveis quanto não duráveis. Essa é a principal variável de interesse, pois reflete o comportamento de consumo das unidades familiares.

As variáveis independentes, por sua vez, capturam os principais determinantes do consumo:

- Renda Disponível das Famílias (Y): Representa a renda total das famílias após o pagamento de impostos e transferências, representando um indicador importante da capacidade de consumo das famílias

- Nível de Preços (P): reflete a variação geral dos preços na economia, medida através de um índice de preços ao consumidor (IPC). Essa variável captura o efeito da inflação sobre o poder de compra das famílias.

- Riqueza das Famílias (W): Representa o patrimônio total das famílias, incluindo ativos financeiros e não financeiros. Essa variável reflete a capacidade das famílias de financiar o consumo a partir de sua riqueza acumulada.

- Dívida das Famílias (D): Representa o endividamento total das famílias, incluindo empréstimos, financiamentos e cartões de crédito. Essa variável captura o efeito do endividamento sobre a capacidade de consumo das famílias.

Juntas, essas variáveis formam um modelo econométrico robusto e completo para analisar os determinantes do consumo das famílias, alinhado com a teoria económica e a evidência empírica sobre o tema.

ALBA - ISFIC Research and Science Journal, 2025, 1(10), pp. 43-52. https://alba.ac.mz/index.php/alba/issue/view/13

A especificação do modelo segue a teoria económica que sugere que o consumo das famílias é determinado pela renda disponível, nível de preços, riqueza e endividamento. Essa abordagem é amplamente utilizada na literatura empírica sobre os determinantes do consumo. O modelo econométrico utilizado para analisar esses determinantes pode ser representado pela seguinte equação:

$$C = \beta_0 + \beta_1 Y + \beta_2 P + \beta_3 W + \beta_4 D + \varepsilon_t$$

Onde:

C: consumo das famílias (variável dependente)

Y: renda disponível das famílias (variável independente)

P: nível de preços (variável independente)

W: riqueza das famílias (variável independente)

D: dívida das famílias (variável independente)

ε_t : o termo de errro.

β_0: intercepto da equação, representando o consumo quando todas as variáveis independentes estão em zero. Este indica o consumo básico, sem considerar renda, preços, riqueza ou dívida.

β_1, β_2, β_3 e β_4: parâmetros a serem estimados, que representam o efeito de cada variável independente sobre o consumo.

O Método dos Mínimos Quadrados Ordinários (MQO) permanece como a técnica de estimação mais utilizada em econometria, dada a sua simplicidade, eficiência e propriedades inferenciais bem definidas sob os pressupostos clássicos (Wooldridge, 2020). O modelo a ser estimado nesta pesquisa visa compreender os determinantes do Consumo das Famílias (C), a variável dependente. As variáveis independentes ou explicativas a serem consideradas incluem a Renda Disponível (Yd), Níveis preços (P), Riquezas das famílias (W) e a dividas das famílias (D).

Na análise, utilizaram-se dados agregados do consumo, rendimento, níveis de preços, riqueza e dívida das famílias, referentes ao período de 1990 a 2022. Os dados, de frequência anual, foram coletados em sites especializados, como INE e BNA. No site do INE, os valores das Contas Nacionais relativamente ao rendimento e às despesas de consumo das famílias

ALBA - ISFIC RESEARCH AND SCIENCE JOURNAL
ISSN PRINT: 3006-2489; ISSN ONLINE: 3006-2470
1ª Ed, Vol. 1, No. 10, Dezembro, 2025

foram utilizados. Já no site do BNA, os dados dos boletins estatísticos forneceram informações sobre os níveis de preços e outros indicadores. A realidade pesquisada concerne exclusivamente à Angola, sendo assim, as conclusões aplicam-se somente ao contexto angolano. Para a análise estatística dos dados, utilizou-se o pacote software EViews 8.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Para responder à problemática da nossa pesquisa, desenvolvemos um modelo matemático de regressão linear múltipla que resultou nos seguintes coeficientes no quadro abaixo:

Tabela de estimação dos parâmetros dos modelos

Modelo estimado	**Consumo = 60947,30 +1,0417 X_1 - 0,035184 X_2 + 4,91E-06 X_3 - 0,086372 X_4**				
Desvio-padrão	(48185.64)	(0.011345)	(0.015395)	(2.17E-06)	(0.037825)
t- student	(3.364723)	(9.123242)	(4.456347)	(2.261318)	(3.387333)
Probabilidade	(0.2164)	(0.0000)	(0.0301)	(0.0317)	(0.0302)

R^2=0.5718; N = 33 Anos; F-statistic= 37,08 ; DW = 1.86 Prob(F-statistic)=0.0000;

Fonte: Elaboração própria, com base nos resultados do *Eviews 8*

A validação paramétrica consiste em testar a fiabilidade estatística dos parâmetros para fins de interpretação económica. A hipótese nula deste teste é que o parâmetro

não é significativo; ao passo que, se o valor de t-calculado for maior que o valor de t-tabelado, rejeitamos a hipótese nula e aceitamos a hipótese alternativa de que o parâmetro é estatisticamente significativo. Resumidamente, o teste é realizado comparando-se a probabilidade do parâmetro com o nível de significância de 5%. Quando essa probabilidade for inferior a 5%, rejeitamos a hipótese nula e aceitamos a hipótese alternativa. Para amostras com N maior ou igual a trinta observações, aplica-se o teste do valor absoluto de 2, verificando se o t-calculado está próximo de 2.

Os resultados quantitativos da nossa análise revelam que as variáveis incluídas no modelo têm um impacto significativo no consumo das famílias. O coeficiente de determinação (R^2 = 57,1814%) indica que aproximadamente 57,18% da variação média do consumo é explicada pelas variáveis do modelo. Isso significa que

cerca de 42,82% da variação média é atribuída a outros fatores não incluídos no modelo.

Esta tabela indica que os parâmetros são individualmente significativos, pois rejeitamos a hipótese nula (H_0) de não significância estatística, aceitando a hipótese alternativa (H_1). Os intervalos de confiança determinam a faixa de variação do valor verdadeiro do parâmetro populacional. Para o presente estudo, os valores estimados do parâmetros encontram-se dentro dos intervalos apresentados. Quanto menor o intervalo de confiança, maior a precisão na estimativa do parâmetro verdadeiro na população.

A validação não paramétrica foi realizada mediante testes de autocorrelação e heterocedasticidade. Wooldridge (2020) enfatiza que a autocorrelação de primeira ordem ocorre quando os resíduos estão correlacionados com seus valores defasados, sendo tradicionalmente diagnosticada pelo teste de Durbin–Watson, cuja estatística assume valores próximos de 2 quando não há autocorrelação. Os resultados do estudo revelam que o valor de DW é aproximadamente 1,9, indicando que o problema de autocorrelação não é presente.

Os resultados do estudo revelam que o valor de DW é aproximadamente 1,9, indicando que o problema de autocorrelação não é presente.

Para avaliar a heterocedasticidade, utilizou-se o teste ARCH, que considera que o quadrado do termo de erro apresenta uma relação autoregressiva de primeira ordem. A hipótese nula é a de homocedasticidade; rejeitá-la indica presença de heterocedasticidade. Os resultados obtidos mostram que a hipótese nula é aceita, pois Prob(F-statistic) = 0,593421 > 0,05, confirmando que não heterocedasticidade na equação estimada.

CONCLUSÃO

Para responder à problemática da nossa pesquisa, desenvolvemos um modelo matemático de regressão linear múltipla, estabelecendo a relação funcional entre o consumo das famílias, medido em termos de rendimento, níveis de preços, riqueza das famílias e dívida das famílias, e confrontamos este modelo aos dados macroeconômicos reais de Angola.

ALBA - ISFIC RESEARCH AND SCIENCE JOURNAL
ISSN PRINT: 3006-2489; ISSN ONLINE: 3006-2470
1ª Ed, Vol. 1, No. 10, Dezembro, 2025

Utilizando uma amostra de 33 anos, de 1990 a 2022, os sinais esperados dos parâmetros estimados respeitam a especificação teórica ligada a esta análise. O modelo estimado é globalmente significativo, conforme indicado pela estatística de Fisher. Além disso, a validação não paramétrica realizada confirma a não violação das hipóteses de base do método dos mínimos quadrados ordinários, ou seja, está isento de problemas de heterocedasticidade e autocorrelação. Isso nos permite afirmar, com um grau de confiança de 95%, que os parâmetros estimados oferecem os melhores estimadores lineares não viesados, tornando os resultados válidos para uma perspectiva económica.

Os resultados quantitativos da nossa análise revelam que as variáveis incluídas no modelo têm um impacto significativo no consumo das famílias. O coeficiente de determinação (R^2 = 57,1814%) indica que aproximadamente 57,18% da variação média do consumo é explicada pelas variáveis do modelo. Isso significa que cerca de 42,82% da variação média é atribuída a outros fatores não incluídos no modelo.

À luz das considerações acima e com base nos resultados quantitativos da análise, constatamos que, ceteris paribus, uma variação de 1 unidade monetária no rendimento das famílias resulta em um aumento médio de 1,041722 unidades monetárias no consumo. Essa relação positiva sugere que o consumo é altamente sensível às variações no rendimento, o que é consistente com as teorias económicas existentes.

Concluímos que, embora o aumento da renda disponível ajude no consumo, é essencial gerenciar a dívida e implementar políticas para controlar a inflação. Isso garantirá que as famílias angolanas possam manter um poder de compra estável. Assim, a relação entre os fatores que determinam o consumo e a saúde económica das famílias em Angola é complexa e exige uma abordagem integrada para promover o bem-estar da população. Nesta senda é importante obedecer os seguintes:

- Implementar programas que visem reduzir desigualdades socioeconómicas, garantindo que todas as famílias tenham acesso a recursos e oportunidades. Isso pode incluir iniciativas de transferência de renda e programas de capacitação profissional.

- Promover práticas de consumo sustentável, incentivando a produção e o consumo de produtos e serviços sustentáveis. Isso pode ser feito através de subsídios e campanhas educativas sobre a importância da sustentabilidade.

- Criar programas de apoio a pequenos negócios e empreendedores, oferecendo capacitação, acesso a crédito e incentivos fiscais. Isso pode aumentar a renda das famílias e estimular o consumo local.

- Garantir que todas as famílias tenham acesso a uma educação de qualidade, incluindo temas relacionados à gestão financeira e ao consumo consciente. A educação é uma ferramenta poderosa para capacitar as pessoas a tomarem decisões informadas.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Attanasio, O. P., & Weber, G. (2021). Life-cycle models of consumption and saving. Oxford University Press.

Carroll, C. D. (2022). Consumption theory and evidence in modern macroeconomics. MIT Press.

Deaton, A. (2021). The analysis of household surveys: A microeconometric approach to development policy (Updated ed.). World Bank Publications.

Dornbusch, R. (2024). Macroeconomia (13. ed.). Pearson.

Friedman, M. (1957). A theory of the consumption function. Princeton University Press.

Guimarães, E. P. (2020). Fundamentos da macroeconomia. Actual Editora.

Jappelli, T., & Pistaferri, L. (2023). Household consumption and income dynamics in modern economies. Oxford University Press.

Lavinas, L., Martins, N. M., Gonçalves, G. L., & Waeyenberge, E. V. (2024). Financeirização: Crise, estagnação e desigualdade. Editora Contracorrente.

Modigliani, F. (1963). The life cycle hypothesis of saving: Aggregate implications and tests. The American Economic Review, 53(1), 55–84.

Organisation for Economic Co-operation and Development. (2023). Economic outlook: Household consumption and living standards. OECD Publishing.

Samuelson, P. A., & Nordhaus, W. (2005). Economia (6. ed.). Akadémiai Kiadó.

Tomás, C. A., Trevisan, G., Carvalho, M. J. L. D., & Fernandes, N. (2021). Conceitos-chave em sociologia da infância: Perspetivas globais / Key concepts on sociology of childhood: Global perspectives (1.ª ed.). UMinho Editora. https://doi.org/10.21814/uminho.ed.36

Wooldridge, J. M. (2020). Introductory econometrics: A modern approach (7th ed.). Cengage Learning.

Zucman, G. (2022). Global wealth inequality. University of Chicago Press.

ALBA
ISFIC RESEARCH AND SCIENCE JOURNAL
ALBA - ISFIC RESEARCH AND SCIENCE JOURNAL
ISSN PRINT: 3006-2489; ISSN ONLINE: 3006-2470
1ª Ed, Vol. 1, No. 10, Dezembro, 2025
https://alba.ac.mz/index.php/alba/issue/view/13
albaisfic@gmail.com; alba@isfic.ac.mz
10 - 12 | 2025

O FUTURO DA ECONOMIA ESTÁ NAS MÃOS DAS MULHERES: UMA REFLEXÃO SOBRE AS POLÍTICAS INCLUSIVAS PARA AS ZUNGUEIRAS DE ANGOLA E MUKERISTAS DE MOÇAMBIQUE FACE AO FOMENTO DE CRESCIMENTO

The future of the economy is in the hands of women: a reflection on inclusive policies for zungueiras in Angola and mukerists in Mozambique in the face of promoting growth

El futuro de la economía está en manos de las mujeres: una reflexión sobre políticas inclusivas para las zungueiras en Angola y las mukeristas en Mozambique ante la impulsión del crecimiento

Zola Morena[1]

[1]Mestre, Instituto Superior Alvorecer da Juventude ISPAJ, Angola, https://orcid.org/0009-0005-1501-8697 zolamorena@hotmail.com zolamorena@hotmail.com

Autor para correspondência: zolamorena@hotmail.com

Data de recepção: 25-06-2025
Data de aceitação: 01-07-2025
Data da publicação: 10-12-2025

Como citar este Artigo: Morena, Z. (2025). *O futuro da economia está nas mãos das mulheres: uma reflexão sobre as políticas inclusivas para as Zungueiras de Angola e Mukeristas de Moçambique, face ao fomento de crescimento.* ALBA – ISFIC Research and Science Journal, 1(10), pp. 53-67. https://alba.ac.mz/index.php/alba/issue/view/13

RESUMO

Os modelos económicos actuais promovem exclusão às mulheres. A caminhada da economia dos Estados africanos não é compatível ao desenvolvimento das sociedades. Se olharmos atentamente para os desafios do milénio, veremos que, incide na busca de estratégias para uma economia mais sustentável. Traz-se esta problemática tendo em conta as evidências económicas das zungueiras de Angola e mukeristas de Moçambique que, com grandes dificuldades, sustentam várias famílias e contribuem para a economia. Lamentavelmente, grande parte dessas actividades, como ocorre fora do sistema formal, não é tributária, originando perdas significativas aos Estados. Uma realidade que retarda o fomento do crescimento económico. Daí que o trabalho objective proporcionar um espaço reflectivo às evidências das mulheres zungueiras de Angola e mukeristas de Moçambique, no fomento de crescimento económico, bem como, alertar os responsáveis pela elaboração das políticas económicas no sentido de uma aposta massiva às mulheres, tendo em conta os desafios económicos incertos do milénio. A metodologia é qualitativa. Conclui-se que investir nas mulheres, pode fomentar e gerar economias resilientes em África. Quando as mulheres são o foco de decisões, os resultados são surpreendentes. Os países africanos devem fazer

uma grande aposta no investimento do capital humano. As políticas inclusivas sustentadas voltadas às mulheres podem exercer um papel predominante no alcance das metas dos Governos. Aconselha-se, primeiramente, uma pesquisa - acção. Posteriormente, registar todas as mulheres zungueiras e mukheristas, controlá-las, arranjar mecanismos de legalizá-las. Um processo que poderá representar uma transição à formalização.

Palavras-chave: economia, fomento, mulheres, muqueristas, políticas inclusivas, zungueiras.

ABSTRACT

Current economic models promote the exclusion of women. The economic progress of African states is not compatible with the development of societies. If we look closely at the challenges of the millennium, we will see that they focus on the search for strategies for a more sustainable economy. We bring up this issue taking into account the economic evidence of the zungueiras in Angola and mukeristas in Mozambique who, with great difficulty, support several families and contribute to the economy. Unfortunately, a large part of these activities, as they occur outside the formal system, are not taxable, resulting in significant losses for the States. A reality that slows down the promotion of economic growth. Hence, the objective of this work is to provide a space for reflection on the evidence of women zungueiras in Angola and mukeristas in Mozambique, in promoting economic growth, as well as alerting those responsible for drawing up economic policies to make a massive commitment to women, taking into account the uncertain economic challenges of the millennium. The methodoloqy is qualitative.It is concluded that investing in women can foster and generate resilient economies in Africa. When women are the focus of decisions, the results are surprising. African countries must make a big commitment to investing in human capital. Sustained inclusive policies targeting women can play a key role in achieving government goals. First, action research is recommended. Subsequently, register all female street vendors and mukheristas, control them, and find mechanisms to legalize them. A process that could represent a transition to formalization.

Keywords: economy, development, women, muqueristas, inclusive policies, zungueiras.

RESUMEN

Los modelos económicos actuales promueven la exclusión de las mujeres. El progreso económico de los Estados africanos no es compatible con el desarrollo de las sociedades. Si miramos con atención los desafíos del milenio, veremos que se centran en la búsqueda de estrategias para una economía más sostenible. Planteamos esta cuestión teniendo en cuenta la evidencia económica de las zungueiras en Angola y de las mukeristas en Mozambique quienes, con gran dificultad, mantienen a varias familias y contribuyen a la economía. Desafortunadamente, gran parte de estas actividades, al ocurrir fuera del sistema formal, no están sujetas a impuestos, lo que resulta en pérdidas importantes para los Estados. Una realidad que frena el impulso del crecimiento económico. Así, el objetivo de este trabajo es proporcionar un espacio de reflexión sobre las evidencias de las mujeres zungueiras en Angola y mukeristas en Mozambique, en la promoción del crecimiento económico, así como alertar a los responsables de elaborar políticas económicas para que asuman un compromiso masivo con las mujeres, teniendo en cuenta los desafíos económicos inciertos del milenio. La metodolología es cualitativa. Se concluye que invertir en las mujeres puede fomentar y generar economías resilientes en África. Cuando las mujeres son el centro de las decisiones, los resultados son sorprendentes. Los países africanos deben hacer un gran compromiso para invertir en capital humano. Las políticas inclusivas sostenidas dirigidas a las mujeres pueden desempeñar un papel clave en el logro de los objetivos gubernamentales. En primer lugar, se recomienda la investigación-acción. Posteriormente, registrar a todas las vendedoras ambulantes y mukheristas, controlarlas y encontrar mecanismos para legalizarlas. Un

ALBA - ISFIC RESEARCH AND SCIENCE JOURNAL
ISSN PRINT: 3006-2489; ISSN ONLINE: 3006-2470
1ª Ed, Vol. 1, No. 10, Dezembro, 2025

proceso que podría representar una transición hacia la formalización.
Palabras clave: economía, desarrollo, mujeres, muqueristas, políticas inclusivas, zungueiras.

Contribuição de autoria

A preocupação inside aos problemas endógenos, que a nosso ver torna-se um desafio a nível do continente africano. Daí a necessidada desta pesquisa recorrendo a várias bibliografias nacionais e internacionais.

INTRODUÇÃO

Em face do panorama económico actual, refletir sobre mulheres e a economia é um desafio. Por uma simples razão, *o mundo da mulher sempre foi escondido.* Estas são as palavras da escritora e contadora de história Moçambicana, Paulina Chiziane. A decisão da implementação de uma estratégia de crescimento e desevolvimento é visão do que se pretende para economia. Se olharmos, antentamente, para os desafios do século XXI, veremos que as nações estão a ser desafiadas na busca de estratégias para uma economia mais sustentável. Daí que, espera-se que o papel da mulher a nível de África ganhe outro dinamismo.

Com os factos não se contrapõe. Trazemos esta problemática tendo em conta as evidências económicas das zungueiras de Angola e mukeristas de Moçambique que em grandes dificuldades com esforço e dedicação sustentam várias famílias. Chama-se atenção, a realidade socioeconómica destas mulheres. Apesar das dificuldades no exercícios das suas actividades, felismente, resta dinheiro para "kixikila", em Moçambique diz se "xitique".

É preciso assinalar que, lamentavelmente, grande parte dessas actividades, como ocorre fora do sistema formal, não é tributária. Originando perdas significativas aos Estados. Uma realidade que ao nosso ver tarda o fomento do crescimento económico. É com base nestas evidências que Wanda (2023, p.13), afirma que "este facto, torna muitas dessas economias africanas vulneráveis a choques externos".

Por seu turno, Kajibanga (2009, p. 9), preocupado com questões de sunstentabilidade, afirma que "é importante repensarmos o estatuto social, económico, e político da mulher".

Segundo o relatório do Banco Africano de Investimento (2022), sustenta que "um desenvolvimento inclusivo, exige que os países coordenem de forma integrada os parâmetros económicas, sociais e ambientais na busca de um densevolvimento sustentável."

É com base a estas evidências que Zau (2013, p. 92), deu conta dessa realidade gritante, julgando ser fundamental "que os países africanos tenham que pensar mais em si, sem se fecharem em si próprios, de modo a encontrarem caminhos para uma urgente

solução dos seus problemas económicos e sociais".

Diante destes desideratos, considera-se estar presente um problema relevante, actual e actuante cuja a solução impõe a promoção da investigação científica, mas, sobretudo, a criação de um instrumento de orientação, para a elaboração de políticas económicas, para a inserção das mulheres nos planos de densevolvimento nacional (PDN), para o fomento de crescimento económico, rumo à sunstentabilidade. Daí que este trabalho objective proporcionar um espaço reflectivo às evidências das mulheres zungueiras de Angola e mukeristas de Moçambique no fomento de crescimento económico, bem como alertar os responsáveis das elaborações das políticas económicas no sentido de uma aposta massiva nas mulheres tendo em conta os desafios económicos incertos do milénio.

Estruturalmente o trabalho está constituído tendo em conta vários parámetros, nomeadamente: breves abordagens em torno das zungueiras de Angola e mukeristas de Moçambique, mulheres e o empreendedorismo, desafios económicos incertos do século XXI, implementação das políticas económicas sustentáveis às mulheres dinamizadoras da economia face aos desafios económicos globais, conclusão, bem como as referências bibliográficas.

Breves abordagens a zungueira de Angola e mukeristas de Moçambique

Carvalho; Jura (2024, p. 67), fundamentam que "há quem tenha referido ser preciso averiguar por que razão as pessoas zungam, apontando-se, pois, para a necessidade de um sério estudo sobre essa matéria."

Por sua vez, Santos (2011), afirma que "deste modo, a zunga torna-se cada vez mais uma estratégia que visa dinamizar a venda e, consequentemente, uma maneira de incrementar os rendimentos, uma forma de inserção no mercado de trabalho, podendo, talvez, falar-se mesmo de uma *zungarização* do comércio em Luanda".

Deste modo, zungueira significa vendedora ambulante. Importa frisar que é impressionante a capacidade lutadora destas mulheres. Desde de manhã cedo, caminham o dia todo debaixo do sol ardente percorrendo as ruas da cidade capital, caminhando à volta dos mercados, estradas, instituições públicas e privadas com as suas banheiras na cabeça. Percorrendo quilômetros, na necessidade de comercializar os mais diversos produtos. Mulheres que simbolizam resiliência.

ALBA - ISFIC RESEARCH AND SCIENCE JOURNAL
ISSN PRINT: 3006-2489; ISSN ONLINE: 3006-2470
1ª Ed, Vol. 1, No. 10, Dezembro, 2025

É preciso ainda acrescentar que uma parte dessas mulheres são concebidas, outras carregam o bebé nas costas tudo pela busca da sobrevivência.

Esta realidade que leva a fundamentar que, diante dos desafios económicos globais do século XXI, as corridas, detenções, perseguições e agressões à mulher zungueira não são alternativas viáveis para a solução do problema. Associamo-nos ao questionamento do académico moçambicano Macamo (2016, p. 51), quando advoga que "sucumbe-se a ideia de que tudo se resolve punindo? Acontecer isso, a receita para o desenvolvimento passa a ser a defesa de um pressuposto que nunca realmente foi testado, nem questionado"

É com base nestas pespectivas que o sociólogo e académico angolano Paulo de Carvalho fundamenta que "dentre as tarefas do Estado, estão a manutenção da integração territorial, a manutenção da estabilidade política e a promoção do bem estar, da boa convivência, da segurança, da inclusão social e da cidadania dos seus membros". (Carvalho 2008, p. 3),

Importa ainda referir que até 2018, as mulheres zungueiras eram as grandes impulsionadoras da venda do peixe no país. De manhã cedo ocorriam à na praia da mamã Mabunda (um dos maiores mercados de peixe da cidade capital). Face à crise económica do país e do mundo, foi desencadiado o processo que levou algumas mulheres a recorrerem a outros negócios.

"Em Moçambique, tal como em muitos países africanos, falar de empreendedorismo implica falar de mulheres e de economia informal, ou seja, mulheres que desenvolvem pequenos negócios nos "mercados", chamadas *mukeristas*". Etimologicamente a palavra Mukhero resulta da corruptela da expressão inglesa "carry" na fronteira de Namaacha. (Maenzana; Pereira 2018, p. 161).

"O Mukhero pode ser definido como actividade de micro-importação informal. Caracterizado pela travessia da fronteira de Ressano Garcia para África do Sul, local onde os mukheristas compram diversos bens para posterior revenda. Geralmente a grosso, nos mercados de Maputo". (Maenzana; Pereira 2018, p. 161).

Para o caso de Moçambique, Macano (1999, p. 26), sustenta que "os comerciantes informais tem sido capazes de satisfazer as suas necessidades básicas. Enquanto as pessoas com o emprego no sector formal, auferindo salário mínimo, mal se aguetam." As cited in (Chivangue 2014). Por seu turno Freitas (2014, p. 1), "propõe uma leitura do papel da mulher moçambicana presa a uma

estrutura social machista, incompatível com a proposta de modernização do país".

War on Want (2006, p. 25), fundamenta que "66% dos inquiridos de Maputo mencionaram preferir suas actuais ocupações na economia informal do que em emprego pago". As cited in (Chivangue 2014). "Desde os primórdios da sociedade moçambicana, a mulher ocupa uma posição de apagamento que piorou após a colonização do país por Portugal." (Araujo 2023, p. 2]. "Os muqueristas têm consciência deste aparatoso "abandono" o que é ilustrado pelo facto de na sua maioriaa terem respondido "não" quando questionados se as políticas públicas acomodavam as actividades informais". (Chivangue 2014).

É com base nestas evidências que o profesor moçambicano Macamo (2016, p. 18), ancoselha que "a aposta em países como Moçambique, deveria ser na criação de condições para que elas possam dar outro passo, sabendo, naturalmente, que cada passo dado abre infinitas possibilidades".

Diante destes indicadores, pode-se pontuar que as causas das actividades informais encontram-se, sobretudo, ligadas às condições socioeconómicas. No caso de Angola é preciso fundamentar que, fruto de êxodo rural, Luanda encontra-se abarrotada, ou seja, engarrafado. Indicador que aumenta actividade informal. A solução reside em desafios de como tributar este sector informal, uma vez que envolve muita população.

Recorreu-se mais uma vez ao Professor angolano Kajibanga (2009, p. 5), onde advoga que "não acredito que as actuas elites surgidas no processo de formação do Estado angolano pós-colonial consigam, de forma isolada, materializar o projecto da construção da nação angolana."

É com base nestes indicadores que o académico moçambicano Macamo (2016, p. 66), no seu livro "sociologia prática como os sociológos pensam o desenvolvimento" sustenta que "*um* Governo não é uma equipa técnica, a equipe técnica está no aparelho de Estado. É lá, onde se precisa de pessoas tecnicamente competentes"

Parafraseando os autores pode-se pontuar que *não existe nenhum país desenvolvido no mundo sem a participação activa dos académicos*. Por isso, existem assesores, técnicos e principalmente a sociedade civil que ocupa um lugar central quando o assunto é desenvolvimento. Ou seja, players do processo decisório.

É preciso necessariamente sublinhar que a preocupação incide sobre aos desafios económicos incertos do século. Outrossim, ancoselha-se a não ignorarmos o contexto

ALBA - ISFIC RESEARCH AND SCIENCE JOURNAL
ISSN PRINT: 3006-2489; ISSN ONLINE: 3006-2470
1ª Ed, Vol. 1, No. 10, Dezembro, 2025

macroeconómico em que estamos mergulhados. Uma realidade que nos remete a vários desafios socioeconómicos e financeiros.

Portanto, acha-se que não se deve apenas reconhecer o problema. Dai que aconselha-se uma pesquisa - acção. Quer as zungueiras de Angola quer as mukeristas de Moçambique são mulheres impulsionadoras da economia. Daí que se advogue e fundamente a necessidade de políticas económicas inclusivas.

Outrossim, em Moçambique predomina a cultura patriarcal. Na prática, mesmo nas famílias onde existe a figura masculina, a mulher carrega a responsabilidade maior pelo sustento da família. A nosso ver, trata-se de uma realidade que inviabiliza o densevolvimento económico da mulher africana.

Mulheres e o empreendedorismo

Jasse *et.al* (1982), afirmam que "o emprendeedorismo é a capacidade de identificar, agarrar e aproveitar oportunidades, buscando e administrando recursos humanos e materiais dentro de uma visão de criar, desenvolver e implantar resoluções permanentes, de atender as necessidades dos indivíduos." As cited in (Evaristo 2018, p. 56).

Por sua vez, em 2017, o Global Entrepremurship Monitor (GEM) definiu o empreendedorismo como sendo "qualquer tentativa de criação de um novo negócio ou uma nova iniciativa empresarial ou social, tal como emprego próprio, uma nova organização empresarial ou a expansão de um negócio existente, por um indivíduo, equipa de indivíduos, ou negócios estabelecidos."

Em sociedades em que as mulheres têm boas capacidades empresarias. A probabilidade de melhorar a percepção empreendedora das mesmas aumentam. No caso de Moçambique, conforme afirma Pereira (2018, p. 159), "a mulher moçambicana tem a necessidade de se sentir útil à sociedade, procurando por isso conciliar os dois papéis, isto é, ser dona de casa e ser empreendedora, suportando uma dupla jornada de trabalho."

Não é que seja diferente da mulher angolana. São apenas referências. Mas, em termos de empreendedorismo a mulher moçambicana leva vantagem quando o assunto é empreender. Conforme afirmam Maenzana; Pereira (2018, p. 182), "as mulheres em Matola são, maioritariamente, empreendedoras por necessidade".

Pessoas empreendedoras possuem uma personalidade proactiva. Segundo Robbins, *et al* (2010, p. 129), personalidade proactiva é de "pessoas que identificam opurtunidades, mostram iniciativa, agem e

perseveram até que a mudança desejada ocorra." Se olharmos calmamente para as pessoas com personalidades proactivas percebe-se que são as mais propensas, para tal suas acções levam-nas a deixar a empresa em que estão empregadas para abrir o próprio negócio.

É com base nestas envidências que se aconselha as mulheres a criarem consciência sobre o papel central que desempenham na gestão e no desenvolvimento económico. Maenzana; Pereira (2018, p. 161), fundamentam que "o empreendedorismo se centra, essencialmente, em duas palavras: acção e negócio".

Portanto, *Todo ser humano tem o lado empreendedor*. O grande segredo passa por despertar o gênio empreendedor que há no interior de cada um, olhar para o contexto económico global e por sua vez, vislumbrar nas oportunidades e começar a ter pernas para andar. Existem váriasas opurtunidades de negócio. Implementando ás ideias inovadoras pode promover mudanças e gerar lucros. O primeiro passo é acreditar nas pontências que estas mulheres possuem. Com determinação, dedicação os resultados do ponto de vista económico podem ser alcançados.

Desafios económicos incertos do século XXI

Os desafios económicos do século XXI, incidem nas crises geopolíticas e nos desafios biológicos. Os crescentes *conflitos geopolíticos* globais representam uma ameaça à economia dos países. Daí que se aconselha o fomento da produção local. Aliás, os conflitos entre Rússia e Ucrânia é uma realidade.

Tanto a Rússia como a Ucrânia são agentes fundamentais no mercado agroalimentar global. Uma realidade que coloca peso e ao mesmo tempo desafios ao continente africano. Trazendo implicações ao aumento da pobreza, a insegurança alimentar, e a inflacção. Os países devem apostar na produção local para reduzir as questões ligadas às exportações externas. "Angola ainda sobrevive com aproximadamente 93% das importações para sustentar as necessidades básicas da população". (Ngunga, 2023, p. 8).

Trata se de uma realidade que nos leva a afirmar que a *dependência é sempre um processo que acarreta várias desvantagens. "Quem te alimenta te controla."* Face ao exposto, a grande questão que se coloca é a seguinte: de que forma estes países dependentes estão a sobreviver para a

ALBA - ISFIC RESEARCH AND SCIENCE JOURNAL
ISSN PRINT: 3006-2489; ISSN ONLINE: 3006-2470
1ª Ed, Vol. 1, No. 10, Dezembro, 2025

melhoria da qualidade de vida da sua população?

Desafios biológicas. Segundo Mateus (2000, p. 32), fundamenta que "são vários factores que contribuem para o surgimento das doenças emergentes nomeadamente factores demográficos, sociais, políticos, económicos e ambientais." É com base nestas pespectivas que se fundamenta que os desafios biológicos também impactam a economia. Daí a chamada de atencão em torno da necessidade de se apostar nas mulheres, por serem dinamizadoras da economia. *Um olhar fundamentada em perspectivas locais para soluções locais.*

O relatório do Banco Africano de Investimento (2022), aconselha desenvolver políticas de contéudos locais e estratégias específicas de sectores em harmonia com as respectivas capacidades e aspirações, ajustadas ao seus objectivos de desenvolvimento. Daí que chama-se atenção, aos planos focados a soluções mais eficazes. Baseadas na sunstentabilidade económica que produzam resultados para o desenvolvimento africano.

Se os Governos africanos unirem-se, e reconhecerem os problemas o continente pode sair forte das perturbações socioeconómicas, provocadas pela pandemia da COVID-19 e do conflito entre a Rússia e a Ucrânia. Um processo que poderá impactar na construção das identidades, nas edificações da construção das nações rumo ao desenvolvimento sunstentável.

Por isso, o académico e Ministro da Cultura angolana Filipe Zau, Afirma que "traçar políticas que maximizam os potências benefícios da globalização e minimizem os riscos de desestabilização e marginalização, constitui, no fundo, o grande desafio a ser enfretado pelos paises africanos." (Zau 2013, p. 88).

Implementação de políticas económicas sustentáveis as mulheres como dinamizadoras da economia face aos desafios económicos globais

Se olharmos calmamente para os objectivos da economia, veremos que inside em organizar políticas que articulem a produção, distribuiçao e consumo de bens e serviços. Segundo CEAST (2014, p. 156), "política económica e uma deliberação do sector público para antingir determinados objectivos e utilizando meios e instrumentos específicos".

Segundo os termos de referência das 8ªs jornadas técnico-científica da Faculdade de Economia. (2024, p. 5), "o crescimento de qualquer economia está atrelada a uma

conjugação de factores e variáveis que concorrem para a persecução das estratégias definidas pelos Governos".

Para Pinto (2018, p. 273), "com a dinamização e execução podem os Governos diminuir determinados riscos e propagar os prazos do investimento e melhorar os níveis de eficiência da economia". Segundo CEAST (2014, p.156) "com medidas de políticas económicas o Estado e seus diferentes órgãos (Assembleia legislativa, Tribunais, Governos, Administração pública) define os programas económicos, os tempos que devem ser aplicados e os meios que devem ser utilizados de forma a atingir os objectivos.

Ora, a falta de políticas económicas sustentáveis para mulheres dinamizadoras da economia leva-nos a associar, mais uma vez as representações mentais do sociólogo angolano Paulo de Carvalho, no título do seu livro *"Angola, quanto tempo falta para o amanhã.*" Este quanto tempo falta para o amanhã remete-nos, imprescindivelmente, quer queiramos quer não, na necesidade de debater hoje, para prevenir o amanhã, tendo em conta os desafios económicos globais. (Carvalho, 2002, p. 1)

Para o caso de Moçambique, apega-se ao Chivangue (2014), que fundamenta que "o Governo de Moçambique não apresenta nenhuma estratégia com o objectivo de capitalizar as potencialiadades do sector informal". Para Macamo (2016: 20), lamenta focalizando que "os problemas que nascem do nosso esforço de desenvolver são simplesmente ignorados". Para o (Araujo 2003, p. 152), "a maioria das mulheres, em sociedades como Moçambique, não é ouvida e muitos direitos são lhes negados".

É com base nestas evidências que o professor e sociólogo angolano Victor Kajibanga afirma que "*Africanização* como processo de reapropiação do debate e dos valores da democracia pelos africanos deve ser um processo de desenvolvimento social, cultural e sustentável". (Kajibanga 2009, p. 6),

Em pleno século XXI, há alguns indicadores positivos para uma África unida. É bem sabido que a África tem uma identidade. Mais, a nosso ver, a conquista deste desiderato só será possível se, as questões endôngenas de cada país for resolvida, do ponto de vista epistemológico, metodológico e hermenéutica. *Estamos bastante longe desta realidade.*

MATERIAIS E MÉTODOS

A metodologia adoptada constitui-se em abordagem qualitativa. Usou-se a amostravem não probabilista por conveniência. Tive-se 5 sujeitos de pesquisa.

ALBA - ISFIC RESEARCH AND SCIENCE JOURNAL
ISSN PRINT: 3006-2489; ISSN ONLINE: 3006-2470
1ª Ed, Vol. 1, No. 10, Dezembro, 2025

Entre as quais 3 do sexo feminino e 2 do sexo masculino. Usamos a entrevista aprofundada. Os dados foram tratados tendo em conta análise de conteúdo. Recorremos tambem a pesquisa bibliográfica, para maior articulaçao da revisão da literatura sobre economia e mulheres.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Inclusão das mulheres da transição á formalização

S1 "Como se sabe, no mundo de hoje, os negócios são voláteis, ambíguos e ao mesmo tempo incertos. O primeiro passo é, primeiramente, acreditar no pontencial que estas mulheres possuem. Com determinação, dedicação os resultados do ponto de vista económico podem ser alcançados".

S2 "As sociedades estão cada vez mais para tras, quando as mulheres são o foco de decisões, os resultados são surpreendentes."

S3 "Aconselha-se uma pesquisa-acção. Posteriormente, o registo de todas as mulheres zungueiras e mukhero, controlá-las, arranjar mecanismos de legalizá-las. Um processo que poderá representar uma transição para a sua formalização. E, por fim, avaliar os resultados dos planos implementados"

S4 " No meu ver, há uma fragilidade, a nível das políticas pública ao nivel do continente africano.. Daí é que se aconselha-se estudos africanos, para percebemos como começar. Ha uma necessidade de nos libertar fazendo trabalhos científicos solidos. Este constitui um desafio para estas mulheres".

S5 "É preciso olharmos para a questão dos conceitos para proclamar a nossa emancipaçao. Usarmos os instrumentos de lutas para produzirmos conhecimentos endógeno.

Analizando as entrevistas acimas afloradas podemos pontuar que alguns economistas sustentam que para que haja a promoção do capital humano há necessidade de se investir na educação. Uma boa parte destas mulheres são analfabetas. Daí, chamar-se atenção ao Ministério da Educação e das Finanças, quanto à possibilidade de se investir na educação formal, e a educação financeira e a possibilidade de inclusão que pode aumentar o *Backgrond* destas mulheres que são, verdadeiramente, motores impulsionadores da economia africana. Importa ainda referir que se os recursos naturais e financeiros de um país serão ou não bem utilizados, tal depende necessariamente do capital humano do seu país.

Olhando para os problemas económicos globais do actual contexto, a aposta no capital humano, poderia certamente trazer um outro

olhar ao fomento de crescimento. Para o economista e académico Redento Maia, "o capital humano é adquirido por meio da educação formal, treinamento informal, e pela experiência". Uma triangulação baseada na práxis. Dito em outras palavras, na capacidade de resolução de problemas mediante os recursos disponíveis. (Maia, 2016, p. 68)

Daí que os Governos africanos deverão mobilizar esforços para construir instituições e desenvolver recursos humanos para criar as condições de investimento e implementação de uma transformação justa nos países. No entanto, o angolano engenheiro agrónomo Issac dos Anjos, aflora que "é preciso que invistamos com serenidade, numa perspectiva de futuro, para um crescimento real e estruturado da nossa economia." (Anjos 1998, p. 9)

Por sua vez recorreu-se ao relatório de Banco Africano de Investimento. (2022), aconselha desenvolver políticas de contéudos locais e estratégias específicas de sectores em harmonia com as respectivas capacidades e aspirações, ajustadas ao seus objectivos de desenvolvimento. Uma realidade que na práxis inviabiliza os parámetros normativos.

Portanto, conclui-se apegando ao KI-ZERBO (2020, p. 57), quando sublinha que "é preciso que o homem do Estado africano se interrese pela história como uma parte do patrionio Nacional."

Nossa visão dos factos é a de que:

O problema crucial na compreensão da história pós-colonial de Angola é o do porquê de, depois das prolongadas e sangrentas dores de parto da luta de libertação, o país não ter sido capaz de lidar com os problemas convencionais de desenvolvimento económico e social, que eram o normal legado do colonialismo (Birmingham, 2017, p.145).

Chama-se atenção a ter consciência do processo histórico. Quer Angola e Moçambique tiveram no domínio colonial português. Havia consciêcialização dos erros cometidos. Os mesmos poderia servir de aprendizagem, para não passar nos mesmos trilhos. Infelismente, nos dias actuais os mesmos erros continuam. Conforme afirma o académico moçambicano Macamo (2016, p. 71), "Moçambique não é capaz de realizar o seu pontencial porque as multinacionais ditam os termos".

Em sintese quer-se finalizar fundamentando: o mundo mudou. Aconselha-se os países africanos a implementarem medidas

ALBA - ISFIC RESEARCH AND SCIENCE JOURNAL
ISSN PRINT: 3006-2489; ISSN ONLINE: 3006-2470
1ª Ed, Vol. 1, No. 10, Dezembro, 2025

corajosas baseadas nos parâmetros endógenos para reforçar a gestão das finanças públicas, gerar economias resilientes em África. A nosso ver o continente só poderá desenvolver se assumir plenamente os problemas endógenos. Fazendo colação ao escritor queniano Ngugi wa Thiong`o eterno candidato Nobel quando advoga *a necessidade de reprodução de conhecimento e vermos como a categoría africana pode ser contextualizda.*

CONCLUSÃO

A terminar, pode-se enfantizar que o futuro da economia está nas mãos das mulheres. O trabalho objectivou proporcionar um espaço reflectivo às evidências das mulheres zungueiras de Angola e mukeristas de Moçambique, no fomento de crescimento económico, bem como, alertar os responsáveis pela elaboração das políticas económicas na aposta massiva às mulheres, tendo em conta os desafios económicos incertos do milénio.

Olhando as evidências económicas destas mulheres, associando a vulnerabilidade económica de África, aconselha-se a implementação de políticas económicas sustentáveis para o fomento de crescimento. A aposta no capital humano, bem como a aposta ao processo da transição para a formalização, as mulheres zungueiras e Mukhero poderia certamente trazer fomento de crescimento. Quando as mulheres são o foco de decisões, os resultados são surpreendentes.

Numa economia de mercado onde prevalece a lei da oferta e da procura, os Governos são chamados na possibilidade de assumir diversas tarefas associadas a problemas de baixo crescimento económico. A caminhada da economia dos Estados africanos não é compatível ao desenvolvimento das sociedades. As sociedades estão cada vez mais para trás. As políticas económicas sustentadas voltadas às mulheres podem exercer um papel predominante no alcance das metas dos Governos.

Deseja-se que este trabalho promova reflexões e debates sobre as políticas económicas inclusivas para o fomento da economia. Assumimos assim, o compromisso de voltarmos a debater a temática a outros níveis de abordagem, tendo em conta a sua pertinência.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Anjos, Issac dos (1998). *Agricultura irrigada: Uma contribuição para a recuperação da economia de Angola. Comunicação apresentada no decurso das 1ªs jornadas sobre economia de Angola.* Revista científica da FECUAN,
Faculdade de Economia da Universidade Agostinho Neto, Angola.

Araujo, Fabiana da Silva (2023).*O silenciamento da mulher Moçambicana no conto Mutola, de Paulina Chiziane.* Cadernos intersaberes, curitiba,v.12,n.39, pp150-156.

Birmingham, David (2017). *Breve História de Angola Moderna. (Séc. XIX XXI)* Lisboa: Guerra e paz.

Carvalho, Paulo de (2008). *Estado Nação e Etnia em Angola.* Revista Angolana de Sociologia, n1, pp.61-71. https://jounais.openeditions.org.

Carvalho, Paulo de (2002). *Angola quanto tempo falta para amanhã? Reflexões sobre as crises políticas, económica e social*. Oeiras: Celta editora.

Carvalho, Paulo de ; JURA, Jaroslaw (2023). *Percepção da China e dos Chineses em Angola*. Revista da academia Angolana de Letras. nº1. pp 48-72.

CEAST II, (2004). *Semana Social Nacional. O cidadão e a política.* Centro cultural mosaico. Luanda.

Chivangue, Andes, (2014). *Mukhero em Maputo: Análise das Lógicas e Práticas do Comércio Informal.* Revista angolana de sociologia,14/2014,pp.113-131.https://jounals.openedition.org/ras1115.

Evaristo, António, (2018). *Obstáculos socioeconómicos ao desenvolvimento das PME´S Em Angola.* Narrativa editores: Lisboa.

Freitas, Sávio roberto Fonseca de (2014). *Balada de amor ao vento: As relações do gênero na ficção de Paulina Chiziane*. Disponível em https://doi.org/10.35520/mulemba.v6 nº10a5001.

Kajibanga, Victor, (2009), *Democracia e dimensão cultural de desenvolvimento: Uma reflexão sociológica sobre o caso angolano.* Revista angolana de sociologia. nº3, pp 65-72. https://jounais.openeditions.org.

KI-ZERBO, J, (2010), *História Geral da África. Metodologia e pré história da África*. Brasília, DF:UNESCO; Ministério da educação.

Macamo, Elísio, (2016), *Sociologia prática. Como os sociológos pensam o desenvolvimento.* Universidade Eduardo Mondlane: Moçambique.

Maia, Redento Pedro Carlos, (2016). *Crescimento e desenvolvimento económico global sunstentado.* Disponível em https://www.redalyc.org.

Maenzana, Rosa;Pereira, Renato, (2018), *Empreendedorismo Feminino em Moçambique: Um estudo no distrito de Matola*. Revista científica da FECUAN, Faculdade de Economia da Universidade Agostinho Neto, Angola. ed. nº5 p.p159-189.

Mateus, Carlos Bento, (2000), *Economia no Brasil*. São Paulo: cortez

Morena, Zola, (2023). *Desemprego em Luanda: Um problema social á luz da realidade angolana.* Revista Unikivi.Vol.o1, n-1, pp 1-12, disponível em https://ciencia.unikivi.ao-!/index.php/ciencia.

Morena, Zola, (2024). *Acção do professor face aos desafios educacionais do século XXI: um estudo baseado em técnicas actuais de motivação do aluno na escola 5002 em Luanda.* Revista Samayonga.Vol.03, n-3, pp 70-78 disponivel em www.revista-samayonga.ao

Morena, Zola, (2024), *Angola debater hoje é prevenir o amanhã: uma reflexão as políticas económicas para o fomento do crescimento face aos desafios do século XXI*. Faculdade de economia. FECUAN. Revista científica da Faculdade de Economia da Universidade Agostinho Neto. Angola: Vol.09, pp 36 – 47.

Morena, Zola, (2024), *Desigualidade social: o caso da seca no sul de Angola.*

Revista Alba. ISFIC.Vol.o1, n-4, pp 212-223 https://alba.ac.mz/index.php/alba/issue/current

Morena, Zola, (2024). *A problemática social do desemprego em Angola.* Luanda: Linebook.

Morena, Zola, (2025).*Como ter dinheiro no meu país. Um olhar a educação financeira.* Luanda: Nzinga Salú.

Ngunga, Eurico Josué, (2023). *Desafios do sistema nacional de ciencia tecnologica e inovaçao para o desenvolvimento de Angola. O caso dos polos industriais.* Alba-ISFIC Researc and Science Journal, 1(2) 10-121.https://alba.ac.mz.

Pinto, Rosa*, (*2018). *O papel das políticas públicas para o crescimento da economia angolana.* Revista científica da FECUAN, Faculdade de Economia da Universidade Agostinho Neto, Angola. Ed. nº05 p.p61-72.

Relatório de banco africano de investimento (2022). *Pespectivas economicas em Africa.* Disponível em https://www.afdb.org/pt/paises-africaa-austral.moc

Robbins, Stephen. P; Judge, Timothy A; Sobral, Filipe, (2011). *Comportamento organizacional. Teoria e prática no contexto brasileiro.*14ª edição. São Paulo: Pearson

Santos, Orlando, (2011). *Mamas quintandeiras, Kinguilas e Zungueiras: Trajactorias femininas e quotidiano de comerciantes de rua em Luanda*. https://journals. Speneditions.org/ras/510.doi:10.4000p.35-61

Termo de referências das 8ªs jornadas técnico- científica da faculdade de economia. **(**2024). *Angola - Estratégias para uma economia mais sustentável.*

Wanda, Fernandes, (2018). *Tendências do investimento directo estrangeiro e origem dos fundos para o densevolvimento na era Joao Lourenço***.** FECUAN. Revista científica da Faculdade de Economia da Universidade Agostinho Neto, ed nº07 p.p11-22.

Zau, Felipe, (2013). *Educação em Angola. Novos trilhos para o desenvolvimento*. Lisboa: Universidade Aberta

ALBA
ISFIC RESEARCH AND SCIENCE JOURNAL
ALBA - ISFIC RESEARCH AND SCIENCE JOURNAL
ISSN PRINT: 3006-2489; ISSN ONLINE: 3006-2470
1ª Ed, Vol. 1, No. 10, Dezembro, 2025
https://alba.ac.mz/index.php/alba/issue/view/13
albaisfic@gmail.com; alba@isfic.ac.mz
10 - 12 | 2025

GESTÃO DO TURISMO EM ANGOLA: ENTRE A "VISÃO GLOBAL" E A "PROVA LOCAL"

Tourism management in Angola: Between a "global vision" and "local experience"

Gestión del turismo en Angola: entre una "visión global" y una "experiencia local"

Domingos Sete[1]

[1] Doutorando Ciências Económicas e Empresariais. Departamento de Economia, Gestão, Engenharia Industrial e Turismo (DGEI), Universidade de Aveiro, Aveiro, Portugal. ID Investigador: 7A15-2B24-5789 ORCID iD: https://orcid.org/0009-0001-9522-3615

Autor para correspondência: domingosdanielsete@ua.pt

Data de recepção: 25-06-2025
Data de aceitação: 01-07-2025
Data da publicação: 10-12-2025

Como citar este artigo: Sete, D. (2025). *Gestão do Turismo em Angola: Entre a "visão global" e a "prova local".* ALBA – ISFIC Research and Science Journal, 1(10), pp. 68-83. https://alba.ac.mz/index.php/alba/issue/view/13.

RESUMO

Este artigo, que teve lugar a partir duma investigação mais alargada sobre a gestão do turismo em Angola (iniciada em dezembro de 2024) e que estava a terminar a sua fase de desenvolvimento, foi oportunamente ajustado para incorporar uma análise do programa "Simplifica Turismo", recentemente aprovado (maio de 2025). Dado o seu caráter mediático e o efeito dinamizador que encerra para o sector, este programa foi captado como um desenvolvimento central para este estudo, por constituir um ponto de viragem na política nacional de turismo. A análise confronta a "visão global" das melhores práticas e modelos internacionais com a "prova local" intransigente dos desafios socioeconómicos, institucionais e políticos de Angola. Os eixos do "Simplifica Turismo" - como o "Alvará Único", o fim da validade das licenças turísticas e a nova "licença ambiental única" - são dissecados, questionando a capacidade de supervisão ex-post, a sustentabilidade da qualidade, a complexidade da coordenação interministerial (que inclui a coordenação com o Banco Nacional de Angola para as licenças cambiais e a descentralização municipal) e o imperativo de transposição rápida e robustecida para o ordenamento jurídico. Apoiado por uma revisão sistemática da literatura (Scopus e Web of Science) sobre a reforma regulamentar e a governação do turismo, o artigo considera que o sucesso do "Simplifica Turismo" transcende a sua arquitetura formal, ancorada na sua adaptação eficaz aos desafios endémicos de Angola.

Conclui-se que, sem um investimento correspondente no reforço institucional e numa cultura de governação transparente, as reformas mais visionárias correm o risco de não atingir o seu potencial, o que aumenta o fosso entre as intenções políticas e a realidade operacional.

Palavras-Chave: Turismo, Angola, Reforma Administrativa, Simplifica Turismo, Governação, Política Pública.

ABSTRACT

This article, which arose from a broader investigation into tourism management in Angola (which began in December 2024) and was finishing its development phase, was appropriately adjusted to incorporate an analysis of the recently approved "Simplifica Turismo" program (May 2025). Given its extensive media coverage and the dynamic impact it has on the sector, this program was identified as a central development for this study, as it constitutes a turning point in national tourism policy. The analysis confronts the "global vision" of best practices and international models with the uncompromising "local evidence" of Angola's socio-economic, institutional, and political challenges. The axes of "Simplifica Turismo" - such as the "Alvará Único", the end of the validity of tourist licenses, and the new "single environmental license" - are dissected, questioning the capacity for ex-post supervision, the sustainability of quality, the complexity of inter-ministerial coordination (which includes coordination with the National Bank of Angola for foreign exchange licenses and municipal decentralization) and the imperative for rapid and robust transposition into the legal system. Supported by a systematic review of the literature (Scopus and Web of Science) on regulatory reform and tourism governance, the article argues that the success of "Simplifica Turismo" extends beyond its formal architecture, rooted in its effective adaptation to Angola's endemic challenges. It concludes that without parallel investment in institutional strengthening and a culture of transparent governance, the most visionary reforms risk results below their potential, widening the gap between policy intent and operational reality.

Keywords: Tourism, Angola, Administrative Reform, Simplifica Turismo, Governance, Public Policy.

RESUMEN

Este artículo, fruto de una investigación más amplia sobre la gestión turística en Angola (iniciada en diciembre de 2024) y próxima a su finalización, se adaptó oportunamente para incorporar un análisis del programa "Simplifica Turismo", aprobado recientemente (mayo de 2025). Dada su visibilidad mediática y su impacto dinámico en el sector, este programa se identificó como un avance clave para este estudio, ya que constituye un punto de inflexión en la política turística nacional. El análisis contrasta la visión global de las mejores prácticas y modelos internacionales con la contundente evidencia local de los desafíos socioeconómicos, institucionales y políticos de Angola. Se analizan los pilares del programa "Simplifica Turismo", como la "Licencia Única", el fin de la validez de las licencias turísticas y la nueva "licencia ambiental única", cuestionando la capacidad de supervisión ex post, la sostenibilidad de la calidad, la complejidad de la coordinación interministerial (que incluye la coordinación con el Banco Nacional de Angola para las licencias cambiarias y la descentralización municipal) y la necesidad de una transposición rápida y sólida al marco legal. Con el apoyo de una revisión sistemática de la literatura (Scopus y Web of Science) sobre reforma regulatoria y gobernanza turística, el artículo considera que el éxito de "Simplifica Turismo" trasciende su arquitectura formal, anclado en su adaptación efectiva a los desafíos endémicos de Angola. Concluye que, sin una inversión correspondiente en el fortalecimiento institucional y una cultura de gobernanza transparente, las reformas más visionarias corren el riesgo de no alcanzar su potencial, lo que amplía la brecha entre las intenciones políticas y la realidad operativa.

ALBA - ISFIC RESEARCH AND SCIENCE JOURNAL
ISSN PRINT: 3006-2489; ISSN ONLINE: 3006-2470
1ª Ed, Vol. 1, No. 10, Dezembro, 2025
https://alba.ac.mz/index.php/alba/issue/view/13
albaisfic@gmail.com; alba@isfic.ac.mz

Palabras clave: Turismo, Angola, Reforma Administrativa, Simplificar el Turismo, Gobernanza, Políticas Públicas.

INTRODUÇÃO

Este estudo insere-se num esforço de investigação mais amplo, iniciado em dezembro de 2024, dedicado à análise dos desafios e potencialidades da gestão do sector do turismo em Angola. Este esforço de investigação foi particularmente motivado pela necessidade de compreender a dinâmica e o potencial de modernização do sector, num contexto que correspondeu ao desafio. As elevadas expectativas depositadas no sector foram enfatizadas pelo próprio Presidente da República de Angola que, na cerimónia de tomada de posse do Ministro, reforçou que "o Turismo é um bom embaixador dos países... e é um dos sectores que cria muitos postos de trabalho", determinante no "combate ao desemprego, sobretudo entre os jovens" (Presidência da República de Angola, 2025).

Na mesma ocasião, o Chefe de Estado fez um apelo direto ao novo ministro para que "primeiro faça um diagnóstico para saber porque é que, com todas as condições que Angola tem, ainda não se conseguiu realmente atrair turistas para o país", lembrando que "o fator guerra acabou há 22 anos" e que, apesar de medidas como a isenção de vistos para cidadãos de mais de 90 países e melhorias no ambiente de negócios, "não se sentiu a mudança necessária em termos de procura do país como um novo destino turístico" (Presidência da República de Angola, 2025). Este diálogo presidencial sobre a persistência dos desafios, apesar dos esforços, reforça a pertinência desta investigação.

Foi neste contexto de urgência e de procura de soluções efetivas que, enquanto se concluía o corpo principal deste estudo de enquadramento, o Executivo angolano aprovou ontem, 28 de maio de 2025, o programa "Simplifica Turismo". Esta nova política pública, detalhada pelo Ministério do Turismo de Angola (2025), visa introduzir medidas substanciais de agilização de procedimentos e redução de custos para os operadores económicos, com o objetivo de dinamizar o investimento e reforçar a competitividade do destino Angola. Dada a sua importância capital e a oportunidade deste desenvolvimento para o fortalecimento do turismo, o presente artigo, originalmente centrado no enquadramento do fenómeno, foi considerado indispensável para incorporar uma análise crítica e prospetiva das intenções e implicações do "Simplifica Turismo".

Este programa, na sua essência, parece estar alinhado com uma "visão global" de modernização administrativa, inspirada nas melhores práticas internacionais de facilitação do investimento (OECD, 2021).

No entanto, a eficácia de tais programas é invariavelmente testada pelo "teste local" - o conjunto complexo de realidades institucionais, capacidades estatais, culturas administrativas e dinâmicas sociopolíticas que caracterizam o contexto específico de Angola (Andrews, Pritchett, & Woolcock, 2017).

Assim, este artigo procura ainda dissecar didaticamente o programa "Simplifica Turismo", recorrendo ao conhecimento e enquadramento teórico desenvolvidos durante o estudo de enquadramento anterior. Procura confrontar as suas premissas, informadas por uma "visão global", com os desafios concretos da "evidência local" angolana, questionando a sua viabilidade e as condições necessárias para o seu contributo efetivo para o desenvolvimento do sector. Longe de uma avaliação apressada, o artigo oferece uma aturada ponderação sobre os potenciais estrangulamentos e alavancas para o sucesso desta importante iniciativa.

O estudo está organizado da seguinte forma: a secção seguinte apresenta os fundamentos teóricos que enquadram a análise. A metodologia descreve a abordagem adotada. Os resultados e a discussão são dedicados a uma análise crítica das componentes do novo programa e das suas implicações. Por fim, as conclusões sintetizam os resultados e propõem considerações finais.

FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

A análise do programa "Simplifica Turismo" em Angola exige a mobilização dum conjunto de referências teóricas que nos permitem compreender a complexa interação entre intenções de reforma, conceção de políticas e desafios de implementação em contextos específicos. Esta secção trata dessas referências, através da construção da "visão global" que serve de contraponto às "evidências locais" de Angola.

Em primeiro lugar, a própria noção de reforma administrativa e simplificação de procedimentos (ou "redução da burocracia") é central. Autores como Coglianese (2017) advertem para as limitações das abordagens superficiais de redução da "burocracia", defendendo que a qualidade regulatória e a capacidade de execução ex-post são mais decisivas para os resultados do que a mera remoção de etapas processuais iniciais. A literatura sobre "Smart Regulation" aponta que a simplificação deve ser acompanhada dum reforço da capacidade analítica e de monitorização do Estado (Gunningham & Grabosky, 1998; OECD, 2024). Pollitt e Bouckaert (2017), em seu extenso trabalho sobre reforma da gestão pública, analisam as ondas de modernização administrativa e os fatores de sucesso e fracasso, com destaque para a relevância do contexto institucional.

ALBA - ISFIC RESEARCH AND SCIENCE JOURNAL
ISSN PRINT: 3006-2489; ISSN ONLINE: 3006-2470
1ª Ed, Vol. 1, No. 10, Dezembro, 2025
https://alba.ac.mz/index.php/alba/issue/view/13
albaisfic@gmail.com; alba@isfic.ac.mz

No domínio específico do turismo e do desenvolvimento em África, o trabalho de SADC (2020) é indispensável. SADC dá ênfase à necessidade de políticas de turismo contextualmente enraizadas que promovam o desenvolvimento local inclusivo e sejam apoiadas por uma capacidade institucional forte, particularmente a nível subnacional. A literatura sobre o turismo nas economias em desenvolvimento (e.g., Harrison, 2001; Telfer & Sharpley, 2015) debate regularmente os desafios da governação, a captura de valor das comunidades locais e a dependência de modelos externos. Autores como Dieke (2000) têm analisado especificamente as políticas de turismo na África subsaariana, alertando para os constrangimentos estruturais.

A competitividade dos destinos turísticos é outro eixo teórico fundamental. Buhalis (2000) conceptualiza a competitividade como uma função de múltiplos fatores, incluindo a qualidade da oferta, a eficácia da governação, a gestão dos recursos e a capacidade de adaptação. A simplificação administrativa pode contribuir para esta competitividade, mas apenas se for integrada numa estratégia mais ampla que garanta a qualidade e a sustentabilidade (Dwyer & Kim, 2003; Crouch & Ritchie, 1999). A literatura sobre destination branding (e.g., Morgan, Pritchard, & Pride, 2011; Bianchi, 2018) também realça a importância da consistência e da qualidade da experiência turística.

A governança colaborativa e a coordenação interinstitucional são temas amplamente debatidos na ciência da gestão e nas políticas públicas. Bruce Prideaux (e.g., Prideaux, Laws, & Faulkner, 2003), ao proceder à análise do planeamento e da gestão de crises no turismo, à semelhança de outros autores (e.g., Hall, 2011; Bramwell & Lane, 2000), salienta a inevitabilidade da fragmentação institucional e a necessidade de mecanismos de coordenação eficazes para o desenvolvimento integrado do turismo. A teoria da governação em rede (Sørensen & Torfing, 2009) oferece uma visão sobre como gerir interdependências complexas entre atores estatais e não estatais.

Os ensinamentos retirados do desenvolvimento do turismo noutras regiões, nomeadamente na Ásia, podem oferecer uma perspectiva. K.S. (Kaye) Chon (2003), por exemplo, destaca o papel proactivo dos governos asiáticos na criação de ambientes favoráveis ao investimento através da visão estratégica e da agilidade regulamentar. No entanto, a transferibilidade dos modelos é sempre uma questão crítica, como alertam os estudos sobre a difusão de políticas (por exemplo, Stone, 2004; Common, 2001).

Refira-se, por fim, que o conceito de ambiente VUCA (Volatilidade, Incerteza, Complexidade, Ambiguidade), popularizado por Bennett e Lemoine (2014), é pertinente para caraterizar o contexto angolano e os desafios que este impõe à implementação de reformas. A capacidade de um programa como o "Simplifica Turismo" navegar e mitigar os efeitos de um ambiente VUCA será decisiva para o seu sucesso (Mack, Khare, Krämer, & Burgartz, 2016). A teoria da resiliência organizacional e sistémica (e.g., Folke, 2006; Walker & Salt, 2012) é ainda relevante neste contexto.

Esta base teórica, que percorre a reforma administrativa, a economia do turismo, a governação e os estudos de apoio ao desenvolvimento, fornece a base para uma análise informada e crítica do "Simplifica Turismo", que permite identificar tanto as suas potencialidades em linha com uma "visão global" como os seus pontos de fricção com as "evidências locais" de Angola.

METODOLOGIA

Esta investigação, iniciada em dezembro de 2024 com o objetivo de realizar um levantamento integral da gestão do turismo em Angola, adotou, desde o início, uma vertente de caráter qualitativo, crítico-analítico e conceptual. Com a recente aprovação do programa "Simplifica Turismo" (maio de 2025), o foco deste artigo foi ajustado para incorporar uma análise específica desta nova política, a partir do quadro teórico e dos conhecimentos acumulados durante a fase de apoio ao estudo.

A análise da Simplifica Turismo baseou-se principalmente numa revisão das suas diretrizes e objetivos gerais, tal como publicados pelo Ministério do Turismo de Angola (2025). Este material foi contextualizado e complementado por uma extensa revisão da literatura e pela análise de relatórios de organizações internacionais (e. g., Banco Mundial, FMI, OCDE, OMT) sobre o ambiente empresarial em Angola, o setor do turismo e as reformas administrativas nas economias em desenvolvimento, tarefa já realizada como parte do estudo inicial.

A revisão da literatura académica, um pilar desta investigação desde a sua conceção, utilizou as bases de dados bibliográficas internacionais Scopus e Web of Science. A estratégia de pesquisa envolveu a utilização sistemática de combinações de palavras-chave e operadores booleanos, incluindo, mas não se limitando a: "tourism policy Angola" OR 'Angola tourism policy', 'administrative reform Africa' OR 'regulatory reform Africa', 'tourism governance developing countries' OR 'tourism governance developing countries', 'public administration reform

ALBA - ISFIC RESEARCH AND SCIENCE JOURNAL
ISSN PRINT: 3006-2489; ISSN ONLINE: 3006-2470
1ª Ed, Vol. 1, No. 10, Dezembro, 2025
https://alba.ac.mz/index.php/alba/issue/view/13
albaisfic@gmail.com; alba@isfic.ac.mz

Angola' OR 'public administration reform Angola', 'institutional capacity tourism' OR 'institutional capacity tourism', 'policy implementation challenges Africa' OR 'policy implementation challenges Africa', 'VUCA business environment Africa' OR 'VUCA business environment Africa', 'competitiveness tourist destinations Africa', tal como consta na rede do mapa de conhecimento abaixo.

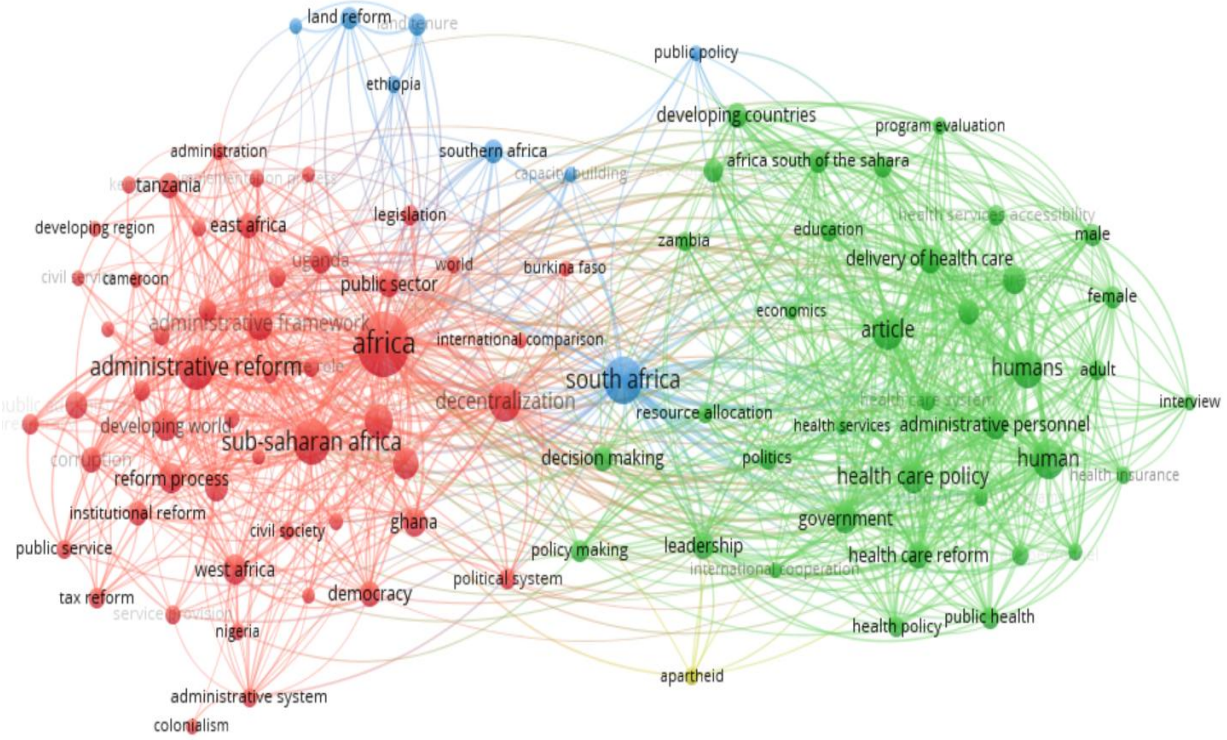


Figura 1: Rede do Mapa de Conhecimento da Revisão de Literatura

Esta rede mostra que, para compreender o desenvolvimento, especialmente em contextos como o africano, é essencial estudar não só como "pôr a casa em ordem" (governação e reformas administrativas - o vermelho) e como "cuidar das pessoas" (saúde pública - o verde), mas também como estas duas dimensões se influenciam mutuamente, sendo a África do Sul um exemplo proeminente onde esta interligação é intensamente investigada.

A seleção dos artigos e publicações a incluir na revisão obedeceu a critérios de inclusão e exclusão. Para a inclusão, foram considerados artigos científicos, livros, capítulos de livros e relatórios de instituições de reconhecida credibilidade, preferencialmente publicados nos últimos 15 anos, embora tenham sido admitidos trabalhos seminais anteriores a este período justificada pela sua relevância. Para além disso, foi exigido um elevado grau de relevância temática para os eixos centrais do

estudo, nomeadamente política de turismo, reforma regulatória, administração pública, governação, capacidade institucional, desenvolvimento turístico em países emergentes (com particular enfoque em África/Angola) e ambientes VUCA, bem como a disponibilidade de textos em inglês. Por outro lado, os critérios de exclusão foram: fontes não académicas ou não validadas (como artigos de opinião não fundamentados ou blogues generalistas); estudos com evidentes limitações metodológicas ou notória falta de rigor conceptual; e material excessivamente desatualizado e sem valor histórico ou fundamental para a investigação. Foi dada prioridade a artigos publicados em revistas científicas de elevada qualidade (do primeiro ao quarto quartil, quando aplicável) ou indexados nas bases de dados acima referidas, bem como a obras de referência e livros de autores reconhecidos nas respetivas áreas.

A partir desta revisão de literatura, e no decorrer do estudo inicial de enquadramento, foi identificada uma "lacuna" na literatura existente: não obstante a crescente produção científica sobre a reforma administrativa e o desenvolvimento do turismo em África, havia uma falta de análises que permitissem articular a priori os desafios da implementação de políticas específicas de simplificação no momento da sua conceção e divulgação no contexto angolano. A introdução do "Simplifica Turismo" ofereceu uma oportunidade única de aplicar o quadro analítico do presente estudo a uma iniciativa concreta, preenchendo assim uma lacuna na análise a priori da viabilidade de tais reformas face às "provas locais ".

O processo de análise do "Simplifica Turismo" seguiu as seguintes etapas, adaptadas do estudo diagnóstico mais amplo, tal como consta na tabela abaixo:

Mapa do Processo de Análise do "Simplifica Turismo"	
Identificação e Mapeamento Conceptual	Os construtos teóricos da Fundamentação Teórica foram aplicados como grelha analítica.
Análise Crítica do Programa	As componentes do "Simplifica Turismo" foram examinadas à luz desta grelha.
Contextualização Angolana	A análise foi continuamente referenciada ao contexto específico de Angola.
Desenvolvimento de Proposições Qualitativas	Foram formuladas proposições sobre as condições de sucesso e riscos.

Tabela 1: Mapa do Processo de Análise do "Simplifica Turismo"

Esta "tabela" processual demonstra uma abordagem estruturada, partindo da teoria, passando pela análise detalhada do objeto (o programa "Simplifica Turismo"), contextualizando-o e terminando na formulação de inferências e proposições prospetivas.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Os resultados da análise crítica do programa "Simplifica Turismo" são expostos aqui, sendo comentados à luz da fundamentação

ALBA - ISFIC RESEARCH AND SCIENCE JOURNAL
ISSN PRINT: 3006-2489; ISSN ONLINE: 3006-2470
1ª Ed, Vol. 1, No. 10, Dezembro, 2025
https://alba.ac.mz/index.php/alba/issue/view/13
albaisfic@gmail.com; alba@isfic.ac.mz

teórica e do contexto angolano. A análise é estruturada em torno da avaliação do desenho conceptual do programa, da sua adequação ao contexto e da análise das interdependências e dos possíveis impactos.

1.1. Análise do Desenho Conceptual do "Simplifica Turismo"

O "Simplifica Turismo", parte integrante da iniciativa mais ampla "Simplifica 3.0" e anunciado oficialmente a 28 de maio de 2025, visa adotar uma perspetiva setorial aprofundada para reduzir a burocracia no turismo em Angola. As suas componentes principais, embora inspiradas por uma "visão global" de modernização, requerem um exame pormenorizado face às "evidências locais".

- ✓ **O "Alvará Único" e o "Licenciamento Zero":** Uma medida central é a criação do "Alvará Único", que elimina a inspeção prévia obrigatória para o arranque de hotéis e agências de viagens. Esta abordagem de "Licenciamento Zero", em que a atividade pode começar através de "comunicação prévia" (Ministério do Turismo de Angola, 2025), reduz inegavelmente a barreira à entrada. Porém, como adverte Coglianese (2017), a eficácia regulatória depende da consistência dos mecanismos ex-post. O desafio para Angola será garantir que o "pós-processamento" não se torne um novo entrave ou que a falta de controlo prévio não comprometa a qualidade e a segurança. A inclusão de atividades acessórias (ginásios, música ao vivo) nesta autorização única, desde que declaradas, é positiva, mas aumenta a necessidade duma inspeção pós-poste abrangente e competente.
- ✓ **Fim do Prazo de Validade das Licenças Turísticas e a Nova Licença Ambiental Única:** A eliminação do prazo de validade das licenças turísticas, que passam a ser válidas, desde que a atividade esteja em funcionamento e haja interesse na sua continuidade, representa um significativo alívio administrativo. Contudo, esta medida transfere o ônus da garantia de qualidade para um sistema de inspeção contínua. Ao mesmo tempo, a introdução de uma "licença ambiental única, válida por dez anos", que substitui os três documentos anteriores (instalação, exploração e desativação), visa validar o arranque e a manutenção das atividades. Ambas as medidas requerem, como Buhalis (2000) refere para a competitividade, uma governação eficaz e mecanismos de

monitorização que garantam padrões ao longo do tempo, um desafio considerável para a capacidade institucional de Angola (SADC, 2020).

- ✓ **Simplificação em Áreas Relacionadas (Comunicação Visual e Intercâmbios):** A eliminação da licença de publicidade para placas e sinalética, agora incluída no licenciamento geral mediante uma taxa anual, é pragmática. A alteração da licença de câmbios, que passa a ser tratada de forma autónoma, mas integrada no licenciamento principal com apoio técnico do Banco Nacional de Angola, reconhece a especificidade da matéria. No entanto, a eficácia desta integração dependerá da fluidez da coordenação entre o Ministério do Turismo e o Banco Nacional, um exemplo da complexidade da governação colaborativa.
- ✓ **Reforço da descentralização:** O programa prevê que certas categorias de estabelecimentos turísticos sejam licenciadas pelas administrações municipais. A descentralização pode aproximar o serviço do cidadão, mas o seu sucesso depende da capacidade técnica e financeira dos municípios angolanos, um fator que a literatura sobre o desenvolvimento local em África aponta sistematicamente como um desafio (SADC, 2020).
- ✓ **Incorporação legal e rapidez:** Como em qualquer reforma, a obrigatoriedade de incorporação destas medidas em regulamentos específicos é fundamental. A rapidez com que são transpostas para o sistema jurídico, como refere Chon (2003) em contextos asiáticos, será decisiva para a confiança dos investidores e para a tração inicial do programa.

Assim, o desenho conceptual do "Simplifica Turismo 3.0" apresenta medidas com inegável potencial modernizador. No entanto, cada uma delas coloca desafios significativos de implementação no caso angolano, que serão analisados na sequência da argumentação sobre a adequação do programa e as suas interdependências.

1.2. Adequação do Programa ao Contexto Angolano (A "Prova Local")

A "prova local" em Angola caracteriza-se por um ambiente que pode ser descrito como VUCA (Volatilidade, Incerteza, Complexidade e Ambiguidade), segundo Bennett e Lemoine (2014), a volatilidade económica, a incerteza política e regulatória, a complexidade da máquina administrativa e

ALBA - ISFIC RESEARCH AND SCIENCE JOURNAL
ISSN PRINT: 3006-2489; ISSN ONLINE: 3006-2470
1ª Ed, Vol. 1, No. 10, Dezembro, 2025
https://alba.ac.mz/index.php/alba/issue/view/13
albaisfic@gmail.com; alba@isfic.ac.mz

a ambiguidade na aplicação das regras são fatores que condicionam a viabilidade de qualquer reforma.

O "Simplifica Turismo", na sua formulação, parece partir de um nível de capacidade institucional, de cultura de serviço público e de coordenação que ainda não está totalmente consolidado em Angola (Rodrigues & K Anakwue, 2020). A transição dum controlo ex-ante para um controlo ex-post eficaz exige não só mais recursos, mas também uma mudança de mentalidade e de competências no seio da administração. A descentralização de competências para as entidades locais, se for prevista, deparar-se-á com desafios de capacidade semelhantes.

Além disso, o carácter informal duma parte importante da economia turística angolana pode limitar o alcance das medidas de simplificação centradas no sector formal. A questão das infraestruturas básicas (estradas, energia, saneamento, conectividade digital), embora fora do âmbito direto do "Simplifica Turismo", constitui um constrangimento estrutural que afeta a competitividade do destino (World Economic Forum, 2024; Bianchi, 2018) e a capacidade dos operadores de beneficiarem da simplificação.

Assim, a "adequação", por si só, não é automática. Exige um esforço consciente e contínuo de adaptação, investimento em capacidades e controlo estrito dos seus efeitos no contexto específico angolano, sob pena de aumentar o fosso entre a "visão global" das boas práticas e a difícil "prova local".

1.3. Análise das Interdependências e Potenciais Impactos (Proposições Qualitativas)

Com A partir da análise anterior, é agora possível formular algumas proposições qualitativas sobre as interdependências críticas para o sucesso do "Simplifica Turismo" e os seus potenciais impactos:

- ✓ **Proposição 1 (P1):** A perceção da eficácia do "Licenciamento Zero" (Eficácia_LZ) na redução da burocracia e no estímulo ao investimento estará positivamente correlacionada com o nível de Capacidade Institucional para o Processamento e Inspeção Subsequentes (CI_TPF). Discussão: Se a CI_TPF for baixa, o Licenciamento Zero pode levar a problemas de qualidade e conformidade, o que desacredita a reforma e desencoraja investimentos sérios de longo prazo.
- ✓ **Proposta 2 (P2):** A transição para o Licenciamento Ilimitado de Hotéis (UHL) só contribuirá para a

Competitividade Sustentável dos Destinos (SDC) se existir um Sistema de Aplicação Contínua e Baseada no Risco (CRS_BR) considerado consistente e exequível. Discussão: Sem um SFC_BR eficaz, a LHI pode conduzir a um nivelamento por baixo em termos de normas, o que prejudica a reputação de Angola e a CSD.

- ✓ **Proposição 3 (P3):** O grau de Coordenação Interministerial Eficaz (COI_E) atuará como um fator moderador crucial na relação entre as medidas de simplificação do "Simplifica Turismo" (Medidas_ST) e o Impacto Global no Dinamismo do Sector do Turismo (IGDST). Discussão: Mesmo com medidas bem desenhadas, a ausência de COI_E em áreas como os vistos, as infraestruturas, a segurança e a promoção pode anular os benefícios esperados das Medidas ST, o que limita o IGDST.
- ✓ **Proposição 4 (P4):** A Celeridade e Clareza na Incorporação Legal de Medidas (CCILM) influenciarão diretamente a Confiança do Investidor (CI) e a Tração Inicial do Programa (TIP). Discussão: Atrasos ou ambiguidades no CCILM podem gerar ceticismo e paralisia entre potenciais investidores, o que compromete o PIT e o sucesso global do programa.
- ✓ **Proposição 5 (P5):** O ambiente de elevada Volatilidade, Incerteza, Complexidade e Ambiguidade (Amb_VUCA) caraterístico de Angola tenderá a atenuar o impacto positivo das medidas de simplificação (ST_Measures) na Intenção de Investimento (II), a menos que sejam implementadas estratégias específicas de mitigação de risco e de reforço da Resiliência Sistémica (Res_Sist). Discussão: Num ambiente percebido como altamente VUCA, a simples redução da burocracia pode não ser suficiente para atrair investimentos consideráveis se outros riscos macro-ambientais não forem acautelados, o que exige um esforço de Res_Sist.

Estas proposições não são exaustivas, mas permitem demonstrar a complexa rede de fatores que determinarão se o "Simplifica Turismo" se traduzirá numa transformação efetiva do sector em Angola. A análise destas interdependências mostra que o sucesso é contingente e requer uma atitude holística e adaptada.

ALBA - ISFIC RESEARCH AND SCIENCE JOURNAL
ISSN PRINT: 3006-2489; ISSN ONLINE: 3006-2470
1ª Ed, Vol. 1, No. 10, Dezembro, 2025
https://alba.ac.mz/index.php/alba/issue/view/13
albaisfic@gmail.com; alba@isfic.ac.mz

CONCLUSÃO

O programa "Simplifica Turismo", que o Executivo angolano aprovou no passado dia 28, em sede própria, num desenvolvimento administrativo pertinente, constitui uma iniciativa louvável e potencialmente estruturante para um sector com vastas perspetivas de crescimento em Angola. A sua análise, incorporada neste artigo, que resulta dum estudo de enquadramento mais alargado sobre a gestão do turismo no país, iniciado em dezembro de 2024, permite uma visão atualizada dos desafios e das oportunidades que se apresentam. As medidas centrais do programa estão em consonância com uma "visão global" de modernização administrativa e facilitação de investimentos.

No entanto, como esta análise crítica procurou demonstrar, a transposição desta visão para a "prova local" angolana é um repto complexo, repleto de obstáculos e constrangimentos. Os resultados da investigação indicam que o sucesso do "Simplifica Turismo" não é garantido pela sua mera proclamação ou pelo mérito conceptual das suas componentes. Pelo contrário, está intrinsecamente dependente da superação de desafios estruturais e da implementação de uma série de condições de possibilidade.

Em primeiro lugar, a capacidade institucional do Estado angolano, em particular do Ministério do Turismo e dos organismos de inspeção, para gerir o "pós-processamento" do Licenciamento Zero e para implementar um novo paradigma de inspeção contínua e baseada no risco é absolutamente necessária. Sem um investimento forte no reforço destas capacidades, em termos de capital humano, tecnológico e financeiro, as medidas de simplificação correm o risco de ter efeitos perversos.

Em segundo lugar, uma coordenação interministerial eficaz é um fator crítico. Como o turismo é uma atividade transversal, a sua promoção requer coordenação entre várias áreas da administração pública. É essencial a criação de um mecanismo de governação claro e funcional, especificamente dedicado ao programa.

Em terceiro lugar, a rapidez e a precisão na tradução das medidas em regulamentos específicos são fundamentais para garantir a segurança jurídica e reforçar a previsibilidade necessária aos agentes económicos.

Além disso, a análise indica que o ambiente VUCA que caracteriza o contexto angolano requer uma abordagem adaptativa, orientada para a construção de resiliência sistémica.

Assim, a implementação prática do «Simplifica Turismo» será decisiva para o seu

resultado. Para que a orientação estratégica que o sustenta se traduza em resultados concretos, o programa deve ser visto como o ponto de partida para um processo contínuo de reforma, capacitação, monitorização sistemática e ajustamento incremental. As conclusões apresentadas, embora centradas neste programa, estão ligadas aos resultados do estudo de diagnóstico mais amplo sobre a necessidade de reforço sistémico da governação do turismo em Angola. As próximas etapas da investigação procurarão monitorizar empiricamente os impactos iniciais do Simplifica Turismo e aprofundar a análise comparativa com outras iniciativas de reforma no contexto africano.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Adu-Ampong, E. A. (2017). *Divided we stand: Institutional collaboration in tourism planning and development in the Global South*. **Tourism Planning & Development, 14**(4), 503–523. https://doi.org/10.1080/21568316.2016.1253736

Andrews, M., Pritchett, L., & Woolcock, M. (2017). *Building state capability: Evidence, analysis, action*. Oxford University Press. https://global.oup.com/academic/product/building-state-capability-9780198747482?cc=pt&lang=en&

Ansell, C., & Gash, A. (2018). Collaborative platforms as a governance strategy. *Journal of Public Administration Research and Theory, 28*(1), 16–32. https://doi.org/10.1093/jopart/mux030

Bennett, N., & Lemoine, G. J. (2014). What VUCA really means for you. *Harvard Business Review, 92*(1/2), 27. https://hbr.org/2014/01/what-vuca-really-means-for-you

Buhalis, D. (2000). Marketing the competitive destination of the future. *Tourism Management, 21*(1), 97–116. https://doi.org/10.1016/S0261-5177(99)00095-3

Campos, C., Mendes, J., Valle, P., & Scott, N. (2015). Policy learning and policy failure in tourism: An analysis of the Algarve's All-Inclusive. *Journal of Policy Research in Tourism, Leisure and Events, 7*(1), 1–23. https://doi.org/10.1080/19407963.2014.939190

Chon, K. S. (2003). The future of tourism in Asia: The role of government, industry, and academia. *Journal of Travel & Tourism Marketing, 13*(1–2), 1–8. https://doi.org/10.1300/J073v13n01_01

Cochrane, J. (2020). The sphere of resilience: A new perspective for tourism. *Annals of Tourism Research, 83*, 102938. https://doi.org/10.1016/j.annals.2020.102938

Coglianese, C. (Ed.). (2017). *Regulatory breakdown: The crisis of confidence in U.S. regulation* (pp. 44–69). University of Pennsylvania Press. https://www.jstor.org/stable/j.ctt3fhzfx

Dieke, P. U. C. (2000). *The political economy of tourism development in Africa*. Cognizant Communication Corporation. https://www.researchgate.net/profile/David-Harrison-20/publication/284388657_Touris

ALBA - ISFIC RESEARCH AND SCIENCE JOURNAL
ISSN PRINT: 3006-2489; ISSN ONLINE: 3006-2470
1ª Ed, Vol. 1, No. 10, Dezembro, 2025
https://alba.ac.mz/index.php/alba/issue/view/13
albaisfic@gmail.com; alba@isfic.ac.mz

m_in_Africa_The_social_and_cultural_framework/links/56706d7b08ae5252e6f1e69a/Tourism-in-Africa-The-social-and-cultural-framework.pdf

Dredge, D., & Jamal, T. (2015). A theory of collaborative tourism governance. *Annals of Tourism Research, 54*, 231–245. https://doi.org/10.1016/j.annals.2015.07.003

Dwyer, L., Dragićević, V., Armenski, T., & Mihalič, T. (2016). Achieving destination competitiveness: An importance–performance analysis of attributes. *Journal of Travel Research, 55*(3), 305–320. https://doi.org/10.1177/0047287514554475

Hadjiisky, M., Pal, L. A., & Walker, C. (2017). *Public policy transfer: Micro-dynamics and macro-effects*. Edward Elgar Publishing. https://doi.org/10.4337/9781785368042

Hall, C. M. (2011). Policy learning and policy failure in sustainable tourism: A critical analysis of the New Zealand Tourism Strategy 2015. *Journal of Sustainable Tourism, 19*(4–5), 437–455. https://doi.org/10.1080/09669582.2011.562041

Harrison, D. (2001). *Tourism and the less developed world: Issues and case studies*. CABI Publishing.https://labordoc.ilo.org/discovery/fulldisplay?docid=alma993528913402676&context=L&vid=41ILO_INST:41ILO_V1&lang=en&adaptor=Local%20Search%20Engine

International Monetary Fund. (2025). *Angola: Staff report for the 2024 Article IV consultation—Informational annex*. https://doi.org/10.5089/9798229002851.002

Bianchi, R. (2018). The political economy of tourism development: A critical review. *Annals of Tourism Research, 70*, 88–102. https://doi.org/10.1016/j.annals.2017.08.005

Kavaratzis, M., Warnaby, G., & Ashworth, G. J. (Eds.). (2015). *Rethinking place branding: Comprehensive brand development for cities and regions*. *Journal of Place Management and Development 8 (2), 163–164.* https://doi.org/10.1108/JPMD-06-2015-0015

Kubickova, M., & Lim, C. (2019). Destination competitiveness: A review and research agenda. *Journal of Hospitality and Tourism Management, 38*, 1–11. https://doi.org/10.1016/j.jhtm.2018.11.001

Lew, A. A. (2014). Scale, change and resilience in community tourism planning. *Tourism Geographies, 16*(1), 14–22. https://doi.org/10.1080/14616688.2013.864325

Mack, O., Khare, A., Krämer, A., & Burgartz, T. (Eds.). (2016). *Managing in a VUCA world*. Springer. https://link.springer.com/book/10.1007/978-3-319-16889-0

Ministério do Turismo de Angola. (2025). *Projeto Simplifica Turismo*. https://www.linkedin.com/company/minist%C3%A9rio-do-turismo-angola/posts/

Organisation for Economic Co-operation and Development. (2021). *Regulatory policy outlook 2021*. https://doi.org/10.1787/9789264209022-en

Organisation for Economic Co-operation and Development. (2024). *OECD tourism trends and policies 2024*. https://www.oecd.org/content/dam/oecd/en/publications/reports/2024/07/oecd-tourism-trends-and-

policies-2024_17ff33a3/80885d8b-en.pdf

Pollitt, C., & Bouckaert, G. (2017). *Public management reform: A comparative analysis—Into the age of austerity* (4th ed.). Oxford University Press. https://books.google.pt/books?id=8jooDwAAQBAJ

Presidência da República de Angola. (2024, Abril 1). *Discurso de Sua Excelência o Presidente da República na Tomada de Posse do Ministro do Turismo*. https://www.cipra.gov.ao/noticias/1471/governo/tomada-de-posse-do-novo-ministro/presidente-da-republica-pede-diagnostico-sobre-obstaculos-ao-crescimento-do-turismo-no-pais

Prideaux, B., Laws, E., & Faulkner, B. (2003). Events in Indonesia: Exploring the limits to formal tourism trends forecasting methods in complex crisis situations. *Tourism Management, 24*(4), 475–487. https://doi.org/10.1016/S0261-5177(02)00100-9

Rodrigues, A. M., & Anakwue, P. K. (2020). Bureaucracy and public sector performance in Angola: A critical review. *Journal of Public Administration and Governance, 10*(3), 210–225. https://doi.org/10.5296/jpag.v10i3.17398

Southern African Development Community. (2020). *SADC regional response to COVID-19 pandemic: Bulletin No. 5*. https://www.sadc.int/document/bulletin-5-sadc-response-covid-19-english

Sharpley, R., & Telfer, D. J. (2015). *Tourism and development: Concepts and issues* (2nd rev. ed.). Multilingual Matters & Channel View Publications. https://doi.org/10.2307/jj.26932045

World Bank. (2024). *Angola economic update: Boosting growth with inclusive financial development*. https://documents1.worldbank.org/curated/en/099071825113513565/pdf/P507068-db94883f-4acc-4fce-8f31-284fdf4dc9cf.pdf

World Economic Forum. (2024). *Travel & tourism development index 2024: Insight report*. https://www3.weforum.org/docs/WEF_Travel_and_Tourism_Development_Index_2024.pdf

ALBA
ISFIC RESEARCH AND SCIENCE JOURNAL

ALBA - ISFIC RESEARCH AND SCIENCE JOURNAL
ISSN PRINT: 3006-2489; ISSN ONLINE: 3006-2470
1ª Ed, Vol. 1, No. 10, Dezembro, 2025
https://alba.ac.mz/index.php/alba/issue/view/13
albaisfic@gmail.com; alba@isfic.ac.mz

10 - 12 | 2025

AVALIAÇÃO DAS ESTRATÉGIAS DE MARKETING DE RELACIONAMENTO APLICADAS A COMPETITIVIDADE DAS IES EM MAPUTO

Evaluation of Relationship Marketing Strategies Applied to the Competitiveness of HEIs in Maputo

Evaluación de estrategias de marketing relacional aplicadas a la competitividad de las IES de Maputo

Obadias Benjamim Machine[1] | Quentino Agostinho Razão[2] | Cornélio Abdul Mussá[3]

[1]Mestre, Universidade São Tomás de Moçambique, Moçambique, https://orcid.org/0000-0001-2345-6789, machine.obadias@gmail.com
[2]Mestre, Universidade São Tomás de Moçambique, Moçambique, https://orcid.org/0009-0007-6992-0904, fam.razao7@gmailcom
[3]Professor Doutr, Universidade Pedagogica de Maputo, Moçambique, https://orcid.org/0000-0002-4579-5391

Autor para correspondência: *machine.obadias@gmail.com*

Data de recepção: 25-06-2025
Data de aceitação: 01-07-2025
Data da publicação: 10-12-2025

Como citar este artigo: Machine, O. B.; Razão, Q. R. & Mussá, C. A. (2025). *Avaliação das estratégias de Marketing de Relacionamento aplicadas a competitividade das IES em Maputo.* ALBA – ISFIC Research and Science Journal, 1(10), pp. 8-17. https://alba.ac.mz/index.php/alba/issue/view/13

RESUMO

Este artigo científico tem como objectivo global fazer a Avaliação das Estratégias de Marketing de Relacionamento Aplicadas a Competitividade da IES em Maputo, com a finalidade demostrar a importância do uso das ferramentas no processo da retenção do estudante que está directamente ligada à satisfação com o serviço prestado, sendo que, o mesmo participa activamente do processo. A análise interpretativa teve-se o apoio de dois aspectos fundamentais, ou seja, nos resultados alcançados no estudo, na fundamentação teórica e na experiência pessoal (estudante). No programa estatístico SPSS, versão 16, cuja informação foi compilada usando o Excel e word, apoiando-se na elaboração de gráficos. Tendo em conta o estudante se tem orgulho da instituição, concluiu-se que a maioria não tem corresponde a 55,4%, contra os 44,6% que afirmaram que sim, como se pode verificar no gráfico 2. Com relação ao nível de satisfação do estudante com o atendimento por parte dos trabalhadores foram submetidas aos questionários, pode-se verificar que a maioria, 67,5% afirmou que não, contra os 32,5% que disse sim. O estudo identificou que há falta de lealdade por parte dos estudantes ligados com a satisfação, confiança, comprometimento, fidelidade, retenção, que apresentam níveis muito baixos, visto que a qualidade percebida esta a ser afectada devido a vários factores que tem contribuído negativamente no processo da relação entre os estudantes e a instituição. A compreensão

dos factores que influenciam a lealdade pode contribuir para que a instituição de ensino superior a instituição estabeleça estratégias adequadas para a retenção, motivação dos estudantes e a busca da real imagem da Universidade, para que o estudante possa corresponder positivamente a cada um dos factores identificados que podem contribuir para o desenvolvimento do marketing de relacionamentos no processo de formação do homem novo.

Palavras-chave: Marketing de relacionamento, lealdade, satisfação, confiança, comprometimento e qualidade.

ABSTRACT

This scientific article has the overall objective of evaluating the Relationship Marketing Strategies Applied to the Competitiveness of the HEI in Maputo, with the purpose of demonstrating the importance of using the tools in the student retention process, which is directly linked to satisfaction with the service provided, and the student actively participates in the process. The interpretative analysis was supported by two fundamental aspects, that is, the results achieved in the study, the theoretical basis and the personal experience (student). In the statistical program SPSS, version 16, whose information was compiled using Excel and Word, supported by the creation of graphs. Considering whether the student is proud of the institution, it was concluded that the majority does not, corresponding to 55.4%, against the 44.6% who said yes, as can be seen in graph 2. Regarding the level of student satisfaction with the service provided by the workers who were submitted to the questionnaires, it can be seen that the majority, 67.5%, said no, against the 32.5% who said yes. The study identified that there is a lack of loyalty on the part of students linked to satisfaction, trust, commitment, loyalty, and retention, which present very low levels, since the perceived quality is being affected due to several factors that have contributed negatively to the process of the relationship between students and the institution. Understanding the factors that influence loyalty can help higher education institutions establish appropriate strategies for retaining and motivating students and seeking the true image of the University, so that students can respond positively to each of the identified factors that can contribute to the development of relationship marketing in the process of forming the new person.

Keywords: Relationship marketing, loyalty, satisfaction, trust, commitment and quality.

RESUMEN

Este artículo científico tiene como objetivo general evaluar las Estrategias de Marketing Relacional Aplicadas a la Competitividad de las IES de Maputo, con el propósito de demostrar la importancia de la utilización de las herramientas en el proceso de retención estudiantil, que está directamente vinculado a la satisfacción con el servicio prestado, y el estudiante participa activamente en el proceso. El análisis interpretativo se sustentó en dos aspectos fundamentales, es decir, los resultados alcanzados en el estudio, la base teórica y la experiencia personal (estudiante). En el programa estadístico SPSS, versión 16, cuya información fue compilada mediante Excel y Word, apoyado en la creación de gráficos. Considerando si el estudiante se siente orgulloso de la institución, se concluyó que la mayoría no lo siente, correspondiente al 55.4%, contra el 44.6% que dijo que sí, como se puede observar en el gráfico 2. En cuanto al nivel de satisfacción de los estudiantes con el servicio brindado por los trabajadores que fueron sometidos a los cuestionarios, se puede observar que la mayoría, 67.5%, dijo que no, contra el 32.5% que dijo que sí.O estudo identificou que há falta de lealdade por parte dos estudantes ligados com a satisfação, confiança, comprometimento, fidelidade, retenção, que apresentam níveis muito baixos, visto que a qualidade percebida esta a ser afectada devido a vários factores que tem contribuído negativamente no processo da relação entre os estudantes e a instituição. A compreensão dos

ALBA - ISFIC RESEARCH AND SCIENCE JOURNAL
ISSN PRINT: 3006-2489; ISSN ONLINE: 3006-2470
1ª Ed, Vol. 1, No. 10, Dezembro, 2025
https://alba.ac.mz/index.php/alba/issue/view/13
albaisfic@gmail.com; alba@isfic.ac.mz

factores que influenciam a lealdade pode contribuir para que a instituição de ensino superior a instituição estabeleça estratégias adequadas para a retenção, motivação dos estudantes e a busca da real imagem da Universidade, para que o estudante possa corresponder positivamente a cada um dos factores identificados que podem contribuir para o desenvolvimento do marketing de relacionamentos no processo de formação do homem novo.

Palabras-chave: Marketing de relacionamento, lealdade, satisfação, confiança, comprometimento e qualidade.

Contribuição de autoria (por autor): **Obadias Benjamim Machine:** foi responsável pela concepção da ideia principal, pela revisão literária, e análise dos dados e redigiu a primeira versão desta pesquisa.
Obadias Benjamim Machine: responsavel pela preparação e aplicação dos instrumentos de recolha de dados no INSS, compilação, análise dos dados e redigiu a primeira versão desta pesquisa.
Quentino Agostinho: responsável pela coordenação da autoria, revisor e tradutor de termos básicos aplicados nesta pesquisa.
Cornélio Abdul Mussá: responsável pelo aconselhamento e segurança da pesquisa, revisor e fez a correção do artigo.

INTRODUÇÃO

O presente artigo científico tem como objectivo global de fazer a avaliação da estratégia de marketing de relacionamento aplicadas a competitividade nacional na Instituição do Ensino Superior Privada em Maputo - IES, com a finalidade demonstrar a importância do uso das ferramentas do marketing de relacionamento que é crucial para alcançar os objectivos em um meio ao mercado actual, onde existe uma busca maior em satisfazer as necessidades dos clientes, tornando-os fiéis a universidade.

De acordo com Kotler et al. (2023), o marketing de relacionamento é um processo contínuo voltado para atrair, manter e aprimorar relacionamentos com os clientes, buscando não apenas transações únicas, mas conexões de longo prazo que agreguem valor a ambas as partes.

Quando o conceito de marketing surge no início do século XX concentra-se no problema de escoamento de produção, lida com as questões de distribuição física dos produtos e aspectos económicos e legais da transacção. A partir da década de vinte, preocupa se com as questões institucionais. Com a concepção do mix de marketing na década de cinquenta, sua orientação desloca-se para o campo de gestão (Motta, 1983). Ao longo do tempo seu conceito evolui, adaptando-se às novas realidades da produção e sociedade. Em 1969, Kotler e Levy defendem que marketing se aplica tanto em empresas que visam o lucro quando em empresas sem fins lucrativos. Afirmam que toda organização executa funções de marketing no desenvolvimento de produtos, preço, distribuição e comunicação.

Em Moçambique o Marketing de Relacionamento nas IES (2023 a 2025), foco na retenção de estudantes: A IES moçambicanas, como a Universidade Eduardo Mondlane (UEM), ISCTEM, Universidade São Tomás e A Politécnica, têm adotado estratégias voltadas para fidelizar os estudantes, com acções como acompanhamento pedagógico individualizado, serviços de apoio psicossocial e plataformas de comunicação direta com estudantes. (Tavares, 2024).

A contribuição do estudo poderá oferecer uma análise aprofundada sobre a realidade de Maputo, permitindo compreender como factores culturais, econômicos e sociais locais influenciam a eficácia das estratégias de marketing de relacionamento no sector do ensino superior. Este trabalho tem como objectivo: Avaliar o nível de lealdade dos estudantes verificando as relações existente entre satisfação, confiança, comprometimento, fidelidade, retenção, qualidade e lealdade na IES, especificamente, apesquisa objectiva-se em: (i) identificar o nível de lealdade dos estudantes na Instituição de Ensino Superior Privada em Maputo para manter um relacionamento comercial duradouro e estável com seus Estudantes; (ii) descrever os aspectos negativos que contribuem para o nível de satisfação dos clientes (estudantes) face a qualidade dos serviços prestados pela IES privada e (iii) indicar os aspectos que podem contribuir para o desenvolvimento do marketing de relacionamentos entre a IES privada e os estudantes no processo de formação do homem novo.

ENQUADRAMENTO TEÓRICO

Estratégia

Para Hitt, Ireland & Hoskisson (2024), Estratégia é um conjunto integrado e coordenado de compromissos e ações destinadas a explorar competências centrais e obter vantagem competitiva.

Em um mercado educacional competitivo, reter formandos é tão importante quanto atrair novos. Estratégias de relacionamento ajudam a criar vínculos emocionais e de confiança, reduzindo a evasão e aumentando a permanência dos estudantes até a conclusão do curso.

Segmentando o mercado

De acordo com García (2024), a segmentação de mercado consiste em dividir um mercado amplo e heterogéneo em subgrupos de consumidores com características, necessidades ou comportamentos semelhantes, permitindo às empresas ajustar estratégias de marketing, produtos e serviços às especificidades de cada segmento.

ALBA - ISFIC RESEARCH AND SCIENCE JOURNAL
ISSN PRINT: 3006-2489; ISSN ONLINE: 3006-2470
1ª Ed, Vol. 1, No. 10, Dezembro, 2025
https://alba.ac.mz/index.php/alba/issue/view/13
albaisfic@gmail.com; alba@isfic.ac.mz

Factores que influenciam na escolha da IES

Oliveira, & Luiz (2025), os factores que influenciam a escolha de uma instituição de ensino superior (IES) correspondem a um conjunto de características académicas, económicas, geográficas, sociais e institucionais que orientam a decisão dos estudantes ao seleccionar a instituição onde irão prosseguir os seus estudos. Entre estes destacam-se a reputação e qualidade académica, a oferta de cursos, as perspetivas de empregabilidade, o custo das propinas, as infraestruturas e comodidades, a localização, o ambiente social, estratégias de marketing institucional e a disponibilidade de apoio financeiro ou bolsas de estudo..

Marketing de Relacionamento

Vasconcelos & Lima (2023), definem o Marketing de Relacionamento como uma estratégia orientada para estabelecer e consolidar relações duradouras com os clientes, considerando o novo perfil do consumidor. Esta abordagem envolve a implementação de práticas de personalização e segmentação, a criação de experiências positivas e o uso de tecnologias, visando a fidelização, o fortalecimento da reputação e a obtenção de vantagem competitiva.

Para Simplício & Sesso Filho (2024), uma estratégia eficaz consiste numa gestão estratégica bem estruturada, caracterizada por um plano que integra objectivos claros, análise do ambiente competitivo, avaliação das capacidades internas da organização e formulação de acções direccionadas para maximizar vantagens competitivas, garantindo o sucesso organizacional e a adaptação contínua às dinâmicas do mercado.

Marketing Para O Serviço Educacional

Para **Marketing educacional** Costa & Nascimento (2023), é o conjunto de estratégias e acções voltadas à atração, retenção e fidelização de estudantes, que considera as especificidades do sector educacional e busca alinhar os objectivos institucionais com as expectativas do público-alvo, promovendo valor percebido e diferenciação no mercado.

É fundamental para garantir sua sustentabilidade, relevância e competitividade em um mercado cada vez mais dinâmico e exigente. Em especial no contexto das IES privadas e em expansão, como ocorre em Maputo, o marketing educacional desempenha um papel estratégico em diversas dimensões da gestão institucional.

Serviço Educacional

De acordo com **Serviço educacional** é compreendido como um processo intangível e contínuo que envolve a entrega de conhecimento, desenvolvimento de competências e formação integral de indivíduos, mediado por interações pedagógicas, recursos institucionais e experiências de aprendizagem planeadas, com foco na geração de valor acadêmico e social (Santos, 2024).

O serviço educacional é por natureza intangível e impessoal no que concerne ao que oferece, mas ao mesmo tempo pode ser considerado tangível quando é avaliado pelo MEC. Como depende de cada estudante o serviço educacional é heterogéneo, e também perecível, considerando que o prazo de validade do conhecimento é a cada dia mais curto. E ao mesmo tempo em que o serviço é produzido, é consumido pelo aluno.

Almeida & Núñez (2025), o serviço educacional pode ser definido como a prestação institucional de educação, compreendendo um conjunto estruturado de actividades de ensino e aprendizagem, gestão académica e apoio ao estudante, cujo objectivo central é proporcionar formação de qualidade. Assegura que os recursos pedagógicos, administrativos e organizacionais atendam às expectativas dos estudantes, promovendo eficácia no ensino, suporte adequado e resultados académicos satisfatórios, os cursos oferecidos por essa instituição que se dividem em categorias ou modalidades em:

a) Cursos de extensão;
b) Cursos de graduação (bacharelado e licenciatura);
c) Cursos sequenciais;
d) Cursos superiores em tecnologia;
e) Cursos de pós-graduação (*lato sensu* e *strincto sensu*).

Planeamento estratégico e vantagem competitiva

A vantagem competitiva tem uma grande importância no cenário marcado pela competição e concorrência actual, no qual as empresas estão em um ambiente de contínuos desafios e constantes mudanças impostas pelas tendências dos novos tempos e mercados. Para falar de vantagem competitiva, é necessário relacioná-la com estratégia, uma vez que para alcançá-la, precisa-se de planeamento. Neste sentido, Porter (2012), destaca que estratégia é a busca deliberada de um plano de acção para desenvolver e ajustar a vantagem competitiva de uma IES.

ALBA - ISFIC RESEARCH AND SCIENCE JOURNAL
ISSN PRINT: 3006-2489; ISSN ONLINE: 3006-2470
1ª Ed, Vol. 1, No. 10, Dezembro, 2025
https://alba.ac.mz/index.php/alba/issue/view/13
albaisfic@gmail.com; alba@isfic.ac.mz

Estratégias competitivas

Oliveira (2024), **Estratégias competitivas** são acções deliberadas adotadas por organizações para alcançar e sustentar vantagem sobre seus concorrentes, por meio da diferenciação, liderança em custos, foco em nichos de mercado ou inovação, visando garantir desempenho superior e posicionamento estratégico no sector em que actuam.

Está directamente relacionada à capacidade das organizações de se destacarem em ambientes de mercado cada vez mais dinâmicos, exigentes e saturados como é o caso das Instituições de Ensino Superior (IES). Essas estratégias não apenas orientam as decisões institucionais, mas também definem o posicionamento da organização frente aos seus concorrentes.

Lealidade

No entanto, a Lealdade é definida como o compromisso contínuo do cliente em manter uma relação com a marca ou instituição, demonstrado por meio de recompra, resistência à concorrência e atitudes positivas em relação à organização, mesmo diante de alternativas no mercado (Ferreira, 2024).

A **lealdade nas Instituições de Ensino Superior (IES)** é um factor estratégico crucial para sua sustentabilidade, competitividade e crescimento a longo prazo. Em um cenário educacional cada vez mais competitivo e com estudante mais exigentes, promover e manter a lealdade do estudante vai além da simples retenção: envolve construir vínculos emocionais, oferecer valor contínuo e criar uma experiência educacional marcante.

MATERIAIS E MÉTODOS

No artigo científico usou-se a pesquisa aplicada, que tem como objectivo gerar conhecimentos para aplicação prática dirigidos à solução de problemas específicos. Envolve verdades e interesses dos estudantes, coordenadores, directores dos cursos da IES.

Na pesquisa fez-se o estudo descritivo e exploratório, a pesquisa descritiva visa descrever as características de determinada população ou fenómeno ou o estabelecer relações entre variáveis.

O presente estudo envolveu o uso de técnicas padronizadas de colecta de dados: questionário, observação sistemática e história de vida de todos os participantes da mesma (estudantes, coordenadores da IES).

A pesquisa assumiu, em geral, a forma de levantamento. Na planificação da pesquisa para que o estudo, no futuro, seja considerado científico, obedeceu os critérios de coerência, consistência, originalidade e objectividade na

pesquisa, que dependeu basicamente de três fases a saber: fase decisória, construtiva e da redacção.

Na pesquisa, fez-se uma combinação da pesquisa qualitativa e quantitativa. A pesquisa quantitativa considera que tudo pode ser quantificável, isto é, traduzido em números, opiniões e informações para classificar e analisar. A pesquisa qualitativa considera que há uma relação dinâmica entre o mundo real e o sujeito, isto é, um vínculo indissociável entre o mundo objectivo e a subjectividade do sujeito, que não pode ser traduzida em números.

A amostra é um subgrupo de uma população, foi constituído por unidades de observação e que tem as mesmas características da população, seleccionada para participar num determinado estudo. O tamanho da amostra foi retirada da população é aquele que minimiza os custos de amostragem e pode ser com ou sem reposição.

Para que os dados obtidos num levantamento sejam significativos, foi necessário que a amostra fosse constituída por um número adequado de elementos. A estatística dispõe de procedimentos que possibilitam estimar esse número. Para tal, foram realizados cálculos diversos. Entretanto, uma razoável estimativa feita determina a amplitude de uma amostra tirada de uma população finita corresponde a um total de 1.200 (mil e duzentos) estudantes dos cursos de contabilidade e auditoria, gestão de empresas, gestão financeira e bancaria e economia, na Faculdade de Ciências Económicas e Empresariais, com margem de erro de 1%, 2%, 3%, 4%, 5%, e 10% na hipótese de p= 0,5.

A tabela em anexo fornece o tamanho da amostra adequado para um nível de confiança de 95% (que em termos estatísticos corresponde a dois desvios-padrões). As várias colunas, por sua vez, indicam o número de elementos que foram seleccionados e as respectivas margens de erro.

A amplitude da população (universo) que foi estudada nesta pesquisa corresponde aos clientes (estudantes) residentes na cidade da Maputo e Matola, tendo-se tomado deste universo uma amostra de 83 (oitenta e três) pessoas, só estudantes, da instituição, sendo o coeficiente de confiança de 95,5%, uma amplitude de amostra com uma margem de erro de ± 5%. Arkin & Colton (1976).

No que respeita ao critério de inclusão e exclusão, há que referir que fizeram parte deste estudo todos estudantes, da instituição, que frequentam os diversos cursos nestas instituições e os trabalhadores que já vem

ALBA - ISFIC RESEARCH AND SCIENCE JOURNAL
ISSN PRINT: 3006-2489; ISSN ONLINE: 3006-2470
1ª Ed, Vol. 1, No. 10, Dezembro, 2025
https://alba.ac.mz/index.php/alba/issue/view/13
albaisfic@gmail.com; alba@isfic.ac.mz

trabalhando nesta instituição nos últimos 6 meses, e que foram excluídos estudantes da faculdade de agricultura, busines school, ética que não reúnem as condições supracitados.

Para a definição do instrumento de colecta de dados dependeu dos objectivos que se pretende alcançar com a pesquisa e do universo a ser investigado. Os instrumentos de colecta de dados tradicionais são questionário, entrevista (perguntas de roteiro) e observação directa e/ou indirecta, no IES Privada.

Para a colecta de dados, recorreu-se aos questionários, que são instrumentos de colecta de dados com perguntas fechadas e aberta de modo que os inqueridos assinalem com um "X", a opção correcta. O questionário foi escolhido em virtude da natureza do problema de pesquisa e do local de estudo. No artigo científico usou-se, além do questionário, a observação directa e indirecta, que nos permitiu a ver de perto e de forma espontânea.

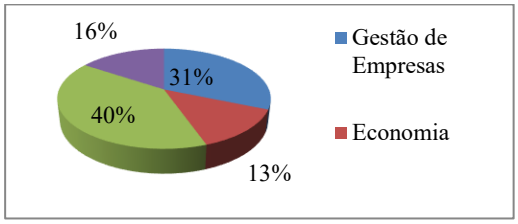
A análise interpretativa teve o apoio dos três aspectos fundamentais, ou seja, nos resultados alcançados no estudo, na fundamentação teórica e na experiência pessoal do entrevistador (estudante). A informação foi compilada usando o programa estatístico SPSS (Statistical Package for the Social Sciencies), versão 16.0, apoiando-se no Excel para elaboração de gráficos.

À medida que a técnica de colecta de dados fosse desenvolvida, foi necessário considerar os procedimentos de pesquisa que poderiam causar qualquer dano físico ou emocional. Os danos esperados durante a execução da presente pesquisa são a violação do direito à privacidade ao colocar perguntas sensíveis, ou acesso à registos contendo dados pessoais e acesso à informações pessoais referentes estudantes, docente, coordenadores, directores dos cursos da instituição. Foram observados e respeitados valores culturais, tradições, crenças, hábitos, costumes e tabus.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A análise dos resultados consiste em comentar e interpretar os dados obtidos na pesquisa através da tabulação de dados. Na discussão dos resultados insere-se as implicações de cada conjunto de dados juntamente com as considerações mais gerais. Para o artigo científico em análise sobre a avaliação das estratégias de marketing de relacionamento aplicadas a competitividade da IES, das tabelas produzidas pode se aferir o seguinte.

Gráfico 1 – Distribuição dos estudantes por cursos na IES



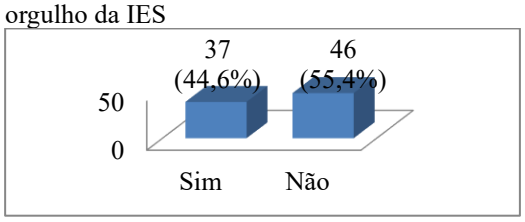
Fonte: Adaptado pelos autores do artigo científico.

No que diz respeito à variável distribuição dos estudantes por curso na instituição dos estudantes inqueridos, verificou-se que a maioria das respostas foi obtida de participantes do curso de contabilidade e auditoria, que corresponde 87,0%, sendo os restantes 13,0% do curso de economia, conforme está indicado no gráfico 1.

De acordo com de Sousa et al. (2024), "estudantes" são definidos como indivíduos matriculados em cursos de ensino superior, que se encontram em processo de transição académica e enfrentam desafios relacionados à adaptação, à aprendizagem e à integração social no ambiente universitário.

A elevada concentração de participantes em um único curso evidencia a importância de se considerar as especificidades disciplinares ao analisar experiências académicas e padrões de comportamento dos estudantes.

Gráfico 2 – Lealdade do estudante: Estudante tem orgulho da IES



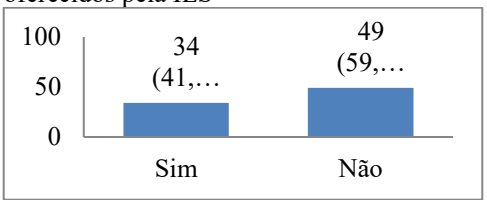
Fonte: Adaptado pelos autores do artigo científico.

Tendo em conta o estudante se tem orgulho da instituição, concluiu-se que a maioria não tem corresponde a 55,4%, contra os 44,6% que afirmaram que sim, como se pode verificar no gráfico 2.

Segundo Banawan e Suan (2025), a lealdade dos estudantes à instituição de ensino superior refere-se ao nível de compromisso emocional e académico que estes desenvolvem com a sua universidade. Este vínculo traduz-se em atitudes e comportamentos como satisfação com os serviços educacionais, continuidade nos estudos, intenção de permanecer na instituição e recomendação da mesma a outros potenciais estudantes.

Os estudantes que não têm orgulho da IES tendem a participar menos de actividades académicas e extracurriculares; demonstrar menos esforço nos estudos e ter menor identificação com a missão e os valores institucionais.

Gráfico 3 – Satisfação dos Estudantes com os serviços oferecidos pela IES



Fonte: Adaptado pelos autores do artigo científico.

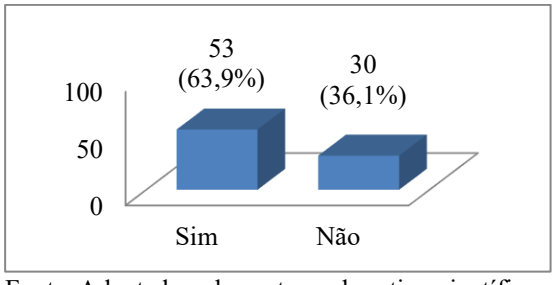
ALBA - ISFIC RESEARCH AND SCIENCE JOURNAL
ISSN PRINT: 3006-2489; ISSN ONLINE: 3006-2470
1ª Ed, Vol. 1, No. 10, Dezembro, 2025
https://alba.ac.mz/index.php/alba/issue/view/13
albaisfic@gmail.com; alba@isfic.ac.mz

Pode-se afirmar que os estudantes não estão satisfeitos com o serviço oferecidos pela Instituição, com 59,0%, contra os 41,0%, que afirma que sim.

De acordo com Aliante & Govene (2025), a satisfação académica dos estudantes refere-se à avaliação global e subjectiva da sua experiência de ensino e aprendizagem, englobando a qualidade do curso, os serviços institucionais, o ambiente académico e o suporte disponibilizado, considerando-se se tais experiências correspondem às suas expectativas e necessidades.

Desmotivação e baixo desempenho académico permite criação da falta de satisfação pode reflectir directamente no engajamento académico dos estudantes, afectando a qualidade do aprendizado, o desempenho em avaliações e o interesse por actividades complementares.

Gráfico 4 – Confiança do estudante nos serviços dos trabalhadores da IES



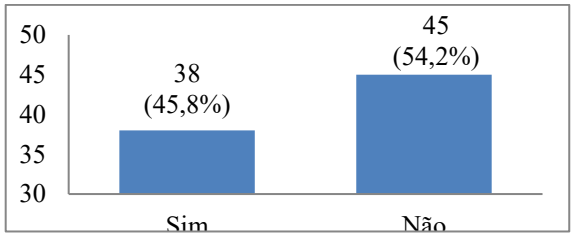
Fonte: Adaptado pelos autores do artigo científico.

Quanto ao aspecto de confia nos serviços dos trabalhadores da instituição, o gráfico 4 acima mostra que a maioria dos estudantes administrados os questionários, 63,9%, afirmou que sim tem confia nos serviços dos trabalhadores. Por outro lado, 36,1% dos entrevistados disse que não.

De acordo com Zhang et al. (2025), a confiança do estudante refere-se à percepção de credibilidade, justiça e fiabilidade dos mecanismos institucionais incluindo avaliação, feedback e apoio pedagógico ou de fontes de avaliação, humanas ou automatizadas, que influenciam a disposição do estudante para utilizar estes recursos, promovendo o seu envolvimento académico e o bem-estar no contexto universitário.

Fortalecimento da Imagem Institucional permite a confiança dos estudantes nos serviços prestados pelos trabalhadores reforça a credibilidade da IES perante a comunidade acadêmica, o mercado e a sociedade, contribuindo para uma imagem institucional sólida e respeitada.

Gráfico 5 – Comprometimento dos trabalhadores da IES



Fonte: Adaptado pelos autores do artigo científico.

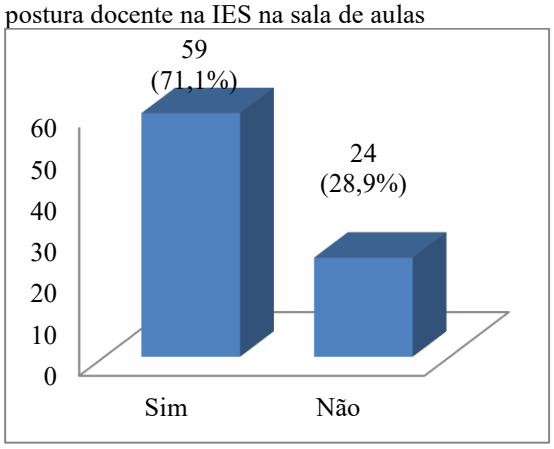
Foi questionado se os entrevistados estudantes se os trabalhadores da instituição estão comprometidos com o serviço que

prestam 54,2% responderam que não, enquanto 45,8% que disseram sim.

De acordo com Lee e Kim (2023), o comprometimento organizacional dos trabalhadores consiste no nível de ligação psicológica e emocional que o indivíduo estabelece com a organização, refletindo-se na identificação com os valores e objetivos institucionais, na lealdade e na intenção de permanecer na instituição. Este compromisso impacta de forma positiva o desempenho laboral, a satisfação profissional e a retenção de colaboradores.

Percepção de baixa qualidade dos serviços permite a falta de comprometimento percebida pelos estudantes sugere que os serviços prestados tanto académicos quanto administrativos são vistos como ineficientes, desorganizados ou desatentos às necessidades dos estudantes.

Gráfico 6 – Fidelidade do estudante: Capacitação e postura docente na IES na sala de aulas



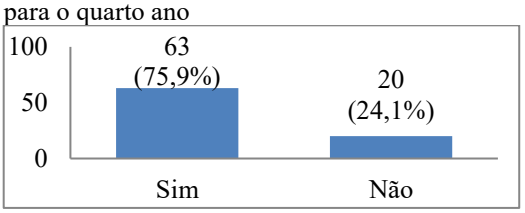
Fonte: Adaptado pelos autores do artigo científico

Já a gráfico 6, está relacionada sobre a capacitação e postura docente na instituição na sala de aulas é bom dos estudantes entrevistados tem uma que, onde 71,1% responderam que possuem capacitação e postura na sala de aulas, outrossim 28,9% responderam que não.

De acordo com Carvalhal e Araújo (2023), a fidelidade institucional dos estudantes no ensino superior é compreendida como o nível de vínculo e compromisso, tanto emocional quanto académico, que os alunos desenvolvem em relação à sua instituição. Este vínculo expressa-se através de comportamentos e atitudes como a satisfação com os serviços educacionais, a continuidade na realização dos estudos, a intenção de permanecer na instituição e a recomendação da mesma a terceiros.

Valorização do corpo docente permite no reconhecimento da actuação docente também fortalece o vínculo entre a instituição e seus professores, estimulando o comprometimento e a busca contínua por formação e inovação pedagógica.

Gráfico 8 – Retenção do estudante na IES do primeiro para o quarto ano



Fonte: Adaptado pelos autores do artigo científico

Em relação ao gráfico 8 sobre o estudante se permaneceu na instituição do primeiro para o

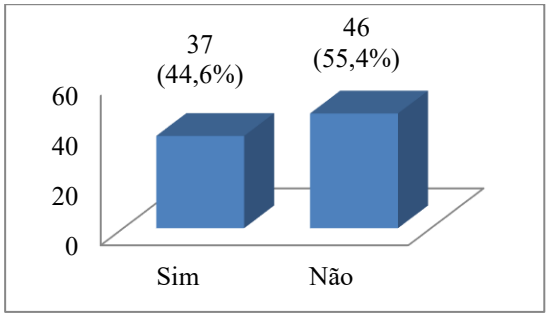
ALBA - ISFIC RESEARCH AND SCIENCE JOURNAL
ISSN PRINT: 3006-2489; ISSN ONLINE: 3006-2470
1ª Ed, Vol. 1, No. 10, Dezembro, 2025
https://alba.ac.mz/index.php/alba/issue/view/13
albaisfic@gmail.com; alba@isfic.ac.mz

quarto ano, 75,9% dos entrevistados disseram que sim, fizeram as diversas disciplinas durante estes quatro anos. Outros 24,1% disseram que não devido a vários motivos que tiveram que parar de estudar.

Para Sivili e Baysah (2024), a retenção de estudantes consiste na capacidade de uma instituição de ensino superior em assegurar que os alunos permaneçam matriculados, desde a sua admissão até à conclusão do curso, mantendo-se ativos de um período académico para outro e prevenindo o abandono dos estudos.

Alta taxa de retenção estudantil com esse índice indica que a IES consegue manter seus estudantes ao longo do tempo, o que demonstra eficácia nas estratégias pedagógicas, de acolhimento e de apoio ao estudante elementos essenciais para a sustentabilidade institucional.

Gráfico 9 – A IES oferece uma biblioteca e sala de informática capaz de atender necessidade do estudante



Fonte: Adaptado pelos autores do artigo científico

Os dados do gráfico 9 mostram se a instituição oferece uma biblioteca e sala de informática capaz de atender necessidade do estudante. Dos quais cerca de 55,4%, responderam que não, contra os 44,6% que disseram sim.

Segundo Silva et al. (2024), uma biblioteca constitui uma instituição social responsável pela organização, preservação e disponibilização de colecções estruturadas de recursos informacionais impressos, audiovisuais ou digitais com o objetivo de atender às necessidades de informação, ensino, investigação e lazer de uma comunidade. Para além da função de repositório, a biblioteca desempenha papéis educativos e culturais, promovendo o desenvolvimento da aprendizagem ao longo da vida.

Prejuízo à qualidade do ensino e aprendizagem permite a ausência de recursos adequados (como acervo actualizado, infraestrutura tecnológica e acesso a bases de dados) limita o processo de aprendizagem, a realização de pesquisas e a preparação adequada dos estudantes para o mercado de trabalho.

CONCLUSÃO

Em jeito de conclusões, o trabalho realizado ao longo desta pesquisa permitiu alargar os conhecimentos teóricos e pratico sobre a lealdade dos estudantes aplicados Marketing de Relacionamento na IES, em Maputo.

Pode-se concluir que o objectivo da pesquisa foi alcançado, tendo como avaliado a teoria aplicada na prática, através de questionários distribuídos para os estudantes do curso de contabilidade e auditoria, economia, gestão de empresa e gestão financeiras na pesquisa de campo. IES não aplica o Marketing de Relacionamento para o fortalecer a imagem da instituição no segmento educacional, passando para sociedade uma confiança e credibilidade.

O estudo identificou que há falta de lealdade por parte dos estudantes ligados com a satisfação, confiança, comprometimento, fidelidade, retenção, que apresentam níveis muito baixos, visto que a qualidade percebida está a ser afectada devido a vários factores que tem contribuído negativamente no processo da relação entre os estudantes e a instituição.

Dentre os aspectos abordados e obtidos durante o estudo tais como a deficiência no processo de comunicação, higiene das casas de banhos, falta de seriedade e mudanças constantes dos coordenadores, a cultura de diálogo e negociação, mudanças constantes do curriculum, falta de climatização das salas de aulas, acesso ao *Wi-fi*, qualificação dos docentes e outros, todos estes aspectos negativos contribuem para o nível de insatisfação dos clientes (estudantes) face a qualidade dos serviços prestados pela IES.

A compreensão dos factores que influenciam a lealdade pode contribuir para que a instituição de ensino superior estabeleça estratégias adequadas para a retenção, motivação dos estudantes e a busca da real imagem da Universidade, para que o estudante possa corresponder positivamente a cada um dos factores identificados que podem contribuir para o desenvolvimento do marketing de relacionamentos no processo de formação do homem novo.

REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA

Academic satisfaction of undergraduate students at Universidade Save, Aliante, G., Laitai, A. V., & Govene, E. P. (2025). *Educação & Formação*, 10, e14968.

Almeida, R. M& Lima, T. C. (2022). *Marketing de relacionamento e a fidelização de clientes em instituições de ensino superior privadas. Revista Brasileira de Marketing*. São Paulo, v. 21, n. 2.

Carvalhal, B., Almeida, L. F. de, & Araújo, B. H. (2023). *Students and higher education institutions relationship: emotional commitment, loyalty and brand love.* Retail Management Review, 4(1).

ALBA - ISFIC RESEARCH AND SCIENCE JOURNAL
ISSN PRINT: 3006-2489; ISSN ONLINE: 3006-2470
1ª Ed, Vol. 1, No. 10, Dezembro, 2025
https://alba.ac.mz/index.php/alba/issue/view/13
albaisfic@gmail.com; alba@isfic.ac.mz

Cobra, M.; Braga, R. (2004). *Marketing educacional: ferramentas de gestão para instituições de ensino*. São Paulo: Cobra Editora e Marketing.

Costa, A. L & Nascimento, V. R. (2023). *Marketing educacional estratégico: posicionamento e fidelização no ensino superior privado*. Revista Gestão & Educação, São Paulo, v. 28, n. 1.

de Sousa Monteiro Nouws, S. M., Real Deus, E., Mayo País, M. E., Martínez-López, Z., & Tinajero Vacas, C. (2024). *Adaptação e rendimento académico dos estudantes*

Ferreira, C. A. (2024). *Lealdade do cliente e marketing de relacionamento no ensino superior: um estudo sobre retenção e valor percebido.* Revista Brasileira de Marketing, São Paulo, v. 23, n. 1.

García-Crespo, C., & Cols. (2024). *Revisiting the strategic role of market segmentation: Five themes for future research.* Industrial Marketing Management, 121, A7–A10.

Hitt, M. A., Ireland, R. D., & Hoskisson, R. E. (2024). *Obra: Strategic Management: Competitiveness and Globalization* (14ª ed.). Editora: Cengage Learning.

Lee, M., & Kim, B. (2023). *Effect of Employee Experience on Organizational Commitment: Case of South Korea.* Behavioral Sciences, 13(7).

Oliveira, R. A. R., & Luiz, G. V. (2025). *Factores determinantes da escolha de um campus de uma universidade pública do Estado de Minas Gerais.* Revista Gestão Universitária na América Latina (GUAL), 18(1).

Oliveira, R. F. (2024). Estratégias competitivas e posicionamento institucional no ensino superior: uma análise contemporânea. *Revista Brasileira de Estratégia e Negócios, Florianópolis,* v. 17, n. 1.

Philip K & Kevin L. K. (2023) – *Marketing Management*, 16ª edição.

portugueses de Engenharia do primeiro ano do Ensino Superior Politécnico. Revista Portuguesa de Educação, 37(2), e24029.

Santos, M. J. (2024). Gestão da qualidade em serviços educacionais: desafios e estratégias para instituições de ensino superior. *Revista de Administração da Educação*. São Paulo, v. 23, n. 1.

Silva, C. R. S. da, Cavalcante, L. de F. B., & Parra Valero, P. (2024). *Formação*

para o trabalho: categoria central para a definição da identidade das bibliotecas no contexto da educação profissional e tecnológica. Revista Ibero-Americana de Ciência da Informação, 17(1).

Simplício, G. de A., & Sesso Filho, U. (2024). *A importância da estratégia de gestão empresarial para o sucesso na gestão organizacional*. SIMPPA – Simpósio de Pós-Graduação e Pesquisa em Administração.

Sivili, F. O., & Baysah, G. I. (2024). *Examining the factors influencing student retention in higher education institutions in Liberia.* International Journal of Research and Scientific Innovation, 11(4).

Tavares, M. (2024). *Marketing Relacional no Ensino Superior Privado em Moçambique: Estratégias de Fidelização de Estudantes*.

Vasconcelos, R. G., & Lima, M. de S. (2023). *Marketing de relacionamento: práticas para conquistar o novo perfil de consumidor.* Revista Ibero-Americana de Humanidades, Ciências e Educação, 9(5), 4541–4557.

ALBA
ISFIC RESEARCH AND SCIENCE JOURNAL
ALBA - ISFIC RESEARCH AND SCIENCE JOURNAL
ISSN PRINT: 3006-2489; ISSN ONLINE: 3006-2470
1ª Ed, Vol. 1, No. 10, Dezembro, 2025
https://alba.ac.mz/index.php/alba/issue/view/13
albaisfic@gmail.com; alba@isfic.ac.mz

10 - 12 | 2025

O encorajamento do género: Uma nação empoderada pelas feministas Curdas

The encouragement of the kind: A nation empowered by Kurdish feminists

El encorajamiento del género: Una nación empoderada por las feministas Curdas

Elídio Sozinho Manuel[1]

[1]Doutorando em Relações Internacionais - Iscte-Lisboa e é ainda doutorando em Educação P´la Universidad Internacional Iberoamericana - Campeche, México; É mestre em Gestão e Administração Pública - Iscte-Lisboa; Chefe do Departamento de Apoio à Direcção no Instituto Superior Politécnico Alvorecer da Juventude-ISPAJ; Licenciado em Ciências da Educação, Opção: História - Isced-Luanda; É mestre em História Moderna e Contemporânea, Especialização em Relações Internacionais - Iscte-Lisboa; Angola, ORCID: https://orcid.org/0009-0004-0654-3396, E-mail:elidiomanuel2030@gmail.com

Autor para correspondência: elidiomanuel2030@gmail.com

Data de recepção: 25-06-2025
Data de aceitação: 01-07-2025
Data da publicação: 10-12-2025

Como citar este Artigo: Manuel, E. S. (2025). *O encorajamento do género: Uma nação empoderada pelas feministas Curdas.* ALBA – ISFIC Research and Science Journal, 1(10), pp. 100-113. https://alba.ac.mz/index.php/alba/issue/view/13

RESUMO

Neste artigo, pretende-se problematizar o elemento encorajamento do género: *Uma Nação empoderada pelas feministas curdas*. Esta temática tem sido entendida como um fenómeno predominante e gerador de mudanças qualificativas no actual contexto de globalização e governação nas relações internacionais. Nas abordagens de Fraser (2022), a globalização contemporânea não apenas intensificou os desafios para a governança democrática, como também abriu novos espaços, instituições e discursos onde os direitos humanos universais se afirmam como princípios justificativos centrais. No entanto, a frequente abordagem do Curdistão surge há algum tempo, assim como a terminologia *empoderamento*, um neologismo derivado do inglês *empowerment*. Até 2013, o termo não era amplamente difundido como no contexto actual, no qual passou a atrair o interesse de diversas áreas, incluindo os *mass media* e o meio corporativo. Segundo UN Women (2023) e Kabeer (2020), os discursos de empoderamento têm como objectivo promover a igualdade de género, incentivar a participação feminina nas actividades sociais e reduzir a discriminação e a violência física. A relevância deste fenómeno tem ampliado o enfoque no âmbito da globalização e da governança das relações internacionais, impulsionando dinâmicas tanto nos serviços quanto no surgimento de novos ideais feministas. Assim, pretende-se, num primeiro momento, reflectir sobre o encorajamento do género na perspetiva das feministas curdas, considerando o seu preponderante desempenho nas forças

armadas; e, num segundo momento, compreender a sua influência em escala global.

Palavras-chave: Empoderamento, Globalização, Direitos Humanos, Feministas, Curdistão, Governança.

ABSTRACT

In this article, aim to problematize the element of gender encouragement: *A Nation empowered by Kurdish feminists*. This theme has been understood as a predominant phenomenon and generator of qualitative changes in the current context of globalization and governance in international relations. In Fraser's (2022) approaches, contemporary globalization has not only intensified the challenges to democratic governance, but has also opened up new spaces, institutions, and discourses where universal human rights assert themselves as central justifying principles. However, the frequent approach to Kurdistan has been around for some time, as has the terminology *empowerment*, a neologism derived from the English *empowerment*. Until 2013, the term was not as widespread as it is in the current context, in which it has attracted interest from various areas, including the *media* and the corporate environment. According to UN Women (2023) and Kabeer (2020), empowerment discourses aim to promote gender equality, encourage female participation in social activities, and reduce discrimination and physical violence. The relevance of this phenomenon has broadened the focus in the context of globalization and the governance of international relations, driving dynamics both in services and in the emergence of new feminist ideals. Thus, it is intended, at first, to reflect on the encouragement of gender from the perspective of Kurdish feminists, considering their preponderant performance in the armed forces; and, secondly, to understand its influence on a global scale.

Keywords: Empowerment, Globalization, Human Rights, Feminists, Kurdistan, Governance.

RESUMEN

En este artículo, se pretende problematizar el elemento del fomento de género: *una nación empoderada por feministas kurdas*. Este tema se ha entendido como un fenómeno predominante y generador de cambios cualitativos en el contexto actual de la globalización y la gobernanza en las relaciones internacionales. En los enfoques de Fraser (2022), la globalización contemporánea no solo ha intensificado los desafíos a la gobernanza democrática, sino que también ha abierto nuevos espacios, instituciones y discursos donde los derechos humanos universales se imponen como principios justificativos centrales. Sin embargo, el enfoque frecuente hacia el Kurdistán lleva tiempo existindo, al igual que la terminología *empoderamiento*, un neologismo derivado del empoderamiento inglés. Hasta 2013, el término no era tan extendido como en el contexto actual, en el que ha atraído interés de diversas áreas, incluidos los *medios* de comunicación y el entorno empresarial. Según ONU Mujeres (2023) y Kabeer (2020), los discursos de empoderamiento buscan promover la igualdad de género, fomentar la participación femenina en actividades sociales y reducir la discriminación y la violencia física. La relevancia de este fenómeno ha ampliado el enfoque en el contexto de la globalización y la gobernanza de las relaciones internacionales, impulsando dinámicas tanto en los servicios como en la aparición de nuevos ideales feministas. Por ello, se pretende, en primer lugar, reflexionar sobre el fomento del género desde la perspectiva de las feministas kurdas, considerando su desempeño preponderante en las fuerzas armadas; y, en segundo lugar, comprender su influencia a escala global.

Palabras clave: Empoderamiento, Globalización, Derechos Humanos, Feministas, Kurdistán, Gobernanza.

Definição Sumaria dos Estudos

Este estudo propõe-se a analisar criticamente o papel das feministas curdas no contexto das

ALBA - ISFIC RESEARCH AND SCIENCE JOURNAL
ISSN PRINT: 3006-2489; ISSN ONLINE: 3006-2470
1ª Ed, Vol. 1, No. 10, Dezembro, 2025
https://alba.ac.mz/index.php/alba/issue/view/13
albaisfic@gmail.com; alba@isfic.ac.mz

Relações Internacionais, com foco específico na sua actuação nas forças armadas e nas dinâmicas de resistência política frente ao Estado turco. A investigação está inserida no debate mais amplo sobre globalização, governação e teorias feministas, buscando compreender de que forma as mulheres curdas têm contribuído para a transformação das estruturas de poder hegemónicas e para a redefinição das noções de emancipação, identidade e soberania. Esta pesquisa parte do pressuposto de que o movimento feminista curdo constitui não apenas uma luta localizada por direitos, mas uma proposta política de alcance global, integrando-se às epistemologias críticas contemporâneas que desafiam o discurso dominante nas Relações Internacionais. Assim, foram integradas ao estudo as contribuições de autores como Davis, Walby, Haraway e De Freitas, bem como os escritos de Abdullah Öcalan e a análise de casos emblemáticos como a fundação da Unidade das Mulheres Livres.

Ora, a metodologia adoptada foi qualitativa, com uma abordagem analítico-descritiva. No entanto, Realizou-se uma revisão bibliográfica aprofundada de artigos científicos, livros, documentos institucionais e relatórios de organizações internacionais até mesmo conversões directa com uma nativa cuja identidade preferimos preservar devido o contexto, centrando-se nos temas da emancipação feminina, militarização do feminismo, e insurgência política curda. Foram também examinadas fontes secundárias e discursos de lideranças do movimento curdo, a fim de captar a dimensão simbólica e prática da luta dessas mulheres no cenário internacional.

A análise foi guiada por um enquadramento teórico feminista interseccional e pós-estruturalista, permitindo explorar a interligação entre género, etnia, território e poder. O estudo assume, ainda, um posicionamento crítico e engajado, reconhecendo a ciência como um campo de disputas e a produção de conhecimento como uma ferramenta política.

O recorte temporal adoptado para este estudo compreende o período entre 1993 e 2023, com ênfase nos marcos históricos que evidenciam o fortalecimento da participação das mulheres curdas nas dinâmicas de resistência política e militar. A escolha do ano de 1993 como ponto de partida justifica-se pelo surgimento da Unidade das Mulheres Livres (YJA-Star) e pela declaração de cessar-fogo do Partido dos Trabalhadores do Curdistão (PKK), momento que simboliza uma viragem estratégica na luta curda, incorporando formalmente a perspectiva feminista à sua agenda político-militar. Já o ano de 2023 marca o encerramento de três décadas de intensificação das acções feministas no seio do movimento curdo, permitindo uma análise longitudinal do impacto dessas práticas nos debates internacionais sobre género, direitos humanos e autodeterminação dos povos.

Este recorte permite observar não apenas a evolução do papel da mulher curda no campo de batalha e na estrutura sociopolítica do Curdistão, mas também o modo como essas acções vêm sendo percebidas e integradas às teorias feministas contemporâneas, em especial no contexto da globalização e das Relações Internacionais. A escolha da temática revela-se, assim, essencial para compreender a consolidação das feministas curdas como um actor relevante no cenário internacional, além de oferecer subsídios para uma reflexão crítica sobre os desafios atuais dessa luta insurgente.

I - INTRODUÇÃO

As dificuldades enfrentadas pelas feministas curdas na luta por liberdade de expressão, educação, justiça, identidade e território remontam a 1915, com a partilha da região do Curdistão entre Síria, Iraque, Irã e Turquia Assis (2019). Essa divisão, imposta por potências coloniais, não encerrou a luta do povo curdo, mas dispersou sua população

entre quatro países distintos. De Miranda e Siqueira (2016) explicam que a delimitação arbitrária do Oriente Médio por britânicos e franceses, formalizada inicialmente pelo Tratado de Sèvres (1920) reconheceu uma região curda na Anatólia. No entanto, com o fim da Guerra de Independência Turca e a assinatura do Tratado de Lausanne (1923) esse reconhecimento foi anulado, ignorando as aspirações políticas de minorias como curdos, arménios e gregos.

Em resposta às perseguições socioculturais, políticas e económicas, Paniz (2019) relata que as mulheres curdas têm mobilizado redes transnacionais de apoio em pelo menos 23 países, envolvendo homens e mulheres curdos e não-curdos. Esta rede busca visibilidade para uma luta que foi historicamente marginalizada e criminalizada. Gunes (2020) destaca que a mídia frequentemente associa organizações curdas ao terrorismo, reforçando uma concepção cruel e desumanizante. Byman (2021) complementa que o terrorismo, nesse contexto, expõe a vulnerabilidade dos Estados soberanos diante de ameaças sem rosto.

De Miranda e Siqueira (2016) apontam que as mulheres curdas enfrentam uma dupla opressão: a de género, nas sociedades patriarcais, e a étnica, devido às políticas assimilacionistas e genocidas dos Estados nacionais. Muitas dessas mulheres aderem à luta armada como forma de resistência. Paniz (2019) reforça que sua luta se manifesta também por meio de uma vasta produção cultural e política como livros, vídeos, poemas e manifestos, formando uma rede que reivindica seus direitos e identidade.

No campo académico, essa luta é relevante nas discussões sobre liberdade de expressão e sobrevivência dos povos oprimidos. As feministas curdas têm desempenhado um papel significativo nas relações internacionais, desafiando hierarquias de género e estruturas patriarcais tradicionalmente ligadas aos conceitos de poder, segurança e soberania. Assim, surge a questão: até que ponto essas mulheres conseguiram se tornar um movimento *mainstream* dentro do contexto da globalização?

Dado o envolvimento de algumas feministas curdas em grupos militares, esta pesquisa busca denunciar os abusos vividos no século XXI no território turco, à luz de teorias feministas e das relações internacionais. Segundo o Instituto Europeu para Igualdade de Género, o feminismo consiste em transformar as relações de poder de género por meio da conscientização e capacitação das mulheres. Mendes (2019) ressalta que teorias como realismo, liberalismo, construtivismo e teorias críticas ajudam a

ALBA - ISFIC RESEARCH AND SCIENCE JOURNAL
ISSN PRINT: 3006-2489; ISSN ONLINE: 3006-2470
1ª Ed, Vol. 1, No. 10, Dezembro, 2025
https://alba.ac.mz/index.php/alba/issue/view/13
albaisfic@gmail.com; alba@isfic.ac.mz

compreender o papel das mulheres curdas na desconstrução das hierarquias patriarcais globais. Particularmente no militarismo, que historicamente associa poder e segurança à masculinidade, as feministas curdas propõem uma alternativa que reconfigura essas estruturas.

Desse modo, as feministas curdas não apenas resistem, mas também reconfiguram os discursos tradicionais das relações internacionais, inserindo-se como protagonistas na luta pela igualdade de género e autodeterminação étnica.

II - A PARTICIPAÇÃO FEMININA NA LUTA CURDA PELA INDEPENDÊNCIA E CONTRA O FUNDAMENTALISMO DO ESTADO ISLÂMICO.

Em conformidade com os escritos consultados, Hagemann (2021) aponta que o primeiro país a regulamentar a participação das mulheres em posição de combate foi a Noruega. O país é consistentemente classificado como o primeiro no ranking de democracia do *The Economist Intelligence Unit*. Segundo os acadêmicos, o segredo da Noruega reside na igualdade de gênero, institucionalizada de forma consistente desde 1985, permitindo que as mulheres ingressem em qualquer área dos serviços militares, incluindo as forças especiais.

Para o caso turco, em primeira análise no que concerne as feministas percebemos que a mobilização massiva de mulheres na defesa de Kobanê bem como a de toda revolução de Rojava, é descendente de praticamente quatro décadas de resistência de mulheres curdas que se entendem como cidadãs, activistas políticas, combatentes, prisioneiras, dirigentes populares e manifestantes incansáveis de seus direitos constitucionais. Porém, é possível marcar uma passagem histórica no Curdistão em direcção a um programa revolucionário estruturado pela luta de libertação da mulher.

Através de uma retrospectiva, Käser (2021) mostra que a primeira organização de mulheres curdas foi criada em 1987, com o apoio do PKK, por mulheres exiladas em Hanôver, na Alemanha. Esse marco ocorreu num contexto de intensa perseguição aos movimentos sociais curdos na Turquia, e a organização a YJWK começou a articular tanto militância na diáspora quanto ligação com a resistência curda. Depois deste período, a necessidade de engajamento de mulher na luta e defesa dos seus direitos era cada vez mais notório procurando mais abrangência na integração feminista nas forças militares.

III - O PAPEL DAS FEMINISTAS CURDAS NA LUTA ARMADA

Neste progresso do independentismo curdo, as mulheres têm desempenhado um papel cada vez mais relevante, tomando como referência a plena igualdade de género estabelecida pela Constituição do Rojava de 2013. A formação, em 2012, do YPJ, conhecida como Força de Defesa das Mulheres, desempenha um papel fundamental na atual guerra contra o Estado Islâmico. Assim sendo, nos últimos anos, houve uma atenção crescente para a participação feminina em Rojava, engajada tanto diplomática quanto militarmente (Amorosi, 2019, p. 22).

Ora, com o começo da luta armada em 1984, essas mulheres encontram finalmente um espaço de acção e emancipação até então inimaginável: não tendo nada a perder elas optaram por se dedicar à luta, através da qual poderiam provar a si mesmas e aos próprios homens a capacidade de agir que elas tinham. Deste modo, elas começaram a desnaturalizar a ideia comum de que a mulher fosse sujeita ao domínio masculino. A luta na qual estavam envolvidas, marcada por reivindicações identitárias, as levou a enfrentar simultaneamente o conceito da própria identidade étnica e de mulher: segundo elas, a luta pela emancipação política estava indissoluvelmente conectada à luta pela emancipação social das mulheres.

No entanto, com as suas incansáveis iniciativas permitiu que outras mulheres pudessem partilhar o mesmo desejo e sentimento pela libertação da vida opressiva a que têm sido submetidas.

"A partir disso, foi possível alcançar algumas metas significativas ao longo das últimas décadas: como se pode notar em 1987, foi criada a YJWK, União das Mulheres Patriotas do Curdistão; em 1995, o YJAK, as Tropas de Mulheres Livres do Curdistão; e em 1999, o PJKK, o Partido das Mulheres Livres do Curdistão; por fim, desde o ano 2000, no Curdistão iraquiano, é activada a Academia das Mulheres Livres, que oferece cursos de formação para militantes homens e mulheres a fim de melhorar as competências políticas e militares num pensamento feminista. Logo, justamente graças ao confronto directo entre homens e mulheres na luta diária, também os homens chegaram a questionar os seus hábitos[1].

Nesse sentido, foi central a influência exercida por Öcalan, plenamente consciente da importância da participação das mulheres

[1] Amorosi, Lucia. (2019). Militância política e relações de gênero: o caso das mulheres militantes no Curdistão*. *Cadernos Pagu*, (56), e195611. Epub September 16, 2019.https://doi.org/10.1590/18094449201900560011

ALBA - ISFIC RESEARCH AND SCIENCE JOURNAL
ISSN PRINT: 3006-2489; ISSN ONLINE: 3006-2470
1ª Ed, Vol. 1, No. 10, Dezembro, 2025
https://alba.ac.mz/index.php/alba/issue/view/13
albaisfic@gmail.com; alba@isfic.ac.mz

na luta de libertação, proporcionalmente aos homens: em 1998, ele declara a nova ideologia de libertação das mulheres, e em 2013 desenvolve o conceito de Jineoloji[2].

Na sua intervenção na Jineology Conference, de Março 2014, em Colónia, GönülKaya, representante das mulheres curdas, afirma que o líder curdo define assim uma "ciência das mulheres" como epistemologia feminina, cujo objectivo seria empreender um caminho para trás, de volta às raízes e à identidade das mulheres e da sociedade que têm sido privadas de suas verdades. Só assim as mulheres podem criar as próprias disciplinas e interpretações para depois compartilhá-las com toda a sociedade, a fim de restaurar o vínculo originário entre conhecimento e liberdade, quebrado por culpa do domínio patriarcal e colonial[3] *".*

Com o tempo, as ideias de emancipação feminina entre os curdos se fortalecem, culminando na criação das YPJ, as Forças de Defesa das Mulheres Curdas. Ora, essa luta, vai muito além do campo de batalha representando um projecto político-social de transformação profunda. Em 2005, no norte da Síria, surge a Comunidade das Mulheres Curdas (KJB), também conhecida como Yekîtiya Star em Rojava. O'Connor (2021) afirma que se trata de uma organização ampla e flexível, que reúne diferentes movimentos de mulheres nas quatro regiões do Curdistão. Mesmo em meio à guerra, são seguidas normas de igualdade: todos os cargos contam com co-presidência (uma mulher e um homem), e há cotas de participação feminina. Criam-se conselhos, academias, tribunais e cooperativas geridas por mulheres. As leis visam combater a discriminação de género de forma concreta.

Por exemplo, qualquer pessoa condenada por violência de género é automaticamente impedida de ocupar cargos públicos. Esse modelo atrai mulheres árabes, assírias, turcas e arménias, que se unem às fileiras das forças de Rojava.

O objectivo é claro: que a autonomia feminina seja reconhecida como pilar da democracia e não apenas uma causa das mulheres. As reivindicações das feministas curdas incluem temas centrais como: A proibição do ensino da língua curda; Prisões e condenações arbitrárias assim como a censura e manipulação de informações pela media turca.

IV - A PROIBIÇÃO DA LÍNGUA CURDA NO SISTEMA DE ENSINO APRENDIZAGEM

[2] Idem
[3] Idem

Em primeira instância importa buscarmos aqui o contexto da língua como elemento de comunicação ou até mesmo podemos procurar desmistificar na sua forma perceptível como elemento materno. No entanto, a língua materna é a primeira língua que uma criança está susceptível a aprender pelo facto integra-tório etnolinguístico no qual a criança se identifica entretanto, esta se torna na primeira língua de comunicação. Desta forma, esta o servirá de suporte no seu aprendizado.

Uzan e Santos (2008) enfatizam que: A comunicação é uma necessidade humana, e as linguagens oral e escrita são as formas mais comuns de comunicação. Deste modo se pode considerar que a linguagem é um elemento natural da própria essência humana e, através da linguagem, o homem edifica o seu pensamento, traduzindo aquilo o que sente, cataloga aquilo o chega a conhecer, se comunica com os outros, produzindo uma significação e sentido. (p. 44).

Com esta capacidade inata que o ser humano vai desenvolver durante o seu crescimento entendesse que nos fica enraizado de uma forma que despertaria o interesse de qualquer um, em entender que o seu ensino lhe fosse por direito transmitido numa linguagem que lhe seja familiar.

Outrossim, Fernandes (2003) corrobora ao descrever: Um sistema de inter-relação natural ou artificial, já o conceito de língua é mais limitado. Língua é um tipo de linguagem e define-se como um sistema abstrato de regras gramaticais. Porém, além disso, salienta-se o conceito de língua não só como meio de comunicação, mas também como um dos principais utensílios de desenvolvimento dos processos cognitivos do próprio homem, e, evidentemente, de seu pensamento. (p. 8)

Ora, por estas razões aqui mencionadas constituem num factor preponderante para se dizer que a presença de uma língua é considerada factor indispensável no desenvolvimento dos processos cognitivos do homem enquanto ser social.

Pelo que, para os povos curdos, não lhes eram ou é cedido o direito de ter uma educação na sua língua materna, o que acaba por violar um dos elementos fundamentas da essência humana segundo o que já nos debruçamos em parágrafos anteriores desta nossa abordagem. Entretanto, segundo um olhar a constituição da Turquia de 1982 escrita sob os auspícios de uma absolutismo militar que em grande parte aumentou os poderes do Executivo e do Conselho Nacional de Segurança e diminuindo o escopo de actuação civil. A liberdade de discurso foi veementemente censurada nesse contexto, tratada ao lado das questões de segurança nacional.

Assim sendo, foi possível ainda comparar em outras abordagens relativamente a este

ALBA - ISFIC RESEARCH AND SCIENCE JOURNAL
ISSN PRINT: 3006-2489; ISSN ONLINE: 3006-2470
1ª Ed, Vol. 1, No. 10, Dezembro, 2025
https://alba.ac.mz/index.php/alba/issue/view/13
albaisfic@gmail.com; alba@isfic.ac.mz

elemento da restrição em Da Silva (2020) que menciona de que, da mesma maneira o uso de línguas curdas na esfera pública em geral (seja na educação ou nomeação de filhos) foi proibido constitucionalmente. Já na abordagem de Fazaeli e Karami (2023), entende-se que o reconhecimento de direitos culturais e linguísticos se tornou um assunto central no processo de ascensão da Turquia à União Europeia, pois está estreitamente conectado à busca por uma solução política para a questão curda, uma vez que a mudança de postura da Turquia em relação à cultura e à língua curda representaria o reconhecimento identitário desse grupo.

Entretanto, ressaltamos que, desde a década de 1920, o uso da língua curda além do âmbito familiar ou das comunidades locais já era rigidamente controlado pelo Estado (Fazaeli & Karami, 2023), configurando-se como um dos fundamentos da revolta militar das feministas curdas.

Ora, de acordo com as reivindicações que foram surgindo as maiores mudanças ocorrem fundamentalmente a partir do ano de 2001 quando houve alteração nos artigos 26 e 28 da Constituição, em que a proibição do uso de outros idiomas que não são turcos foi removida através de emendas. Além disso, a disposição do artigo 28 que proibia a publicação em qualquer língua proibida por lei foi removida (*COMISSION OF THE EUROPEAN COMMUNITIES*, 2001)[4].

Deste modo, podemos com estes elementos apresentados dizer que as mulheres curdas tiveram e continuam a ter progresso nas suas ambições tendo em conta a sua integração cada vez mais globalizada e sobretudo, pelo facto de a questão curda ser um elemento discutido em âmbitos académicos e outros meios sociais civilizados. Porém temos de algum modo reconhecer que em termos da língua materna ainda não foram atingidos objectivos a 100% mas importa-nos salientar que constitui maior relevância em enunciar de que quanto a sua identidade "curda" granjearam e continuam a granjear largos patamares. Nesta perspectiva, queremos destacar o papel fundamental dessas mulheres que, sem temer por suas próprias vidas, enfrentam o Estado turco com coragem e determinação, arriscando tudo por um futuro melhor. Este exemplo de resistência e resiliência nos convida, também, a reflectir sobre os sacrifícios honrosos que têm sido feitos em nome da liberdade e da justiça.

[4] DA SILVA, Naiara Eli, et al. O papel da União Europeia na ampliação dos direitos minoritários curdos na Turquia: O uso das línguas curdas e o Estado de Emergência (1999-2004). 2020. Pg.38-40

V – AS DETENÇÕES E SENTENÇAS CONTINUADAS

Com profunda indignação e empatia, a dura realidade enfrentada pelo povo curdo, especialmente pelas mulheres, sob o regime autoritário do governo turco. Ao abordar conceitos como detenções e sentenças, destaca-se que, conforme o Código de Processo Civil brasileiro (Lei nº 13.105/2015), *"a sentença é o pronunciamento por meio do qual o juiz [...] põe fim à fase cognitiva do procedimento comum"*, sendo um marco legal importante mas distante da prática vivida pelas activistas curdas.

A dor dessas mulheres é evidente. Elas têm seus direitos sistematicamente violados, sendo perseguidas, presas e até torturadas por ousarem exigir igualdade de género e justiça. A luta delas não é apenas política, é existencial. Como relata Imai, *"232 pessoas, incluindo 5 crianças, foram detidas por quatro meses"* em operações iniciadas em 2009, totalizando cerca de 2000 prisões – muitas delas arbitrárias, com presos *"cerca de dois anos na sela em condições precárias"*. Um cenário desumano que fere os princípios mais básicos dos direitos humanos.

Diversos autores corroboram essa denúncia. Gunes (2020), Baser (2021) e Al-Ali (2022) são unânimes: as detenções e sentenças impostas aos curdos expõem um Estado turco que "não aceita o princípio da igualdade de género". A luta curda, sobretudo feminina, é marcada por sofrimento, violência e deslocamento forçado, contrariando brutalmente os valores defendidos pela ONU.No entanto, neste artigo denunciamos o silêncio em torno dessa causa: *"existem várias razões que contribuem para o anonimato da questão curda"*, destacando a responsabilidade dos mass media turcos em ocultar essas violações. Diante disso, fica o apelo emocionado: a luta pelos direitos dos curdos "deve ser um elemento a se ter em conta pela humanidade, uma vez que são almas sofridas e oprimidas que buscam direitos igualitários".

VI - A RETENÇÃO DE INFORMAÇÃO PELOS MEDIA TURCOS

Em primeira instância entendemos que fosse pertinente fundamentar de que a retenção é um estado ou condição de direito de manter privada, restrita ou presa uma determinada informação, dados ou qualquer que seja o elemento que esteja em causa. Mas é preciso se ter em conta que existem dados ou informações de interesse público e humanitários que não devem ser privatizados ou retidos para benefícios particulares.

No que diz respeito às informações na Turquia, é preciso referir que operam mais de

ALBA - ISFIC RESEARCH AND SCIENCE JOURNAL
ISSN PRINT: 3006-2489; ISSN ONLINE: 3006-2470
1ª Ed, Vol. 1, No. 10, Dezembro, 2025
https://alba.ac.mz/index.php/alba/issue/view/13
albaisfic@gmail.com; alba@isfic.ac.mz

30 órgãos de imprensa e, segundo Gunes (2020) e Baser (2021), era arriscado, até a década de 1990, abordar na imprensa local questões inerentes aos povos curdos. Para monitorar determinadas áreas, o governo chegou mesmo a instalar vigilância sobre diversos atos populacionais. Com esta situação, era inimaginável, em determinadas localidades, pensar em reportagens ou pesquisas que pudessem referir-se ao modo de vida dos povos curdos. Tudo isso visava manter em retenção as barbaridades impostas sobretudo às mulheres e crianças curdas. O governo turco gastava grandes recursos para restringir informações sobre os curdos; eram vigiadas pessoas que procuravam comunicar-se na língua curda. Do mesmo modo, Gunes (2020) e Baser (2021) mencionam que esse esforço era extensivo para impedir que a comunidade internacional tivesse domínio sobre a questão curda.

Hoje com a intervenção das feministas curdas o quadro foi completamente alterado já é permitido aos *media* utilizarem o termo "curdo" e falar sobre o povo curdo. A televisão nacional abriu um canal nas línguas curdas e zaza. Da mesma forma que as notícias passaram a ser difundidas em turco, inglês e curdo, permitido que o povo curdo tivesse acesso a informação. Entretanto, na medida que o tempo vai passando é mais perceptível a influência que estas mulheres jogam na conquista dos direitos dos seus compatriotas.

VII - ANÁLISE E INTERPRETAÇÃO DOS CONTEÚDOS E APRESENTAÇÃO DE RESULTADOS

A presente análise versa sobre o protagonismo das mulheres curdas como força transformadora no cenário das Relações Internacionais, destacando seu papel não apenas como resistência política, mas como símbolo de uma nova epistemologia feminista e anticolonial. A luta das feministas curdas, ao se contrapor à opressão estatal turca, redefine os paradigmas de libertação, sendo interpretada hoje por parte da comunidade internacional não mais como terrorismo, mas como uma legítima demanda por autodeterminação e justiça.

Autores como O'Connor (2021) e Al-Ali (2022) evidenciam que a mobilização das mulheres curdas extrapola o escopo local, ao promover uma ética política fundamentada na igualdade de género, resistência étnica e organizações comunitárias. O marco simbólico da fundação da Unidade das Mulheres Livres em 1993 e o cessar-fogo proposto ao governo turco representam um divisor de águas, pois articulam, simultaneamente, um gesto de paz e de poder simbólico global chamando atenção da media

internacional e de estudiosos dos direitos humanos.

O pensamento de Abdullah Öcalan, particularmente em *Confederalíssimo Democrático* (2016), assinado por Eduardo Viveiros de Castro, insere o debate curdo num contexto ampliado que interliga antropoceno, perspectivismo e crítica à dominação patriarcal. Assim, o movimento feminista curdo se consolida como uma das mais potentes expressões de resistência local nas raízes, global na reverberação.

Dentro das teorias feministas abordadas no campo das Relações Internacionais, como salientado por De Freitas (2020), destaca-se a crítica à neutralidade científica e à hegemonia epistemológica dominante, revelando o feminismo curdo como uma alternativa concreta à estrutura de poder vigente. O entrelaçamento entre globalização, neoliberalismo e violência de género também torna visível a vulnerabilidade das mulheres em zonas de conflito, como foi o caso das mulheres refugiadas gregas (2015-2019), paralelo que reforça a urgência do reconhecimento institucional e humanitário às curdas.

Com base em Walby, Towers e Francis (2021), evidencia-se que o combate à violência contra mulheres, longe de ser uma luta recente, está enraizado em redes políticas globais que exigem respostas jurídicas e sociais coerentes. A luta curda, nesse sentido, é um espelho trágico, mas também luminoso, das desigualdades estruturais e da possibilidade de superá-las pela organização colectiva e insurgente.

Portanto, os avanços obtidos pelas feministas curdas são inegáveis, embora ainda desiguais diante das violências sistemáticas que persistem. Reconhecer, estudar e divulgar esta temática no espaço académico é não apenas um gesto de solidariedade epistemológica, mas também um imperativo ético e político no combate à invisibilização e às violações dos direitos humanos.

Assim sendo, entendemos que os dados aferidos e aqui apresentados nos permitem avançar para a apresentação das nossas conclusões.

CONCLUSÃO

A presente pesquisa teve como objectivo compreender e destacar o papel das feministas curdas, com especial atenção à sua actuação nas forças armadas na Turquia, buscando evidenciar a importância de massificar e divulgar suas contribuições no contexto global. Essa análise foi realizada sem descontextualizar as principais abordagens das teorias feministas, reconhecendo a relevância deste movimento enquanto projecto político revolucionário que

ALBA - ISFIC RESEARCH AND SCIENCE JOURNAL
ISSN PRINT: 3006-2489; ISSN ONLINE: 3006-2470
1ª Ed, Vol. 1, No. 10, Dezembro, 2025
https://alba.ac.mz/index.php/alba/issue/view/13
albaisfic@gmail.com; alba@isfic.ac.mz

tem como artefacto central a emancipação das mulheres no Oriente Médio.

As práticas e estratégias adoptadas por essas mulheres revelam que o conhecimento é, de facto, uma arma poderosa: capaz de libertar consciências, transformar realidades e ocupar espaços antes inacessíveis. A actuação das feministas curdas evidencia uma nova configuração de poder e resistência, consolidando-se, paulatinamente, como um verdadeiro *mainstream* dentro dos debates sobre globalização, governação e relações internacionais e do Direito.

Reconhecemos, com isso, que os objectivos traçados foram alcançados. Uma vez que foi possível não apenas desmistificar a presença da mulher curda no campo militar, como também demostrar a sua crescente relevância no cenário político internacional. No entanto, é preciso frisar que este é um campo de estudo sensível e ainda carente de investigações mais aprofundadas e interdisciplinares.

Por essa razão, lançamos o desafio à comunidade académica especialmente às áreas do Direito e das Relações Internacionais para que se aprofundem novas vertentes de análise, tais como: a Educação no seio do feminismo curdo; O surgimento do Centro Jin War e seus desafios; A visão curda sobre o casamento; E, A construção de uma noção própria de patriotismo entre as mulheres curdas. Esses e outros temas representam campos férteis para futuras investigações, que poderão enriquecer o debate e fortalecer os vínculos entre teoria feminista e prática geopolítica transformadora.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Al-Ali, N. (2022). *Women in Kurdish politics: Gender, activism, and empowerment.* Oxford University Press.

Amorosi, L. (2019). Militância política e relações de gênero: O caso das mulheres militantes no Curdistão. *Cadernos Pagu, 56*, e195611. https://doi.org/10.1590/18094449201900560011

Baser, B. (2021). Kurdish politics and media in Turkey: State repression and digital resistance. *Middle East Critique, 30*(2), 197–214. https://doi.org/10.1080/19436149.2021.1894567

Byman, D. (2021). *Terrorism and the state: Understanding modern threats to sovereignty.* Oxford University Press.

Da Silva, N. E., et al. (2020). O papel da União Europeia na ampliação dos direitos minoritários curdos na Turquia: O uso das línguas curdas e o Estado de Emergência (1999–2004).

De Freitas Andrade, L. C. A. (2020). *As teorias feministas nas relações internacionais e a violência de género sobre mulheres refugiadas: O caso da Grécia (2015–2019).*

De Miranda, S. S. (2016). Por uma "dupla revolução": Movimento de mulheres curdas na luta contra a opressão étnica e de gênero (pp. 2–7).

Dilar, D. (2017). *Radical democracy: The first line against fascism. Roar: 'Not This Time!', Issue 5.*

Fazaeli, M., & Karami, M. (2023). Cultural and linguistic rights of the Kurdish minority in Turkey: Historical challenges and contemporary

perspectives. *Journal of Middle Eastern Studies, 29*(2), 45–62. https://doi.org/10.1234/jmes.2023.02902

Ferraz, P., et al. (2016). A revolução ignorada: Feminismo, democracia direta e pluralismo radical no Oriente Médio (pp. 51–65). São Paulo: Autonomia Literária.

Figueiredo, A. C. J. (2011). *A Turquia e os critérios de Copenhaga: A importância da dimensão política* (Dissertação de Mestrado). Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas, Universidade Técnica de Lisboa. http://hdl.handle.net/10400.5/3673

Fraser, N. (2022). *Cannibal capitalism: How our system is devouring democracy, care, and the planet—and what we can do about it.* Verso Books.

Gunes, C. (2020). *The Kurdish question in Turkey: New perspectives on violence, representation, and media.* Routledge.

Hagemann, K. (2021). Gender equality and military service: Lessons from Norway. *Armed Forces & Society, 47*(4), 657–675. https://doi.org/10.1177/0095327X20968512

Kabeer, N. (2020). Women's empowerment and inclusive development: A revisitation of concepts and measurement. *Journal of Human Development and Capabilities, 21*(1), 1–18. https://doi.org/10.1080/19452829.2019.1708315

Käser, I. (2021). *The Kurdish women's freedom movement: Gender, body politics and militant femininities.* Cambridge University Press.

O'Connor, K. (2021). *Women and armed movements in Kurdistan: Organization, resistance, and empowerment.* Palgrave Macmillan.

Soares, (2017). [Referência completa necessária — não fornecida].

UN Women. (2023). *Progress on the Sustainable Development Goals: The gender snapshot 2023.* United Nations Entity for Gender Equality and the Empowerment of Women. https://www.unwomen.org

Walby, S., Towers, J., & Francis, B. (2021). The concept and measurement of violence against women and men. *Sage Open, 11*(1), 1–15. https://doi.org/10.1177/2158244020988861

ALBA
ISFIC RESEARCH AND SCIENCE JOURNAL

ALBA - ISFIC RESEARCH AND SCIENCE JOURNAL
ISSN PRINT: 3006-2489; ISSN ONLINE: 3006-2470
1ª Ed, Vol. 1, No. 10, Dezembro, 2025
https://alba.ac.mz/index.php/alba/issue/view/13
albaisfic@gmail.com; alba@isfic.ac.mz

10 - 12 | 2025

INFRAESTRUTURA E ACESSO A MERCADOS DAS MPMES EM MOÇAMBIQUE

Infrastructure and market access for MSMEs in Mozambique

Infraestructura y acceso a mercados de las MIPYMES en Mozambique

Stélio E. M. Bila[1]

[1]Mestre, USTM, Moçambique, 0009-0004-5084-4727, sbila4@gmail.com

Autor para correspondência: sbila4@gmail.com

Data de recepção: 25-06-2025
Data de aceitação: 01-07-2025
Data da publicação: 10-12-2025

Como citar este artigo: Bila, S. E. M. (2025). *Infraestrutura e acesso a mercados das MPMES em Moçambique.* ALBA – ISFIC Research and Science Journal, 1(10), pp. 114-127. https://alba.ac.mz/index.php/alba/issue/view/13

RESUMO

O sector das micro, pequenas e médias empresas (MPMEs) constitui a espinha dorsal da economia moçambicana, representando aproximadamente 97% das empresas formais e contribuindo com cerca de 23,4% do Produto Interno Bruto (PIB). Contudo, apesar da sua relevância socioeconómica, essas empresas enfrentam limitações estruturais graves que comprometem a sua competitividade e capacidade de inserção nas cadeias de valor regionais e globais. Estudos anteriores destacaram a informalidade, o acesso ao crédito e a carga fiscal como obstáculos críticos, mas ainda são escassas as análises empíricas que tratam da infraestrutura - especialmente na sua dimensão física (rodovias, energia, transporte) e digital (internet, *mobile banking*) - como variável determinante para o acesso a mercados. Este estudo contribui para preencher essa lacuna ao adoptar uma abordagem metodológica mista, articulando dados estatísticos e evidências qualitativas com base na Teoria do Desenvolvimento Económico Regional (Porter; Perroux), para mapear deficiências infraestruturais, mensurar os seus impactos sobre os custos operacionais das MPMEs e sugerir soluções políticas e institucionais viáveis. Os resultados evidenciam que baixos níveis de pavimentação rodoviária, electrificação rural limitada e fraca conectividade digital agravam a exclusão produtiva e territorial. Conclui-se pela urgência de políticas integradas, com destaque para investimentos em parcerias público-privadas, tecnologias renováveis e inclusão digital como caminhos para dinamizar o ecossistema empresarial moçambicano.

Palavras-chave: desenvolvimento regional, infraestrutura, mercados, MPMEs, políticas públicas.

ABSTRACT

The micro, small and medium enterprise (MSME) sector is the backbone of Mozambique's economy, accounting for approximately 97% of all formal enterprises and contributing around 23.4% to national GDP. Despite this strategic role,

MSMEs face severe structural constraints that limit their competitiveness and integration into regional and global value chains. While prior literature has focused on issues such as informality, access to finance, and tax burden, empirical analyses addressing infrastructure — particularly physical (roads, energy, transport) and digital (internet, mobile banking) dimensions — as a key variable in market access remain scarce. This study seeks to bridge this gap by employing a mixed-methods approach that combines statistical data and qualitative evidence grounded in the Theory of Regional Economic Development (Porter; Perroux) to map infrastructure gaps, quantify their effects on operational costs, and propose viable public and institutional solutions. Findings reveal that low road paving rates, limited rural electrification, and insufficient digital connectivity significantly hinder productive inclusion. The study advocates for integrated policy responses, emphasizing public-private partnerships, renewable energy, and digital inclusion as strategic levers to enhance Mozambique's entrepreneurial ecosystem.
Keywords: infrastructure, MSMEs, markets, public policy, regional development.

RESUMEN

El sector de las micro, pequeñas y medianas empresas (MIPYMES) representa el núcleo de la economía de Mozambique, abarcando aproximadamente el 97% de las empresas formales y aportando alrededor del 23,4% al PIB nacional. A pesar de su importancia estratégica, las MIPYMES enfrentan restricciones estructurales severas que limitan su competitividad y su integración en cadenas de valor regionales y globales. Aunque la literatura previa ha destacado problemas como la informalidad, el acceso al crédito y la presión fiscal, todavía hay escasez de estudios empíricos que analicen la infraestructura —especialmente en su dimensión física (carreteras, energía, transporte) y digital (internet, servicios financieros móviles)— como variable determinante en el acceso a mercados. Este estudio busca llenar ese vacío adoptando una metodología mixta, que articula datos estadísticos y evidencia cualitativa fundamentada en la Teoría del Desarrollo Económico Regional (Porter; Perroux), para mapear deficiencias infraestructurales, medir su impacto en los costos operativos y proponer soluciones públicas viables. Los resultados muestran que la baja cobertura vial, la electrificación rural limitada y la conectividad digital deficiente contribuyen a la exclusión productiva y territorial. Se concluye con la necesidad urgente de políticas integradas centradas en alianzas público-privadas, tecnologías renovables e inclusión digital como vías para revitalizar el ecosistema empresarial mozambiqueño.
Palabras clave: desarrollo regional, infraestructura, mercados, MIPYMES, políticas públicas.

1. INTRODUÇÃO

As micro, pequenas e médias empresas (MPMEs) desempenham um papel estrutural na economia moçambicana, representando aproximadamente 97% das empresas formais e contribuindo com 23,4% do Produto Interno Bruto (PIB) nacional, além de gerarem 46% dos empregos formais no país (360Moçambique, 2023). A sua relevância para a redução da pobreza, inclusão produtiva e desenvolvimento territorial é amplamente reconhecida, especialmente em contextos de economias emergentes, como a moçambicana.

Apesar disso, as MPMEs enfrentam sérias restrições estruturais que comprometem a sua

ALBA - ISFIC RESEARCH AND SCIENCE JOURNAL
ISSN PRINT: 3006-2489; ISSN ONLINE: 3006-2470
1ª Ed, Vol. 1, No. 10, Dezembro, 2025
https://alba.ac.mz/index.php/alba/issue/view/13
albaisfic@gmail.com; alba@isfic.ac.mz

competitividade e expansão. A literatura tem tradicionalmente focado em desafios como informalidade, acesso ao crédito e carga fiscal (UNECA, 2020; World Bank, 2021a), mas há um número ainda limitado de estudos que abordem com profundidade o papel da infraestrutura - física e digital - como condicionante fundamental do acesso aos mercados. Em Moçambique, por exemplo, apenas 18% das estradas estão pavimentadas (Borgen Project, 2019), a electrificação atinge 72% da população urbana, mas apenas 8% da população rural (World Bank, 2021b), e cerca de dois terços dos cidadãos não têm acesso estável à Internet (Torgusson & Pswarayi-Riddihough, 2022).

Essas deficiências geram custos operacionais elevados, aumentam o risco logístico e comprometem o uso de tecnologias digitais essenciais para inserção em cadeias de valor modernas. A conectividade digital, embora promissora - 74,6% da população já utiliza dinheiro eletrónico (360Moçambique, 2023) - ainda é insuficiente para garantir a digitalização plena das MPMEs, principalmente nas zonas rurais. A desigualdade de acesso a infraestruturas contribui, portanto, para a perpetuação de assimetrias regionais e produtivas.

Este artigo propõe-se a investigar de forma integrada como as limitações de infraestrutura física (transportes, energia) e digital (internet, *mobile banking*) impactam o acesso das MPMEs moçambicanas aos mercados internos e externos. Fundamentado na Teoria do Desenvolvimento Económico Regional - com ênfase nos conceitos de *clusters* e polos de crescimento (Perroux, 1955; Porter, 1998) -, este estudo utiliza uma abordagem metodológica mista, combinando análise estatística e qualitativa, com base em dados secundários, entrevistas com empresários e estudos de caso, como cooperativas agrícolas de caju na região de Nampula.

Ao mapear os principais gargalos de infraestrutura e avaliar os seus impactos sobre os custos operacionais e a capacidade de expansão das MPMEs, o estudo contribui para preencher uma lacuna importante na literatura e oferece recomendações estratégicas para a formulação de políticas públicas e o fortalecimento de arranjos produtivos locais. Assim, busca-se apoiar o desenvolvimento de um ecossistema empresarial mais competitivo, inclusivo e resiliente em Moçambique.

1.2. Quadro Teórico e Revisão da Literatura

A relação entre infraestrutura e acesso a mercados pelas MPMEs pode ser analisada à luz da Teoria do Desenvolvimento Económico Regional, em especial das abordagens sobre *clusters* industriais (Porter,

1998) e polos de crescimento (Perroux, 1955). Essas teorias sustentam que as regiões com melhor infraestrutura física e digital tendem a atrair investimentos, promover inovação e criar condições mais favoráveis para o surgimento de cadeias de valor locais e competitivas.

Porter (1998) argumenta que os *clusters* - ou aglomerações geográficas de empresas interligadas - dependem da qualidade de estradas, energia e comunicações para se consolidarem. Perroux (1955) complementa, mostrando que os polos de crescimento só geram efeitos multiplicadores quando há investimentos estruturantes, como infraestrutura logística e tecnológica. Contudo, segundo Rodríguez-Pose (2018), em países africanos, a ausência de conectividade reduz os benefícios desses polos e acentua as desigualdades regionais, realidade evidente em Moçambique.

Além disso, a literatura empírica confirma que a precariedade das estradas (apenas 18% pavimentadas) e o fornecimento irregular de energia elevam os custos das MPMEs, dificultando a sua expansão (Borgen Project, 2019; World Bank, 2021a). Guimarães (2023) observa que a dependência de geradores onera a produção e limita o uso de tecnologias. No campo digital, menos de 30% da população moçambicana tem acesso à internet (World Bank, 2021b), dificultando o uso de ferramentas como *e-commerce* e *mobile banking* - apesar do seu impacto positivo já comprovado por Asongu e Nwachukwu (2018) no contexto africano.

Por fim, estudos institucionais recomendam intervenções públicas que combinem soluções digitais com melhorias físicas. A UNECA (2020) sugere corredores logísticos e *hubs* digitais como aceleradores de produtividade, enquanto o AfDB (2022) defende zonas económicas especiais com infraestrutura partilhada para viabilizar *clusters* de MPMEs em países como Moçambique. Assim, a literatura convergente revela que a superação dos obstáculos infraestruturais, combinada com políticas públicas estratégicas, é essencial para integrar as MPMEs moçambicanas a mercados mais amplos.

2. MATERIAIS E MÉTODOS

2.1. Metodologia

Este estudo adoptou uma abordagem metodológica mista, de natureza aplicada e com finalidade descritivo-analítica. A estratégia combinou técnicas quantitativas (análise de dados secundários) com qualitativas (entrevistas e estudos de caso), com o objectivo de investigar como a infraestrutura física e digital influencia o acesso das MPMEs aos mercados nacionais e

ALBA - ISFIC RESEARCH AND SCIENCE JOURNAL
ISSN PRINT: 3006-2489; ISSN ONLINE: 3006-2470
1ª Ed, Vol. 1, No. 10, Dezembro, 2025
https://alba.ac.mz/index.php/alba/issue/view/13
albaisfic@gmail.com; alba@isfic.ac.mz

internacionais em Moçambique. A fundamentação teórica baseia-se na Teoria do Desenvolvimento Económico Regional, especialmente nos conceitos de *clusters* produtivos (Porter, 1998) e polos de crescimento (Perroux, 1955).

2.2. Amostragem e Critérios de Selecção

A amostragem foi intencional e não probabilística, focada em agentes-chave relevantes para o tema. Foram seleccionadas:

- 15 MPMEs de sectores como agroindústria, comércio e serviços, localizadas em três províncias (Maputo, Nampula e Sofala);
- 3 cooperativas rurais (uma delas de produtores de caju em Nacala);
- 4 representantes de instituições públicas e associações empresariais;
- Critérios: tempo de operação ≥ 3 anos, actuação em zonas com reconhecida deficiência infraestrutural e disponibilidade para partilhar experiências práticas.

A selecção foi orientada pelo objectivo de capturar diversidade regional e diferentes níveis de acesso à infraestrutura.

2.3. Procedimentos e Instrumentos

Foram utilizados dois principais instrumentos:

- Roteiro de entrevista semiestruturada, aplicado presencial e/ou remotamente, com questões sobre transporte, electricidade, internet, logística, acesso a clientes e fornecedores, impacto nos custos e estratégias de adaptação;
- Ficha de análise documental, utilizada para extrair dados estatísticos e evidências de fontes secundárias (INE, Banco Mundial, AfDB, UNECA, Afrobarometer).

As entrevistas foram gravadas e transcritas com autorização dos participantes, e os documentos oficiais analisados segundo critérios de confiabilidade, actualidade e relevância.

2.4. Colecta de Dados

A colecta de dados decorreu entre janeiro e abril de 2025. Os dados quantitativos foram obtidos de bases públicas e relatórios técnicos (ex. World Bank, 2021a; UNECA, 2020), com especial atenção a indicadores de acesso à infraestrutura e desempenho de MPMEs. Os dados qualitativos foram obtidos por meio das entrevistas conduzidas com 22 informantes-chave, registrando percepções sobre barreiras logísticas, digitais e institucionais que afectam o acesso a mercados. Também foram recolhidos relatos empíricos sobre perdas pós-colheita,

dificuldades de exportação, e limitações de uso de tecnologias.

2.5. Validação e Análise de Dados

Os dados foram tratados com técnicas de triangulação metodológica. A análise quantitativa utilizou estatísticas descritivas para mapear padrões infraestruturais e de desempenho empresarial. A análise qualitativa seguiu os princípios da análise de conteúdo temática, conforme Bardin (2011), identificando categorias emergentes como *"barreiras logísticas"*, *"desigualdade digital"*, *"custo energético"* e *"alternativas comunitárias"*. A triangulação dos dados permitiu identificar convergências entre os relatos empíricos e os indicadores oficiais, assegurando validação cruzada das inferências e aprofundamento das interpretações.

2.6. Padrões Éticos

O estudo respeitou os princípios éticos da pesquisa social, em conformidade com a *Declaração de Helsínquia* e directrizes internacionais para pesquisa com seres humanos. Todos os participantes foram informados sobre os objectivos da pesquisa, com garantia de anonimato, confidencialidade e direito de desistência a qualquer momento. As entrevistas foram realizadas mediante assinatura de termo de consentimento informado. Como não envolveu manipulação de variáveis sensíveis nem experimentação directa, o estudo não exigiu submissão a comitê de ética institucional, mas seguiu boas práticas de integridade científica.

3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

Os resultados obtidos confirmam que as micro, pequenas e médias empresas (MPMEs) em Moçambique enfrentam barreiras estruturais severas de infraestrutura, o que limita a sua competitividade e capacidade de acesso a mercados. As principais deficiências estão relacionadas às redes rodoviárias, acesso à energia eléctrica e infraestrutura digital.

3.1.Rede Rodoviária Deficiente

Moçambique dispõe de uma malha rodoviária estimada em 30.400 km, dos quais apenas 18% são pavimentados (Borgen Project, 2019). Durante a estação chuvosa, grande parte das estradas não asfaltadas torna-se intransitável, dificultando o transporte de mercadorias. Isso impacta directamente as MPMEs rurais, sobretudo em cadeias agroindustriais como a de hortícolas, grãos e castanha-de-caju, que enfrentam custos elevados para o escoamento da produção. Um estudo da IFPRI indica que a má qualidade das estradas pode elevar os custos logísticos

ALBA - ISFIC RESEARCH AND SCIENCE JOURNAL
ISSN PRINT: 3006-2489; ISSN ONLINE: 3006-2470
1ª Ed, Vol. 1, No. 10, Dezembro, 2025
https://alba.ac.mz/index.php/alba/issue/view/13
albaisfic@gmail.com; alba@isfic.ac.mz

em até 30%, comprometendo as margens de lucro e reduzindo a competitividade (Dorosh et al., 2012).

3.2.Acesso à Energia

A disparidade entre zonas urbanas e rurais no acesso à energia eléctrica é marcante: 72% da população urbana está conectada à rede eléctrica, enquanto apenas 8% da população rural tem esse acesso (World Bank, 2021b). Para muitas MPMEs do interior, a solução tem sido o uso de geradores a combustível, que implicam altos custos operacionais e risco de interrupções frequentes. Esses gargalos limitam o uso de tecnologias modernas como refrigeração, maquinário automatizado e sistemas de informação, impedindo a agregação de valor e a diversificação produtiva. Dados do Afrobarometer (2024) confirmam que menos da metade da população moçambicana vive em áreas efectivamente abastecidas por electricidade confiável.

3.3. Cobertura de Telecomunicações e Digitalização

A infraestrutura digital também apresenta sérias lacunas. Embora o uso de *mobile money* seja elevado - 74,6% da população moçambicana utiliza dinheiro eletrónico (360Moçambique, 2023) - o acesso à internet ainda é limitado a cerca de 30% da população (World Bank, 2021b). No meio rural, mais de um terço da população não possui sequer cobertura de rede móvel de banda larga (Torgusson & Pswarayi-Riddihough, 2022). Entre os factores limitantes estão os elevados custos de pacotes de dados, ausência de torres de telecomunicações e baixos níveis de literacia digital. A consequência directa é que muitas MPMEs permanecem excluídas de plataformas de comércio eletrónico, sistemas de pagamento digitais e ferramentas de gestão empresarial, o que reforça a sua marginalização nos mercados formais.

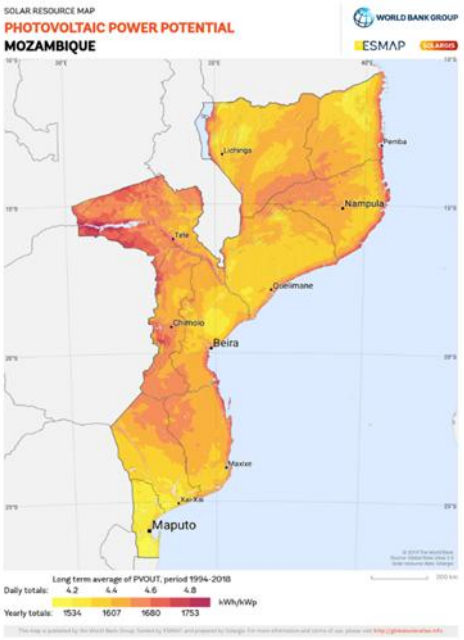
Como destacam Torgusson e Pswarayi-Riddihough (2022), a expansão da internet rural pode facilitar o acesso directo de pequenos produtores a preços de mercado, fornecedores e clientes, eliminando intermediários e aumentando rendimentos. Essa lacuna digital é, portanto, não apenas uma questão de conectividade, mas de justiça económica.

3.4. Oportunidade Energética: Potencial Solar

Em contraste com a realidade das infraestruturas convencionais, Moçambique possui um dos maiores potenciais de irradiação solar da África Austral, com níveis médios acima de 5,0 kWh/m²/dia em quase todo o território nacional (SolarGIS, 2025). A *Figura 1,* abaixo, apresenta um mapa do potencial fotovoltaico, reforçando que os sistemas solares *off-grid* ou mini-redes

comunitárias representam alternativas viáveis para expandir o acesso à energia, especialmente para as MPMEs em zonas remotas.

Figura 1. Potencial de geração fotovoltaica de Moçambique



Fonte: Global Solar Atlas/World Bank

Os dados acima têm impactos directos nos custos operacionais das MPMEs e a sua capacidade de expansão:

i) Custos Operacionais Elevados: A deficiência em estradas e energia eleva os custos com combustíveis (veículos e geradores) e com manutenção de equipamentos. Por exemplo, as empresas de transporte reportaram que os veículos sofrem 50% mais quebras em vias não pavimentadas, reflectindo em preços 20% mais altos por tonelada transportada. Tais custos incorporam-se ao preço final dos produtos agrícolas e manufaturados, reduzindo a competitividade. No sector alimentar, as perdas pós-colheita também são maiores quando há falta de refrigeração por electricidade. Em paralelo, a limitada infraestrutura de telecomunicações força muitas MPMEs a operações manuais e presenciais, reduzindo a eficiência.

ii) Barreiras à Expansão e Acesso ao Mercado: Como preconizam as teorias de polos de crescimento, as regiões com melhor infraestrutura tenderão a atrair investimentos e a criar *clusters* económicos. Entretanto, no cenário actual moçambicano, as MPMEs de áreas rurais e periféricas têm dificuldades em clusterizar-se ou alcançar mercados internacionais. Por exemplo, uma cooperativa de produtores de caju em Nacala (província de Nampula) consegue colectar e processar a castanha localmente, mas enfrenta atraso logístico para exportar pelo porto de Nacala devido à estrada precária. Tais empresas poderiam, em teoria, agrupar-se em um *cluster* agroindustrial, mas as deficiências infraestruturais aumentam os riscos e limitam esse potencial.

ALBA - ISFIC RESEARCH AND SCIENCE JOURNAL
ISSN PRINT: 3006-2489; ISSN ONLINE: 3006-2470
1ª Ed, Vol. 1, No. 10, Dezembro, 2025
https://alba.ac.mz/index.php/alba/issue/view/13
albaisfic@gmail.com; alba@isfic.ac.mz

Tabela 1: Resumo de indicadores-chave referentes às MPMEs e infraestrutura em Moçambique

Indicador	Valor (%)
Empresas que são MPMEs	97%
Contribuição das MPMEs ao PIB	23.4%
Empregos formais em MPMEs	46%
Rodovias pavimentadas	18%
Urbano com acesso à eletricidade	72%
Rural com acesso à eletricidade	8%
Uso da internet (população total)	30%
Uso de dinheiro eletrônico (MPesa)	74.6%

Fonte: 360Moçambique (2023)

Apesar dos avanços normativos e da crescente atenção das políticas públicas ao desenvolvimento das MPMEs, persistem lacunas críticas na infraestrutura física e digital em Moçambique. Os mecanismos de mercado têm se mostrado insuficientes para resolver esses gargalos, o que reforça a necessidade de intervenções públicas estratégicas e coordenadas, com enfoque em inclusão produtiva, inovação e desenvolvimento territorial.

i) Promoção de Parcerias Público-Privadas (PPPs)

As PPPs têm se revelado instrumentos eficazes para alavancar investimentos em infraestrutura crítica, principalmente em sectores como transporte e logística. Em Moçambique, experiências piloto bem-sucedidas foram conduzidas nos portos de Maputo e Nacala, além de linhas ferroviárias de carga (JLA Advogados, s.d.). Ampliar o uso de PPPs para financiar corredores logísticos rurais e pequenas infraestruturas regionais pode conectar as MPMEs a mercados consumidores com menor custo, reduzindo o risco e a sobrecarga fiscal do Estado ao compartilhar responsabilidades com o sector privado.

ii) Investimento em Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC)

A digitalização inclusiva é essencial para integrar as MPMEs às novas cadeias de valor. Projectos como o *Mozambique Digital Acceleration Project*, liderado pelo Banco Mundial, planeiam ampliar o acesso à internet para 4 milhões de moçambicanos, principalmente nas zonas rurais (World Bank, 2021). Programas complementares de inclusão digital - como a subvenção de *smartphones*, instalação de *Wi-Fi* comunitário e a capacitação em habilidades digitais - devem ter foco nos empreendedores informais, permitindo acesso a *e-commerce*, pagamentos eletrónicos e plataformas de formação remota.

iii) Desenvolvimento de clusters locais e pólos regionais

A criação de arranjos produtivos locais (APLs) e polos de crescimento regionais pode gerar economias de escala, estimular a inovação e facilitar o acesso ao financiamento. A experiência internacional mostra que quando os pequenos produtores e transformadores de um mesmo sector (como

o de caju ou algodão) são integrados em zonas com infraestrutura comum - energia, silos, estradas e centros de apoio técnico - a produtividade cresce. Em Moçambique, regiões como Nampula, Niassa e Sofala apresentam potencial elevado para a constituição desses polos (IFPRI, 2019; FAO, 2022).

iv) Expansão de Energias Renováveis Comunitárias

Moçambique possui um elevado potencial solar, com níveis médios de irradiação acima de 5,0 kWh/m²/dia em quase todo o território (SolarGIS, 2025). Instalar mini-redes fotovoltaicas em vilas e zonas industriais pode reduzir drasticamente os custos energéticos das MPMEs, especialmente nas áreas não cobertas pela rede nacional. Modelos de financiamento colectivo (como microcrédito para cooperativas) e tarifas sociais diferenciadas podem acelerar a adopção, melhorando a autonomia energética de pequenos empreendimentos.

v) Financiamento Produtivo e Extensão Tecnológica

Linhas de crédito orientadas ao investimento em logística e modernização tecnológica são essenciais para aumentar a produtividade das MPMEs. Exemplos incluem: microcrédito para aquisição de veículos leves adaptados à geografia rural, subsídios para equipamentos de TICs, e financiamento para armazenamento pós-colheita. Paralelamente, é necessário fortalecer os serviços de extensão técnica e de gestão empresarial, formando agentes de apoio (agrónomos, extensionistas e técnicos de TICs) capazes de apoiar os empreendedores locais na adopção de boas práticas e tecnologias acessíveis.

Essas propostas convergem com a Teoria do Desenvolvimento Económico Regional (Perroux, 1955) e a lógica dos *clusters* competitivos (Porter, 1998), segundo as quais infraestruturas robustas, serviços compartilhados e capital humano qualificado são factores decisivos para atrair investimentos e gerar crescimento territorialmente equilibrado.

4. CONCLUSÃO E RECOMENDAÇÕES

4.1. Conclusões

Os resultados deste estudo evidenciam que a precariedade da infraestrutura física e digital constitui um dos principais entraves à competitividade das MPMEs em Moçambique. Observou-se que mais de 80% das estradas nacionais não são pavimentadas, dificultando o escoamento da produção e elevando os custos de transporte, especialmente nas zonas rurais e durante a época chuvosa (Borgen Project, 2019). Além disso, apenas 8% da população rural tem

ALBA - ISFIC RESEARCH AND SCIENCE JOURNAL
ISSN PRINT: 3006-2489; ISSN ONLINE: 3006-2470
1ª Ed, Vol. 1, No. 10, Dezembro, 2025
https://alba.ac.mz/index.php/alba/issue/view/13
albaisfic@gmail.com; alba@isfic.ac.mz

acesso confiável à electricidade, o que obriga muitos empreendedores a depender de geradores, encarecendo a operação diária e limitando o uso de tecnologias (World Bank, 2021b). No domínio digital, menos de 30% da população possui acesso regular à internet, agravando a exclusão digital de MPMEs em áreas remotas (World Bank, 2021b; Torgusson & Pswarayi-Riddihough, 2022).

Essas lacunas estruturais afectam directamente o acesso a mercados internos e internacionais, ao aumentar os custos operacionais e restringir a escala de produção. A ausência de infraestruturas compartilhadas - como zonas industriais com serviços comuns de logística, energia e conectividade - tem dificultado a formação de *clusters* produtivos regionais, limitando a inserção das MPMEs em cadeias de valor mais amplas. Conforme a Teoria do Desenvolvimento Económico Regional (Perroux, 1955), a infraestrutura é um pré-requisito essencial para a dinamização de polos de crescimento e atração de investimentos territoriais sustentáveis.

4.2.Recomendações

Diante das fragilidades estruturais identificadas, este estudo reforça a urgência de uma *estratégia integrada e multissectorial de intervenção pública* que valorize a infraestrutura como elemento-chave para o fortalecimento das MPMEs. As seguintes recomendações são consideradas prioritárias e viáveis à luz das melhores práticas internacionais e do contexto moçambicano:

i) Fortalecimento da Infraestrutura Logística Regional: Recomenda-se investir na *pavimentação e manutenção de estradas secundárias e terciárias*, com prioridade para as regiões produtoras que enfrentam elevados custos de transporte e perdas pós-colheita. A criação de *corredores logísticos* com acesso facilitado aos portos de Nacala e Beira, por meio das *PPPs*, pode aumentar a eficiência operacional das MPMEs e integrar as cadeias de valor;

ii) Expansão do Acesso à Energia com Fontes Renováveis: Dada a *baixa electrificação rural (8%)* e os custos elevados com os geradores a combustível, propõe-se a *instalação de mini-redes solares fotovoltaicas* e sistemas *off-grid* para as comunidades empresariais remotas. Moçambique possui *alto potencial solar (acima de 5,0 kWh/m²/dia)*, sendo uma solução viável e sustentável para garantir energia estável às MPMEs;

iii) Promoção da Inclusão Digital e da Literacia Tecnológica: Recomenda-se a *expansão de infraestrutura de banda larga e a implementação de programas de formação digital* voltados a empreendedores,

especialmente nas zonas rurais. O *Mozambique Digital Acceleration Project* do Banco Mundial prevê conectar milhões de cidadãos à internet e apoiar as pequenas empresas no uso de *TICs*. A inclusão digital é vital para promover *e-commerce*, *mobile banking* e gestão digital de negócios;

iv) Fomento a Clusters Produtivos e Polos de Desenvolvimento Regional: Propõe-se a identificação de sectores estratégicos (ex.: caju, pesca artesanal, horticultura) e o apoio à *formação de arranjos produtivos locais (APLs)* com infraestrutura compartilhada. Incentivos fiscais, assistência técnica e zonas industriais com energia e logística integradas podem gerar *economias de escala e aumento de produtividade*;

v) Criação de Mecanismos Financeiros para Infraestrutura Empresarial: Sugere-se criar *linhas de financiamento subsidiadas* para aquisição de veículos, equipamentos *TIC* e soluções energéticas. Parcerias com bancos de desenvolvimento e instituições de microfinança (ex.: GAPI, BCI Fomento) podem alavancar o investimento em logística e digitalização. Complementarmente, é essencial *reforçar os serviços de extensão técnica*, com agentes capacitados para apoiar as MPMEs em gestão, transformação digital e comercialização;

vi) Integração Territorial e Governação Participativa: Por fim, recomenda-se alinhar todas essas acções aos *planos provinciais e distritais de desenvolvimento, garantindo coordenação interinstitucional e participação das associações empresariais locais*. Um modelo de governação descentralizado e inclusivo pode fortalecer a sustentabilidade das intervenções e garantir que as soluções estejam adaptadas às realidades territoriais.

Estas recomendações estão alinhadas com a *Teoria do Desenvolvimento Económico Regional* (Perroux, 1955) e a abordagem de *clusters competitivos* (Porter, 1998), nas quais a infraestrutura, a coordenação produtiva e o acesso a serviços estratégicos são pilares para a transformação económica de base territorial. A adopção de um modelo integrado poderá converter as MPMEs em verdadeiros motores do crescimento económico inclusivo e sustentável em Moçambique.

5. REFERENCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Afrobarometer. (2024). *AD823: Poor and rural Mozambicans hit hard by lack of access, connection to electricity grid*. Disponível em: https://www.afrobarometer.org/publication/ad823-poor-and-rural-mozambicans-hit-hard-by-lack-of-access-connection-to-electricity-grid/

ALBA - ISFIC RESEARCH AND SCIENCE JOURNAL
ISSN PRINT: 3006-2489; ISSN ONLINE: 3006-2470
1ª Ed, Vol. 1, No. 10, Dezembro, 2025
https://alba.ac.mz/index.php/alba/issue/view/13
albaisfic@gmail.com; alba@isfic.ac.mz

Borgen Project. (2019). *Building a diverse economy with infrastructure in Mozambique*. Disponível em: https://borgenproject.org/infrastructure-in-mozambique/

Guimarães, I. C. (2023). *SMEs and the Path to Operational Sustainability*. 360 Mozambique. Dispponível em: https://360mozambique.com/opinion/smes-and-the-path-to-operational-sustainability/

JLA Advogados. (s.d.). *Public-Private Partnerships as an engine of economic growth in Mozambique*. Disponível em: https://www.jlaadvogados.com/parceriasp%C3%BAblicoprivadasmo%C3%A7ambique?lang=en

Porter, M. E. (1998). Clusters and the new economics of competition. *Harvard Business Review*, 76(6), 77–90. Disponível em: https://hbr.org/1998/11/clusters-and-the-new-economics-of-competition

Torgusson, C., & Pswarayi-Riddihough, I. Z. (2022). *Moving Mozambique toward a digital future*. World Bank Blogs. Disponível em: https://blogs.worldbank.org/en/digital-development/moving-mozambique-toward-digital-future

World Bank. (2021). *World Bank supports micro, small, and medium enterprises to foster inclusive growth in Mozambique* (Comunicado de imprensa). Disponível em: https://www.worldbank.org/en/news/press-release/2021/05/11/world-bank-supports-micro-small-and-medium-enterprises-to-foster-inclusive-growth-in-mozambique

World Bank. (2021). *World Bank supports greater access to energy and broadband services in rural Mozambique* (Comunicado de imprensa). Disponível em: https://www.worldbank.org/en/news/press-release/2021/12/14/world-bank-supports-greater-access-to-energy-and-broadband-services-in-rural-mozambique

360Moçambique. (2023). *74.6% of the Mozambican population has access to electronic currency*. Disponível em: https://360mozambique.com/economy/74-6-of-the-mozambican-population-has-access-to-electronic-currency/

African Development Bank. (2022). *African Economic Outlook 2022:*

Supporting Climate Resilience and a Just Energy Transition in Africa. Disponível em: https://www.afdb.org/en/documents/african-economic-outlook-2022

Asongu, S. A., & Nwachukwu, J. C. (2018). Comparative human development thresholds for absolute and relative pro-poor mobile banking. *Information Technology for Development*, 24(1), 1–27. Disponível em: https://doi.org/10.1080/02681102.2017.1276032

Perroux, F. (1955). Note sur la notion de pôle de croissance. *Économie Appliquée*, 8(1), 307–320.

Rodríguez-Pose, A. (2018). The revenge of the places that don't matter (and what to do about it). *Cambridge Journal of Regions, Economy and Society*, 11(1), 189–209. Disponível em: https://doi.org/10.1093/cjres/rsx024

United Nations Economic Commission for Africa. (2020). *Promoting SMEs through Regional Value Chains in Africa*. Disponível em: https://repository.uneca.org/handle/10855/43513

ALBA
ISFIC RESEARCH AND SCIENCE JOURNAL

ALBA - ISFIC RESEARCH AND SCIENCE JOURNAL
ISSN PRINT: 3006-2489; ISSN ONLINE: 3006-2470
1ª Ed, Vol. 1, No. 10, Dezembro, 2025
https://alba.ac.mz/index.php/alba/issue/view/13
albaisfic@gmail.com; alba@isfic.ac.mz

10 - 12 | 2025

IMPACTO DA CARGA FISCAL NA SOBREVIVÊNCIA E COMPETITIVIDADE DAS MPMES EM MOÇAMBIQUE

Impact of the tax burden on the survival and competitiveness of MSMEs in Mozambique

Impacto de la carga fiscal en la supervivencia y competitividad de las MIPYMEs en Mozambique

Stélio E. M. Bila[1]

[1]Mestre, USTM, Moçambique, 0009-0004-5084-4727, sbila4@gmail.com

Autor para correspondência: sbila4@gmail.com

Data de recepção: 25-06-2025
Data de aceitação: 01-07-2025
Data da publicação: 10-12-2025

Como citar este Artigo: Bila, S. E. M. (2025). *Impacto da carga fiscal na sobrevivência e competitividade das MPMEs em Moçambique.* ALBA – ISFIC Research and Science Journal, 1(10), pp. 128-143. https://alba.ac.mz/index.php/alba/issue/view/13

RESUMO

Este artigo analisa como a pesada carga tributária afecta a sobrevivência e competitividade das micro, pequenas e médias empresas (MPMEs) em Moçambique. Os fundamentos teóricos da Teoria da Escolha Pública são utilizados para explicar a relação entre os incentivos governamentais e o comportamento empresarial, especialmente em economias de alta informalidade. Identificam-se os principais tributos que oneram as MPMEs recém-criadas (Imposto de Renda, IVA, contribuições sociais, taxas municipais, etc.) e discute-se como isso desestimula a formalização, reduz a eficiência das empresas e estimula a evasão fiscal. Propõem-se políticas públicas como simplificação tributária, isenções fiscais temporárias, incentivo à formalização e facilitação do registo, baseadas nas boas práticas regionais. A comparação com os países da África Austral (Namíbia, África do Sul, Tanzânia, Angola, Zâmbia) destaca as experiências bem-sucedidas como regimes simplificados de imposto sobre facturamento e redução de taxas para as MPMEs. O contexto político-institucional moçambicano (domínio do partido no poder, conflito em Cabo Delgado, limitação do espaço cívico) é considerado para entender a baixa confiança nas instituições. Em suma, a evidência sugere que a combinação de alta carga tributária e a complexidade burocrática é um grande entrave para as MPMEs em Moçambique, exigindo reformas focadas na simplificação, transparência e incentivo à formalização.

Palavras-chave: Carga Tributária, Micro, Pequenas e Médias Empresas (MPMEs), Informalidade Económica, Política Fiscal, Sustentabilidade Empresarial.

ABSTRACT

This article examines how Mozambique's high tax burden impacts the survival and competitiveness of micro, small and medium enterprises (MSMEs). Drawing on Public Choice theory, it explores how government incentives

and bureaucracy shape firm behavior in highly informal economies. The study identifies the main taxes weighing en newly created MSMEs (income tax, VAT, social contributions, municipal fees, etc.) and analyzes how these taxes discourage formalization, reduce efficiency, and encourage tax evasion. It proposes public policy measures such as tax simplification, temporary tax exemptions, formalization incentives and streamlined registration, based on empirical evidence and regional best practices. A comparison with Southern African countries (Namibia, South Africa, Tanzania, Angola, Zambia) highlights successful experiences like turnover-tax regimes and reduced tax rates for SMEs. The political-institutional context in Mozambique (ruling party dominance, Cabo Delgado conflict, restricted civic space) is discussed to explain low public trust. In summary, evidence indicates that Mozambique's heavy and complex tax system significantly hinders MSME development, and reforms are needed to simplify taxation, improve governance and encourage formalization.

Keywords: Tax Burden, Micro, Small and Medium Enterprises (MSMEs), Economic Informality, Fiscal Policy, Business Sustainability.

RESUMEN

Este artículo analiza el impacto de la elevada carga fiscal en la supervivencia y competitividad de las micro, pequeñas y medianas empresas (MPYMEs) en Mozambique. Utilizando la Teoría de la Elección Pública, se explora cómo los incentivos gubernamentales y la burocracia influyen en el comportamiento de las empresas en una economía con alta informalidad. Se identifican los principales tributos que gravan a las MPYMEs recién creadas (impuesto a la renta, IVA, contribuciones sociales, tasas municipales, etc.) y se examina cómo esos impuestos desincentivan la formalización, reducen la eficiencia y aumentan la evasión fiscal. Se proponen políticas públicas como simplificación tributaria, exenciones fiscales temporales, incentivos a la formalización y facilidades en el registro, basadas en evidencia empírica y buenas prácticas regionales. La comparación con países del sur de África (Namibia, Sudáfrica, Tanzania, Angola, Zambia) destaca experiencias exitosas, como regímenes simplificados de impuesto sobre la facturación y reducción de tasas para las PYMEs. Se contextualiza el fenómeno en el entorno político-institucional de Mozambique (dominancia del partido gobernante, conflicto en Cabo Delgado, espacio cívico restringido). En síntesis, la evidencia sugiere que la alta carga tributaria y la complejidad burocrática son grandes obstáculos para las MPYMEs en Mozambique, requiriéndose reformas enfocadas en la simplificación, transparencia e incentivo a la formalización.

Palabras clave: Carga Fiscal, Micro, Pequeñas y Medianas Empresas (MIPYMEs), Informalidad Económica, Política Fiscal, Sostenibilidad Empresarial.

1. INTRODUÇÃO

As Micro, Pequenas e Médias Empresas (MPMEs) são cruciais para a economia de Moçambique. Contribuem com cerca de 44% da receita fiscal total do país, valor de 2021, segundo Miguel, P. J. (2025) e respondem pela maior parte dos empregos formais na economia. Porém, a maioria da economia moçambicana é informal (estima-se que mais de 80% do emprego está no sector informal), segundo o Banco Mundial. (2021), o que limita a base tributária e a capacidade de arrecadação. Nesse contexto, a carga fiscal sobre as MPMEs torna-se um factor determinante da sua sobrevivência e

ALBA - ISFIC RESEARCH AND SCIENCE JOURNAL
ISSN PRINT: 3006-2489; ISSN ONLINE: 3006-2470
1ª Ed, Vol. 1, No. 10, Dezembro, 2025
https://alba.ac.mz/index.php/alba/issue/view/13
albaisfic@gmail.com; alba@isfic.ac.mz

competitividade. Estudos mostram que a informalidade e a evasão são agravadas por uma carga tributária elevada e pela complexidade do sistema tributário (Miguel, P. J.; 2025). A Teoria da Escolha Pública sugere que os governos ajustam os impostos visando os seus próprios objectivos (por exemplo, financiamento de gastos públicos ou reeleição) e que, se os cidadãos percebem desperdício ou corrupção, a sua disposição em pagar impostos diminui (EconStor; 2024). Este artigo investiga como esses factores se manifestam no caso moçambicano, avalia os tributos mais onerosos para as novas MPMEs, e propõe políticas públicas inspiradas em experiências regionais bem-sucedidas.

1.2. Quadro Teórico e Revisão da Literatura

Segundo a Teoria da Escolha Pública, políticos e burocratas são agentes racionais que buscam maximizar o seu interesse (poder, renda, reeleição, etc.) ao definir impostos e gastos públicos (EconStor; 2024). Nessa visão, tanto o sector formal quanto o informal são resultado de decisões individuais visando utilidade própria. Por exemplo, Pommerehne et al. (1994) demonstram que a evasão fiscal tende a ser maior quando há grande diferença entre o nível ideal de bens públicos para o cidadão e o nível efectivamente oferecido, além de estar positivamente correlacionada a níveis passados de desperdício governamental. Wintrobe (2001) complementa que, em economias onde falta confiança no governo, os cidadãos só pagam impostos voluntariamente se acreditarem que receberão serviços públicos prometidos. Na prática, isso significa que um sistema tributário complexo, mal gerido ou percebido como injusto incentiva o empresário a ficar na informalidade ou a evadir impostos. Em economias africanas, onde o sector informal chega a dominar a economia, a escolha entre permanecer informal (sem pagar tributos) e formalizar-se depende da *trade-off* entre custos e benefícios da formalização (Pommerehne et al.; 1994).

A literatura indica que os regimes fiscais discriminatórios, procedimentos longos para registro e fiscalização débil alimentam a informalidade. Djankov et al. (2002) chamaram de *"visão da praça de pedágio"* a ideia de que procedimentos burocráticos prolongados facilitam a cobrança de subornos e dissuadem a formalização. Além disso, países de baixa institucionalidade tendem a mostrar maior informalidade e evasão fiscal, pois os empresários optam pela informalidade para escapar de custos altos e corrupção (EconStor; 2024). Em suma, as motivações para permanecer informal incluem evitar tributos elevados, exigências regulatórias e custos de conformidade, especialmente

quando o empresário percebe que os tributos pagos não retornam em serviços públicos de qualidade.

2. MATERIAIS E MÉTODOS

2.1. Metodologia

Este estudo adoptou uma abordagem metodológica *qualitativa e quantitativa*, de natureza *descritiva e analítica*, com base em dados secundários, a fim de investigar os efeitos da carga fiscal na sobrevivência e competitividade das Micro, Pequenas e Médias Empresas (MPMEs) em Moçambique. A investigação incorporou também uma análise comparativa regional, com os países da Comunidade para o Desenvolvimento da África Austral (SADC), nomeadamente África do Sul, Namíbia, Angola e Tanzânia, a fim de contextualizar o caso moçambicano no âmbito de práticas e políticas fiscais similares.

2.2. Amostragem e Critérios de Selecção

Por tratar-se de um estudo baseado em dados secundários, a amostra correspondeu a um conjunto de indicadores macroeconómicos, fiscais e empresariais, colectados de fontes institucionais confiáveis. Os critérios de selecção incluíram:

- A disponibilidade de dados consistentes e actualizados (preferencialmente entre 2005 e 2024);
- A relevância para os objectivos da pesquisa, com foco em carga tributária, informalidade, tempo de abertura de empresas, alíquota de IVA e dados sobre MPMEs;
- A comparabilidade entre Moçambique e os quatro países da SADC seleccionados.

2.3. Procedimentos e Instrumentos

Os dados foram obtidos de plataformas multilaterais como o Banco Mundial, OCDE, FMI, ILOSTAT e Doing Business, além de publicações nacionais, como relatórios do Governo de Moçambique, INE, AT, PwC, e revistas académicas (ex. ALBA, EconStor). O estudo incluiu ainda revisão bibliográfica especializada em economia do sector informal, carga tributária, teorias fiscais e sobrevivência empresarial.

Foram utilizados indicadores estatísticos para análise de:

- Carga tributária (% do PIB);
- Taxa de informalidade (% da população activa);
- Número de MPMEs formais registradas;
- Alíquota padrão do IVA;

ALBA - ISFIC RESEARCH AND SCIENCE JOURNAL
ISSN PRINT: 3006-2489; ISSN ONLINE: 3006-2470
1ª Ed, Vol. 1, No. 10, Dezembro, 2025
https://alba.ac.mz/index.php/alba/issue/view/13
albaisfic@gmail.com; alba@isfic.ac.mz

- Tempo médio (em dias) para abertura formal de empresas.

2.4. Colecta de Dados

A colecta de dados foi conduzida entre março e maio de 2025, exclusivamente por meio de fontes secundárias *online* e bancos de dados públicos. As informações foram sistematizadas em planilhas eletrónicas (*Excel e CSV*), possibilitando o tratamento estatístico básico e a visualização gráfica em *software* como *Microsoft Excel* e *Power BI*. Todas as fontes utilizadas foram devidamente referenciadas com data e hora de acesso.

2.5. Validação e Análise de Dados

Os dados passaram por uma triagem para remoção de inconsistências, duplicações e dados incompletos. As análises incluíram:

- *Estatística descritiva* (médias, desvios padrão, frequências);
- *Gráficos comparativos de barras e linhas temporais*, para facilitar a interpretação regional;
- *Análise documental e teórica*, com ênfase na Teoria da Escolha Pública, que auxiliou na interpretação qualitativa dos resultados.

A análise combinou evidências empíricas e teóricas, proporcionando robustez à interpretação dos factores que impactam a formalização e competitividade das MPMEs moçambicanas diante da carga fiscal.

2.6. Padrões Éticos

O estudo respeitou integralmente os padrões éticos e legais aplicáveis à investigação científica com dados secundários. Por não envolver entrevistas, experimentações ou manipulação de dados pessoais, não foi necessária a submissão a comitê de ética. Todas as fontes foram consultadas de forma transparente, e os dados utilizados são de domínio público e acesso aberto.

3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

3. 1. Tributos que oneram as MPMEs moçambicanas

Em Moçambique, as novas MPMEs enfrentam um sistema tributário complexo e multifacetado. Na fase inicial, geralmente incidem sobre elas os seguintes tributos e encargos (não exaustivamente):

• Imposto sobre o Rendimento (IRPC/IRPS): As epresas pagam o Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Colectivas (IRPC) e trabalhadores, Imposto sobre o Rendimento de Pessoas Singulares (IRPS). A alíquota padrão do IRPC é de 32% (antes de reduções temporárias) sobre lucros (CTA; 2022), o que pode inviabilizar empresas com margens baixas. As PMEs também suportam retenções

na fonte (retenções de 3% a 20%) em pagamentos a terceiros, aumentando os custos operacionais;

• Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA): Embora os pequenos negócios possam permanecer abaixo do limiar de 3 milhões MZN para registro de IVA, muitos pagam impostos à taxa padrão de 17% ao optarem pelo regime normal ou ao ultrapassarem os limites. O controlo do fluxo de caixa do IVA (colecta vs crédito) pode gerar carga efectiva maior em sectores onde os grandes clientes não conseguem recuperar o crédito, tornando o imposto regressivo. Além disso, há obrigações de reporte eletrónico e de manutenção de facturas, o que eleva os custos administrativos;

• Imposto Único sobre o Rendimento (IUR): Para as microempresas e autônomos é aplicado um regime simplificado presumptivo (IUR) com alíquotas fixas ou tabelas percentuais sobre facturamento ou renda presumida. Embora concebido para facilitar a tributação, na prática o IUR pode ser desfavorável para as empresas que ainda não geram lucro real suficiente, sobretudo porque não permite deduzir custos reais e exige pagamento mínimo anual, pesando mais proporcionalmente quanto menor a empresa. As regras de enquadramento e as frequentes alterações nas faixas de facturamento (por exemplo, o Decreto-Lei 1/2022 que redefiniu classificações) criam incerteza para o empreendedor;

• Contribuições sociais (INSS): Ao contratar empregados, a MPME deve recolher contribuições para a Segurança Social (INSS) de cerca de 7,5% do salário do empregado (alíquota patronal). Considerando que poucas empresas iniciantes conseguem absorver mão-de-obra formal, esse encargo eleva os custos trabalhistas. Além disso, alguns empreendedores informais enfrentam contribuições obrigatórias se usam a mão de obra própria (independentemente de gerarem folha formal);

• Impostos e taxas municipais: Incluem o Imposto Predial Urbano (IPU) sobre posse de bens imóveis (pode chegar até 0,5% do valor venal), taxas de licença municipal (por exemplo, licença de actividade comercial) e a Contribuição às Associações de Pequenos Produtores (para alguns sectores). Em alguns sectores, há impostos especiais (como do tabaco, álcool, combustível) que encarecem os insumos. Tudo isso pressiona o capital de giro das MPMEs;

• Encargos adicionais: Em certos distritos é exigido cadastro local (ex.: GAZEDA - recolha fundiária em Zonas Francas), bem como pagamento de taxas de serviços (como inspeção sanitária, licenças ambientais). Uma lista de tributos além do Orçamento Geral do Estado, mencionada em relatório da CTA,

ALBA - ISFIC RESEARCH AND SCIENCE JOURNAL
ISSN PRINT: 3006-2489; ISSN ONLINE: 3006-2470
1ª Ed, Vol. 1, No. 10, Dezembro, 2025
https://alba.ac.mz/index.php/alba/issue/view/13
albaisfic@gmail.com; alba@isfic.ac.mz

revela uma espécie de *"orçamento sectorial"* paralelo, onde cada sector impõe os seus próprios encargos sem coordenação central (CTA; 2022).

Em conjunto, esses tributos consomem parcela elevada das receitas das novas MPMEs. A CTA concluiu que a carga tributária efectiva de 36,1% do valor adicionado empresarial em Moçambique é acima da média de países em desenvolvimento e próxima do ponto máximo da curva de *Laffer* (36,67%) (CTA; 2022). Passar a esse limite de 43% tornaria a lucratividade nula, inviabilizando o investimento privado. Além disso, apenas 19,3% da população são contribuintes formais, revelando uma base tributária restrita e maior pressão sobre essas empresas para sustentar o orçamento público. Em suma, a estrutura fragmentada do sistema (federalização de tributos) e as altas alíquotas transformam os impostos em obstáculos directos à iniciativa privada.

3.2. Carga fiscal, formalização, eficiência e evasão

A elevada carga fiscal influencia criticamente a decisão de formalização das MPMEs. O incentivo a permanecer informal aumenta quando o empresário percebe que formalizar-se implicará custos tributários e burocráticos maiores do que os benefícios. Estudos de campo mostram que os empresários frequentemente citam *"medo de impostos"* como razão para não se registrarem formalmente (TICGL; 2024). Em uma pesquisa com empreendedores na Tanzânia, 22% disseram que *"temer a tributação governamental"* era um motivo para ficarem na informalidade. Além disso, 16% apontaram *"altos impostos"* como entrave maior à formalização. Embora esse estudo seja em outro país da região, reflecte um padrão comum: a formalização exige cumprimento de múltiplos tributos (IR, IVA, INSS, etc.), registo em órgãos diversos e relatórios, o que onera o caixa inicial da empresa.

No caso moçambicano, a complexidade e o custo de conformidade também são apontados como barreiras. Massarongo (2020) observa que a burocracia e os altos custos de formalização fazem com que muitas PMEs continuem informais. A falta de capacidade administrativa e contábil nas microempresas intensifica o problema: sem quadros e sistemas adequados, muitas simplesmente não conseguem compreender ou pagar correctamente os tributos. Isso gera dois efeitos negativos: primeiro, retira da economia formal empresas capazes de gerar receita pública; segundo, o Estado arrecada pouco, pressionando por novos impostos sobre quem já cumpre as suas obrigações.

Por outro lado, a existência de um vasto sector informal favorece a concorrência desleal: empresas informais podem vender a preços menores porque não repassam custos fiscais. O *Enterprise Survey* de 2018 para Moçambique constatou que as empresas formais consideram a concorrência informal um dos três principais obstáculos às suas operações e produtividade (BM; 2021). Ou seja, a carga tributária pesada e a baixa fiscalização de informais acabam *"crowdando"* o sector formal, reduzindo a sua margem de lucro e capacidade de investir em melhorias.

A Teoria da Escolha Pública oferece uma outra perspectiva: ela sugere que o nível de evasão fiscal está ligado à confiança na gestão dos recursos públicos (ECONSTOR; s/d). Se os empresários percebem que grande parte dos impostos é desperdiçada ou capturada pela corrupção, a sua propensão a não declarar correctamente os lucros aumenta. Wintrobe (2001) ilustra isso ao afirmar que, na ausência de confiança na honestidade governamental, os cidadãos racionais tenderiam a evitar pagar impostos (ECONSTOR; s/d). Em Moçambique, onde as investigações apontam a corrupção endêmica nas instituições públicas, esse factor não pode ser ignorado. De facto, a pesquisa do UNDP em 2023 nota que a corrupção institucional *"complica ainda mais o ambiente de trabalho"* das empresas informais (UNDP; 2024). Em suma, além do peso puro dos impostos, a percepção de má gestão pública e a falta de transparência alimentam a evasão e a permanência na informalidade.

Em termos de eficiência empresarial, os tributos elevados reduzem o fluxo de caixa disponível para reinvestimento e contratação. Conforme o economista *John Steytler* comentou sobre reformas na Namíbia, *"menos impostos = maior fluxo de caixa para pequenas empresas → mais reinvestimento, contratação e crescimento"* (Accounting Weekly; 2024). O contrário também vale: uma carga tributária alta diminui o fôlego financeiro das MPMEs, levando muitas a limitar a produção, evitar crescimento ou mesmo fechar as portas. A CTA alerta que a carga tributária actual está tão próxima do ponto de rendibilidade zero que qualquer aumento ameaça inviabilizar os negócios (CTA; 2022).

Indicadores Económicos: Moçambique, África do Sul, Namíbia, Angola e Tanzânia (2005–2024)

A análise comparativa abaixo confirma que, apesar de Moçambique apresentar um desempenho relativamente favorável em termos de tempo para formalização, a sua

ALBA - ISFIC RESEARCH AND SCIENCE JOURNAL
ISSN PRINT: 3006-2489; ISSN ONLINE: 3006-2470
1ª Ed, Vol. 1, No. 10, Dezembro, 2025
https://alba.ac.mz/index.php/alba/issue/view/13
albaisfic@gmail.com; alba@isfic.ac.mz

carga tributária encontra-se entre as mais elevadas da região, ao mesmo tempo em que convive com elevados níveis de informalidade e uma base de MPMEs ainda frágil. Esses elementos combinados reforçam a necessidade de políticas fiscais diferenciadas e sensíveis à realidade do empreendedorismo de pequena escala, promovendo a simplificação tributária, a redução do custo de conformidade e a criação de incentivos eficazes para a formalização sustentável do sector. O quadro comparativo desses indicadores, apresentado na tabela infra, sintetiza os contrastes entre os países seleccionados da SADC, contribuindo para o diagnóstico das barreiras fiscais e institucionais que afectam a sobrevivência e competitividade das MPMEs na região:

Tabela 1: Indicadores Económicos (2005–2024)

País	Carga Trib. (%PIB)	Informalidade (%)	IVA (%)	Tempo p/ empresa (dias)
Moçambique	21,8 (2022)	*Não disponível*	16%	17
África do Sul	27,1 (2022)	~40%	15%	40
Namíbia	19,7 (2022)	56% (2018)	15%	54
Angola	~17 (2022)	84% (2011)	14%	36
Tanzânia	~15 (2021)	72% (2023)	18%	30

A análise de indicadores comparativos da região da África Austral oferece uma base empírica essencial para compreender o ambiente tributário e os desafios enfrentados pelas MPMEs em Moçambique. Quando se observa a carga tributária como proporção do PIB, verifica-se que a África do Sul apresenta o maior nível do grupo analisado, com aproximadamente 27,1% em 2022, seguida por Moçambique, com cerca de 21,8% no mesmo ano (OCDE, 2024). Namíbia e Angola exibem níveis mais baixos, na ordem de 19,7% e 17%, respectivamente, enquanto a Tanzânia apresenta uma carga estimada de cerca de 15%. Esses números reflectem diferenças significativas nos modelos de arrecadação e na capacidade de mobilização fiscal de cada país, influenciadas pela estrutura económica e pela eficiência institucional (OCDE, 2024; FMI, 2023).

Paralelamente, a elevada taxa de informalidade laboral constitui um dos principais obstáculos à ampliação da base tributária e à formalização das MPMEs. Dados recentes estimam que a informalidade atinge cerca de 84% da população economicamente activa em Angola (2011), 72% na Tanzânia (2023) e 56% na Namíbia

(2018), enquanto na África do Sul essa taxa é consideravelmente menor, situando-se em torno de 40% (TheGlobalEconomy.com, 2024; ILOSTAT, 2023). Embora Moçambique careça de dados actualizados e sistematizados, diversas fontes convergem para estimativas igualmente elevadas, revelando um ambiente em que a informalidade predomina, especialmente entre os empreendedores de pequena escala. Este quadro revela fragilidades institucionais comuns na região, como a complexidade dos sistemas fiscais, os custos de conformidade e as barreiras administrativas para o registro formal das actividades económico-produtivas.

No que diz respeito ao número de MPMEs formalmente registradas, os dados disponíveis são limitados, mas ilustrativos. Em Moçambique, estimativas recentes indicam a existência de cerca de 97 mil MPMEs formais, o que representa aproximadamente 97% das 100 mil empresas oficialmente registradas (360mozambique.com, 2024). Enquanto isso, na África do Sul, o cenário é mais robusto, com cerca de 790 mil MPMEs formais activas em 2022, correspondendo a cerca de 29,5% do total estimado de 2,68 milhões de MPMEs, o que evidencia um sector mais amadurecido em termos de formalização (SEDA, 2023). Nas demais economias analisadas, a ausência de estatísticas consolidadas reflecte tanto a fragilidade dos mecanismos de registo empresarial quanto a predominância de operações informais, dificultando a formulação de políticas fiscais inclusivas e baseadas em evidência.

A comparação das alíquotas padrão do IVA revela certa homogeneidade normativa, com variações moderadas. Em 2024, Moçambique adoptava uma alíquota padrão de 16%, enquanto a África do Sul e Namíbia aplicavam 15%, Angola 14%, e a Tanzânia se destacava com 18% (PwC, 2024; SARS, 2025). Embora os valores sejam próximos, a carga efectiva para as MPMEs pode diferir significativamente em função de isenções específicas, regimes simplificados e capacidade de gestão contábil. A carga do IVA, particularmente em sectores com baixa margem de lucro e grande rotatividade, pode ser desproporcionalmente onerosa para as pequenas empresas, influenciando negativamente a sua sustentabilidade formal.

Outro indicador relevante diz respeito ao tempo médio necessário para formalizar uma empresa. Segundo os dados mais recentes do Banco Mundial (Doing Business, 2020), Moçambique apresenta o processo mais ágil entre os países analisados, com uma média de 17 dias. Em contrapartida, Namíbia requer em média 54 dias, Angola 36 dias, Tanzânia 30 dias e África do Sul 40 dias. Este dado é

ALBA - ISFIC RESEARCH AND SCIENCE JOURNAL
ISSN PRINT: 3006-2489; ISSN ONLINE: 3006-2470
1ª Ed, Vol. 1, No. 10, Dezembro, 2025
https://alba.ac.mz/index.php/alba/issue/view/13
albaisfic@gmail.com; alba@isfic.ac.mz

relevante para ilustrar os obstáculos burocráticos e os custos de transação enfrentados pelos empreendedores no momento da entrada no mercado formal. Quanto maior o tempo e a complexidade do processo, menor é a atractividade da formalização, especialmente para os pequenos negócios com baixa capacidade de gestão e recursos limitados.

3.3. Comparações regionais (África Austral)

Em países vizinhos, as políticas para aliviar as MPMEs variam em eficácia. Na África do Sul, há um regime simplificado chamado *Turnover Tax* para empresas com facturamento de até *R$ 1 milhão/ano* (SARS; 2025). Nesse sistema, a empresa paga um único tributo calculado sobre a receita, substituindo o IVA (se a empresa optar), imposto de renda, imposto sobre ganhos de capital e outros encargos. Esse mecanismo reduz consideravelmente as obrigações acessórias de microempresas e é complementado por alíquotas progressivas do IR para *"Small Business Corporations"*. Na Namíbia, recentes reformas reduziram a alíquota normal de imposto corporativo (de 31% para 28% até 2026) e aumentaram o limiar de IVA para 1 milhão de dólares namibianos (AccountingWeekly; 2024), além de dar às MPMEs qualificadas uma taxa de 20% (idêntica às Zonas Económicas Especiais). Essas medidas visam aumentar o fluxo de caixa e ampliar a base de contribuintes. De facto, analistas apontam que menor tributação das MPMEs pode levar a maior reinvestimento e crescimento do sector privado.

Na Tanzânia, observam-se esforços híbridos: foi introduzida uma forma de *turnover tax* e há incentivos pontuais para formalização (como redução de taxas para pequenas propriedades agrícolas). Uma pesquisa local mostrou que 38% dos pequenos empresários apoiam cortes de impostos para formalização, e 31% pedem simplificação no registo (TICGL; 2024), o que sinaliza demanda por reformas tributárias. Na Zâmbia e Angola, o cenário é distinto: embora também haja regimes presumptivos para as pequenas empresas, ambos os países enfrentam volatilidade económica e alta inflação (no caso angolano) que diluem os efeitos de incentivos. Por exemplo, em Angola o imposto sobre rendimentos corporativos é de 25% e a volatilidade do kwanza compromete a estabilidade fiscal (PwC; 2024).

Essas diferenças regionais sugerem que não existe solução única: cada país ajusta políticas ao seu contexto institucional. Contudo, países como Namíbia e África do Sul demonstram que reduzir formalmente a carga sobre as pequenas empresas e facilitar o cumprimento

pode estimular a formalização e competitividade. Uma lista de práticas consideradas *"boas práticas"* inclui: *(i)* regimes de imposto único simplificado (como *Turnover Tax* na África do Sul); *(ii)* limiares elevados de registo para tributos indirectos; *(iii)* isenções temporárias para os novos empreendimentos; *(iv)* abertura de janelas de amnistia fiscal (Namíbia); *(v)* balcões únicos de registo (implementados parcialmente em Moçambique e Maláwi), segundo o UNDP (2024). A implementação e os resultados variam, mas a lição comum é que aliviar a carga inicial de MPMEs pode aumentar a arrecadação a longo prazo, à medida que mais empresas formalizam e crescem.

6. Contexto político-institucional moçambicano

O ambiente político de Moçambique influencia directamente a questão fiscal. Desde 1992, o partido FRELIMO domina o cenário político (tanto executivo quanto legislativo) (WB; 2024). Nas eleições de 2024, o candidato da FRELIMO venceu com ampla margem, mas o processo foi contestado, gerando instabilidade social temporária. Ademais, após décadas de tensão com o antigo partido da oposição (RENAMO), surgiu nessa altura o partido PODEMOS como uma nova voz na oposição, reflexo de mudança lenta na representação política. Em 2023, relatórios internacionais classificaram o espaço cívico moçambicano como *"obstruído"* pela *CIVICUS Monitor* e o país como *"parcialmente livre"* ou até *"autoritário"* em termos de democracia. Esse quadro afecta a confiança dos empresários: quando a sociedade civil vê limitações de participação, tende a desconfiar da alocação de recursos públicos.

O conflito armado em Cabo Delgado (iniciado em 2017) também afectou o tecido empresarial regional. Ao longo do conflito, cerca de 580 mil pessoas foram deslocadas e houve destruição significativa de infraestrutura na província norte. Muitos pequenos empresários em Cabo Delgado perderam os seus negócios ou recursos, tornando ainda mais difícil a sua transição para a formalidade. O governo estabeleceu um Plano de Reconstrução (PREDIN) para as três províncias do Norte (WB; 2024), mas a sua implementação tem sido lenta. Assim, o esforço de extensão de programas de formalização para as áreas afectadas pela violência exige estabilização política e segurança.

Em nível institucional, a arrecadação fiscal está pressionada por uma conjuntura de endividamento público elevado e limitada confiança externa. O Serviço de Gestão da Dívida de Moçambique alerta para restrições de financiamento devido a risco de alto

ALBA - ISFIC RESEARCH AND SCIENCE JOURNAL
ISSN PRINT: 3006-2489; ISSN ONLINE: 3006-2470
1ª Ed, Vol. 1, No. 10, Dezembro, 2025
https://alba.ac.mz/index.php/alba/issue/view/13
albaisfic@gmail.com; alba@isfic.ac.mz

endividamento. O *World Bank* (2024) observou que em 2024 apenas 8% da receita tributária sobrava após o pagamento de folhas salariais e juros da dívida (restante 92% foi consumido), deixando quase nenhum recurso para investimentos. Nesse cenário de fragilidade fiscal, o governo tende a exigir mais dos contribuintes formais. No entanto, o sistema de controlo e arrecadação ainda convive com denúncias de ineficiência e corrupção, o que, como a Teoria da Escolha Pública prevê, reduz a disposição de cumprir os tributos (UNDP; 2024).

Por fim, os programas de desenvolvimento aprovados por doadores (por ex. CIP, Fundo Monetário) exigem metas fiscais que podem recair sobre as MPMEs. Mesmo pressionado a ampliar a base tributária, o governo moçambicano precisa equilibrar o aumento de receita com o incentivo à formalização para não asfixiar o sector privado. Portanto, qualquer estratégia fiscal deve considerar o contexto político, buscando ganhos de legitimidade via maior transparência e participação dos empresários no diálogo fiscal.

4. CONCLUSÃO E RECOMENDAÇÕES

4.1. Conclusões

A análise realizada indica que a elevada carga tributária e a complexidade das obrigações fiscais são barreiras centrais à sobrevivência e competitividade das MPMEs em Moçambique. Estudos e dados recentes confirmam que as pequenas empresas contribuem significativamente para a arrecadação (cerca de 43% em 2021 na cidade de Maputo), mas estão longe de alcançar o seu potencial de crescimento devido às dificuldades tributárias. Inspirados pela Teoria da Escolha Pública, conclui-se que sem confiança na gestão do Estado e sem contrapartidas visíveis, muitos empreendedores preferem permanecer informais e evitar custos fiscais elevados (EconStor; 2024). Simultaneamente, as MPMEs formais enfrentam concorrência injusta de empresas informais que evitam tributos, criando um círculo vicioso que retarda o desenvolvimento do sector.

As evidências sugerem que as políticas de alívio fiscal poderiam quebrar esse ciclo. Medidas como a simplificação tributária (STR), isenções iniciais e ampliação de limites de registo não só reduziriam os custos imediatos às MPMEs, como também podiam ampliar a base tributária no médio prazo, ao atrair empresas informais para o sector formal. As comparações regionais mostram que países como Namíbia e África do Sul obtêm efeitos positivos ao oferecer tratamento especial às pequenas empresas (imposto único, taxas reduzidas)

(AccountingWeekly; 2024). Moçambique deve adaptar essas lições à sua realidade: simplificar processos, reduzir encargos iniciais e reforçar a governação fiscal, para que os empresários vejam valor em contribuir.

Finalmente, por se tratar de política tributária, muitas decisões dependem de vontade política e de compromissos institucionais. O ambiente moçambicano actual requer que as reformas fiscais façam parte de um pacote mais amplo de reformas económicas e sociais. Ao combinar incentivos positivos (crédito, capacitação) com um sistema tributário mais justo, o país pode fortalecer as suas MPMEs, fundamentais para a geração de emprego e dinamização do mercado interno. Em síntese, aliviar a carga fiscal sobre as MPMEs recém-criadas, aliado a melhorias institucionais, é condição necessária para promover o empreendedorismo formal e o crescimento económico sustentável em Moçambique.

4.2. Recomendações

- *Simplificação Tributária:* Implementar regime simplificado (como imposto único sobre facturamento) para as MPMEs, substituindo tributos complexos e reduzindo obrigações acessórias;
- *Isenções Fiscais Temporárias:* Conceder *"férias fiscais"* nos primeiros anos de actividade para as empresas recém-criadas, permitindo acúmulo de capital e estabilidade inicial;
- *Revisão do Limite de IVA:* Aumentar o limiar de facturamento para a obrigatoriedade de inscrição no IVA, aliviando os micro e pequenos empreendedores de encargos precoces;
- *Facilitação da Formalização:* Criar balcão único digital, integrar cadastros fiscais e previdenciários, simplificar processos e promover campanhas de educação fiscal;
- *Incentivos Complementares:* Oferecer acesso a crédito, capacitação e benefícios não-fiscais para as empresas formalizadas, tornando a formalidade mais vantajosa e atractiva;
- *Melhoria da Governança Fiscal:* Aumentar a transparência, reduzir burocracia e combater a corrupção para reforçar a confiança dos contribuintes e estimular o cumprimento voluntário.

ALBA - ISFIC RESEARCH AND SCIENCE JOURNAL
ISSN PRINT: 3006-2489; ISSN ONLINE: 3006-2470
1ª Ed, Vol. 1, No. 10, Dezembro, 2025
https://alba.ac.mz/index.php/alba/issue/view/13
albaisfic@gmail.com; alba@isfic.ac.mz

5. REFERENCIAS BIBLIOGRÁFICAS

360 Mozambique. (2024). *Parliament approves law to strengthen national MSMEs*. Disponível em: https://360mozambique.com/economy/smes/parliament-approves-law-to-strengthen-national-msmes/

Accounting Weekly. (2024). *Namibia increases VAT threshold to N$1 million*. Disponível em: https://www.accountingweekly.com/namibia-increases-vat-threshold-to-n1-million/

Autoridade Tributária de Moçambique. (2022, 23 de março). *Em 2021, Pequenas e Médias Empresas contribuíram com 43,48% da receita fiscal total*. Ministério da Economia e Finanças. https://mef.gov.mz/index.php/imprensa/noticias/644-em-2021-pequenas-e-medias-empresas-contribuiram-com-43-48-da-receita-fiscal-total

Banco Mundial. (2018). *Mozambique Enterprise Survey*. Disponível em: https://documents1.worldbank.org/curated/en/099559003092327850/pdf/IDU0e15297f30e50e04e050b25c0071917a72e9e.pdf

Banco Mundial. (2019). *Doing Business em Moçambique 2019*. Disponível em: https://documents1.worldbank.org/curated/en/127761559754224174/pdf/Doing-Business-in-Mozambique-2019.pdf

Banco Mundial. (2020). *Doing Business 2020*. Disponível em: https://archive.doingbusiness.org/en/reports/global-reports/doing-business-2020

Banco Mundial. (2021). *Informal Firms in Mozambique: Status and Potential*. Disponível em: https://documents1.worldbank.org/curated/en/099825511222134264/pdf/P1752260c7c7a20d609a8d0e2f6f73a2b2c.pdf

CTA – Confederação das Associações Económicas de Moçambique. (2022). *Regime jurídico dos contratos comerciais*. Disponível em: https://cta.org.mz/wp-content/uploads/pdf/Regime-Juridico-dos-Contratos-Comerciais-RD-29-03-2020.pdf

EconStor. (n.d.). *Public finance and fiscal choices in developing economies*. Disponível em: https://www.econstor.eu

Frey, B. S., & Torgler, B. (2007). *Tax morale and conditional cooperation*. Journal of Comparative Economics, 35(1), 136–159. Disponível em: https://doi.org/10.1016/j.jce.2006.10.006

FMI – Fundo Monetário Internacional. (2023). *Perspectivas Económicas Regionais do FMI para a África Subsariana*. Disponível em: https://www.imf.org/pt/News/Articles/2023/04/14/pr23119-sub-saharan-africa-regional-economic-outlook-the-big-funding-squeeze

ILOSTAT. (2023). *Labour statistics database*. Disponível em: https://ilostat.ilo.org/data/

Massarongo, A. (2020). *A burocracia e os altos custos de formalização fazem com que muitas PMEs continuem informais*. Revista ALBA – ISFIC.

Miguel, P. J. (2025). *O contributo das PMEs nas receitas fiscais em Moçambique: O caso das PME's da cidade de Maputo (2019–2021)*. Revista ALBA – ISFIC, 1(6), 9–20. Disponível em: https://www.alba.ac.mz/index.php/alba/article/view/299

OCDE. (2024). *Índice de políticas para PMEs: América Latina e o Caribe 2024*. Disponível em: https://www.oecd.org/content/dam/oecd/pt/publications/reports/2024/07/sme-policy-index-latin-

america-and-the-caribbean-2024_d0ab1c40/fd161d9a-pt.pdf

Pommerehne, W. W., Hart, A., & Frey, B. S. (1994). *Tax morale, tax evasion and the choice of policy instruments in different political systems*. Public Finance, 49(Supplement), 52–69. Disponível em: https://econpapers.repec.org/RePEc:pfi:pubfin:v:49:y:1994:i:supplement:p:52-69

PricewaterhouseCoopers (PwC). (2024). *VAT rates worldwide*. Disponível em: https://taxsummaries.pwc.com/quick-charts/value-added-tax-vat-rates

SARS – South African Revenue Service. (2025). *Turnover tax and VAT in South Africa*. Disponível em: https://payproglobal.com/pt/imposto-sobre-vendas-de-saas/africa-do-sul/

SEDA – Small Enterprise Development Agency. (2023). *Research Publications*. Disponível em: https://www.seda.org.za/Publications/Pages/Research-Publications.aspx

Tanzania Institute of Corporate Governance and Leadership (TICGL). (2024). *Informal employment in Africa*. Disponível em: https://www.theglobaleconomy.com/rankings/informal_employment/Africa/

TheGlobalEconomy.com. (2024). *Informal economy, DGE method in Africa*. Disponível em: https://www.theglobaleconomy.com/rankings/informal_economy_dge/Africa/

UNDP – Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento. (2023). *Relatório de Desenvolvimento Humano 2023/2024*. Disponível em: https://hdr.undp.org/system/files/documents/global-report-document/hdr2023-24reportpt.pdf

Wintrobe, R. (2001). *Tax evasion and trust*. Public Choice, 107(3–4), 295–316. Disponível em: https://ideas.repec.org/p/uwo/uwowop/200111.html

ALBA
ISFIC RESEARCH AND SCIENCE JOURNAL

ALBA - ISFIC RESEARCH AND SCIENCE JOURNAL
ISSN PRINT: 3006-2489; ISSN ONLINE: 3006-2470
1ª Ed, Vol. 1, No. 10, Dezembro, 2025
https://alba.ac.mz/index.php/alba/issue/view/13
albaisfic@gmail.com; alba@isfic.ac.mz

10 - 12 | 2025

FORMALIZAR PARA CRESCER? UMA ABORDAGEM EMPÍRICO-INSTITUCIONAL SOBRE MPMES E O DESENVOLVIMENTO EMPRESARIAL EM MOÇAMBIQUE

Formalize to Grow? An Empirical-Institutional Approach to MSMEs and Business Development in Mozambique

Formalizar para Crecer? Un Enfoque Empírico-Institucional sobre las MIPYMES y el Desarrollo Empresarial en Mozambique

Stélio E. M. Bila[1]

[1]Mestre, USTM, Moçambique, 0009-0004-5084-4727, sbila4@gmail.com

Autor para correspondência: sbila4@gmail.com

Data de recepção: 25-06-2025
Data de aceitação: 01-07-2025
Data da publicação: 10-12-2025

Como citar este Artigo: Bila, S. E. M. (2025). *Formalizar para crescer? Uma abordagem empírico-institucional sobre MPMEs e o desenvolvimento empresarial em Moçambique.* ALBA – ISFIC Research and Science Journal, 1(10), pp. 144-157. https://alba.ac.mz/index.php/alba/issue/view/13

RESUMO

Em Moçambique, cerca de 90% das micro, pequenas e médias empresas (MPMEs) operam na informalidade, um cenário que levanta questões críticas sobre os efeitos reais da formalização na produtividade e competitividade empresarial. Este estudo, ancorado na Teoria Institucional, faz uma revisão a literatura recente sobre a formalização de negócios e apresenta evidências empíricas colhidas por meio de entrevistas semiestruturadas com artesãos em Maputo e líderes de cooperativas em Cabo Delgado. Os dados qualitativos são triangulados com estatísticas robustas de fontes como o Banco Mundial e relatórios nacionais. Entre os principais obstáculos à formalização estão a burocracia excessiva, os custos elevados de registo e a percepção generalizada de que os benefícios oferecidos pelo Estado são insuficientes. Constatou-se que os ganhos da formalização - como maior acesso a crédito e mercados - são perceptíveis apenas entre algumas pequenas e médias empresas, sendo praticamente nulos para as microempresas. Esses resultados confirmam a hipótese de que os benefícios da formalização não são uniformes. Com base nessa análise, o estudo propõe políticas públicas adaptativas e inclusivas, com foco na simplificação fiscal e administrativa, digitalização dos processos de registo e criação de pacotes integrados de apoio (por exemplo, crédito vinculado à capacitação). A pesquisa reforça que, em contextos de fragilidade institucional, é essencial que as estratégias de formalização respeitem a diversidade estrutural das MPMEs e sejam acompanhadas por incentivos reais e adaptados à realidade local.

Palavras-chave: MPMEs; informalidade; formalização; competitividade; Teoria Institucional; políticas públicas.

ABSTRACT

In Mozambique, an estimated 90% of micro, small, and medium enterprises (MSMEs) operate informally, raising critical questions about how formalization impacts productivity and competitiveness, and what barriers must be overcome. Grounded in Institutional Theory, this study reviews the literature on business formalization and presents empirical findings based on semi-structured interviews with artisan entrepreneurs in Maputo and cooperative leaders in Cabo Delgado. These qualitative insights are triangulated with robust statistics from the World Bank and national reports. Key challenges identified include excessive bureaucracy, high registration costs, and widespread perceptions that state benefits are limited or unclear. The study finds that the benefits of formalization — such as improved access to credit and markets — are modest for small and medium-sized enterprises and almost nonexistent for microenterprises, confirming that "benefits are not uniform." Based on these findings, the paper recommends public policies focused on administrative simplification, digital registration systems, and integrated support packages (e.g., credit linked to training programs). The analysis frames these insights within Institutional Theory, emphasizing how regulatory and normative pressures shape firm behavior. The conclusions advocate for flexible, context-sensitive formalization strategies that strengthen business competitiveness without disregarding the structural realities of MSMEs in Mozambique.

Keywords: MSMEs; informality; formalization; competitiveness; Institutional Theory; public policy..

RESUMEN

En Mozambique, se estima que el 90% de las micro, pequeñas y medianas empresas (MIPYMES) operan en la informalidad, lo que plantea interrogantes cruciales sobre el impacto de la formalización en la productividad y competitividad, así como los obstáculos que deben superarse. Este estudio, basado en la Teoría Institucional, revisa la literatura sobre la formalización empresarial y presenta resultados empíricos a partir de entrevistas semiestructuradas con artesanos en Maputo y líderes de cooperativas en Cabo Delgado. Los datos cualitativos se triangulan con estadísticas confiables del Banco Mundial y de informes nacionales. Entre los principales desafíos se encuentran la excesiva burocracia, los altos costos de registro y la percepción generalizada de que los beneficios del Estado son limitados. Se observa que las ventajas de la formalización —como el acceso al crédito y a nuevos mercados— son relevantes solo para algunas pequeñas y medianas empresas, siendo prácticamente inexistentes para las microempresas, lo que confirma que “los beneficios no son uniformes”. A partir de estos hallazgos, el estudio propone políticas públicas inclusivas, con enfoque en la simplificación fiscal y administrativa, digitalización del registro empresarial y la creación de paquetes de apoyo integrados (por ejemplo, crédito ligado a formación). El análisis, enmarcado en la Teoría Institucional, destaca cómo las presiones normativas y regulatorias moldean el comportamiento de las empresas. Las conclusiones subrayan la urgencia de estrategias de formalización adaptadas al contexto local que fortalezcan la competitividad sin ignorar la diversidad estructural de las MIPYMES mozambiqueñas.

Palabras clave: MIPYMES; informalidad; formalización; competitividad; Teoría Institucional; políticas públicas.

1. INTRODUÇÃO

Moçambique enfrenta uma das mais elevadas taxas de informalidade empresarial na África Austral. Estimativas apontam que aproximadamente 90% das empresas operam

ALBA - ISFIC RESEARCH AND SCIENCE JOURNAL
ISSN PRINT: 3006-2489; ISSN ONLINE: 3006-2470
1ª Ed, Vol. 1, No. 10, Dezembro, 2025
https://alba.ac.mz/index.php/alba/issue/view/13
albaisfic@gmail.com; alba@isfic.ac.mz

fora do sistema formal, representando mais de 80% da força de trabalho nacional (O Económico, 2023a). A maioria das micro, pequenas e médias empresas (MPMEs) não cumpre integralmente as obrigações fiscais e laborais, o que compromete a sua integração em mercados estruturados e limita o acesso a instrumentos de apoio estatais e financeiros (O Económico, 2023b). Esse panorama tem implicações directas na produtividade e no desempenho do sector privado. Segundo o Banco Mundial, a economia informal corresponde a cerca de 31% do Produto Interno Bruto (PIB) de Moçambique, sendo ainda citada por empresas formais como fonte de concorrência desleal, especialmente em sectores como comércio e serviços (World Bank, 2021).

A formalização empresarial - entendida como o processo de transição de actividades económicas do sector informal para o sector formal - é frequentemente apontada como um vetor essencial para o desenvolvimento económico sustentável (IDOS, 2021). Em teoria, a formalização possibilita maior acesso ao crédito, à protecção jurídica e a mercados públicos e privados mais exigentes (World Bank, 2021; IDOS, 2021). No entanto, evidências empíricas demonstram que, em contextos como o moçambicano, os elevados custos tributários, as exigências documentais complexas e as obrigações trabalhistas associadas à formalização tendem a desincentivar a adesão ao regime formal. Muitos empreendedores vêm o processo como *"proibitivo"* e de benefícios assimétricos ou limitados, sobretudo entre microempresas e trabalhadores por conta própria (O Económico, 2023c).

Este artigo tem como objectivo geral analisar criticamente os desafios e benefícios da formalização para as MPMEs em Moçambique, à luz da Teoria Institucional. Três objectivos específicos estruturam a pesquisa: *i)* identificar as principais barreiras à formalização, como burocracia, custos de registo e falta de incentivo estatal; *ii)* avaliar os efeitos da formalização sobre a produtividade e competitividade das MPMEs; e, *iii)* propor políticas públicas e mecanismos institucionais - como simplificação fiscal, digitalização de processos e pacotes de apoio integrados - que promovam uma formalização gradual, adaptada à realidade das empresas locais.

Metodologicamente, adopta-se uma abordagem mista, combinando revisão teórica com análise empírica. A revisão bibliográfica fundamenta-se na Teoria Institucional, discutindo como as pressões coercitivas, normativas e miméticas influenciam o comportamento organizacional (DiMaggio & Powell, 1983). A parte empírica envolve a análise de estatísticas oficiais

provenientes de fontes como o Banco Mundial, o Instituto Nacional de Estatística (INE), o Ministério da Indústria e Comércio (MIC) e a *International Finance Corporation (IFC),* além de entrevistas semiestruturadas com empresários actuantes nos sectores informais das cidades de Maputo e Cabo Delgado.

O artigo está estruturado em cinco secções: *i)* revisão de literatura sobre formalização e Teoria Institucional; *ii)* metodologia de pesquisa; *iii)* resultados empíricos, com destaque para barreiras, impactos e experiências reais de formalização; *iv)* discussão crítica à luz da teoria; e, *v)* conclusões e recomendações de políticas públicas.

1.2. Quadro Teórico e Revisão da Literatura

1. Formalização e Teoria Institucional

A formalização empresarial refere-se à transição de empresas que operam à margem da lei para uma integração plena no sistema institucional do país, com registo legal, licenciamento, pagamento de impostos e cumprimento das normas trabalhistas e comerciais (IDOS, 2021). Segundo Nelson e De Bruijn (2005, como citado em IDOS, 2021), trata-se de *"graduar-se do sector informal para o formal"*, obtendo benefícios como segurança jurídica, acesso a crédito e serviços públicos. Kenyon (2007) complementa ao definir a formalização como a incorporação das empresas em instituições estatais, incluindo registos fiscais, trabalhistas e de propriedade.

Sob a lente da Teoria Institucional, as decisões organizacionais são influenciadas por pressões coercitivas (legislações e fiscalizações), normativas (valores profissionais e sociais) e miméticas (tendência a imitar organizações bem-sucedidas) (DiMaggio & Powell, 1983). Assim, espera-se que o ambiente institucional estimule a formalização. No entanto, em países com baixa qualidade institucional, os custos envolvidos - como múltiplos impostos (IR, IVA, TSU), exigências regulatórias e perda de tempo em processos burocráticos - frequentemente superam os benefícios percebidos (Djankov et al., 2002; IDOS, 2021).

De acordo com Djankov et al. (2002), as empresas formalizam-se quando os ganhos (acesso a crédito, *status* legal, protecção jurídica) superam os custos, que podem variar segundo o sector económico. Fornecedores de serviços públicos, por exemplo, podem valorizar a segurança institucional, enquanto produtores rurais priorizam apoio técnico ou acesso a mercados.

ALBA - ISFIC RESEARCH AND SCIENCE JOURNAL
ISSN PRINT: 3006-2489; ISSN ONLINE: 3006-2470
1ª Ed, Vol. 1, No. 10, Dezembro, 2025
https://alba.ac.mz/index.php/alba/issue/view/13
albaisfic@gmail.com; alba@isfic.ac.mz

Do ponto de vista institucional, a formalização contribui para a legitimidade organizacional, facilitando a participação em contratos públicos e melhorando a imagem perante clientes e investidores. No entanto, como alertou Coleman (1988), instituições mal implementadas tendem a perder credibilidade, reduzindo a disposição dos agentes em aderir a elas. Em Moçambique, muitos empreendedores permanecem informais por ausência de alternativas ou por cálculo estratégico - buscando evitar obrigações fiscais e trabalhistas (O Económico, 2023a).

2. Formalização, Produtividade e Competitividade

Estudos internacionais demonstram que as empresas informais têm níveis de produtividade consideravelmente inferiores aos de empresas formais (World Bank, 2021). Em Moçambique, dados recentes revelam que as empresas informais registam vendas 14 vezes menores e lucros 17 vezes inferiores às microempresas formais, com uma produtividade até três vezes menor (World Bank, 2021). Parte dessa disparidade deve-se ao menor uso de capital, qualificação da mão de obra e escala de operação. Contudo, mesmo quando controladas essas variáveis, os retornos à formalização continuam relevantes para as empresas estruturadas.

Além disso, cerca de 7,6% das firmas informais - que respondem por 10,6% do emprego informal nas principais cidades moçambicanas - apresentam características semelhantes às microempresas formais, o que sugere potencial de formalização com impacto positivo (World Bank, 2021). Por outro lado, a informalidade afecta o ecossistema competitivo: 30% das empresas formais em Moçambique consideram a concorrência informal uma das três principais barreiras ao crescimento (World Bank, 2021).

3. Evidências da Formalização em Moçambique

O programa *"Crescimento Inclusivo em Moçambique"* aponta que cerca de 90% das empresas no país operam informalmente (O Económico, 2023b). Apenas 11% das MPMEs do sector manufatureiro cumprem plenamente as obrigações fiscais e laborais, e mais da metade sequer possui registo nacional, actuando apenas com licenças municipais (O Económico, 2023c). Isso implica uma exclusão estrutural dos benefícios institucionais, como linhas de crédito, protecção jurídica e programas de apoio empresarial.

A formalização de microempresas tem mostrado impacto quase nulo: mesmo após o registo, essas firmas continuam com acesso restrito a crédito e mercado, devido à ausência de redes de contacto, gestão adequada e apoio

técnico (O Económico, 2023d). Para as pequenas e médias empresas, os benefícios foram também modestos: ganhos de 9% no acesso a crédito e 13% na base de clientes, sendo estes atribuíveis mais à estrutura organizacional pré-existente do que à formalização por si só.

Os dados do Banco Mundial (2021) indicam que 40,8% das empresas informais citam o tempo, as taxas e os trâmites burocráticos como principais entraves à formalização. Mesmo com a criação de mecanismos como os *Balcões de Atendimento Único (BAÚ)*, muitos relatos apontam falhas práticas: um sapateiro de Maputo, por exemplo, levou 32 dias (em vez dos 17 previstos) e pagou quase quatro vezes mais que as taxas oficiais para obter a licença comercial, além de descobrir que precisaria renová-la anualmente com novos custos (World Bank, 2021).

A arrecadação fiscal oriunda da formalização também é limitada: 63% das MPMEs estão isentas de impostos pelo regime simplificado, e apenas 9% operam sob o regime normal (O Económico, 2023e). Isso torna o retorno fiscal para o Estado pouco expressivo, levando a um paradoxo institucional: tanto o empresário quanto o governo percebem a formalização como um processo custoso e pouco eficaz.

2. MATERIAIS E MÉTODOS

2.1. Metodologia

Este estudo adoptou uma abordagem metodológica mista, de natureza aplicada e com finalidade descritivo-analítica. A investigação combinou três componentes principais: *i)* revisão de literatura especializada sobre a formalização de empresas no contexto de economias em desenvolvimento, com base na Teoria Institucional; *ii)* análise de dados secundários quantitativos provenientes de fontes estatísticas nacionais e internacionais; e, *iii)* pesquisa de campo qualitativa, com aplicação de entrevistas semiestruturadas a micro e pequenos empresários moçambicanos. A Teoria Institucional foi utilizada como arcabouço interpretativo, permitindo examinar como as normas formais (leis, regulamentos e procedimentos administrativos) e as estruturas normativas informais moldam as decisões empresariais relacionadas à formalização.

2.2. Amostragem e critérios de selecção

A amostragem foi intencional e não probabilística, orientada por critérios de relevância temática, disponibilidade e diversidade regional. A amostra empírica incluiu 20 empresários moçambicanos actuantes no sector informal ou semi-formal, distribuídos da seguinte forma:

ALBA - ISFIC RESEARCH AND SCIENCE JOURNAL
ISSN PRINT: 3006-2489; ISSN ONLINE: 3006-2470
1ª Ed, Vol. 1, No. 10, Dezembro, 2025
https://alba.ac.mz/index.php/alba/issue/view/13
albaisfic@gmail.com; alba@isfic.ac.mz

- 10 artesãos informais localizados em mercados urbanos da cidade de Maputo (ex. Xipamanine e Benfica), cuja actuação se dá fora do sistema fiscal e institucional formal;
- 10 membros de cooperativas agrícolas da província de Cabo Delgado, formalmente constituídas, mas com práticas híbridas entre o formal e o informal.

Os critérios de inclusão envolveram: *i)* actuação comprovada no sector informal ou em situação de transição; *ii)* pelo menos dois anos de experiência empresarial; e, *iii)* disponibilidade e consentimento para participação em entrevistas..

2.3. Procedimentos e instrumentos

Foram utilizados dois principais instrumentos metodológicos:

- Roteiro de entrevista semiestruturada, elaborado com base na literatura sobre formalização, contendo questões sobre percepção de barreiras, vantagens percebidas, incentivos esperados e sugestões para políticas públicas;
- Ficha de análise documental, aplicada para sistematizar dados secundários extraídos de relatórios oficiais, como o *Enterprise Survey* do Banco Mundial (2018), o Instituto Nacional de Estatística (INE), o Ministério da Indústria e Comércio (MIC), bem como publicações da *International Finance Corporation (IFC)* e de periódicos especializados.

As entrevistas foram conduzidas presencialmente e por chamadas remotas (via *WhatsApp*), gravadas com autorização prévia dos participantes e transcritas para posterior análise.

2.4. Colecta de dados

A colecta de dados foi realizada entre janeiro e março de 2025. Os dados qualitativos foram recolhidos junto aos 20 informantes-chave, cujas experiências forneceram insumos ricos sobre os desafios e motivações da formalização empresarial. Os dados quantitativos secundários foram obtidos de fontes reconhecidas, com destaque para:

- Banco Mundial (2021; 2018): *Mozambique Economic Update e Enterprise Surveys*;
- Instituto Nacional de Estatística (INE): estatísticas de demografia empresarial;
- O Económico (2023): reportagens e estudos sobre informalidade;
- IFC: relatórios sobre ambiente de negócios e acesso a financiamento.

2.5. Validação e análise de dados

A análise de dados seguiu o método da triangulação metodológica, combinando inferências qualitativas e quantitativas. As transcrições das entrevistas foram codificadas em categorias temáticas, previamente definidas e refinadas por análise de conteúdo (Bardin, 2011): barreiras, vantagens percebidas, incentivos esperados e propostas de melhoria institucional.

Em paralelo, os dados estatísticos foram analisados de forma descritiva para contextualizar os achados empíricos e permitir comparações entre empresas formais e informais, especialmente no que tange à produtividade, acesso a crédito e clientela. Esta abordagem integrada permitiu validar qualitativamente os dados secundários e conferir densidade interpretativa aos relatos dos participantes.

2.6. Padrões Éticos

A pesquisa seguiu os princípios éticos da investigação científica conforme a Declaração de Helsínquia e as boas práticas internacionais de pesquisa com seres humanos. Todos os participantes foram informados sobre os objectivos do estudo, a voluntariedade da participação, o anonimato e a confidencialidade dos dados fornecidos. Foi obtido Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) de todos os entrevistados. Como a pesquisa não envolveu experimentação directa nem colecta de dados sensíveis, não se fez necessária submissão a comitê de ética, mas foram observadas normas de integridade científica e protecção de dados.

3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

1. Barreiras à Formalização

As entrevistas revelaram que os custos e complexidades burocráticas são percebidos como os principais obstáculos à formalização. Empresários relataram dificuldades como a exigência de múltiplas licenças, taxas desproporcionais ao porte da firma, visitas repetidas a repartições e atrasos administrativos. Essa realidade é corroborada por Jones (2023), que destaca os altos custos e benefícios limitados como entraves centrais à formalização em Moçambique (O Económico, 2023a).

Adicionalmente, os entrevistados demonstraram baixa confiança nos serviços públicos, como os Balcões de Atendimento Único (BAÚ), IPEME e Autoridade Tributária. Esses órgãos são frequentemente vistos como ineficazes ou inacessíveis, confirmando limitações institucionais já apontadas por Scott (2008). Dados do Banco Mundial (2021) indicam que 40,8% das

ALBA - ISFIC RESEARCH AND SCIENCE JOURNAL
ISSN PRINT: 3006-2489; ISSN ONLINE: 3006-2470
1ª Ed, Vol. 1, No. 10, Dezembro, 2025
https://alba.ac.mz/index.php/alba/issue/view/13
albaisfic@gmail.com; alba@isfic.ac.mz

firmas informais citam o processo de registo como barreira à formalização.

O outro factor relevante é de natureza social e cognitiva. Muitos empreendedores operam em ambientes onde a informalidade é culturalmente normalizada. Redes familiares, mercados populares e cooperativas de subsistência mantêm as práticas informais por tradição ou necessidade, reflectindo a ausência de pressões normativas (DiMaggio & Powell, 1983). A informalidade é percebida como estratégia de sobrevivência (IDOS, 2021).

Barreiras Identificadas

Burocracia e custos de registo: O processo de formalização envolve múltiplos passos, desde a obtenção de licença comercial, registro no NUIT, inscrição na segurança social e legalização da localização do estabelecimento. Os custos financeiros são agravados por taxas administrativas excessivas e, frequentemente, não transparentes. Empresários relataram que o tempo gasto para completar todas as etapas pode ultrapassar um mês, além de exigir deslocamentos constantes e perda de dias produtivos (World Bank, 2021; O Económico, 2023a).

Carga fiscal e trabalhista futura: Embora a maioria das MPMEs esteja formalmente isenta de muitos tributos, persiste o medo de que a formalização leve à obrigatoriedade de pagar IRC, IVA e contribuição à TSU. O receio de fiscalização punitiva e aumento de encargos desincentiva muitos negócios, sobretudo os informais que operam com margens reduzidas (O Económico, 2023b).

Ausência de benefícios percebidos: Vários empresários declararam que não vêm vantagem prática em se formalizar, pois não acessam crédito, não conquistam novos mercados nem recebem apoio técnico como prometido. Para muitos, a formalização não representa um salto qualitativo, mas apenas mais obrigações sem contrapartida (O Económico, 2023c).

Limitações institucionais nos serviços públicos: Os serviços de apoio ao empreendedorismo - como os BAUs, tribunais comerciais e centros de incubação - são percebidos como lentos, mal organizados ou inacessíveis. Casos de atrasos injustificados, duplicidade de exigências e falta de orientação técnica foram mencionados repetidamente (O Económico, 2023d).

Factores culturais e sociais de normalização da informalidade: A informalidade é amplamente aceita como forma legítima de operar economicamente em contextos de vulnerabilidade. Em mercados e comunidades locais, não se espera que o

vendedor emita recibo ou apresente registo formal. A aceitação social da informalidade e a ausência de pressão institucional para a formalização tornam-na uma escolha racional de curto prazo (IDOS, 2021).

2. Impacto da Formalização na Produtividade e Competitividade

Os dados demonstram que a formalização por si só não gera ganhos significativos para a maioria das micro empresas moçambicanas. Microempresas (≤ 4 empregados) que se formalizaram não reportaram aumentos visíveis em produtividade, crédito ou clientela (O Económico, 2023e). Outrossim, entre as pequenas e médias empresas (5 - 19 empregados), observaram-se ganhos modestos: ±9% no acesso a crédito e ±13% na base de clientes. No entanto, esses ganhos foram atribuídos mais à capacitação prévia e redes de contacto do que à formalização em si.

A informalidade continua associada a baixa produtividade: empresas informais vendem, em média, 14 vezes menos e têm lucros muito inferiores às formais (World Bank, 2021). No entanto, cerca de 7,6% das empresas informais possuem desempenho comparável às formais. Essas empresas poderiam beneficiar-se de programas direccionados de formalização com apoio técnico e financeiro (Ulyssea, 2018).

A formalização também afecta a competitividade do mercado. Muitos empresários formais consideram a concorrência informal uma das principais restrições operacionais. Uma formalização selectiva pode nivelar o ambiente competitivo e reduzir os efeitos negativos da economia paralela (World Bank, 2021).

3. Exemplos Práticos

Artesãos informais em Maputo: Relataram que o custo anual de licenciamento é superior à sua margem mensal de lucro. Preferem a flexibilidade do sector informal. Algumas cooperativas buscaram formalização, mas sem apoio financeiro desistiram (O Económico, 2023c).

Cooperativas em Cabo Delgado: Em áreas rurais, operam parcialmente formais. Muitos não formalizam por conta da burocracia e por estarem isentos de impostos. Apenas com programas de financiamento ou capacitação formalizaram-se efectivamente (O Económico, 2023f).

4. Discussão

Os resultados corroboram a Teoria Institucional. Pressões coercitivas, como

ALBA - ISFIC RESEARCH AND SCIENCE JOURNAL
ISSN PRINT: 3006-2489; ISSN ONLINE: 3006-2470
1ª Ed, Vol. 1, No. 10, Dezembro, 2025
https://alba.ac.mz/index.php/alba/issue/view/13
albaisfic@gmail.com; alba@isfic.ac.mz

regulamentações, têm impacto limitado sem suporte efectivo. Pressões normativas são fracas em ambientes onde a informalidade é socialmente aceita (Scott, 2008).

Além disso, destaca-se a heterogeneidade das MPMEs. Algumas empresas informais têm alto desempenho e devem ser alvo de políticas específicas de transição (Ulyssea, 2018), enquanto empresas de subsistência exigem políticas sociais e formação antes da formalização.

Outro ponto crucial é o papel das associações empresariais e da sociedade civil como mediadores entre o Estado e os empresários informais. Elas podem facilitar o processo de formalização por meio de apoio técnico, representação e criação de confiança institucional.

A capacitação empresarial surge como factor essencial. Muitos empreendedores carecem de literacia financeira e conhecimento dos benefícios e obrigações da formalização (North, 1990). Programas de alfabetização empresarial são fundamentais para transformar a formalização em uma decisão consciente e estratégica.

A formalização também deve ser entendida como um processo gradual e não binário. Muitas empresas operam em zonas cinzentas entre formalidade e informalidade. Políticas de formalização progressiva, com incentivos proporcionais, podem ser mais eficazes.

Por fim, o *contexto territorial importa:* a formalização precisa ser sensível às diferenças regionais e às capacidades institucionais locais (Rodríguez-Pose, 2018). Estratégias uniformes tendem a falhar onde os serviços públicos são escassos.

Em síntese, formalizar exige mais do que leis: exige um ecossistema institucional funcional, com incentivos tangíveis, suporte técnico e coerência intersectorial entre as políticas públicas (Peters, 2015).

4. CONCLUSÃO E RECOMENDAÇÕES

4.1. Conclusões

A formalização das micro, pequenas e médias empresas (MPMEs) em Moçambique continua a enfrentar desafios estruturais e institucionais significativos. A ampla informalidade - que abrange cerca de 90% das empresas moçambicanas - é consequência não apenas de custos elevados e da complexa burocracia envolvida, mas também da limitada percepção de benefícios tangíveis por parte dos pequenos empreendedores (O Económico, 2023a).

Os resultados desta pesquisa indicam que, para os microempreendedores, a formalização isoladamente não proporciona

ganhos substanciais no acesso a crédito ou expansão de mercado. Sem mudanças internas - como capitalização, capacitação em gestão e desenvolvimento de redes de apoio - o registo formal torna-se apenas um rito administrativo sem impacto directo na competitividade (O Económico, 2023b). Todavia, para as empresas de porte ligeiramente maior, os ganhos com a formalização são modestos e geralmente mediados por factores extracontábeis, como relacionamentos comunitários e experiência prévia em gestão (O Económico, 2023c).

Esses achados corroboram estudos internacionais que mostram que apenas uma fracção dos empreendedores informais - cerca de 7% a 10% - apresenta estrutura e desempenho compatíveis com o sector formal, sendo, portanto, os mais propensos a beneficiar-se da transição institucional (World Bank, 2021).

A análise reafirma que as políticas públicas devem ser desenhadas de forma segmentada, considerando a diversidade dos perfis empresariais. Medidas generalizadas de formalização podem falhar se não forem acompanhadas de incentivos positivos, como capacitação, financiamento adequado e simplificação do ambiente regulatório. A Teoria Institucional ensina que as regras, por si sós, não geram mudança comportamental sustentável; é preciso criar legitimidade prática e normativa para que a formalização seja vista como um caminho racional e vantajoso.

4.2. Recomendações

Com base nas evidências analisadas, propõem-se as seguintes recomendações para políticas públicas e programas de apoio à formalização das MPMEs em Moçambique:

- **Simplificação e Digitalização dos Processos:** Reduzir as exigências administrativas para o registo empresarial, incluindo a eliminação de licenças redundantes e o fortalecimento de sistemas digitais acessíveis para registo e renovação (O Económico, 2023d).
- **Ajuste Fiscal Proporcional:** Manter regimes simplificados de tributação alinhados à capacidade contributiva das microempresas, evitando que o custo da formalização ultrapasse os seus benefícios iniciais (O Económico, 2023e).
- **Programas Integrados de Apoio:** Combinar acesso a microcrédito, formação em gestão empresarial, contabilidade básica e cooperativismo, promovendo o desenvolvimento de capacidades antes da exigência de cumprimento

ALBA - ISFIC RESEARCH AND SCIENCE JOURNAL
ISSN PRINT: 3006-2489; ISSN ONLINE: 3006-2470
1ª Ed, Vol. 1, No. 10, Dezembro, 2025
https://alba.ac.mz/index.php/alba/issue/view/13
albaisfic@gmail.com; alba@isfic.ac.mz

total das normas fiscais e trabalhistas (IDOS, 2021).

- **Promoção de Cadeias Produtivas Inclusivas:** Estimular parcerias entre empresas formais e informais por meio de compras públicas, programas de incubação e arranjos produtivos locais, ampliando a aprendizagem institucional e a integração progressiva dos informais na economia formal (Rodríguez-Pose, 2018).

- **Reforço Institucional dos Serviços Públicos:** Capacitar agentes dos Balcões de Atendimento Único (BAÚ), do IPEME e da Autoridade Tributária para oferecerem um serviço mais ágil, acessível e orientado para o apoio efectivo ao empreendedor (World Bank, 2021).

- **Segmentação de Estratégias:** Desenvolver políticas diferenciadas para perfis distintos de empresários informais - distinguindo microempresas de subsistência de firmas informais produtivas - com abordagens que combinem inclusão social e estímulo ao crescimento competitivo (Ulyssea, 2018).

5. REFERENCIAS BIBLIOGRÁFICAS

DiMaggio, P. J., & Powell, W. W. (1983). *The iron cage revisited: Institutional isomorphism and collective rationality in organizational fields.* American Sociological Review, 48(2), 147–160. Disponível em: https://doi.org/10.2307/2095101

IDOS - *German Institute of Development and Sustainability*. (2021). *Formalisation of informal enterprises*. Disponível em: https://www.idos-research.de/en/publications

North, D. C. (1990). *Institutions, Institutional Change and Economic Performance.* Cambridge University Press. Disponível em: https://doi.org/10.1017/CBO9780511808678

O Económico. (2023a). *Os custos da formalização em Moçambique continuam altos.* Disponível em: https://www.oeconomico.com/artigo/formalizacao-custos

O Económico. (2023b). *Tributação e medo da formalização: uma análise crítica.* Disponível em: https://www.oeconomico.com/artigo/tributacao-e-informalidade

O Económico. (2023c). *MPMEs formais não percebem benefícios reais.* Disponível em: https://www.oeconomico.com/artigo/beneficios-da-formalizacao

O Económico. (2023d). *Serviços públicos falham apoio a pequenos empresários.* Disponível em: https://www.oeconomico.com/artigo/ineficiencia-institucional

O Económico. (2023e). *Dados revelam produtividade muito inferior nas empresas informais.* Disponível em: https://www.oeconomico.com/artigo/produtividade-informal

O Económico. (2023f). *Formalização só funciona com apoio financeiro.* Disponível em: https://www.oeconomico.com/artigo/formalizacao-e-apoio-financeiro

Peters, B. G. (2015). *Advanced Introduction to Public Policy.* Edward Elgar Publishing. Disponível em: https://doi.org/10.4337/9781781955784

Rodríguez-Pose, A. (2018). *The revenge of the places that don't matter (and what to do about it)*. Cambridge Journal of Regions, Economy and Society, 11(1), 189–209. Disponível em: https://doi.org/10.1093/cjres/rsx024

Scott, W. R. (2008). *Institutions and Organizations: Ideas and Interests* (3rd ed.). SAGE Publications. Disponível em: https://us.sagepub.com/en-us/nam/institutions-and-organizations/book227504

Ulyssea, G. (2018). *Firms, informality, and development: Theory and evidence from Brazil.* American Economic Review, 108(8), 2015–2047. Disponível em: https://doi.org/10.1257/aer.20141745

World Bank. (2021). *Mozambique Economic Update: Setting the Stage for Recovery*. Disponível em: https://documents1.worldbank.org/curated/en/586261618792710813/pdf/Mozambique-Economic-Update-Setting-the-Stage-for-Recovery.pdf

ALBA
ISFIC RESEARCH AND SCIENCE JOURNAL
ALBA - ISFIC RESEARCH AND SCIENCE JOURNAL
ISSN PRINT: 3006-2489; ISSN ONLINE: 3006-2470
1ª Ed, Vol. 1, No. 10, Dezembro, 2025
https://alba.ac.mz/index.php/alba/issue/view/13
albaisfic@gmail.com; alba@isfic.ac.mz

10 - 12 | 2025

IMPACTO DA SEGURANÇA SOCIAL OBRIGATÓRIA NA QUALIDADE DE VIDA SOCIOECONÓMICA DOS PENSIONISTAS DO INSS EM MOÇAMBIQUE

Impact of mandatory social security on the socioeconomic quality of life of INSS Pensioners in Mozambique

Impacto de la seguridad social obligatoria en la calidad de vida socioeconómica de los Pensionados del INSS en Mozambique

Quentino Agostinho Razão[1] | Obadias Benjamim Machine[2] | Agostinho Vontade[3] | Luís Francisco Bofana[4]

[1]Mestre, Universidade São Tomás de Moçambique, Moçambique, https://orcid.org/0009-0007-6992-0904, fam.razao7@gmailcom
[2]Mestre, Universidade São Tomás de Moçambique, Moçambique, https://orcid.org/0000-0001-2345-6789, machine.obadias@gmail.com
[3]Mestre, Yunnan University of Finance and Economic-China, 650221, agostinhovontade30@gmail.com.
[4]Professor Doutor, Universidade Católica de Moçambique, Moçambique, 10202510202342, lbofana@ucm.ac.mz.

Autor para correspondência: razaoquentino@gmail.com

Data de recepção: 25-06-2025
Data de aceitação: 01-07-2025
Data da publicação: 10-12-2025

Como citar este Artigo: Razão, Q. A.; Machine, O. B.; Vontade, A. & Bofana, L. F. (2025). *Impacto da segurança social obrigatória na qualidade de vida socioeconómica dos Pensionistas do INSS em Moçambique.* ALBA – ISFIC Research and Science Journal, 1(10), pp. 158-176. https://alba.ac.mz/index.php/alba/issue/view/13

RESUMO

A Segurança Social considera-se obrigatória e apresenta como elemento-chave para o bem-estar das pessoas a nível mundial. Pois, as pessoas precisam da segurança desde o seu nascimento, durante a sua vivência até a morte. Muitos estudiosos argumentam que a segurança social é fundamental para promover a equidade e reduzir a vulnerabilidade social, além de ser crucial para o desenvolvimento económico de um país. Autores como Amartya Sen e Gosta Esping-Andersen, por exemplo, discutem a segurança social no contexto do bem-estar social e da justiça. Desta forma, a segurança social (SS) está fortemente ligada a Qualidade de Vida dos cidadãos. Assim, quanto mais as pessoas estiverem seguranças, as dimensões econômicas e sociais se apresentarem efectivamente seguras, QV maximiza-se nos cidadãos. Desta forma, se torna de extrema importância reflectir sobre a SS, em um país em via de desenvolvimento como o caso de Moçambique, no que diz respeito as condições socioeconómicas que ditam os indicadores de Qualidade de vida (QV) dos pensionistas. Desta forma, a pesquisa teve como principal problema: Qual é o impacto dos pensionistas geridos pelo Instituto Nacional de Segurança Social (INSS) na sua qualidade de vida? Esta questão de partida tem como objectivo em verificar o impacto económico da segurança

social obrigatória sobre a qualidade de vida dos pensionistas. Para a efectivação deste objectivo usou-se abordagem quantitativa, recorrendo-se ao inquérito por questionário como instrumento básico para a colecta de dados. Das constatações feitas, concluiu-se que as actividades desenvolvidas pelo INSS não impactam positivamente na QV dos pensionistas, tendo desta forma o não alcance das expectativas dos pensionistas por não contribuir para beneficiar-se com dignidade no direito fundamental da SS, em vista ao bem-estar do cidadão, promulgados pela carta dos direitos humanos e defendidos pela organização mundial dos trabalhadores.

Palavras-chave: Segurança Social; Qualidade de Vida; Pensionista.

ABSTRACT

Social security is considered mandatory and is a key element for the well-being of people worldwide. People need security from birth, throughout their lives, until death. Many scholars argue that social security is fundamental to promoting equity and reducing social vulnerability, as well as being crucial for a country's economic development. Authors such as Amartya Sen and Gosta Esping-Andersen, for example, discuss social security in the context of social welfare and justice. In this way, social security (SS) is strongly linked to the quality of life of citizens. Thus, the more secure people are, and the more effectively secure the economic and social dimensions are, the higher the quality of life is for citizens. Therefore, it becomes extremely important to reflect on Social Security in a developing country like Mozambique, particularly regarding the socioeconomic conditions that dictate the Quality of Life (QoL) indicators for pensioners. Thus, the main research question was: What is the impact of pensions administered by the National Social Security Institute (NSSI) on the quality of life of retirees? This initial question aims to verify the economic impact of mandatory social security on the quality of life of retirees. To achieve this objective, a quantitative approach was used, employing a questionnaire survey as the primary data collection instrument. From the findings, it was concluded that the activities carried out by the NSSI do not have a positive impact on the quality of life of pensioners, thus failing to meet the expectations of pensioners because they do not contribute to benefiting with dignity from the fundamental right to social security, in view of the well-being of the citizen, as enshrined in the Charter of Human Rights and defended by the World Organization of Workers.

Keywords: Social Security; Quality of Life; Pensioner.

RESUMEN

La seguridad social se considera obligatoria y es un elemento clave para el bienestar de las personas en todo el mundo. Las personas necesitan seguridad desde el nacimiento, a lo largo de su vida y hasta su fallecimiento. Numerosos académicos argumentan que la seguridad social es fundamental para promover la equidad y reducir la vulnerabilidad social, además de ser crucial para el desarrollo económico de un país.

Autores como Amartya Sen y Gosta Esping-Andersen, por ejemplo, analizan la seguridad social en el contexto del bienestar social y la justicia. De este modo, la seguridad social (SS) está estrechamente vinculada a la calidad de vida de los ciudadanos. Por lo tanto, cuanto mayor sea la seguridad de las personas y mayor sea la eficacia de la protección en las dimensiones económica y social, mayor será la calidad de vida de los ciudadanos. Por lo tanto, resulta fundamental reflexionar sobre la seguridad social en un país en desarrollo como Mozambique, en particular respecto a las condiciones socioeconómicas que determinan los indicadores de calidad de vida (CV) de los jubilados. Por lo tanto, la pregunta principal de la investigación fue: ¿Cuál es el impacto de las pensiones administradas por el Instituto Nacional de la Seguridad Social (INSS) en la calidad de vida de los jubilados? Esta pregunta inicial busca verificar el impacto económico de la seguridad

ALBA - ISFIC RESEARCH AND SCIENCE JOURNAL
ISSN PRINT: 3006-2489; ISSN ONLINE: 3006-2470
1ª Ed, Vol. 1, No. 10, Dezembro, 2025
https://alba.ac.mz/index.php/alba/issue/view/13
albaisfic@gmail.com; alba@isfic.ac.mz

social obligatoria en la calidad de vida de los jubilados. Para lograr este objetivo, se utilizó un enfoque cuantitativo, empleando una encuesta como instrumento principal de recolección de datos. A partir de los hallazgos, se concluyó que las actividades desarrolladas por el INSS no impactan positivamente en la calidad de vida de los pensionistas, no atendiendo así a las expectativas de los pensionistas porque no contribuyen a que disfruten dignamente del derecho fundamental a la seguridad social, en vista del bienestar del ciudadano, consagrado en la Carta de los Derechos Humanos y defendido por la Organización Mundial de los Trabajadores.
Palabras clave: Seguridad Social; Calidad de Vida; Pensionista.

Contribuição de autoria (por autor):
Quentino Razão foi responsável pela concepção da ideia principal, pela revisão literária, e análise dos dados e redigiu a primeira versão desta pesquisa.
Obadias Benjamim Machine: responsável pela preparação e aplicação dos instrumentos de recolha de dados no INSS, compilação, análise dos dados e redigiu a primeira versão desta pesquisa.
Agostinho Vontade: responsável pela coordenação da autoria, revisor e tradutor de termos básicos aplicados nesta pesquisa.
Luís Francisco Bofana: responsável pelo aconselhamento e segurança da pesquisa, revisor e fez a correcção do artigo.

INTRODUÇÃO

O título Avaliação do Impacto da Segurança Social Obrigatória na Qualidade de Vida Socioeconómica dos Pensionistas do INSS Em Moçambique reflecte uma análise crítica e relevante dos efeitos das políticas públicas de segurança social na qualidade de vida de uma população vulnerável em um país em desenvolvimento. A análise se concentra especificamente no impacto da implementação da segurança social obrigatória através do Instituto Nacional de Segurança Social (INSS) de Moçambique e como as dimensões sociais e económicas dessa política afectam o bem-estar dos seus pensionistas.

No país em desenvolvimento, como Moçambique, a segurança social é obrigatória, desempenha um papel fundamental na mitigação da pobreza e na promoção de uma qualidade de vida adequada para a população vulnerável. De acordo com Barrientos (2013), o sistema de segurança social, como o INSS em Moçambique é vital para garantir uma rede de protecção social, especialmente em contextos de desigualdade económica, assim como a falta de infraestrutura adequada. No entanto, a eficácia desses sistemas depende da capacidade do Estado de implementar e gerir políticas públicas que atendam adequadamente às necessidades da população. Em Moçambique, o INSS tem sido um instrumento crucial na protecção social dos trabalhadores formais, mas seu alcance e impacto nas populações informais, que representam uma parte significativa da economia, permanecem questões a serem exploradas. A literatura sugere que, embora os pensionistas sejam notáveis, os efeitos

podem variar substancialmente dependendo das condições económicas e sociais locais (Baldwin et al., 2018).

A qualidade de vida dos pensionistas é uma variável multifacetada que envolve diversos factores, incluindo a capacidade de acesso a cuidados de saúde, educação e infraestrutura básica, bem como a redução da vulnerabilidade socioeconómica. A avaliação dessa qualidade de vida pode ser realizada através de indicadores económicos, como o aumento da renda familiar, a estabilidade financeira e o acesso a serviços básicos (Benz & Schwab, 2020). Além disso, as dimensões sociais, como o fortalecimento da coesão social e a redução das desigualdades, também são componentes cruciais a serem analisados. A literatura internacional sobre a eficácia das políticas de segurança social destaca que, em muitos contextos de países em desenvolvimento, a segurança social obrigatória tem um impacto positivo na qualidade de vida, reduzindo a pobreza e promovendo a inclusão social (Robalino et al., 2020). No entanto, o impacto dessa política em Moçambique precisa ser analisado no contexto específico do país, considerando suas características socioeconómicas e os desafios estruturais enfrentados pelo sistema.

No caso de Moçambique, a segurança social obrigatória tem como objectivo de fornecer uma rede de protecção aos trabalhadores, especialmente nas situações de aposentadoria, invalidez e morte, além de garantir o acesso a pensionistas de saúde. No entanto, a efectividade dessa política está intimamente ligada ao nível de adesão ao sistema, a qualidade dos pensionistas oferecidos e a infraestrutura disponível para os pensionistas.

Em um estudo sobre segurança social em países da África subsaariana, Schneider (2018) destaca que, apesar dos avanços em termos de cobertura e extensão, as limitações na capacidade de financiamento e na gestão do sistema impactam directamente a qualidade dos pensionistas. Conforme o relatório da Organização Internacional do Trabalho (OIT), muitos países da África subsaariana enfrentam altos níveis de pobreza e vulnerabilidade, e a implementação de sistemas de segurança social pode ajudar a mitigar esses problemas. A OIT enfatiza que programas de transferência de renda e assistência social podem proporcionar um suporte vital para as populações mais vulneráveis.

Além disso, autores como Abhijit Banerjee e Esther Duflo (2019) em seu livro "Good Economics for Hard Times", argumentam que políticas de protecção social podem

ALBA - ISFIC RESEARCH AND SCIENCE JOURNAL
ISSN PRINT: 3006-2489; ISSN ONLINE: 3006-2470
1ª Ed, Vol. 1, No. 10, Dezembro, 2025
https://alba.ac.mz/index.php/alba/issue/view/13
albaisfic@gmail.com; alba@isfic.ac.mz

impulsionar o desenvolvimento económico ao permitir que indivíduos e famílias tenham acesso a recursos básicos, educação e saúde. Isso não só melhora as condições de vida, mas também contribui para o crescimento econômico sustentável.

Townsend (1979), que discute a importância de uma rede de segurança social como um meio para garantir direitos sociais e dignidade. Ele argumenta que, sem uma estrutura adequada de segurança social, as populações mais vulneráveis ficam à merecer de crises económicas e sociais.

Esses argumentos mostram como a segurança social é um elemento crucial para o desenvolvimento e a estabilidade em países da África subsaariana em particular em Moçambique, promovendo não apenas o bem-estar individual, mas também o progresso colectivo. Em Moçambique, os dados indicam que a cobertura da segurança social ainda é limitada, com uma grande parte da população informal fora do alcance do INSS (Silva et al., 2017). Esse factor pode reduzir os impactos positivos da política sobre a qualidade de vida dos pensionistas, especialmente nas áreas mais carentes e marginalizadas do país; e estudar o impacto da segurança social obrigatória pode contribuir significativamente para a melhoria do sistema e para a elaboração de estratégias que atendam melhor as necessidades da população.

Este artigo apresenta como problema de pesquisa, na medida em que o INSS moçambicano se apresenta como um subsistema excluído dos cidadãos e cujo funcionamento não satisfaz condignamente as necessidades dos moçambicanos que se beneficiam deste subsistema. Pois, o objectivo crucial da segurança social é obrigatório, administrado pelo Instituto Nacional de Segurança Social (INSS) de Moçambique, busca a garantir o acesso à aposentação, invalidez, pensões por morte e pensionistas de saúde para os trabalhadores do sector formal. No entanto, apesar dos avanços realizados desde a sua implementação, a efectividade deste sistema permanece uma questão em aberto, sobretudo no que diz respeito ao impacto real da segurança social sobre a qualidade de vida dos pensionistas.

A literatura internacional sobre segurança social destaca a importância dessas políticas na redução da pobreza e na promoção da inclusão social, com uma análise das variáveis económicas, como o aumento da renda e a estabilidade financeira, e das variáveis sociais, como o acesso a serviços de saúde e educação, como indicadores-chave de melhoria na qualidade de vida (Barrientos, 2013 & Robalino et al., 2020).

Uma questão central que ainda não foi completamente abordada é a abrangência e a qualidade do sistema de segurança social. Apesar da segurança social obrigatória ser um direito para todos os trabalhadores em Moçambique, a adesão ao sistema permanece limitada, com uma parte significativa da população, especialmente a trabalhadora informal, fora do alcance das políticas públicas de seguridade social (Silva et al., 2017). Este facto implica que a maior parte dos trabalhadores informais, que representam um número considerável da força de trabalho no país, não recebe os benefícios dessa rede de protecção, o que pode resultar em maiores níveis de vulnerabilidade social e económica para esses indivíduos. Isso levanta a questão da segurança social obrigatória, tal como está estruturada, é suficiente para garantir uma melhoria real na qualidade de vida dos pensionistas, ou se existem falhas no sistema que ainda limitam os seus efeitos positivos.

Portanto, o problema de pesquisa central deste artigo reside na necessidade de compreender como a segurança social obrigatória, através do INSS, impacta a qualidade de vida dos seus pensionistas em Moçambique, considerando tanto as dimensões económicas quanto sociais dessa política. A pesquisa busca responder a questões como: Qual é o impacto real dos pensionistas oferecidos pelo INSS sobre a qualidade de vida dos trabalhadores e seus dependentes? O artigo apresenta como objetivo geral: analisar o impacto da segurança social obrigatória na qualidade de vida dos pensionistas do Instituto Nacional de Segurança Social (INSS) em Moçambique, considerando a dimensão social. Em simultâneo, apresenta os seguintes objetivos específicos: (i) verificar o impacto económico da segurança social obrigatória sobre a qualidade de vida dos pensionistas e (ii) discutir as limitações e desafios do INSS na implementação da segurança social obrigatória em Moçambique.

ENQUADRAMENTO TEÓRICO

Segurança Social

A segurança tem origem latina '*securus*', que significa 'sem inquietação', com o sufixo '*ança*' que significa 'ação'. Nisto, segurança significa "conjunto de ações e de recursos utilizados para proteger algo ou alguém. Serve para diminuir riscos ou perigo" (Costa, s/d., p. 1413). Assim, este termo remete ao conceito geral de 'acção de segurança', que confere estabilidade e previsibilidade de tudo que se faz. Deste modo, segurança pode ser assumida como qualquer ação sem preocupação, uma vez que esta ação trará bons resultados (Matos & Chuy, 2020). Para tal, deve se planificar, para minimizar os

ALBA - ISFIC RESEARCH AND SCIENCE JOURNAL
ISSN PRINT: 3006-2489; ISSN ONLINE: 3006-2470
1ª Ed, Vol. 1, No. 10, Dezembro, 2025
https://alba.ac.mz/index.php/alba/issue/view/13
albaisfic@gmail.com; alba@isfic.ac.mz

riscos e erros da tal actividade. Neste sentido, a segurança inspira a certeza do bem-estar, firmeza, confiança, amparo e garantia da QV dos trabalhadores (beneficiários e pensionistas).

A palavra social tem origem latina "*socialis* significando o que possui tendência de viver em sociedade" (Costa, s/d., p. 1451). Sendo sociedade conjunto de pessoas ou animais unidos pela lei ou afinidade. Neste sentido, a segurança social pode ser vista como mecanismo pelo qual um grupo ou conjunto de pessoas (pensionistas e beneficiários) garante a firmeza do seu bem-estar na manutenção e promoção da sua QV.

Desta forma, segurança social na visão do INSS (2024) é concebida como um direito humano promulgado em 1948 pela declaração universal dos diretos humanos cuja sua concretização é feita pela Organização Internacional de Trabalho (OIT). Pelo que, nesta pesquisa se focaliza a área social dos trabalhadores (beneficiários e pensionistas).

Nesta ordem, Carvalho (2015) consolida, dizendo que a assistência social é direito do cidadão e dever do Estado, deve ser uma política de governação, independentemente da contribuição dos beneficiários. É concretizada mediante um conjunto integrado de acções de iniciativa pública e da sociedade para garantir o atendimento às necessidades básicas. O direito à SS é irrenunciável, inalienável e intransmissível, pois é conatural a cada homem.

Qualidade de Vida

A palavra qualidade tem origem etimológica latina '*qualitate*' que significa "propriedade, atributo ou condição das coisas ou pessoas capazes de distingui-las das outras e de lhes determinar a natureza" (Costa & Melo, 1952, p. 1374). Qualidade pode ser entendida como aptidão, dom, uma capacidade, característica de superação, estado de excelência, valor elevado. Assim, como Cunha (2009) afirma que este termo incorpora consigo uma dimensão axiológica (benignidade e pureza). Daí que, a qualidade pressupõe a existência simultânea da estética e de ética (beleza e bondade).

O termo vida origina do latim '*vita*' que significa "período de tempo que decorre desde o nascimento até a morte dos seres" (Costa & Melo, 1952, p. 1719). Deste modo, a QV trata-se de um estado bondoso e entusiasmado que o ser humano vive desde seu nascimento até a sua morte. Isto é, vida agradável ao vivente e aos que estão em seu redor.

Qualidade de vida engloba a concepção de saúde, que, por sua vez, possui o bem-estar como aspecto central. Por isso, a QV está

sempre em harmonia com a saúde (ausência da dor ou perturbação psicológica e física, assim como a satisfação das necessidades materiais e espirituais), cujo bem-estar tem sido usado como o indicador basilar dela. Assim, em alguns casos, a QV, saúde e o bem-estar se confundem, devido a sua ligação intrínseca e interdependente.

A QV é a "percepção do indivíduo sobre a sua posição na vida, dentro do contexto dos sistemas de cultura e valores nos quais está inserido e em relação aos seus objectivos, expectativas, padrões e preocupações" (Carneiro, 2018, p. 40).

A QV é um estado de satisfação no qual a pessoa se sente bem física e emocionalmente. Assim, a QV envolve diversas dimensões, como as relações com familiares, amigos e colegas de trabalho, a relação com o trabalho, a alimentação, o padrão de sono e as actividades nos tempos livres de lazer interferem no bem-estar assim como a própria saúde (Projecto Informa em Acção, 2018).

QV traz sensação de felicidade, dignidade, prazer com a vida, aumenta a esperança de vida, a vida ganha maior valor e sentido, há maior empenho das actividades que envolvem a vida humana (comprometimento com a produtividade e o futuro pessoal e do País), a pessoa transmite energias positivas em tudo que se insere, dando vida as suas obras diárias.

Pensão/ Pensionista

E a palavra pensão advém do latim '*pensio, onis'* que significa "pagamento ou renda vitalícia ou temporária" (Costa & Melo, 1952, p. 1268). Esta renda é vista como recompensa de serviços prestados ao longo da vida produtiva. Daí que, o pensionista é a pessoa que recebe este pagamento a partir do Estado, sendo já aposentada.

A pensão vista como pagamento, no contexto moçambicano é vista como o benefício financeiro que o trabalhador aposentado recebe do Estado, como resultado das contribuições feitas ao longo do seu trabalho em exercício, sendo a base de 7%, segregados em: TCO participa com 3% e a sua empresa com 4%, totalizando 7% a favor deste aposentado ou inválido por alguma doença que tenha reduzido a sua capacidade produtiva, TCP assim como o agente e funcionário do Estado contribuem na totalidade de 7% (RdM, 2023).

Para o INSS, ser pensionista é o estado do beneficiário reunir os requisitos previstos no Regulamento de Segurança Social e recebe a pensão por velhice ou por invalidez. Este também pode receber a pensão de sobrevivência decorrente da morte de um beneficiário ou do pensionista, como no caso

ALBA - ISFIC RESEARCH AND SCIENCE JOURNAL
ISSN PRINT: 3006-2489; ISSN ONLINE: 3006-2470
1ª Ed, Vol. 1, No. 10, Dezembro, 2025
https://alba.ac.mz/index.php/alba/issue/view/13
albaisfic@gmail.com; alba@isfic.ac.mz

de cônjuge, filhos de menor idade e de maior idade caso estejam matriculados nas escolas (nível médio até aos 21 anos e superior até as 25 anos) com os respectivos comprovativos[5]. Neste contexto moçambicano, em que se tem três grupos de pensões, a ideia final é de garantir maior abrangência de modo a não permitir que um pensionista com direito deixe de usufrui-lo, como se aprofundará mais em diante. Outrossim, nota-se a existência de diversas pensões a seguir:

Pensão de invalidez: apenas atribuída a um trabalhador que, na sequência de doença ou acidente de origem não profissional, sofreu uma diminuição permanente das suas faculdades físicas ou mentais, devidamente certificada por junta médica, que o torne incapaz de ganhar mais do que 1/3 da remuneração que um trabalhador com a mesma formação pode auferir pelo seu trabalho (RdM, 2020). O Estado apoia este trabalhador como forma de reduzir o seu sofrimento e incapacidade de satisfazer as suas necessidades devido a sua incapacidade permanente

Pensão de sobrevivência: Prestação concedida aos familiares sobreviventes (viúvo, inválido e menores) pela morte de um beneficiário ou pensionista do SSS, mas que reúnam determinadas condições exigidas por lei, como se verá requisitos para se beneficiarem esta pensão em diante deste trabalho (RdM, 2023).

Pensão de velhice: esta é a pensão dominante, pois trata-se de prestação mensal atribuída a um beneficiário, que tenha atingido a idade de 55 e 60 anos, quer seja mulher ou homem, respectivamente, ou que não tendo atingido as idades indicadas, reúna o requisito de 30 anos de inscrição no sistema e tendo dado 300 meses de entrada de contribuições (RdM, 2020) e (RdM, 2023).

Além destas 3 pensões, em Moçambique existe também a quarta, pensão por incapacidade parcial, que se concede ao trabalhador com alguma limitação produtiva, mas esta diminuição do nível de produção normal não lhe anula completamente a capacidade de produzir, pelo que este trabalhador continua a produzir na empresa. Desta forma, as fórmulas aplicadas em cada pensão ditam o conforto ou desconforto do pensionista tangente a capacidade de satisfazer as suas necessidades básicas, como forma de garantir a manutenção da QV do mesmo, como se vai detalhar mais em diante ao comparar com a cesta básica vigente no contexto actual moçambicano.

[5] https://www.inss.gov.mz/quem-e-pensionista/, 13/ 10/ 2024.

A SS está profundamente ligada à cesta básica. Pelo que, se afirma que "à questão da cesta básica, nós chamamos de protecção social" (Santos & Lodovici, 2011, p. 175). Isto é, a SS tem como o fim último proporcionar a efectiva implementação da cesta básica dos seus intervenientes (beneficiários e pensionistas). Assim, caso a SS consiga satisfazer as necessidades apresentadas pela cesta básica, esta estará a contribuir positivamente na QV dos seus utentes; caso contrário, estará a causar um impacto negativo nos utentes.

De referir que a cesta básica pode ser definida como um conjunto de componentes que são fundamentais para o ser humano sobreviver mensalmente. A cesta básica pode envolver componentes alimentícios incluindo componentes de higiene (Mine, et al; 2017). Na análise deste estudo, pode-se incluir a questão de transporte, comunicação e saúde dos pensionistas e beneficiários, por constituírem as necessidades básicas dum cidadão que opte pela sua QV; ademais, a inflação apresentada pelo INE é generalizada.

Para a composição de uma cesta básica saudável, estes autores consideram 4 factores básicos, como o factor biológico (características sensoriais sabor e qualidade nutricional), o económico (capacidade de compra), a oferta/ disponibilidade do produto (a facilidade/ dificuldade da existência dos produtos para consumir) e o factor social (hábitos alimentares da família) (Mine, et al, 2017). Estes factores constituem pilares influenciadores aos pensionistas e beneficiários para escolherem determinados produtos que outros na composição da sua cesta básica, no contexto moçambicano.

Contudo, segundo "o custo da cesta básica variou de 3.853,00 Mt em 2000 a 24.026,00 Mt em 2021" (Marrengula, Guiliche & Mafambissa, 2021, p. ii). Esta subida não foi acompanhada pela subida salarial dos cidadãos moçambicanos, principalmente o salário mínimo. Em que durante este período, a inflação dos produtos foi 3 vezes mais que o salário mínimo, pois a média do salário mínimo de 2024 foi de 8. 287.40 MZN. E, a referente subida, teve o seu pico no ano 2016, devido a degradação dos preços da matéria-prima vendida/ exportada pelo Moçambique, assim como a descoberta das dívidas não declaradas que contribuíram para a redução do IDE.

MATERIAIS E MÉTODOS

Este estudo adopta uma abordagem metodológica quantitativa, usando técnicas quantitativas para investigar os efeitos da segurança social obrigatória na qualidade de vida dos pensionistas do INSS em Moçambique. A abordagem é descritiva e

ALBA - ISFIC RESEARCH AND SCIENCE JOURNAL
ISSN PRINT: 3006-2489; ISSN ONLINE: 3006-2470
1ª Ed, Vol. 1, No. 10, Dezembro, 2025
https://alba.ac.mz/index.php/alba/issue/view/13
albaisfic@gmail.com; alba@isfic.ac.mz

explicativa, pois além de descrever o perfil dos pensionistas, pretende-se explicar as relações causais entre os pensionistas da segurança social e indicadores de qualidade de vida, como rendimento, acesso a serviços de saúde, educação, alimentação e habitação (Silverman, 2020).

A abordagem é especialmente relevante em países em desenvolvimento, onde há desafios na mensuração de bem-estar apenas por meios quantitativos (OECD, 2017), como no caso de Moçambique.

A população-alvo consiste nos pensionistas do INSS, incluindo pensionistas por invalidez, e pensionistas indiretos (viúvas e órfãos), representantes de sindicatos. A amostragem foi probabilística por acessibilidade, conforme Mutimucuio (2008), esta amostragem permite que cada sujeito participe na pesquisa em função a sua disponibilidade.

O questionário foi usado para captar percepções, experiências pessoais e compreender a QV dos pensionistas, em linha com a abordagem interpretativa sugerida por Silverman (2020), que privilegia a compreensão dos significados atribuídos pelos sujeitos aos fenômenos sociais a partir de seus próprios contextos e discursos.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Nesta secção, vai se apresentar os dados recolhidos a partir do questionário aplicado aos pensionistas, como grupo-alvo da pesquisa e a respectiva análise interpretativa dos resultados. **Satisfação dos beneficiários e pensionistas do INSS (impacto na sua QV)**

Ordem	Designação	Variação	Resultados	
1	Tempo como Beneficiário/ pensionista	a) menos de 2 anos	39	17%
		b) 3 - 5 anos	54	24%
		c) 6 - 10 anos	45	20%
		d) 11 - 20 anos	48	21%
		e) 21 - 30 anos	30	13%
		f) 31 ≤ anos	12	5%
Total de participantes			228	100%
1.1	Tempo etário para conseguir aposentadoria	a) 33 - 40 anos de idade	3	4%
		b) 41 - 50 anos de idade	11	17%
		c) 51 - 60 anos de idade	52	79%
Total de participantes			66	100%
1.2.	Anos de Trabalho para aposentadoria	a) 15 - 20 anos de trabalho	4	6%
		b) 21 - 25 anos de trabalho	7	11%
		c) 26 - 30 anos de trabalho	18	27%

		d) 31 ≤ anos de trabalho	37	56%
Total de participantes			66	100%
1.3.	Tipo de Trabalho que exerce/cia enquanto beneficiário	TCO	156	71%
		TCP	63	29%
Total de participantes			219	100%
2	Satisfação pelos Cálculos de Subsídios e Pensões tendo em conta a inflação.	a) Sim	78	32%
		b) Não	102	47%
		c) Indiferente	42	21%
Total de participantes			222	100%
2.1.	O Impacto da SSO na sua QV como beneficiário/ pensionista	a) Positivo	49	22%
		b) Negativo	178	78%
Total de participantes			227	100%
4	A Universalidade da SSO: bem-estar económico, social e cultural.	a) 0% - 39%	76	48%
		b) 40% - 69%	52	33%
		c) 70% - 100%	31	19%
Total de participantes			162	100%

Fonte: Elaboração dos autores.

Relativamente ao tempo que as pessoas estão como beneficiárias/ pensionistas, dos 228 inquiridos, 54 pessoas correspondentes aos 24% se enquadram entre 3 - 5 anos a se beneficiarem dos serviços do INSS. Outrossim, dos inqueridos, apenas 5% se beneficiam acima de 30 anos. Isto significa que são muito poucas pessoas que conseguem usufruir por muito tempo dos serviços do INSS, principalmente os pensionistas. Pois, a esperança de vida em Moçambique é tão reduzida que não permite a maioria das pessoas a usufruírem dos serviços promovidos pelo INSS, por um tempo longo.

Durante a pesquisa, percebe-se que 79% das pessoas alcançaram a sua aposentação entre os 51 - 60 anos de idade. Pois, é nesta fase que se aceita a aposentação por idade, 55 anos para mulheres e 60 anos para homens, e este intervalo de idade coincide com o tempo comum de trabalho. Isto é, se um funcionário começa a trabalhar com 18 anos de idade e conseguir trabalhar 35 anos, irá aposentar com 53 anos. Isto revela que as pensões por invalidez ou qualquer incapacidade não são dominantes no contexto moçambicano; pelo que, os cálculos da pensão por velhice deviam ser cativantes para não impactar negativamente à QV habitual do aposentado, uma vez que não constitui grande peso das despesas da SSO, por serem poucas pessoas, comparativamente aos contribuírem.

Quanto aos tipos de trabalho exercidos enquanto beneficiários, 71% dos inquiridos assumiram que eram TCO e apenas 29% são TCP. Isto comunga com a ideia de que os TCP

ALBA - ISFIC RESEARCH AND SCIENCE JOURNAL
ISSN PRINT: 3006-2489; ISSN ONLINE: 3006-2470
1ª Ed, Vol. 1, No. 10, Dezembro, 2025
https://alba.ac.mz/index.php/alba/issue/view/13
albaisfic@gmail.com; alba@isfic.ac.mz

foram inclusos no SSO nos últimos anos, e estes constituem o menor número comparativamente aos TCO no contexto moçambicano. Pois, a tabela 4 desta pesquisa revela que apenas em 2017, os TCP iniciaram a se inscrever no INSS, embora a aprovação desta inclusão tenha sido em 2015 (RdM, 2020). Nota-se que quase todos os inquiridos eram apenas beneficiários e não pensionistas por terem poucos anos de contribuição e estando ainda numa fase produtiva activamente.

Inerente à satisfação dos beneficiários e pensionistas dos serviços desenvolvidos pelo INSS, na Delegação de Maputo, 47% dos respondentes afirmaram que estão insatisfeitos pela forma como são atendidos e pelas taxas reducionistas aplicadas no INSS. De referir que 100% dos pensionistas mostraram a sua insatisfação inerente a forma como são calculadas as suas pensões, uma vez que os 47% anteriormente referenciados incluem também beneficiários, além dos pensionistas, conforme apresenta a tabela em análise. Porém, os 32% dos que assumiram satisfação positiva com os serviços do INSS, todos eles fazem parte dos beneficiários, como no caso de subsídio de maternidade.

Pois, estes não sofrem nenhuma taxa reduzida das suas remunerações, diferentemente dos outros subsídios assim como pensões. Estes resultados comparados com a cesta básica em Moçambique conforme ilustra a tabela 17, não impactam positivamente na QV dos pensionistas. Assim, durante a pesquisa, obteve-se 78% dos respondentes em terem assumido que o impacto da SSO na QV dos beneficiários e pensionistas é negativa, contra apenas 22% dos que deram um resultado positivo.

Quanto aos princípios em análise, se assume que estes são implementados entre 0 – 39%. Assim, o bem-estar dos utentes não é alcançada de forma desejada. Uma vez que a QV é aproximadamente considerada a partir dos 70%. Mas antagonicamente, este intervalo apenas corresponde a 19% dos inquiridos contra 48% dos 0-39%. Por isso, se considera a percentagem negativa ou insatisfatória quanto ao impacto na QV dos trabalhadores. Ademais, mesmo querendo se considerar uma vida suficiente, nesta categoria, apenas se tem 33% dos respondentes. Isto é, a SSO em Moçambique apenas promulga princípios e não os prática na íntegra, o que se pode entender que estes princípios estão na dimensão política em vista a atrair doadores externos (para sustentar outros subsistemas de SS) e não os executa realmente para espelhar o bem-estar quotidiano dos cidadãos.

Cálculo das pensões no INSS

O artigo 27 da Lei nº. 8/2021 de 30 de Dezembro e artigo 33 do Decreto nº. 33/2023 de 8 de Junho apresentam o cálculo da pensão para aposentadoria voluntária e obrigatória[6], que é feito na base da média de remunerações brutas auferidas nos últimos cinco anos na respectiva carreira profissional ou função exercida, multiplicada pelo tempo de serviço e dividida pelos trinta e cinco anos, conforme a fórmula a seguir:

$$\boldsymbol{P = \frac{mR \times Ts}{35}}$$

Sendo:

P = valor da pensão de aposentação a auferir;

mR = média de remunerações brutas auferidas nos últimos 60 meses (valor acordado entre trabalhador e empregador, antes de se cumprir cortes legais do País);

Ts = tempo de serviço prestado, limitado até ao máximo de 35 anos (RdM, 2021, p. 8) e (RdM, 2023, p. 35).

Esta fórmula aplicada na realidade traz resultados reducionistas, colocando a QV dos pensionistas em causa, pois, há uma redução significativa do seu valor final comparativamente ao tempo que exercia as suas atividades activamente (enquanto contribuinte ao INSS).

CONCLUSÃO

Os serviços desenvolvidos pelo INSS moçambicano como entidade gestora da SSO dos TCO e TCP em Moçambique têm impacto negativo na QV dos seus utentes como pensionistas. Pois, as fórmulas aplicadas para os cálculos das pensões e subsídios, possuem uma característica reducionista dos valores finais. Estes valores por sua vez, comparados com a cesta básica aplicada no contexto moçambicano, devido a inflação, resulta numa marginalização dos pensionistas. Uma vez que, os valores auferidos por estes os obriga a continuarem a trabalhar para manterem a sua QV até a morte.

Conclui-se igualmente que, o INSS é uma entidade gestora da SSO apenas para evitar a morte dos trabalhadores e não para garantir a QV dos mesmos. Uma vez que a própria legislação apresenta alguns direitos em vista a QV dos trabalhadores, mas a metade destes são excluídos quando se trata de um trabalhador privado. Isto gera sentimento de

[6] O artigo 35 do Decreto nº. 51/2017 de 9 de Outubro esclarece que o valor mínimo da pensão por velhice não deve ser inferior a 90% do salário mínimo nacional mais baixo, aprovado pelo Governo em cada ano, a fim de garantir que o valor real da pensão consiga responder as satisfações das necessidades básicas do beneficiário (RdM, 2017).

ALBA - ISFIC RESEARCH AND SCIENCE JOURNAL
ISSN PRINT: 3006-2489; ISSN ONLINE: 3006-2470
1ª Ed, Vol. 1, No. 10, Dezembro, 2025
https://alba.ac.mz/index.php/alba/issue/view/13
albaisfic@gmail.com; alba@isfic.ac.mz

ser mais pessoa quem trabalha no Estado e menos pessoa quem não teve a oportunidade de exercer a sua função produtiva no Estado, embora estando ciente que o Estado não tem condições de empregar a todos moçambicanos.

De forma geral, conclui-se que os principais riscos assumidos pelo INSS são doença, acidentes de trabalho, doenças profissionais, maternidade, paternidade, invalidez, velhice e morte. Ora, INSS (Instituto Nacional do Seguro Social) incluem uma variedade de situações que podem impactar a vida dos trabalhadores e suas famílias. Esses riscos são fundamentais para compreender o papel da segurança social na proteção dos cidadãos.

Primeiramente, as doenças representam um risco significativo, pois podem incapacitar o trabalhador temporariamente ou até mesmo permanentemente. O INSS oferece benefícios para cobrir essa eventualidade, garantindo que os segurados tenham acesso a recursos financeiros durante períodos de afastamento. Isso é crucial para a manutenção da qualidade de vida e para evitar que as famílias enfrentem dificuldades financeiras em momentos de vulnerabilidade.

Os acidentes de trabalho e as doenças profissionais são outros riscos importantes. O INSS reconhece que muitos trabalhadores estão expostos a ambientes de trabalho perigosos e, por isso, oferece cobertura específica para esses casos. A proteção contra acidentes de trabalho não só assegura o bem-estar do trabalhador, mas também incentiva práticas de segurança nas empresas, promovendo um ambiente laboral mais saudável.

Além disso, a maternidade e a paternidade são aspectos essenciais da vida familiar que também são contemplados pelo INSS. O apoio financeiro durante a licença-maternidade e a licença-paternidade permite que os novos pais cuidem de seus filhos sem o peso da preocupação financeira imediata. Isso contribui para o fortalecimento das relações familiares e para o desenvolvimento saudável das crianças.

A invalidez é outro risco significativo, pois pode ocorrer devido a doenças ou acidentes inesperados. O INSS proporciona benefícios para os segurados que se tornam incapazes de trabalhar, assegurando uma fonte de renda em momentos críticos. Essa protecção é vital não apenas para a pessoa afectada, mas também para seus dependentes.

A velhice é um aspecto inevitável da vida humana e, com ela, surgem desafios relacionados à aposentadoria. O INSS oferece aposentadorias programadas que garantem uma renda mensal aos segurados após anos de contribuição ao sistema.

Benefício é essencial para proporcionar dignidade e qualidade de vida na terceira idade.

Por fim, o risco da morte é tratado pelo INSS por meio de pensões por morte. Quando um segurado falece, seus dependentes têm direito a receber uma pensão, o que ajuda a mitigar os impactos financeiros da perda do provedor familiar.

Em resumo, os principais riscos assumidos pelo INSS – doença, acidentes de trabalho, doenças profissionais, maternidade, paternidade, invalidez, velhice e morte – reflectem a complexidade das necessidades sociais dos trabalhadores moçambicanos. A atuação do INSS é fundamental para garantir protecção social e promover a segurança económica em diferentes fases da vida. Essa estrutura não apenas ampara os indivíduos em momentos difíceis, mas também contribui para um tecido social mais coeso e solidário. Estes agrupam-se em subsídios e pensões, cujo objectivo é manter a QV dos beneficiários e pensionistas. Contudo, nem sempre este propósito é alcançado, devido às diversas razões anteriormente apresentadas.

RECOMENDAÇÕES

1. Ampliação da Comunicação: É fundamental que o INSS intensifique suas campanhas de comunicação para informar os trabalhadores sobre seus direitos e benefícios. Muitos segurados não têm pleno conhecimento das coberturas disponíveis, como aposentadorias, pensões por morte e benefícios por incapacidade. Melhorar a divulgação pode aumentar a adesão e garantir que mais pessoas se beneficiem do sistema.

2. Aprimoramento dos Processos de Acesso: Simplificar os processos de solicitação de benefícios é essencial para garantir que os segurados consigam acessar rapidamente o suporte necessário. Isso pode incluir a digitalização de documentos e a redução da burocracia, facilitando o acesso principalmente para as populações mais vulneráveis.

3. Educação Financeira: Promover programas de educação financeira voltados para trabalhadores e suas famílias pode ser uma estratégia eficaz. Compreender como funcionam os benefícios do INSS e como planejar financeiramente para a aposentadoria ajudará os segurados a tomarem decisões mais informadas.

4. Apoio à Saúde Mental: Considerando os riscos associados à saúde mental, é importante que o INSS considere oferecer

ALBA - ISFIC RESEARCH AND SCIENCE JOURNAL
ISSN PRINT: 3006-2489; ISSN ONLINE: 3006-2470
1ª Ed, Vol. 1, No. 10, Dezembro, 2025
https://alba.ac.mz/index.php/alba/issue/view/13
albaisfic@gmail.com; alba@isfic.ac.mz

apoio psicológico aos segurados que enfrentam doenças ou invalidez. O bem-estar emocional é crucial durante períodos difíceis e pode influenciar diretamente na recuperação e adaptação.

5. Fortalecimento das Políticas de Inclusão: Assegurar que grupos vulneráveis, como pessoas com deficiência e trabalhadores informais, tenham acesso igualitário aos benefícios do INSS é essencial. Isso pode incluir a criação de programas específicos adaptados às necessidades desses grupos.

6. Monitoramento e Avaliação Contínua: Implementar um sistema de monitoramento e avaliação dos serviços prestados pelo INSS permitirá identificar áreas que necessitam de melhorias e garantir que os benefícios estejam atendendo efetivamente às necessidades da população.

7. Promoção da Integração Social: Fomentar parcerias com organizações não-governamentais (ONG's) e instituições sociais pode ajudar a ampliar o alcance dos serviços do INSS, especialmente em comunidades mais isoladas ou carentes.

8. A manutenção dos valores dos subsídios: que os subsídios por doença e por internamento hospitalar sejam iguais a 100% do valor médio do salário diário do trabalhador e não 70% do mesmo, desde que este justifique devidamente a sua ausência no local de trabalho, apresentando comprovativos hospitalares.

9. Atualização da fórmula das pensões: sugere-se ao Estado moçambicano a verificação e substituição da fórmula em vigor passando para a fórmula única das pensões: P = RMM[7]. Para tal, torna-se pertinente que o Estado comparticipe na contribuição de cada cidadão da seguinte distribuição percentual, em função ao tipo de trabalho: TCO - 3%, Estado - 3% e entidade empregadora - 4%; TCP - 6% e Estado - 4% respectivamente, aumentando a taxa contributiva para 10% por cada cidadão, em função ao seu salário, para garantir que a fórmula proposta acima seja aplicável sustentavelmente no INSS.

Essas recomendações visam fortalecer o papel do INSS na proteção social dos trabalhadores moçambicanos, assegurando que todos tenham acesso à dignidade e qualidade de vida em todas as fases da vida. A proteção social não é apenas uma questão económica; é um direito humano fundamental que deve ser garantido a todos.

[7]**P** = Pensão, **RMM** = remuneração média mensal: valor bruto auferido nos seus meses de trabalho.

REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA

Baldwin, R., Hines, J., & Slemrod, J. (2018). *The economics of public policy in the developing world*. Journal of Economic Development, 45(1), 1-19. https://doi.org/10.2139/ssrn.2505280

Barrientos, A. (2013). *Social protection for inclusive development: A review of the literature*. Development Policy Review, 31(5), 545-563. https://doi.org/10.1111/dpr.12028

Banerjee, A. V., & Duflo, E. (2019). *Good economics for hard times: Better answers to our biggest problems*. Allen Lane.

Benz, M., & Schwab, B. (2020). *Social security and the quality of life: A theoretical framework and empirical analysis*. Social Indicators Research, 150(3), 625-645. https://doi.org/10.1007/s11205-020-02343-9

Carneiro, L. L. (2018). *Qualidade De Vida No Trabalho.* Universidade Federal Da Bahia.

Carvalho, O. F. (2015). O Direito fundamental à segurança social e seu panorama na ordem constitucional brasileira. *Revista do Direito Público*. Londrina, v.10, n.3, p.213-228 set./dez.2015 | DOI: 10.5433/1980-511X.2015v10n3p213. Brasil.

Costa, J. (s/d). *Dicionário Moderno da Língua Portuguesa.* Escolar Editora. Angola.

Costa, J. A. & Melo, A. S. (1952). *Dicionário da Língua Portuguesa.* Porto Editora LDA. Portugal.

Cunha, M. I. (2009). *A qualidade da educação superior no Brasil e o contexto da inclusão social: desafios para a avaliação*. Universidade do Vale do Rio dos Sinos.

Creswell, J. W. (2010). *Design de pesquisa: métodos qualitativo, quantitativo e misto* (3ª ed.). Porto Alegre: Artmed.

INSS (2024). *Plano Estratégico do INSS 2024-2028*. Maputo.

Marrengula, C. P., Guiliche, F. & Mafambissa, F. (2021). *Evolução do Bem-estar e do Custo da Cesta Básica em Moçambique (2000 a 2020)*. Centro de Estudos de Economia e de Gestão. Boletim Informativo nº 1. Universidade Eduardo Mondlane. Maputo – Moçambique.

Matos, H. J. & Chuy, J. F. M. (2020). Segurança: da evolução de um conceito à garantia democrática. *ISSN 2763-9940 Rev. Susp, Brasília*. V. 1, n. 1, p. 133-152, jan./jun. 2021.

Mine, T., Silva, , I. G. B., Rei, M. Paula, E. & Chaves, S. (2017). Análise Do Valor E Da Variação Do Preço Da Cesta Básica De Alimentos Na Cidade De Jacareí: Um Estudo Quantitativo De Painel De Respondentes Varejistas. *In* Ahrens, R. B. (2017). *A Gestão Estratégica Na Administração*. Atena Editora, Brasil.

RdM, (2020). *Boletim da República: Comissão Interministerial De Reforma Da Administração Pública. Estatuto Orgânico do Ministério do Trabalho e Segurança Social*. Imprensa Nacional de Moçambique, E. P.

RdM, (2023). *Boletim da República: Regulamento da Lei do Sistema de Segurança Social Obrigatória dos Funcionários do Estado. Suplemento.* Edição electrónica da Pandora Box, Lda. Imprensa Nacional de Moçambique, E. P.

Robalino, D., Rawlings, L. B., & Walker, I. (2020). *Social protection in developing countries: An overview of the impact of social security systems*. World Bank Policy Research Working Paper, 9241. https://doi.org/10.1596/1813-9450-9241

Santos, D. F. & Lodovici, F. M. M. (2011). Pessoas idosas em Moçambique: com a palavra, Teresinha da Silva. *Revista Kairós Gerontologia, 14*(6). ISSN

ALBA - ISFIC RESEARCH AND SCIENCE JOURNAL
ISSN PRINT: 3006-2489; ISSN ONLINE: 3006-2470
1ª Ed, Vol. 1, No. 10, Dezembro, 2025
https://alba.ac.mz/index.php/alba/issue/view/13
albaisfic@gmail.com; alba@isfic.ac.mz

2176-901X. São Paulo (SP), Brasil, dezembro 2011: 167-182.

Schneider, A. (2018). *Social security in sub-Saharan Africa: Challenges and prospects*. Journal of African Economics, 27(4), 413-439. https://doi.org/10.1093/jae/ejy021

Silva, M. T., Lopes, A. R., & Lima, J. A. (2017). *Segurança social e desenvolvimento econômico em Moçambique: Uma análise das políticas públicas de seguridade social*. Revista Moçambicana de Economia e Desenvolvimento, 29(1), 123-140. https://doi.org/10.1007/s11628-017-0234-04omini

Townsend, P. (1979). *Poverty in the United Kingdom: A survey of household resources and standards of living*. Penguin Books & University of California Press.

OECD. (2017). *Social protection system review of Mozambique*. OECD Development Pathways. https://doi.org/10.1787/9789264280837-en

Silverman, D. (2020). *Interpreting qualitative data* (6th ed.). London: SAGE Publications.

Stake, R. E. (2005). Qualitative case studies. In Denzin, N. K., & Lincoln, Y. S. (Eds.), *The Sage handbook of qualitative research* (3rd ed., pp. 443–466). Thousand Oaks, CA: SAGE Publications.

ALBA
ISFIC RESEARCH AND SCIENCE JOURNAL
ALBA - ISFIC RESEARCH AND SCIENCE JOURNAL
ISSN PRINT: 3006-2489; ISSN ONLINE: 3006-2470
1ª Ed, Vol. 1, No. 10, Dezembro, 2025
https://alba.ac.mz/index.php/alba/issue/view/13
albaisfic@gmail.com; alba@isfic.ac.mz

DESEMPENHO INSTITUCIONAL DO INSS EM MOÇAMBIQUE: EFICIENCIA E DESAFIOS DA SUSTENTABILIDADE DA SEGURANÇA SOCIAL

Institutional Performance Of The Inss In Mozambique: Efficiency And Challenges Of Social Security Sustainability

Desempeño Institucional Del Inss En Mozambique: Eficiencia Y Retos De La Sostenibilidad De La Seguridad Social

Quentino Agostinho Razão[1] | Obadias Benjamim Machine [2] | Cornélio Abdul Mussá [3]

[1]Mestre, Universidade São Tomás de Moçambique, Moçambique, https://orcid.org/0009-0007-6992-0904, fam.razao7@gmailcom
[2]Mestre, Universidade São Tomás de Moçambique, Moçambique, https://orcid.org/0000-0001-2345-6789, machine.obadias@gmail.com
[3]Professor Doutor, Universidade Pedagógica de Maputo, Moçambique, https://orcid.org/0000-0002-4579-5391

Autor para correspondência: *razaoquentino@gmail.com*

Data de recepção: 25-06-2025
Data de aceitação: 01-07-2025
Data da publicação: 10-12-2025

Como citar este artigo: Razão, Q. A.; Machine, O. B & Mussá, C. A. (2025). *Desempenho institucional do INSS em Moçambique: eficiencia e desafios da sustentabilidade da segurança social.* ALBA – ISFIC Research and Science Journal, 1(10), pp. 177-193. https://alba.ac.mz/index.php/alba/issue/view/13

RESUMO

O presente artigo está focalizado em analisar a eficácia e eficiência organizacional, visando perceber como o Instituto Nacional de Segurança Social (INSS) exerce as suas funções em vista a dar respostas satisfatórias ao seu público-alvo. Esta pesquisa apresenta como problema associado a exclusão dos cidadãos e a fraca satisfação das exigências dos beneficiários. Relacionado a esta problemática, teve-se como objectivo: analisar o desempenho institucional, focalizando-se na eficácia e desafios actuários como uma instituição da Segurança Social Obrigatória (SSO) em Moçambique. Durante a pesquisa, usou-se o método misto (abordagem qualitativa e quantitativa), trata-se de uma pesquisa exploratória e descritiva, tendo usado o inquérito por questionário e entrevistas semiestruturadas. Das contratações feitas, concluiu-se que o INSS não tem um desempenho eficiente no exército das suas funções quotidianas, pelo facto de não estar a responder com excelência os indicadores de avaliação do desempenho institucional.

Palavras-chave: Desempenho Institucional; Eficiência Institucional e Desafios de Sustentabilidade.

ABSTRACT

This article focuses on analyzing organizational effectiveness and efficiency, aiming to understand how the National Institute of Social Security (NISS) performs its functions in order to provide satisfactory responses to its target audience. This research presents as a problem associated with the exclusion of citizens and the poor satisfaction of beneficiaries' demands. Related to this problem, the objective was: to analyze institutional performance, focusing on the effectiveness and

actuarial challenges as an institution of Mandatory Social Security (MSS) in Mozambique. During the research, a mixed method (qualitative and quantitative approach) was used; it is an exploratory and descriptive research, having used the questionnaire survey and semi-structured interviews. From the hirings made, it was concluded that the NISS does not perform efficiently in the army of its daily functions, because it is not responding with excellence to the indicators of institutional performance evaluation.

Keywords: Institutional Performance; Institutional Efficiency and Sustainability Challenges

RESUMEN

Este artículo se centra en analizar la efectividad y eficiencia organizacional, con el objetivo de comprender cómo el Instituto Nacional de la Seguridad Social (INSS) desempeña sus funciones con vistas a brindar respuestas satisfactorias a su público objetivo. Esta investigación presenta la problemática asociada de la exclusión de los ciudadanos y la escasa satisfacción de las demandas de los beneficiarios. En relación a este tema, el objetivo fue: analizar el desempeño institucional, con foco en la efectividad y los desafíos actuariales como institución de Seguridad Social Obligatoria (SSO) en Mozambique. Durante la investigación se utilizó el método mixto (enfoque cualitativo y cuantitativo), se trata de una investigación exploratoria y descriptiva, habiéndose utilizado la encuesta mediante cuestionario y entrevistas semiestructuradas. De la contratación realizada se concluyó que el INSS no se desempeña eficientemente en sus funciones diarias, debido a que no está respondiendo con excelencia a los indicadores de evaluación del desempeño institucional.

Palabras-clave: Desempeño Institucional; Desafíos de eficiencia institucional y sostenibilidad.

Contribuição de autoria (por autor): Cada autor deverá preencher sua contribuição no artigo

Quentino Razão foi responsável pela concepção da ideia principal, pela revisão literária, prepara e aplicação dos instrumentos de recolha de dados no INSS, compilação, análise dos dados e redigiu a primeira versão desta pesquisa.

Obadias Benjamim Machine: responsável pela coordenação da autoria, revisor e tradutor de termos básicos aplicados nesta pesquisa.

Cornélio Mussá: responsável pelo aconselhamento e segurança da pesquisa, revisor e fez a correção do artigo.

INTRODUÇÃO

Este artigo representa um desafio para os autores do mesmo, na medida em que se pretende analisar o desempenho eficiente de uma instituição pública, tendo em conta os seus diversos desafios que o contexto actual apresenta. Pois, a ineficiência do Instituto Nacional de Segurança Social (INSS) está influenciada aos enormes desafios que o INSS enfrenta. Contudo, os desafios enfrenados pelo INSS são do contexto geral, como um país de baixo rendimento económico. Daí que, os desafios apresentados no país evocam acções concretas para a melhoria do Sistema de Segurança Social (SSS) moçambicano, e Francisco e Sugahara (2015) apresentam alguns desafios como a baixa cobertura da Segurança Social (SS) formal, a ineficiência da SS, consistência de SS de longo prazo e não apenas de médio e muito menos de curta duração, a robustez da SS deixando de ser ramificada e frágil em

ALBA - ISFIC RESEARCH AND SCIENCE JOURNAL
ISSN PRINT: 3006-2489; ISSN ONLINE: 3006-2470
1ª Ed, Vol. 1, No. 10, Dezembro, 2025
https://alba.ac.mz/index.php/alba/issue/view/13
albaisfic@gmail.com; alba@isfic.ac.mz

recursos financeiros e institucionais, assegurar as estratégias de implementação e monitoria do funcionamento do sistema mais flexível e eficaz, maior coordenação na intervenção correctiva de possíveis falhas detectadas na monitoria em vista a minimização da intervenção dos doadores externos em finanças e políticas de funcionamento, assim como a redução dos custos administrativos.

O sistema de SS moçambicano está com uma deficiência financeira, o que condiciona a contratação de funcionários desqualificados, pois são mal pagos e consequentemente, os serviços prestados por estes não satisfazem as necessidades dos beneficiários (Castel-Branco, 2020).

Isto revela claramente a ineficiência do sistema de SS em todas as dimensões. Assim como Siúta (2019) consolida a posição acima afirmando que o sistema actual é inviabilizado por duas razões: o regime formal de SS obrigatória gerido pelo INSS é inviável e insustentável no contexto demográfico de Moçambique e assim como é inviável por ser impossível que o Estado redistribua rendimentos colectando impostos duma pequena parte da população para uma maioria sem rendimento, uma vez que em Moçambique a taxa de desemprego é elevada e o PIB é baixo. Dentro deste cenário desafiador, se apresenta a questão central da pesquisa: em que medida o INSS tem demonstrado eficiência institucional, sustentabilidade financeira e capacidade de gestão para garantir a efectiva segurança social obrigatória em Moçambique? Este estudo tem como objectivo de forma geral em analisar o desempenho institucional do INSS no âmbito da segurança social obrigatória em Moçambique, com foco na eficiência operacional e sustentabilidade financeira; especificamente, tem como objectivo: (i) avaliar a eficiência operacional do INSS com base em indicadores de gestão (custo administrativo e tempo de resposta; (ii) identificar os principais desafios institucionais enfrentados pelo INSS no cumprimento de sua missão.

ENQUADRAMENTO TEÓRICO

Desempenho institucional: eficácia e eficiência operacional

O desempenho institucional pode ser percebido por alguns indicadores de avaliação como eficiência e eficácia, excelência e produtividade, efectividade e economicidade. Desta forma, abaixo seguem aspectos explicativos:

Indicador	Significado
Economicidade	Relacionado com a capacidade institucional de obtenção e uso de recursos com maior racionalidade, gerindo adequadamente os recursos financeiros e físicos.
Efectividade	Refere-se aos impactos emergidos pelos produtos/ serviços, estando desta forma vinculada a satisfação dos executores e utentes.
Eficácia	É a capacidade institucional de manter a quantidade e qualidade de matéria-prima nos produtos e serviços entregues ao usuário como consumidor final.
Eficiência	Tangente a capacidade da instituição de garantir bons procedimentos produtivos, a fim de permitir que se alcance um resultado positivo a nivel institucional (produtividade).
Excelência	Aplicação do capital humano que produza em conformidade a critérios e padrões de qualidade, para a realização dos processos, na busca da melhor execução e economicidade.

Fonte: (Erasmo, et al, 2018).

A eficiência e eficácia são dois termos interligados e quase inseparáveis, pois têm uma relação de complementaridade. Uma vez que a eficiência é a capacidade de manter a qualidade e a quantidade dos *inputs* (entradas) nos resultados finais (saídas). Isto é, enfatiza os meios ao realizar as tarefas, salvaguardando os recursos, realizar os trabalhos de forma artística/ excelente; enquanto a eficácia é vista como a medida de aproximação dos *outputs* da organização aos objectivos propostos. Quanto menores forem os desvios entre o realizado e o planeado, maior é a eficácia. Esta está focada nos resultados, a excelência dos resultados ou objectivos alcançados (Schultz, 2016).

Para Pinto e Coronel (2017), eficiência institucional é uma abordagem utilizada a fim de indicar que uma organização utiliza de forma produtiva ou económica os seus recursos. Dessa forma, esse conceito está muito ligado aos meios que uma organização irá utilizar para alcançar os seus resultados. Em Moçambique, a eficiência torna-se um desafio devido à escassez dos recursos adequados ao exercício das actividades produtivas, pelo que se condiciona a eficácia empresarial e a consequente SS efectiva e robusta.

A eficiência de uma actividade está muito ligada à sua produtividade, pois este conceito está atrelado à situação complexa que envolve o processo de conversão de entradas em saídas. Como o foco da eficiência é nessa relação entre *inputs* e *outputs*, há a implicação da eliminação dos desperdícios e consumos desnecessários a fim de racionalizar os recursos.

Principais desafios da SS moçambicana

Ao nível internacional existem diversos desafios na área de SS, devido a sua complexidade. Pois, trata-se duma temática que mexe profundamente com diversas áreas, como: vidas humanas, a sociedade em geral, área económico-financeira e até afecta a área cultural. Deste modo, apresenta-se os seguintes desafios básicos:

ALBA - ISFIC RESEARCH AND SCIENCE JOURNAL
ISSN PRINT: 3006-2489; ISSN ONLINE: 3006-2470
1ª Ed, Vol. 1, No. 10, Dezembro, 2025
https://alba.ac.mz/index.php/alba/issue/view/13
albaisfic@gmail.com; alba@isfic.ac.mz

i. *Globalização das políticas sociais e transformação dos sistemas e internacionalização das economias*: A SS deve se adaptar a esta globalização em todos os sentidos, para poder se perpetuar na originalidade de cada país e não se deixar levar pelo estrangeirismo, uma vez que há muita dependência nos países pobres nas políticas de dominância mundial (países ricos e doadores);
ii. *Demografia:* envelhecimento demográfico cada vez mais acentuado, gerando novos desafios para a sustentabilidade dos sistemas de pensões e de saúde.
iii. *Mudanças nas estruturas familiares:* divórcios, abandono de crianças e mortes em excesso.
iv. *Alterações na estrutura do trabalho:* estão favorecidos os trabalhadores mais qualificados, em relação aos trabalhadores menos qualificados assumindo os empregos mal pagos, assim como os Trabalhadores a Conta de Outrem (TCO) em relação aos Trabalhadores a Conta Própria (TCP).
v. *Crise económica:* o aumento brutal do desemprego surgiu, que provocou o surgimento da necessidade de um Estado mais interventivo e, consequentemente, de maiores despesas e menores receitas, como no caso da Segurança Social Básica (SSB). Assim, o Estado deve estimular o empreendedorismo e outras actividades produtivas (Ramos, 2016).

Na realidade moçambicana, existem desafios específicos, tendo em conta ao contexto. Pois, ainda se encontra num estado de imaturidade e instabilidade em vários aspectos, como políticos, económicos e sócio-demográficos assim como a imagem do país nos observadores internacionais. Desta forma Siúta (2019) apresenta quatro (4) desafios básicos:

i. *Na esfera Política:* as eleições, descentralização e conflitos mostram como as deficiências do sistema político em Moçambique contribuem negativamente para a qualidade de vida dos cidadãos e para o desenvolvimento de um sistema de SS formal mais abrangente;
ii. *Na área Económica:* as políticas e a trajectória da economia moçambicana mostra como o endividamento público, instabilidade no crescimento económico, a alocação da despesa pública e o tipo de investimentos implementados em Moçambique não contribuem para a SS sustentável e duradoura;
iii. *A parte da Sociedade:* num contexto em que a maioria dos moçambicanos vive na pobreza e sem SS digna, e se uma SS digna depende de uma sociedade informada e educada, em Moçambique há

desafio educacional e informacional dos cidadãos desde infância;

iv. *Moçambique no Mundo:* contribui analisando como, no contexto internacional, a integração e cooperação entre Moçambique e outros países molda o processo de desenvolvimento económico, social e político, do qual depende a SS moçambicana.

Além disso, o grande desafio é saber ou conseguir estabelecer um quadro legal assente num sistema formal, financeira e administrativamente, viável e sustentável; um sistema minimamente consistente com os princípios declarados na Lei n°. 4/2007: universalidade, igualdade, solidariedade e descentralização (Francisco, 2009).

Associado a estas ideias, Gomes e Durán-Valverde (2018) assumem que existem outros desafios como a intensificação das acções de inspeção do INSS e da Inspeção-Geral do Trabalho e a cobertura do INSS. Pois, as inspeções têm permitido aumentar a cobrança de dívidas, apesar de no primeiro trimestre de 2017, se estimar que 23,6% dos 81.170 contribuintes inscritos no INSS se encontravam em situação de dívida. Além disso, devem ser evidenciados os esforços de expansão da cobertura aos trabalhadores do sector informal. Neste âmbito, a Organização Internacional dos Trabalhadores (OIT) tem cooperado com os parceiros nacionais numa iniciativa de diálogo nacional que resultou numa proposta de um Plano Estratégico Nacional de SS Obrigatória (PEINSS).

Enfim, um dos desafios apresentados pelo Quive (2009) é excessiva burocracia e a deficiente descentralização dos serviços e à localização dos postos de pagamento da SS distantes dos beneficiários; ademais, o pior desafio é que os beneficiários sentirem que as pensões que recebem não cobrem as suas necessidades básicas, relacionando a inflação anual com a cesta básica. Este facto contrária, um dos princípios básicos da SS que é o da manutenção da QV que o beneficiário tinha enquanto trabalhador activo. Isto significa que, as pessoas que contribuem ao longo da vida activa, se o seu salário era baixo, e quando aposentam, o cálculo feito sobre o tal salário, a pensão acaba sendo mais baixa ainda, recebendo assim um valor que não satisfaz as nuas necessidades diárias, o que torna a vida precária e a SSO acaba tendo um desempenho ineficiente.

MATERIAIS E MÉTODOS

A presente investigação adopta uma abordagem metodológica de natureza mista, combinando técnicas **quantitativas e qualitativas** para proporcionar uma análise abrangente do desempenho institucional do INSS em Moçambique. Essa opção

ALBA - ISFIC RESEARCH AND SCIENCE JOURNAL
ISSN PRINT: 3006-2489; ISSN ONLINE: 3006-2470
1ª Ed, Vol. 1, No. 10, Dezembro, 2025
https://alba.ac.mz/index.php/alba/issue/view/13
albaisfic@gmail.com; alba@isfic.ac.mz

metodológica baseia-se na premissa de que a compreensão do funcionamento de uma instituição pública como o INSS exige tanto a mensuração de indicadores objectivos de desempenho quanto a interpretação das percepções, práticas e processos internos que orientam sua actuação (Creswell & Creswell, 2018). A metodologia, portanto, alinha-se ao paradigma pragmático, que valoriza a complementaridade entre métodos como forma de captar a complexidade dos fenômenos sociais (Tashakkori & Teddlie, 2010).

Trata-se de uma pesquisa de natureza **exploratória e descritiva**, com um desenho de **estudo de caso institucional**, focado exclusivamente na actuação do INSS, na delegação de Maputo. A pesquisa é exploratória porque busca levantar informações ainda pouco sistematizadas sobre a eficiência e sustentabilidade do sistema de segurança social obrigatória em Moçambique, e descritiva porque pretende caracterizar o desempenho institucional do INSS com base em variáveis específicas de gestão, finanças e governança (Yin, 2018). Adopta-se uma abordagem **dedutiva-analítica**, guiada por hipóteses fundamentadas teoricamente, que são testadas por meio da análise de dados secundários e entrevistas com actores institucionais.

O universo da pesquisa é composto pelo próprio INSS, enquanto a **unidade de análise** é o **desempenho institucional do INSS**, abrangendo tanto aspectos de natureza **financeira** quanto **administrativa e organizacional da delegação de Maputo - Cidade**.

A colecta de dados envolveu fontes de **dados primários. Os dados** foram colectados por meio de **entrevistas semiestruturadas** e questionário aplicados aos gestores e técnicos do INSS. As entrevistas permitiram captar percepções e experiências institucionais sobre a eficiência do sistema, os desafios enfrentados e as estratégias adoptadas para ampliar a cobertura e melhorar a sustentabilidade financeira.

A selecção dos participantes seguiu um critério **intencional** voltado à obtenção de informações de sujeitos-chave que possuem experiência directa com a gestão e formulação de políticas relacionadas ao INSS (Patton, 2015).

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Para se discutir assuntos relacionados com o desempenho do INSS, vai se verificar as estratégias de funcionamento em vista a superação dos desafios e garantir a sustentabilidade institucional a longo prazo.

Consequentemente, relativamente ao número dos contribuintes o respondente '**D**' assumiu que "*a delegação de Maputo até ao ano 2024 posssuia 61,405 contribuintes acumulados, dos quais 31,251 são activos"*. Assim, dos contribuintes activos a nível nacional, a delegação de Maputo representa 21% dos mesmos, sendo a média de 1% das restantes 70 delegações (70 delações do INSS moçambicanas). Melhor, esta inclinação é já confirmada por Siúta e Chishte (2020) ao afirmar que até 2018, no total de 104 mil contribuintes inscritas no INSS. Nisto, a Delegação de Maputo constitui a base do INSS em Moçambique. Esta informação comunga com a de descrita pela RdM (2017), que a inscrição do trabalhador e inscrição das entidades empregadoras é obrigatória e única, e inscrição dos trabalhadores é obrigatória e vitalícia, independentemente do regime.

Castel-Branco (2020) assume que em Moçambique, nas últimas duas décadas, houve uma expansão gradual da cobertura dos SSS acompanhando a dinâmica do continente africano. No entanto, este crescimento é lento, tendo em conta as exigências e complexidade do país. Pois, quanto aos indicadores de cobertura, a estatística apresenta apenas 6,8% da população moçambicana que está coberta pelo sistema de SS e a média do tal crescimento é apenas de 1.3% nos 10 anos (SSB e SSC) (RdM, 2022).

Relativamente aos beneficiários, na Delegação de Maputo, o respondente '**D**' afirmou que "*existem 519,057 trabalhadores acumulados como beneficiários, destes 143,967 são beneficiários activos"*. Assim, a média das 70 delegações é de 33, 537 beneficiários.

Estratégias ligadas a cobrança aos contribuintes devedores, a Delegação de Maputo – Cidade revelou que o INSS usa diversas estratégias para a cobrança destas dívidas, como evidenciaram os respondentes **'A'** e **'B'** ao resumirem que *"o INSS usa Palestras e diálogo com os devedores assim como aplica a Execução fiscal ou cobrança judicial ou extrajudicial"*.

Porém, esta posição do INSS ser devido pelas diversas empresas, refuta a ideia de Siúta e Chishte (2020) que assumia o Governo moçambicano como aquele que gasta mais do que as suas receitas e, por isso, o seu contributo em termos de poupança para o sistema financeiro nacional era negativo, obrigando-se assim a recorrer ao mercado para captar poupanças do sector privado (famílias e empresas), endividando-se para financiar as suas despesas. Isto talvez aconteça com outras instituições públicas, excepto o INSS, pois são as famílias e

ALBA - ISFIC RESEARCH AND SCIENCE JOURNAL
ISSN PRINT: 3006-2489; ISSN ONLINE: 3006-2470
1ª Ed, Vol. 1, No. 10, Dezembro, 2025
https://alba.ac.mz/index.php/alba/issue/view/13
albaisfic@gmail.com; alba@isfic.ac.mz

empresas que estão a dever ao INSS e não o contrário.

Inerentes as formações dos profissionais do INSS para o desempenho eficiente das suas funções, o respondente '**C**' afirma que "*o INSS tem dado diversas formações em vista ao melhor servir às pessoas, como: a formação de Técnicas de Expressão, formação de base de incidência de contribuição, formação na Ética Profissional, entre outras*"; assim como o respondente '**B**' resumiu dizendo que *"existem capacitações em matérias de atendimento ao público, comunicação assertiva e língua local"*. Tudo isso evidência o quão os funcionários do INSS estão continuamente em formação em vista a excelência profissional.

Estes dados vão contra as afirmações de (Castel-Branco, 2020), ao assumir que o sistema de SS moçambicano está com uma deficiência financeira, o que condiciona a contratação de funcionários desqualificados, pois são mal pagos e consequentemente, os serviços prestados por estes não satisfazem as necessidades dos beneficiários, criando assim uma deficiência no desempenho do institucional.

Tabela 1: resumo das Estratégias Financeiras Do INSS

Ordem	Estratégia	Grau de cumprimento	Resultados	
1	Contribuição das Empresas no INSS	a) 0% - 39%	0	0%
		b) 40% - 69%	5	71%
		c) 70% - 100%	2	29%
Total de participantes			7	100%
2	Falta da Poupança Interna do INSS	a) Sim	3	37%
		b) Não	5	63%
Total de participantes			8	100%
1.1.	Se, Sim: que percentagem?	a) 0% - 39%	2	-
		b) 40% - 69%	1	-
		c) 70% - 100%		

Fonte: Elaboração dos autores.

Inerentes as contribuições das empresas (megaprojectos) no INSS, 71% dos inquiridos assumiram que as empresas têm contribuído entre 40-69%. Isto revela que as empresas não têm contribuído na totalidade (nem todas estão numa situação regular). Esta informação evidencia a ideia de Siúta e Chishte (2020) ao entender que o relatório do INSS em 2018 revela que o total de empresas inscritas é de cerca de 104 mil, destas, apenas 46 mil contribuem, pagando regularmente as prestações para a SS dos seus trabalhadores,

isto é, mais da metade destes contribuintes não contribuem regularmente no INSS.

E para minimizar estas irregularidades, o respondente **'C'** disse que "*o INSS usa diversas estratégias de cobrança de dívidas, como: Inspecção Geral do MTESS, segundo as denúncias manda-se uma notificação à empresa para vir regularizar e caso a empresa não regularize, envia-se o incumprimento para o MTESS e assim, o Ministério vai intervir e penalizar a empresa pelo incumprimento*". Assim como os respondentes **'A'** e **'B'** resumem dizendo que *"o INSS usa Palestras e diálogo com os devedores assim como aplica a Execução fiscal ou cobrança judicial ou extrajudicial"*.

Inerente aos megaprojectos, eles não empregam muitos trabalhadores, assim a contribuição maior no INSS tem sido feita pelas MPMEs por serem de origem nacional, elas cumprem facilmente as obrigações da SSO e tem empregado muitos trabalhadores.

Relativamente a poupança interna, teve-se 63% dos respondentes a afirmar que o INSS não tem falta de poupança interna. Pois, o INSS devido ao registo rigoroso dos seus contribuintes e trabalhadores, pagamentos e o respectivo monitoramento, ele não tem dependência externa. Uma vez que, as estratégias de funcionamento usadas permitem com que a instituição gera fundos suficientes para todas as suas despesas.

Deste modo, o INSS retém os recursos financeiros e os faz a devida redistribuição aos beneficiários e pensionistas em condições adequadas. Esta prática contradiz a opinião de Quive (2009) que enfatizava que existem doações ao INSS e o SSS em Moçambique é insustentável e dependente de doações internas e externas.

Tabela 2: Estratégias Técnicas Do INSS

Ordem	Estratégia	Grau de Cumprimento	Resultados	
1	Princípios: Universalidade, Igualdade e Solidariedade	a) 0% - 39%	12	52%
		b) 40% - 69%	7	31%
		c) 70% - 100%	4	17%
Total de participantes			23	100%
3	Nível de Informatização do INSS	a) 0% - 39%	2	25%
		b) 40% - 69%	4	50%
		c) 70% - 100%	2	25%
Total de participantes			8	100%
3.1.	Funcionamento do SISSMO-Receita e SISSMO-Pagamento	a) Sim	6	86%
		b) Não	1	14%
Total de participantes			7	100%

ALBA - ISFIC RESEARCH AND SCIENCE JOURNAL
ISSN PRINT: 3006-2489; ISSN ONLINE: 3006-2470
1ª Ed, Vol. 1, No. 10, Dezembro, 2025
https://alba.ac.mz/index.php/alba/issue/view/13
albaisfic@gmail.com; alba@isfic.ac.mz

4	Benefícios mais exercidos/ praticados	Subsídio por Doença e por Internamento Hospitalar	4	20%
		Subsídio por Maternidade	5	25%
		Pensão por Invalidez	2	10%
		Pensão por Velhice	7	35%
		Subsídio de Morte e de Funeral e Pensão de Sobrevivência	2	10%
Total de participantes			20	100%

Fonte: Elaboração dos autores.

Os princípios da SSO não são cumpridos, pois 52% dos inquiridos assumiram que estes princípios promulgados pela Lei 4/2007 que constituem a base da SS não são devidamente observados, uma vez que apenas são cumpridos numa percentagem que varia entre 0-39%. Estes resultados comungam com ideias de Silva (2016) ao assumir que todo o SSS se assenta nos princípios de universalidade, unidade, igualdade, eficácia, descentralização, garantia judiciária, solidariedade e participação. Contudo, nem sempre todos estes princípios são verificados na íntegra. Assim, no contexto moçambicano, quase a metade não é cumprida e os princípios verificados são observados numa intensidade muito baixa, nem chega a 40%.

O INSS ainda não está informatizado totalmente, embora o SISSMO-pagamento e SISSMO-Recebimento estejam a funcionar. Até agora, a informatização do INSS se encontra entre 40%-69%, com 50% de respondentes. Isto é, quase no meio do processo, mesmo tendo começado este processo em 2013, como enfatiza Nascimento (2016) que em Outubro de 2012 iniciou a implementação do programa piloto do Sistema de Informatização de Segurança Social de Moçambique. A informatização ainda constitui um desafio do INSS, uma vez que o inquirido '**C**' assumiu que "*o principal desafio é a conclusão da informatização e treinar os técnicos*".

Contudo, a informatização do INSS iniciada em 2013, até o ano 2024, o SISSMO-Receita e SISSMO-Pagamento ambos já estão em funcionamento. Pois, este SISMO permite a conexão do INSS a todos bancos nacionais, onde os trabalhadores têm recebido os seus salários. Assim, constitui o elo de ligação entre o INSS e os beneficiários e pensionistas. Uma vez que é pelo SISSMO-Receitas que o INSS consegue obter as contribuições e pelo SISSMO-Pagamentos, o INSS consegue pagar os beneficiários e pensionistas os seus honorários, via banco.

Para Nascimento (2016), a informatização visa garantir a redução dos trabalhos manuais e armazenamento da informação em montantes de papeis, atrasos nos atendimentos, assim como a redução de filas longas dos beneficiários, minimização de fraudes, como no caso de pessoas receberem pensões de um beneficiário já morto, assim como a elevada burocracia, condições precárias do trabalho e insuportáveis aos cidadãos, garantindo assim a eficácia do processo.

Contudo, o SISSMO ainda não conseguiu alcançar estes objectivos, uma vez que apenas está em 50% e pela observação no acto de recolha de dados, as filas dos beneficiários eram tão longas e muitos papéis nas mãos e nas mesas, evidenciando que a informatização ainda não está em plena operação.

Os benefícios que os trabalhadores auferem com maior frequência, entre subsídios e pensões, nota-se que há maior incidência na pensão de velhice, com 35% dos respondentes. Pois, em todos os dias há sempre quem envelhece e solicita no INSS este serviço. De seguida, o subsídio por maternidade, com 25% dos respondentes, tendo em conta que, de forma semelhante, todos os dias, sempre há quem nasce, pelo que se solicita este serviço.

Os outros subsídios e pensões são menos solicitados pelos utentes, uma vez que a população moçambicana se caracteriza basicamente pela juventude na sua maioria, daí que as mortes assim como subsídios de sobrevivência são igualmente reduzidas nas despesas do INSS. Esta informação comunga com a de Quive (2009), ao evidenciar que o INSS tem mais despesas na prestação da pensão de velhice, assim como se fez menção na tabela 8, onde as despesas do INSS pesam mais na pensão de velhice, comparativamente a outras despesas.

Síntese De Abordagem Qualitativa

Ordem:	Designação:	Respostas:	Respondente
1	Desafios do INSS	Divulgar o sistema aos utentes para o seu conhecimento.	‘B’
		Terminar o processo de informatização do INSS e treinar os técnicos.	‘D’
2	Estratégias de superação dos desafios	A direcção do INSS tem promovido a colaboração de todos integrantes do sistema na identificação de melhores estratégias para rápidas soluções.	‘C’
		Através de palestras de divulgação do sistema.	‘B’
3	Estratégia na expansão do INSS	O INSS tem parcerias com todos os municípios e Autoridade Tributaria (AT). Com estas duas identidades, o INSS tem registos civis (identificação dos trabalhadores) e AT fornece a identidade das empresas que vão se registando. O INSS também tem parcerias com Balcão de Atendimento Único (BAU), lá existe um funcionário do INSS, onde o funcionário	‘D’ e ‘B’

ALBA - ISFIC RESEARCH AND SCIENCE JOURNAL
ISSN PRINT: 3006-2489; ISSN ONLINE: 3006-2470
1ª Ed, Vol. 1, No. 10, Dezembro, 2025
https://alba.ac.mz/index.php/alba/issue/view/13
albaisfic@gmail.com; alba@isfic.ac.mz

		flexibiliza o registo de todas empresas que vem fazer o seu recenseamento que o faz em simultâneo com a sua inscrição no INSS. Igualmente, o INSS tem parcerias com os distritos e postos administrativos, a fim de facilitar as empresas que se registam até nos distritos.	
		Através da implantação de postos de atendimento aos locais recônditos ou seja, a todos postos administrativos.	'B'

Fonte: respostas dos inqueridos adaptados pelos autores.

Os funcionários do INSS apenas identificaram dois desafios básicos: difusão do sub-sistema de SSO a todos potenciais beneficiários em vista a expansão do SS e a informatização do INSS assim como treinar os funcionários para o uso correcto do SISSMO. Mas Siúta (2019) apresenta mais desafios, como na esfera Política, as deficiências existentes contribuem negativamente para a qualidade de vida dos cidadãos e para o desenvolvimento de um sistema de SS formal mais abrangente; na área Económica, a instabilidade no crescimento económico, a alocação da despesa pública e o tipo de investimentos implementados em Moçambique não contribuem para a SS sustentável e duradoura; a parte de Sociedade, nota-se uma sociedade não informada nem educada, o que contribui para maior pobreza dos moçambicanos; assim como constitui um grande desafio, a imagem de Moçambique no Mundo, em que no contexto internacional, o SSO deve ter uma reputação boa para garantir a integração e cooperação entre Moçambique e outros países moldando o processo de desenvolvimento económico, social e político.

Relativamente à expansão da SSO, o INSS tem várias parcerias, conforme o respondente **'C'**, esta informação comunga com a maior estratégia de expansão do INSS são palestras e outras actividades que o INSS faz anualmente pois, consegue registar as pessoas que aderem aos serviços deste subsistema (RdM, 2020). Assim como a tabela 3 desta pesquisa apresenta diversos anos cujas palestram tiveram sucesso no processo de expansão do INSS. Daí que, Maleane e Suaidene (2011) enfatiza que o governo moçambicano continua a se esforçar pelo crescimento e redução da dependência da ajuda externa, investindo na expansão de infraestruturas tecnológicas com o objectivo de aprimorar o ambiente empresarial nacional, validando assim as diversas parcerias apresentadas pelo respondente **'C'**.

Contudo, estas estratégias ainda não conseguem alcançar o País na totalidade, pois ainda muitas empresas e trabalhadores estão fora do SSS, assim como evidencia (RdM, 2022) que quanto aos indicadores de cobertura (inscrição), a estatística apresenta apenas 6,8% da população moçambicana está coberta pelo sistema de SSS, e concretamente

no INSS a partir do PEINSS 2024-2028 apresenta que apenas estão abrangidos 15% dos TCO e TCP, estando 85% fora dos benefícios que o subsistema oferece.

CONCLUSÃO

Quanto aos avanços na expansão da cobertura, o INSS tem alcançado progressos importantes na ampliação da cobertura de segurados e beneficiários, com um crescimento consistente no número de contribuintes e beneficiários ao longo dos anos. A implementação de políticas de sensibilização e fiscalização contribuiu para aumentar a formalização do trabalho, embora a informalidade continue sendo um obstáculo significativo. Contudo, a universalização da cobertura da segurança social obrigatória continua a ser um desafio, principal devido à alta informalidade no mercado de trabalho. Mesmo com esforços para integrar trabalhadores informais ao sistema, muitos ainda permanecem fora da cobertura previdência social, o que implica uma necessidade urgente de políticas públicas mais eficazes para promover a formalização do trabalho e expandir a cobertura social.

Assim, conclui-se que uma das razões da fraca inclusão e robustecimento do sistema de segurança social tem a ver com a fraca fiscalização, pois existem muitos devedores no INSS além de muitos não estarem inscritos neste subsistema. Esta fraqueza é notória também em todo SSS moçambicana, uma vez que, dentro do país, há muita gente que não contribui para o sistema pela incapacidade contributiva (população mais pobre), mas existe também neste país, pessoas que não contribuem, porque os serviços do INSS não chegam nos seus lugares produtivos, o que intensifica a fragilidade do subsistema de segurança social (INSS).

Nota-se igualmente como conclusão desta pesquisa, que quanto a desafios da sustentabilidade financeira, apesar do crescimento nas receitas, as despesas com benefícios, particularmente pensões e aposentação, têm aumentado de forma mais acelerada, gerando um descompasso estrutural entre as receitas e as despesas do sistema. Pelo que, o INSS precisa de se esforçar para evitar futuros desequilíbrios financeiros a logo prazo. Contudo, o INSS como uma entidade gestora encontra-se independente de quaisquer doações externas para o seu funcionamento, seja doação dentro do país ou fora do mesmo. Pois, seja na análise documental assim como nos inquiridos, teve-se 63% dos respondentes a afirmar que o INSS não tem falta de poupança interna, as suas receitas têm sido suficientes para suas despesas correntes assim como seus

ALBA - ISFIC RESEARCH AND SCIENCE JOURNAL
ISSN PRINT: 3006-2489; ISSN ONLINE: 3006-2470
1ª Ed, Vol. 1, No. 10, Dezembro, 2025
https://alba.ac.mz/index.php/alba/issue/view/13
albaisfic@gmail.com; alba@isfic.ac.mz

investimentos em vista a expansão do mesmo a todos cidadãos moçambicanos.

Quanto a pertinência da informatização dos processos do INSS, a informatização tem-se mostrado um passo positivo para melhorar a eficiência administrativa e a acessibilidade dos serviços do INSS. Embora os avanços na digitalização sejam significativos, a implementação de um sistema totalmente integrado e eficiente ainda é um processo contínuo, que exige investimentos constantes em infraestrutura e capacitação.

Outrossim, obteve-se 48% da CE e 52% CI do INSS de respondentes em assumir que os princípios de universalidade, unidade, igualdade, eficácia, descentralização, solidariedade e participação não são cumpridos na íntegra. Assim, no contexto moçambicano, quase a metade dos princípios não é cumprida e os princípios observados são cumpridos numa intensidade muito baixa, sendo inferior a 40%.

Assim, conclui-se que em Moçambique se estabelece princípios para responder às orientações (políticas) internacionais, mas não se executa efectivamente no dia-a-dia do INSS, o que evidencia a afirmação de que o desempenho do INSS como instituição de SSO em Moçambique não é eficiente, pois, não cumpre os requisitos como: economicidade, devido à elevada dívida e fraca fiscalização e cobrança dos contribuintes; efectividade, devido ao impacto insatisfatório que os serviços prestados pelo INSS causa nos seus beneficiários; excelência actuária, alta produtividade, no que diz respeito a flexibilidade no atendimento dos utentes e a universalização dos serviços, apresentando-se como uma instituição excluídora na difusão dos direitos humanos essências (direito a SS).

RECOMENDAÇÕES

1. Recomenda-se a criação de novas estratégias de cobrança: o INSS deve criar formas mais adequadas para a cobrança das empresas a fim de evitar que as empresas descontem aos trabalhadores e não canalizem às contribuições ao INSS. Para tal, o INSS deve estar conectado aos bancos pelos quais os funcionários recebem seus salários a partir do banco central, condicionando a disponibilidade salarial do trabalhador a partir da efectiva contribuição da taxa dos 7%, pois trata-se de seguro obrigatório e não pode haver a disponibilidade salarial sem a disponibilidade da contribuição, uma vez que a taxa contributiva é uma parte do próprio salário.

2. Implementação efectiva da tecnologia de informação: criação de condições para se

verificar as contribuições que cada trabalhador faz no INSS e a capacidade do contribuinte verificar a sua contribuição corrente e o valor que receberá, caso ganhe aposentadoria, estimulando as suas expectativas reais. Isso permitirá ao trabalhador a se organizar da melhor forma, evitando surpresas futuras tendo em conta a inflação que interfere a capacidade real da compra e do consumo do beneficiário/ pensionista.

3. Finalmente, recomenda-se a minimização da corrupção, evitando a sua impunidade no INSS. Assim, o INSS deve cumprir de forma rígida as políticas internas, garantindo que cada funcionário promova a produtividade institucional, minimizando todas práticas que contribuem no alastramento das dívidas e o mau atendimento dos utentes, a partir de alguns benefícios individuais[8], colocando o INSS numa insustentabilidade financeira que caracteriza a perpetuação da ineficiência institucional nas dimensões econômicas, efectivas e excelência como principais indicadores do desempenho institucional.

REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA

Castel-Branco, R. K. (2020). *A* segurança social *em Moçambique: conversa para o boi dormir ou um instrumento de redistribuição viável? Desafios para Moçambique 2020.* Instituto de Estudos Sociais e Económicos. Maputo, Moçambique.

Creswell, J. W., & Creswell, J. D. (2018). *Research design: Qualitative, quantitative, and mixed methods approaches.* (5th ed.). Sage Publications.

Erasmo, E. A. L., Duarte, M. S. L. T., Nunes, E. B. L. P., & Mendes, R. N. M. (2018). Avaliação Institucional: uma análise de indicadores de desempenho institucional em uma IFES. ISSN nº 2447-4266Vol. 4, n. 6, Outubro-Dezembro. 2018DOI: http://dx.doi.org/10.20873/uft.2447-4266.2017v4n6p845. *Revista Observatório*, Palmas, v. 4, n. 6, p. 845-877, out.-dez. 2018

Francisco, A. (2009). Moçambique: segurança social no Contexto de Um Estado Falido Mas Não Falhado. *In* Brito, L., Castel-Branco, C. N., Chichava, S. & Francisco, A. (2009). *Segurança Social: Abordagens, Desafios e Experiências para Moçambique.* Comunicações apresentadas na II conferência do Instituto de Estudos Sociais e Económicos. Maputo, Moçambique.

Francisco, A. & Sugahara, G. (2015). *Porque Moçambique ainda não possui uma pensão universal para idosos? Desafios para Moçambique*. Instituto de Estudos Sociais e Económicos. Maputo, Moçambique.

Gomes, J. & Durán-Valverde, F. (2018). *Extensão da segurança social em Moçambique: Construindo Pisos de Segurança Social.* Departamento de SS da Organização Internacional do Trabalho (OIT).

[8] Em Moçambique, existem algumas empresas e pessoas que não contribuem efectivamente por serem entidades ligadas ao partido no poder ou uso de esquemas que favorecem imediatamente os fiscalizadores e cobradores das dívidas. Estas práticas prejudicam o capital humano das empresas em dívida, após a sua aposentadoria ou doença, por não cumprir as suas obrigações contributivas dentro dos prazos legais.

ALBA - ISFIC RESEARCH AND SCIENCE JOURNAL
ISSN PRINT: 3006-2489; ISSN ONLINE: 3006-2470
1ª Ed, Vol. 1, No. 10, Dezembro, 2025
https://alba.ac.mz/index.php/alba/issue/view/13
albaisfic@gmail.com; alba@isfic.ac.mz

Maleane, S. O. T. & Suaiden, E. J. (2011). *Inclusão, exclusão social e pobreza em Moçambique em pleno século XXI.* Brasília.

Nascimento, D. O. (2016). *Qualidade em uso: o Sistema de Informações da SS de Moçambique (SISSMO) na modernização e informatização do Instituto Nacional de SS Moçambique (INSS-MZ).* Universidade do Vale do Rio dos Sinos (UNISINO). São Leonardo. Brasil.

Patton, M. Q. (2015). Qualitative Research & Evaluation Methods (4th ed.). Sage.

Pinto, N. G. M. & Coronel, D. A. (2017). *Eficiência e eficácia na administração: proposição de modelos quantitativos*. Revista Unemat de Contabilidade. v. 6, n. 11.

Quive, S. (2009). *Sistemas formais e informais de segurança social desenvolvimento em Moçambique.* Conference Paper Nº43. Instituto de Estudos Sociais e Económicos. Maputo, Moçambique.

Ramos, M. N. P. (2016). Desafios do Estado Social no contexto europeu e a (in)sustentabilidade da Segurança Social. *In* Rocha, M. M.de S., Ramos, M. N. P., Santos, S. M. de M. & Costa, M. D. H. (2016). *Seguridade Social, Interculturalidades e Desigualdades na Contemporaneidade.* Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Brasil.

RdM, (2017). *Boletim da República: Regulamento da Segurança Social Obrigatória.* Imprensa Nacional de Moçambique, E. P.

RdM, (2022). *4º Boletim Estatístico sobre Segurança Social 2021.* Ministério do Trabalho e Segurança Social. Maputo – Moçambique.

Schultz, G. (2016). *Introdução à gestão de organizações.* Série Ensino, Aprendizagem e Tecnologias. Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Brasil.

Siúta, M. S. (2019). *Segurança Social e poupança em 10 edições do Desafios: que tipo de segurança social pode Moçambique desenvolver?* Instituto de Estudos Sociais e Económicos. Maputo, Moçambique.

Siúta, M. & Chishte, U. (2020). *Segurança social e os principais obstáculos ao financiamento das empresas através da Bolsa de Valores de Moçambique: Desafios para Moçambique 2020.* Instituto de Estudos Sociais e Económicos. Maputo, Moçambique.

Tashakkori, A., & Teddlie, C. (2010). *SAGE handbook of mixed methods in social & behavioral research*. (2nd ed.). Sage.

Yin, R. K. (2018). *Case study research and applications: Design and methods*. (6th ed.). Sage

ALBA
ISFIC RESEARCH AND SCIENCE JOURNAL
ALBA - ISFIC RESEARCH AND SCIENCE JOURNAL
ISSN PRINT: 3006-2489; ISSN ONLINE: 3006-2470
1ª Ed, Vol. 1, No. 10, Dezembro, 2025
https://alba.ac.mz/index.php/alba/issue/view/13
albaisfic@gmail.com; alba@isfic.ac.mz

10 - 12 | 2025

IMPACTO DAS REDES SOCIAIS NO COMPORTAMENTO DE CONSUMIDORES JOVENS: UM ESTUDO SOBRE USO DE REDES SOCIAIS ENTRE 18 E OS 25 ANOS DE IDADE

Impact of Social Networks on the behavior of young consumers: A study on social media use among 18- to 25 years old

El impacto de las Redes Sociales en el comportamiento de los consumidores jóvenes: un estudio sobre el uso de las redes sociales entre jóvenes de 18 a 25 años

Filipe Naftal Filimone[1]

[1] PhD em financas Publicas, Docente no Instituto Superior Guaza Muthine; *filipenaftal35@gmail.com*

Autor para correspondência: *filipenaftal35@gmail.com*

Data de recepção: 25-06-2025
Data de aceitação: 01-07-2025
Data da publicação: 10-12-2025

Como citar este Artigo: Filimone, F. N. (2025). *Impacto das Redes Sociais no comportamento de consumidores jovens: Um estudo sobre uso de redes sociais entre 18 e os 25 anos de idade.* ALBA – ISFIC Research and Science Journal, 1(10), pp. 194-206. https://alba.ac.mz/index.php/alba/issue/view/13.

RESUMO

As redes sociais vêm promovendo mudanças profundas nos hábitos de consumo, especialmente entre os jovens. Este estudo investiga o impacto de plataformas como Instagram e TikTok nas escolhas de compra de consumidores na faixa etária entre 18 e 25 anos. O comportamento do consumidor é amplamente discutido em diversas abordagens teóricas, que destacam as múltiplas influências que orientam suas decisões de compra. Conforme Solomon (2011), essas decisões são resultado da interação dinâmica entre fatores culturais, sociais, pessoais e psicológicos, variando conforme o contexto em que o consumidor está inserido. A pesquisa, de natureza quantitativa e exploratória, utilizou um questionário digital aplicado a 120 jovens usuários ativos dessas redes. O instrumento, estruturado com perguntas fechadas, foi elaborado com base na literatura especializada em comportamento do consumidor digital. Os achados revelam que o conteúdo produzido por influenciadores digitais, a publicidade nativa e as tendências virais exercem influência direta sobre a intenção e o comportamento de compra. Por fim, conclui-se que essas plataformas não apenas moldam as preferências dos jovens, mas também aceleram suas decisões de consumo, em grande parte devido à valorização da imagem, da imediaticidade e da validação social.

Palavras-chave: Redes sociais; comportamento do consumidor; Instagram; TikTok; marketing digital.

ABSTRACT

Social media has been promoting profound changes in consumption habits, especially among young people. This study investigates the impact of platforms such as Instagram and TikTok on the purchasing choices of consumers aged 18 to 25.

Consumer behavior is widely discussed in various theoretical approaches, which highlight the multiple influences that guide their purchasing decisions. According to Solomon (2011), these decisions are the result of the dynamic interaction between cultural, social, personal, and psychological factors, varying according to the context in which the consumer is embedded. The research, of a quantitative and exploratory nature, used a digital questionnaire applied to 120 young active users of these networks. The instrument, structured with closed questions, was developed based on specialized literature on digital consumer behavior. The findings reveal that content produced by digital influencers, native advertising, and viral trends exert a direct influence on purchase intention and behavior. Finally, it is concluded that these platforms not only shape the preferences of young people, but also accelerate their consumption decisions, largely due to the emphasis on image, immediacy, and social validation.

Keywords: Social networks; consumer behavior; Instagram; TikTok; digital marketing.

RESUMEN

Las redes sociales han impulsado profundos cambios en los hábitos de consumo, especialmente entre los jóvenes. Este estudio investiga el impacto de plataformas como Instagram y TikTok en las decisiones de compra de los consumidores de 18 a 25 años. El comportamiento del consumidor es ampliamente discutido en diversos enfoques teóricos, que destacan las múltiples influencias que guían sus decisiones de compra. Según Solomon (2011), estas decisiones son el resultado de la interacción dinámica entre factores culturales, sociales, personales y psicológicos, que varían según el contexto en el que se inserta el consumidor. La investigación, de carácter cuantitativo y exploratorio, utilizó un cuestionario digital aplicado a 120 jóvenes usuarios activos de estas redes. El instrumento, estructurado con preguntas cerradas, se desarrolló con base en literatura especializada sobre el comportamiento del consumidor digital. Los hallazgos revelan que el contenido producido por influencers digitales, la publicidad nativa y las tendencias virales ejercen una influencia directa en la intención y el comportamiento de compra. Finalmente, se concluye que estas plataformas no solo moldean las preferencias de los jóvenes, sino que también aceleran sus decisiones de consumo, en gran medida debido al énfasis en la imagen, la inmediatez y la validación social.

Palabras clave: Redes sociales; comportamiento del consumidor; Instagram; TikTok; marketing digital.

1. INTRODUÇÃO

As redes sociais tornaram-se, no século XXI, espaços fundamentais para a socialização e o consumo, configurando-se como ambientes estratégicos na formação de comportamentos e preferências. Dentre essas plataformas, o Instagram e o TikTok destacam-se por sua popularidade marcante entre jovens adultos, oferecendo não somente conteúdos de entretenimento, mas também informações que exercem influência direta sobre os hábitos de consumo dessa faixa etária. Nesse contexto, é pertinente investigar de que modo essas redes sociais impactam as decisões de compra dos consumidores entre 18 e 25 anos.

A presente pesquisa tem como objetivo geral analisar o impacto das redes sociais tais como as plataformas Instagram e TikTok nas decisões de compra de jovens adultos na faixa etária de 18 a 25 anos.

ALBA - ISFIC RESEARCH AND SCIENCE JOURNAL
ISSN PRINT: 3006-2489; ISSN ONLINE: 3006-2470
1ª Ed, Vol. 1, No. 10, Dezembro, 2025
https://alba.ac.mz/index.php/alba/issue/view/13
albaisfic@gmail.com; alba@isfic.ac.mz

Especificamente, busca identificar os tipos de conteúdos que mais influenciam tais decisões, compreender o papel dos influenciadores digitais nesse processo e explorar os fatores emocionais e sociais presentes na interação com conteúdos comerciais nas redes sociais.

O avanço tecnológico e a popularização das plataformas digitais transformaram profundamente os padrões de consumo, sobretudo entre os jovens adultos. As redes sociais; Instagram e TikTok passaram a ser muito mais que espaços de entretenimento e interação social; hoje, atuam como mecanismos poderosos de influência mercadológica. Segundo Freberg, Graham, McGaughey e Freberg (2011), o marketing de influência, promovido por criadores de conteúdo, substitui gradativamente a publicidade tradicional, atuando como prescritor de consumo por meio de estratégias persuasivas, muitas vezes sutis e emocionalmente envolventes.

A geração que compreende grande parte do público jovem entre 18 e 25 anos, encontra-se imersa em um fluxo contínuo de conteúdos visuais adaptados por algoritmos, que apelam para necessidades de pertencimento, status e construção identitária. Kotler e Keller (2016) destacam que a exposição constante a estímulos digitais altera significativamente o comportamento do consumidor, influenciando suas percepções e desejos de valor. Além disso, Solomon (2011) ressalta que fatores sociais e psicológicos se tornam ainda mais relevantes no ambiente online, pois a construção da imagem pessoal se entrelaça diretamente às escolhas de consumo.

Entretanto, apesar da correlação evidente entre redes sociais e decisões de compra, permanece um desafio investigativo fundamental: até que ponto as influências exercidas por plataformas como Instagram e TikTok afetam as decisões de compra de jovens consumidores que, apesar de conectados e expostos a conteúdos persuasivos, mantêm uma postura consciente e racional sobre suas escolhas?

2. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

O comportamento do consumidor tem sido objeto de análise de diversas correntes teóricas, especialmente no que diz respeito às múltiplas influências que condicionam suas decisões de compra. De acordo com Solomon (2011), tais decisões são moldadas por fatores culturais, sociais, pessoais e psicológicos, que interagem de forma dinâmica conforme o contexto em que o consumidor está inserido. No ambiente digital contemporâneo, essas influências tornam-se ainda mais complexas e multifacetadas.

Autores como Kotler e Keller (2016) destacam que o fluxo contínuo de informações e a interatividade característica

das plataformas digitais favorecem a formação de preferências e impactam diretamente os comportamentos de consumo. Isso ocorre sobretudo nas redes sociais, onde o usuário não apenas consome conteúdo, mas também participa ativamente da produção e da disseminação de opiniões, tendências e experiências de consumo.

No cenário específico das plataformas Instagram e TikTok, observa-se uma reconfiguração da forma como os produtos e marcas se apresentam ao público. O Instagram, ao privilegiar imagens e vídeos curtos com alta estética visual, transforma-se em uma verdadeira vitrine digital de estilos de vida aspiracionais. A curadoria visual realizada pelos usuários - sobretudo por influenciadores - transmite ideais de consumo baseados em status, beleza, exclusividade e pertencimento. Já o TikTok, com sua estrutura baseada em algoritmos de recomendação personalizados e conteúdos virais, impulsiona decisões rápidas e, muitas vezes, impulsivas de compra, especialmente entre os jovens.

Freberg et al. (2011) salientam que os influenciadores digitais exercem elevada credibilidade junto aos seus seguidores, atuando como mediadores simbólicos de marcas e produtos em uma nova forma de "boca a boca" digital. Esse fenômeno encontra sustentação na teoria da aprendizagem social de Bandura (1977), segundo a qual os indivíduos aprendem comportamentos e atitudes por meio da observação e da imitação de modelos significativos. Na prática, isso se traduz na visualização de vídeos de "unboxing", tutoriais e demonstrações de produtos, que reforçam a adesão a determinadas marcas e estilos de vida.

Segundo Kotler e Keller (2016), o marketing contemporâneo exige estratégias que gerem experiências imersivas, engajamento emocional e estímulos sensoriais significativos, principalmente quando se trata da geração mais jovem. Nesse contexto, o Instagram sobressai-se como uma plataforma que promove conteúdos visualmente sofisticados e aspiracionais. Por meio de fotografias cuidadosamente editadas, vídeos esteticamente produzidos e narrativas de estilo de vida, essa rede social consolida-se como uma verdadeira vitrine simbólica onde marcas e influenciadores competem pela atenção e desejo dos usuários (De Veirman, Cauberghe & Hudders, 2017).

Por sua vez, o TikTok emerge como uma plataforma que promove uma lógica distinta, ao valorizar a espontaneidade, o humor e a criatividade cotidiana, especialmente através de vídeos curtos e virais, frequentemente acompanhados de trilhas sonoras e desafios colaborativos. Como destacam Kumar et al. (2022), essa dinâmica favorece uma sensação de autenticidade percebida, o que gera maior

ALBA - ISFIC RESEARCH AND SCIENCE JOURNAL
ISSN PRINT: 3006-2489; ISSN ONLINE: 3006-2470
1ª Ed, Vol. 1, No. 10, Dezembro, 2025
https://alba.ac.mz/index.php/alba/issue/view/13
albaisfic@gmail.com; alba@isfic.ac.mz

identificação por parte dos usuários e torna o conteúdo mais persuasivo do ponto de vista emocional e comercial. Nesse ambiente, o consumo é frequentemente estimulado por narrativas rápidas, informais e emocionalmente envolventes.

Entretanto, Marwick (2015) problematiza esse fenômeno ao alertar para os riscos da idealização excessiva dos influenciadores digitais, cujo conteúdo muitas vezes promove padrões de vida inatingíveis e expectativas irreais. Tal idealização pode gerar decisões de compra impulsivas, guiadas mais por estímulos emocionais do que por uma análise racional e consciente. A esse respeito, Hollebeek (2011) reforça a importância do engajamento autêntico, da construção de relações de confiança e da coerência simbólica entre marca, influenciador e consumidor, como elementos indispensáveis para uma experiência de consumo ética e significativa.

Do ponto de vista psicológico e sociocultural, Solomon (2011) afirma que o comportamento do consumidor resulta de uma combinação de fatores internos (motivação, percepção, aprendizagem) e externos (cultura, grupos sociais, influências de referência), sendo os jovens particularmente suscetíveis a estímulos visuais e à influência de pares e ídolos digitais.

Além desses fatores, Tufekci (2015) amplia a análise ao destacar o papel decisivo dos algoritmos de recomendação, que operam como curadores invisíveis das experiências digitais. Esses algoritmos analisam o comportamento dos usuários e, a partir disso, moldam os conteúdos que são exibidos, ampliando certas tendências de consumo e invisibilizando outras. De modo complementar, Gillespie (2018) aponta que as plataformas digitais atuam como moderadoras algorítmicas, capazes de misturar conteúdo patrocinado e orgânico de forma cada vez mais imperceptível, o que compromete a percepção crítica do consumidor sobre a origem e os objetivos do conteúdo visualizado.

No contexto moçambicano, estudiosos como Nhantumbo e Cossa (2021) chamam atenção para a crescente influência das redes sociais na juventude urbana, especialmente na cidade de Maputo, onde os jovens são não apenas consumidores passivos, mas atores ativos na produção de tendências digitais. Segundo os autores, o consumo entre os jovens moçambicanos está cada vez mais vinculado a práticas de autoafirmação, visibilidade social e pertencimento a grupos virtuais. Da mesma forma, Chissano (2020) argumenta que a identidade digital dos jovens é construída por meio da exposição constante a conteúdos audiovisuais e da reprodução de

comportamentos de consumo mediados por influenciadores nacionais e internacionais.

Esses estudos locais demonstram que as redes sociais, mais do que simples canais de comunicação, tornaram-se espaços de socialização simbólica e de modelagem comportamental, nos quais o consumo assume funções identitárias e relacionais. Assim, compreender o impacto dessas plataformas no comportamento dos consumidores jovens exige não apenas o recurso à teoria internacional, mas também a valorização das particularidades socioculturais moçambicanas.

3. METODOLOGIA

A presente investigação adotou uma abordagem metodológica de natureza **quantitativa**, com características exploratórias e descritivas, com o propósito de analisar de forma sistemática o impacto das redes sociais digitais, especificamente o Instagram e o TikTok, sobre o comportamento de compra de jovens consumidores residentes na cidade de Maputo.

De acordo com Gil (2017), a pesquisa exploratória é recomendada quando o objetivo é proporcionar maior compreensão de um fenômeno ainda pouco estudado, contribuindo para a formulação de hipóteses ou aprofundamento de questões emergentes. Essa abordagem é especialmente útil em contextos sociais dinâmicos, como o das mídias sociais, cuja influência sobre padrões de consumo ainda demanda investigação aprofundada no contexto moçambicano.

A abordagem quantitativa, por sua vez, fundamenta-se na mensuração objetiva dos fenômenos sociais, permitindo a coleta e análise de dados numéricos que revelam padrões comportamentais. Lakatos e Marconi (2017) destacam que a pesquisa quantitativa é particularmente útil quando se busca identificar a frequência, distribuição e correlação entre variáveis, fornecendo uma base empírica robusta para a generalização dos resultados.

A população-alvo da pesquisa foi composta por jovens adultos, com idades entre 18 e 25 anos, residentes na cidade de Maputo e usuários ativos das plataformas Instagram e/ou TikTok, com frequência mínima de uso de três vezes por semana. A delimitação etária foi fundamentada em estudos que identificam os jovens como o grupo mais propenso ao consumo mediado por plataformas digitais, sendo também os mais suscetíveis à influência de influenciadores, tendências visuais e publicidade interativa (Chissano, 2020; De Veirman, Cauberghe & Hudders, 2017).

A amostragem adotada foi não probabilística por conveniência, justificada pela facilidade de acesso aos participantes e pela limitação de recursos logísticos

ALBA - ISFIC RESEARCH AND SCIENCE JOURNAL
ISSN PRINT: 3006-2489; ISSN ONLINE: 3006-2470
1ª Ed, Vol. 1, No. 10, Dezembro, 2025
https://alba.ac.mz/index.php/alba/issue/view/13
albaisfic@gmail.com; alba@isfic.ac.mz

disponíveis, o que é comum em pesquisas exploratórias com recursos limitados (Mattar, 2001). O universo empírico foi constituído por 120 respondentes, selecionados entre os meses de março e abril de 2025, por meio da disseminação de um formulário digital em grupos de WhatsApp, páginas de Facebook e redes de contatos universitários. Essa estratégia permitiu alcançar jovens com perfis variados dentro da população estudada.

Para a coleta de dados, utilizou-se um questionário estruturado, elaborado a partir da revisão de literatura sobre comportamento do consumidor digital e marketing de influência. O instrumento foi aplicado por meio da plataforma Google Forms, composta exclusivamente por questões fechadas, que abordaram os seguintes temas: frequência de consumo digital, engajamento com influenciadores, tipos de conteúdos mais visualizados (como vídeos curtos, tutoriais, unboxings e desafios virais), e frequência com que decisões de compra foram influenciadas por tais conteúdos.

A análise dos dados seguiu os princípios da estatística descritiva simples, com o cálculo de frequências absolutas e relativas (percentuais), o que permitiu a identificação dos padrões predominantes de comportamento de consumo entre os participantes. Os dados foram tabulados e organizados com o auxílio do software Microsoft Excel 2019, o qual se mostrou adequado para a natureza inicial e exploratória da investigação.

Essa estratégia metodológica possibilitou uma visão inicial e relevante sobre a influência das plataformas digitais nas decisões de compra de jovens moçambicanos, revelando tendências comportamentais que podem subsidiar pesquisas futuras com enfoques qualitativos, comparativos ou longitudinais, bem como fornecer dados para o desenvolvimento de estratégias de marketing digital mais alinhadas à realidade local.

4. RESULTADOS E DISCUSSÃO

Os resultados da pesquisa evidenciam que 87% dos jovens inquiridos em Maputo afirmaram já ter realizado compras motivadas por publicações no Instagram ou TikTok, o que confirma a crescente influência das redes sociais como canal decisivo na jornada de consumo.

Tabela 1: Realização de Compras Motivadas por Publicações no Instagram ou TikTok (N =120)

Resposta	N. de Entrevistados	Percentual (%)
Já realizou compras?	104	87%
Não realizou compras?	16	13%
Total	120	100%

Fonte: Autor

Vieira, Slongo e Soares (2021) destacam que a chamada "prova social" - isto é, a influência exercida pela percepção de que outras pessoas aprovam ou consomem determinado produto — constitui um dos principais gatilhos mentais no marketing digital voltado para jovens. Essa teoria sustenta que consumidores, diante da incerteza, tendem a seguir comportamentos considerados “populares” ou endossados por figuras com autoridade simbólica. Os dados da pesquisa confirmam essa teoria ao demonstrar a eficácia dos conteúdos criados por influenciadores como ferramenta de persuasão. No entanto, a realidade de Maputo introduz nuances importantes a essa dinâmica.

Dentre esses, 65% apontaram a recomendação de influenciadores digitais como fator determinante na decisão de compra, revelando o papel estratégico que tais atores exercem como vetores de confiança, validação e desejo aspiracional.

Tabela 2: Fatores que Influenciam a Decisão de Compra (entre 0s 104 que Compraram)

Fator de Influência	Número de Respondentes	Percentual (%)
Recomendação de influenciadores	78	65.00%
Conteúdos do tipo review/unboxing	17	14.17%
Vídeos com códigos promocionais	11	9.17%
Expressões de urgência/promos	9	7.50%
Outros (amigos, família, publicidade)	5	4.17%
Total	120	100.00 %

Fonte: Autor

Embora os influenciadores digitais desempenhem um papel significativo, verificou-se no terreno que muitos jovens consomem produtos não apenas por influência direta, mas também por dinâmicas de aspiração social e necessidade de pertencimento local, especialmente em grupos de status semelhante. Santos e Silva

ALBA - ISFIC RESEARCH AND SCIENCE JOURNAL
ISSN PRINT: 3006-2489; ISSN ONLINE: 3006-2470
1ª Ed, Vol. 1, No. 10, Dezembro, 2025
https://alba.ac.mz/index.php/alba/issue/view/13
albaisfic@gmail.com; alba@isfic.ac.mz

(2022), ao analisarem práticas de consumo juvenil em contextos urbanos africanos, como Maputo e Luanda, sugerem que o consumo entre os jovens não se dá apenas pela reprodução acrítica de tendências globais, mas por um processo de "reinterpretação simbólica", onde os produtos e comportamentos consumidos são ressignificados de acordo com os códigos culturais e socioeconômicos locais.

Por exemplo, no caso de Maputo, verificou-se que jovens influenciadores da periferia — como os dos bairros de Magoanine, Hulene e Zimpeto — tendem a exercer maior influência entre seus pares do que celebridades internacionais, justamente por serem vistos como "iguais" e por compartilharem experiências de vida semelhantes. Essa observação confronta parcialmente a ideia de Vieira et al. (2021), cuja abordagem é mais universalista e baseada em contextos de mercado com alto poder aquisitivo e grande penetração tecnológica.

Além disso, enquanto Vieira et al. atribuem grande importância à sofisticação visual como determinante do desejo de compra, no contexto de Maputo muitos entrevistados relataram que vídeos mais espontâneos, gravados em linguagem informal e com recursos visuais limitados, geram maior identificação e credibilidade. Isso reforça o argumento de Santos e Silva (2022) sobre a eficácia da comunicação autêntica e localizada, em contraste com o marketing excessivamente produzido e distante da realidade dos consumidores locais.

A relevância dos conteúdos do tipo *review* e *unboxing*, bem como vídeos com códigos promocionais, também foi amplamente validada pela amostra. No entanto, o conteúdo emocionalmente carregado — como o uso de expressões de urgência ("últimas unidades", "promoção relâmpago") ou pertencimento ("todos estão usando") — só se mostrou eficaz quando adaptado à linguagem e aos códigos simbólicos dos jovens maputenses. Isso demonstra a importância de se considerar os contextos culturais e socioeconômicos locais na aplicação de estratégias digitais de marketing, algo pouco abordado por autores como Vieira et al. (2021), mas fortemente enfatizado por Santos e Silva (2022).

A Influência dos Influenciadores Digitais por Origem Social

No cenário contemporâneo das redes sociais digitais, os influenciadores desempenham um papel relevante na formação de hábitos de consumo, opiniões e estilos de vida. No entanto, sua capacidade de influência não se distribui de maneira uniforme, sendo profundamente condicionada pela origem social de cada

indivíduo. Esta origem social, conforme argumenta Pierre Bourdieu (1986), é responsável pela distribuição desigual dos capitais – econômico, cultural, social e simbólico – os quais, por sua vez, moldam as oportunidades de visibilidade, legitimidade e aceitação no espaço social e digital.

Ao transpor essa análise para o universo dos influenciadores digitais, observa-se que aqueles oriundos das classes médias e altas geralmente possuem maior acesso a recursos que ampliam sua performance online, tais como equipamentos tecnológicos de qualidade, domínio da linguagem publicitária e parcerias com marcas prestigiadas. Esse conjunto de fatores se traduz em capital simbólico, que, segundo Bourdieu (1989), funciona como uma forma de reconhecimento social legítimo e amplamente valorizado.

Por outro lado, influenciadores de origem popular também conquistam espaços significativos nas redes, especialmente entre públicos que compartilham experiências semelhantes. A identificação simbólica entre influenciadores e seguidores torna-se um fator de poder persuasivo, como mostram Katz e Lazarsfeld (2006), ao destacarem que a influência interpessoal muitas vezes é mais eficaz que a comunicação massiva, sobretudo quando baseada em laços de confiança e familiaridade. Nesse sentido, os criadores de conteúdo que expõem suas realidades periféricas, dificuldades econômicas ou vivências locais estabelecem conexões genuínas com segmentos marginalizados da audiência.

Recuero e Zago (2011) acrescentam que a influência nas redes sociais está diretamente associada à capacidade de engajamento e à construção de comunidades de sentido. Assim, a origem social do influenciador impacta diretamente na construção da sua autoridade digital, pois define tanto as referências culturais mobilizadas quanto os discursos que ecoam entre seus seguidores. O TikTok, por exemplo, tornou-se um espaço fértil para a ascensão de influenciadores de origem popular, que viralizam ao utilizar linguagem acessível, humor cotidiano e temas identitários que escapam das narrativas hegemônicas.

Contudo, é importante reconhecer que o mercado publicitário digital ainda é seletivo e assimétrico, favorecendo, em geral, os influenciadores com maior capital cultural e aparência de "profissionalismo". Freire Filho (2018) destaca que a lógica das marcas ainda privilegia a estética do consumo aspiracional, o que exclui ou invisibiliza muitos criadores que, embora populares, não se alinham aos padrões de prestígio impostos pelo sistema capitalista de comunicação.

ALBA - ISFIC RESEARCH AND SCIENCE JOURNAL
ISSN PRINT: 3006-2489; ISSN ONLINE: 3006-2470
1ª Ed, Vol. 1, No. 10, Dezembro, 2025
https://alba.ac.mz/index.php/alba/issue/view/13
albaisfic@gmail.com; alba@isfic.ac.mz

Tabela 3: Influência dos Influenciadores Digitais por Origem Social (entre os 68 que citaram influenciadores)

Origem do Influenciador	Número de Respondentes	Percentual (%)
Influenciadores locais (bairros periféricos: Magoanine, Hulene, Zimpeto)	42	62%
Celebridades internacionais	26	38%
Total	68	100%
Fonte: Autor		

A **origem social dos influenciadores digitais** desempenha um papel crucial na configuração de sua estética, repertório comunicativo e posicionamento no mercado digital. Não se trata apenas de um atributo de identidade individual, mas de um marcador social que condiciona profundamente o tipo de conteúdo produzido, o público alcançado e a legitimidade simbólica atribuída a esses atores no ecossistema das redes sociais. Como argumenta Bourdieu (1989), os capitais (econômico, cultural e social) acumulados pelos indivíduos influenciam diretamente sua capacidade de ocupar posições de destaque nos campos sociais — lógica que também se aplica ao ambiente digital.

Nesse sentido, influenciadores oriundos de contextos sociais periféricos enfrentam **barreiras estruturais de visibilidade e monetização**, mesmo quando conseguem mobilizar grandes audiências. Isso se explica pelo fato de que as dinâmicas de consumo digital ainda reproduzem os padrões excludentes das hierarquias tradicionais, onde o prestígio e a autoridade simbólica são frequentemente associados a padrões estéticos e linguagens oriundas de classes médias e altas (Coutinho & Gohn, 2020). Assim, estudar a origem social dos influenciadores digitais permite revelar os mecanismos de exclusão, resistência e negociação simbólica que operam nas plataformas sociais, desconstruindo a ideia de que esses espaços são completamente democráticos ou neutros.

Além disso, os dados de campo desta pesquisa indicam que, embora as teorias internacionais sobre comportamento do consumidor digital e marketing de influência sejam em parte válidas para explicar o fenômeno em Maputo, elas precisam ser adaptadas ao contexto sociocultural local. Conforme apontam Canclini (2015) e Appadurai (1996), o consumo cultural em sociedades periféricas ocorre em um campo híbrido, onde o global é constantemente apropriado, ressignificado e adaptado às realidades locais.

No caso específico da juventude urbana moçambicana, observa-se que o consumo mediado por plataformas como Instagram e TikTok está profundamente entrelaçado com dinâmicas de desigualdade social, aspiração por visibilidade pública e expressões criativas autênticas. Jovens de bairros periféricos utilizam as redes não apenas como canais de entretenimento ou consumo, mas também como **espaços de agência simbólica**, onde constroem narrativas próprias e desafiam os padrões dominantes de beleza, sucesso e influência (Chissano, 2020).

Portanto, a eficácia das estratégias digitais de marketing e influência, no contexto de Maputo, está condicionada à sua capacidade de dialogar com essas realidades híbridas, que mesclam precariedade estrutural com sofisticação estética, exclusão econômica com intensa atividade criativa. Ignorar essas especificidades implica não apenas em ineficiência comunicativa, mas também na perpetuação de desigualdades simbólicas que limitam o pleno potencial democratizador das mídias sociais

Preferência pelo Estilo de Conteúdo Visual: A Relevância dos Vídeos Curtos do TikTok entre Jovens Consumidores

Os resultados obtidos a partir da pesquisa empírica realizada com 120 jovens residentes na cidade de Maputo, com idades compreendidas entre 18 e 25 anos, revelam que 35% dos inquiridos demonstraram preferência pelos vídeos curtos da plataforma TikTok como o formato de conteúdo visual mais atrativo e influente ao longo de sua jornada de compra. Tal resultado evidencia uma tendência crescente de valorização do consumo audiovisual dinâmico, informal e emocionalmente estimulante, que se insere nas novas formas de socialização e engajamento digital juvenil.

Esse padrão de comportamento pode ser compreendido à luz da análise de Souza e Oliveira (2023), os quais destacam que os vídeos curtos do TikTok se tornaram altamente eficazes na captação da atenção da chamada Geração Z, por sua combinação de humor, espontaneidade, estética visual marcante e mensagens compactas. Para esses autores, essa geração está habituada a consumir conteúdos rápidos, acessíveis e com elevado apelo sensorial, que transmitem informações de maneira simultaneamente lúdica e persuasiva.

Na mesma direção, Borges e Medeiros (2021) argumentam que os vídeos curtos operam como uma estratégia comunicacional especialmente eficaz no campo do marketing digital experiencial, ao promoverem narrativas visuais de curta duração que estimulam identificação emocional, engajamento instantâneo e decisões de compra rápidas. Segundo os

ALBA - ISFIC RESEARCH AND SCIENCE JOURNAL
ISSN PRINT: 3006-2489; ISSN ONLINE: 3006-2470
1ª Ed, Vol. 1, No. 10, Dezembro, 2025
https://alba.ac.mz/index.php/alba/issue/view/13
albaisfic@gmail.com; alba@isfic.ac.mz

autores, a natureza imersiva e viral dos conteúdos no TikTok favorece a persuasão implícita, permitindo que valores de marca sejam comunicados com naturalidade e que o consumo seja induzido de forma quase imperceptível, mas altamente estratégica.

Do ponto de vista teórico, Kaplan e Haenlein (2010) contribuem para a compreensão desse fenômeno ao classificarem o TikTok como uma plataforma baseada em conteúdo gerado pelo usuário (User Generated Content – UGC), que permite aos consumidores não apenas receberem informações, mas também cocriar valor simbólico com marcas e influenciadores. Nessa lógica, os vídeos curtos representam um tipo de conteúdo participativo e horizontalizado, no qual a comunicação de marketing é mediada por algoritmos e pela cultura do compartilhamento.

Sob uma perspectiva mais ampla, Solomon (2011) sustenta que o comportamento do consumidor é moldado por uma variedade de estímulos — entre os quais os estímulos visuais, os aspectos culturais e as influências sociais exercem papel fundamental. No contexto digital, esses estímulos tornam-se ainda mais eficazes quando inseridos em formatos audiovisuais breves, capazes de condensar desejo, estética e funcionalidade em poucos segundos de exposição.

Dessa forma, a preferência de 35% dos jovens por vídeos curtos do TikTok não deve ser interpretada apenas como uma manifestação de gosto pessoal, mas sim como a expressão de transformações profundas nos modos contemporâneos de consumir, interagir e construir significados no ambiente digital. Esse dado revela a necessidade de que as estratégias de marketing digital e comunicação de marcas se adaptem aos códigos linguísticos, simbólicos e tecnológicos preferidos por esse segmento geracional, particularmente em contextos urbanos e conectados como o da juventude maputense.

Assim, compreender as formas de engajamento juvenil com conteúdos audiovisuais curtos torna-se crucial não apenas para fins comerciais, mas também para investigações socioculturais que buscam interpretar as dinâmicas do consumo e da identidade no século XXI

Tabela 4: Preferência pelo Estilo de Conteúdo Visual (n = 120)

Estilo de Conteúdo Visual	Nº de Entrevistados	Percentagem (%)
Vídeos curtos com música (TikTok)	42	35,0%
Reels com dicas de produtos	30	25,0%
Stories com enquetes e links	18	15,0%
Imagens com legenda (Instagram)	12	10,0%
Unboxing de produtos	10	8,3%
Vídeos de tutoriais	8	6,7%
Total	120	100%

Fonte: Autor

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este estudo teve como objetivo central analisar o impacto das plataformas digitais Instagram e TikTok nas decisões de compra de jovens adultos com idades entre 18 e 25 anos, com ênfase na identificação dos tipos de conteúdos que mais influenciam tais decisões. As redes sociais digitais tornaram-se espaços centrais na construção de desejos, narrativas de consumo e processos de identificação simbólica, especialmente entre os jovens, cuja exposição contínua a estímulos visuais, interativos e afetivos influencia de forma direta suas preferências, atitudes e comportamentos de compra (Solomon, 2011; Kotler & Keller, 2016).

Diante dessas evidências, constata-se que os conteúdos com maior poder de influência sobre os jovens entre 18 e 25 anos são aqueles que combinam forte apelo visual, autenticidade percebida, identificação emocional e engajamento interativo.

Quando associados a influenciadores confiáveis — ou percebidos como tais —, esses conteúdos geram uma experiência de consumo simbólica poderosa, ativada por sensações de pertencimento, desejo e validação social. Contudo, essa influência não se dá de forma neutra ou espontânea: ela é amplificada por mecanismos algorítmicos e estratégias de impulsionamento comercial, que definem o alcance, a relevância e a visibilidade de determinados conteúdos. Trata-se, portanto, de um campo híbrido entre desejo genuíno e indução algorítmica, o que constitui uma área crucial para futuras investigações no âmbito da sociologia do consumo, comunicação digital e psicologia do marketing

Referências

Appadurai, A. (1996). *Modernity at large: Cultural dimensions of globalization*. University of Minnesota Press.

Bandura, A. (1977). *Social learning theory*. Prentice Hall.

Borges, L. M., & Medeiros, A. C. (2021). Narrativas digitais e consumo simbólico: A eficácia dos vídeos curtos como estratégia de marketing no TikTok. *Revista Brasileira de Comunicação Digital*, *3*(2), 45–62.

Borges, T. L., & Medeiros, A. L. (2021). O impacto dos vídeos curtos nas estratégias de marketing digital: O caso do TikTok. *Revista de Comunicação e Mídias Digitais*, *5*(2), 134–150.

Bourdieu, P. (1989). *O poder simbólico*. Bertrand Brasil.

Canclini, N. G. (2015). *Consumidores e cidadãos: Conflitos multiculturais da globalização*. UFRJ.

Chissano, M. A. (2020). Juventude moçambicana e redes sociais: Dinâmicas de identidade e consumo digital. *Revista Moçambicana de Estudos Sociais*, *4*(2), 45–63.

Coutinho, A. M. F., & Gohn, M. G. (2020). Influenciadores digitais: Capital social e disputas de legitimidade simbólica nas redes sociais. *Revista Famecos*, *27*(1), e38723. https://doi.org/10.15448/1980-3729.2020.1.38723

De Veirman, M., Cauberghe, V., & Hudders, L. (2017). Marketing through Instagram influencers: The impact of number of followers and product divergence on brand attitude. *International Journal of Advertising*, *36*(5), 798–828. https://doi.org/10.1080/02650487.2017.1348035

Freberg, K., Graham, K., McGaughey, K., & Freberg, L. A. (2011). Who are the social media influencers? A study of public perceptions of personality. *Public Relations Review*, *37*(1), 90–92. https://doi.org/10.1016/j.pubrev.2010.11.001

Gil, A. C. (2017). *Métodos e técnicas de pesquisa social* (7. ed.). Atlas.

Gillespie, T. (2018). *Custodians of the Internet: Platforms, content moderation, and the hidden decisions that shape social media*. Yale University Press.

Hollebeek, L. D. (2011). Demystifying customer brand engagement: Exploring the loyalty nexus. *Journal of Marketing Management*, *27*(7–8), 785–807. https://doi.org/10.1080/0267257X.2011.560578

Kaplan, A. M., & Haenlein, M. (2010). Users of the world, unite! The challenges and opportunities of social media. *Business Horizons*, *53*(1), 59–68. https://doi.org/10.1016/j.bushor.2009.09.003

Kotler, P., & Keller, K. L. (2016). *Marketing management* (15th ed.). Pearson.

Kumar, A., Bezawada, R., Rishika, R., Janakiraman, R., & Kannan, P. K. (2022). From social to sale: The effects of firm-generated content in social media on customer behavior. *Journal of Marketing*, *86*(1), 1–20. https://doi.org/10.1177/0022242921085628

Lakatos, E. M., & Marconi, M. A. (2017). *Fundamentos de metodologia científica* (7. ed.). Atlas.

Marwick, A. E. (2015). Instafame: Luxury selfies in the attention economy. *Public Culture*, *27*(1), 137–160. https://doi.org/10.1215/08992363-2798379

Mattar, F. N. (2001). *Pesquisa de marketing: Planejamento, implementação e controle* (4. ed.). Atlas.

Nhantumbo, I., & Cossa, S. (2021). Redes sociais e padrões de consumo entre jovens universitários em Maputo. *Cadernos de Ciências Sociais*, *7*(1), 33–52.

Santos, B. de S., & Silva, A. M. (2022). Consumo e juventude em contextos urbanos africanos: Práticas emergentes em Maputo. *Cadernos de Ciências Sociais*, *12*(1), 75–94.

Smith, A. (2020). Social media use in 2020. *Pew Research Center*. https://www.pewresearch.org/internet/2020/06/30/social-media-use-in-2020/

Solomon, M. R. (2011a). *Comportamento do consumidor: Comprando, possuindo e sendo* (9ª ed.). Bookman.

Solomon, M. R. (2011b). *Consumer behavior: Buying, having, and being* (10th ed.). Pearson.

Souza, F. A., & Oliveira, R. M. (2023). Entre filtros e tendências: Estéticas juvenis no TikTok e o consumo da Geração Z. *Revista de Estudos Midiáticos e Juventude*, *6*(1), 88–107.

Souza, V. F., & Oliveira, M. C. (2023). TikTok e o comportamento de consumo da

Geração Z: Uma análise das estratégias visuais. *Revista Brasileira de Marketing Digital*, *9*(1), 45–61.

Tufekci, Z. (2015). Algorithmic harms beyond Facebook and Google: Emergent challenges of computational agency. *Colorado Technology Law Journal*, *13*, 203–

218.

Vieira, V. A., Slongo, L. A., & Ladeira, W. J. (2021). *Marketing contemporâneo: Tendências e desafios*. Atlas.

ALBA
ISFIC RESEARCH AND SCIENCE JOURNAL

ALBA - ISFIC RESEARCH AND SCIENCE JOURNAL
ISSN PRINT: 3006-2489; ISSN ONLINE: 3006-2470
1ª Ed, Vol. 1, No. 10, Dezembro, 2025
https://alba.ac.mz/index.php/alba/issue/view/13
albaisfic@gmail.com; alba@isfic.ac.mz

28 - 05 | 2025

ANÁLISE DA GESTÃO DA QUALIDADE TOTAL DA EDUCAÇÃO NAS INSTITUIÇÕES DO ENSINO SUPERIOR EM MAPUTO

Analysis of Total Quality Management of Education in Higher Education Institutions in Maputo

Análisis de la Gestión de la Calidad Total de la Educación en las Instituciones de Educación Superior de Maputo

Obadias Benjamim Machine[1] | Quentino Agostinho Razão[2] | Cornélio Abdul Mussá[3]

[1]Mestre, Universidade São Tomás de Moçambique, Moçambique, https://orcid.org/0000-0001-2345-6789, machine.obadias@gmail.com
[2]Mestre, Universidade São Tomás de Moçambique, Moçambique, https://orcid.org/0009-0007-6992-0904, fam.razao7@gmailcom
[3]Prof. Doutor, Universidade Pedagogica de Maputo, Moçambique, https://orcid.org/0000-0002-4579-5391

Autor para correspondência: *machine.obadias@gmail.com*

Data de recepção: 25-06-2025
Data de aceitação: 01-07-2025
Data da publicação: 10-12-2025

Como citar este Artigo: Machine, O. B.; Razão, Q. A. & Mussá, C. A. (2025). *Análise da gestão da qualidade total da educação nas Instituições do Ensino Superior em Maputo.* ALBA – ISFIC Research and Science Journal, 1(10), pp. 210-226. https://alba.ac.mz/index.php/alba/issue/view/13

RESUMO

Este artigo científico tem como objectivo global fazer a análise da gestão da qualidade total da educação nas instituições do ensino superior A, B e C em Maputo. Assim como mostrar a fundamental importância a busca da organizar e padronizar os processos de produção ou execução do produto ou serviço, além de manter a alta performance no atendimento, o que gera satisfação e fidelização do cliente e destaque no mercado. Quanto a metodologia, a amostra foi composta por 56 (cinquenta e seis) pessoas dos quais 45 (quarenta e cinco) professores efectivos e eventuais, 7 (sete) coordenadores, directores dos cursos da IES A, B e C, que se encontram a leccionar nos cursos, outrossim os que trabalham nestas instituições e 4 (quatro) académicos e pesquisadores em Maputo, a análise interpretativa que teve o apoio de dois aspectos fundamentais, ou seja, nos resultados alcançados no estudo, na fundamentação teórica e na experiência pessoal (estudante). No programa estatístico SPSS, versão 16, cuja informação foi compilada usando o Excel e word, apoiando-se na elaboração de gráficos. Em relação aos resultados na IES A o conhecimento das acções estratégicas desenvolvidas para a melhoria da qualidade da educação na IES A, 42,1%, responderam "sim", contra 57,9%, que responderam "não" à questão. Na sequência do questionário feito, inquiriu-se os professores se a existência de projecto pedagógico e currículo estágio obrigatório e, 37,5% dos inquiridos, responderam "sim" contra 62,5%, que responderam "não" e Quanto aos resultados da auto-avaliação do curso têm sido amplamente divulgados aos professores da C, dos

inqueridos, 10,0% afirmaram positivamente que tem sido divulgado e 90,0% responderam negativamente. De modo geral, concluiu-se que em relação ao quarto objectivo específico, sobre os benefícios da gestão da qualidade total nas instituições do ensino superior A, B e C em Maputo, percebeu-se que trás a melhoria nos processos, serviços; melhoria na imagem da IES (marketing) e satisfação dos clientes.

Palavras-chave: Gestão, Qualidade total, Educação, Instituições de Ensino Superior e Melhoria Continua.

ABSTRACT

The global objective of this scientific article is to analyze the total quality management of education in higher education institutions A, B and C in Maputo. As well as showing the fundamental importance of seeking to organize and standardize the production processes or execution of the product or service, in addition to maintaining high performance in service, which generates customer satisfaction and loyalty and prominence in the market. As for the methodology, the sample was composed of 56 (fifty-six) people, of which 45 (forty-five) permanent and occasional professors, 7 (seven) coordinators, directors of the courses of the IES's A, B and C, who are teaching in the courses, as well as those who work in these institutions and 4 (four) academics and researchers in Maputo, the interpretative analysis that had the support of two fundamental aspects, that is, the results achieved in the study, the theoretical basis and personal experience (student). In the statistical program SPSS, version 16, whose information was compiled using Excel and word, relying on the elaboration of graphs. Regarding the results in HEI A, knowledge of the strategic actions developed to improve the quality of education in the HEI, 42.1% answered "yes", against 57.9% who answered "no" to the question. Following the questionnaire, the teachers were asked whether there was a pedagogical project and mandatory internship curriculum, and 37.5% of the respondents answered "yes" against 62.5% who answered "no" In general, it was concluded that in relation to the fourth specific objective, on the benefits of total quality management in higher education institutions A, B and C in Maputo, it was perceived that it brings improvement in processes, services; improvement in the image of the HEI (marketing) and customer satisfaction.

Keywords: Management, Total Quality, Education, Higher Education Institutions and Continuous Improvement.

RESUMEN

El objetivo general de este artículo científico es analizar la gestión de la calidad total en la educación en las instituciones de educación superior A, B y C en Maputo. También pretende demostrar la importancia fundamental de organizar y estandarizar los procesos de producción o ejecución del producto o servicio, además de mantener un alto rendimiento en la atención al cliente, lo que genera satisfacción y fidelización del cliente y destaca en el mercado. En cuanto a la metodología, la muestra estuvo compuesta por 56 (cincuenta y seis) personas, de las cuales 45 (cuarenta y cinco) eran docentes a tiempo completo y temporales, 7 (siete) coordinadores, directores de los cursos en las IES A, B y C, que imparten los cursos, así como quienes trabajan en estas instituciones y 4 (cuatro) académicos e investigadores en Maputo. El análisis interpretativo se sustentó en dos aspectos fundamentales: los resultados alcanzados en el estudio, la base teórica y la experiencia personal (estudiante). En el programa estadístico SPSS, versión 16, cuya información se recopiló utilizando Excel y Word, con el apoyo de la elaboración de gráficos. En cuanto a los resultados de la IES A, el 42,1% respondió afirmativamente a la pregunta sobre el conocimiento de las acciones estratégicas desarrolladas para mejorar la calidad educativa, frente al 57,9% que respondió negativamente. Tras el cuestionario, se preguntó al profesorado si existía un proyecto pedagógico y un programa de prácticas obligatorias, y el 37,5% respondió afirmativamente, frente al 62,5% que respondió

ALBA - ISFIC RESEARCH AND SCIENCE JOURNAL
ISSN PRINT: 3006-2489; ISSN ONLINE: 3006-2470
1ª Ed, Vol. 1, No. 10, Dezembro, 2025
https://alba.ac.mz/index.php/alba/issue/view/13
albaisfic@gmail.com; alba@isfic.ac.mz

negativamente. Respecto a los resultados de la autoevaluación del curso, estos se difundieron ampliamente entre el profesorado del C. De los encuestados, el 10% afirmó que se había difundido positivamente, mientras que el 90% respondió negativamente. En general, se concluyó que, en relación con el cuarto objetivo específico, sobre los beneficios de la gestión de la calidad total en las instituciones de educación superior A, B y C de Maputo, se percibió que esta aporta mejoras en los procesos y servicios, la imagen de la IES (marketing) y la satisfacción del cliente.
Palabras clave: Gestión, Calidad total, Educación, Instituciones de Educación Superior y Mejora Continua.

Contribuição de autoria (por autor):
Contribuição de Autores (por Autores): Cada Autores deverá preencher sua contribuição no artigo
Obadias Benjamim Machine: foi responsável pela concepção da ideia principal, pela revisão literária, e análise dos dados e redigiu a primeira versão desta pesquisa.
Quentino Agostinho Razão: responsável pela preparação e aplicação dos instrumentos de recolha de dados no INSS, compilação, análise dos dados e redigiu a primeira versão desta pesquisa, responsável pela coordenação da Autoresia, revisor e tradutor de termos básicos aplicados nesta pesquisa.
Cornélio Abdul Mussá: responsável pelo aconselhamento e segurança da pesquisa, revisor e fez a correção do artigo.

INTRODUÇÃO

O presente artigo científico tem como objectivo global de fazer análise da gestão da qualidade total da educação nas instituições do ensino superior A, B e C em Maputo. Assim como mostrar a fundamental importância a busca da organizar e padronizar os processos de produção ou execução do produto ou serviço, além de manter a alta performance no atendimento, o que gera satisfação e fidelização do cliente e destaque no mercado.

Segundo Bahha (2024), TQM é o processo dirigido pela gestão que cumpre os objectivos da organização, focando em níveis mais altos de satisfação e lealdade do cliente; requer envolvimento abrangente de todos os membros da organização para maximizar a qualidade das saídas.

Liberalização do Ensino Superior: 1990 a 2010/17 - este período caracteriza-se pela revisão da Constituição da República de Moçambique, em 1990. Como nos referimos anteriormente, no período que antecede 1990, todo o ensino superior era propriedade do Governo e baseava-se na planificação centralizada. Contudo, com a entrada em vigor da nova Constituição da República de Moçambique e a abertura do país à economia do mercado, abriu-se um novo cenário, em que as entidades privadas podiam estabelecer Instituições de Ensino Superior em Moçambique. (Taímo, 2010, p.5).

Nesta sequência, o grande marco neste período consistiu na institucionalização da entrada de actores privados no ES em 1993, materializada pela 1ª Lei do ES nº 1/93, de 24 de Junho, contudo sem regulamentação. Assim, com a aprovação desta lei, pessoas

colectivas de direito privado, tais como associações, sociedades, fundações ou cooperativas, podiam criar instituições do ensino Superior.

Em Moçambique a concorrência no mercado de prestação de serviços no ensino superior, apresenta um enigma que constitui uma preocupação constante para as Instituições de Ensino Superior destes serviços devido a necessidade de (r) estabelecer laços duradouros com os clientes (estudantes). Com a liberdade de escolha por parte dos clientes, a IES Privada em Maputo sentiu a necessidade de melhorar a sua postura, devido a políticas de preço adoptadas pelas outras IES's e pelas suas agressivas campanhas, evitando assim maior perda de clientes e consequentemente diminuição da sua receita média por clientes, onde o impacto estendesse depois às receitas totais da IES.

A nível mundial quanto aos modelos de Qualidade na Educação do Ensino Superior foi debatido 3 (três modelos) tendo em conta, tais como: o modelo tipo ideal weberiano de educação tradicional, um outro de educação superior neoliberal e a ISO 9001. Portanto o pesquisador olhando para actualidade no ensino Superior Moçambicano a maior parte dos graduados quando são colocados no mercado global ou local para emprego e que atravessa as fronteiras nacionais para abarcar o mundo inteiro ou quase todo o mundo, face a flat de oferta dos serviços nas Instituições de Ensino Superior.

Modelos da Qualidade da Educação do Ensino Superior no Brasil - SINAES, Portugal - A3ES e Moçambique - SINAQES, percebe que os modelos de gestão do ensino são propostos na busca de um melhor sistema de avaliação da eficiência. A busca destes modelos permitiu o pesquisador perceber melhor sobre o tema face a sua abordagem no mundo.

Modelo de Ecossistema de Qualidade Educacional

Descrição do avanço:

Este modelo conceptualiza a instituição de ensino como um ecossistema de qualidade, superando a visão de departamentos independentes. A Gestão da Qualidade Total (TQM) integra infraestruturas, tecnologia, comunidade, mercado de trabalho e estudantes, considerados atores que co-produzem a qualidade educativa.

Dimensões do Ecossistema:

- Qualidade Académica (QA): currículo, desempenho docente e metodologias activas.

ALBA - ISFIC RESEARCH AND SCIENCE JOURNAL
ISSN PRINT: 3006-2489; ISSN ONLINE: 3006-2470
1ª Ed, Vol. 1, No. 10, Dezembro, 2025
https://alba.ac.mz/index.php/alba/issue/view/13
albaisfic@gmail.com; alba@isfic.ac.mz

- Qualidade Institucional (QI): governança, sustentabilidade financeira e transparência.
- Qualidade Tecnológica (QT): plataformas digitais, interoperabilidade e segurança da informação.
- Qualidade Social (QS): inclusão, empregabilidade e impacto comunitário.
- Qualidade Experiencial (QE): vivência do estudante como protagonista do processo educativo.

Contributo científico:

- Introduz a qualidade como um ecossistema interdependente, considerando a interacção entre múltiplos atores e dimensões.
- Expande a TQM tradicional ao integrar componentes tecnológicos e sociais, indo além da gestão restrita a processos internos.
- Possibilita diagnósticos holísticos da maturidade da qualidade, fornecendo uma visão estratégica para melhoria contínua e inovação institucional.

O pesquisador para a elaboração da pergunta do problema de pesquisa tomou como base os Autoreses de acordo com Ngoenha (2000, p. 202), alinhado a educação superior neoliberal, Castiano (2015, p. 167), a qualidade da educação e da Donaciano (2011, p.56), a aprendizagem baseada na resolução de problemas que mais se aproximam ao título. Assim sendo na questão de investigação do problema que serve de base ao desenvolvimento do presente artigo, centrou-se na seguinte questão: Qual é a importância da gestão da qualidade total da educação nas instituições do ensino superior em Maputo? A Pesquisa tem como objectivo de analisar a gestão da qualidade total da educação nas instituições do ensino superior A, B e C em Maputo e especificamente visa: (i) identificar o nível de participação dos professores eventuais e efectivos na gestão da qualidade total que proporciona a melhoria contínua da prestação de serviços nas IES's A, B e C em Maputo, (ii) escrever a percepção dos Directores e Coordenadores IES's A, B, C sob as acções estratégicas desenvolvidas na melhoria da Qualidade da Educação, (iii) verificar os aspectos que comprometem a qualidade da educação nas IES's A, B, C de acordo com os investigadores e académicos e (iv) avaliar os benefícios da gestão da qualidade total aplicada a melhoria da educação nas instituições do ensino superior A, B e C em Maputo.

Quais são os factores que contribuem na gestão da qualidade total da educação nas instituições do ensino superior em Maputo?

ENQUADRAMENTO TEÓRICO

Teoria do defeito zero Philip B. Crosby (1926-2001), de acordo com Mendes, (2012), muitos outros Autoreses contribuíram para o desenvolvimento da qualidade no século XX, sendo Philip B. Crosby um deles, cuja visão converge com a de Juran, mencionada anteriormente. Neste contexto, em 1979, Crosby defendeu que os produtos ou serviços devem ser prestados com a máxima qualidade possível, definindo deste modo qualidade como uma "conformidade com os requisitos".

Teoria do Ciclo PDCA - William Edwards Deming (1900-1993), para Ramos et al (2013), no entanto, na evolução histórica do ciclo, Deming, em 1993, modificou-o e chamou-lhe ciclo PDSA, ou seja, a palavra "*Check*" foi substituída pela palavra "*Study*" face, somente, ao significado das palavras, pois a palavra "*Study*" traduzia melhor o que era pretendido nesta fase do ciclo, a qual foca a temática da aprendizagem, ou seja, as mais-valias retidas da aplicação do ciclo em determinado processo da organização, exponenciando a construção de novos conhecimentos.

Teoria de Diagrama de Causa e Efeito - Kaoru Ishikawa (1915-1989), de acordo com Ramos et al., (2013), a noção do envolvimento de todos na empresa pela qualidade serviu de base para que, em conjunto com a JUSE, Ishikawa introduzisse o conceito de círculos de controlo de qualidade (CCQ), em 1962. Ishikawa é reconhecido como o responsável pela adequação do TQC à cultura japonesa e, também, pela massificação de ferramentas de qualidade para uso de todos, tendo como fundamento educar todas as pessoas que trabalhavam nas fábricas japonesas em técnicas estatísticas: as denominadas sete ferramentas da qualidade.

Das 3 (três) teorias supracitadas elencamos a Teoria de Diagrama de Causa e Efeito e Teoria do defeito zero para o pesquisador olhando para a situação actual nas Instituições de Ensino Superior em Maputo com relação aos estudantes formados e colocados no mercado de emprego pressupõe que, as IES's não se preocupam em dar continuidade no pós formação no que tange a sua monitoria, só assim é que podemos descobrir os factores que resultam em uma situação indesejada no processo de formação. Por ser uma representação visual, que ele auxilia a equipa das IES's chegar nas causas-raiz que permite avaliar produtividade da organização e valorização dos seus formandos no mercado.

ALBA - ISFIC RESEARCH AND SCIENCE JOURNAL
ISSN PRINT: 3006-2489; ISSN ONLINE: 3006-2470
1ª Ed, Vol. 1, No. 10, Dezembro, 2025
https://alba.ac.mz/index.php/alba/issue/view/13
albaisfic@gmail.com; alba@isfic.ac.mz

A literatura contemporânea sobre **Gestão da Qualidade Total (TQM) em educação** evidencia um movimento de **evolução conceitual**, no qual as abordagens tradicionais centradas na melhoria contínua e no controlo de processos são progressivamente complementadas por práticas inovadoras que articulam dimensões estratégicas, pedagógicas e tecnológicas. Entre essas tendências, destaca-se a transversalização da qualidade, que reposiciona a TQM como um sistema integrado de gestão capaz de alinhar missão institucional, cultura organizacional, governança e desempenho acadêmico, fortalecendo uma visão holística do processo educacional (Cheng & Tam, 2023; Fogarty, 2022).

Uma das inovações mais expressivas refere-se aos ecossistemas digitais de aprendizagem baseados em TQM, nos quais plataformas inteligentes monitorizam, em tempo real, o progresso dos estudantes, as práticas pedagógicas, a eficiência administrativa e a satisfação dos utilizadores. Essa abordagem, caracterizada como "qualidade antecipatória" por Fogarty (2022), desloca o foco da intervenção corretiva para a prevenção, enfatizando a gestão proativa da experiência educacional.

Paralelamente, ganha destaque a TQM centrada no estudante, reconhecendo-o como co-produtor do processo educativo. Elementos como feedback contínuo, co-criação curricular e avaliação participativa configuram uma nova fronteira para instituições que buscam padrões sustentáveis de excelência, evidenciando que a qualidade educacional não é apenas um atributo institucional, mas uma construção colaborativa (Cheng & Tam, 2023).

Outra dimensão relevante refere-se aos modelos híbridos de Gestão da Qualidade Total (TQM), que integram práticas clássicas como o ciclo PDCA, benchmarking e gestão por processos com metodologias ágeis aplicadas ao contexto educativo, incluindo Scrum educacional, Kanban pedagógico e design thinking curricular. Esta combinação permite às instituições de ensino superior uma maior capacidade adaptativa, promovendo respostas mais céleres às mudanças do mercado e às necessidades dos estudantes. Nesse sentido, Ahad, et al. (2025), discutem a implementação da TQM em conjunto com o padrão ISO 21001, evidenciando a modernização das práticas de gestão da qualidade através da integração de frameworks reconhecidos internacionalmente e adaptados à realidade académica.

Para Susilowati & Sumiati (2025), no estudo *"Strategy for Implementing Total Quality Management to Achieve Quality Education in Higher Education"*, os autores destacam a importância de sistemas de garantia de qualidade internos, cultura de qualidade sustentável e uso de tecnologia para monitorar a qualidade das unidades académicas. Embora não mencionem literalmente "laboratórios de qualidade", a sua abordagem aproxima-se do conceito de espaços institucionais para experimentação da qualidade.

Finalmente, observa-se o surgimento de uma TQM orientada para o impacto social, que considera não apenas indicadores internos de eficiência e satisfação, mas também o contributo da instituição para a comunidade, a empregabilidade dos graduados, a inclusão social, a sustentabilidade e a inovação educativa. Essa abordagem amplia o conceito de qualidade, vinculando-o aos valores éticos e ao papel transformador da educação superior.

Gestão da Qualidade Total nas Instituições de Ensino Superior

Segundo Ahmed (2024), a implementação da Gestão da Qualidade Total (TQM) nas Instituições de Ensino Superior (IES) contribui não só para a melhoria do desempenho académico e administrativo, como também para o fortalecimento da resiliência institucional face às mudanças tecnológicas e às exigências do mercado educacional.

O estudo evidencia que a TQM constitui um instrumento estratégico de gestão, capaz de integrar processos pedagógicos, administrativos e tecnológicos, promovendo uma cultura de melhoria contínua. Paralelamente, esta investigação dialoga com contribuições contemporâneas, como as de Susilowati e Sumiati (2025), que salientam a importância de sistemas de garantia de qualidade integrados e do envolvimento de toda a comunidade académica para potencializar os efeitos da TQM.

Neste contexto, a eficácia da TQM nas IES não se limita à aplicação de ferramentas tradicionais como o ciclo PDCA, benchmarking e gestão por processos, sendo igualmente dependente da capacidade da instituição de se adaptar proactivamente às transformações digitais, às expectativas dos estudantes e aos desafios administrativos. Esta perspetiva é reforçada por Faria e Nuss (2024), que defendem a centralidade da qualidade como pilar da competitividade e da sustentabilidade institucional. Assim, a literatura recente sugere que a TQM transcende o mero controlo de processos, consolidando-se como uma estratégia

ALBA - ISFIC RESEARCH AND SCIENCE JOURNAL
ISSN PRINT: 3006-2489; ISSN ONLINE: 3006-2470
1ª Ed, Vol. 1, No. 10, Dezembro, 2025
https://alba.ac.mz/index.php/alba/issue/view/13
albaisfic@gmail.com; alba@isfic.ac.mz

integrada de governança e gestão educacional, orientada tanto para o alcance de resultados académicos como para a geração de impacto social.

Ferramentas da Qualidade aplicadas à Educação

Segundo Silva & Edvaldo (2024), no artigo *"Ferramentas de Avaliação da Qualidade"*, eles destacam a relevância de ferramentas como o Diagrama de Ishikawa, a Análise de Pareto e gráficos de controlo para monitorar processos, identificar causas de falhas e priorizar ações de melhoria.

> Quando contextualizados no ambiente educacional, esses instrumentos demonstram potencial para rever programas de ensino, optimizar recursos pedagógicos e aumentar a satisfação dos estudantes, alinhando as práticas institucionais às expectativas e necessidades do corpo discente. Estudos contemporâneos, como os de Bezerra (2024) e Zakharova (2025), corroboram esta perspectiva, evidenciando que a integração dessas ferramentas com tecnologias digitais e sistemas de informação educacionais amplia significativamente a capacidade das IES de responder de forma adaptativa às mudanças do mercado e do perfil estudantil, consolidando a TQM como uma estratégia de gestão educativa orientada para resultados sustentáveis e impacto social.

Além disso, a aplicação integrada das ferramentas da qualidade fornece uma visão abrangente da instituição, permitindo que gestores reconheçam a complexidade do processo de ensino-aprendizagem e implementem ações alinhadas às demandas do mercado e à evolução do perfil dos estudantes. Dessa forma, a TQM deixa de ser um conjunto de procedimentos técnicos para se consolidar como estratégia de gestão educativa orientada para resultados sustentáveis e impacto social.

De acordo com Pires & Lourenço (2023), o conhecimento das acções estratégicas voltadas para a melhoria da qualidade da educação em instituições de ensino superior (IES) compreende a compreensão de iniciativas planeadas que visam reforçar a excelência institucional, potenciando a eficácia dos processos pedagógicos, administrativos e de governação. Entre estas acções destacam-se o planeamento estratégico, a implementação de sistemas de garantia de qualidade, o envolvimento activo dos stakeholders, a monitorização sistemática e os ajustamentos contínuos com base em indicadores de desempenho, de modo a assegurar a sustentabilidade, a adaptabilidade e o impacto social das IES.

Alfredo, Silva & Morgado (2022), a existência de um projecto pedagógico nas IES implica a concepção estruturada da missão

institucional, dos objectivos educativos, do currículo e dos métodos de avaliação que orientam o curso. Quando este projecto integra um estágio curricular obrigatório, este torna-se componente formal do plano formativo, exigindo que os estudantes realizem actividades práticas supervisionadas num contexto profissional, com carga horária definida, constituindo um requisito essencial para a obtenção do grau académico.

Segundo Basílio & Alves (2023), os resultados da autoavaliação do curso correspondem aos dados e informações obtidos através de processos internos conduzidos pela própria instituição ou pelo corpo docente, com o objectivo de analisar a qualidade do curso, a eficácia das práticas pedagógicas, a adequação do currículo e o desempenho estudantil. Estes resultados constituem uma base essencial para a tomada de decisões estratégicas, a promoção da melhoria contínua, a realização de ajustamentos curriculares e a implementação de acções de qualidade, contribuindo para a transparência institucional e para o desenvolvimento sustentável da IES.

MATERIAIS E MÉTODOS

No artigo científico usou-se a pesquisa aplicada com práticas dirigidas à solução de problemas específicos que tem como objectivo gerar conhecimentos para aplicação prática dirigido a análise do impacto do ensino superior envolvendo as verdades e interesses dos professores, coordenadores, directores dos cursos da IES A, B e C, académicos e pesquisadores em Maputo. Na pesquisa fez-se o estudo descritivo, exploratório, analítico e transversal. A pesquisa descritiva visa descrever as características de determinada população ou fenómeno ou o estabelecer relações entre variáveis que foram desenhadas.

O presente estudo envolveu o uso de técnicas padronizadas de colecta de dados: questionário, observação sistemática e história de vida de todos os participantes da mesma (estudantes, das IES A, B e C). A pesquisa assumiu, em geral, a forma de levantamento. Na planificação da pesquisa para que o estudo, no futuro, seja considerado científico, obedeceu os critérios de coerência, consistência, originalidade e objectividade na pesquisa, que dependeu basicamente de três fases a saber: fase decisória, construtiva e da redacção.

Na pesquisa, fez-se uma combinação da pesquisa qualitativa e quantitativa. A pesquisa quantitativa considera que tudo pode ser quantificável, isto é, traduzido em números, opiniões e informações para classificar e analisar. A pesquisa qualitativa considera que há uma relação dinâmica entre o mundo real

ALBA - ISFIC RESEARCH AND SCIENCE JOURNAL
ISSN PRINT: 3006-2489; ISSN ONLINE: 3006-2470
1ª Ed, Vol. 1, No. 10, Dezembro, 2025
https://alba.ac.mz/index.php/alba/issue/view/13
albaisfic@gmail.com; alba@isfic.ac.mz

e o sujeito, isto é, um vínculo indissociável entre o mundo objectivo e a subjectividade do sujeito, que não pode ser traduzida em números.

A população de estudo é constituída por professores efectivos e eventuais, coordenadores, directores dos cursos da IES A, B e C, académicos e pesquisadores em Maputo no período em que estava a decorrer a pesquisa, nas instituições privadas e públicas. De acordo com dados obtidos através da direcção do Ensino Superior, actualmente existem 14.713 (Catorze mil, setecentos e treze) pessoas, constam da base de dados em 2020.

A amostra foi composta por 56 (cinquenta e seis) pessoas dos quais 45 (quarenta e cinco) professores efectivos e eventuais, 7 (sete) coordenadores, directores dos cursos da IES's A, B e C, que se encontram a leccionar nos cursos, outrossim os que trabalham nestas instituições e 4 (quatro) académicos e pesquisadores em Maputo. Acredita-se que, através desse número de participantes, foi possível compreender como a gestão da qualidade total na educação superior encontra-se actualmente em Moçambique aplicada mostrando que a busca de conhecimento fundamentado na área ou curso escolhido para realização de uma carreira profissional. O nível superior oferece um crescimento pessoal e profissional.

Para a definição do instrumento de colecta de dados dependeu dos objectivos que se pretende alcançar com a pesquisa e do universo a ser investigado. Os instrumentos de colecta de dados tradicionais são questionário, entrevista (perguntas de roteiro) e observação directa e/ou indirecta, nas IES privada e publica.

Para a colecta de dados, recorreu-se aos questionários, que são instrumentos de colecta de dados com perguntas fechadas e aberta de modo que os inqueridos assinalem com um "X", a opção correcta. O questionário foi escolhido em virtude da natureza do problema de pesquisa e do local de estudo. No artigo científico usou-se, além do questionário, a observação directa e indirecta, que nos permitiu a ver de perto e de forma espontânea.

A análise interpretativa teve o apoio dos três aspectos fundamentais, ou seja, nos resultados alcançados no estudo, na fundamentação teórica e na experiência pessoal do entrevistador (estudante). A informação foi compilada usando o programa estatístico SPSS (*Statistical Package for the Social Sciencies*), versão 16.0, apoiando-se no Excel para elaboração de gráficos.

À medida que a técnica de colecta de dados fosse desenvolvida, foi necessário considerar os procedimentos de pesquisa que poderiam

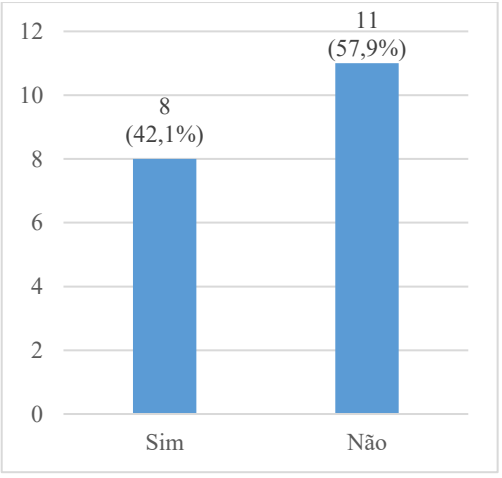
causar qualquer dano físico ou emocional. Os danos esperados durante a execução da presente pesquisa são a violação do direito à privacidade ao colocar perguntas sensíveis, ou acesso à registos contendo dados pessoais e acesso à informações pessoais referentes, docente, coordenadores, directores dos cursos da instituição, investigadores e académicos. Foram observados e respeitados valores culturais, tradições, crenças, hábitos, costumes e tabus.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A análise dos resultados consistiu em comentar e interpretar os dados obtidos na pesquisa através da tabulação de dados em 56 (cinquenta e seis) pessoas. Na discussão dos resultados inseriu-se as implicações de cada conjunto de dados juntamente com as considerações mais gerais. Para o artigo científico em análise sobre a gestão da qualidade total de educação nas instituições do ensino superior A, B e C em Maputo e investigadores e académicos das tabelas produzidas pode se aferir o seguinte.

Resultados dos questionários dos Professores Efectivos e Eventuais das IES A, B e C

Gráfico 1 – O conhecimento das acções estratégicas desenvolvidas para a melhoria da Qualidade da Educação na IES A



Fonte: Adaptado pelo Autores 2023.

Os resultados revelam que apenas 42,1% dos participantes demonstram ter conhecimento das acções estratégicas implementadas para a melhoria da qualidade na IES A, ao passo que 57,9% dos inquiridos indicam não possuir informação sobre essas iniciativas.

De acordo com Pires & Lourenço (2023), o conhecimento das acções estratégicas voltadas para a melhoria da qualidade da educação em instituições de ensino superior (IES) compreende a compreensão de iniciativas planeadas que visam reforçar a excelência institucional, potenciando a eficácia dos processos pedagógicos, administrativos e de governação.

A predominância do desconhecimento indica a existência de lacunas na comunicação institucional, restringindo a participação ativa da comunidade académica e afectando a eficácia das iniciativas de melhoria contínua. Esta realidade evidencia a necessidade de

ALBA - ISFIC RESEARCH AND SCIENCE JOURNAL
ISSN PRINT: 3006-2489; ISSN ONLINE: 3006-2470
1ª Ed, Vol. 1, No. 10, Dezembro, 2025
https://alba.ac.mz/index.php/alba/issue/view/13
albaisfic@gmail.com; alba@isfic.ac.mz

reforçar os mecanismos de disseminação de informação e de promoção do envolvimento dos stakeholders, assegurando que todos compreendam os objectivos estratégicos e possam contribuir de forma efectiva para o seu alcance, fortalecendo, assim, uma cultura organizacional orientada para a qualidade e a sustentabilidade.

Tabela 2 – Existência de projecto pedagógico e currículo estágio obrigatório na IES B

		Frequência	%	Validade da %	Cumulativo da %
Validade	Sim	6	37.5	37.5	37.5
	Não	10	62.5	62.5	100.0
	Total	16	100.0	100.0	

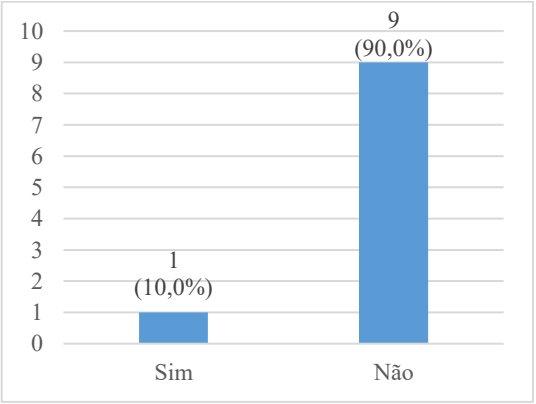
Fonte: Adaptado pelo Autores 2023

Dos resultados obtidos, 37,5% dos participantes declararam que existe um projecto pedagógico integrado com currículo de estágio obrigatório, ao passo que 62,5% indicaram não ter conhecimento da existência de tal projecto ou afirmaram que este não está implementado.

Alfredo, Silva & Morgado (2022), a existência de um projecto pedagógico nas IES implica a concepção estruturada da missão institucional, dos objectivos educativos, do currículo e dos métodos de avaliação que orientam o curso.

A prevalência do desconhecimento indica a existência de lacunas na comunicação institucional e na implementação do currículo, potencialmente comprometendo a integração prática dos estudantes e a eficácia da formação académica. Tal cenário evidencia a necessidade de reforçar as estratégias de divulgação, monitorização e acompanhamento do projecto pedagógico, assegurando que todos os intervenientes compreendam os seus componentes e possam contribuir para o estabelecimento de práticas educativas consistentes e alinhadas com os padrões de qualidade.

Gráfico 2 – Os resultados da auto-avaliação do curso têm sido amplamente divulgados aos Professores na IES C



Fonte: Adaptado pelo Autores 2023

Apenas 10% dos participantes afirmaram que os resultados da autoavaliação do curso são amplamente divulgados aos docentes, indicando uma comunicação limitada e a esmagadora maioria, 90% dos participantes, declarou que tais resultados não são amplamente partilhados

Segundo Basílio & Alves (2023), os resultados da autoavaliação do curso correspondem aos dados e informações obtidos através de processos internos conduzidos pela própria instituição ou pelo

corpo docente, com o objectivo de analisar a qualidade do curso, a eficácia das práticas pedagógicas, a adequação do currículo e o desempenho estudantil.

A divulgação restrita destes resultados aponta para lacunas na comunicação institucional, limitando a capacidade dos docentes de recorrerem a estas informações para ajustar práticas pedagógicas, intervir de forma estratégica e fomentar a melhoria contínua. Esta situação evidencia a urgência de estabelecer mecanismos eficazes de partilha e monitorização dos resultados, assegurando que todos os intervenientes possam contribuir para o desenvolvimento académico e para o fortalecimento de uma cultura institucional orientada para a qualidade.

Comparando as três IES A, B e C em relação ao conhecimento das acções estratégicas desenvolvidas para a melhoria da gestão da qualidade total da educação, podemos dizer que olhando para os dados a IES A lidera, visto que não tem sido envolvidos os professores na melhoria da Qualidade da Educação que se considera como sendo aquela que fornece a todos os estudantes as capacidades de que precisam para se tornarem economicamente produtivos, desenvolver meios de vida sustentáveis, contribuir para sociedades pacíficas e democráticas e melhorar o bem-estar individual.

Comparando as três IES, A, B e C em relação a existência de projecto pedagógico e currículo estágio obrigatório, podemos dizer que a maior parte dos professores das três IES's foram unanimes em afirmar que não existência de projecto pedagógico e currículo estágio obrigatório, dessa forma, podemos dizer que serve como parâmetro para avaliações internas e estratégias de curto, médio e longo prazo.

Comparando as três IES, A, B e a C em relação os resultados da auto-avaliação do curso têm sido amplamente divulgados aos Professores, podemos dizer que professores das três IES estudadas foram unanimes em afirmar que os resultados da auto-avaliação do curso não têm sido amplamente divulgados aos Professores, permite no entanto, criar um objectivo de utilizar os indicadores de desempenho como base para traçar estratégias pedagógicas que optimizem o processo de ensino e aprendizagem e a melhoria da qualidade de educação.

Os Directores e Coordenadores das três IES, A, B e a C

Para o pesquisador desta tese da análise de conteúdo das entrevistas administradas ao Directores e Coordenadores dos Cursos das três IES's, A, B e a C, percebe-se que em relação a acções estratégicas desenvolvidas

ALBA - ISFIC RESEARCH AND SCIENCE JOURNAL
ISSN PRINT: 3006-2489; ISSN ONLINE: 3006-2470
1ª Ed, Vol. 1, No. 10, Dezembro, 2025
https://alba.ac.mz/index.php/alba/issue/view/13
albaisfic@gmail.com; alba@isfic.ac.mz

para a melhoria da gestão da qualidade total da educação que os estudantes, professores, trabalhadores ou funcionários não tem o profundo domínio da mesma.

Quanto a sugestão para a melhoria da gestão da qualidade total da educação nas Instituições de Ensino Superior há necessidade para o envolvimento activo no processo de formação acompanhando a dinâmica da política do cursos superior em Moçambique dos estudantes, professores, trabalhadores, funcionários e a cultura de *feedback* semestralmente.

De acordo com a promoção das actividades sistemática e a excelência na investigação, ensino, extensão, prestação de serviços e nas acções transversais percebeu-se que os estudantes fazem ensino, pesquisa e apresentam os seus respectivos trabalhos as monografias e os relatórios de simulação empresarial para o término do curso, cujo este após a defesa este conhecimento científico produzido não se estende as comunidades para a sua implementação.

Académicos, Investigadores que lidam com a Educação Superior

Da análise feita face as resposta fornecidas pelos académicos e instigadores em relação aos aspectos que comprometem a "qualidade da educação" que contribuem nos processos de ensino e aprendizagem na IES em Moçambique, abordou-se a questão do financiamento das actividades de pesquisa e extensão e o nível académico as IES, Falta de leitura pelos estudantes, falta de pesquisa pelos professores e a falta de incentivos pelas IES.

Uma abordagem por competências defende que o estudante como sujeito constrói os seus próprios saberes, numa interacção afectiva que possibilita o aprender a aprender. Em contexto educativo, com os outros, o sujeito (re) descobre, (re) inventa novas possibilidades de acção que lhe permitem se situar crítica e autonomamente na sociedade actual.

Quanto ao actual estágio da qualidade de educação, virado a competência dos estudantes para na IES em Moçambique, considera-se fraco, baixo e razoável a nível superior por falta de tempo pelos candidatos ao programa de PhD provavelmente pela falta de produção de conhecimentos científicos, que poderá servir base para o processo de ensino e aprendizagem, má qualificação dos docentes, infraestruturas, livros nas bibliotecas, laboratórios e outros.

CONCLUSÃO

Em jeito de conclusão, o artigo científico desenvolvido ao longo desta pesquisa

permitiu alargar os conhecimentos teóricos e pratico sobre a gestão da qualidade total de educação nas instituições do ensino superior A, B e C, em Maputo.

Pode-se concluir que o primeiro objectivo específico da pesquisa foi alcançado parcialmente, porque não têm sido envolvidos os professores nas acções estratégicas desenvolvidas, assim como não existência de projecto pedagógico e currículo estágio obrigatório e os resultados da auto-avaliação do curso não têm sido amplamente divulgados aos professores que contribuem para a melhoria da gestão da qualidade total da educação.

Relativamente ao segundo objectivo específico foi alcançado, podemos concluir que a percepção dos Directores e Coordenadores dos Cursos das três IES, A, B e a C não tem o profundo domínio das acções estratégicas desenvolvidas. Há necessidade para o envolvimento activo no processo de formação acompanhando a dinâmica da política dos cursos e os estudantes fazem ensino, pesquisa e apresentam os seus respectivos trabalhos as monografias e os relatórios de simulação empresarial para o término do curso, cujo este após a defesa este conhecimento científico produzido não se estende as comunidades para a sua implementação.

Quanto ao terceiro objectivo específico foi alcançado, portanto concluímos que em relação as respostas fornecidas pelos académicos e instigadores abordou-se a questão do financiamento das actividades de pesquisa e extensão e o nível académico as IES, Falta de leitura pelos estudantes, falta de pesquisa pelos professores e a falta de incentivos pelas IES. Outrossim a qualidade de ensino considera-se fraco, baixo e razoável a nível superior por falta de tempo pelos candidatos ao programa de PhD provavelmente pela falta de produção de conhecimentos científicos

De modo geral, concluiu-se que em relação ao quarto objectivo específico, sobre os benefícios da gestão da qualidade total nas instituições do ensino superior A, B e C em Maputo, percebeu-se que trás a melhoria nos processos, serviços; melhoria na imagem da IES (marketing) e satisfação dos clientes.

REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA

Ahad, A., Langove, S. A., Kakar, A., Sohail, D. U., & Rubab, D. U. E. (2025). *Quality management in education: Enhancing student outcomes through Total Quality Management (TQM) and ISO 21001 frameworks.* Inverge Journal of Social Sciences, 4(2), 156–164.

Ahmed, M. A. (2024). *Evaluating university performance in light of Total Quality Management: A comparative field study.* International Journal of Foreign

ALBA - ISFIC RESEARCH AND SCIENCE JOURNAL
ISSN PRINT: 3006-2489; ISSN ONLINE: 3006-2470
1ª Ed, Vol. 1, No. 10, Dezembro, 2025
https://alba.ac.mz/index.php/alba/issue/view/13
albaisfic@gmail.com; alba@isfic.ac.mz

Trade and International Business, 6(1).

Bezerra, O. P. C. (2024). *O uso das ferramentas de gestão de qualidade, ciclo PDCA e gráfico de Pareto no processo educacional.* In I Congresso Nacional de Educação e Produção Científica.

Bobbio, V. P., Gonçalves, W. X., Xavier, T. P., & Freitas, R. R. (2018). *Gestão da qualidade aplicada a instituições de ensino superior.* Research, Society and Development, 7(9).

Cheng, Y. C., & Tam, W. M. (2023). *Educational quality management: New frontiers for excellence and innovation in learning environments.* Routledge.

Donaciano, B. (2011). *Vivências académicas, métodos de estudo e rendimento escolar em estudantes da Universidade Pedagógica.* Universidade do Minho, Instituto de Educação.

Faria, W. O., & Nuss, F. F. N. (2024). *A importância da gestão da qualidade em instituições de ensino superior.* Cadernos do FNDE.

Fogarty, G. J. (2022). *Anticipatory quality management in education: A proactive framework for institutional improvement.* International Review of Educational Management, 28(1).

Lei n° 1/93, de 24 de junho. *Regula a actividade do ensino superior na República de Moçambique.*

Lobo, R. N. (2020). *Gestão da qualidade* (2.ª ed.). São Paulo: Érica.

Mendes, V. (2012). *Qualidade no SNS: Evolução recente e perspetivas futuras.* Lisboa: Universidade Nova de Lisboa.

Silva, E. J., & Rando Júnior, E. L. (2024). Ferramentas de avaliação da qualidade. Caderno Progressus, 4(8).

Sousa, D. C. F., Claudino, C. N. Q., & Melo, F. J. C. (2016). Aplicação da gestão da qualidade para melhoria da eficiência produtiva e de longo prazo em uma indústria de reciclagem. Exacta - Engenharia de Produção, 14(4), 661–676.

Souza, S. M. O. (2018). Gestão da qualidade e produtividade. Porto Alegre: SAGAH.

Susilowati, R., & Sumiati. (2025). Strategy for implementing Total Quality Management to achieve quality education in higher education. Journal of Information Systems Engineering and Management, 10(4), artigo e ISSN.

Zakharova, Y. (2025). The concept of digital transformation management in higher education institutions: A PDCA approach to improving educational quality. Zenodo.

ALBA
ISFIC RESEARCH AND SCIENCE JOURNAL
ALBA - ISFIC RESEARCH AND SCIENCE JOURNAL
ISSN PRINT: 3006-2489; ISSN ONLINE: 3006-2470
1ª Ed, Vol. 1, No. 10, Dezembro, 2025
https://alba.ac.mz/index.php/alba/issue/view/13
albaisfic@gmail.com; alba@isfic.ac.mz
28 - 05 | 2025

ANÁLISE DAS POLÍTICAS PÚBLICAS DE EMPREGO E FORMAÇÃO PROFISSIONAL DOS JOVENS EM MOÇAMBIQUE – O CASO DA EMPRESA A EM MAPUTO DE 2017-2019

Analysis of Public Policies for Employment and Vocational Training for Young People in Mozambique – The Case of Company A in Maputo from 2017-2019

Análisis de las políticas públicas de empleo y formación profesional para jóvenes en Mozambique: el caso de la empresa A en Maputo, 2017-2019

Obadias Benjamim Machine[1] | Quentino Agostinho Razão[2] | Cornélio Abdul Mussá[3]

[1]Mestre, Universidade São Tomás de Moçambique, Moçambique, https://orcid.org/0000-0001-2345-6789, machine.obadias@gmail.com
[2]Mestre, Universidade São Tomás de Moçambique, Moçambique, https://orcid.org/0009-0007-6992-0904, fam.razao7@gmailcom
[3]Professor Doutor, Universidade Pedagógica de Maputo, Moçambique, https://orcid.org/0000-0002-4579-5391

Autor para correspondência: *machine.obadias@gmail.com*

Data de recepção: 25-06-2025
Data de aceitação: 01-07-2025
Data da publicação: 10-12-2025

Como citar este artigo: Machine, O. B.; Razão, Q. A. & Mussá, C. A. (2025). *Análise das políticas públicas de emprego e formação profissional dos jovens em Moçambique – o caso da Empresa A em Maputo de 2017-2019.* ALBA – ISFIC Research and Science Journal, 1(10), pp. 227-238. https://alba.ac.mz/index.php/alba/issue/view/13

RESUMO

O presente artigo científico tem como objectivo analisar as políticas públicas de emprego e formação profissional implementadas pela Empresa A, com especial enfoque nos jovens moçambicanos, um grupo particularmente afectado pelo desemprego. A investigação caracteriza-se como uma pesquisa aplicada que integra abordagens descritiva, exploratória, analítica, transversal, qualitativa e quantitativa, estruturadas no formato de estudo de caso. Entre os aspectos analisados, destaca-se a necessidade de criação de ecossistemas integrados de formação e trabalho, onde centros como o INEFP possam actuar simultaneamente como polos formativos, incubadoras de microempresas e laboratórios de experimentação tecnológica. A análise contempla igualmente propostas inovadoras, tais como a implementação de plataformas digitais nacionais de competências, permitindo o reconhecimento formal das capacidades dos jovens; a introdução de modelos dualistas híbridos que combinem formação modular em sala com aprendizagem prática remunerada; programas de certificação de competências adquiridas na economia informal; mecanismos de financiamento baseados em impacto; e a criação de Consórcios Locais de Competências envolvendo empresas, universidades, municípios e organizações comunitárias. O método científico adoptado assenta na lógica da indução. A população do estudo é composta por membros do corpo directivo, trabalhadores, formadores e formandos

da Empresa A. Com um coeficiente de confiança de 95,5% e margem de erro de ±10%, definiu-se uma amostra de 83 participantes distribuídos por seis categorias funcionais. A recolha de dados foi realizada através de questionários, entrevistas e observação directa, sendo os resultados analisados com recurso ao SPSS (versão 16.0), Excel e Word. Os resultados indicam que, embora a Empresa A contribua para a capacitação técnica básica dos jovens, torna-se necessária uma revisão aprofundada das suas políticas, privilegiando a inovação, o reforço da formação e novas estratégias que promovam a empregabilidade juvenil em Moçambique.

Palavras-chave: Empresa A, Políticas públicas, emprego e formação profissional.

ABSTRACT

This scientific article aims to analyze the public employment and vocational training policies implemented by Company A, with a special focus on young Mozambicans, a group particularly affected by unemployment. The research is characterized as applied research that integrates descriptive, exploratory, analytical, cross-sectional, qualitative, and quantitative approaches, structured in a case study format. Among the aspects analyzed, the need to create integrated training and work ecosystems stands out, where centers such as INEFP (National Institute of Employment and Vocational Training) can simultaneously act as training hubs, microenterprise incubators, and technological experimentation laboratories. The analysis also considers innovative proposals, such as the implementation of national digital skills platforms, allowing for the formal recognition of young people's abilities; the introduction of hybrid dual models that combine modular classroom training with paid practical learning; certification programs for skills acquired in the informal economy; impact-based financing mechanisms; and the creation of Local Skills Consortia involving companies, universities, municipalities, and community organizations. The scientific method adopted is based on the logic of induction. The study population consists of members of the management team, employees, trainers, and trainees of Company A. With a confidence level of 95.5% and a margin of error of ±10%, a sample of 83 participants distributed across six functional categories was defined. Data collection was carried out through questionnaires, interviews, and direct observation, with the results analyzed using SPSS (version 16.0), Excel, and Word. The results indicate that, although Company A contributes to the basic technical training of young people, a thorough review of its policies is necessary, prioritizing innovation, strengthening training, and new strategies that promote youth employability in Mozambique.

Keywords: Company A, Public policies, employment, and professional training.

RESUMEN

El artículo científico tiene como objetivo analizar las políticas públicas de empleo y formación profesional implementadas por la Empresa A, con especial atención a los jóvenes mozambiqueños, un grupo particularmente afectado por el desempleo. La investigación se caracteriza por ser un estudio aplicado que integra enfoques descriptivos, exploratorios, analíticos, transversales, cualitativos y cuantitativos, estructurados bajo el formato de estudio de caso. Entre los aspectos analizados, destaca la necesidad de crear ecosistemas integrados de formación y trabajo, en los que centros como el INEFP (Instituto Nacional de Empleo y Formación Profesional) desempeñen simultáneamente funciones de centros formativos, incubadoras de microempresas y laboratorios de experimentación tecnológica. Asimismo, se consideran propuestas innovadoras, como la implementación de plataformas nacionales de competencias digitales que permitan el reconocimiento formal de las capacidades de los jóvenes; la introducción de modelos duales híbridos que combinen formación modular presencial con aprendizaje práctico remunerado; programas de certificación de

ALBA - ISFIC RESEARCH AND SCIENCE JOURNAL
ISSN PRINT: 3006-2489; ISSN ONLINE: 3006-2470
1ª Ed, Vol. 1, No. 10, Dezembro, 2025
https://alba.ac.mz/index.php/alba/issue/view/13
albaisfic@gmail.com; alba@isfic.ac.mz

competencias adquiridas en la economía informal; mecanismos de financiación basados en resultados e impacto; y la creación de Consorcios Locales de Competencias que involucren a empresas, universidades, municipios y organizaciones comunitarias. El método científico adoptado se fundamenta en la lógica inductiva. La población del estudio está constituida por miembros del equipo directivo, empleados, formadores y aprendices de la Empresa A. Con un nivel de confianza del 95,5% y un margen de error de ±10%, se definió una muestra de 83 participantes distribuidos en seis categorías funcionales. La recogida de datos se realizó mediante cuestionarios, entrevistas y observación directa, y los resultados fueron analizados mediante SPSS (versión 16.0), Excel y Word. Los resultados indican que, si bien la Empresa A contribuye a la formación técnica básica de los jóvenes, es necesaria una revisión exhaustiva de sus políticas, priorizando la innovación, el fortalecimiento de la formación y el desarrollo de nuevas estrategias que fomenten la empleabilidad juvenil en Mozambique.
Palabras-chave: Empresa A, Políticas públicas, empleo y formación profesional

Contribuição de autoria (por Autor):
Obadias Benjamim Machine: foi responsável pela concepção da ideia principal, pela revisão literária, e análise dos dados e redigiu a primeira versão desta pesquisa.
Quentino Agostinho Razão: responsável pela análise dos dados e redigiu a primeira versão desta pesquisa, coordenação da Autoresia, revisor e tradutor de termos básicos aplicados nesta pesquisa.

Cornélio Abdul Mussá: responsável pelo aconselhamento e segurança da pesquisa, revisor e fez a correção do artigo.

INTRODUÇÃO

O presente artigo científico versa sobre análise das políticas públicas de emprego e formação profissional com enfoque especial para a camada jovem de nacionalidade moçambicana, visto que tem sido uma das mais afectadas pela falta de emprego por vários motivos, destacando a mão-de-obra não qualificada gerada pela baixa qualidade na formação profissional, e a globalização, ou seja, as máquinas tem substituído os humanos no desempenho de algumas tarefas, e as políticas públicas de emprego que muitas das vezes não abrangem a todos. Para além das actividades de formação profissional, o INEFP desempenha funções essenciais de intermediação laboral, orientação profissional e certificação de competências, contribuindo para aproximar empregadores e candidatos e para fortalecer a implementação das políticas públicas de emprego. Não obstante o seu papel significativo, a instituição depara-se com desafios relevantes, nomeadamente a necessidade de modernizar os seus equipamentos, actualizar continuamente os programas formativos e responder de forma eficaz às exigências impostas pela evolução tecnológica. Apesar dessas limitações, o INEFP em Maputo continua a constituir um pilar fundamental no desenvolvimento do capital humano, na promoção da empregabilidade e na inclusão social, reforçando a sua importância no contexto do sistema nacional de formação e emprego. Entre os aspectos analisados, destaca-se a necessidade de criação de ecossistemas integrados de formação e trabalho, onde centros como o INEFP possam actuar simultaneamente como polos formativos, incubadoras de microempresas e laboratórios de experimentação tecnológica. A análise contempla igualmente propostas inovadoras, tais como a implementação de plataformas digitais nacionais de competências, permitindo o reconhecimento formal das capacidades dos jovens; a introdução de modelos dualistas híbridos que combinem formação modular em sala com aprendizagem prática remunerada; programas

de certificação de competências adquiridas na economia informal; mecanismos de financiamento baseados em impacto; e a criação de Consórcios Locais de Competências envolvendo empresas, universidades, municípios e organizações comunitárias.

De acordo com Córdoba et al. (2023), políticas públicas consistem num conjunto intencional de acções do Estado, programas, regulamentos e intervenções institucionais, concebidos para enfrentar problemas públicos identificados, mediar demandas sociais e promover mudanças estruturais orientadas para o bem comum.

Entender a origem das políticas públicas é importante para melhor compreender seus desdobramentos, sua trajectória e suas perspectivas.

Assim, na Europa, a área de políticas públicas vai surgir como um desdobramento dos trabalhos baseados em teorias explicativas sobre os estados e sobre o papel de uma das mais importantes instituições do estado, ou seja, o governo, produtor por excelência das políticas públicas. Nos EUA, ao contrário, a área surge no mundo académico sem estabelecer relações com as bases teóricas sobre o papel do estado, passando directo para ênfase nos estudos sobre a acção dos governos.

A base de área nos EUA é a de que, em democracias estáveis, aquilo que o governo faz ou deixa de fazer é passível a ser formulado cientificamente e analisado por pesquisadores independentes. Assim, a trajectória da disciplina que nasce do interior da ciência política, abre o terceiro grande caminho trilhado pela ciência política Norte-Americana no que se refere ao estudo do mundo público.

Informações recolhidas no portal do governo moçambicano, relatam que em Moçambique, o processo da elaboração de políticas públicas esta directamente ligada ao regime político estabelecido pelo Estado. A definição de uma política tem em vista a resolução de um dado problema social, se formos a reparar os manifestos eleitorais tem em vista a resolução de um dado problema público. As políticas públicas no contexto Moçambicano obedecem cinco fases, a saber: Identificação do problema; Definição da agenda; Formulação; Tomada de decisão; Implementação e sua respectiva avaliação. Por conseguinte, elas começam logo a ser definidas a partir dos manifestos eleitorais dos partidos, são estes manifestos que fornecem os indicadores dos programas governamentais do partido que por ventura ascenderá ao poder.

Findo o período eleitoral o manifesto do partido vencedor é trabalhado e aperfeiçoado transformando-se em plano periódico de governação, que entre nos é chamado Plano Quinquenal do Governo (PQG).

A pesquisa tem como objectivo geral de analisar as políticas públicas de emprego e formação profissional dos jovens na empresa A, em Maputo, e especificamente objectiva-se em (i) identificar as políticas públicas de emprego adoptadas pela empresa A, em Moçambique, (ii) descrever os níveis de empregabilidade dos jovens em Moçambique, (iii) erificar a qualidade e níveis de formação profissional dos jovens em Moçambique e (iv) avaliar os benefícios das políticas públicas de emprego na formação profissional dos jovens na empresa A, em Moçambique.

ENQUADRAMENTO TEÓRICO

Políticas públicas

Alvarenga (2024), complementa que políticas públicas podem ser entendidas como acções estatais e governamentais destinadas a

ALBA - ISFIC RESEARCH AND SCIENCE JOURNAL
ISSN PRINT: 3006-2489; ISSN ONLINE: 3006-2470
1ª Ed, Vol. 1, No. 10, Dezembro, 2025
https://alba.ac.mz/index.php/alba/issue/view/13
albaisfic@gmail.com; alba@isfic.ac.mz

garantir direitos, promover o bem-estar e reduzir desigualdades sociais, constituindo instrumentos fundamentais de justiça social e inclusão.

Tipos de políticas públicas

Wolfenden et al. (2024), apresentam uma tipologia de estratégias institucionais para a implementação de políticas, útil para analisar a sustentabilidade e a eficácia das políticas públicas.
A política pública pode assumir quatro (4) formas:

i. Políticas Distributivas: São decisões tomadas pelo governo, que desconsideram a questão de recursos limitados, gerando impactos mais individuais do que universais, ao privilegiar certos grupos sociais ou regiões, em detrimento do todo;
ii. Políticas Regulatórias: São as mais visíveis porque elas restringem ou ditam a acção dos indivíduos, políticos, burocratas e grupos de interesse, porque se está regulando a conduta de certos grupos na sociedade.
iii. Políticas Redistributivas: Atingem maior número de pessoas e impõem perdas concretas no curto prazo para certos grupos sociais, ganhos incertos e futuros para outros; são em geral, as políticas sociais universais, sendo as de mais fácil encaminhamento;
iv. Políticas Constitutivas: São as que lidam com procedimentos, definem a estrutura do governo, isto é, estabelecem a forma segundo a qual encontra-se distribuído o poder entre os diferentes órgãos que compõem o Estado.

Mercado de trabalho e globalização

Adam Smith, economista clássico, faz as primeiras referências ao mercado de trabalho no final do século XVIII. Nesta perspectiva, o funcionamento do mercado de trabalho é idêntico aos demais mercados, podendo ser verificado comportamentos económicos de firmas e indivíduos que buscam maximizar seu bem-estar, onde as funções da oferta e demanda de emprego dependem do nível de salário.

Globalização e as dificuldades dos jovens no mercado de trabalho

A transformação do mundo numa grande aldeia global sem fronteiras, em que todos possam compartilhar interesses pessoais, inovações tecnológicas e científicas, num desenvolvimento equilibrado de todas as nações, é a promessa da globalização. Trata-se de um processo social que promove mudança na estrutura política e económica das sociedades. Segundo Chapini (2025), no âmbito da globalização económica que envolve comércio, finanças e integração dos mercados existe uma profunda interligação dos mercados de bens, serviços, capitais e finanças a nível mundial, fenómeno que possui implicações relevantes para a regulação, políticas económicas e formulação de políticas públicas.

De acordo com Alkharafi & Alsabah (2025), a globalização pode ser definida como um processo de integração global envolvendo nações, empresas e indivíduos, marcado pelo aumento da interdependência entre países e pela expansão de redes transnacionais de comércio, finanças, informação e mobilidade social, gerando

impactos significativos sobre as economias, sociedades e contextos culturais.

No contexto organizacional, Koller et al. (2024) definem a Gestão do Conhecimento como uma ferramenta estratégica que permite fomentar a inovação, promovendo a criação, partilha e utilização eficiente do conhecimento, garantindo competitividade e eficácia institucional.

Para isso, é necessário percorrer, de forma estruturada e metodológica, as seguintes etapas: definir, captar, organizar, transmitir, utilizar e ajustar os conhecimentos.

Formação profissional

Segundo Lima & Pazuch (2023), formação profissional concebem-na como um conjunto de actividades educativas, teóricas e práticas, destinadas a preparar indivíduos para o desempenho de funções específicas no mercado de trabalho, desenvolvendo competências técnicas e profissionais adequadas às exigências ocupacionais.

Contudo, a verdade é que a pressão económica sentida nos últimos anos faz com que muitas empresas coloquem as políticas de formação profissional para segundo plano, o que poderá ser um grande um erro.

Formação profissional nas instituições

De forma complementar, Cavalcante & Valero (2024), definem a formação profissional como um processo estruturado de qualificação que articula saberes, habilidades e atitudes, visando a inserção, reinserção ou progressão no mercado de trabalho, ajustando as competências dos indivíduos às necessidades do contexto socioeconómico.

Um desenho de formação feito de forma consciente, permite à organização criar condições para aquilo a que alguns Autoreses chamam de "*Delivery Style*", e que também influencia o sucesso do processo formativo. "*Delivery Style*" diz respeito aos métodos escolhidos pelos formadores para passarem a informação e o conhecimento aos seus formandos durante a formação.

MATERIAIS E MÉTODOS

No artigo científico usou-se a pesquisa aplicada, que tem como objectivo gerar conhecimentos para aplicação prática dirigidos à solução de problemas específicos. Envolve verdades e interesses dos para os trabalhadores, formadores e formados, directores e delegados da empresa A.

O presente estudo distingue-se pela adopção de uma abordagem metodológica integrada, que combina diversas estratégias de investigação com o propósito de proporcionar uma compreensão ampla, rigorosa e multidimensional do fenómeno em análise. A investigação articula métodos descritivos, exploratórios e analíticos, recorrendo simultaneamente a técnicas qualitativas e quantitativas, o que reforça a profundidade interpretativa e a solidez dos resultados alcançados.

Do ponto de vista metodológico, o estudo assume a natureza de um **estudo de caso**, centrado na análise das políticas públicas de emprego e de formação profissional dirigidas aos jovens em Moçambique, tomando como referência a Empresa A, localizada na cidade de Maputo, no período compreendido entre 2017 e 2019. Esta combinação metodológica possibilita examinar não apenas a estrutura formal e a execução das referidas políticas, mas também a sua eficácia, limitações e impactos concretos no contexto organizacional e no desenvolvimento profissional dos jovens.

A abordagem descritiva permite identificar, caracterizar e sistematizar as

ALBA - ISFIC RESEARCH AND SCIENCE JOURNAL
ISSN PRINT: 3006-2489; ISSN ONLINE: 3006-2470
1ª Ed, Vol. 1, No. 10, Dezembro, 2025
https://alba.ac.mz/index.php/alba/issue/view/13
albaisfic@gmail.com; alba@isfic.ac.mz

práticas e políticas existentes. A dimensão exploratória introduz flexibilidade e abertura para o estudo de dinâmicas ainda pouco investigadas no contexto laboral moçambicano. A vertente analítica, por sua vez, assegura uma interpretação crítica e fundamentada dos dados, permitindo estabelecer relações entre causas, efeitos e tendências observadas ao longo do período analisado.

No plano empírico, articulam-se técnicas qualitativas como a análise documental e a realização de entrevistas semiestruturadas com técnicas quantitativas, nomeadamente o tratamento estatístico de dados institucionais relativos ao emprego, à formação e ao desempenho dos jovens. Esta complementaridade metodológica constitui um elemento inovador da investigação, ao proporcionar uma visão holística sobre a eficácia das políticas públicas e sobre o contributo da Empresa A para a promoção da empregabilidade juvenil em Moçambique.

A amostra é um subgrupo de uma população, foi constituído por ***n*** unidades de observação e que tem as mesmas características da população, seleccionada para participar num determinado estudo. O tamanho da amostra foi retirada da população é aquele que minimiza os custos de amostragem e pode ser com ou sem reposição.

A pesquisa sobre as políticas públicas de emprego e formação profissional dos jovens é considerada finita dado o número de participantes conhecidos entre o corpo directivo, trabalhadores e formadores da empresa A, assim com o coeficiente de confiança de 95,5%. Demonstrada com as margens de erro de ± 10%, logo a amostra determinada usada foi de 83 (Oitenta e três) pessoas, subdivididas em 6 subcategorias, das quais: 1 delegado, 6 chefes dos departamentos, 3 directores, 25 trabalhadores, 25 formadores e 23 formandos.

Para a definição do instrumento de colecta de dados dependeu dos objectivos que se pretende alcançar com a pesquisa e do universo a ser investigado. Os instrumentos de colecta de dados tradicionais são questionário, entrevista (perguntas de roteiro) e observação directa e/ou indirecta, na empresa A.

Para a colecta de dados, recorreu-se a entrevista semi-estruturada, auto-relatos, questionários, que são instrumentos de colecta de dados com perguntas fechadas e aberta de modo que os respondentes assinalem com um "X", a opção correcta. O questionário foi escolhido em virtude da natureza do problema de pesquisa e do local de estudo.

A análise interpretativa teve o apoio dos três aspectos fundamentais, ou seja, nos resultados alcançados no estudo, na fundamentação teórica e na experiência pessoal do entrevistador (pesquisador). A informação foi compilada usando o programa estatístico SPSS (*Statistical Package for the Social Sciencies*), versão 16.0, apoiando-se no Excel para elaboração de gráficos.

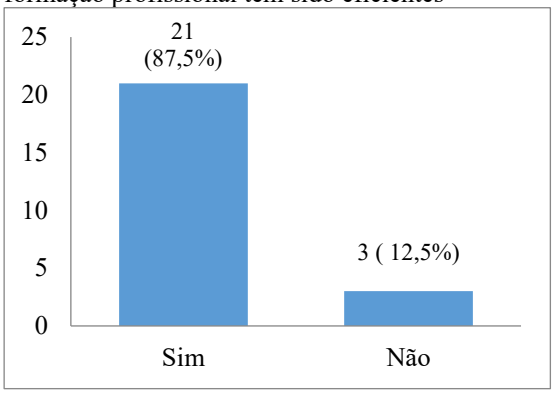
Durante a colecta de dados foi necessário considerar os procedimentos da pesquisa que poderão causar qualquer dano físico ou emocional. Os danos que podiam ser causados são: violação do direito à privacidade ao colocar perguntas sensíveis; o acesso aos registos contendo dados pessoais; serão observados e respeitados certos valores culturais, tradições ou tabus.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A análise dos resultados consiste em comentar e interpretar os dados obtidos na pesquisa através da tabulação de dados. Na discussão dos resultados insere-se as implicações de cada conjunto de dados

juntamente com as considerações mais gerais. Para o artigo científico em análise sobre a análise das políticas públicas de emprego e formação profissional dos jovens em Moçambique, das tabelas produzidas pode se aferir o seguinte.

Gráfico 1: Políticas públicas – Como trabalhador da empresa A, as políticas públicas de emprego e formação profissional têm sido eficientes



Fonte: Autores do artigo científico – 2022

Em relação a variável do gráfico 1, que aborda sobre a eficiência das políticas públicas de emprego e formação profissional na empresa A, dos inquiridos 87,5% afirmou que sim, são eficientes, outrossim 12,2%, respondeu que não.

De acordo com a definição mais recente (2025), políticas públicas correspondem ao conjunto de acções estatais incluindo regulamentações, programas, investimentos e prestação de serviços destinadas a responder a problemas coletivos e a promover o bem-estar social.

Olhando para os resultados obtidos na questão feita aos trabalhadores, pode se afirmar seguramente que as Politicas de Emprego e Formação Profissional implementadas pela empresa A, são eficientes, do ponto de vista de administrar conteúdos técnicos ou ferramentas capazes de dotar os jovens formandos de habilidades para singrarem no mercado de Emprego ou iniciativas de auto-emprego.

Tabela 1: Emprego - Acredita que o nível de empregabilidade dos Jovens em Moçambique tem sido satisfatório

		Frequência	%	Validade da %	Cumulativo da %
Validade	Sim	2	8,3	8,3	8,3
	Não	22	91,7	91,7	100,0
	Total	24	100,0	100,0	

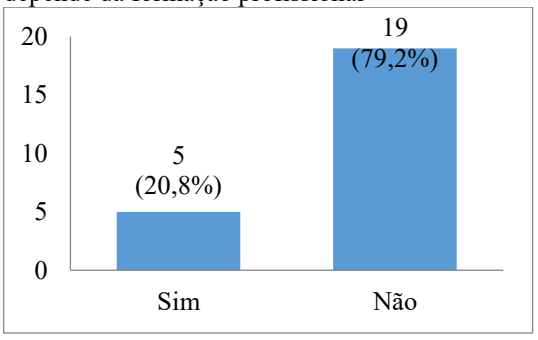
Fonte: Autores do artigo científico – 2022

Diante dos dados expostos na tabela 1, em torno da satisfação do nível de empregabilidade dos Jovens em Moçambique, pode ser percebido que, 8,3% dos inquiridos respondeu positivamente, contradizendo com os restantes 91,7% que respondeu negativamente.

Segundo Tushar & Sooraksa (2023), a empregabilidade refere-se à capacidade de um indivíduo de conquistar e manter um emprego, assim como de se adaptar continuamente às exigências do mercado de trabalho, mobilizando competências técnicas, transversais e atitudes apreciadas pelos empregadores.

O desemprego aumenta os problemas relacionados com a saúde física e mental do trabalhador, como: auto-estima e insatisfação.

Gráfico 2: A empregabilidade em Moçambique depende da formação profissional



Fonte: Autores do artigo científico – 2022

Com relação a questão sobre se empregabilidade em Moçambique depende da formação profissional, 20,8% respondeu positivamente, contra 79,2% que respondeu

ALBA - ISFIC RESEARCH AND SCIENCE JOURNAL
ISSN PRINT: 3006-2489; ISSN ONLINE: 3006-2470
1ª Ed, Vol. 1, No. 10, Dezembro, 2025
https://alba.ac.mz/index.php/alba/issue/view/13
albaisfic@gmail.com; alba@isfic.ac.mz

de forma negativa, de acordo com o Gráfico 2.

Bragagnolo & Alves da Luz (2025), definem a empregabilidade como a integração de competências, atitudes e aprendizagem contínua ao longo da vida, que capacita o trabalhador a adaptar-se às exigências do mercado de trabalho e a manter a sua capacidade de inserção e permanência profissional.

Da informação obtida no que diz respeito a dependência entre empregabilidade e formação profissional, os resultados revelaram que não existe uma relação de causa/efeito olhando para a realidade Moçambicana, uma vez que existem muitos formados que não têm emprego formal, engrossando assim o índice de desemprego, particularmente nas grandes cidades.

Tabela 2 – opinião da empregabilidade

		Frequência	%	Validade da %	Cumulativo da %
Validade	Sim	23	95,8	95,8	95,8
	Não	1	4,2	4,2	100,0
	Total	24	100,0	100,0	

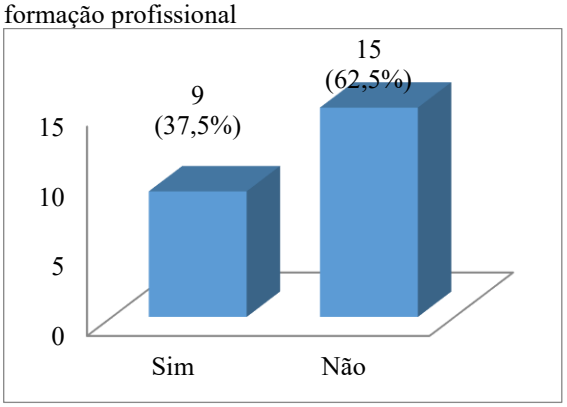
Fonte: Autores do artigo científico – 2022

A tabela 2, do número total dos inquiridos 95,8% respondeu que sim, diante da questão sobre se o emprego é algo fundamental na vida dos Jovens Moçambicanos, sendo que 4,2%, respondeu que não.

Segundo a International Labour Organization (2023), o emprego consiste numa relação, formal ou informal, estabelecida entre um indivíduo e uma organização, na qual o trabalhador desempenha tarefas ou presta serviços em troca de remuneração ou outros benefícios. Esta relação implica direitos e deveres recíprocos, responsabilidades definidas e uma expectativa de continuidade ou estabilidade profissional.Como se pode observar nos resultados da tabela acima, a maior parte dos inquiridos comunga da ideia de que o emprego é de capital importância na vida dos Jovens Moçambicanos, que por sinal são a maioria, em termos estatísticos, apesar do Governo promover o auto-emprego por forma a suprir as suas necessidades básicas.

Quando um Jovem se forma tem a tendência de garantir um emprego, para gerar renda com a finalidade de constituir uma família e criar um *Status* Social. O acto de trabalhar permite uma posição fundamental, não apenas por permitir a manutenção financeira, mesmo assim para que a vida possa ser digna. O trabalho estabelece uma etapa essencial da vida de cada indivíduo.

Gráfico 3: Formação profissional - O sucesso das Instituições depende somente da qualidade da formação profissional



Fonte: Autores do artigo científico – 2022

Diante dos dados expostos no gráfico 3, em torno de se o sucesso das Instituições depende somente da qualidade da formação profissional, 37,5% respondeu que sim e 62,5% que não.

Dos Reis et al. (2024), o sucesso de uma instituição de ensino superior pode ser definido como a capacidade de sustentar resiliência organizacional, inovação e eficácia institucional através de práticas sistemáticas de governação, avaliação da qualidade e adaptação contínua, promovendo, assim, melhores resultados educativos,

fortalecimento da reputação institucional e impacto social duradouro.

Da análise feita em relação ao sucesso das instituições, constata-se que não depende apenas da qualidade da formação, sendo que fica claro que há outros factores indispensáveis que acrescentam valor ao desempenho das mesmas.

As instituições têm o desejo de serem reconhecidas e valorizadas pelo esforço que está presente no dia-a-dia de todos. Por isso, o sucesso profissional é uma das metas que estão entre as mais importantes para as pessoas nos dias de hoje, seja qual for a área de conhecimento e de actuação.

Tabela 3 – Avaliação da qualidade e eficiência da formação profissional da empresa A

		Frequência	%	Validade da %	Cumulativo da %
Validade	Má	1	4,3	4,3	4,3
	Razoável	14	60,9	60,9	65,2
	Boa	8	34,8	34,8	100,0
	Total	23	100,0	100,0	

Fonte: Autores do artigo científico – 2022

Sobre a questão que tem a ver com avaliação da qualidade e eficiência da formação profissional da empresa A, 65,2% respondeu que é razoável e 34,8% dos respondentes afirmou que é boa, conforme ilustra a tabela 3.

Tomé (2024), Qualidade no ensino superior como "resultado de sistemas estruturados de garantia da qualidade, avaliação institucional e mecanismos de supervisão", que permitem identificar pontos fortes e fracos da instituição e promover replaneamentos com vista à melhoria contínua.

A formação profissional proporciona um conjunto de competências que advém da actualização e que são um contributo valioso no mercado de trabalho. O profissional, ao estar mais actualizado e ao ter mais conhecimentos torna-se mais eficiente e as empresas estarão mais predispostas a contratá-lo.

CONCLUSÃO

Este capítulo de conclusões e recomendações permite o desenvolvimento do artigo científico, onde o pesquisador procurou finalizar o trabalho, escrevendo seu ponto de vista sobre o assunto, face aos pontos supracitados que tirou com a pesquisa realizada.

De modo geral, concluiu-se que a empresa A contribui na dotação de conhecimentos técnicos básicos, em cursos de curta duração, visando assegurar o emprego/trabalho dos jovens, particularmente aqueles que possuem o nível elementar ou básico em termos académicos, sendo na sua maioria proveniente de famílias suburbanas com menos activos económicos para fazer face a formação a níveis mais complexos.

De modo geral, recomenda-se a empresa B e empresa A uma profunda avaliação e reformulação das políticas públicas de emprego e formação profissional no sentido de trazer melhorias para esta área crucial para o desenvolvimento de qualquer nação, ou seja, procurar inovar, investir na formação profissional, criar novas estratégias, e parcerias de modo a trazer resultados mais notáveis e impactantes na vida dos jovens moçambicanos.

REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA

Almeida, R. M., & Lima, T. C. (2022). *Marketing de relacionamento e a fidelização de clientes em instituições*

ALBA - ISFIC RESEARCH AND SCIENCE JOURNAL
ISSN PRINT: 3006-2489; ISSN ONLINE: 3006-2470
1ª Ed, Vol. 1, No. 10, Dezembro, 2025
https://alba.ac.mz/index.php/alba/issue/view/13
albaisfic@gmail.com; alba@isfic.ac.mz

de ensino superior privadas. Revista Brasileira de Marketing, 21(2).

Costa, A. L., & Nascimento, V. R. (2023). *Marketing educacional estratégico: Posicionamento e fidelização no ensino superior privado*. Revista Gestão & Educação, 28(1).

Dos Reis Cavalcante, K. C., Cândida Fração, C., & Oliveira Lima, J. (2024). *A contribuição dos indicadores de qualidade do ensino superior para a gestão nas instituições.* Revista Nova Paideia – Revista Interdisciplinar em Educação e Pesquisa, 6(1).

Ferreira, C. A. (2024). *Lealdade do cliente e marketing de relacionamento no ensino superior: Um estudo sobre retenção e valor percebido*. Revista Brasileira de Marketing, 23(1).

Hitt, M. A., Ireland, R. D., & Hoskisson, R. E. (2024). *Strategic management: Competitiveness and globalization* (14ª ed.). Cengage Learning.

Kotler, P. (2007). *Marketing para o século XXI*. Campus.

Kotler, P., & Keller, K. L. (2006). *Administração de marketing* (12ª ed.; M. Rosenberg, C. Freire & B. R. Fernandes, Trads.). Pearson Prentice Hall.

Kotler, P., & Keller, K. L. (2023). *Marketing management* (16ª ed.).

Kotler, P., & Levy, S. J. (1969). Broadening the concept of marketing. *Journal of Marketing*, 33(1).

Oliveira, R. F. (2024). *Estratégias competitivas e posicionamento institucional no ensino superior: Uma análise contemporânea*. Revista Brasileira de Estratégia e Negócios, 17(1).

Santos, M. J. (2024). *Gestão da qualidade em serviços educacionais: Desafios e estratégias para instituições de ensino superior*. Revista de Administração da Educação, 23(1).

Tavares, M. (2024). *Marketing relacional no ensino superior privado em Moçambique: Estratégias de fidelização de estudantes*.

International Labour Organization. (2023). *World Employment and Social Outlook 2023: Trends 2023*. Geneva: ILO.

Tomé, J. A. (2024). *Garantia da qualidade no ensino superior em Angola: percurso, desafios do presente e do futuro, e o papel das instituições de ensino superior nesse processo*. Associação das Universidades de Língua Portuguesa (AULP).

Córdoba-Vieira, J. E., Antonelli-Ponti, M., Versuti, F. M., Scorzafave, L. G. D. da S. & Santos, D. D. dos. (2023). *Teoria da Mudança e políticas públicas: Uma revisão integrativa*. Estudos em Avaliação Educacional, 34.

Alvarenga, M. R.; Quinava, S. C.; Medeiros, M. M.; Fontoura Júnior, E. (2024). *Reflexões sobre as políticas públicas para pessoas com deficiência: estudo da legislação brasileira e moçambicana.* Revista NUPEM, 16(37).

Wolfenden, L., Shoesmith, A., Hall, A., Bauman, A., & Nathan, N. (2024). *An initial typology of approaches used by policy and practice agencies to achieve sustained implementation of interventions to improve health.*

Implementation Science Communications, 5, Article 21.

Chapini, F. de O. (2025). *Globalização: comércio, finanças e integração dos mercados.* Revista de Economia da UEG, 21(1).

Koller, E. R., de Moura, P. R., & Freire, P. S. (2024). *Gestão do Conhecimento como Ferramenta Estratégica de Inovação nas Organizações: uma revisão integrativa.* Interfases, n. 19.

Lima, C. M. P., & Pazuch, V. (2023). *Formação inicial e continuada: a elaboração de tarefas de aprendizagem profissional para o estudo do conceito de função*. Revista Ibero-Americana de Estudos em Educação, 18.

Pinheiro, D., & Bentes, T. S. de. (2024). *A constituição do perfil de competências de professores de educação especial em documentos políticos.* Momento – Diálogos em Educação.

Silva, C. R. S. da, Cavalcante, L. de F. B., & Parra Valero, P. (2024). *Formação para o trabalho: categoria central para a definição da identidade das bibliotecas no contexto da educação profissional e tecnológica*. Revista Ibero-Americana de Ciência da Informação, 17(1).

ALBA
ISFIC RESEARCH AND SCIENCE JOURNAL
ALBA - ISFIC RESEARCH AND SCIENCE JOURNAL
ISSN PRINT: 3006-2489; ISSN ONLINE: 3006-2470
1ª Ed, Vol. 1, No. 10, Dezembro, 2025
https://alba.ac.mz/index.php/alba/issue/view/13
albaisfic@gmail.com; alba@isfic.ac.mz
10 - 12 | 2025

PRIME RATE E O AMBIENTE DE NEGÓCIOS EM MOÇAMBIQUE: DESAFIOS, OPORTUNIDADES E IMPLICAÇÕES PARA INVESTIDORES

Prime Rate and the Business Environment in Mozambique: Challenges, opportunities, and implications for investors

Tasa preferencial y entorno empresarial en Mozambique: desafíos, oportunidades e implicaciones para los inversores.

Rodrigues Zicai Fazenda[1] | Marc Jacquinet[2] | Teresa A. Oliveira[3] | Carlitos V. Massingue[4] | Valentim I. Raposo[5]

[1] Instituto Superior de Formação, Investigação e Ciência – Moçambique rzfazendaensino@gmail.com
[2]Universidade Aberta de Lisboa – Portugal - mjacquinet@gmail.com
[3]Universidade Aberta de Lisboa e CEAUL – Portugal – toliveir@univ-ab.pt
[4]Universidade Técnica de Moçambique (UDM) – Moçambique - cvmassingue@yahoo.com.br
[5]Instituto Superior de Formação, Investigação e Ciência – valeraposao@gmail.com

Autor para correspondência: rzfazendaensino@gmail.com

Data de recepção: 25-06-2025
Data de aceitação: 01-07-2025
Data da publicação: 10-12-2025

Como citar este Artigo: Fazenda, R. Z.; Jacquinet, M.; Oliveira, T. A.; Massingue, C. V. & Raposo, V. I. (2025). *Prime Rate e o Ambiente de Negócios em Moçambique: Desafios, oportunidades e implicações para investidores.* ALBA – ISFIC Research and Science Journal, 1(10), pp. 239-250. https://alba.ac.mz/index.php/alba/issue/view/13.

RESUMO

Moçambique, uma nação africana em desenvolvimento, enfrenta desafios complexos na busca por estabilidade e crescimento económico sustentável. Este artigo explora a interconexão entre o ambiente de negócios e a Prime Rate do Sistema Financeiro (PRSF) em Moçambique, utilizando dados do relatório "Doing Business" do Banco Mundial. Analisa como a facilidade de iniciar uma empresa, registar propriedades, executar contratos e o comércio internacional influenciam a atratividade do país para investimentos. O estudo também investiga o papel da PRSF como um barómetro das condições económicas e o seu impacto nas decisões de crédito e investimento. Através de uma análise econométrica, os resultados indicam uma relação inversa entre a PRSF e a classificação do ambiente de negócios, sugerindo que o aumento da taxa de juros pode levar a uma degradação do ambiente empresarial. Conclui-se que a incorporação da PRSF no modelo de avaliação do ambiente de negócios é fundamental para uma compreensão mais abrangente das dinâmicas económicas moçambicanas e para a formulação de políticas que promovam a gestão e o desenvolvimento sustentáveis.

Palavras-chave: Ambiente de Negócios, Doing Business, Gestão, Moçambique, Prime Rate, Sustentabilidade.

ABSTRACT

Mozambique, a developing African nation, faces complex challenges in its quest for stability and sustainable economic growth. This paper explores the interconnection between the business environment and the Prime Rate of the Financial System (PRSF) in Mozambique, using data from the World Bank's Doing Business report. It analyses how the ease of starting a business, registering property, enforcing contracts, and trading across borders influence the country's attractiveness for investment. The study also investigates the role of the PRSF as a barometer of economic conditions and its impact on credit and investment decisions. Through an econometric analysis, the results indicate an inverse relationship between the PRSF and the business environment rating, suggesting that increasing the interest rate may lead to a deterioration of the business environment. It is concluded that incorporating the PRSF into the business environment assessment model is essential for a more comprehensive understanding of Mozambican economic dynamics and for the formulation of policies that promote sustainable management and development.

Keywords: Doing Business, Management, Mozambique, Prime Rate, Sustainability, Business Environment.

RESUMEN

Mozambique, una nación africana en desarrollo, enfrenta desafíos complejos en su búsqueda de estabilidad y crecimiento económico sostenible. Este artículo explora la interconexión entre el entorno empresarial y la Tasa Preferencial del Sistema Financiero (PRSF) en Mozambique, utilizando datos del informe "Doing Business" del Banco Mundial. Analiza cómo la facilidad para abrir una empresa, registrar propiedades, ejecutar contratos y el comercio internacional influyen en el atractivo del país para la inversión. El estudio también investiga el papel de la PRSF como indicador de las condiciones económicas y su impacto en las decisiones de crédito e inversión. Mediante un análisis econométrico, los resultados indican una relación inversa entre la PRSF y la calificación del entorno empresarial, lo que sugiere que un aumento en la tasa de interés puede conducir a un deterioro del entorno empresarial. Se concluye que la incorporación de la PRSF al modelo de evaluación del entorno empresarial es fundamental para una comprensión más completa de la dinámica económica mozambiqueña y para la formulación de políticas que promuevan la gestión y el desarrollo sostenibles.

Palabras clave: Entorno empresarial, Doing Business, Gestión, Mozambique, Tasa Preferencial, Sostenibilidad

INTRODUÇÃO

Moçambique, uma nação caracterizada por vasta extensão territorial e diversidade cultural, enfrenta desafios socioeconómicos consideráveis enquanto busca estabilidade e crescimento. O conceito de "Doing Business", outrora anualmente avaliado pelo Banco Mundial, oferece uma lente crucial para analisar a saúde económica de um país e a sua atratividade para investidores e empreendedores. Essa métrica abrange diversas facetas do ambiente de negócios, desde a facilidade de iniciar uma empresa até a proteção dos direitos de propriedade, funcionando como um indicador fundamental da vitalidade do ecossistema empreendedor.

Dentro desse complexo cenário económico, a Prime Rate do Sistema Financeiro (PRSF) em Moçambique se destaca como uma variável económica essencial. Além de ser uma mera taxa de

ALBA - ISFIC RESEARCH AND SCIENCE JOURNAL
ISSN PRINT: 3006-2489; ISSN ONLINE: 3006-2470
1ª Ed, Vol. 1, No. 10, Dezembro, 2025
https://alba.ac.mz/index.php/alba/issue/view/13
albaisfic@gmail.com; alba@isfic.ac.mz

juros, a PRSF reflete a saúde e a direção do sistema financeiro do país, influenciando uma vasta gama de decisões económicas, desde grandes investimentos corporativos até as escolhas financeiras diárias dos consumidores individuais. As flutuações na PRSF podem impactar a inflação, os níveis de consumo, os investimentos e até mesmo as taxas de câmbio. Este artigo tem como objetivo explorar a relação entre a PRSF e a classificação "Doing Business" em Moçambique, investigando como esses elementos interligados moldam a trajetória económica da nação e oferecem *insights* sobre possíveis caminhos para a gestão e o desenvolvimento sustentáveis. A relevância da PRSF na percepção internacional do ambiente empresarial de Moçambique é um foco primordial desta pesquisa, conforme destacado por Fazenda (2023).

1. O AMBIENTE DE NEGÓCIOS EM MOÇAMBIQUE: UMA PERSPECTIVA "DOING BUSINESS"

O relatório "Doing Business" do Banco Mundial é uma publicação anual essencial que avalia o ambiente de negócios globalmente. O seu objetivo principal é fornecer informações objetivas e comparáveis sobre regulamentações e condições empresariais, o que é inestimável para investidores, empreendedores e formuladores de políticas que procuram identificar áreas para melhorar a competitividade e o crescimento económico. No contexto moçambicano, este relatório é particularmente relevante, pois oferece uma análise detalhada da paisagem empresarial do país. O Banco Mundial (2019), por exemplo, destaca os pontos fortes e as áreas onde Moçambique pode melhorar o seu ambiente de negócios para atrair investimentos e promover o empreendedorismo.

O relatório avalia diversos indicadores, como a facilidade de iniciar um negócio, obter licenças, aceder a crédito, proteger investidores, pagar impostos, realizar comércio internacional e outros aspetos relacionados aos negócios. As conclusões do relatório "Doing Business" são amplamente consideradas por investidores estrangeiros e empresas locais ao tomarem decisões de investimento e expansão. Consequentemente, o governo moçambicano e as autoridades competentes podem utilizar esses *insights* para implementar reformas políticas que promovam um ambiente de negócios mais favorável e, assim, impulsionem o desenvolvimento económico do país.

1.1 Abertura de Empresas

Pequenas e médias empresas (PMEs) são frequentemente reconhecidas como motores centrais para a criação de empregos

e para um crescimento económico inclusivo. No entanto, uma parcela substancial da atividade económica de uma nação ocorre no setor informal, com o setor informal de Moçambique respondendo por aproximadamente 40% do seu PIB entre 2010 e 2014. Um ambiente de negócios propício, que incentive a formalização de empreendimentos, é crucial para maximizar o potencial de desenvolvimento das PMEs.

Em Moçambique, estabelecer uma empresa geralmente envolve 10,9 etapas processuais, leva cerca de 35,2 dias e custa aproximadamente 111,2% da renda *per capita*. Esses números são notavelmente mais altos do que a média das nações da Comunidade para o Desenvolvimento da África Austral (SADC), que registam três procedimentos a menos, uma redução de uma semana no tempo e custos equivalentes a 35,3% da renda *per capita*. A Cidade de Maputo oferece um processo mais ágil para a criação de entidades corporativas, exigindo dez etapas processuais e um período de 17 dias, a um custo equivalente a 120,5% da renda *per capita*. Em contrapartida, em Nampula, a formalização é mais cara, levando 40 dias e representando 130,9% da renda *per capita*.

O arcabouço legal para a constituição de uma entidade corporativa é definido a nível nacional pelo Código Comercial, conforme estipulado no Decreto nº 2/2005 de 27 de dezembro. Apesar da aplicação uniforme dessa legislação em todo o território nacional, existem variações na duração e nas despesas financeiras durante o processo de registo de empresas. A Transparency International (2022), por exemplo, aponta que a burocracia e a corrupção podem ser obstáculos significativos, mesmo com a legislação existente.

1.2 Registo de Propriedades

A integridade dos registos de propriedade é um pilar para o desenvolvimento económico. Infraestruturas que suportam o setor imobiliário, sejam em áreas rurais ou urbanas, são indispensáveis, pois estabelecem direitos imobiliários e de terras, consolidam a posse e fornecem informações cruciais para a tributação e avaliação. Com um sistema de registo eficaz, as propriedades tornam-se mecanismos primordiais para o fomento de projetos inovadores. A segurança na titularidade permite que propriedades sejam mobilizadas como garantias financeiras.

Em Moçambique, a transferência de propriedade geralmente envolve entre sete e oito etapas, leva aproximadamente 47 dias e custa cerca de 5,7% do valor da propriedade. A duração desse processo varia entre as regiões, sendo mais curta em Inhambane (37 dias) e mais longa em Sofala (83 dias). Em termos de qualidade da administração

ALBA - ISFIC RESEARCH AND SCIENCE JOURNAL
ISSN PRINT: 3006-2489; ISSN ONLINE: 3006-2470
1ª Ed, Vol. 1, No. 10, Dezembro, 2025
https://alba.ac.mz/index.php/alba/issue/view/13
albaisfic@gmail.com; alba@isfic.ac.mz

fundiária, Moçambique pontua uma média de 7,9 em 30, ficando atrás das médias da SADC e da CPLP, e significativamente atrás de Ruanda, que possui um sistema digital avançado de informações sobre terras. A FAO (2018) também destaca a importância de direitos de propriedade claros para a segurança alimentar e o desenvolvimento agrícola.

1.3 Execução de Contratos

Inadimplências contratuais representam um fardo significativo para pequenas e médias empresas (PMEs). Tal inércia financeira não apenas compromete a liquidez necessária para honrar compromissos financeiros imediatos, mas também restringe recursos vitais para explorar novos horizontes comerciais, impedindo assim a expansão. Uma estratégia para resolver essas dívidas pendentes, particularmente em contextos de contratos não cumpridos, é a instauração de processos judiciais. No entanto, tal medida é pertinente apenas quando o sistema judiciário é ágil e eficaz.

Na Cidade de Maputo, o processo se estende por mais de 950 dias, correspondendo a mais da metade do valor disputado. Notavelmente, a duração das etapas judiciais e as custas advocatícias constituem os principais elementos de diferenciação entre as regiões. A African Development Bank (2017), num estudo sobre o ambiente de negócios, ressalta que a morosidade na execução de contratos pode desincentivar o investimento e a atividade empresarial.

1.4 Comércio Internacional

O comércio internacional sempre ocupou uma posição central na história de Moçambique, dada a sua localização estratégica na costa sudeste africana. Há milénios, os antigos portos de Chibuene e Angoche em Moçambique serviam como eixos para rotas comerciais estabelecidas por mercadores suaílis e muçulmanos, abrangendo distâncias superiores a 1.500 km e conectando o interior à vasta rede comercial do Oceano Índico. Apesar da sua geografia favorável, Moçambique não explorou plenamente as suas capacidades comerciais. Após o conflito interno, Moçambique tem se redefinido como um epicentro no comércio internacional, adotando estratégias de promoção comercial, como a redução de tarifas, a restauração de infraestruturas e o lançamento de grandes empreendimentos relacionados à sua abundância de recursos naturais. Newitt (1995), na sua obra sobre a história de Moçambique, detalha a relevância histórica do comércio para o país.

No entanto, obstáculos como procedimentos aduaneiros ineficientes, altos custos administrativos nos processos alfandegários e regulamentações

empresariais onerosas afetam particularmente as empresas menores que aspiram participar do comércio global. Evidências sugerem que interrupções no fluxo de transporte, incluindo aquelas resultantes de procedimentos alfandegários, impactam negativamente o desempenho comercial. Pesquisas focadas na África Subsaariana corroboram esses impactos negativos nas exportações e no crescimento económico. É imperativo notar que medidas que simplificam o comércio não beneficiam apenas grandes corporações, mas também ampliam o alcance de médias e pequenas empresas no cenário global. A SADC (2020), por exemplo, enfatiza a importância da integração regional para facilitar o comércio e o investimento.

2. A PRIME RATE DO SISTEMA FINANCEIRO (PRSF) EM MOÇAMBIQUE

Moçambique, um país em desenvolvimento, tem passado por mudanças significativas no seu panorama económico e financeiro desde o final do século XX e início do século XXI. As reformas iniciadas na década de 1990, sob a influência de organismos internacionais como o Fundo Monetário Internacional (FMI) e o Banco Mundial, buscaram estabilizar a economia, promover a liberalização comercial e a privatização de empresas estatais. Foi nesse contexto que a Prime Rate foi introduzida em 2017. Pitcher (2002), ao analisar a privatização em Moçambique, discute o pano de fundo dessas reformas.

A necessidade de uma taxa de referência tornou-se evidente à medida que o país buscava estabilidade financeira e transparência nas operações de empréstimo. Os objetivos da introdução da Prime Rate eram múltiplos e interconectados: alcançar transparência e padronização nas operações de crédito, servir como mecanismo de resposta a flutuações económicas e atrair investimento estrangeiro. Uma taxa clara, consistente e previsível poderia fortalecer a confiança dos investidores, sinalizando o alinhamento de Moçambique com práticas financeiras reconhecidas internacionalmente. A Associação Moçambicana de Bancos [AMB] (2023) detalha a metodologia de cálculo e os objetivos da PRSF.

No contexto moçambicano, a determinação da Prime Rate envolve a consideração de dois componentes principais: o Indexante Único e o Prémio de Custo. O Indexante Único é calculado pelo Banco de Moçambique e é uma média ponderada das operações realizadas no Mercado Monetário Interbancário para o prazo de vencimento de um dia útil, também conhecido como prazo *overnight*. O segundo componente, o Prémio de Custo, é calculado pela AMB e representa os elementos de risco da atividade bancária

ALBA - ISFIC RESEARCH AND SCIENCE JOURNAL
ISSN PRINT: 3006-2489; ISSN ONLINE: 3006-2470
1ª Ed, Vol. 1, No. 10, Dezembro, 2025
https://alba.ac.mz/index.php/alba/issue/view/13
albaisfic@gmail.com; alba@isfic.ac.mz

que não estão refletidos nas operações do mercado interbancário. Este prémio é adicionado ao Indexante Único para formar a Prime Rate do Sistema Financeiro Moçambicano. O Banco de Moçambique (2023) é o órgão encarregado de calcular, anunciar e atualizar mensalmente a PRSF.

3. RELAÇÃO ENTRE A PRIME RATE E O AMBIENTE DE NEGÓCIOS

A relação entre a Prime Rate e o ambiente de negócios em Moçambique é complexa e abrange vários aspetos críticos, desde o crédito empresarial e investimentos até o consumo e comércio internacional. Fazenda e Cardoso (2023a), por exemplo, investigaram essa relação, buscando discernir a existência de um impacto direto entre a PRSF e a avaliação do ambiente de negócios.

No que diz respeito ao crédito empresarial, as grandes corporações são sensíveis às variações da Prime Rate, pois isso afeta diretamente o custo de capital, levando a ajustes nas suas estratégias de financiamento e investimento. Para pequenas e médias empresas (PMEs), a Prime Rate desempenha um papel crucial, pois afeta a disponibilidade e o custo de crédito, podendo impactar significativamente a sua capacidade de crescimento e inovação. A African Development Bank (2017) e o Fundo Monetário Internacional [FMI] (2018) frequentemente destacam o acesso limitado ao crédito como um dos principais desafios para as PMEs em Moçambique.

No âmbito dos investimentos, a Prime Rate também é fundamental. Grandes decisões de investimento direto podem ser influenciadas pelas taxas de juros, com empresas considerando o custo do financiamento ao adquirir ativos ou expandir operações. Fazenda e Cardoso (2023b), num outro estudo, analisaram o comportamento e impacto da PRSF no mercado financeiro moçambicano, incluindo a sua influência no custo do crédito e no crescimento económico.

As implicações da Prime Rate estendem-se também ao consumo, com mudanças na taxa a afetar o comportamento do consumidor. Taxas de juros mais baixas podem estimular gastos, enquanto taxas mais altas podem incentivar a poupança. Além disso, a Prime Rate tem impacto direto nas taxas de juros do crédito ao consumidor, influenciando as decisões de compra de bens de alto valor, como viaturas e residências.

No contexto das exportações e importações, as variações da Prime Rate podem interagir com as taxas de câmbio, afetando a competitividade das empresas no mercado internacional. Isso pode influenciar diretamente o saldo comercial e a posição global de Moçambique no comércio internacional.

4. ANÁLISE ECONOMÉTRICA E *KEY FINDINGS*

A análise econométrica utilizou um modelo de regressão linear múltipla para explorar a relação entre a classificação do ambiente de negócios de Moçambique (variável dependente) e diversas variáveis independentes, incluindo processos administrativos, regulamentações, indicadores económicos e a Prime Rate.

O R^2 de 0,9601 significa que aproximadamente 96,01% da variabilidade na classificação relativa ao ambiente de negócios é explicada pela variação das variáveis independentes do modelo

$$Y = -393,157 - 0,053X_1 - 0,585X_2 + 0,807X_3 - 0,127X_4 + 12,523X_5 - 3,866X_6 + 0,577X_7 + 0,416X_8 + 0,072X_9 + 143,510X_{10} - 43,086X_{11}$$

O R^2 ajustado de 0,8726 considera que as variações dos preditores do modelo explicam em 87,26% a variação da classificação relativa do ambiente de negócios. Logo, Ambos os valores sugerem que o modelo tem um bom ajuste aos dados

Vários coeficientes no modelo de regressão foram considerados estatisticamente significativos (p_v alor<0,05), incluindo a Constante (p_v alor=0,031), Tempo para obtenção de alvarás de construção (p_valor=0,012), Tempo para obtenção de eletricidade (p_valor=0,010), Tempo para pagamento de impostos (p_v alor=0,013) e a Prime Rate do Sistema Financeiro (PRSF) (p_valor=0,043), vide tabela a seguir:

ALBA - ISFIC RESEARCH AND SCIENCE JOURNAL
ISSN PRINT: 3006-2489; ISSN ONLINE: 3006-2470
1ª Ed, Vol. 1, No. 10, Dezembro, 2025
https://alba.ac.mz/index.php/alba/issue/view/13
albaisfic@gmail.com; alba@isfic.ac.mz

Variáveis	Coeficientes	Erro padrão	p_valor
Constante	-393,157	351,748	0,031
Tempo de abertura de empresas	-0,053	0,210	0,080
Tempo de obtenção de alvará de construção	-0,585	0,316	0,012
Tempo de obtenção electricidade	0,807	0,203	0,010
Tempo de registo de propriedades	-0,127	0,273	0,066
Tempo de obtenção de crédito	12,523	5,006	0,054
Protecção dos investidores minoritários	-3,866	13,526	0,078
Tempo para pagamento de imposto	0,577	0,326	0,013
Tempo para comércio internacional, exportação	0,416	0,682	0,056
Tempo de execução de contratos	0,072	0,250	0,078
Tempo de resolução de insolvência	143,510	63,608	0,073
Prime Rate do Sistema Financeiro (PRSF)	-43,086	51,188	0,043
	$R^2 = 0,9601$	$R^2 ajustado = 0,8726$	

Fonte: Fazenda (2024, p. 273)

A regressão linear múltipla forneceu *insights* sobre como diferentes variáveis impactam a classificação relativa ao ambiente de negócios em Moçambique:

- **Tempo para abrir uma empresa**: Cada dia adicional necessário para abrir uma empresa reduz a classificação do ambiente de negócios em 0,053 unidades.
- **Tempo para obter alvarás de construção**: Cada dia adicional necessário para obter uma licença de construção diminui a classificação em 0,585 unidades.
- **Tempo para obter eletricidade**: Curiosamente, um aumento no tempo para obter eletricidade leva a uma melhoria de 0,807 unidades na classificação.
- **Tempo para registar propriedade**: Cada dia adicional para registar propriedade reduz a classificação em 0,127 unidades.
- **Tempo para obter crédito**: Um aumento na duração para obter crédito melhora a classificação em 12,523 unidades.
- **Proteção de investidores minoritários**: Um coeficiente de -3,866, sugere que muita regulamentação pode ser vista como um obstáculo.

- **Tempo para pagar impostos**: Um período mais longo para o pagamento de impostos (coeficiente de 0,577) pode proporcionar às empresas mais tempo para gerir os seus compromissos fiscais, melhorando assim a percepção do ambiente de negócios.
- **Tempo para comércio internacional (exportação)**: Processos mais longos associados ao comércio internacional, especificamente exportações, levam a uma melhoria de 0,416 unidades na classificação.
- **Tempo para execução de contratos**: A execução cuidadosa de contratos, mesmo que leve mais tempo, é valorizada, com um coeficiente de 0,072.
- **Tempo para resolução de insolvência**: Um processo de insolvência mais detalhado e robusto, com um impressionante coeficiente de 143,510, destaca a importância desse fator no ambiente de negócios.
- **Prime Rate do Sistema Financeiro (PRSF)**: O coeficiente para o PRSF é -43,086, indicando uma relação negativa com a classificação do ambiente de negócios.

5. CONCLUSÃO E RECOMENDAÇÕES

O estudo afirma que a Prime Rate do Sistema Financeiro (PRSF) influencia significativamente o ambiente de negócios de Moçambique, demonstrando uma relação inversa: um aumento na PRSF correlaciona-se com uma degradação do ambiente de negócios, e vice-versa. Isso confirma a necessidade de incorporar a PRSF no modelo de determinação do *Doing Business*.

No contexto moçambicano, a classificação "Doing Business" tem sido um indicador crucial para entender o ambiente de negócios do país. Moçambique, apesar dos seus recursos e potencial, enfrenta desafios em termos de infraestrutura, burocracia e regulação. Questões como o tempo necessário para abrir uma empresa, obter licenças, aceder crédito ou resolver disputas comerciais são aspectos fundamentais que impactam a percepção do ambiente de negócios.

O modelo estimado visa explicar a variabilidade na classificação do ambiente de negócios, tendo como base uma série de variáveis independentes, que incluem processos administrativos, regulamentações, indicadores económicos, e a taxa de juros como a Prime Rate. O coeficiente do modelo de regressão, tempo de obtenção de alvará de construção, tempo de obtenção eletricidade, tempo para pagamento de imposto e o PRSF são estatisticamente significativos, logo,

ALBA - ISFIC RESEARCH AND SCIENCE JOURNAL
ISSN PRINT: 3006-2489; ISSN ONLINE: 3006-2470
1ª Ed, Vol. 1, No. 10, Dezembro, 2025
https://alba.ac.mz/index.php/alba/issue/view/13
albaisfic@gmail.com; alba@isfic.ac.mz

qualquer alteração nos seus parámetros ou dados terá sempre influência sobre o modelo de regressão, ou seja, influenciará a posição relativa do ambiente de negócios de Moçambique.

Uma das principais limitações deste estudo refere-se à disponibilidade e qualidade dos dados. Moçambique, como muitos outros países em desenvolvimento, enfrenta desafios significativos no que diz respeito à coleta, processamento e disseminação de informações estatísticas. A baixa disponibilidade de dados pode resultar em omissões ou na utilização de informações desatualizadas, o que, por sua vez, pode impactar a precisão e relevância das análises.

Tendo em conta as limitações mencionadas, recomenda-se que futuras investigações nesta área sejam acompanhadas por esforços para melhorar a coleta e gestão de dados em Moçambique. As autoridades relevantes e instituições de pesquisa devem colaborar para estabelecer sistemas robustos de coleta de dados, garantindo que estes sejam atualizados, relevantes e representativos. Além disso, seria benéfico promover a capacitação em técnicas estatísticas e metodologias de pesquisa, permitindo análises mais profundas e abrangentes. Para os tomadores de decisão, é crucial considerar estas limitações ao interpretar os resultados e ao formular políticas. Com base nos *insights* deste estudo, é aconselhável priorizar a eficiência dos processos administrativos e a estabilidade económica, mantendo sempre um olhar crítico sobre os potenciais efeitos das políticas no ambiente empresarial.

REFERÊNCIAS

African Development Bank [AfDB]. (2017). *Mozambique: Economic Outlook*. Autor.

Associação Moçambicana de Bancos [AMB]. (2023). *Prime rate do sistema financeiro moçambicano. Comunicado n.º 03/2023*. Autor.

Banco de Moçambique. (2019). *Relatório Anual do Sistema Financeiro*. Autor.

Banco de Moçambique. (2020). *Relatório Anual*. Autor. Banco de Moçambique. (2023). *Banco de Moçambique*. Recuperado de https://www.bancomoc.mz/pt/

Fazenda, R. Z. (2023). Relação entre a Prime Rate e o Clima Económico de Moçambique. *Revista da UI_IPSantarém, 11*(2), 353-372.

Fazenda, R. Z. (2024). Avaliação da incorporação da prime rate do sistema financeiro (PRSF) na classificação relativa ao ambiente de negócios em Moçambique. Tese apresentada à Escola de Pós-graduação da Universidade São Tomás de Moçambique, para obtenção do Grau de Doutor em Gestão de Empresas. Maputo.

Fazenda, R. Z., & Cardoso, D. (2023a). Ambiente de negócios, Doing Business, em Moçambique e o comportamento da Prime Rate do

Sistema Financeiros (PRSF) do Mercado. *Revista da UI_IPSantarém, 11*(2), 332-352.

Fazenda, R. Z., & Cardoso, D. (2023b). Formas de relacionamento entre a Prime Rate do Sistema Financeiro (PRSF) do mercado e a classificação relativa ao ambiente de negócios em Moçambique. *Revista da UI_IPSantarém, 11*(2), 312-331.

Food and Agriculture Organization [FAO]. (2018). *Land tenure and property rights in Mozambique*.

Food and Agriculture Organization [FAO]. (2022). *FAO Country Profiles: Mozambique*.

International Monetary Fund [IMF]. (2018). *Mozambique: Financial sector assessment*.

International Monetary Fund. International Monetary Fund [IMF]. (2019). *Mozambique: Article IV Consultation*. International Monetary Fund.

Newitt, M. (1995). *A history of Mozambique*. Indiana University Press.

Pitcher, M. A. (2002). *Transforming Mozambique: The politics of privatization, 1975-2000*. Cambridge University Press.

Southern African Development Community [SADC]. (2020). *Regional Integration and Trade in SADC*. Autor.

Transparency International. (2022). *Corruption Perceptions Index: Mozambique*. Autor.

World Bank. (2019). *Doing Business Report: Moçambique*. Recuperado de https://portugues.doingbusiness.org/pt/custom-query

World Bank. (2020). *Doing Business 2020: Comparing Business Regulation in 190 Economies*. World Bank.

ALBA
ISFIC RESEARCH AND SCIENCE JOURNAL

ALBA - ISFIC RESEARCH AND SCIENCE JOURNAL
ISSN PRINT: 3006-2489; ISSN ONLINE: 3006-2470
1ª Ed, Vol. 1, No. 10, Dezembro, 2025
https://alba.ac.mz/index.php/alba/issue/view/13
albaisfic@gmail.com; alba@isfic.ac.mz

10 - 12 | 2025

BREVE REFLEXÃO SOBRE O PODER INCISIVO DA CORRUPÇÃO E AS SUAS VÍTIMAS-CÚMPLICES

A Brief reflection on the incisive power of corruption and its complicit-victims

Breve reflexión sobre el poder incisivo de la corrupción y sus víctimas-cómplices

Elídio Sozinho

[1]Doutorando em Relações Internacionais - Iscte-Lisboa e é ainda doutorando em Educação P´la Universidad Internacional Iberoamericana - Campeche, México; É mestre em Gestão e Administração Pública - Iscte-Lisboa; Chefe do Departamento de Apoio à Direcção no Instituto Superior Politécnico Alvorecer da Juventude-ISPAJ; Licenciado em Ciências da Educação, Opção: História - Isced-Luanda; É mestre em História Moderna e Contemporânea, Especialização em Relações Internacionais - Iscte-Lisboa; Angola, ORCID: https://orcid.org/0009-0004-0654-3396, E-mail:elidiomanuel2030@gmail.com
Autor para correspondência: elidiomanuel2030@gmail.com
Data de recepção: 25-06-2025
Data de aceitação: 01-07-2025
Data da publicação: 10-12-2025

Como citar este Resumo: Sozinho, E. (2025). *Breve reflexão sobre o poder incisivo da corrupção e as suas Vítimas-Cúmplices.* ALBA – ISFIC Research and Science Journal, 1(10), pp. 251-266. https://alba.ac.mz/index.php/alba/issue/view/13

RESUMO

O presente artigo visa analisar o impacto da corrupção, sendo este um fenómeno que tem sido objecto de estudo não apenas na actualidade, mas desde as épocas mais remotas. A corrupção exerce um efeito pernicioso nas estruturas económicas e sociais, com implicações nos domínios da Gestão e Administração Pública. Ao corroer valores fundamentais como a democracia, cidadania, confiança e a igualdade social, a corrupção compromete a coesão e a integridade das instituições públicas e privadas. A relevância deste fenómeno tem suscitado uma crescente atenção global, centrando-se principalmente na adopção de estratégias eficazes para a prevenção e repressão da corrupção. Neste sentido, várias iniciativas têm sido implementadas a nível internacional, com destaque para a organização Transparência Internacional[9]. No entanto, no contexto das ex-colónias de Portugal, os actos de corrupção são cada vez mais visíveis.Será este um traço herdado do colonialismo ou um princípio que emergiu aquando da nossa independência, no momento em que concebemos o nosso sistema democrático?

Ora, entendemos que o impacto da corrupção não pode ser subestimado: ela mina as instituições, destrói a confiança pública e perpectua desigualdades sociais e económicas. Assim sendo, percebemos que a análise deste fenómeno e a avaliação das respostas globais a ele são fundamentais para entendermos o estado actual das nossas democracias e a capacidade das sociedades em preservar a equidade e a governança justa. O combate à corrupção não é apenas uma necessidade, é uma urgência para a sustentabilidade e o progresso das nações. É neste sentido que, com o presente artigo, nos propomos

[9] www.transparency.org/cpi: The Transparency International is a global movement with one vision: a world in which government, business, civil society and the daily lives of people are free of corruption. With more than 100 chapters worldwide and an international secretariat in Berlin, we are leading the fight against corruption to turn this vision into reality.

a fazer uma breve revisão sobre a reflexão do poder incisivo da corrupção e das suas Vítimas-Cúmplices.

Palavras-chave: Administração Pública; Poder; Corrupção; Transparência; Vítimas-Cúmplices

ABSTRACT

This article aims to analyze the impact of corruption, which is a phenomenon that has been the subject of study not only today, but since the most remote times. Corruption has a pernicious effect on economic and social structures, with implications in the areas of Management and Public Administration. By eroding fundamental values such as democracy, citizenship, trust and social equality, corruption undermines the cohesion and integrity of public and private institutions. The relevance of this phenomenon has attracted increasing global attention, focusing mainly on the adoption of effective strategies for the prevention and repression of corruption. In this sense, several initiatives have been implemented at an international level, with emphasis on the organization Transparency International[10]. However, in the context of Portugal's former colonies, acts of corruption are increasingly visible. Is this a trait inherited from colonialism or a principle that emerged at the time of our independence, at the time when we conceived our democratic system?

We believe that the impact of corruption cannot be underestimated: it undermines institutions, destroys public trust and perpetuates social and economic inequalities. Therefore, we realize that the analysis of this phenomenon and the evaluation of global responses to it are fundamental to understand the current state of our democracies and the capacity of societies to preserve equity and fair governance. The fight against corruption is not just a necessity, it is an urgency for the sustainability and progress of nations. It is in this sense that, with this article, we propose to make a brief review of the reflection on the incisive power of corruption and its Victims-Accomplices.

Keywords: Public Administration; Power, Corruption, Transparency, Victims-Accomplices

RESUMEN

El presente artículo tiene como objetivo analizar el impacto de la corrupción, siendo este un fenómeno que ha sido objeto de estudio no solo en la actualidad, sino desde épocas muy remotas. La corrupción ejerce un efecto pernicioso en las estructuras económicas y sociales, con implicaciones en los ámbitos de la Gestión y Administración Pública. Al corroer valores fundamentales como la democracia, la ciudadanía, la confianza y la igualdad social, la corrupción compromete la cohesión y la integridad de las instituciones públicas y privadas. La relevancia de este fenómeno ha suscitado una creciente atención global, centrando principalmente en la adopción de estrategias eficaces para la prevención y represión de la corrupción[11]. En este sentido, varias iniciativas han sido implementadas a nivel internacional, destacando la organización Transparencia Internacional. Sin embargo, en el contexto de las excolonias de Portugal, los actos de corrupción son cada vez más visibles. Es este un rasgo heredado del colonialismo o un principio que emergió en el momento de nuestra independencia, cuando concebimos nuestro sistema democrático? Por lo tanto, entendemos que el impacto de la corrupción no puede ser subestimado: mina las instituciones, destruye la confianza pública y perpetúa desigualdades sociales y económicas. Así, nos damos cuenta de que el análisis de este fenómeno y la evaluación de las respuestas globales a él son fundamentales para comprender el estado actual de nuestras democracias y la

[10] *www.transparency.org/cpi: The Transparency International is a global movement with one vision: a world in which government, business, civil society and the daily lives of people are free of corruption. With more than 100 chapters worldwide and an international secretariat in Berlin, we are leading the fight against corruption to turn this vision into reality*

[11] *www.transparency.org/cpi: The Transparency International is a global movement with one vision: a world in which government, business, civil society and the daily lives of people are free of corruption. With more than 100 chapters worldwide and an international secretariat in Berlin, we are leading the fight against corruption to turn this vision into reality*

ALBA - ISFIC RESEARCH AND SCIENCE JOURNAL
ISSN PRINT: 3006-2489; ISSN ONLINE: 3006-2470
1ª Ed, Vol. 1, No. 10, Dezembro, 2025
https://alba.ac.mz/index.php/alba/issue/view/13
albaisfic@gmail.com; alba@isfic.ac.mz

capacidad de las sociedades para preservar la equidad y una gobernanza justa. La lucha contra la corrupción no es solo una necesidad, es una urgencia para la sostenibilidad y el progreso de las naciones. En este sentido, con el presente artículo, nos proponemos hacer una breve revisión sobre la reflexión del poder incisivo de la corrupción y de sus Víctimas-Cómplices.
Palabras clave: Administración Pública; Poder, Corrupción, Transparencia, Víctimas-Cómplices

Definição Sumaria dos Estudos

Ora, ao mergulharmos no pensamento da presente temática, "Breve Reflexão sobre o Poder Incisivo da Corrupção e suas Vítimas-Cúmplices" avocamos a intenção de querermos propor uma análise crítica sobre a corrupção como fenómeno sistémico, que não se limita aos agentes activos envolvidos directamente em práticas corruptas, mas que, também, afectam aqueles que de forma passiva ou consciente, se tornam cúmplices deste processo. Neste sentido, o presente artigo visa explorar a natureza do poder incisivo da corrupção, as suas implicações nas estruturas políticas e sociais, e os impactos sobre os indivíduos e instituições. E, a partir do conceito de "vítimas-Cúmplices", proposto por Moriconi, que destaca como a corrupção se insinua nas atitudes e comportamentos, transformando vítimas em participantes involuntários ou forçados do sistema corrupto. Deste modo, o presente artigo propõe-se analisar as implicações éticas e sociais da corrupção, bem como a sua dinâmica e os mecanismos através dos quais se perpetua um ciclo vicioso de impunidade e adaptação a práticas institucionalizadas num contexto marcado pela corrupção em Angola.

E, para que pudéssemos com especificidades discutir aqui alguns pontos sobre o factor corrupção, estabelecemos como objectivos específicos: Identificar factores de hereditariedade da corrupção em Angola e por fim análise de interpretação das Vítimas-Cúmplices.

Nesta perspectiva, delimitamos o recorte temporal ao período compreendido entre 1979 e 2020. O ano de 1979 é assinalado como o marco da transição política resultante da morte do Presidente António Agostinho Neto, que simbolizou o fim do primeiro ciclo governativo em Angola. Já o ano de 2020 é considerado representativo de uma fase de profundas transformações, não apenas ao nível do reforço das práticas democráticas, mas, também, pela introdução de novas dinâmicas na administração pública, no quadro do Estado angolano enquanto Estado Democrático e de Direito.

No que diz respeito à orientação metodológica, recorreu-se à pesquisa bibliográfica, a qual possibilitou o acesso e a consulta a diversos acervos documentais. Procedeu-se igualmente à crítica interna e

externa das fontes, permitindo aferir a sua fiabilidade e identificar as orientações ideológicas subjacentes aos diversos autores analisados. Adicionalmente, realizou-se uma análise interpretativa dos dados recolhidos, o que não apenas possibilitou a sua sistematização, mas também a sua compreensão crítica, permitindo-nos assim formular conclusões próprias, coerentes com os propósitos e fundamentos teóricos que orientam o presente artigo.

I - INTRODUÇÃO

O fenómeno da corrupção constitui, inequivocamente, um entrave significativo ao crescimento e ao desenvolvimento da Administração Pública, independentemente do Estado em causa. Do ponto de vista económico, representa uma barreira à liberdade de concorrência e ao funcionamento eficiente do mercado, mesmo em contextos regulados, comprometendo simultaneamente os direitos dos cidadãos à livre iniciativa económica.

No actual contexto de crescente interdependência sociopolítica e económica global, têm-se intensificado os esforços internacionais no sentido da prevenção e combate à corrupção, reconhecendo-se a sua transversalidade e os seus impactos multidimensionais.

Tal como acontece com outros fenómenos criminais, a prevenção e repressão da corrupção exigem o fortalecimento da cooperação internacional entre Estados. Assim, compreende-se que apenas uma abordagem integrada permitirá enfrentar eficazmente esta ameaça, desenvolvendo mecanismos apropriados de prevenção e repressão.

Neste âmbito, merecem destaque os contributos de Pollitt e Bouckaert (2024) ao proporem o modelo weberiano como uma via para o equilíbrio e modernização na prestação de serviços públicos, tornando a Administração mais atractiva, eficaz e eficiente.

Com vista ao cumprimento rigoroso dos objectivos delineados, optámos por estruturar o presente artigo em quatro eixos principais: i) um enquadramento teórico sobre o poder incisivo da corrupção; ii) uma análise das suas causas e consequências; iii) uma reflexão sobre as denominadas ‘Vítimas-Cúmplices’; e iv) a apresentação e interpretação dos resultados, culminando nas conclusões do estudo.

O poder incisivo da corrupção e as suas implicações nas estruturas Políticas e Sociais

A corrupção é um fenómeno de difícil mensuração e combate, representando um

ALBA - ISFIC RESEARCH AND SCIENCE JOURNAL
ISSN PRINT: 3006-2489; ISSN ONLINE: 3006-2470
1ª Ed, Vol. 1, No. 10, Dezembro, 2025
https://alba.ac.mz/index.php/alba/issue/view/13
albaisfic@gmail.com; alba@isfic.ac.mz

desafio significativo para os sistemas políticos e sociais. Este problema adquiriu uma relevância crescente na vida dos cidadãos, na medida em que a sua exposição se intensificou, em grande parte devido à cobertura mediática e às medidas de transparência implementadas em diferentes períodos para monitorizar a sua prevalência. A percepção pública da corrupção, por conseguinte, é influenciada directamente pela maneira como os media a abordam e pelas políticas de transparência adoptadas em cada contexto. No entanto, sempre existiu uma certa tolerância face aos crimes de corrupção, tanto por parte do sistema de justiça, como pelos próprios meios de comunicação e cidadãos. A corrupção torna-se, assim, um problema público na medida em que a forma como é abordada pelos media internacionais influência a sua visibilidade e a forma como é encarada pela sociedade.

Adicionalmente, este fenómeno pode ser analisado à luz de uma reflexão contemporânea sobre a tolerância à corrupção. Como argumenta Santos (2021), o estudo da tolerância social à corrupção constitui uma via promissora para aprofundar a compreensão deste fenómeno. De modo complementar, Ribeiro (2020) sublinha que "o modo como os cidadãos contribuem para a reprodução de práticas corruptas permanece insuficientemente investigado" (p. 7). Esta observação evidencia a necessidade de reflectir sobre o papel individual de cada cidadão, enquanto ser social e potencial futuro responsável em cargos públicos, no combate e na prevenção da corrupção. Neste contexto, é importante observar que a corrupção sistémica muitas vezes emerge do próprio sistema de poder, frequentemente institucionalizado, o que torna ainda mais complexo o seu combate. Para enfrentar este problema, iniciativas como as da Transparência Internacional têm demonstrado um compromisso claro na luta contra a corrupção e outras formas de impunidade. No entanto, é crucial reconhecer que as barreiras que sustentam estas práticas corruptas frequentemente superam qualquer mecanismo de controlo implementado. Autores mais recentes reforçam esta perspectiva ao reconhecer que a corrupção envolve um conjunto de práticas ilegais cada vez mais sofisticadas e difíceis de detetar. Tal complexidade decorre da sua natureza frequentemente invisível e da forma como o fenómeno se dilui no próprio sistema político e administrativo, bem como nas diversas modalidades de criminalidade económica. Como destaca Carvalho (2022), a crescente capacidade de adaptação das redes corruptivas torna o seu rastreamento e repressão um desafio permanente para as instituições responsáveis pela prevenção e controlo. Neste sentido, esta abordagem não

só visa despertar a consciência dos prevaricadores, mas também alertar as entidades responsáveis pelo desenvolvimento económico de qualquer sector sobre a importância de um combate eficaz e contínuo à corrupção.

Implicações da corrupção em Portugal e a sua disseminação nas colónias

Sob o ponto de vista jurídico, autores mais recentes têm reforçado esta compreensão. Como sustenta Pereira (2022), no âmbito jurídico-penal a corrupção constitui um crime que atenta contra a autonomia intencional do Estado, entendida como um bem jurídico-penal construído político-criminalmente e que, por isso, legitima a sua proteção através da aplicação de penas de prisão ou de multa. Para que haja punição, o crime de corrupção exige a verificação de determinados elementos: uma acção ou omissão, a prática de um acto lícito ou ilícito e a atribuição ou promessa de uma vantagem indevida, própria ou de terceiro. A partir desta perspectiva, torna-se possível desenvolver uma análise estruturada sobre as práticas de corrupção em Portugal.

O problema da corrupção em Portugal não é recente, mas somente a partir de 1990 se tornou particularmente relevante, pelos seguintes motivos, conforme Morgado e Vegar (2003) a atribuição, a Portugal, de uma considerável verba da União Europeia no âmbito do processo de concessão dos fundos estruturais, sem que este fosse acompanhado de um sistema de fiscalização eficaz quanto aos destinos desses fundos; a existência de um sistema penal lento, inadequado e sem experiência para lidar com uma criminalidade altamente organizada e sofisticada[12]; e o poder económico concentrado em indivíduos com meios de defesa poderosos, capazes de questionar todos os actos realizados no âmbito de investigações criminais[13]. Observada essa reflexão, é possível afirmar que muitas das antigas colónias portuguesas, como Angola e Guiné-Bissau, vivem actualmente uma profunda crise de corrupção, reflectindo realidades similares às que se verificam em Portugal. Para sustentar os nossos argumentos sobre o impacto da corrupção sobre os indivíduos e instituições, trazemos o exemplo de Angola.

Implicações da Corrupção em Angola

A corrupção em Angola tem-se consolidado, ao longo das últimas décadas, como um instrumento estrutural e, para muitos funcionários públicos, um meio prático quase legitimado de subsistência. Longe de se tratar apenas de desvios isolados,

[12] Idem.

[13] MORGADO, M. & Vegar, J., op. Cit.,

ALBA - ISFIC RESEARCH AND SCIENCE JOURNAL
ISSN PRINT: 3006-2489; ISSN ONLINE: 3006-2470
1ª Ed, Vol. 1, No. 10, Dezembro, 2025
https://alba.ac.mz/index.php/alba/issue/view/13
albaisfic@gmail.com; alba@isfic.ac.mz

esta prática tem contaminado as raízes institucionais do Estado, transformando a administração pública num terreno fértil para a apropriação indevida de recursos públicos por parte de gestores e responsáveis de instituições estatais. No entanto, esse ciclo de impunidade parece estar a conhecer os seus limites. Sinais concretos de mudança têm emergido, e um dos protagonistas nesta viragem institucional é o Tribunal de Contas de Angola, cuja actuação recente tem demonstrado um compromisso cada vez mais firme com a responsabilização financeira e a integridade na gestão do erário público.

Como observa Manuel (2022) o Tribunal de Contas tem actuado em conformidade com o exposto no "Art. 72 da Lei do Quadro do Orçamento Geral do Estado", exercendo não apenas uma função fiscalizadora, mas também sancionatória. Em articulação com o Ministério Público, o órgão tem invocado as prerrogativas conferidas pelos Artigos 55.º, n.º1, 87.º, n.º1, e 99.º da Lei n.º13/10, de 9 de Julho, para instaurar Acções de Responsabilidade Financeira Sancionatória contra indivíduos investidos em funções públicas que se tenham envolvido em práticas ilícitas; esta postura proactiva está plasmada em decisões paradigmáticas como o ACÓRDÃO N.º 21/2.ªCÂMARA/TC/2017 (Processo n.º 84/PM/2016) e o ACÓRDÃO N.º 22/2.ªCÂMARA/TC/2017 (Processo n.º 30/FS/2013), onde se observa a responsabilização concreta de cidadãos acusados tanto sob a Responsabilidade Financeira Sancionatória como Reintegratória mecanismos que visam não apenas punir, mas também restituir ao Estado os recursos indevidamente apropriados (Manuel, 2022, p. 42)".

Depois destas observações, consideramos ainda que persistam resistências e zonas de opacidade dentro do sistema, o actual panorama sugere que a corrupção, enquanto norma tácita de governança, começa finalmente a ser desafiada por estruturas de controlo que demonstram uma vontade renovada de proteger o bem público.

Com base nos arquivos disponibilizados, procedemos a uma observação não participante dos conteúdos divulgados pela Televisão Pública de Angola (TPA). Esta abordagem metodológica, aliada à análise sistemática dos materiais recolhidos, permitiu examinar de forma aprofundada os episódios da série semanal *O Banquete*, a qual tem exposto práticas de corrupção que beneficiam uma minoria em detrimento do erário público. Embora esses conteúdos sejam, em certa medida, filtrados pelo órgão de comunicação social, a sua relevância para compreender as dinâmicas de má gestão dos recursos públicos permanece incontestável.

Para além desta primeira análise global, foi possível aprofundar o material recolhido por meio de diferentes técnicas. Assim, a análise dos arquivos possibilitou o levantamento e a organização das informações apresentadas nos episódios, enquanto a análise de conteúdo permitiu identificar padrões recorrentes nos esquemas corruptivos relatados. Já a observação não participante contribuiu para captar nuances discursivas, enquadramentos narrativos e estratégias comunicacionais utilizadas na exposição dos casos.

No primeiro episódio, segundo o relato do jornalista sénior da TPA, Ernesto Bartolomeu, em conformidade com os diversos investimentos previstos para a reconstrução de Angola após a consolidação da paz definitiva, duas das empresas envolvidas, Miramar Lda. e R. O. L. Corporation Lda., desviaram milhões e milhões de dólares dos cofres angolanos.

A análise posterior revelou que, durante a liderança de Manuel Vicente, então Presidente do Conselho de Administração da Sonangol a maior empresa pública do país e de Orlando Veloso, alto funcionário do Estado, foram desviados mais de 450 milhões de dólares dos cofres públicos. Para além disso, foram contratadas empresas com vínculos diretos a ambos para executarem três grandes projectos públicos, entre os quais se destacava a construção de um hotel de luxo com casino. À primeira vista, estes empreendimentos aparentavam ter uma finalidade legítima de desenvolvimento infraestrutural. Contudo, verificou-se que as empresas contratadas não investiram qualquer recurso próprio no início das obras. Mesmo assim, apropriaram-se dos projectos e, posteriormente, revenderam-nos ao Estado angolano, cobrando valores três vezes superiores ao montante inicialmente estimado.

Casos como este configuram uma traição flagrante ao povo angolano, um abuso explícito da confiança pública e uma ferida profunda na luta pela justiça e pelo progresso em Angola. No entanto, graças a denúncias e à crescente pressão da sociedade civil, o país começou a dar sinais de mudança. No Índice de Percepção da Corrupção (CPI) de 2020, Angola subiu quatro posições, alcançando o 142.º[14] lugar no ranking da Transparência Internacional. Embora ainda se trate de um progresso modesto, é um sinal de esperança de que, gradualmente, a verdade está a vir à tona e a justiça começa a encontrar o seu caminho.

[14] #cpi2020 www.transparency.org/cpi

ALBA - ISFIC RESEARCH AND SCIENCE JOURNAL
ISSN PRINT: 3006-2489; ISSN ONLINE: 3006-2470
1ª Ed, Vol. 1, No. 10, Dezembro, 2025
https://alba.ac.mz/index.php/alba/issue/view/13
albaisfic@gmail.com; alba@isfic.ac.mz

O caso do Brasil e suas Implicações de Corrupção

Para o caso do Brasil, não constitui novidade nenhuma sobre denúncias de actos de corrupção, assim como o próprio combate, como se pode observar através dos indicadores do CPI, que ocupa o topo da posição 68, tendo em conta os demais oito países no mesmo lugar no CPI 2020[15]. Ora, em representação de actos de corrupção, entendemos enfatizar que as investigações sobre esquemas de corrupção em diferentes instituições ganharam maior expressividade com as operações Lava Jato. Nesta conformidade, consideramos pertinente incluir como caso representativo o escândalo envolvendo a Odebrecht. Estudos recentes como os de Almeida e Furtado (2021), Gonçalves (2020), Pereira (2022) e Maragno, Knupp e Borba (2023) são unânimes em identificar a Odebrecht como uma das maiores empresas atuantes no setor público brasileiro e, simultaneamente, como protagonista em esquemas de corrupção que resultaram no desvio de avultados recursos dos cofres do Estado.

De acordo com Almeida e Furtado (2021), no âmbito da "Operação Lava Jato", a Odebrecht destacou-se como uma das empresas centrais do esquema, não apenas pelo seu porte enquanto multinacional brasileira, mas também pela profundidade e extensão das práticas ilícitas nas quais esteve envolvida. A operação teve início em Março de 2014, com a investigação e o processamento de quatro organizações criminosas associadas ao mercado paralelo de câmbio. Posteriormente, o Ministério Público Federal reuniu provas de um esquema de corrupção que se prolongara por cerca de uma década, envolvendo grandes empreiteiras brasileiras, bem como a estatal Petrobras. A prisão do então presidente da Odebrecht marcou um ponto de viragem no processo, conduzindo ao confisco de documentos que revelaram uma lista de mais de duzentos políticos que teriam recebido repasses indevidos da empresa.

Nesta conformidade, entendemos que a participação de altas entidades de cargos políticos em casos de corrupção acaba por se tornar um elemento comum por diversas perspectivas. Deste modo, percebe-se que também têm existido esforços no combate a estes actos, como se pode observar com a implementação das Tecnologias de Informação e do Conhecimento (TIC) tanto em Angola como no Brasil.

Segundo Souza (2017), no caso de Angola, as TIC têm vindo a ser implementadas não só para a melhoria e aproximação dos serviços

[15] Idem.

públicos ao cidadão, mas também como um acto de combate à corrupção. Como podemos observar, que a implementação das TICs em Angola no sector educativo é uma mais-valia, uma vez que se traduz num elemento bastante importante no combate à corrupção nas instituições escolares (p. 43).

Já Menezes (2010) refere ainda que, segundo o Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF, 2013), as políticas globais e nacionais respeitantes à integração das TIC no sistema educativo podem prover várias funções importantes. Aquela organização alerta para que as políticas não se tornem apenas operativas, sendo necessária uma estratégia capaz de definir um conjunto de metas e uma visão sobre o papel das TIC no sistema educativo de um país. É, portanto, com essas argumentações que nos fundamentamos para afirmar que em Angola existe uma clara intenção de diminuir a corrupção, visando alcançar melhorias nos rankings internacionais relativos à corrupção.

Para o caso do Brasil, podemos perceber semelhanças com Angola, uma vez que também têm sido realizados esforços significativos para a implementação das TIC no sector académico, como observamos na literatura de Cristóvam, Saikali e Sousa (2020), que enfatizam que o avanço tecnológico é cada vez mais rápido, cabendo à Administração Pública o desenvolvimento de um ambiente de gestão pública capaz de acompanhar esse ritmo de mudanças. Entretanto, as mudanças implementadas no governo brasileiro têm promovido um ensino de maior qualidade, ao mesmo tempo que têm procurado estancar a corrupção no sector educacional.

Nesta conformidade, faremos, de seguida, uma reflexão sobre as vítimas-cúmplices, sendo este um ponto que também merecerá uma especial abordagem, dada a sua natureza e sensibilidade temática.

Uma Breve Reflexão sobre o conceito de Vítimas-Cúmplices

Para uma melhor abordagem da temática vítimas-cúmplices, fizemos recurso às obras do Professor Doutor e também Jornalista Moriconi (2009), que tem dedicado grande parte da sua reflexão a este tema e considera fundamental que o processo de legitimação do poder deva, necessariamente, contar com um consenso maioritário. O que pressupõe que exista uma consciência por parte de quem governa no sentido de obter, sempre que necessário, o maior número de membros; caso contrário, seria impossível apoiar uma proposta hegemónica.

Nesse contexto, abre-se a possibilidade de repensar as abordagens voltadas à análise crítica dos pressupostos axiomáticos da agitação cultural, considerando a participação

ALBA - ISFIC RESEARCH AND SCIENCE JOURNAL
ISSN PRINT: 3006-2489; ISSN ONLINE: 3006-2470
1ª Ed, Vol. 1, No. 10, Dezembro, 2025
https://alba.ac.mz/index.php/alba/issue/view/13
albaisfic@gmail.com; alba@isfic.ac.mz

ou, ao menos, a tolerância necessária daqueles que, paradoxalmente, poderiam ser vistos como vítimas do próprio sistema. Ora, é um facto que, o primeiro homem ao redor de um pequeno pedaço da envoltura terrestre, pensou em declarar "isso é meu" e encontrou pessoas suficientemente simples para acreditar que ele era o verdadeiro precursor da sociedade civil.

Para legitimar o processo de cercar um território e promulgar "isso é meu", é necessário obter a resposta massiva de "que é seu". Seguidamente, Moriconi (2009) refere que "nesse contexto, nasce a lógica da vítima-cúmplice. Sem legitimidade, não haveria dono, e a ganância daqueles que se aproximam (que no final são os vencedores) não é tão importante, mas a ignorância daqueles que aprovam, porque provavelmente também são seduzidos pela possibilidade de cercar" (Moriconi, 2009, p. 22).

Vítimas-Cúmplices: Categorias

Procurou-se de uma forma mais esclarecedora, trazer à análise aquilo que Moriconi (2009) considerou e distribuiu em categorias como vítimas-cúmplices. Considera-se que, no curso das socializações, os indivíduos apreenderão as noções axiomáticas normativas nas quais a ordem social se baseia. Novamente, no desenvolvimento cognitivo, haverá oportunidades para apelar à racionalidade ou sucumbir à racionalização, enquanto o poder real construirá laços persuasivos para manter o status quo. No entanto, é nessa conformidade que surgem as categorias das denominadas Vítimas-Cúmplices, elementos que, consciente ou inconscientemente, facilitam a reprodução e continuidade do poder real. Neste sentido, apresentaremos de seguida as categorias propostas por Moriconi (2009):

a)-Vítimas-Cúmplices por Medo: um exemplo claro desta condição é a legitimidade social necessária para o desenvolvimento de contextos mafiosos. O cidadão sucumbe ao contexto de ameaça ou persuasão física e acaba por dar livre-arbítrio ao desenvolvimento da situação, seja para "fechar os olhos", evitar reclamações ou encarar a situação como algo habitual, que não está ao alcance de todos. A máfia, como Henner Hess (1976) explica, não é uma organização ou uma sociedade secreta: é um método. Um método de manter o poder;

b)-Vítimas-Cúmplices por Necessidade: esta categoria pode ser exemplificada pelas armadilhas recursivas do capitalismo especulativo, que, no contexto de sociedades altamente polarizadas, promove crises em

diferentes contextos e esferas. Se as variáveis capitalistas e de mercado são liberadas para o interesse próprio – privado e individual – dos vários grupos, a especulação em torno das variáveis trabalhistas e dos valores de mercado visa evitar regulamentações e multiplicar os ganhos de capital. Dessa forma, a armadilha da oferta e da demanda e a mão invisível do mercado justificam a maximização da diferença entre vencedores e perdedores;

c)-Vítimas-Cúmplices por Interesse Próprio: esse relacionamento ilustra o escopo múltiplo da lógica vítima-cúmplice, uma vez que a busca pelo interesse próprio, mesmo que os fins sejam especificamente determinados e até alcançados, pode gerar fontes alternativas de desconforto que, apesar da receita e do triunfo, acabam por desperdiçar, ou pelo menos afectar negativamente a qualidade de vida. Um exemplo pode ser o paradoxo recorrente do estabelecimento das classes altas das grandes capitais em bairros fechados, longe da cidade. De maneira simples, pode-se levantar o caso de uma família que, ecoando o interesse individual indicado pelo mercado e pelo capitalismo, se apropria da especulação para seu próprio benefício. No meio de uma sociedade em crise e polarizada, com altos índices de violência, a família não se preocupa com o meio social e desfruta dos seus benefícios;

d)-Vítimas-Cúmplices por Ignorância: as causas que promovem essa condição são variadas e estão relacionadas à construção da razão dissecada. A incorporação de dados falsos (que gera falsas expectativas ou expectativas impossíveis de cumprir) ou o bombardeio de dados incorrectos, distorcidos e manipulados por campanhas de propaganda (Chomsky e Ramonet, 2002) limitam a capacidade de imaginar diferentes ordens sociais e modificações culturais. É aqui que o mundo do consumo e do marketing funciona, gerando desconforto permanente com o surgimento de novos produtos (veja abaixo a secção: "Acreditamos em coisas absurdas?").

Considerando as variáveis aqui discutidas e, em perspectiva, as categorias das Vítimas-Cúmplices conforme delineadas como nossa principal referência teórica, Moriconi (2009), entendemos estar em condições de avançar com a análise e interpretação dos conteúdos. A partir deste enquadramento teórico e metodológico, procedemos à sistematização e apresentação dos resultados obtidos.

ALBA - ISFIC RESEARCH AND SCIENCE JOURNAL
ISSN PRINT: 3006-2489; ISSN ONLINE: 3006-2470
1ª Ed, Vol. 1, No. 10, Dezembro, 2025
https://alba.ac.mz/index.php/alba/issue/view/13
albaisfic@gmail.com; alba@isfic.ac.mz

II - ANÁLISE E INTERPRETAÇÃO DOS CONTEÚDOS E APRESENTAÇÃO DE RESULTADOS

De acordo com Faggiano (2023), a análise e interpretação de conteúdo constituem passos centrais na investigação em ciências sociais aplicadas, especialmente em estudos de desenvolvimento (pp. 45-46). Com base nessa premissa, podemos reflectir da seguinte forma:

A partir da observação do fenómeno da corrupção, que procuramos desmistificar neste artigo através de uma abordagem histórico-estrutural, identificam-se padrões recorrentes tanto em Angola como no Brasil, antigas colónias portuguesas. As evidências analisadas sugerem que, em ambos os contextos, a prática da corrupção apresenta características similares, especialmente no que respeita ao envolvimento de agentes públicos em altos cargos de poder. Tais práticas, apesar das especificidades sociopolíticas de cada território, manifestam-se de forma estruturalmente comparável, reflectindo padrões históricos herdados do período colonial e perpetuados nas dinâmicas contemporâneas de governação.

Nesta linha de análise, observa-se que, apesar da corrupção endémica que persiste tanto em Angola como no Brasil, existem similitudes marcantes nos investimentos significativos direccionados ao sector da administração pública em ambos os países. Esta coincidência sugere não apenas padrões administrativos comparáveis, mas também respostas institucionais alinhadas perante desafios semelhantes.

Adicionalmente, evidencia-se que a corrupção nestes contextos constitui uma prática profundamente lesiva, cujos impactos comprometem directamente o bem-estar das populações. A persistência desta prática revela-se, em grande medida, condicionada pela vontade política dos governantes, sendo que transformações estruturais dependem de acções concretas e sustentadas. Neste sentido, alguns avanços tímidos têm sido observados, em consonância com os dados revelados pela edição de 2020 do Índice de Percepção da Corrupção sinaliza uma incipiente, porém relevante, tendência de mudança, (CPI 2020).

Por outro lado, constata-se um esforço crescente por parte dos governos angolano e brasileiro na adopção e implementação de Tecnologias da Informação e Comunicação (TICs) no âmbito da administração pública. Este movimento, para além de representar uma tentativa de modernização dos serviços públicos, pode ser interpretado como parte de um compromisso mais amplo com organismos internacionais. Neste contexto, destaca-se a actuação do Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF), cuja presença em ambos o território tem

impulsionado políticas públicas orientadas para a transparência, eficiência administrativa e fortalecimento institucional. No entanto, de acordo com Manuel (2022), o uso das técnicas preventivas de supervisão no sector da Administração Pública deve ser encarado como elemento fundamental para o combate à corrupção.

Assim sendo, entendemos que os dados aferidos e aqui apresentados nos permitem avançar para a apresentação das nossas conclusões.

III - CONCLUSÃO

Em suma, a corrupção manifesta-se como uma das mais inquietantes ameaças à integridade das sociedades contemporâneas. A sua presença constante nos diversos níveis sociais tem contribuído para um crescente sentimento de desilusão e descrédito por parte da população em relação às instituições e àqueles que deveriam representá-la com responsabilidade e transparência. Cada novo escândalo exposto intensifica a sensação de impotência colectiva, abala a confiança pública e desgasta os princípios éticos e morais que deveriam sustentar uma convivência social justa. À medida que a corrupção se banaliza, os seus protagonistas passam a ocupar um espaço central tanto nos discursos mediáticos quanto na consciência colectiva. A sua visibilidade constante acaba por normalizar práticas que deveriam ser duramente condenadas, provocando uma preocupante erosão dos valores socialmente aceites. Esta naturalização do fenómeno corrói os fundamentos do Estado de direito e enfraquece os mecanismos democráticos, dando lugar a um ciclo de impunidade sustentado por uma cultura de permissividade e resignação.

O alastramento deste fenómeno dá origem a um número crescente de vítimas-cúmplices, cidadãos que, por necessidade, conivência ou medo, acabam por ser arrastados para um sistema já contaminado, especialmente em contextos onde existem uma fragilidade das instituições e uma acentuada desigualdade social permitem agravar ainda mais o problema. Estes sujeitos, longe de serem meros espectadores, participam muitas vezes de forma involuntária na perpetuação de estruturas disfuncionais, contribuindo para a consolidação de um sistema onde os limites entre vítima e cúmplice se tornam difusos e eticamente ambíguos.

Ora, esta investigação permitiu atingir os objectivos inicialmente traçados, ao mesmo tempo que proporcionou uma oportunidade para desconstruir ideias frequentemente repetidas no meio académico. Uma das concepções equivocadas que foi possível esclarecer é sobre a origem da corrupção em

ALBA - ISFIC RESEARCH AND SCIENCE JOURNAL
ISSN PRINT: 3006-2489; ISSN ONLINE: 3006-2470
1ª Ed, Vol. 1, No. 10, Dezembro, 2025
https://alba.ac.mz/index.php/alba/issue/view/13
albaisfic@gmail.com; alba@isfic.ac.mz

certos países lusófonos. As evidências analisadas apontam para causas complexas, centradas em comportamentos individuais motivados pela ambição, pela sede de poder e pela ausência de mecanismos eficazes de responsabilização. A herança colonial, somada à debilidade das instituições democráticas e à escassa cultura de prestação de contas, criou um terreno fértil para a expansão de práticas corruptas, que se enraízam com o tempo e se reproduzem nas esferas política, económica e social.

As Tecnologias de Informação e Comunicação (TICs) revelaram-se ferramentas com grande potencial no combate à corrupção e na modernização dos serviços públicos. Contudo, a sua aplicação enfrenta obstáculos sérios, desde limitações técnicas e estruturais até à resistência de determinados sectores em adoptar práticas mais transparentes. A eficácia destas tecnologias dependerá, inevitavelmente, da vontade política e do fortalecimento institucional. Mais do que meras soluções tecnocráticas, as TICs devem ser integradas numa estratégia mais ampla de transformação social, onde a digitalização seja acompanhada por educação cívica, controlo social efectivo e políticas públicas orientadas para a inclusão e a equidade.

É imprescindível destacar que a reconstrução da confiança social exige um esforço colectivo em torno de valores éticos sólidos. A moralidade pública precisa ser mais do que um discurso; deve ser uma prática quotidiana sustentada por exemplos vindos do topo da hierarquia social. A coerência entre o discurso e a prática constitui um dos pilares fundamentais da legitimidade democrática. Assim, o compromisso ético das lideranças políticas, empresariais e institucionais é decisivo para reverter a cultura da corrupção e reconfigurar o contrato social.

Ainda que esta investigação tenha conseguido trazer contributos relevantes para a compreensão do fenómeno, é evidente que o tema comporta várias outras dimensões que merecem ser exploradas com mais profundidade. A complexidade estrutural da corrupção exige abordagens interdisciplinares e metodologias inovadoras que articulem os níveis macros e micro da análise, integrando factores históricos, económicos, culturais e psicológicos.

Fica, assim, a sugestão de que futuras investigações abordem questões relacionadas com a actuação da classe política, o impacto da corrupção na prestação de serviços públicos e o papel dos tribunais superiores na responsabilização de agentes corruptos. Do mesmo modo, seria pertinente aprofundar o estudo dos mecanismos informais de poder e influência, muitas vezes invisíveis, mas

decisivos na manutenção de redes clientelistas e práticas ilícitas. Com o presente artigo, não pretendemos ferir qualquer sensibilidade. Mas sim é apenas uma realidade que pretendemos aclarar. Por fim, importa referir que este artigo foi redigido em português de Angola, adoptando uma abordagem linguística inclusiva no que respeita às variações existentes entre os países da lusofonia.

REFERÊNCIAS

Carvalho, T. M. (2022). *Corrupção contemporânea: Dinâmicas, invisibilidades e desafios institucionais*. Atlas.

Cristóvam, J. S. D. S., Saikali, L. B., & Sousa, T. P. D. (2020). Governo digital na implementação de serviços públicos para a concretização de direitos sociais no Brasil. *Sequência (Florianópolis)*, (84), 209–24

Pereira, R. M. (2022). *Fundamentos jurídico-penais da corrupção: Autonomia estatal, bens jurídicos e responsabilização*. Coimbra Editora.

Pereira, V. M. (2022). *Esquemas ilícitos e contratos públicos: Uma análise das práticas empresariais no Brasil*. Saraiva.

Ribeiro, M. A. (2020). *Cidadania e práticas de integridade no setor público*. Editora Polis.

Da Silva Poberschnigg, T. F., & de Oliveira Medeiros, C. R. (2017). Crime e corrupção: Interpretações de internautas sobre o esquema de corrupção da Odebrecht. *Revista Reuna, 22*(2), 88–109.

Faggiano, M. P. (2023). *Content analysis in social research: Study contexts, avenues of research, and data communication strategies*. Brill

Manuel, E. S. (2022). *O papel do Tribunal de Contas na resposta aos problemas e desafios relativos a responsabilidades inerentes à Administração Pública em Angola, 2012–2021* (Master's thesis, ISCTE–Instituto Universitário de Lisboa, Portugal).

ALBA
ISFIC RESEARCH AND SCIENCE JOURNAL
ALBA - ISFIC RESEARCH AND SCIENCE JOURNAL
ISSN PRINT: 3006-2489; ISSN ONLINE: 3006-2470
1ª Ed, Vol. 1, No. 10, Dezembro, 2025
https://alba.ac.mz/index.php/alba/issue/view/13
albaisfic@gmail.com; alba@isfic.ac.mz

10 - 12 | 2025

ANÁLISE CRÍTICA DA GESTÃO DE CRISE DA GREVE DOS EX-TRABALHADORES MOÇAMBICANOS DESTACADOS NA REPÚBLICA DEMOCRÁTICA ALEMÃ "MADGERMANES"

Critical analysis of crisis management of the strike by former Mozambican workers assigned to the German Democratic Republic "Madgermanes"

Análisis crítico de la gestión de crisis de la huelga de los extrabajadores Mozambiquenos destacados en la República Democrática Alemana "Madgermanes"

Pedro Tomás Matola[1]

[1] Mestre em Ciências Policiais, Especialidade de Segurança Pública, pela ACIPOL, Licenciado em Administração Pública, pelo ISFIC. https://orcid.org/0009-0007-7811-5181:e-mail: matolapedro58@gmail.com

Autor para correspondência: matolapedro58@gmail.com

Data de recepção: 25-06-2025
Data de aceitação: 01-07-2025
Data da publicação: 10-12-2025

Como citar este Artigo: Matola, P. T. (2025). *Análise crítica da gestão de crise da greve eos ex-trabalhadores Moçambicanos destacados da República Democrática Alemã "Madgermanes".* ALBA – ISFIC Research and Science Journal, 1(10), pp. 267-280. https://alba.ac.mz/index.php/alba/issue/view/13.

RESUMO:
O presente artigo desenvolve uma análise crítica abrangente da gestão de crise relacionada à greve dos ex-trabalhadores moçambicanos destacados na antiga República Democrática da Alemanha (RDA), conhecidos como "Madgermanes". Ancorado numa abordagem qualitativa, bibliográfica e documental, e utilizando o método de análise de conteúdo de Bardin (2011), o estudo examina as respostas institucionais e governamentais às reivindicações destes trabalhadores, que há mais de três décadas exigem o pagamento de salários retidos e o reconhecimento de outros direitos socio laborais. A análise revela falhas estruturais expressas em omissões administrativas, ausência de diálogo sistemático, inconsistências comunicacionais e inexistência de mecanismos eficazes de resolução. À luz dos contributos teóricos de Coombs (2007), Mitroff e Anagnos (2001) e Hermann (1972), argumenta-se que a crise ultrapassa o domínio laboral, configurando um caso de injustiça histórica e violação de Direitos Humanos. O estudo defende que uma gestão de crise eficaz exige medidas integradas, incluindo maior transparência institucional, reconciliação histórica e a criação de uma Comissão de Verdade e Reparação, capaz de reconstruir a confiança pública e promover soluções sustentáveis no contexto de políticas públicas moçambicanas.

Palavras-chave: Crise; Direitos Humanos; Gestão de Conflitos; Madgermanes; Moçambique.

ABSTRACT:
This article presents a comprehensive critical analysis of the crisis management surrounding the strike of Mozambican former workers who were deployed to the former German Democratic Republic (GDR), commonly known as the "Madgermanes". Based on a qualitative, bibliographic, and documentary approach, and employing Bardin's (2011) content analysis method, the study examines the institutional and governmental responses to the workers' longstanding demands for unpaid wages and other labour-related rights. The findings reveal structural weaknesses characterized by administrative omissions, lack of structured dialogue, communication inconsistencies, and the absence of effective resolution mechanisms. Drawing on the theoretical contributions of Coombs (2007), Mitroff and Anagnos (2001), and Hermann (1972), the study argues that this crisis transcends the labour sphere, constituting a case of historical injustice and human rights violations. It concludes that effective crisis management requires integrated measures, including greater institutional transparency, historical reconciliation, and the establishment of a Truth and Reparation Commission capable of rebuilding public trust and promoting sustainable solutions within Mozambique's public policy framework.
Keywords: Crisis; Human Rights; Conflict Management; Madgermanes; Mozambique.

RESUMEN:
Este artículo presenta un análisis crítico y exhaustivo sobre la gestión de la crisis relacionada con la huelga de los ex trabajadores mozambiqueños destacados en la antigua República Democrática Alemana (RDA), conocidos como "Madgermanes". Basado en un enfoque cualitativo, bibliográfico y documental, y utilizando el método de análisis de contenido de Bardin (2011), el estudio examina las respuestas institucionales y gubernamentales a las reivindicaciones de estos trabajadores, quienes exigen desde hace más de tres décadas el pago de salarios retenidos y el reconocimiento de otros derechos sociolaborales. Los resultados revelan debilidades estructurales expresadas en omisiones administrativas, ausencia de un diálogo sistemático, inconsistencias en la comunicación y falta de mecanismos eficaces de resolución. A partir de los aportes teóricos de Coombs (2007), Mitroff y Anagnos (2001) y Hermann (1972), se sostiene que la crisis trasciende el ámbito laboral, constituyendo un caso de injusticia histórica y violación de los derechos humanos. El estudio concluye que una gestión de crisis eficaz requiere medidas integradas, incluyendo mayor transparencia institucional, reconciliación histórica y la creación de una Comisión de Verdad y Reparación capaz de reconstruir la confianza pública y promover soluciones sostenibles en el marco de las políticas públicas mozambiqueñas.
Palabras clave: Crisis; Derechos Humanos; Gestión de Conflictos; Madgermanes; Mozambique.

1. INTRODUÇÃO

Em Moçambique, as crises laborais têm sido uma constante preocupação, especialmente no que se refere à situação dos trabalhadores migrantes conhecidos como "Madgermanes". Estes ex-trabalhadores moçambicanos, que foram enviados à República Democrática Alemã durante os anos 1970 e 1980, enfrentam actualmente graves problemas relacionados ao não pagamento de salários e benefícios prometidos. Esta problemática destaca a necessidade urgente de uma gestão de crise eficaz e transparente por parte do Ministério do Trabalho, Emprego e Segurança Social de Moçambique (MITESS). A incapacidade de resolver essas questões de

ALBA - ISFIC RESEARCH AND SCIENCE JOURNAL
ISSN PRINT: 3006-2489; ISSN ONLINE: 3006-2470
1ª Ed, Vol. 1, No. 10, Dezembro, 2025
https://alba.ac.mz/index.php/alba/issue/view/13
albaisfic@gmail.com; alba@isfic.ac.mz

maneira eficiente não só agrava a situação dos trabalhadores afectados, mas também prejudica a reputação e a confiança no governo. A crise dos "Madgermanes" expõe uma série de falhas críticas na gestão de crises por parte do MITESS, incluindo a falta de transparência, a comunicação inadequada e a resposta lenta e insuficiente. Estas deficiências não apenas prolongam a crise, mas também exacerbam a desconfiança e a frustração entre os trabalhadores. A ausência de uma abordagem estratégica e colaborativa para resolver esses problemas revela uma lacuna significativa na capacidade do governo de lidar com situações de crise laboral, necessitando de reformas institucionais urgentes e de estratégias de gestão de crise mais eficazes.

O objectivo geral desta pesquisa é analisar a gestão da crise dos "Madgermanes" pelo MITESS, destacando as deficiências e propondo estratégias para uma gestão de crise mais eficaz e transparente. Os objectivos específicos são identificar as principais falhas na gestão da crise dos "Madgermanes*"* pelo MITESS, computar o impacto da cultura organizacional do MITESS na gestão da crise, propor uma estratégia de comunicação e acção para melhorar a resposta do MITESS a crises laborais, e recomendar políticas de longo prazo para prevenir crises semelhantes no futuro.

A abordagem metodológica desta pesquisa é qualitativa e descritiva, utilizando revisão de literatura e análise documental. A revisão de literatura inclui fontes académicas e relatórios de organizações internacionais sobre gestão de crises e relações laborais. A análise documental envolve a revisão de documentos oficiais do MITESS, relatórios de organizações de direitos humanos e artigos de pesquisa sobre a crise dos "Madgermanes". Esta pesquisa é de natureza exploratória, pois busca entender profundamente as deficiências na gestão de crises pelo MITESS e desenvolver soluções práticas (Gil, 2008, cit in Cossa, 2024).

O presente artigo está estruturado em cinco sessões a saber: i) Introdução, destacando a problematização, os objectivos da pesquisa e a estrutura do artigo; ii) Materiais e Métodos, evideciando a metodologia adoptada; iii) Resultados e discussão incluindo uma breve Revisão da Literatura, abordando a definição de conceitos-chave, como crise e gestão de crise, e descreve a natureza da instituição MITESS e suas responsabilidades. Ainda oferece uma análise crítica da gestão de crises pelo MITESS, avaliando a crise dos "Madgermanes" com base na cultura organizacional do MITESS e na literatura existente; e iii) Conclusão, resumindo os principais achados da pesquisa e no fim é

ilustrada a lista das referências bibliográficas consultadas.

2. MATERIAIS E MÉTODOS

A pesquisa adotou uma abordagem qualitativa, com caráter exploratório e descritivo, adequada para fenômenos complexos e socialmente construídos (Gerhardt & Silveira, 2009). A técnica de análise de conteúdo de Bardin (2011) foi utilizada para a interpretação rigorosa de documentos, entrevistas e discursos oficiais. A análise seguiu três etapas fundamentais: (1) pré-análise, (2) exploração do material e (3) tratamento dos resultados.

Foram analisados: (a) documentos oficiais do MITESS entre 1992 e 2024; (b) relatórios da sociedade civil; (c) discursos presidenciais e ministeriais; (d) notícias de imprensa; (e) vídeos de manifestações dos Madgermanes; e (f) entrevistas semiestruturadas com três líderes do movimento. A seleção dos materiais obedeceu aos critérios de relevância temática, acessibilidade pública e representatividade política.

A triangulação entre fontes diversas permitiu aumentar a confiabilidade dos dados e minimizar obliquidades interpretativos, conforme recomendado por Flick (2013) e Yin (2016). Especial atenção foi dada ao cruzamento entre discurso oficial e percepções dos trabalhadores.

3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

3.1. Definição de Conceitos-Chave

3.1.1. Conceito de Crise

De acordo com Coombs (2007, p. 2), "uma crise é a percepção de um evento imprevisível que ameaça importantes expectativas dos stakeholders e pode impactar seriamente o desempenho organizacional e gerar resultados negativos". Uma crise é um evento ou série de eventos que ameaçam a estabilidade, segurança ou integridade de uma organização, grupo ou sociedade. Ela pode resultar de factores internos ou externos e geralmente requer uma resposta rápida e eficaz para mitigar seus efeitos negativos.

Já para Farias (2007), crises são situações de ruptura que colocam os indivíduos ou as organizações em um estado de instabilidade e incerteza. Essas situações podem surgir de problemas internos, como falhas de gestão ou conflitos de interesses, ou externos, como mudanças no mercado ou crises económicas. Para superar uma crise, é necessário um processo de resiliência e adaptação, buscando novas estratégias e soluções para restaurar a estabilidade e superar os desafios enfrentados.

A partir dos conceitos apresentados pelos autores acima citados, pode-se concluir que uma crise pode ser desencadeada por diversos

ALBA - ISFIC RESEARCH AND SCIENCE JOURNAL
ISSN PRINT: 3006-2489; ISSN ONLINE: 3006-2470
1ª Ed, Vol. 1, No. 10, Dezembro, 2025
https://alba.ac.mz/index.php/alba/issue/view/13
albaisfic@gmail.com; alba@isfic.ac.mz

factores, internos ou externos, e geralmente implica em uma situação de instabilidade e incerteza para as organizações. Diante desse cenário, é essencial que as organizações estejam preparadas para lidar com crises, agindo de forma rápida, eficaz e estratégica para minimizar os impactos negativos e evitar danos irreparáveis à sua reputação e sustentabilidade. A resiliência e a capacidade de adaptação são fundamentais para superar crises e sair fortalecido dessas situações adversas

3.1.2. Conceito de Gestão de Crise

Hermann (1963, p. 17), define a gestão de crise como "o conjunto de actividades e processos organizacionais projectados para antecipar, prevenir e responder a situações que podem causar danos significativos à organização ou à sua reputação" Esta definição destaca a necessidade de antecipação e preparação como componentes cruciais da gestão de crises.

Actualmente, Mitroff e Anagnos (2001, p. 24) afirmam que a gestão de crise "é o processo de preparação, resposta e recuperação de um evento significativo que pode comprometer a integridade e a operação de uma organização, afectando seus objectivos e stakeholders". Esta visão enfatiza a importância da preparação e da capacidade de resposta para garantir a continuidade das operações e a protecção dos interesses das partes interessadas.

A gestão de crise envolve o desenvolvimento e a implementação de estratégias e procedimentos para lidar com crises de forma eficaz. Ela inclui a preparação, resposta, recuperação e aprendizagem a partir das crises para minimizar danos e prevenir ocorrências futuras. Coombs (2014, p. 5) define gestão de crise como "o processo de planeamento estratégico pelo qual uma organização reconhece, reage e se recupera de um evento inesperado que ameaça causar danos significativos".

Fazendo o cruzamento dos autores acima, a Gestão de crise pode ser entendida como "o processo contínuo e dinâmico de identificação, avaliação e resposta a eventos adversos que podem impactar significativamente a estabilidade e a integridade de uma organização. Envolve a coordenação de recursos e a implementação de estratégias eficazes para minimizar os impactos negativos e restaurar a normalidade operacional"

3.2. Responsabilidades e Atribuições do MITESS

Dentre varias responsabilidades e atribuições do MITESS, previstos no Artigo 2, da

Resolução nº 43/2020, de 9 de Dezembro, importa para o presente ensaio as seguintes:

O MITESS é responsável pela criação e implementação de leis e regulamentos que definem os direitos e deveres dos empregadores e empregados. Isso inclui legislação sobre salários, horários de trabalho, condições de trabalho, e direitos sindicais.

Actua como mediador em conflitos laborais, facilitando a resolução pacífica de disputas entre empregadores e empregados. Isso pode envolver negociações colectivas, conciliação e arbitragem. A mediação de conflitos laborais, segundo Ferreira (2018), é uma ferramenta essencial para a gestão eficaz das relações laborais, pois promove a resolução rápida e satisfatória dos conflitos, reforça a confiança entre empregadores e empregados e contribui para um ambiente de trabalho mais harmonioso e produtivo.

Administra o sistema de segurança social, garantindo que os trabalhadores tenham acesso a benefícios como pensões de velhice, invalidez e sobrevivência, bem como subsídios de desemprego e outras formas de apoio social. Desenvolve e implementa políticas para melhorar a cobertura e a eficiência do sistema de segurança social. Isso inclui a modernização dos processos administrativos, a expansão da cobertura para trabalhadores informais e a cooperação com outras entidades para melhorar a prestação de serviços sociais.

3.3. Tipo ou natureza de crise e sua descrição

3.3.1. Contexto Histórico

A crise em questão envolve uma greve dos antigos trabalhadores moçambicanos na República Democrática da Alemanha, conhecidos como "Madgermanes". Esses ex-trabalhadores foram recrutados durante a era socialista para trabalhar na Alemanha Oriental, nos anos 1970 e 1980 como parte de um acordo de cooperação entre Moçambique e a República Democrática Alemã. Eles trabalharam em diversas indústrias e, como parte do acordo, uma parte significativa de seus salários foi retida com a promessa de ser transferida para contas em Moçambique, onde os trabalhadores poderiam acessar o dinheiro ao retornarem (Pitcher, 2002).

Após a reunificação alemã, muitos retornaram a Moçambique, onde enfrentaram dificuldades para receber os salários e benefícios prometidos. A greve é uma forma de protesto contra o não pagamento desses direitos, gerando uma crise tanto no nível social quanto político (Pitcher, 2002).

ALBA - ISFIC RESEARCH AND SCIENCE JOURNAL
ISSN PRINT: 3006-2489; ISSN ONLINE: 3006-2470
1ª Ed, Vol. 1, No. 10, Dezembro, 2025
https://alba.ac.mz/index.php/alba/issue/view/13
albaisfic@gmail.com; alba@isfic.ac.mz

3.3.2. Causas da Crise

Os “Madgermanes” sentiram-se traídos pelas promessas não cumpridas pelo governo moçambicano, o que levou a uma série de manifestações e greves. A situação expôs a incapacidade do governo de resolver eficazmente os problemas financeiros e laborais desses trabalhadores, aumentando a desconfiança e a frustração entre a população afectada (Human Rights Watch, 1998).

Muitas dessas promessas incluíam não apenas salários, mas também benefícios sociais e a garantia de um reemprego adequado, o que não se concretizou. Como resultado, os ex-trabalhadores se sentiram traídos e começaram a organizar greves e manifestações para exigir os seus direitos (Pitcher, 2002).

3.4. Avaliação crítica da gestão da crise com base na cultura organizacional e literatura

3.4.1. Cultura Organizacional

O Ministério do Trabalho, Emprego e Segurança Social de Moçambique opera dentro de uma cultura organizacional que se caracteriza por uma burocracia rígida e uma comunicação vertical. Essa estrutura tem implicações significativas para a capacidade de resposta da instituição em situações de crise, como a greve dos "Madgermanes" (Cossa, 2011).

i) Burocracia Rígida

A burocracia no contexto do Ministério implica a existência de procedimentos formais e regulamentações estritas que orientam todas as acções e decisões. Embora essa estrutura possa garantir a consistência e a conformidade com as políticas, também pode resultar em lentidão na tomada de decisões. Em crises, onde a rapidez e a flexibilidade são cruciais, a rigidez burocrática pode ser um grande obstáculo.

ii) Comunicação Vertical

A comunicação vertical refere-se a um fluxo de informação que se desloca predominantemente de cima para baixo na hierarquia organizacional. Essa abordagem pode levar a várias dificuldades durante a gestão de crises:

a) **Falta de Agilidade**: As decisões precisam percorrer várias camadas hierárquicas, o que pode atrasar a implementação de acções críticas. Isso foi evidente na resposta do Ministério à greve dos "Madgermanes", onde a falta de uma resposta rápida exacerbou a situação (Pereira, 2015).

b) **Transparência Limitada**: A comunicação vertical pode restringir o acesso à informação para níveis inferiores e para stakeholders externos. Isso pode criar um ambiente de desconfiança e insatisfação, como ocorreu com os "Madgermanes", que sentiram que suas preocupações não estavam sendo devidamente comunicadas ou consideradas (Human Rights Watch, 1998).

c) **Inibição de *Feedback***: Os funcionários de níveis inferiores podem se sentir desincentivados a fornecer feedback ou sugerir melhorias devido à hierarquia rígida. Em crises, a falta de feedback pode significar que informações vitais não chegam aos tomadores de decisão, resultando em respostas inadequadas.

iii) Falta de Transparência

A falta de transparência é outro aspecto crítico da cultura organizacional do Ministério. Em situações de crise, a transparência é essencial para construir confiança e garantir que todas as partes interessadas compreendam as acções que estão sendo tomadas. No caso dos "**Madgermanes**", a falta de clareza sobre os pagamentos e benefícios prometidos gerou frustração e desconfiança, intensificando a crise (Feijó, 2004).

3.5. Implicações para a Gestão de Crises

A combinação de uma burocracia rígida, comunicação vertical e falta de transparência cria um ambiente onde a gestão eficaz de crises é desafiadora. Para lidar melhor com crises futuras, o Ministério precisa considerar reformas que abordem esses aspectos estruturais: i) **Descentralização da Tomada de Decisões**: Permitir que decisões sejam tomadas mais rapidamente em níveis inferiores da organização pode melhorar a agilidade na resposta a crises. ii) **Melhoria da Comunicação**: Implementar canais de comunicação bidireccionais que permitam um fluxo mais livre de informações e feedback entre todos os níveis da organização e com os **stakeholders** externos. iii) **Aumento da Transparência**: Adoptar práticas que garantam a transparência nas negociações e na implementação de políticas, construindo confiança entre os trabalhadores e outras partes interessadas.

3.6. Gestão da Crise

3.6.1. Comunicação

A comunicação durante a crise dos "**Madgermanes**" foi amplamente percebida como inadequada. A ausência de clareza e transparência nas negociações com os

ALBA - ISFIC RESEARCH AND SCIENCE JOURNAL
ISSN PRINT: 3006-2489; ISSN ONLINE: 3006-2470
1ª Ed, Vol. 1, No. 10, Dezembro, 2025
https://alba.ac.mz/index.php/alba/issue/view/13
albaisfic@gmail.com; alba@isfic.ac.mz

trabalhadores retornados da Alemanha Oriental contribuiu significativamente para a escalada das tensões. A comunicação eficaz é essencial em qualquer gestão de crise, pois garante que todas as partes envolvidas estejam cientes das acções e intenções do governo, criando um ambiente de confiança e colaboração. No caso dos "Madgermanes", a falta de uma estratégia de comunicação clara e aberta resultou em mal-entendidos e aumento da desconfiança entre os trabalhadores e o governo (Feijó, 2004).

3.6.2. Acções

As acções tomadas pelo Ministério do Trabalho, Emprego e Segurança Social foram vistas como lentas e insuficientes. O processo burocrático do Ministério, caracterizado por sua rigidez, impediu uma resposta rápida e eficaz às demandas dos "Madgermanes". Em crises, a capacidade de resposta imediata é crucial para evitar a deterioração da situação. No entanto, a abordagem do Ministério foi marcada por medidas paliativas, que não abordaram as questões fundamentais, como o pagamento dos salários e benefícios prometidos. Essa inacção prolongou a crise e aumentou a frustração e o desespero dos trabalhadores (Lubkemann, 2008).

3.6.3. Participação dos Stakeholders

Um dos maiores erros na gestão da crise foi a falta de inclusão de todos os stakeholders relevantes nas discussões e negociações. A participação dos stakeholders é vital para garantir que todas as perspectivas e preocupações sejam consideradas. No caso dos "Madgermanes", a exclusão dos próprios trabalhadores das negociações significou que suas necessidades e expectativas não foram totalmente compreendidas ou atendidas. Além disso, outros actores sociais, como sindicatos e organizações não governamentais, também foram deixados de fora, resultando em soluções que não foram consideradas justas ou aceitáveis pelos envolvidos (Igreja, 2007).

3.7.2. Acções Imediatas

i) Compromissos Concretos

Garantir compromissos concretos e de curto prazo é uma forma de demonstrar boa fé e seriedade na resolução da crise. Isso pode incluir o pagamento imediato de uma parte dos salários devidos, a concessão de benefícios sociais básicos e a garantia de condições de vida dignas para os trabalhadores enquanto as negociações continuam. Essas acções mostram que o governo está disposto a agir rapidamente para atender às necessidades urgentes dos

trabalhadores (International Labour Organization, 2004).

Para demonstrar compromisso, o governo pode iniciar um programa de pagamentos escalonados, onde uma parte dos salários devidos é paga imediatamente, com um cronograma claro para o pagamento do restante. Além disso, podem ser oferecidos benefícios imediatos, como acesso gratuito a serviços de saúde e alimentação.

ii) Processo de Mediação

Utilizar mediadores independentes pode facilitar as negociações entre o governo e os trabalhadores, garantindo uma solução justa e aceitável para ambas as partes. Os mediadores podem ajudar a resolver impasses, oferecer perspectivas neutras e garantir que todas as vozes sejam ouvidas. A mediação independente também pode aumentar a confiança no processo de negociação (Feijó, 2004).

Os mediadores independentes devem ser escolhidos por sua imparcialidade e experiência em resolução de conflitos. Eles podem ajudar a estabelecer um processo estruturado de mediação, com etapas claras e prazos definidos. As sessões de mediação devem ser documentadas para garantir transparência e responsabilidade.

3.8.3. Inclusão dos Stakeholders

i) Consultas Abertas

Incluir representantes dos trabalhadores, sindicatos, ONGs e outros stakeholders relevantes nas discussões e no processo de tomada de decisão é crucial para desenvolver soluções que sejam consideradas justas e aceitáveis por todos. Consultas abertas permitem a colecta de uma ampla gama de perspectivas e ideias, promovendo um entendimento mais completo das questões e necessidades em jogo (Cossa, 2011).

As consultas abertas devem ser organizadas de forma regular e anunciadas com antecedência para garantir a participação de todos os stakeholders. Além das reuniões presenciais, as consultas podem incluir pesquisas e questionários para colectar uma ampla gama de opiniões e sugestões.

ii) Abordagem Colaborativa

Adoptar uma abordagem colaborativa para o desenvolvimento de soluções de longo prazo envolve todos os stakeholders no planeamento e implementação das mesmas. Isso pode incluir a criação de grupos de trabalho conjuntos, workshops e sessões de brainstorming. A colaboração garante que as soluções sejam abrangentes, sustentáveis e apoiadas por todos os envolvidos (Lubkemann, 2008).

ALBA - ISFIC RESEARCH AND SCIENCE JOURNAL
ISSN PRINT: 3006-2489; ISSN ONLINE: 3006-2470
1ª Ed, Vol. 1, No. 10, Dezembro, 2025
https://alba.ac.mz/index.php/alba/issue/view/13
albaisfic@gmail.com; alba@isfic.ac.mz

A abordagem colaborativa pode ser fortalecida através da criação de comités conjuntos, onde representantes de diferentes grupos de stakeholders trabalham juntos para desenvolver soluções. Esses comités podem se reunir regularmente e apresentar relatórios sobre o progresso das iniciativas de resolução.

3.9. Políticas de Longo Prazo

3.9.1. Reformas Institucionais

Implementar reformas institucionais que garantam a protecção dos direitos dos trabalhadores e evitem crises semelhantes no futuro é essencial. Isso pode envolver a revisão e actualização das leis trabalhistas, a criação de mecanismos de fiscalização mais eficazes e a promoção de práticas de trabalho justas e equitativas. As reformas devem focar em garantir que os trabalhadores recebam seus salários e benefícios de forma consistente e que haja sistemas em vigor para resolver rapidamente quaisquer disputas laborais (Pereira, 2015).

As reformas institucionais devem focar em melhorar a infra-estrutura legal e administrativa para a protecção dos direitos dos trabalhadores. Isso pode incluir a criação de uma agência independente de fiscalização do trabalho, a revisão das leis trabalhistas para incluir protecções mais robustas e a garantia de que as empresas cumpram as normas trabalhistas.

3.9.2. Suporte Continuado

Estabelecer mecanismos de suporte continuado para os trabalhadores afectados, incluindo assistência financeira, programas de requalificação e apoio psicológico, ajuda a garantir que os trabalhadores possam reconstruir suas vidas de forma digna e sustentável. Isso pode incluir a criação de fundos de emergência, programas de formação profissional e serviços de aconselhamento. O suporte continuado mostra um compromisso de longo prazo com o bem-estar dos trabalhadores (Human Rights Watch, 1998).

Os programas de suporte continuado devem ser abrangentes e adaptáveis às necessidades individuais dos trabalhadores. Isso pode incluir parcerias com instituições educacionais e de treinamento para oferecer programas de requalificação, além de serviços de apoio psicológico para ajudar os trabalhadores a lidar com o estresse e o trauma resultante da crise.

3.10. Resultados

A análise revela que a gestão governamental da crise dos Madgermanes tem sido marcada por silenciamento institucional, promessas não cumpridas e ausência de diálogo

estruturado. Persistem indefinições sobre a responsabilidade pelo pagamento dos valores devidos, com sucessivos governos a transferirem a questão para instâncias internacionais sem documentação clara ou estratégias diplomáticas consistentes. A falta de comunicação oficial contínua, em contradição com os princípios de Coombs (2007), agravou o sentimento de injustiça e contribuiu para a radicalização do movimento. À luz de Zacarias (2016), Machava (2017) e Menezes (2019), verifica-se que o Estado reproduziu práticas de adiamento, desresponsabilização e violação prolongada de direitos humanos. Os resultados indicam que a crise ultrapassa a dimensão laboral, refletindo fragilidades estruturais da gestão pública e um déficit democrático que exige políticas de memória, reconhecimento e justiça reparadora.

3.11. Discussão

A discussão dos resultados demonstra que a crise dos Madgermanes não se deve apenas a limitações administrativas, mas a falhas profundas na gestão pública moçambicana. Como argumenta Hermann (1972), crises políticas emergem quando instituições não conseguem responder adequadamente às demandas sociais. Isso ficou evidente na ausência de um plano estratégico de mitigação e resolução por parte do MITESS. Além disso, segundo Coombs (2007), uma gestão eficaz de crise exige comunicação transparente, responsabilização e actuação baseada em evidências. A actuação estatal analisada não se alinhou a estas premissas, agravando o conflito.

Do ponto de vista sociopolítico, o caso expõe tensões entre Estado e cidadania, fragilidades democráticas e carências de mecanismos de justiça reparadora. O prolongamento da crise compromete a legitimidade do Estado e reforça a desconfiança pública (Gomes, 2020).

4. CONCLUSÃO

Conclui-se que a crise dos Madgermanes evidencia fragilidades estruturais da gestão pública moçambicana, marcadas por ausência de políticas claras, falhas comunicacionais e inexistência de mecanismos formais de negociação.

Trata-se de uma questão de justiça histórica e reparação social, ultrapassando o âmbito de um conflito laboral.

A gestão governamental revelou omissões, desresponsabilização e incapacidade de implementar soluções eficazes e transparentes.

Torna-se urgente reconhecer oficialmente os direitos históricos dos Madgermanes e definir

ALBA - ISFIC RESEARCH AND SCIENCE JOURNAL
ISSN PRINT: 3006-2489; ISSN ONLINE: 3006-2470
1ª Ed, Vol. 1, No. 10, Dezembro, 2025
https://alba.ac.mz/index.php/alba/issue/view/13
albaisfic@gmail.com; alba@isfic.ac.mz

um plano concreto de compensação financeira e simbólica.

A superação da crise exige um modelo de gestão assente no diálogo estruturado, escuta activa, transparência e justiça social.

Recomenda-se a criação de uma Comissão de Verdade e Reparação, com participação do Estado, das vítimas e de organismos internacionais.

É necessária a reformulação da comunicação institucional, conforme orienta Coombs (2007), bem como a criação de canais formais de negociação com representantes do movimento.

A abertura e a organização de arquivos oficiais são essenciais para garantir a transparência e a reconstrução da confiança pública.

5. REFERÊNCIAS

Africa Confidential. (2002). "*The Madgermanes' Long March*".

Bardin, L. (2011). *Análise de conteúdo*. Edições 70.

Coombs, W. T. (2007). *Ongoing Crisis Communication: Planning, Managing, and Responding* (2nd ed.). Sage Publications.

Coombs, W. T. (2014). *Ongoing Crisis Communication: Planning, Managing, and Responding* (4th ed.). Sage Publications.

Cossa, E. (2011). Madgermanes*: A luta pelo reconhecimento*. Dissertação de Mestrado, Universidade Eduardo Mondlane.

Feijó, B. (2004). *Moçambique e a Alemanha Oriental: A Experiência dos Madgermanes*. Maputo: Promédia.

Flick, U. (2013). *The SAGE handbook of qualitative data analysis.* Sage.

Gerhardt, T. E., & Silveira, D. T. (2009). *Métodos de pesquisa.* UFRGS.

Gomes, C. A. (2020). *Memórias de um Madgermane*. Maputo: Ed. Independente.

Gomes, M. (2020). *Direitos Humanos em Moçambique*. Maputo: NEDH.

Hermann, C. (1972). *International crises*. Free Press.

Hermann, C. F. (1963). *Some Consequences of Crisis which Limit the Role of Organizational Theory*. In Public Administration Review, 23(2), 101-108.

Human Rights Watch. (2019). *Mozambique report*.

Human Rights Watch.(1998). *Mozambique - The Struggle for Worker Rights*.

Igreja, V. (2007). "*The Politics of Peace, Justice and Healing in Post-War Mozambique: 'Practices of Rupture' by Magamba Spirits and Healers in Gorongosa*." International Journal of Transitional Justice, 1(3), 443-458.

International Labour Organization (ILO). (2004). *The Impact of Migration on Workers' Rights: The Case of Mozambican Workers in Germany*.

Lubkemann, S. C. (2008). *Culture in Chaos: An Anthropology of the Social Condition in War*. University of Chicago Press.

Machava, J. (2017). "*O Estado moçambicano e os conflitos sociais: o caso dos Madgermanes*". Revista Moçambicana de Ciências Sociais, 8(1), 45–67.

Menezes, A. (2019). *Direitos humanos e justiça em Moçambique*. Revista Académica Lusófona, 5(2), 110–125.

Mitroff, I. I., &Anagnos, G. (2001). *Managing Crises Before They Happen: What Every Executive and Manager Needs to Know About Crisis Management*. AMACOM.

Mondlane, V. (2023). *Live sobre os Madgermanes* [vídeo]. Facebook. https://www.facebook.com

New York Times. (1996). "*Mozambican Workers Demand Pay Promised by Former Communist Government".*

Organização dos Madgermanes (2021). *Carta aberta ao Governo de Moçambique*. Maputo.

Pereira, A. (2015). *The Legacy of Labor Migration: The Case of Mozambican Workers in the German Democratic Republic*. Tese de Doutorado, University of Johannesburg.

Pitcher, A. (2002). *Transforming Mozambique: The Politics of Privatization, 1975-2000*.Cambridge University Press.

Resolução nº 43/2020, de 9 de Dezembro.

Ribeiro, T. (2022). *Conflito social e negociação política*. Revista Estudos Africanos, 3(1), 79–94.

Silva, M. & Jorge, L. (2018). *O papel do governo na resolução de crises laborais*. Maputo: Universidade Eduardo Mondlane.

UN Human Rights Council. (2021). *Human Rights in Mozambique*. https://www.ohchr.org

Yin, R. (2016). *Qualitative research from start to finish*. Guilford Press.

Zacarias, L. (2016). *Gestão de conflitos em contextos pós-coloniais*. Revista Estudos Políticos, 12(3), 201–219.

ALBA
ISFIC RESEARCH AND SCIENCE JOURNAL
ALBA - ISFIC RESEARCH AND SCIENCE JOURNAL
ISSN PRINT: 3006-2489; ISSN ONLINE: 3006-2470
1ª Ed, Vol. 1, No. 10, Dezembro, 2025
https://alba.ac.mz/index.php/alba/issue/view/13
albaisfic@gmail.com; alba@isfic.ac.mz
10 - 12 | 2025

ENSINO TÉCNICO-PROFISSIONAL EM CONTEXTO DE COOPERAÇÃO: CONTRIBUTOS DO PROJETO *ERGUES* (SÃO TOMÉ E PRÍNCIPE)

Technical-vocational education in a cooperative context: contributions from the ERGUES Project (São Tomé and Príncipe)

Educación técnico-profesional en un contexto cooperativo: aportes del Proyecto ERGUES (São Tomé y Príncipe)

Esmael Fernandes[1] | Leonor Santos[2]

[1]Esmael Fernandes (doutoramento, Projeto ERGUES, São Tomé e Príncipe, https://orcid.org/0000-0002-6908-3313, efernandes@st.imvf.org).
[2]Leonor Santos (doutoramento, Projeto ERGUES, São Tomé e Príncipe, https://orcid.org/0000-0002-5246-1971, leonor.santos@imvf.org).

Autor para correspondência: leonor.santos@imvf.org

Data de recepção: 25-06-2025
Data de aceitação: 01-07-2025
Data da publicação: 10-12-2025

Como citar este Resumo: Fernandes, E. & Santos, L. (2025). *Ensino técnico-profissional em contexto de cooperação: Contributos do Projeto ERGUES (São Tomé e Príncipe).* ALBA – ISFIC Research and Science Journal, 1(10), pp. 281-298. https://alba.ac.mz/index.php/alba/issue/view/13

RESUMO

O Projeto de cooperação para o desenvolvimento *Ensino e Reforma da Governação Educativa em São Tomé e Príncipe* (ERGUES, 2024-2026) assume, como um dos seus 4 Eixos de intervenção, o ensino técnico-profissional de dupla certificação, ou seja, o ensino que confere, concomitantemente, uma qualificação académica de equivalência ao ensino secundário e uma qualificação profissional para uma área específica do mercado de trabalho. Neste âmbito, tem estado a elaborar propostas de legislação para criar e operacionalizar um Sistema Nacional de Qualificações e procedeu ao diagnóstico de necessidades de formação nos distritos de Lembá e de Caué e na Região Autónoma do Príncipe, no sentido de apoiar a conceção e implementação de cursos adequados às características e mercado de trabalho predominantes destas regiões. Neste texto, apresentamos o projeto ERGUES e elencamos os principais fundamentos que estiveram na base da sua conceção. Em seguida, referimos a metodologia de trabalho geral do projeto e, em termos específicos, a metodologia que tem sido utilizada no desenvolvimento das atividades deste Eixo. Explicitam-se, em particular, os resultados da implementação de uma metodologia de trabalho qualitativa, assente na pesquisa documental e na realização de encontros de reflexão/discussão/trabalho com uma diversidade de atores (informantes) do sistema educativo, do mercado de trabalho e da comunidade em geral. Apresentam-se, depois, resultados preliminares do trabalho já realizado e, por fim, tecem-se considerações gerais no que concerne à continuação e sustentabilidade do apoio à implementação de cursos técnico-profissionais de dupla certificação no quadro do Projeto ERGUES.

Palavras-chave: Cooperação para o Desenvolvimento, Ensino Técnico-Profissional de Dupla Certificação, São Tomé e Príncipe.

ABSTRACT

The cooperation for development Project entitled *Education and Reform of Educational Governance in São Tomé and Príncipe* (ERGUES, 2024-2026) assumes, as one of its 4 Axes of intervention, technical-professional education with dual certification, that is, education that confers, simultaneously, an academic qualification equivalent to secondary education and a professional qualification for a specific area of the labor market. In this context, it has been drafting legislative proposals to create and operationalize a National Qualifications System and has carried out a diagnosis of training needs in the districts of Lembá and Caué and in the Autonomous Region of Príncipe, to support the design and implementation of training programs suited to the characteristics and predominant labor market of these regions. In this text, we present the ERGUES project and list the main foundations that supported its conception. Next, we refer to the project's general work methodology and, more specifically, to the methodology that has been used in developing the activities of this Axis. We explain the results of the implementation of a qualitative work methodology, based on documentary research and the holding of reflection/discussion/work meetings with a diversity of actors (informants) from the educational system, the labor market and the community in general. Preliminary results of the work already carried out are then presented and, finally, general considerations are made regarding the continuation and sustainability of the support for the implementation of dual certification technical-professional programs within the framework of the ERGUES Project.

Keywords: Cooperation for Development, Dual Certification Professional Training, São Tomé and Príncipe.

RESUMEN

El Proyecto de Cooperación para el Desarrollo intitulado *Educación y Reforma de la Gobernanza Educativa en Santo Tomé y Príncipe* (ERGUES, 2024-2026) asume, como uno de sus 4 Ejes de intervención, la educación técnico-profesional con doble certificación, es decir, una educación que confiere, simultáneamente, una cualificación académica equivalente a la educación secundaria y una cualificación profesional para un área específica del mercado de trabajo. En este contexto, ha elaborado propuestas legislativas para crear y poner en funcionamiento un Sistema Nacional de Cualificaciones y ha realizado un diagnóstico de las necesidades de formación en los distritos de Lembá, Caué y en la Región Autónoma de Príncipe, a fin de apoyar el diseño e implementación de cursos adecuados a las características y al mercado de trabajo predominante de estas regiones. En este texto presentamos el proyecto ERGUES y enumeramos los fundamentos que sustentaron su concepción. A continuación, nos referimos a la metodología general de trabajo del proyecto y a la metodología que se ha utilizado en el desarrollo de las actividades de este Eje. Se explican los resultados de la implementación de una metodología de trabajo cualitativa, basada en la investigación documental y en la realización de encuentros de reflexión/discusión/trabajo con diversos actores (informantes) del sistema educativo, del mercado laboral y de la comunidad. A continuación, se presentan resultados preliminares del trabajo ya realizado y, finalmente, se formulan consideraciones respecto a la continuidad y sostenibilidad del apoyo a la implementación de cursos técnico-profesionales de doble certificación en el marco del Proyecto ERGUES.

Palabras clave: Cooperación para el Desarrollo, Enseñanza Tecnico-Professional de Dupla Certificación, San Tomé y Príncipe.

Contribuição de autoria (por autor):

Esmael Fernandes: gestor do Eixo do projeto ERGUES aqui apresentado e responsável pela coordenação das atividades descritas. Redator inicial da Metodologia, Resultados e Considerações Finais.

ALBA - ISFIC RESEARCH AND SCIENCE JOURNAL
ISSN PRINT: 3006-2489; ISSN ONLINE: 3006-2470
1ª Ed, Vol. 1, No. 10, Dezembro, 2025
https://alba.ac.mz/index.php/alba/issue/view/13
albaisfic@gmail.com; alba@isfic.ac.mz

Leonor Santos: membro da equipa de coordenação do projeto ERGUES. Redatora inicial do resumo, introdução e fundamentação.

INTRODUÇÃO

O Projeto *Ensino e Reforma da Governação Educativa em São Tomé e Príncipe* (ERGUES) é um projeto de cooperação para o desenvolvimento financiado pela Cooperação Portuguesa e coordenado, na sua execução, pela organização não governamental (ONG) Instituto Marquês de Valle Flôr, sediada em Lisboa. Em termos de implementação e cofinanciamento conta, ainda, com a parceria de quatro instituições de ensino superior portuguesas (IES), a saber: Instituto Politécnico de Santarém, Universidades de Aveiro e de Évora, e Universidade Católica Portuguesa.

O ERGUES tem como objetivo geral "Contribuir para a melhoria da qualidade, da equidade e da inclusão no sistema educativo de São Tomé e Príncipe" (STP) e, como objetivos específicos: Consolidar o ensino técnico-profissional de dupla certificação através de regulamentação e da diversificação de oferta formativa relevante para a empregabilidade jovem; Contribuir para a melhoria dos processos de ensino-aprendizagem e de inclusão no Ensino Básico e Secundário através de materiais didáticos digitais; Promover o desenvolvimento das competências pedagógico-didáticas e digitais dos professores do Ensino Básico e Secundário através do reforço da capacidade institucional e de investigação da USTP; e reforçar a capacidade institucional do Ministério da Educação, por via da formação de quadros em matéria de planeamento, monitorização, avaliação e produção de estatísticas da Educação.

O projeto atua em muito estreita articulação com o Ministério da Educação, Cultura, Ciência e Ensino Superior (MECCES) e a Universidade de São Tomé e Príncipe (USTP), parceiros locais que são, simultaneamente, beneficiários da ação, e organiza-se em 4 Eixos de intervenção:

EIXO 1 – Ensino Técnico-Profissional de dupla certificação;

EIXO 2 – Materiais didáticos digitais para o Ensino Básico e Secundário;

EIXO 3 - Formação de professores e investigação em educação;

EIXO 4 - Reforço da capacidade institucional do Ministério da Educação.

O ERGUES foi concebido tendo em conta a Estratégia de Cooperação Portuguesa 2030 (República Portuguesa, 2022), a qual preconiza o desenvolvimento de capacidades

nos países parceiros, no que respeita a capacidades humanas, técnicas e institucionais, particularmente em áreas como o ensino em português, a formação de professores, a organização curricular, os materiais didáticos e as metodologias de ensino-aprendizagem adaptadas à realidade local. Está, também, alinhado com um dos 4 pilares estruturantes da ECP 2030: igualdade de género e empoderamento e direitos das mulheres e raparigas. Pretende, ainda, como referido na proposta técnica que o suporta,

> contribuir diretamente para alcançar o objetivo 4 dos ODS: Objetivos de Desenvolvimento Sustentável – Garantir o Acesso à Educação Inclusiva de Qualidade Equitativa , designadamente para o ensino equitativo e de qualidade (meta 1); igualdade de acesso a educação técnica, profissional e superior (meta 3); aumentar número de jovens e adultos com habilitações e competências técnicas e profissionais relevantes (meta 4); eliminar disparidades de género, garantindo educação a todos os níveis para os mais vulneráveis incluindo pessoas com deficiência (meta 5); contribuir para o desenvolvimento sustentável com educação apropriada sensível à deficiência, igualdade de género, apostando na formação profissional e universitária, e aumentando o número de professores qualificados (meta 7, a, b, e c). (ERGUES, 2023, p. 7).

Nesta comunicação, o foco é o trabalho em curso no Eixo 1, ensino técnico-profissional.

1.1 Fundamentação

STP tem registado progressos importantes no acesso à educação, com o alargamento da escolaridade para 12 anos (2013) e com a alteração da Lei de Bases do Sistema Educativo (Lei n.º 4/2018), que define a obrigatoriedade de 11 anos de educação para todos: 2 anos de educação pré-escolar e 9 anos de ensino básico. Para além destes aspetos, os indicadores de acesso mostram que as matrículas têm aumentado em todos os níveis de educação e ensino, o que é visível nas taxas brutas de escolarização dos últimos 4 anos (2018/19 a 2021/22), particularmente no 3º CEB (7ª à 9ª classe), que teve um aumento de 11%, e no ensino secundário, com um aumento de 15% (de 63% para 78%). Todavia,

> é o ensino secundário que regista as mais baixas taxas de conclusão e a maior taxa de abandono escolar (cerca de 11% em 2021/22). Embora o ensino secundário geral esteja alargado a todos os distritos de São Tomé e à RAP (Região Autónoma do Príncipe), a oferta formativa de cursos do ensino técnico-profissionais de dupla certificação no ensino público é bastante reduzida, já que, em 2021/22,

ALBA - ISFIC RESEARCH AND SCIENCE JOURNAL
ISSN PRINT: 3006-2489; ISSN ONLINE: 3006-2470
1ª Ed, Vol. 1, No. 10, Dezembro, 2025
https://alba.ac.mz/index.php/alba/issue/view/13
albaisfic@gmail.com; alba@isfic.ac.mz

> dos 10 423 alunos matriculados no ensino secundário, apenas 426 se encontravam a frequentar estes cursos, o que representa 4% dos alunos matriculados. (ERGUES, 2023, p. 9)

A falta de oferta formativa de ensino técnico-profissional que atraia os jovens e se torne relevante para iniciativas de empregabilidade na economia nacional e global foi, por isto, considerada um constrangimento do sistema educativo e fundamentou o desenho do Eixo 1 do Projeto ERGUES, assente na premissa de que:

> A oferta de cursos técnico-profissionais de dupla certificação, em zonas do país mais desfavorecidas, poderá contribuir para a redução do abandono escolar nessas zonas, bem como para dotar os jovens com competências diferenciadas que lhes abram portas para melhores oportunidades de emprego, a nível nacional ou internacional, ou para iniciativas de empreendedorismo e autoemprego, o que poderá vir a ter como impacto a redução da taxa de desemprego jovem. De salientar que os novos cursos a criar terão de ser atrativos para os jovens e alinhados com o mercado de emprego, nacional ou global, sob pena de não virem a ter o impacto esperado no desenvolvimento sustentável do país. (ERGUES, 2023, p. 10)

Por outro lado, apesar de o ensino técnico-profissional de dupla certificação estar previsto no DL n.º 27/2010 (Reforma do Ensino Secundário), através dos CEP (Cursos de Educação Profissional, 8ª e 9ª classes) e dos CSPQ (Cursos Secundários Profissionalmente Qualificantes, 10ª a 12ª classes), a formulação legal, ao apresentar 7 planos de estudo de CSPQ concretos, e ao não clarificar as condições, critérios e procedimentos para que estes cursos possam ser revistos/atualizados, e para que novos cursos possam ser legalmente criados, dificulta a criação de novas ofertas formativas, pelo que se constatou que a legislação em vigor carece de revisão e atualização.

Complementarmente, considerando que a formação para o mercado de trabalho não se restringe, hoje em dia, ao mercado interno, nem à formação de dupla certificação, STP tem vindo a sentir a necessidade de se dotar de um Sistema Nacional de Qualificações que, para além de facilitar a comparabilidade e reconhecimento internacionais dos seus diversos níveis de formação, assegure a relevância e a qualidade das formações de

índole (técnico-)profissional, e clarifique o papel das diferentes estruturas e instituições nacionais nas diferentes modalidades em que este tipo de formação se pode realizar, bem como as sinergias que poderão existir entre elas.

O Projeto ERGUES assume, por tudo isto, como resultado esperado do Eixo 1, "Cursos técnico-profissionais de dupla certificação para Caué, Lembá e RAP criados e com condições de funcionamento", considerando que estes dois distritos e região são os menos favorecidos e com mais problemas de insucesso e abandono escolar, e que, por isso, mais poderão beneficiar desta intervenção. A criação e entrada em funcionamento dos cursos requerem, porém, a revisão e atualização da legislação em vigor e, em particular, a criação do Sistema Nacional de Qualificações e a revisão do DL n.º 27/2010.

METODOLOGIA DE TRABALHO

Em termos gerais, a metodologia de trabalho adotada no Projeto ERGUES assenta em:

- ✓ "participação ativa de todos os intervenientes e, em particular, dos parceiros-beneficiários, nas atividades que serão desenvolvidas, de modo a que sejam, efetivamente, co-construtores dos resultados a produzir/alcançar" (Associação Marquês de Valle Flôr, 2024, p. 20);
- ✓ "forte e permanente envolvimento de agentes educativos nacionais – colaboradores nacionais – (incluindo, sempre que possível, a RAP). (...) esta estratégia pretende favorecer um processo de "capacitação em exercício" na qual os agentes nacionais se formam pela cooperação com as equipas das entidades parceiras" (Associação Marquês de Valle Flôr, 2024, p. 21);
- ✓ constituição de *taskforces* interinstitucionais, o que significa que

  todos os parceiros estarão envolvidos, salvo em casos muito pontuais, nos vários eixos e atividades, contribuindo com os seus recursos humanos de modo a que os perfis de competências e a expertise de cada um complemente a dos parceiros. Caberá à Equipa de Coordenação Local (orientada pela Coordenação Geral da AMVF) assegurar a coordenação e articulação destas *taskforces* – e a cooperação entre estas e os parceiros locais. (Associação Marquês de Valle Flôr, 2024, pp. 20-21)

ALBA - ISFIC RESEARCH AND SCIENCE JOURNAL
ISSN PRINT: 3006-2489; ISSN ONLINE: 3006-2470
1ª Ed, Vol. 1, No. 10, Dezembro, 2025
https://alba.ac.mz/index.php/alba/issue/view/13
albaisfic@gmail.com; alba@isfic.ac.mz

Considerando, agora especificamente, a dimensão de intervenção do Eixo 1, para o Projeto ERGUES foram planificadas as seguintes atividades e ações:

Atividade(s)	**Ações**
A1. Elaboração / atualização de legislação	A1.1 Criação do enquadramento legal de um Sistema Nacional de Qualificações A1.2 Revisão e atualização do enquadramento legal dos cursos de ensino secundário de dupla certificação (atualmente integrado no DL 27/2010)
A2. Conceção de cursos técnico-profissionais de dupla certificação para Caué, Lembá e RAP	A2.1 Diagnóstico das necessidades de Lembá, Caué e RAP em matéria de ensino técnico-profissional A2.2 Elaboração de planos de estudo para cursos adequados às 3 regiões abrangidas
A3. Formação pedagógica de formadores das áreas técnicas	A3.1 Conceção de plano de formação acreditado pelo ME A3.2 Implementação de curso de formação pedagógica para formadores de áreas técnicas
A4. Preparação de infraestruturas e equipamentos para funcionamento dos cursos	A4.1 Diagnóstico das condições e recursos de Lembá, Caué e RAP para a implementação dos cursos A4.2 Elaboração e implementação de um plano de intervenção em infraestruturas e equipamentos
A5. Implementação de curso(s) em Lembá, Caué e RAP	A5.1 Divulgação e sensibilização dos alunos de 9ª classe para esta oferta formativa A5.2 Apoio à implementação do 1º ano de cursos em Lembá, Caué e RAP

Tabela 1: atividades e ações do Eixo 1

Para o desenvolvimento destas atividades, e em particular da A1, tem-se recorrido a uma metodologia de trabalho de índole essencialmente qualitativa, assente em métodos de recolha de dados como a análise documental e a realização de reuniões com grupos sociais bem definidos. Segundo Reis (2018), a pesquisa qualitativa "Leva em conta que há uma relação indissociável entre o mundo objetivo e a subjetividade do sujeito que não pode ser traduzido em números e não requer a utilização de métodos estatísticos" (p.78). Neste sentido, "[…] o processo e o seu significado são os focos principais de abordagem" (Reis, 2018, p. 78).

Para Pocinho (2012) o método qualitativo prevê três níveis de pesquisa, a saber:

(i) a descrição, que se relaciona com os aspetos gerais e particulares do fenómeno e material informativo para elaboração do inquérito;

(ii) a classificação, que se consubstancia na categorização dos fenómenos;

(iii) a explicação, que é o objetivo último do investigador para efetuar a ponte entre a causalidade e a implicação, ou seja, entre o aspeto temporal e o aspeto extratemporal.

Assim sendo, para os trabalhos iniciais, procedeu-se a reuniões de trabalho com o MECCES das quais resultou, em primeiro lugar, a constituição de dois Grupos de Trabalho Multissetoriais (GTM-1 e GTM-2), através do Despacho n.º 131/GM-MECC/2024. Os grupos reuniam-se semanalmente, às terças e quartas-feiras, respetivamente. Estes grupos eram compostos por técnicos dos Ministérios da Educação e do Trabalho e Solidariedade, e por elementos as Equipa de Coordenação Local do Projeto ERGUES, cujas atribuições são as que a seguir se indica:

a) Recolher e compilar legislações sobre o Sistema Nacional de Qualificações, bem como sobre a estrutura curricular dos Ensinos Básico e Secundário;

b) Elaborar a proposta de normativo do Sistema Nacional de Qualificações para São Tomé e Príncipe (SNQ-STP);

c) Produzir, também, outros elementos de suporte do SNQ;

d) Reformular o Decreto-Lei N.º 27/2010;

e) Elaborar outras propostas de normativos que se considerem necessárias.

f) Participar em reuniões e ateliers para a discussão e validação dos documentos.

Concomitantemente com o início do trabalho dos GTM, realizou-se o diagnóstico de necessidades para a implementação dos cursos técnico-profissionais nos distritos de Caué e Lembá e na Região Autónoma do Príncipe (RAP), com base, essencialmente, na realização de encontros de reflexão/discussão/trabalho, quer com o MECCES e suas dependências (delegações distritais e escolas) quer com outras entidades e instituições detentoras de interesse e ligadas ao mercado de trabalho.

No desenvolvimento das ações do Eixo 1, têm sido, também, determinantes para o prosseguimento dos trabalhos bem como para a tomada de decisões em matéria de *ensino técnico-profissional*, a realização de reuniões *online* com os colaboradores das IES. Neste sentido, teve já lugar, entre 11 e 15 de novembro de 2024, uma Missão Conjunta de IES, que serviu para:

- Dar a conhecer aos colaboradores das IES os distritos de ST (e respetivas escolas secundárias) onde se visa implementar cursos de dupla certificação;

ALBA - ISFIC RESEARCH AND SCIENCE JOURNAL
ISSN PRINT: 3006-2489; ISSN ONLINE: 3006-2470
1ª Ed, Vol. 1, No. 10, Dezembro, 2025
https://alba.ac.mz/index.php/alba/issue/view/13
albaisfic@gmail.com; alba@isfic.ac.mz

- Promover iniciativas de divulgação/formação sobre ensino técnico-profissional para agentes educativos nacionais;

- Conceber o plano de estudos do Curso Técnico em Didáticas e Prática de Ensino no 1º Ciclo do Ensino Básico (CDPE-1º CEB) e demais instrumentos/documentos necessários à sua criação e funcionamento;

- Dar a conhecer o mercado de trabalho e respetivos agentes económicos na área do Turismo, de modo a desenhar uma oferta formativa inovadora e adequada ao contexto do país.

Nesta Missão Conjunta destacaram-se:

- ✓ a realização de um seminário com o tema "Formação Técnico-Profissional: Políticas Públicas e Desafios Organizacionais e Pedagógicos", que teve como público-alvo diretores de escolas secundárias e de escolas profissionais, delegados distritais de educação técnicos do MECCES e do MTS (Ministério do Trabalho e Solidariedade), e que serviu para abordar questões centrais sobre o estado e os desafios da formação técnico-profissional (FTP) no contexto global e nacional;

- ✓ a análise conjunta de documentos legais para a criação e funcionamento do ensino técnico-profissional.

RESULTADOS

Da pesquisa documental

Para a elaboração da proposta de normativos para a formação profissional em STP, bem como para a revisão e atualização do DL n.º 27/2010, foram realizadas pesquisas e recolha de instrumentos legais do país e dos sistemas nacionais de qualificações dos outros países, em particular da CPLP.

Quanto à elaboração e revisão de normativos, na sequência desta pesquisa e dos primeiros encontros do GTM-1, constatou-se a existência de um DL n.º 45/2012, de 28 de dezembro de 2012 – Regime Jurídico da Formação Técnico-Profissional, que nunca chegou a ser, efetivamente, implementado e que precisava de ser atualizado. Constatou-se, ainda, que um SNQ é constituído por diversos elementos, nomeadamente ao nível do enquadramento legal, que devem servir de suporte ao funcionamento do sistema. Assim sendo, entre abril de 2024 e fevereiro de 2025, foram elaboradas 19 propostas de normativos

como a seguir se indica (cf. tabela 2), estando três deles já discutidos e validados:

Documentos validados	Documentos em proposta
• O Sistema Nacional de Qualificações[16] • Quadro Nacional de Qualificações[17] • Perfil do Aluno à Saída do Ensino Básico e do Ensino Secundário de São Tomé e Príncipe[18]	• Catálogo Nacional de Qualificações; • Regulamento dos Cursos Profissionais de Dupla Certificação; • Regime de Acreditação das Entidades Formadoras • Reconhecimento, Validação e Certificação das Competências • Sistema de Créditos • Estatuto do Formador • Estatuto do Formando • Modelo da Caderneta Individual de Competências • Constituição e Regulamentação do Comité Interministerial para a formação profissional • Constituição e Regulamentação do Conselho Sectorial de Qualificações para a Qualificação em São Tomé e Príncipe • Regime de Formações Modulares Certificadas • Documento Regulador da Unidade de Coordenação do Sistema Nacional de Qualificações • Manual de Qualidade para os Cursos Técnico-Profissionais de Dupla Certificação; • Modelo de Contrato de formando; • Modelo de Contrato de formação; • Proposta de legislação para regulamentação e atualização do currículo dos Ensinos Básico e Secundário, incluindo a vertente técnico-profissional de dupla certificação.

Tabela 2: Propostas de normativos produzidos pelos GTM-1 e GTM-2

Por outro lado, na elaboração da proposta de legislação para regulamentação e atualização do currículo dos Ensinos Básico e Secundário foi tida em conta a inclusão do Ensino Básico pelo facto de se ter verificado que não existe enquadramento legal para o 1.º e 2.º ciclos deste nível de ensino e que, de 7ª à 9ª classes, classes integradas no Decreto-Lei n.º 27/2010 – que versa sobre o currículo do Ensino Secundário geral e o Ensino Secundário profissionalmente qualificante – como 1º Ciclo do Ensino Secundário, passaram, por

[16] Documento discutido e validado por representantes de diversas instituições, designadamente: Ministérios da Educação, Cultura, Ciência e Ensino Superior; do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social; da Saúde; Câmara do Comércio, Indústria, Agricultura e Serviços; Escolas Profissionais Privadas e Centro de Formação Profissional de Budo-Budo e ECL.

[17] Documento discutido e validado por representantes de diversas instituições, designadamente: Ministérios da Educação, Cultura, Ciência e Ensino Superior; do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social; da Saúde; Câmara do Comércio, Indústria, Agricultura e Serviços; Escolas Profissionais Privadas e Centro de Formação Profissional de Budo-Budo e ECL.

[18] Documento discutido e validado por técnicos do Ministério da Educação, Cultura, Ciência e Ensino Superior e pela ECL.

ALBA - ISFIC RESEARCH AND SCIENCE JOURNAL
ISSN PRINT: 3006-2489; ISSN ONLINE: 3006-2470
1ª Ed, Vol. 1, No. 10, Dezembro, 2025
https://alba.ac.mz/index.php/alba/issue/view/13
albaisfic@gmail.com; alba@isfic.ac.mz

via de atualização da LBSE (Lei n.º 4/2018), a constituir o 3.º Ciclo do Ensino Básico.

Mediante tais justificativos, o GTM-2 concluiu ser necessário elaborar uma proposta de legislação que atualize e regulamente, à luz da Lei de Bases em vigor, todo o currículo dos Ensinos Básico e Secundário, incluindo a vertente técnico-profissional de dupla certificação.

Dos encontros de reflexão/trabalho

De forma a definir as áreas e cursos a serem implementados nas regiões definidas para o ERGUES, foi necessário realizar sessões de trabalho quer com o MECCES, principal beneficiário do projeto, quer com outras entidades e instituições, nomeadamente, Direção de Turismo, Associação de Guias Turísticos de STP, empresas privadas, ONGs, alunos, encarregados de educação e outras associações, envolvendo, também, as IES de Portugal, parceiras do Projeto ERGUES.

Sessões de trabalho com o Ministério da Educação

Para dar sequência aos trabalhos do Eixo 1, o envolvimento, abertura e disponibilidade de Sua Excelência a Senhora Ministra da Educação e das respetivas estruturas centrais e intermédias neste processo tem sido crucial, pois possibilitam estabelecer diretrizes e contribuíram para a definição – e posterior validação – de áreas prioritárias de formação, bem como respetivos cursos, a conceber (e implementar) pelo Projeto ERGUES, com base no seu profundo conhecimento do sistema e do país, e de outras experiências de formação técnico-profissional já realizadas, nomeadamente, no quadro tanto de projetos da Cooperação Portuguesa como de outros parceiros, internacionais e nacionais.

Encontros com outras entidades públicas e privadas

Para realizarmos o diagnóstico das necessidades em matéria de ensino técnico-profissional, foram realizados encontros com diversas entidades. Estas sessões de reflexão/discussão serviram para colher sugestões sobre as áreas de formação técnico-profissional mais relevantes para serem implementadas em Caué, Lembá e RAP. Dos primeiros encontros resultou um quadro amplo e diversificado de propostas de áreas de formação, como se pode verificar na Tabela 3:

Regiões	Data da reunião	Sugestões de áreas de formação
Caué	24/05/2024	pesca; agricultura; pecuária; artes plásticas; contabilidade e gestão; formação pedagógica; mecânica; eletricidade; canalização; refrigeração; área de turismo e hotelaria (incluir línguas, sobretudo inglesa); costura; marcenaria e carpintaria; técnico de reparação de computadores; informática; auxiliar de saúde; jurisprudência.
Lembá	23/05/2024	informática; eletricidade; técnico de frio; desenho de construção civil ou arquitetura; agricultura; pesca e transformação do pescado, pecuária e cursos fitossanitários; turismo e hotelaria; guia turístico; formação técnica geral: eletricista, pedreiro e carpintaria; auxiliar de enfermagem; mecânica, canalização; formação pedagógica.
Região Autónoma do Príncipe	25 e 26/04/2024	Turismo e Hotelaria (culinária e restauração; guias turísticos, turismo ambiental, área da cozinha, guia turístico, gestão hoteleira); informática; contabilidade; energias renováveis; mecânica; eletricidade; refrigeração; agricultura; horticultura; pecuária; agropecuária; auxiliares de enfermagem; formações ligadas à educação (pedagogia).

Tabela 3: Diagnóstico de necessidades de cursos técnico-profissionais para Caué, Lembá e Região Autónoma do Príncipe

Estiveram presentes nestas reuniões instituições e entidades, como:

a) Órgãos do Poder Local;

b) S. Ex. a Sra. Secretária Regional dos Assuntos Sociais e Capital Humano da RAP (eixo 1 e 2);

c) Delegados Distritais de Educação;

d) Diretores das Escolas;

e) Professores e Alunos;

f) Associações de Encarregados de Educação e Representantes dos Alunos;

g) ONGs; Associações juvenis.

Ainda no decorrer das atividades deste Eixo, foram estabelecidos contactos diversos com outras entidades relevantes, que atuam em STP no domínio da formação profissional e que desenvolvem atividades empresariais/comerciais nas áreas que têm sido apontadas como prioritárias para a formação técnico-profissional de dupla certificação. Neste âmbito, e dado que a área agrícola e de produção animal surgiu como uma destas prioridades, foi realizado encontro com o Diretor do Centro de Aperfeiçoamento Técnico Agro-Pecuário (CATAP) de São Tomé e Príncipe, juntamente com o Diretor do Ensino Secundário e Técnico-Profissional e os órgãos de gestão da Escola Secundária Maria Manuela Margarido, sobre a possibilidade de estes cursos se virem a realizar todos neste centro, pelo facto de ser o único no país que reúne as condições técnicas necessárias à sua implementação. Também foram realizadas reuniões com o Ministério da Agricultura, Desenvolvimento Rural e Pescas, a Direção

ALBA - ISFIC RESEARCH AND SCIENCE JOURNAL
ISSN PRINT: 3006-2489; ISSN ONLINE: 3006-2470
1ª Ed, Vol. 1, No. 10, Dezembro, 2025
https://alba.ac.mz/index.php/alba/issue/view/13
albaisfic@gmail.com; alba@isfic.ac.mz

de Turismo e Hotelaria, a Direção Administrativa e Pedagógica da Escola de Turismo e Hotelaria, a Associação de Guias Turísticos de STP, a empresa CIEM (equipamentos elétricos) e a empresa que opera no ramo de energias renováveis, Solar Power.

Com base nestes encontros adicionais e na análise do primeiro levantamento de necessidades efetuado (cf. Tabela 3), procedeu-se à categorização das várias sugestões de formação recolhidas e sua organização em 4 grandes áreas.

Feito o diagnóstico, a proposta das áreas indicadas como necessidades de cada região foram encaminhadas para e validadas pelo MECCES, tendo sido, em seguida, definidos como prioritários quatro cursos cuja conceção, no quadro do ERGUES, está, numa primeira fase (em curso) sob responsabilidade das IES parceiras do projeto (cf. Tabela 4):

Cursos definidos por área validada	**Áreas prioritárias**	**IES Responsável pela Conceção**
Área agroalimentar e florestal; economia do mar		
Curso Técnico em gestão Agropecuária e florestal	Produção Agrícola e Animal / Produção Agroflorestal Sustentável / Exploração, Transformação e Conservação de Recursos agrícolas e animais	Instituto Politécnico de Santarém (IPS)
Curso Técnico em Gestão de recursos Pesqueiros e do mar	Gestão dos Recursos Pesqueiros e do Mar / Recursos e Atividades Marítimas / Exploração, Transformação e Conservação de Recursos Marinhos	Universidades de Aveiro
Área Social		
Curso Técnico em Didáticas e Prática de Ensino no 1º Ciclo do Ensino Básico (CDPE-1º CEB)	Docência	Universidade de Évora e Escola Superior de Educação (IPS)
Área de Serviços		
Curso Técnico em Turismo	Turismo, Hotelaria e Restauração - *Turismo ambiental, guia turístico, gestão hoteleira.* (com o enfoque para as línguas estrangeiras - Inglês/Francês)	Universidades de Aveiro e de Évora

Em curso está, também, a conceção do plano de formação e respetivos módulos para a formação de formadores para as áreas técnicas dos cursos técnico-profissionais de dupla certificação, cuja implementação terá lugar em nova Missão Conjunta de IES a realizar-se em julho próximo (2025).

Do apoio à implementação de cursos

Aquando do início do diagnóstico de necessidades de formação, o Ministério da Educação imediatamente solicitou apoio ao Projeto ERGUES para a realização de um curso técnico-profissional vocacionado para a docência no 1º Ciclo do Ensino Básico. De facto, nas 3 zonas abrangidas pelo Eixo 1 do Projeto, o Ministério depara-se com uma grande falta de professores, em particular para este nível de ensino, fruto de vários fatores, entre os quais a emigração de muitos docentes, a distância e as dificuldades de deslocação, que fazem com que os professores qualificados existentes no sistema não mostrem disponibilidade para trabalhar nestas zonas. Assim, entre ver-se forçado a recrutar jovens com apenas uma 12ª classe do ensino secundário geral e poder vir a ter à disposição jovens oriundos destas regiões com alguma formação vocacionada para a lecionação, o Ministério considerou preferível esta segunda opção e solicitou o apoio do Projeto para se avançar, tão cedo quanto possível, com a implementação deste tipo de formação.

Por esta razão, no ano letivo de 2024/25 iniciou-se o curso técnico-profissional de dupla certificação "Didáticas e Prática de Ensino no 1.º Ciclo do Ensino Básico (CDPE-1.º CEB)", destinado única e exclusivamente a Caué, Lembá e RAP, regiões cujas necessidades são mais prementes em termos de recursos humanos. Trata-se, por isto, de uma formação com carácter de excecionalidade, que não confere "qualificação profissional para a docência" nos termos exigidos pela legislação (e, por isso, não poderem entrar e progredir na carreira docente), mas que permitirá aos jovens que o concluam serem contratados (enquadrados) para exercerem a docência no 1.º CEB nestes distritos/região.

Estão em funcionamento 2 turmas em Lembá, sendo uma na Escola Secundária de Neves e outra em Santa Catarina, 1 turma em Caué e 1 turma na RAP, com um total de 88 alunos.

Para que o curso fosse efetivado, foi necessário elaborar em muito pouco tempo (dado que se estava ainda no primeiro semestre do Projeto) o plano curricular para o 1.º ano, 10.ª classe, o qual teve por base a estrutura curricular e disciplinas já existentes em cursos profissionalizantes e de via geral legalmente criados. Com o apoio das IES, está em curso a elaboração dos planos de estudo e programas de disciplinas para a 11.ª e 12.ª classes.

Com o intuito de acompanhar o funcionamento deste curso, têm sido realizadas visitas às turmas que funcionam em Lembá e Caué (não houve, ainda,

ALBA - ISFIC RESEARCH AND SCIENCE JOURNAL
ISSN PRINT: 3006-2489; ISSN ONLINE: 3006-2470
1ª Ed, Vol. 1, No. 10, Dezembro, 2025
https://alba.ac.mz/index.php/alba/issue/view/13
albaisfic@gmail.com; alba@isfic.ac.mz

oportunidade para deslocação à RAP, mas tem-se feito o acompanhamento a distância, pelo contacto com a escola e os responsáveis locais pelo curso). Nestas visitas, em que estiveram envolvidos professores especialistas das IES (em missão a ST), Gestores do Eixos 1 e 4 da Equipa de Coordenação Local do ERGUES, Delegados Distritais de Educação e técnicos das Direções dos Ensinos Básico e Secundário, foi concluído o seguinte:

a) a necessidade de se desenvolverem mais parcerias entre a escola, a tutela e outros atores organizacionais;

b) a conveniência de se atribuir uma bolsa de incentivo aos alunos;

c) a necessidade de implementar um regime de equivalência, uma vez que frequentam o curso formandos que já tinham concluído a 10.ª, 11.ª e, até, a 12.ª classes do ensino secundário geral (mas que ingressaram neste curso por lhe poder oferecer melhores condições de empregabilidade);

d) a necessidade de dotar as escolas de melhores condições de aprendizagem e de ensino, nomeadamente a nível de conforto da sala de aula, de local de estudo (ex.: espaço equipado com livros, recursos multimédia e acesso a Internet) e existência de outros materiais que auxiliem os docentes na realização das aulas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

No desenvolvimento de políticas que visem a promoção e elevação da formação da população ativa, através da progressão escolar e profissional de forma a atender aos desafios de recursos humanos qualificados, os cursos técnico-profissionais constituem uma base para, potencialmente, melhorar a empregabilidade jovem, tanto em STP como nos países para os quais, num contexto de mercado de trabalho globalizado, muitos jovens têm emigrado (e continuarão, cremos, a fazê-lo).

Assim, a revisão e elaboração de instrumentos legislativos de suporte à formação técnico-profissional e à elaboração de currículos são prementes, bem como a criação de cursos profissionais de dupla certificação para Caué, Lembá e RAP, no sentido de dar respostas àquela necessidade. Por isso, ações estão a ser desenvolvidas em estreita articulação com as direções centrais do MECCES e também com o MTS, procurando, deste modo, contribuir para a sustentabilidade da intervenção.

Este trabalho colaborativo com o MECCES refletiu-se, também, no facto de, nas reuniões realizadas para diagnóstico das necessidades

de Lembá, Caué e RAP, o Gestor de Eixo ter sido sempre acompanhado por elementos da Direção de Ensino Secundário e Técnico-Profissional e da Direção Regional de Educação, reuniões essas que permitiram recolher sugestões e perspetivas sobre as formações que, aos olhos das instituições e entidades presentes, correspondem às necessidades prioritárias para os jovens e para a região respetiva.

Tem-se procurado, deste modo, desenvolver uma Cooperação para o Desenvolvimento que incorpore ideias fundamentais como a de apropriação e de "os países parceiros exercerem uma liderança efectiva sobre as suas políticas e estratégias de desenvolvimento, o alinhamento das intervenções com as prioridades dos parceiros" (Carvalho, 2018, p.41).

Por outro lado, a identificação de parceiros ao nível do mercado de trabalho são-tomense constitui condição *sine qua non* para que os cursos técnico-profissionais possam ser desenvolvidos de uma forma bem estruturada e, realmente, corresponder às necessidades destas regiões, procurando garantir a empregabilidade jovem.

Dada a relevância dos trabalhos que estão a ser desenvolvidos no âmbito do Projeto ERGUES no que concerne ao Reconhecimento, Validação e Certificação das Competências profissionais, temos ainda acompanhado a certificação das competências profissionais dos pescadores e das palaiês, uma ação que está a ser desenvolvida por outro parceiro, o Centro Tecnológico del Mar - Fundación CETMAR, juntamente com o Ministério da Agricultura e a ONG MARAPA.

O envolvimento dos pontos focais e docentes das IES parceiras do Projeto ERGUES tem constituído uma mais-valia para a persecução dos resultados do Eixo 1, pelo facto de estarem comprometidos com as ações em curso e de estarem sempre disponíveis para partilharem experiências de formação e investigação em matéria de cursos profissionais de dupla certificação.

A realização das atividades do Eixo tem permitido, também, identificar diversos desafios que se colocam ao sistema de ensino técnico-profissional do país, em particular ao nível da: (i) definição de cursos a serem realizados nas regiões abrangidas pelo projeto em áreas definidas como prioritárias que garantam, efetivamente, a empregabilidade; (ii) identificação (e contratação) de potenciais formadores para a lecionação das disciplinas das áreas técnicas; (iii) definição de espaços/salas para a realização deste tipo de cursos, sobretudo em Caué e Lembá e (iv) identificação e disponibilidade de instituições

ALBA - ISFIC RESEARCH AND SCIENCE JOURNAL
ISSN PRINT: 3006-2489; ISSN ONLINE: 3006-2470
1ª Ed, Vol. 1, No. 10, Dezembro, 2025
https://alba.ac.mz/index.php/alba/issue/view/13
albaisfic@gmail.com; alba@isfic.ac.mz

ou empresas com credibilidade no país, para acolhimento da formação em contexto de trabalho (estágios).

Diante das situações que podem constituir constrangimentos para o regular funcionamento do Cursos Técnico-Profissionais de Dupla Certificação, recomenda-se que haja:

- ✓ acompanhamento regular dos cursos definidos para Caué, Lembá e RAP;
- ✓ definição, com brevidade, de estímulos (bolsa) para os estudantes dos cursos de forma a motivá-los para prosseguir com os seus estudos, prevenindo a desistência, assunto que já foi abordado junto ao MECCES;
- ✓ construção de salas, por não haver espaços públicos em Caué e Lembá disponíveis, e reabilitação do Centro de Formação Profissional Protásio Pina, na RAP;
- ✓ estabelecimento de parcerias com entidades privadas, criando estímulos às empresas privadas, de forma a possibilitar a realização de estágios práticos.

Estamos conscientes da complexidade de qualquer atuação em contexto de Cooperação para o Desenvolvimento e reconhecemos, com Schiefer (1995), que, por vezes, "a cooperação para o desenvolvimento continua – mesmo sem desenvolvimento" (p. 14). Acreditamos, contudo, que o trabalho colaborativo que temos vindo a desenvolver com uma diversidade de atores em São Tomé e Príncipe contribuirá para que, no final do Projeto ERGUES, o país tenha conhecido alguns avanços de relevo no contexto tanto da existência de um efetivo Quadro Nacional de Qualificações quanto da formação técnico-profissional de dupla certificação.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Associação Marquês de Valle Flôr (2024). *ERGUES – Ensino e Reforma da Governação Educativa em São Tomé e Príncipe (2024-2026). Documento de apresentação do projeto*. https://www.imvf.org/wp-content/uploads/2024/07/apresentacao-ergues.pdf

Carvalho, A. L. (2018). A complexidade da cooperação para o desenvolvimento, as críticas e as alternativas. *Mundo Crítico – Revista de Desenvolvimento e Cooperação.* N.1, Jan. 2018, 35-62. http://hdl.handle.net/10071/16915

ERGUES (2023). *Formulário de apresentação de projeto/programa – Ensino e Reforma da Governação Educativa em São Tomé e Príncipe* (documento não publicado).

Pocinho, M. (2012). *Metodologia de Investigação e Comunicação do Conhecimento Científico*. Lidel. 1ª Ed.

Reis, F. (2018). *Investigação Científica e Trabalhos Académicos – Guia Prático*. Edições Sílabo. 2ª Ed.

República Portuguesa (2022). *Estratégia da Cooperação Portuguesa 2030 – ECP 2030*. https://www.instituto-camoes.pt/images/img_noticias2022_1/Completo_Brochura_ECP_2030_Digital.pdf

Schiefer, U. (2005). Prefácio. In João Milando (org.). *Cooperação sem Desenvolvimento* (pp. 13-17). ICS.

Decreto-Lei N.º 27/2010: estabelece os princípios orientadores da organização e da gestão do currículo, bem como da avaliação das aprendizagens referentes ao primeiro e ao segundo ciclos do ensino secundário. (2011). Diário da República n.º 72, de 6 de Junho de 2011. https://repositoriodigital.me.gov.st/storage/app/public/files/October2022/vZMJ74g2A8YJ6Y3Jp2o1.pdf

Decreto-Lei N.º 45/2012: Estabelece o Regime Jurídico da Formação Técnico-Profissional. (2012). Diário da República n.º 159, de 28 de Dezembro de 2012. https://repositoriodigital.me.gov.st/storage/app/public/files/November2022/u7YJFZnlKYyNckORd786.pdf

Lei N.º 4/2018 – Lei de Bases do Sistema Educativo. Ministério da Educação e Cultura. (2019). Diário da República n.º 14, Série I, de 18 de Fevereiro de 2019.

https://repositoriodigital.me.gov.st/files/download?f=app/public/files/September2022/D3je9Bpm7L9iO6C1K7P8.pdf

ALBA - ISFIC RESEARCH AND SCIENCE JOURNAL
ISSN PRINT: 3006-2489; ISSN ONLINE: 3006-2470
1ª Ed, Vol. 1, No. 10, Dezembro, 2025
https://alba.ac.mz/index.php/alba/issue/view/13
albaisfic@gmail.com; alba@isfic.ac.mz

ISFIC RESEARCH AND SCIENCE JOURNAL

28 - 05 | 2025

ANÁLISE DA QUALIDADE DE EDUCAÇÃO NAS INSTITUIÇÕES DO ENSINO SUPERIOR EM MAPUTO

Analysis of the quality of education in higher education institutions in Maputo

Análisis de la calidad de la educación en las instituciones de educación superior de Maputo

Obadias Benjamim Machine[1] | Quentino Agostinho Razão[2] | Cornélio Abdul Mussá[3]

[1]Mestre, Universidade São Tomás de Moçambique, Moçambique, https://orcid.org/0000-0001-2345-6789, machine.obadias@gmail.com
[2]Mestre, Universidade São Tomás de Moçambique, Moçambique, https://orcid.org/0009-0007-6992-0904, fam.razao7@gmailcom
[3]Professor Doutor, Universidade Pedagógica de Maputo, Moçambique, https://orcid.org/0000-0002-4579-5391

Autor para correspondência: machine.obadias@gmail.com

Data de recepção: 25-06-2025
Data de aceitação: 01-07-2025
Data da publicação: 10-12-2025

Como citar este artigo: Machine, O. B.; Razão, Q. A. & Mussá, C. A. (2025). *Análise da qualidade de Educação nas Instituições do Ensino Superior em Maputo.* ALBA – ISFIC Research and Science Journal, 1(10), pp. 299-316. https://alba.ac.mz/index.php/alba/issue/view/13

RESUMO

Este artigo científico tem como objectivo global fazer a análise da qualidade de educação nas instituições do ensino superior A, B e C em Maputo. Assim como mostrar a fundamental importância da busca de conhecimento fundamentado na área ou curso escolhido para realização de uma carreira profissional. O nível superior oferece um crescimento pessoal e profissional. Quanto a metodologia, a amostra foi composta por 297 (duzentos, noventa e sete) pessoas estudantes matriculados em formação nas três IES A, B e C em Maputo, a análise interpretativa que teve o apoio de dois aspectos fundamentais, ou seja, nos resultados alcançados no estudo, na fundamentação teórica e na experiência pessoal (estudante). No programa estatístico SPSS, versão 16, cuja informação foi compilada usando o Excel e word, apoiando-se na elaboração de gráficos. Em relação aos resultados na IES A estudantes inqueridos, 70,7% responderam que não existem e possui equipamentos modernos e suficientes, contra 29,3%, que responderam que sim, aos estudantes sobre a IES B oferece uma Biblioteca actualizada e número de livros suficiente capaz de atender às necessidades dos estudantes, e terá possui bom apelo visual (limpa, arejada, fácil acesso) na instituição, 69,7% disseram “não” e os restantes 30,3% responderam “sim”. Os resultados obtidos, mostram que 27,3% dos inquiridos afirmaram que “não”, têm a IES C demonstra interesse em resolvê-lo, 72,7% afirmou que “sim”. A IES A, aos estudantes durantes ao seu processo de formação, 61,6% dos inquiridos, responderam "sim", contra 38,4%, o que responderam "não", discordando a questão. IES B dos estudantes inquiridos, 58,6% responderam “não” recebiam e obtêm um atendimento imediato, outrossim 73.3% dos inquiridos disse “sim”, sentia-se bem.

IES C aos estudantes do C tem como prioridade o interesse dos estudantes, 30,3% destes responderam “não”, a mesma não tem como prioridade o interesse dos estudantes contra 69,7% responderam que “sim”. Quanto a conclusão a qualidade de educação nas instituições do ensino superior A, B e C, em Maputo quando for alta a qualidade de ensino permite gerar impactos na motivação e no engajamento dos estudantes universitários que possa permitir que seja maior procura por esta IES, e gerando maiores ganhos económicos.

Palavras-chave: Qualidade de Educação, Instituições de Ensino Superior, Satisfação, Gestão de Qualidade e Modelos.

ABSTRACT

This scientific article has the overall objective of analyzing the quality of education in higher education institutions A, B and C in Maputo. As well as showing the fundamental importance of the search for knowledge based on the area or course chosen to carry out a professional career. The upper level offers personal and professional growth. As for the methodology, the sample consisted of 297 (two hundred, ninety-seven) students enrolled in training at the three HEIs A, B and C in Maputo, the interpretive analysis was supported by two fundamental aspects, that is, the results achieved in the study, in the theoretical foundation and in personal experience (student). In the statistical program SPSS, version 16, whose information was compiled using Excel and word, relying on the elaboration of graphs. Regarding the results in HEI A students surveyed, 70.7% answered that it does not exist and has modern and sufficient equipment, against 29.3%, who answered yes, to students on IES B offers an updated library and number of books enough capable of meeting the needs of students, and will have good visual appeal (clean, airy, easy access) in the institution, 69.7% said “no” and the remaining 30.3% answered “yes”. The results obtained show that 27.3% of respondents said “no”, have HEI C show interest in solving it, 72.7% said “yes”. HEI A, to students during their training process, 61.6% of respondents answered "yes", against 38.4% who answered "no", disagreeing with the question. HEI B of the students surveyed, 58.6% answered “no” they received and obtain immediate assistance, and 73.3% of respondents said “yes”, and they felt fine. HEI C students has the interest of students as a priority, 30.3% of these answered “no”, the same does not have the interest of students as a priority against 69.7% answered “yes”. As for the conclusion of the quality of education in higher education institutions A, B and C, in Maputo, when the quality of education is high, it can generate impacts on the motivation and engagement of university students that may allow greater demand for these HEIs, and generating greater economic gains.

Keywords: Quality of Education, Higher Education Institutions, Satisfaction, Quality Management and Model

RESUMEN

Este artículo científico tiene como objetivo general analizar la calidad de la educación en las instituciones de educación superior A, B y C de Maputo. Además de mostrar la importancia fundamental de buscar conocimientos en función del área o carrera elegida para desarrollar una carrera profesional. El nivel superior ofrece crecimiento personal y profesional. En cuanto a la metodología, la muestra estuvo compuesta por 297 (doscientos noventa y siete) estudiantes matriculados en formación en las tres IES A, B y C de Maputo, el análisis interpretativo se apoyó en dos aspectos fundamentales, es decir, los resultados alcanzados en el estudio, la base teórica y la experiencia personal (estudiante).
En el programa estadístico SPSS, versión 16, cuya información fue compilada mediante Excel y Word, apoyado en la creación de gráficos. Respecto a los resultados en la IES A, el 70,7% de los estudiantes encuestados respondió que no existe y cuenta con equipamiento moderno y suficiente, contra un 29,3% que respondió que sí. Respecto a la opinión de los estudiantes sobre que la IES B ofrece una Biblioteca actualizada y con

ALBA - ISFIC RESEARCH AND SCIENCE JOURNAL
ISSN PRINT: 3006-2489; ISSN ONLINE: 3006-2470
1ª Ed, Vol. 1, No. 10, Dezembro, 2025
https://alba.ac.mz/index.php/alba/issue/view/13
albaisfic@gmail.com; alba@isfic.ac.mz

suficiente cantidad de libros capaces de satisfacer las necesidades de los estudiantes, y tendrá un buen atractivo visual (limpio, aireado, de fácil acceso) en la institución, el 69,7% respondió "no" y el 30,3% restante respondió "sí". Los resultados obtenidos muestran que el 27,3% de los encuestados respondió "no", el IES C muestra interés en resolverlo, el 72,7% respondió "sí". En la IES A, a los estudiantes durante su proceso de formación, el 61,6% de los encuestados respondió "sí", contra un 38,4% que respondió "no", estando en desacuerdo con la pregunta. Del alumnado encuestado en la IES B, el 58,6% respondió "no" y recibió y obtuvo ayuda inmediata, mientras que el 73,3% de los encuestados dijo "sí", se sintió bien. La IES C tiene como prioridad el interés de los estudiantes para los alumnos C, de los cuales un 30,3% respondió "no", no tiene como prioridad el interés de los estudiantes frente a un 69,7% que respondió "sí". En cuanto a la conclusión, la calidad de la educación en las instituciones de educación superior A, B y C de Maputo, cuando la calidad de la enseñanza es alta, puede generar impactos en la motivación y el compromiso de los estudiantes universitarios, lo que puede permitir una mayor demanda de estas IES y generar mayores ganancias económicas.
Palabras clave: Calidad de la Educación, Instituciones de Educación Superior, Satisfacción, Gestión y Modelos de Calidad.

Contribuição de autoria (por autor):
Obadias Benjamim Machine: foi responsável pela concepção da ideia principal, pela revisão literária, e análise dos dados e redigiu a primeira versão desta pesquisa.
Obadias Benjamim Machine: responsável pela preparação e aplicação dos instrumentos de recolha de dados no INSS, compilação, análise dos dados e redigiu a primeira versão desta pesquisa.
Quentino Agostinho: responsável pela coordenação da autoria, revisor e tradutor de termos básicos aplicados nesta pesquisa.
Cornélio Abdul Mussá: responsável pelo aconselhamento e segurança da pesquisa, revisor e fez a correção do artigo.

INTRODUÇÃO

O presente artigo tem como objectivo principal analisar a qualidade da educação nas instituições de ensino superior A, B e C, em Maputo, evidenciando a importância da aquisição de conhecimento sólido na área ou curso escolhido para o desenvolvimento de uma carreira profissional. Destaca-se ainda que a educação superior contribui significativamente para o crescimento pessoal e profissional dos estudantes.

Segundo da Silva & Vieira (2024), a qualidade da educação pode ser compreendida como um fenómeno complexo que integra insumos, processos e resultados, incluindo recursos humanos e materiais, práticas pedagógicas, currículo e meios de aprendizagem, assim como os resultados alcançados pelos estudantes em termos de aprendizagem, competências e inclusão e o impacto social e educacional decorrente.

O período compreendido entre 1990 e 2010/17 caracteriza-se pela revisão da Constituição da República de Moçambique, em 1990. Antes desta data, o ensino superior era inteiramente gerido pelo Estado e estruturado com base na planificação centralizada. Contudo, a entrada em vigor da

nova Constituição, aliada à abertura do país à economia de mercado, permitiu a criação de um novo cenário, no qual entidades privadas passaram a poder estabelecer Instituições de Ensino Superior (IES) em Moçambique (Taímo, 2010, p.5).

Um marco importante neste período foi a institucionalização da entrada de atores privados no ensino superior em 1993, através da aprovação da 1.ª Lei do Ensino Superior, nº 1/93, de 24 de Junho, embora sem regulamentação detalhada. Com esta lei, pessoas colectivas de direito privado como associações, sociedades, fundações ou cooperativas adquiriram autorização legal para criar instituições de ensino superior.

Em Moçambique, a concorrência no mercado de ensino superior representa um desafio constante para as IES, que necessitam estabelecer relações duradouras com os estudantes. Com a liberdade de escolha dos clientes, as instituições privadas em Maputo sentiram a necessidade de melhorar a sua postura face às políticas de preço e às campanhas agressivas das concorrentes, evitando a perda de estudantes e a consequente diminuição da receita média e total.

A nível global, três modelos de qualidade na educação superior têm sido debatidos: o modelo ideal weberiano de educação tradicional, o modelo de educação superior neoliberal e a norma ISO 9001. Observando o contexto moçambicano, verifica-se que muitos graduados, ao serem inseridos no mercado de trabalho local ou internacional, enfrentam os desafios de uma oferta globalizada e competitiva de serviços das IES.

No que respeita aos modelos de gestão da qualidade na educação superior, destacam-se exemplos internacionais: o SINAES no Brasil, a A3ES em Portugal e o SINAQES em Moçambique. Estes modelos procuram estabelecer sistemas de avaliação da eficiência e da qualidade da educação. A análise destes referenciais permitiu ao pesquisador compreender melhor o tema e a sua aplicação prática no contexto global e local. Para a elaboração da questão de pesquisa, os autores fundamentaram-se nestes referenciais e em contribuições teóricas recentes sobre gestão e avaliação da qualidade no ensino superior.

Para Almeida et al. (2021), a neoliberalização do ensino superior traduz-se numa transformação das políticas avaliativas da educação na universidade, Parruque & Sapane (2023), a qualidade da educação está directamente ligada à implementação da avaliação institucional e De acordo com Gomes (2024), PBL enfatiza o envolvimento

ALBA - ISFIC RESEARCH AND SCIENCE JOURNAL
ISSN PRINT: 3006-2489; ISSN ONLINE: 3006-2470
1ª Ed, Vol. 1, No. 10, Dezembro, 2025
https://alba.ac.mz/index.php/alba/issue/view/13
albaisfic@gmail.com; alba@isfic.ac.mz

activo dos estudantes na resolução que mais se aproximam ao título.

Deste modo, a questão de investigação que fundamenta o desenvolvimento do presente artigo centra-se na seguinte problemática: Qual é a importância da qualidade da educação nas instituições de ensino superior A, B e C em Maputo? De forma mais específica, procura-se responder à questão: Quais são os factores que contribuem para a qualidade da educação nestas instituições?

A escolha deste tema prende-se com a experiência do pesquisador, que desde 2014 tem actuado como docente no ensino superior, leccionando disciplinas como Métodos de Estudo, Introdução à Metodologia de Pesquisa e Metodologias de Investigação Científica. Paralelamente, os pesquisadores têm participado como membro de júri (supervisor e oponente), deparando-se com estudantes que enfrentam dificuldades na aplicação e integração do conhecimento científico adquirido ao longo da formação.

O presente estudo tem como objectivo geral analisar a qualidade da educação nas instituições de ensino superior A, B e C em Maputo, sendo os objectivos específicos:

1. Identificar as estratégias de qualidade de educação implementadas pelas IES A, B e C, que visam formar indivíduos capazes de pensar criticamente, resolver problemas e inovar;
2. Descrever os aspectos que contribuem para o nível de satisfação dos estudantes face à qualidade dos serviços educativos prestados;
3. Verificar os instrumentos utilizados pelas IES A, B e C para medir a satisfação e aferir a qualidade da educação;
4. Avaliar os benefícios resultantes da qualidade da educação nas referidas instituições.

Teoria da Qualidade Antecipatória na Educação Superior (TQAE)

Contributo inédito: qualidade baseada na previsão automatizada de falhas e necessidades

Inspirado no conceito de **qualidade antecipatória** (Fogarty, 2022), este avanço propõe:

- Sistemas inteligentes capazes de prever lacunas de aprendizagem**,** riscos administrativos ou problemas de retenção antes de ocorrerem.
- Substituição da lógica reactiva por uma governança preditiva da qualidade**.**

- Algoritmos que cruzam indicadores de desempenho académico, envolvimento estudantil, equidade, carga didáctica e padrões de participação.

Este contributo representa uma mudança de paradigma: da garantia da qualidade para a inteligência da qualidade.

O estudo apresenta um avanço teórico relevante ao adaptar modelos de gestão da qualidade às IES moçambicanas, integrando factores críticos como infraestrutura, atendimento, gestão escolar, tecnologia e práticas pedagógicas com os sete princípios da qualidade: foco no cliente, liderança, envolvimento das pessoas, abordagem por processos, decisão baseada em evidências, melhoria contínua e gestão de relacionamento. A implementação deste referencial permite optimizar a qualidade do ensino, aumentar a competitividade institucional e fortalecer a retenção e fidelização dos estudantes. Adicionalmente, oferece uma base para futuras pesquisas e evidencia impactos sociais e nas políticas públicas, ao promover empregabilidade sustentável, redução de desigualdades, inovação social e desenvolvimento comunitário, consolidando o papel das IES como agentes transformadores da sociedade moçambicana.

ENQUADRAMENTO TEÓRICO

De acordo com Bobe & Teklay (2025), a integração da Teoria do Controlo da Qualidade em sistemas de gestão organizacional transforma práticas de monitorização e melhoria em instrumentos de governança e adaptação institucional. Esta abordagem contemporânea valoriza não apenas a deteção e correção de falhas, mas também a prevenção, a melhoria contínua e a criação de valor sustentável, promovendo resiliência e inovação nos processos organizacionais.

Originalmente concebida para contextos industriais, a teoria é atualmente reinterpretada e aplicada a serviços, educação e gestão pública, evidenciando a sua relevância na avaliação de desempenho, no controlo de processos e na implementação de práticas de excelência. Assim, a qualidade é compreendida como um elemento estratégico que articula processos operacionais, gestão institucional e resultados de longo prazo, consolidando a sua importância para académicos e profissionais da área.

A Teoria do Controlo da Qualidade - Joseph M. Juran, chama atenção as Instituições de Ensino Superior para a questão da formação de quadros com qualidade, que quando colocados no mercado de trabalho apresentam um bom desempenho, que garantam a satisfação das empresas e com

ALBA - ISFIC RESEARCH AND SCIENCE JOURNAL
ISSN PRINT: 3006-2489; ISSN ONLINE: 3006-2470
1ª Ed, Vol. 1, No. 10, Dezembro, 2025
https://alba.ac.mz/index.php/alba/issue/view/13
albaisfic@gmail.com; alba@isfic.ac.mz

ausência de deficiências, porém demonstrando competências alinhadas as exigências do mercado quer nas Instituições Publicas ou Privadas.

O pesquisador quanto a teoria Diagrama de Causa e Efeito, olhando para a situação actual nas Instituições de Ensino Superior em Maputo com relação aos estudantes formados e colocados no mercado de emprego pressupõe que, a IES não se preocupa em dar continuidade nos pós formação no que tange a sua monitoria, só assim é que podemos descobrir os factores que resultam em uma situação indesejada no processo de formação.

Teoria da Avaliação da Qualidade do Ensino Superior (CNAQ) - Dar resposta aos imperativos de melhoria da qualidade do ensino em geral e do ensino superior em particular, através da actualização do SINAQES no quadro da evolução do conhecimento sobre educação e garantia de qualidade, tornando-o cada vez mais exequível e eficiente para assegurar que no país apenas funcionem instituições de ensino superior que ofereçam serviços de ensino, investigação e extensão de qualidade;

Os pesquisadores quanto a Teoria da Avaliação da Qualidade do Ensino Superior (CNAQ), legislação vigente em Moçambique aplicado para as Instituições do Ensino Superior permite-nos perceber de uma forma geral que faz analisa as instituições, os cursos e o desempenho dos estudantes durante o processo de formação.

Das 3 (três) teorias supracitadas elencamos a Teoria de Diagrama de Causa e Efeito e a Teoria de Avaliação da Qualidade do Ensino Superior (CNAQ) porque esta voltados para a melhoria da qualidade da educação nas Instituições do Ensino Superior com o propósito do Diagrama de Causa e Efeito permite descobrir os factores que resultam em uma situação indesejada nas IES. Por ser uma representação visual, ele auxilia a equipe a chegar nas causas-raiz que diminuem a produtividade nas IES.

Quanto a segunda Teoria de Avaliação da Qualidade do Ensino Superior (CNAQ) permite criar um processo sistemático avaliação de qualidade, o processo de identificação e resolução de problemas fica mais ágil e assertivo e, assim, os eventuais impactos negativos são reduzidos. Trata-se de um sistema que ser auxiliar na elaboração dos formulários, na implementação, documentação e organização de avaliações de desempenho editorial.

Para o pesquisador chama a razão no que refere as Instituições de Ensino Superior em Maputo, considera ainda que a qualidade da educação seja algo implícito aos produtos, serviços e processos, dependendo da

percepção e aceitação das pessoas, a IES precisa identificar, o que deve ser feito para que os formandos e empregadores tenham um desempenho favorável quanto à qualidade da educação, do que lhes é oferecido nestas IES's em Maputo.

Gestão da qualidade

Para Charlot (2021), a qualidade da educação configura-se como um conceito complexo e ambíguo, mas essencial, surgido em resposta às reformas educacionais internacionais e às demandas da globalização. Nesse contexto, qualidade não se limita ao desempenho académico, abrangendo igualmente a dimensão social e a justiça educativa, entendendo-se a educação como um instrumento de cidadania, inclusão e promoção da equidade social. No meio educacional termo qualidade educativa está diretamente ligado ao problema de equidade. Para o pesquisador desta tese, percebe que provavelmente as IES's ao aplicarem as ferramentas da qualidade como meios que, poderão facilitar a resolução de problemas que possam interferir no bom desempenho de um processo, produto ou serviço e, possibilitam a melhoria do processo, logo, permitem as organizações identificar a causa de um problema e desta forma tomar decisões para a sua resolução.

Qualidade na educação superior

Para Loiola & Natha (2023), a qualidade no ensino superior consiste na implementação de processos estruturados de garantia e avaliação institucional. Segundo estes autores, a qualidade manifesta-se através de mecanismos que favorecem a autoavaliação, o ajustamento organizacional e a melhoria contínua tanto da formação académica quanto da gestão institucional.

Para os pesquisadores percebe-se que os indicadores de qualidade servem para que a IES tenha uma visão mais realista e abrangente dos resultados advindos dos processos utilizados. Nesse sentido, consegue-se identificar padrões, problemas e até mesmo forças do processo de enino e aprendizagem. Por meio dessas informações, os membros de Direcção destas IES podem tomar decisões com o objectivo de melhorar o nível de qualidade dos seus produtos e serviços, de forma mais equilibrada com os custos e investimentos. Isso quer dizer que IES poderão investir melhor na aplicação dos recursos humanos, materiais, financeiros mercadológicos e tempo.

ALBA - ISFIC RESEARCH AND SCIENCE JOURNAL
ISSN PRINT: 3006-2489; ISSN ONLINE: 3006-2470
1ª Ed, Vol. 1, No. 10, Dezembro, 2025
https://alba.ac.mz/index.php/alba/issue/view/13
albaisfic@gmail.com; alba@isfic.ac.mz

Os Filósofos e Pensadores Moçambicanos Professores Doutores Danaciano, Castiano e Ngoenha

O Plano Estratégico do Ensino Superior 2012-2020 (2012, p. 1), aponta como áreas estratégias a Qualidade, expansão e acesso, Gestão e democraticidade, Financiamento e infraestruturas, Governação, regulação e fiscalização, Ensino, investigação e serviços e acções transversais e a Internacionalização e integração regional. Para o Ministério da Educação de Portugal (2023), o sistema educativo compreende um conjunto estruturado de instituições, modalidades e mecanismos de ensino sejam públicas, privadas ou cooperativas responsáveis por assegurar o direito à educação, promovendo uma formação contínua orientada ao desenvolvimento integral da personalidade, ao progresso social e à consolidação da democratização na sociedade.

Para o pesquisador considera que em Moçambique nas Universidades Privadas e Publicas, percebe-se que os estudantes estratégicos, proactivos e participativos são aquelas que desenvolvem as suas competências (conhecimento, habilidades e atitudes), razão pela qual a maior parte deles quando vão ao mercado de trabalho tem a *chance* de integrar rapidamente e aproveitando oportunidades mais bem remuneradas.

Curimenha (2020), em contexto angolano recente, a expansão do ensino privado surgiu como resposta à limitação do setor público em suprir a crescente procura por educação. A criação das primeiras escolas privadas é compreendida como uma estratégia de mercado, oferecendo alternativas de acesso educativo, sobretudo em regiões onde o sistema público se mostrava insuficiente ou ineficaz.

Segundo Lussuamo e Futi (2023), a avaliação da qualidade da educação superior deve ir além dos padrões académicos internos, incluindo a relevância social das instituições. Isso envolve a capacidade das IES de formar profissionais com competências alinhadas às exigências do mercado de trabalho, contribuir para o desenvolvimento comunitário e fomentar a inclusão, a inovação e a responsabilidade social. A realidade aqui realçada acontece em todos os níveis de ensino incluindo o ensino superior. Segundo Curimenha (2020), o processo de neoliberalização do sistema educativo angolano demonstra que a educação se tornou um dos primeiros sectores a perder a sua autonomia, devido a intervenções externas, políticas de privatização e pressões de mercado, resultando na subordinação do projeto educativo a interesses económicos e financeiros em detrimento das necessidades

sociais e pedagógicas. Assim, propõem o repensar do sistema educacional moçambicano na sua globalidade e em consonância com a realidade do e ao tecido social, extrapolando o círculo do governo e dos doadores internacionais.

Para o pesquisador desta tese percebe que a qualidade da educação nas IES's em Moçambique da leitura feitas e a respectiva percepção, existem vários espetos que precisam de serem trabalhados para atingir-se a excelência dos vários modelos da qualidade preconizados por vários pensadores ou e investigadores sobre esta matéria. O Governo de Moçambique, Instituições de Ensino Superior (IES), as Empresas e Instituições do Estado e a Sociedade Civil estejam envolvidos activamentes no processo de tomada de decisão, processo de monitoria e avaliação da qualidade de educação e a respectiva resolução dos problemas das comunidades através do conhecimento científico, no que se refere a ensino, pesquisa e extensão, tendo em conta a prática real de Moçambique.

Olhando para o ensino superior em Moçambique percebe-se que os graduados saídos destas IES, podemos assumir que a maior parte não apresenta requisitos suficientes para fazerem fácil a inserção no mercado de trabalho, dadas as suas competências adquiras não coadunam com as exigências das empresas.

MATERIAIS E MÉTODOS

O estudo adoptou uma abordagem aplicada, orientada para a resolução de um problema concreto: analisar o impacto do ensino superior na empregabilidade dos estudantes das IES A, B e C, em Maputo. A investigação procurou gerar conhecimento utilizável na prática institucional, considerando as percepções e interesses de estudantes, coordenadores e directores de curso.

Optou-se por um desenho metodológico múltiplo, integrando componentes descritivos, exploratórios, analíticos e transversais. De acordo com Silva & Rocha (2024), a pesquisa descritiva permite caracterizar fenómenos e populações, bem como identificar relações entre variáveis, adequando-se ao objectivo de compreender como diferentes factores académicos influenciam a empregabilidade.

Ramos & Mazalo (2024), definem a abordagem metodológica como o plano estratégico que orienta a investigação, determinando como métodos, procedimentos e técnicas são aplicados para recolher e analisar dados de forma coerente com os objectivos do estudo. Foi adoptada uma

ALBA - ISFIC RESEARCH AND SCIENCE JOURNAL
ISSN PRINT: 3006-2489; ISSN ONLINE: 3006-2470
1ª Ed, Vol. 1, No. 10, Dezembro, 2025
https://alba.ac.mz/index.php/alba/issue/view/13
albaisfic@gmail.com; alba@isfic.ac.mz

estratégia mista: a abordagem quantitativa permitiu quantificar opiniões, percepções e padrões a partir de variáveis numéricas, enquanto a abordagem qualitativa possibilitou captar significados, experiências e interpretações não traduzíveis em números. Esta combinação aumentou a profundidade analítica e permitiu triangulação dos resultados.

Segundo Amplla (2023), população ou universo compreende todos os elementos com características de interesse para o estudo, enquanto amostra é um subconjunto representativo dessa população. A população incluiu estudantes do 1.º ao 4.º ano das IES A, B e C, públicas e privadas, totalizando 219.924 matriculados em 2020. A amostra foi composta por 297 participantes, incluindo estudantes, docentes e gestores académicos com, pelo menos, seis meses de experiência institucional. Estudantes das áreas de Agricultura, Business School e Ética foram excluídos por não cumprirem os critérios definidos.

A recolha de dados integrou triangulação metodológica: questionários estruturados com perguntas fechadas (escala Likert) e abertas; observação directa e indireta de comportamentos, práticas institucionais e condições estruturais; e história de vida de estudantes e docentes, para captar trajectórias académicas e percepções individuais sobre a empregabilidade.

Conforme "Pesquisa e Integridade Científica" (Fórum de Ciências Humanas, 2023), assegurou-se voluntariedade, consentimento informado, anonimato e confidencialidade, respeitando valores culturais e minimizando danos emocionais ou sociais decorrentes da participação.

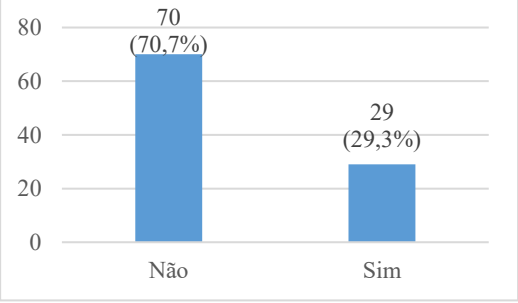
Rodrigues, Farina & Florian (2024) definem a análise de dados como o processo de organização, processamento e interpretação de dados brutos para gerar informação relevante, identificar padrões e apoiar decisões. A componente quantitativa foi analisada no SPSS (v.16.0) com estatísticas descritivas, análises cruzadas e gráficos em Excel. A vertente qualitativa utilizou análise temática e interpretativa, com codificação manual sustentada nos resultados empíricos, fundamentação teórica e experiência directa do investigador.

A pesquisa cumpriu integralmente os critérios de coerência metodológica, consistência de instrumentos e técnicas, originalidade na formulação do problema e objectividade na interpretação dos resultados, seguindo as três fases clássicas da investigação: decisória, construtiva e de redacção.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A análise dos resultados consistiu na interpretação e discussão dos dados recolhidos junto de uma amostra de 297 (duzentos e noventa e sete) participantes. Durante a discussão, foram consideradas tanto as implicações específicas de cada conjunto de dados como as conclusões gerais decorrentes da pesquisa. No âmbito do presente estudo sobre a qualidade da educação nas instituições de ensino superior A, B e C, em Maputo, a partir das tabelas produzidas é possível inferir os seguintes

Gráfico 1: Dimensão – Tangibilidade: Existência possui equipamentos modernos e suficientes para atender aos estudantes (data show, equipamento de informática, aplicativos) na IES "A".



Fonte: Adaptado pelos Autores do artigo 2023

A análise dos dados evidencia uma predominância marcada de respostas negativas, uma vez que 70,7% dos participantes referem não possuir a característica, experiência ou perceção em avaliação, ao passo que apenas 29,3% indicam o contrário. Esta discrepância demonstra que, no contexto estudado, a maioria dos inquiridos não reconhece ou não experiencia o elemento analisado, o que pode revelar limitações de natureza estrutural ou operacional na prestação do serviço.

Segundo Adzinyo e colaboradores (2024), a dimensão da Tangibilidade diz respeito aos elementos físicos ou materiais que permitem aos clientes ou utilizadores percecionar a existência e o profissionalismo do serviço, nomeadamente através da aparência das instalações, dos equipamentos, do pessoal, dos materiais de comunicação e de outros artefactos físicos associados ao serviço.

Deste modo, os resultados sugerem a necessidade de fortalecer os indicadores tangíveis do serviço, dada a sua relevância na formação da confiança e na satisfação dos utilizadores. A discrepância observada pode ainda reflectir um possível desalinhamento entre as expectativas dos participantes e as condições efectivamente disponibilizadas, comprometendo tanto a imagem institucional como a qualidade percebida.

Tabela 1: Dimensão – Confiabilidade: Quando o estudante tem problemas, a IES "B" demonstra interesse em resolvê-lo

		Frequência	%	Validade da %	Cumulativo da %
Validade	Não	58	58.6	58.6	58.6
	Sim	41	41.4	41.4	100.0
	Total	99	100.0	100.0	

Fonte: Adaptado pelos Autores do artigo 2023

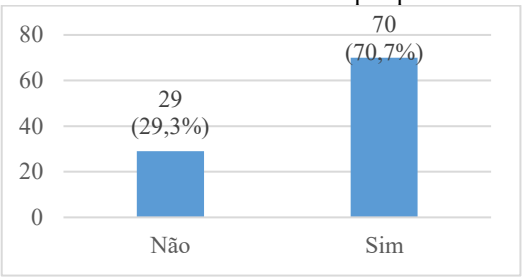
ALBA - ISFIC RESEARCH AND SCIENCE JOURNAL
ISSN PRINT: 3006-2489; ISSN ONLINE: 3006-2470
1ª Ed, Vol. 1, No. 10, Dezembro, 2025
https://alba.ac.mz/index.php/alba/issue/view/13
albaisfic@gmail.com; alba@isfic.ac.mz

A distribuição das respostas revela que 58,6% dos participantes afirmam não possuir a característica, experiência ou perceção avaliada, enquanto 41,4% indicam o contrário. Este cenário evidencia que, embora exista uma proporção considerável de utilizadores com perceções positivas, a maioria não reconhece fiabilidade no serviço ou processo analisado. Tal configuração sugere que, apesar de alguns sinais favoráveis de cumprimento consistente do serviço, persistem fragilidades que limitam a confiança plena da maioria dos inquiridos.

De acordo com Zeithaml, Parasuraman e Berry (2022), a confiabilidade corresponde à capacidade da organização de fornecer, de forma rigorosa e consistente, o serviço prometido, garantindo o cumprimento efetivo dos compromissos assumidos.

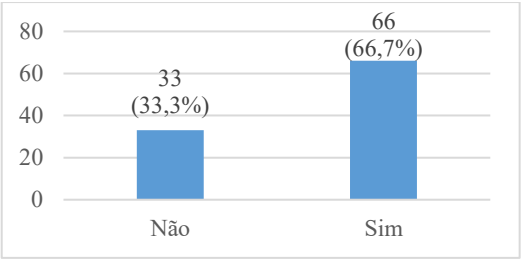
A discrepância entre percepções sugere eventuais assimetrias na experiência do serviço, insuficiências nos mecanismos de controlo ou inconsistências percebidas entre as promessas institucionais e a entrega efectiva. Pode também reflectir a existência de grupos de utilizadores com vivências distintas, influenciadas por contextos específicos ou por comunicações institucionais pouco homogéneas.

Gráfico 2: Dimensão – Confiabilidade: Os estudantes obtêm um atendimento imediato por parte da IES "C"



Fonte: Adaptado pelos Autores do artigo 2023

Gráfico 3: Dimensão – Atendimento: Os estudantes da IES "A" sentem-se seguros no processo de ensino aprendizagem devido às titulações, qualificações e experiência dos profissionais envolvidos



Fonte: Adaptado pelos Autores do artigo 2023

A análise dos resultados indica que 66,7% dos participantes reconhecem ou experienciam a característica, experiência ou perceção em avaliação, ao passo que 33,3% não a identificam. Esta predominância de respostas positivas sugere que o serviço ou processo analisado apresenta níveis satisfatórios de atendimento, reflectindo interacções consistentes e suporte eficaz ao longo de todas as etapas de contacto.

Segundo Lacerda & Casagrande (2022), o atendimento compreende o conjunto de interacções e serviços prestados aos clientesou utilizadores antes, durante e após a aquisição de um bem ou serviço, visando garantir satisfação, apoio e confiança.

Em síntese, os resultados evidenciam um desempenho favorável do atendimento, demonstrando que a instituição consegue proporcionar experiências que atendem às expectativas da maioria dos participantes. Contudo, a presença de percepções negativas reforça a necessidade de acções direcionadas para assegurar uniformidade e excelência em todos os pontos de contacto.

A análise dos resultados evidencia que 70,7% dos participantes responderam afirmativamente, indicando que a maioria reconhece ou experiencia a característica, experiência ou percepção em avaliação, enquanto 29,3% responderam negativamente, revelando que uma minoria não identifica ou não vivencia o elemento em análise. Esta distribuição aponta para uma predominância clara de percepções positivas relativamente ao aspecto estudado.

De acordo com Ladhari (2023), a confiabilidade corresponde à capacidade de um serviço ser prestado de forma consistente, precisa e conforme o prometido, assegurando previsibilidade, cumprimento de prazos e execução sem erros. Trata-se de um dos pilares fundamentais da qualidade, reforçando a confiança do cliente na coerência entre o que é anunciado e o que é efectivamente disponibilizado.

Em síntese, os resultados indicam que a confiabilidade percebida é sólida, embora a existência de respostas negativas sugira a necessidade de acções que promovam maior uniformidade e precisão em todos os pontos de contacto com os utilizadores.

Tabela 2: Dimensão – Empatia: A IES "B" tem horário de funcionamento conveniente para seus estudantes

		Frequência	%	Validade da %	Cumulativo da %
Validade	Não	19	19.2	19.2	19.2
	Sim	80	80.8	80.8	100.0
	Total	99	100.0	100.0	

Fonte: Adaptado pelos Autores do artigo 2023

A análise dos resultados evidencia que 80,8% dos participantes reconheceram ou vivenciaram a característica em avaliação, demonstrando uma adesão significativa à prática de empatia no contexto estudado, enquanto 19,2% não a observaram. Esta predominância de respostas positivas sugere que a instituição ou serviço promove interacções atentas e sensíveis às necessidades e perspetivas dos utilizadores, reforçando a perceção de cuidado e suporte efectivo.

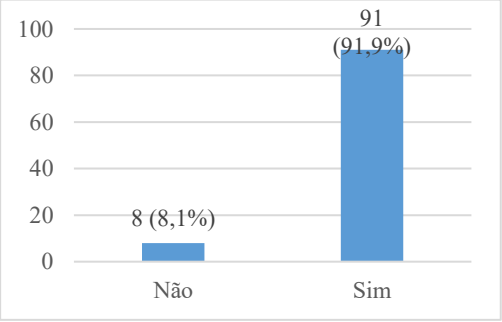
De acordo com Karaman et al. (2024), a empatia consiste na capacidade de compreender e responder de forma sensível às emoções e necessidades alheias, implicando atenção personalizada e acções que expressem respeito e cuidado. Os resultados indicam que a prática empática é consistente e percebida positivamente pela maioria dos participantes, constituindo um elemento

ALBA - ISFIC RESEARCH AND SCIENCE JOURNAL
ISSN PRINT: 3006-2489; ISSN ONLINE: 3006-2470
1ª Ed, Vol. 1, No. 10, Dezembro, 2025
https://alba.ac.mz/index.php/alba/issue/view/13
albaisfic@gmail.com; alba@isfic.ac.mz

crucial para fortalecer a confiança e a satisfação dos utilizadores.

Em síntese, os dados apontam para um elevado desempenho em termos de empatia, embora a presença de uma minoria que não a reconhece evidencie a necessidade de implementar estratégias que assegurem uniformidade e consistência nas práticas empáticas em todos os pontos de contacto com os utilizadores.

Gráfico 4: Dimensão – Segurança: A IES "C" tem horário de funcionamento conveniente para seus estudantes



Fonte: Adaptado pelos Autores do artigo 2023

A análise dos resultados revela que 91,9% dos participantes reconhecem ou vivenciam a característica em avaliação, indicando uma forte adesão à perceção de segurança no serviço, enquanto apenas 8,1% não a observam. Esta distribuição evidencia uma predominância clara de percepções positivas, reflectindo a eficácia das medidas institucionais de protecção e fiabilidade implementadas.

De acordo com Ighomereho et al. (2022), a segurança constitui uma das dimensões mais relevantes da qualidade dos serviços electrónicos, sendo essencial para gerar confiança, reduzir riscos e assegurar a satisfação dos utilizadores.

Deste modo, os dados sugerem que a instituição mantém elevados níveis de segurança percebida, reforçando a credibilidade do serviço e a confiança dos participantes, embora seja necessário continuar atento às necessidades da minoria que não percebeu este atributo.

A análise comparativa realizada pelos investigadores do presente artigo científico sobre os aspectos que necessitam de melhoria nas três instituições de ensino superior (IES) "A", "B" e "C" revelou que os factores mais críticos estão relacionados com as condições das infraestruturas, a prestação de serviços, especialmente no atendimento aos estudantes, a gestão da tecnologia, a gestão escolar e o vestuário. Estes elementos apresentam impacto negativo na qualidade do processo de ensino e aprendizagem nas referidas IES.

No contexto da qualidade da educação, a análise das dimensões como desempenho, características, confiabilidade, conformidade, durabilidade, atendimento, estética e qualidade percebida evidencia que esta envolve não apenas as condições de oferta do ensino, mas também a organização e gestão do trabalho escolar, a profissionalização dos docentes, o acesso, a permanência e o desempenho académico dos estudantes. De

forma geral, a qualidade proporcionada pelas IES qualifica uma variedade de serviços, objecctos e indivíduos, refletindo diretamente no processo educativo.

CONCLUSÃO

Em conclusão, o presente artigo científico contribuiu para ampliar os conhecimentos teóricos e práticos sobre a qualidade da educação nas instituições de ensino superior A, B e C, em Maputo. Verificou-se que o primeiro objectivo específico da pesquisa foi alcançado, uma vez que as estratégias de qualidade implementadas pelas referidas instituições incluem a promoção de uma cultura de qualidade, a busca por alta performance e a manutenção de um enfoque prioritário no cliente neste caso, o estudante. Adicionalmente, constatou-se a existência de uma estratégia governamental de Moçambique para a qualidade do ensino superior, orientada pelo Conselho Nacional de Avaliação da Qualidade (CNAQ)

Assim, conclui-se que persiste um desfasamento entre as expectativas dos participantes e as condições efectivamente disponibilizadas, o que evidencia a necessidade de um reforço estratégico dos elementos tangíveis do serviço. O fortalecimento destes aspetos é essencial para melhorar a imagem institucional e elevar a qualidade percebida pelos utilizadores.

Conclui-se que a confiabilidade do serviço apresenta fragilidades relevantes, evidenciadas pela prevalência de perceções negativas. Embora uma parte expressiva dos participantes reconheça atributos de fiabilidade, a maioria não valida essa experiência, destacando a necessidade de reforçar a consistência, a precisão e o cumprimento dos compromissos na prestação do serviço. O fortalecimento destes aspectos é essencial para consolidar a confiança dos utilizadores, alinhar expectativas e fortalecer a credibilidade institucional.

Em conclusão, os resultados indicam que a confiabilidade percebida é satisfatória para a maioria dos participantes, evidenciando a eficácia das práticas implementadas, embora haja espaço para melhorar a experiência da minoria que não reconhecem o mesmo nível de consistência e precisão.

Em conclusão, os resultados indicam que a prática de empatia é amplamente reconhecida e valorizada pelos participantes, reflectindo interações atentas e cuidadosas. Contudo, a existência de uma minoria que não a percebe reforça a necessidade de acções que garantam consistência e uniformidade nas práticas empáticas em todos os pontos de contacto com os utilizadores.

ALBA - ISFIC RESEARCH AND SCIENCE JOURNAL
ISSN PRINT: 3006-2489; ISSN ONLINE: 3006-2470
1ª Ed, Vol. 1, No. 10, Dezembro, 2025
https://alba.ac.mz/index.php/alba/issue/view/13
albaisfic@gmail.com; alba@isfic.ac.mz

Em conclusão, os resultados indicam que a percepção de segurança é elevada, reflectindo a eficácia das medidas institucionais em garantir protecção, fiabilidade e confiança, contribuindo para a consolidação da qualidade e satisfação dos utilizadores.

REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA

Adzinyo, G. K., & colaboradores. (2024). *Impact of reliability and tangibility dimensions on customer satisfaction in higher education sector: A case of selected universities in Ghana*. *International Journal of Research in Business & Social Science, 13*(2).

Almeida, A., & Silva, Y. F. de O. (2021). *O Estado avaliador e o neoliberalismo: tensões e tendências na avaliação da educação superior. Meta: Avaliação, 13*(41).

Amplla E. (2023). *Metodologia da Pesquisa Científica* (1.ª ed.). Amplla.

Bobe, B. J., & Teklay, B. (2025). *Integrating total quality management and management control systems: a systematic literature review and proposed integrative framework*. *Journal of Accounting & Organizational Change, 21*(7).

Charlot, B. (2021). "Qualidade da educação": o nascimento de um conceito ambíguo. *Educar em Revista*, 37.

da Silva, G., & Vieira da Silva, M. (2024). A qualidade da educação no contexto da política educacional. Colóquios – Geplage, 5.

Fórum de Ciências Humanas, Sociais Aplicadas e Artes. (2023). *Diretrizes para a ética na pesquisa e a integridade científica*. Grupo de Trabalho de Ética em Pesquisa, FCHSSALLA.

Gomes, C. M. (2024). *Metodologias ativas na educação: as vantagens da aplicação do método PBL. Revista Ibero-Americana de Humanidades, Ciências e Educação*, 10(8).

Ighomereho, O. S., Ojo, A. A., Omoyele, O. S., & Olabode, O. S. (2022). *From service quality to e-service quality: measurement, dimensions and model. Journal of Management Information and Decision Sciences*, 25(1).

Karaman, F., Şahin, B. S., Şen, A. N. Y., Rashidi, M., Yilmaz, M. Ş., Kocadereli, A., & Ustaoğlu, A. (2024). *Development of an empathy scale in nurses*. BMC Nursing, 23.

Ladhari, R. (2023). *Service quality and customer trust in contemporary service environments: A multidimensional analysis.* Journal of Service Theory and Practice, 33(4).

Lei n° 1/93, de 24 de Junho. *Regula a actividade do ensino superior na Republica de Moçambique*.

Loiola, A., & Natha, M. (2023). Gestão e garantia de qualidade nas instituições do ensino superior: uma marcha sinuosa em busca da excelência. *Reid – Revista Electrónica de Investigação e Desenvolvimento*, 1(7).

Parruque, A. C. & Sapane, B. M. (2023). *Avaliação institucional versus melhoria da qualidade educacional em Moçambique*. *Sala Oito*, 1(4).

Ramos H. R. & Mazalo, J. V. (2024). *Metodologias de investigação científica: passos para elaboração de artigos científicos*. Revista Nova Paideia – Revista Interdisciplinar em Educação e Pesquisa, 6(2).

Rodrigues, F., Farina, R. M., & Florian, F. (2024). *Características das análises de dados*. RECIMA21 – Revista Científica Multidisciplinar, 5(1).

Silva, R. M., & Rocha, D. P. (2024). *Metodologias contemporâneas de investigação científica*. São Paulo: Atlas.

Zeithaml, V. A., Parasuraman, A. & Berry, L. L. (2022). *Understanding Service Quality and Satisfaction in Education and Training: A Literature Review*. *International Journal of Service Research*, 15(4).

Portugal. Ministério da Educação. (2023). *Lei de Bases do Sistema Educativo: Âmbito e definição do sistema educativo.* Governo de Portugal.

Curimenha, M. M. (2020). Educação e neoliberalismo em Angola: desafios do ensino primário. *Educação, 45*(1), e83.

Lussuamo, J. M., & Futi, X. A. da S. (2023). A qualidade académica e a relevância social do ensino superior: desafios e implicações para a formação no contexto africano.

Curimenha, M. M. (2020). Educação e neoliberalismo: o crescimento da escola privada como alternativa no sistema educacional angolano. *Revista de Políticas e Gestão da Educação*, 10(3).

ALBA
ISFIC RESEARCH AND SCIENCE JOURNAL
ALBA - ISFIC RESEARCH AND SCIENCE JOURNAL
ISSN PRINT: 3006-2489; ISSN ONLINE: 3006-2470
1ª Ed, Vol. 1, No. 10, Dezembro, 2025
https://alba.ac.mz/index.php/alba/issue/view/13
albaisfic@gmail.com; alba@isfic.ac.mz
10 - 12 | 2025

AMBIDESTRIA CORPORATIVA E A TRANSFORMAÇÃO DIGITAL: UMA ANÁLISE DA COMPETITIVIDADE E DESENVOLVIMENTO E COMPETÊNCIAS NO FUTURO DA COMUNICAÇÃO E JORNALISMO

Corporate ambidexterity and digital transformation: An analysis of competitiveness and the development of skills in the future of communication and journalism

Ambidestreza corporativa y la transformación digital: Un análisis de la competitividad y el desarrollo de competencias en el futuro de la comunicación y el periodismo

Paulo Alberto Uache[1]

[1]Doutor em Gestão de Empresa, Universidade São Tomás, Moçambique, https://orcid.org/0000-0001-6936-6789, pauloalbertouache@gmail.com

Autor para correspondência: pauloalbertouache@gmail.com

Data de recepção: 25-06-2025
Data de aceitação: 01-07-2025
Data da Publicação: 10-12-2025

Como citar este Resumo: Uache, P. A. (2025). *Ambidestria corporativa e a transformação digital: Uma análise da competitividade e desenvolvimento e competências no futuro da comunicação e jornalismo.* ALBA – ISFIC Research and Science Journal, 1(10), pp. 317-328. https://alba.ac.mz/index.php/alba/issue/view/13

RESUMO

Este estudo analisa o impacto da transformação digital e da ambidestria organizacional no setor de jornalismo e comunicação, destacando a necessidade de equilibrar inovação e eficiência num ambiente caracterizado por rápidas mudanças tecnológicas e por um público cada vez mais exigente. A expansão das plataformas digitais e das redes sociais alterou profundamente a dinâmica de produção e consumo de informações, pressionando a mídia tradicional a rever seus modelos operacionais e a adotar estratégias alinhadas ao novo paradigma informacional. Com base numa abordagem qualitativa, exploratória e sustentada por uma revisão bibliográfica sistemática, o estudo avalia como a interseção entre transformação digital e ambidestria organizacional influencia a competitividade, o desenvolvimento de competências e a capacidade de adaptação das empresas de comunicação. O **estudo de caso do Jornal Diário de Moçambique (2021–2023)** revela desafios críticos, como queda de receitas, fragilidades tecnológicas, pirataria digital e lacunas de competências profissionais, evidenciados nos gráficos e matrizes elaborados. Os resultados indicam que a adoção de uma postura ambidestra capaz de combinar exploração de novas tecnologias com a melhoria dos processos tradicionais é fundamental para aumentar a relevância das empresas de mídia, fortalecer o engajamento com o público e promover práticas jornalísticas mais sustentáveis. Conclui-se que o equilíbrio entre *exploration* e *exploitation* é essencial para que as organizações jornalísticas permaneçam competitivas e

resilientes, aproveitando as oportunidades digitais para consolidar seu papel social, ampliar o acesso à informação e contribuir para a construção de uma sociedade mais informada, justa e participativa.

Palavras-chave: Ambidestria organizacional; transformação digital; competitividade; jornalismo.

ABSTRACT

This study examines the impact of digital transformation and organizational ambidexterity on the journalism and communication sector, highlighting the need to balance innovation and operational efficiency in an environment characterized by rapid technological change and increasingly demanding audiences. The expansion of digital platforms and social networks has profoundly reshaped the dynamics of information production and consumption, pressuring traditional media to revise their operational models and adopt strategies aligned with the new informational paradigm. Using a qualitative and exploratory approach supported by a systematic literature review, the study assesses how the intersection between digital transformation and organizational ambidexterity influences competitiveness, skills development, and the adaptive capacity of media organizations. The case study of the Diário de Moçambique newspaper (2021–2023) reveals critical challenges such as declining revenues, technological vulnerabilities, digital piracy, and significant skill gaps—elements evidenced through the graphs and analytical matrices developed for this research. The findings indicate that adopting an ambidextrous posture—combining the exploration of new digital technologies with the improvement of traditional processes—is essential for increasing the relevance of media organizations, strengthening audience engagement, and ensuring more sustainable journalistic practices. The study concludes that balancing *exploration* and *exploitation* is fundamental for media companies seeking to remain competitive and resilient, leveraging digital opportunities to reinforce their social role, expand access to information, and contribute to building a more informed, fair, and participatory society.

Keywords: Organizational ambidexterity; digital transformation; competitiveness; journalism.

RESUMEN

Este estudio analiza el impacto de la transformación digital y de la ambidestreza organizacional en el sector del periodismo y la comunicación, destacando la necesidad de equilibrar innovación y eficiencia operativa en un entorno caracterizado por rápidos cambios tecnológicos y un público cada vez más exigente. La expansión de las plataformas digitales y de las redes sociales ha transformado profundamente la dinámica de producción y consumo de información, ejerciendo presión sobre los medios tradicionales para revisar sus modelos operativos y adoptar estrategias alineadas con el nuevo paradigma informacional. A partir de un enfoque cualitativo y exploratorio, sustentado en una revisión bibliográfica sistemática, el estudio evalúa cómo la intersección entre transformación digital y ambidestreza organizacional influye en la competitividad, el desarrollo de competencias y la capacidad de adaptación de las empresas de comunicación. El estudio de caso del periódico Diario de Mozambique (2021–2023) revela desafíos críticos, como la disminución de ingresos, vulnerabilidades tecnológicas, piratería digital y brechas significativas de competencias profesionales, aspectos evidenciados a través de los gráficos y matrices analíticas desarrollados. Los resultados indican que la adopción de una postura ambidiestra —que combine la exploración de nuevas tecnologías con la mejora de los procesos tradicionales— es fundamental para aumentar la relevancia de los medios, fortalecer la interacción con el público y garantizar prácticas periodísticas más sostenibles. El estudio concluye que el equilibrio entre *exploration* y *exploitation* es esencial para que las organizaciones periodísticas sigan siendo competitivas y resilientes, aprovechando las

ALBA - ISFIC RESEARCH AND SCIENCE JOURNAL
ISSN PRINT: 3006-2489; ISSN ONLINE: 3006-2470
1ª Ed, Vol. 1, No. 10, Dezembro, 2025
https://alba.ac.mz/index.php/alba/issue/view/13
albaisfic@gmail.com; alba@isfic.ac.mz

oportunidades digitales para reforzar su papel social, ampliar el acceso a la información y contribuir a la construcción de una sociedad más informada, justa y participativa.
Palabras clave: Ambidestreza organizacional; transformación digital; competitividad; periodismo.

INTRODUÇÃO

A análise aprofundada da ambidestria corporativa e da transformação digital no contexto do jornalismo contemporâneo constitui um campo de reflexão de elevada relevância científica, sobretudo num período em que os meios de comunicação enfrentam mudanças estruturais aceleradas. A emergência das plataformas digitais, redes sociais e novos formatos de interação pública tem modificado de forma profunda a forma como a informação é produzida, distribuída e consumida, ampliando o alcance dos debates sociais e expondo as limitações do modelo jornalístico tradicional. Este novo ecossistema comunicacional exige que as empresas de media adotem posturas mais ágeis, colaborativas e tecnologicamente orientadas, capazes de responder às expectativas de um público cada vez mais informado, exigente e participativo. Neste cenário, torna-se evidente que o jornalismo já não pode restringir-se à mera transmissão factual de acontecimentos. Pelo contrário, deve assumir um papel ativo na promoção da justiça social, na denúncia de desigualdades e na construção de uma esfera pública mais transparente e democrática. Conforme argumentam Alapekkala e Risku (2016), a revolução digital provocou uma redistribuição do poder comunicacional, reforçando a necessidade de um jornalismo que atue enquanto agente transformador e catalisador social, indo além da função informativa tradicional.

É neste contexto que a ambidestria corporativa surge como um enquadramento teórico fundamental. A capacidade de equilibrar simultaneamente a exploração de novas oportunidades tecnológicas (exploration) e a otimização dos processos tradicionais (exploitation) torna-se essencial para garantir a sobrevivência e competitividade das organizações jornalísticas. A transformação digital, ao alterar profundamente os modelos de negócio, os processos produtivos e as competências profissionais do setor, cria um ambiente no qual apenas empresas ambidestras conseguem prosperar. A pertinência deste debate torna-se ainda mais evidente quando analisamos o caso do Jornal Diário de Moçambique, sediado na Cidade da Beira, um dos mais antigos e influentes veículos de comunicação do país. Entre 2021 e 2023, período marcado pelos efeitos prolongados da pandemia da COVID-19, o jornal enfrentou uma queda acentuada das

receitas provenientes do impresso, além de rupturas no seu modelo tradicional de distribuição. A crise sanitária obrigou o jornal a acelerar a digitalização, adotando versões eletrónicas e novos canais digitais, mas tal transição expôs fragilidades significativas: falta de infraestrutura tecnológica adequada, lacunas severas em competências digitais e ausência de mecanismos de proteção cibernética. A circulação informal do jornal em formato PDF – reenviado sem consentimento via plataformas digitais, intensificou as perdas económicas, revelando a urgência de um modelo de negócio digital seguro, eficiente e sustentável. Este estudo de caso oferece uma oportunidade ímpar para analisar como um órgão de comunicação tradicional, com forte legado histórico, enfrenta os desafios da modernização digital e tenta conciliar o equilíbrio entre práticas tradicionais e inovação, demonstrando na prática os princípios da ambidestria organizacional.

Nesse sentido, o objetivo central desta pesquisa é **avaliar o impacto da transformação digital nas competências profissionais necessárias para o futuro do jornalismo e da comunicação**, analisando como a ambidestria corporativa influência a competitividade, adaptabilidade e desenvolvimento estratégico das empresas de media. A investigação baseia-se numa abordagem qualitativa e exploratória, recorrendo a uma revisão bibliográfica sistemática e ao estudo de caso do Jornal Diário de Moçambique, com vista a mapear, compreender e discutir os desafios, limitações e oportunidades emergentes no jornalismo contemporâneo.

CONTEXTUALIZAÇÃO

A ambidestria corporativa tem sido amplamente estudada no campo da administração, especialmente em contextos que exigem adaptação rápida e inovação. Segundo O'Reilly e Tushman (2013), a ambidestria é a habilidade organizacional de gerenciar de forma equilibrada as tensões entre a exploração de novas oportunidades e a eficiência operacional. Essa capacidade permite que as empresas se ajustem ao mercado em transformação digital, mantendo-se competitivas no longo prazo.

Organizações ambidestras são capazes de manter um equilíbrio entre a exploração de novas ideias e a exploração das capacidades existentes (March, 1991). Essa abordagem é particularmente relevante em setores que passam por mudanças rápidas, como o de tecnologia e comunicação. Para Andriopoulos e Lewis (2009), a ambidestria organizacional não apenas melhora a resiliência empresarial, mas também promove um ambiente propício

ALBA - ISFIC RESEARCH AND SCIENCE JOURNAL
ISSN PRINT: 3006-2489; ISSN ONLINE: 3006-2470
1ª Ed, Vol. 1, No. 10, Dezembro, 2025
https://alba.ac.mz/index.php/alba/issue/view/13
albaisfic@gmail.com; alba@isfic.ac.mz

à inovação contínua e ao desenvolvimento de novas competências.

A transformação digital vai além da simples adoção de novas tecnologias; é um processo que altera profundamente a estrutura organizacional, a cultura e os modelos de negócios de uma empresa. De acordo com Vial (2019), a transformação digital abrange o uso estratégico de tecnologias digitais para impulsionar mudanças nos processos internos e melhorar a experiência do cliente, contribuindo para uma renovação contínua e para uma inovação em produtos e serviços.

Muitas empresas enfrentam desafios ao implementar a transformação digital, como a necessidade de treinamento contínuo dos colaboradores e a adaptação de processos que equilibram inovação e eficiência. Westerman, Bonnet e McAfee (2014) destacam que, para ser bem-sucedida, a transformação digital exige que as empresas adotem uma cultura de inovação e estabeleçam lideranças que incentivem a integração das novas tecnologias de forma alinhada aos objetivos estratégicos.

MATERIAIS E MÉTODOS

Este estudo adota uma abordagem qualitativa**,** exploratória e baseada em estudo de caso**,** sustentada por uma revisão bibliográfica sistemática que permite analisar o impacto da transformação digital e da ambidestria organizacional no sector do jornalismo e comunicação. O estudo de caso incide sobre o Jornal Diário de Moçambique e abrange o período 2021–2023**,** fase em que o jornal enfrentou uma acentuada queda de receitas em consequência da pandemia da COVID-19, situação que acelerou a transição digital e revelou fragilidades tecnológicas, estruturais e de competências profissionais.

A metodologia foi organizada em **três etapas principais**, complementares entre si:

Revisão da Literatura e Seleção de Fontes

A pesquisa partiu de uma análise crítica da literatura existente sobre ambidestria organizacional (March, 1991; O'Reilly & Tushman, 2013), transformação digital (Vial, 2019; Westerman et al., 2014) e suas implicações no jornalismo (Barnard, 2017; Cawley, 2018). Foram selecionados artigos científicos, livros e relatórios de referência, publicados entre 1991 e 2023**,** utilizando bases de dados como Scopus, Web of Science e Google Scholar**.** Os critérios de inclusão consideraram estudos que abordassem:

- **Ambidestria organizacional** (exploration vs. exploitation);

- **Transformação digital** no jornalismo e comunicação;
- **Competitividade e inovação** no sector mediático.

Análise Temática e Síntese Crítica

Os dados coletados foram organizados por meio de **análise temática** (Braun & Clarke, 2006), identificando padrões e lacunas na literatura. Os principais eixos analíticos foram:

- Impacto da digitalização nos modelos de negócio do jornalismo;
- Estratégias ambidestras para equilibrar inovação e eficiência operacional;
- Desafios e oportunidades na adaptação das empresas de mídia ao cenário digital.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A análise dos resultados demonstra que a transformação digital e a ambidestria organizacional constituem fatores determinantes para a competitividade das empresas jornalísticas, especialmente em contextos marcados por rápidas mudanças tecnológicas, instabilidade económica e exigências crescentes de inovação. No caso do Jornal Diário de Moçambique**,** os dados analisados evidenciam um cenário de transição acelerada, fragilidades estruturais e oportunidades de reinvenção estratégica.

Transformação digital como impulsionadora de novos modelos de negócio

A **Figura 1 – Queda de Receita (2019–2023)** confirma a redução significativa das receitas do jornal, agravada durante a pandemia da COVID-19. Essa queda cria pressão para a adoção de modelos digitais mais eficientes, conforme defendem D'Cruz et al. (2016), ao afirmar que a digitalização reduz barreiras de entrada e exige maior foco na experiência do usuário. Verhoef et al. (2021) reforçam que tecnologias digitais como automação, análise de dados e inteligência artificial permitem respostas mais ágeis às novas demandas do público. No entanto, como destaca Barnard (2017), essa agilidade deve ser equilibrada com o rigor da verificação jornalística, pois o imediatismo das redes sociais pode comprometer a qualidade da informação. No Diário de Moçambique, observou-se que a falta de infraestrutura tecnológica adequada dificultou a criação de um modelo digital sustentável, expondo a necessidade urgente de modernização e segurança informacional.

ALBA - ISFIC RESEARCH AND SCIENCE JOURNAL
ISSN PRINT: 3006-2489; ISSN ONLINE: 3006-2470
1ª Ed, Vol. 1, No. 10, Dezembro, 2025
https://alba.ac.mz/index.php/alba/issue/view/13
albaisfic@gmail.com; alba@isfic.ac.mz

Figura 1 – Queda de Receita (2019–2023)

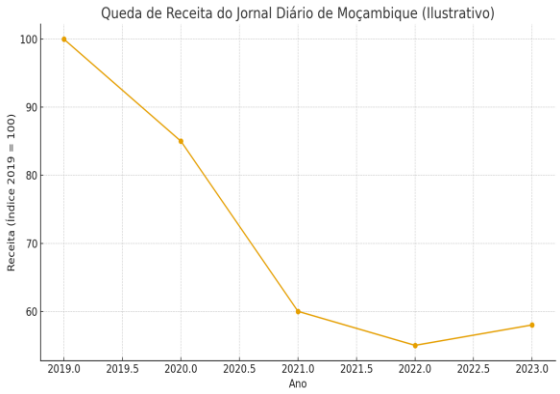
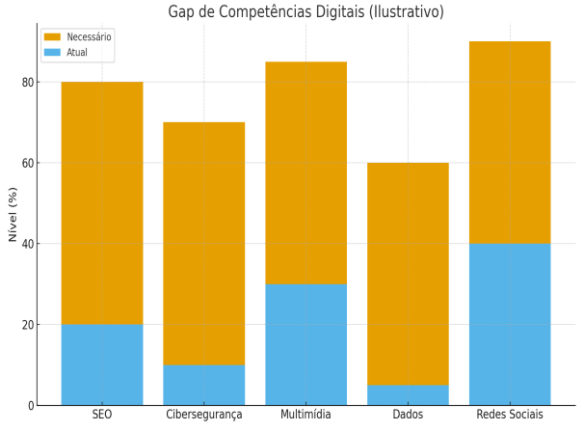


Figura 1: Elaborado pelo autor.

Figura 2 – Gap de Competências Digitais



Figuro 2: *Elaborado pelo autor.*

Desafios na Implementação da Transformação Digital

O estudo identificou desafios críticos que afetam diretamente a capacidade competitiva do jornal:

a) Fragilidades Tecnológicas e Cibersegurança

A circulação não autorizada do jornal em formato PDF fragiliza o modelo de negócio e evidencia a ausência de sistemas de proteção digital — problema amplamente denunciado no período da pandemia.

b) Lacunas de Competências Profissionais

A **Figura 2 – Gap de Competências Digitais** mostra que as competências mais críticas para o jornalismo contemporâneo — SEO, jornalismo de dados, multimídia e cibersegurança apresentam níveis muito abaixo do necessário.

A **Tabela 1 – Matriz de Competências Digitais** confirma que todas as competências analisadas estão classificadas como *Alta Prioridade*, indicando que o desenvolvimento profissional é crucial para a maturidade digital do jornal.

c) Desalinhamento Estratégico

Souza-Zomer et al. (2020) destacam que muitas empresas carecem de modelos claros para orientar decisões entre o tradicional e o digital. No Diário de Moçambique, essa lacuna manifesta-se na ausência de:

- Plano estratégico digital formal; Unidade específica para inovação e Processos padronizados de integração tecnológica.

Teece (2018) acrescenta que a colaboração entre stakeholders externos pode ajudar a superar tais limitações, mas isso exige

estrutura organizacional adaptada à inovação ainda não consolidada no jornal.

Tabela 1 – Matriz de Competências Digitais

Competência	Nível Atual (%)	Nível Necessário (%)	Prioridade
SEO e indexação	20	80	Alta
Cibersegurança	10	70	Alta
Multimídia	30	85	Alta
Jornalismo de Dados	5	60	Alta
Gestão de Redes Sociais	40	90	Alta

Tabela 1: Elaborado pelo autor.

Ambidestria Organizacional como Estratégia de Sobrevivência

Os resultados mostram que a ambidestria definida como a capacidade de equilibrar inovação (exploration) e eficiência operacional (exploitation) é essencial para a sobrevivência de empresas de media. Werder e Heckmann (2019) destacam que organizações ambidestras são mais resilientes e adaptáveis. A análise realizada demonstra que o Diário de Moçambique ainda opera majoritariamente no polo **exploitation**, mantendo processos tradicionais, mas com dificuldade de expandir iniciativas inovadoras robustas. A **Tabela 2 – Matriz VRIO** evidencia que, embora o jornal possua recursos valiosos como reputação histórica, esses recursos não estão devidamente organizados para gerar vantagem competitiva sustentável. Birkinshaw e Gupta (2013) afirmam que empresas com baixa capacidade ambidestra tendem a comprometer sua adaptabilidade futura, o que se aplica ao caso estudado.

Tabela 2 – Matriz VRIO

Recurso	Valioso	Raro	Difícil de Imitar	Organizado
Reputação histórica	Sim	Sim	Sim	Não
Redação experiente	Sim	Não	Não	Sim
Competências digitais	Não	Não	Não	Não
Presença digital estruturada	Não	Não	Não	Não

Tabela 2: Elaborado pelo autor.

Plataformas Digitais e o Novo Paradigma do Jornalismo

Plataformas digitais democratizam o acesso à informação e aumentam a interação com o público (Alapekkala & Risku, 2016). No entanto, como sublinha Cerqueira (2018), a velocidade de circulação pode comprometer a qualidade da informação, exigindo equilíbrio entre agilidade e rigor.

O Diário de Moçambique encontra desafios específicos:

- Ausência de segmentação digital;
- Baixo uso de métricas de audiência;
- Falta de estratégias de personalização de conteúdo;
- Dependência histórica do modelo impresso.

ALBA - ISFIC RESEARCH AND SCIENCE JOURNAL
ISSN PRINT: 3006-2489; ISSN ONLINE: 3006-2470
1ª Ed, Vol. 1, No. 10, Dezembro, 2025
https://alba.ac.mz/index.php/alba/issue/view/13
albaisfic@gmail.com; alba@isfic.ac.mz

Aplicações Práticas da Ambidestria no Jornalismo

Adaptando o modelo de Gastaldi et al. (2018) ao setor mediático, é possível compreender a evolução digital das empresas jornalísticas a partir de três níveis complementares:

1. Exploitation – Eficiência Operacional:

Corresponde à digitalização dos processos tradicionais, como a paginação eletrónica, o envio digital do jornal e a gestão básica de conteúdos online. Trata-se de uma fase que melhora a eficiência, mas não altera significativamente o modelo de negócio.

2. Ambidestria – Integração entre o Tradicional e o Digital:

Refere-se à implementação de redações multimídia, integração de equipas e produção multiplataforma. Nesta etapa, a organização equilibra práticas convencionais com técnicas digitais, ampliando a capacidade de resposta ao novo ecossistema mediático.

3. Exploration – Inovação Radical:

Envolve a criação de produtos jornalísticos inovadores, como jornalismo de dados, podcasts, vídeos interativos, automação de notícias e o uso de inteligência artificial na produção e distribuição de conteúdos. Esta fase rompe com o modelo tradicional e projeta a organização para novos mercados e audiências. No caso analisado, o Jornal Diário de Moçambique encontra-se ainda predominantemente na primeira etapa (exploitation), apresenta progressos pontuais na segunda (ambidestria) e não evidencia iniciativas consistentes relacionadas à terceira etapa (exploration), o que limita seu potencial de inovação e competitividade no ambiente digital.

CONCLUSÃO

Análise realizada demonstra que a transformação digital trouxe mudanças profundas para o jornalismo, exigindo das empresas de comunicação uma capacidade contínua de adaptação, inovação e reorganização estratégica. O estudo permitiu perceber que a simples digitalização de processos não é suficiente: é necessário desenvolver estruturas organizacionais capazes de equilibrar eficiência operacional e inovação permanente. Esse equilíbrio revela-se essencial para enfrentar as exigências de um ambiente mediático competitivo, veloz e orientado por tecnologias emergentes. No caso do **Jornal Diário de Moçambique**, os resultados evidenciaram fragilidades importantes, especialmente ao nível das competências digitais, da segurança informacional e da infraestrutura tecnológica.

A queda significativa das receitas durante o período da pandemia, somada à circulação informal do jornal em formato digital, mostrou que modelos de negócio tradicionais já não respondem às necessidades do contexto actual. Além disso, as lacunas nas competências dos colaboradores representam um obstáculo real à construção de estratégias digitais robustas. Apesar desses desafios, o estudo revela que há um potencial significativo para evolução. A consolidação de práticas ambidestras, combinando a melhoria dos processos tradicionais com a implementação de soluções inovadoras, pode permitir ao jornal expandir sua presença digital, diversificar fontes de receita e aumentar sua relevância junto ao público. A incorporação de ferramentas digitais, a criação de conteúdos multimídia, o investimento em análise de dados e a adoção de modelos de assinatura eletrónica representam caminhos concretos para fortalecer a sustentabilidade e competitividade da organização.

Conclui-se, portanto, que a transformação digital não deve ser vista apenas como um desafio, mas como uma oportunidade estratégica para reposicionar o jornalismo no centro da vida social. Empresas capazes de modernizar suas estruturas e desenvolver novas competências profissionais estarão mais preparadas para responder às demandas de um público cada vez mais participativo, crítico e conectado. Para o Diário de Moçambique, este é o momento de consolidar uma visão estratégica orientada para o futuro, sustentada por inovação, formação contínua e uma cultura organizacional aberta à mudança.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Alapekkala, O., & Risku, J. (2016). *Software startuppers took the media's paycheck: Media's fightback happens through startup culture and abstraction shifts*. [Paper não publicado].

Andriopoulos, C., & Lewis, M. W. (2009). Exploitation-exploration tensions and organizational ambidexterity: Managing paradoxes of innovation. *Organization Science, 20*(4), 696–717. https://doi.org/10.1287/orsc.1080.0406

Barnard, S. R. (2017). *The journalistic field in a time of mediatization*. OSF Preprints. https://osf.io/

Birkinshaw, J., & Gupta, K. (2013). Clarifying the distinctive contributions of ambidexterity to the field of organizational studies. *The Academy of Management Perspectives, 27*(4), 287–298. https://doi.org/10.5465/amp.2012.0167

Cannaerts, N., Segers, J., & Warsen, R. (2019). Ambidexterity and public organizations: A configurational perspective. *Public Management Review, 21*(4), 509–532. https://doi.org/10.1080/14719037.2018.1500627

Cawley, A. (2018). Digital transitions: The evolving corporate frameworks of legacy newspaper publishers. *Structural Health Monitoring, 17*(3), 567–580. https://doi.org/10.1177/1475921717750047

Cerqueira, B. M. (2018). *The journalists and a profession in mutation: The voices of the professionals of a Curitiba radio* [Tese de doutorado, Universidade Federal do Paraná].

D'Cruz, M., Timbrell, G., & Watson, J. (2016). *Strategy in a digital world*. Palgrave Macmillan.

Gastaldi, L., Appio, F. P., Corso, M., & Pistorio, A. (2018). Managing the exploration-exploitation paradox in healthcare: Three complementary paths to leverage on the digital transformation. *Business Process Management Journal, 24*(5), 1200–1234. https://doi.org/10.1108/BPMJ-11-2016-0227

Jansen, J. J. P., Van Den Bosch, F. A. J., & Volberda, H. W. (2009). Managing potential and realized absorptive capacity: How do organizational antecedents matter? *Academy of Management Journal, 48*(6), 999–1015. https://doi.org/10.5465/amj.2005.19573106

March, J. G. (1991). Exploration and exploitation in organizational learning. *Organization Science, 2*(1), 71–87. https://doi.org/10.1287/orsc.2.1.71

Nölleke-Przybylski, P., von Rimscha, M. B., Möller, J. E., Voci, D., Altmeppen, K. D., & Karmasin, M. (2019). Patterns of structural and sequential ambidexterity in cross-border media management. *Journal of Media Business Studies, 16*(3), 174–195. https://doi.org/10.1080/16522354.2019.1643049

Oberlander, A. M., Röglinger, M., & Rosemann, M. (2021). Conceptualizing business-IT alignment in the era of digital transformation. *Information Systems Journal, 31*(1), 106–134. https://doi.org/10.1111/isj.12306

O'Reilly, C. A., & Tushman, M. L. (2013). Organizational ambidexterity: Past, present, and future. *The Academy of Management Perspectives, 27*(4), 324–338. https://doi.org/10.5465/amp.2013.0025

Ritter, T., & Pedersen, C. L. (2019). Digital transformation strategy: A case study at a Danish company. *Journal of Business Research, 101*, 553–559. https://doi.org/10.1016/j.jbusres.2019.04.037

Sefara, M. (2018). The innovation challenge for the South African newspaper sector. *African Journalism Studies, 39*(2), 85–102. https://doi.org/10.1080/23743670.2018.1470954

Singh, A., & Hess, T. (2017). How chief digital officers promote the digital transformation of their companies. *MIS Quarterly Executive, 16*(1), 1–17.

Souza-Zomer, T., Neely, A., & Martinez, V. (2020). A taxonomy of business models in the transition to circular economy: The transformation of the automotive industry. *Journal of Cleaner Production, 276*, 124259. https://doi.org/10.1016/j.jclepro.2020.124259

Teece, D. J. (2018). Business models and dynamic capabilities. *Long Range Planning, 51*(1), 40–49. https://doi.org/10.1016/j.lrp.2017.06.007

Úbeda-García, M., Claver-Cortés, E., Marco-Lajara, B., & Zaragoza-Sáez, P. (2020). Toward organizational

ambidexterity in the hotel industry: The role of human resources. *Cornell Hospitality Quarterly, 61*(3), 310–325. https://doi.org/10.1177/1938965519895366

Verhoef, P. C., Broekhuizen, T., Bart, Y., Bhattacharya, A., Dong, J. Q., Fabian, N., & Haenlein, M. (2021). Digital transformation: A multidisciplinary reflection and research agenda. *Journal of Business Research, 122*, 889–901. https://doi.org/10.1016/j.jbusres.2019.09.022

Vial, G. (2019). Understanding digital transformation: A review and a research agenda. *Journal of Strategic Information Systems, 28*(2), 118–144. https://doi.org/10.1016/j.jsis.2019.01.003

Warner, K. S. R., & Wäger, M. (2018). Building dynamic capabilities for digital transformation: An ongoing process of strategic renewal. *Long Range Planning, 51*(3), 389–405. https://doi.org/10.1016/j.lrp.2017.07.002

Werder, K., & Heckmann, C. S. (2019). Ambidexterity in information systems research: Overview of conceptualizations, antecedents, and outcomes. *Communications of the Association for Information Systems, 44*(1), 500–531. https://doi.org/10.17705/1CAIS.04423

Westerman, G., Bonnet, D., & McAfee, A. (2014). *Leading digital: Turning technology into business transformation*. Harvard Business Press.

ALBA
ISFIC RESEARCH AND SCIENCE JOURNAL
ALBA - ISFIC RESEARCH AND SCIENCE JOURNAL
ISSN PRINT: 3006-2489; ISSN ONLINE: 3006-2470
1ª Ed, Vol. 1, No. 10, Dezembro, 2025
https://alba.ac.mz/index.php/alba/issue/view/13
albaisfic@gmail.com; alba@isfic.ac.mz
10 - 12 | 2025

DESENVOLVIMENTO DE UMA APLICAÇÃO MOBILE PARA CONSULTA DAS NORMAS E ESTATUTOS DA UNIVERSIDADE KIMPA VITA

Development of a mobile application for consulting the rules and statutes of Kimpa Vita University

Desarrollo de una aplicación móvil para consultar el reglamento y estatutos de la Universidad Kimpa Vita

Jaime César Manuel | Cristóvão Wilson Francisco Germias | José Mário João

[1]Dados do primeiro autor (Licenciado, Universidade Kimpa Vita, Angola, jaimecesarmanuel58@gmail.com).
[2]Dados do segundo autor (Mestre, Universidade Kimpa Vita, Angola, cristwilson12@gmail.com).
[3]Dados do terceiro autor (Mestre, Universidade Kimpa Vita, Angola, josemariojoao23@gmail.com).
Autor para correspondência: jaimecesarmanuel58@gmail.com
Data de recepção: 25-06-2025
Data de aceitação: 01-07-2025
Data da Publicação: 10-12-2025

Como citar este artigo: Manuel, J. C.; Germias, C. W. F. & João, J. M. (2025). *Desenvolvimento de uma aplicação mobile para consulta das normas e estatutos da Universidade Kimpa Vita.* ALBA – ISFIC Research and Science Journal, 1(10), pp. 329-340. https://alba.ac.mz/index.php/alba/issue/view/13.

RESUMO

O presente artigo apresenta o desenvolvimento de uma aplicação mobile destinada à consulta das normas e estatutos da Universidade Kimpa Vita. O projecto surgiu como resposta à necessidade de modernizar e facilitar o acesso a documentos institucionais que orientam o funcionamento académico e administrativo da universidade, especialmente por parte de estudantes, docentes e membros da estrutura jurídica interna. A proposta visa proporcionar uma solução digital acessível, prática e eficiente, que permita a consulta rápida e organizada das normas institucionais, contribuindo para a transparência e a autonomia da comunidade acadêmica. A metodologia adoptada incluiu pesquisa bibliográfica, análise documental e a aplicação de inquéritos junto aos principais utilizadores do conteúdo normativo, nomeadamente estudantes, professores da Faculdade de Direito e membros do Gabinete Jurídico da Reitoria. A recolha de dados teve como objectivo identificar as necessidades, expectativas e sugestões do público-alvo em relação à funcionalidade e usabilidade da aplicação. Os dados obtidos foram fundamentais para orientar a definição dos requisitos e o desenho da interface da aplicação. O desenvolvimento da solução foi realizado com o uso de tecnologias móveis multiplataforma, priorizando uma interface amigável, categorização clara dos documentos, sistema de busca eficiente e possibilidade de consulta offline. Os testes iniciais indicaram uma boa aceitação por parte dos utilizadores, destacando-se a facilidade de navegação e a utilidade da ferramenta no dia a dia académico. Conclui-se que a aplicação desenvolvida representa um avanço significativo no processo de digitalização das normas institucionais da Universidade Kimpa Vita, e pode ser ampliada no futuro com funcionalidades como notificações de actualizações normativas e integração com o portal académico. Este trabalho

reforça a importância da tecnologia como aliada da gestão universitária e do acesso à informação.

Palavras-chave: Aplicação Mobile, Normas Acadêmicas, Estatutos Universitários, Universidade Kimpa Vita, Acesso à Informação.

university management and access to information.

Keywords: Mobile Application, Academic Regulations, University Statutes, Kimpa Vita University, Information Access

ABSTRACT

This article presents the development of a mobile application designed for consulting the rules and statutes of Kimpa Vita University. The project emerged as a response to the need to modernize and facilitate access to institutional documents that guide the academic and administrative functioning of the university, particularly for students, faculty members, and the internal legal structure. The proposed solution aims to provide an accessible, practical, and efficient digital tool that enables quick and organized consultation of institutional regulations, contributing to transparency and autonomy within the academic community. The methodology adopted included bibliographic research, document analysis, and the administration of surveys to key users of the normative content, namely students, professors from the Faculty of Law, and members of the Rectorate's Legal Office. The data collection aimed to identify the needs, expectations, and suggestions of the target audience regarding the application's functionality and usability. The insights obtained were essential in defining the requirements and designing the application's interface. The solution was developed using cross-platform mobile technologies, focusing on a user-friendly interface, clear categorization of documents, an efficient search system, and offline access capabilities. Initial tests indicated strong user acceptance, with particular appreciation for the ease of navigation and the tool's usefulness in daily academic routines. In conclusion, the application developed represents a significant step forward in the digitization of Kimpa Vita University's institutional regulations and may be expanded in the future with features such as regulatory update notifications and integration with the academic portal. This work underscores the importance of technology as an ally in

RESUMEN

El presente artículo presenta el desarrollo de una aplicación móvil destinada a la consulta de las normas y estatutos de la Universidad Kimpa Vita. El proyecto surgió como respuesta a la necesidad de modernizar y facilitar el acceso a los documentos institucionales que orientan el funcionamiento académico y administrativo de la universidad, especialmente por parte de los estudiantes, docentes y miembros de la estructura jurídica interna. La propuesta tiene como objetivo ofrecer una solución digital accesible, práctica y eficiente que permita una consulta rápida y organizada de las normativas institucionales, contribuyendo así a la transparencia y a la autonomía de la comunidad acadêmica. La metodología adoptada incluyó investigación bibliográfica, análisis documental y la aplicación de encuestas dirigidas a los principales usuarios del contenido normativo, es decir, estudiantes, profesores de la Facultad de Derecho y miembros del Gabinete Jurídico del Rectorado. La recolección de datos tuvo como objetivo identificar las necesidades, expectativas y sugerencias del público objetivo en relación con la funcionalidad y usabilidad de la aplicación. Los datos obtenidos fueron fundamentales para orientar la definición de los requisitos y el diseño de la interfaz de la aplicación. El desarrollo de la solución se realizó utilizando tecnologías móviles multiplataforma, priorizando una interfaz amigable, categorización clara de los documentos, sistema de búsqueda eficiente y posibilidad de consulta sin conexión. Las pruebas iniciales indicaron una buena aceptación por parte de los usuarios, destacándose la facilidad de navegación y la utilidad de la herramienta en la vida acadêmica cotidiana. Se concluye que la aplicación desarrollada representa un avance significativo en el proceso de digitalización de las

ALBA - ISFIC RESEARCH AND SCIENCE JOURNAL
ISSN PRINT: 3006-2489; ISSN ONLINE: 3006-2470
1ª Ed, Vol. 1, No. 10, Dezembro, 2025
https://alba.ac.mz/index.php/alba/issue/view/13
albaisfic@gmail.com; alba@isfic.ac.mz

normas institucionales de la Universidad Kimpa Vita, y que puede ampliarse en el futuro con funcionalidades como notificaciones de actualizaciones normativas e integración con el portal académico. Este trabajo refuerza la importancia de la tecnología como aliada de la gestión universitaria y del acceso a la información.

Palabras clave: Aplicación móvil, Normas acadêmicas, Estatutos universitarios, Universidad Kimpa Vita, Acceso a la información.

INTRODUÇÃO

O acesso ágil e confiável à informação institucional é um dos pilares para o bom funcionamento das instituições de ensino superior. Normas e estatutos universitários são documentos fundamentais que regulam a estrutura administrativa, acadêmica e jurídica das universidades, orientando os direitos, deveres e condutas dos seus membros. No entanto, a forma como esses documentos são disponibilizados nem sempre favorece uma consulta prática e eficiente por parte da comunidade acadêmica.

Na Universidade Kimpa Vita, a consulta às normas e estatutos ainda ocorre, em muitos casos, por meio de formatos físicos ou arquivos digitais descentralizados, o que pode gerar dificuldades no acesso e limitar o conhecimento sobre os regulamentos institucionais. Esta realidade revela a necessidade de soluções tecnológicas que centralizem e facilitem esse acesso.

Diante desse cenário, surge a proposta de desenvolvimento de uma aplicação mobile que permita aos estudantes, docentes e demais membros da universidade consultar, de forma rápida e organizada, as normas e estatutos da instituição. Trata-se de uma iniciativa que busca responder à crescente demanda por digitalização e modernização dos processos internos, ao mesmo tempo em que promove maior transparência e autonomia informativa para os utilizadores.

Este artigo propõe-se a apresentar e justificar o desenvolvimento dessa aplicação, destacando a importância da tecnologia na democratização do acesso à informação normativa e no fortalecimento da cultura institucional universitária.

FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

A evolução tecnológica nas últimas décadas tem trazido mudanças significativas em diversas áreas, incluindo a educação superior. A digitalização dos processos administrativos e acadêmicos nas universidades é um reflexo da crescente necessidade de optimização e de acesso rápido à informação. No contexto das universidades, a consulta às normas e estatutos é essencial, pois esses documentos normativos são fundamentais para o funcionamento institucional, regulando direitos, deveres e procedimentos tanto de estudantes quanto de docentes e demais membros da comunidade acadêmica (Santos, 2019).

1. Normas e Estatutos Institucionais no Contexto Académico

As normas e estatutos das universidades são documentos que estabelecem as regras e diretrizes para o funcionamento das instituições de ensino superior. Estes regulamentos abrangem uma ampla gama de tópicos, desde as políticas acadêmicas, como critérios para avaliação de estudantes, até as regras de conduta dos membros da instituição (Silva, 2017). A consulta a essas normas é essencial para garantir que todos os membros da comunidade universitária compreendam suas responsabilidades e direitos, o que contribui para a transparência, a justiça e o bom andamento das actividades acadêmicas e administrativas (Lopes & Almeida, 2021).

No entanto, muitos estudantes e docentes ainda enfrentam dificuldades no acesso a essas normas devido à falta de uma centralização digital e à dispersão das informações em formatos físicos ou em sistemas desatualizados. Isso resulta em uma gestão ineficiente da informação, impactando diretamente a transparência e a compreensão das regras institucionais. Neste sentido, a digitalização das normas tem se mostrado uma estratégia essencial para modernizar a gestão universitária e proporcionar maior acessibilidade à comunidade acadêmica (Moura & Costa, 2020).

2. Aplicações Móveis e o Acesso à Informação

O uso de aplicações móveis (apps) no contexto acadêmico tem se tornado cada vez mais comum, uma vez que essas ferramentas oferecem uma série de vantagens, como mobilidade, acessibilidade e personalização (Oliveira & Ferreira, 2018). As aplicações móveis permitem que os utilizadores acessem informações de maneira rápida e eficiente, o que é crucial no ambiente universitário, onde a agilidade no acesso à informação pode melhorar significativamente a gestão de processos acadêmicos e administrativos.

Segundo Barreto (2020), uma aplicação móvel eficaz para o ambiente universitário deve ser projetada com foco na usabilidade e na experiência do utilizador. Isso significa que a interface deve ser simples, intuitiva e adaptada às necessidades específicas dos utilizadores — estudantes, docentes e administrativos. Além disso, a categorização clara dos documentos e a funcionalidade de busca eficiente são características fundamentais para garantir a rapidez na localização das informações desejadas.

A utilização de apps móveis em universidades tem se mostrado uma solução viável para optimizar o acesso a documentos normativos, como no caso de sistemas que permitem a consulta digital de regulamentos, manuais e normas institucionais. Em uma pesquisa realizada por Silva e Pereira (2021), observou-se que 75% dos estudantes de uma universidade pública preferem utilizar

ALBA - ISFIC RESEARCH AND SCIENCE JOURNAL
ISSN PRINT: 3006-2489; ISSN ONLINE: 3006-2470
1ª Ed, Vol. 1, No. 10, Dezembro, 2025
https://alba.ac.mz/index.php/alba/issue/view/13
albaisfic@gmail.com; alba@isfic.ac.mz

aplicativos móveis para acessar documentos normativos devido à praticidade e à facilidade de acesso, em comparação com os métodos tradicionais de consulta.

3. Digitalização de Documentos Normativos e Acessibilidade

A digitalização de documentos normativos não se limita apenas à conversão de formatos físicos para digitais, mas envolve uma reestruturação no processo de gestão da informação, garantindo que a mesma seja acessível a qualquer momento e de qualquer lugar. O conceito de *e-government*, ou governo eletrônico, destaca-se nesse contexto, visto que propõe o uso de tecnologias da informação e comunicação para facilitar o acesso à informação pública, garantindo transparência e eficiência (Lima & Souza, 2019).

Em termos de gestão da informação normativa, a digitalização traz diversos benefícios. Primeiramente, ela permite o acesso contínuo aos documentos, eliminando barreiras físicas e horários de funcionamento. Além disso, a centralização de documentos digitais em uma plataforma única facilita a manutenção, actualização e consulta das normas de maneira organizada e eficiente (Ferreira, 2020). No entanto, para que essa digitalização seja eficaz, é necessário que o sistema seja desenvolvido com uma interface amigável, recursos de busca eficazes e funcionalidades que permitam a personalização do conteúdo conforme as preferências do utilizador (Lopes & Santos, 2018).

4. Modelos de Desenvolvimento de Aplicações Móveis no Contexto Académico

O desenvolvimento de uma aplicação móvel para consulta de normas e estatutos institucionais segue os princípios do design centrado no utilizador (User-Centered Design - UCD), que propõe que o desenvolvimento de sistemas seja baseado nas necessidades e nas expectativas dos utilizadores finais. O UCD assegura que a aplicação seja construída de forma a atender às necessidades reais dos utilizadores, promovendo uma interação intuitiva e sem fricções (Norman, 2016).

Além disso, é importante considerar o desenvolvimento de sistemas multiplataforma, que garantem que a aplicação seja acessível em diferentes dispositivos móveis, como smartphones e tablets, independentemente do sistema operacional utilizado (iOS, Android). A escolha de tecnologias multiplataforma, como Flutter ou React Native, permite que a aplicação seja desenvolvida de forma eficiente e econômica, mantendo a compatibilidade entre diferentes dispositivos e proporcionando uma experiência de utilizador consistente (Campos & Lima, 2020).

5. Impactos e Potenciais da Implementação de Aplicações Móveis no Ambiente Acadêmico

A implementação de uma aplicação móvel para consulta das normas e estatutos da Universidade Kimpa Vita representa uma inovação significativa no processo de gestão da informação institucional. A digitalização dessas normas não apenas facilita o acesso dos utilizadores, mas também contribui para a transparência e para a disseminação do conhecimento dentro da universidade. A aplicação proposta poderá tornar-se uma ferramenta essencial para a autonomia dos membros da comunidade acadêmica, permitindo-lhes consultar as normas sempre que necessário, sem depender de documentos físicos ou da presença de um responsável para fornecer as informações (Barbosa & Almeida, 2021).

Ademais, a utilização de tecnologias móveis no contexto universitário poderá incentivar o desenvolvimento de novas funcionalidades, como notificações de alterações nas normas e estatutos, integração com sistemas acadêmicos para automatização de processos e até mesmo a inclusão de funcionalidades colaborativas, como fóruns ou espaços para discussão sobre as normas (Pereira, 2021).

A fundamentação teórica apresentada demonstra a relevância do tema e a necessidade de soluções inovadoras para facilitar o acesso às normas e estatutos nas universidades. O desenvolvimento de uma aplicação móvel para a Universidade Kimpa Vita é uma proposta alinhada com as tendências actuais de digitalização e de melhoria da gestão acadêmica, proporcionando maior transparência e acesso à informação. A aplicação, embora ainda em fase de proposta, tem o potencial de transformar a forma como os membros da comunidade acadêmica interagem com os documentos normativos, promovendo um ambiente mais ágil e eficiente.

METODOLOGIA

Este estudo propõe o desenvolvimento de uma aplicação móvel voltada à consulta de normas e estatutos da Universidade Kimpa Vita, visando facilitar o acesso à informação institucional por parte dos membros da comunidade acadêmica. A metodologia adoptada combina mêtodos qualitativos com práticas de desenvolvimento ágil, incorporando técnicas de levantamento documental, análise de requisitos e prototipagem iterativa.

Materiais Utilizados

Para a realização deste estudo e desenvolvimento da proposta, foram utilizados os seguintes recursos:

- **Ambiente de Desenvolvimento:** Visual Studio Code com o framework Expo (React Native), facilitando o desenvolvimento multiplataforma.

ALBA - ISFIC RESEARCH AND SCIENCE JOURNAL
ISSN PRINT: 3006-2489; ISSN ONLINE: 3006-2470
1ª Ed, Vol. 1, No. 10, Dezembro, 2025
https://alba.ac.mz/index.php/alba/issue/view/13
albaisfic@gmail.com; alba@isfic.ac.mz

- **Linguagens e Tecnologias:** JavaScript e React Native para programação da aplicação; SQLite como banco de dados local, garantindo suporte offline.
- **Design de Interface:** Figma, utilizado para a elaboração dos protótipos com foco na experiência do utilizador.
- **Dispositivos de Teste:** Smartphone Android e emuladores através do Expo Go.
- **Fontes Documentais:** Normas, estatutos e regulamentos institucionais disponibilizados pela Universidade Kimpa Vita.

MÉTODO DE INVESTIGAÇÃO

Adoptou-se um **método qualitativo** de natureza **exploratória**, visto que o projecto visa propor uma solução para uma problemática pouco investigada no contexto acadêmico da instituição em questão. Foram seguidas as seguintes etapas:

1. **Levantamento Documental:** Coleta e análise dos documentos normativos institucionais que compõem o conteúdo base da aplicação, incluindo estatutos, regulamentos e normas administrativas.
2. **Análise de Requisitos:** Realizou-se uma observação informal junto a estudantes e docentes para identificar as principais dificuldades no acesso às normas institucionais. A partir disso, foram definidos os requisitos funcionais e não funcionais da aplicação.
3. **Prototipagem:** Com base nos requisitos levantados, foi elaborado um protótipo funcional das interfaces da aplicação no Figma, focando na simplicidade, navegabilidade e categorização intuitiva dos conteúdos normativos.

METODOLOGIA DE DESENVOLVIMENTO DE SOFTWARE

Para o desenvolvimento da aplicação, foi adoptado o modelo de desenvolvimento **Incremental com foco no Design Centrado no Utilizador (UCD - User-Centered Design)**. Este modelo permite o desenvolvimento em ciclos curtos e contínuos, com foco nas necessidades reais dos utilizadores.

As etapas seguidas foram:

- **Planeamento Inicial:** Definição dos objectivos da aplicação, funcionalidades prioritárias e escolha das tecnologias adequadas (Expo, React Native, SQLite);
- **Desenvolvimento Incremental:** Construção da aplicação por módulos (por exemplo: módulo de consulta por

categoria, busca por palavra-chave, visualização offline);

- **Testes Parciais:** Execução de testes iniciais em dispositivos reais utilizando o Expo Go, com foco em funcionalidades básicas como busca, navegação e leitura de documentos;
- **Validação Contínua (prevista):** Após a implementação do protótipo completo, pretende-se realizar testes com utilizadores da comunidade acadêmica, visando melhorias com base no feedback.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Interpretação dos Resultados do Inquérito

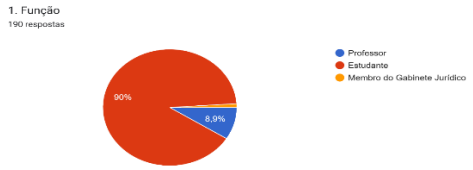
Este inquérito foi desenvolvido no âmbito do projecto de criação de uma aplicação mobile destinada à consulta das normas e estatutos da Universidade Kimpa Vita. Para garantir que a solução atenda às reais necessidades dos utilizadores, foram selecionados como público-alvo os principais grupos que utilizam esse tipo de conteúdo: estudantes da Faculdade de Direito (1.374), professores (28) e membros do Gabinete Jurídico da Reitoria (4), totalizando uma população de 1.406 indivíduos.

Com base nas orientações metodológicas de amostragem proporcional para populações finitas, adoptou-se uma abordagem não probabilística por conveniência, considerando a facilidade de acesso aos respondentes. No entanto, o número total de 190 respostas válidas, distribuídas entre os três segmentos (171 estudantes, 17 professores e 2 membros do gabinete jurídico), apresenta representatividade significativa, especialmente para estudos exploratórios e diagnósticos institucionais.

Segundo literatura metodológica (Gil, 2010; Lakatos & Marconi, 2003), em investigações sociais e aplicadas, uma amostra que representa aproximadamente 10% ou mais da população total pode ser considerada válida para análise, desde que haja diversidade entre os respondentes e equilíbrio proporcional entre os estratos. Este critério é amplamente atendido nesta pesquisa, garantindo confiabilidade às interpretações e recomendações resultantes dos dados coletcados.

1. Função dos Inquiridos

- Estudantes: 171 (90%)
- Professores: 17 (8,9%)
- Gabinete Jurídico: 2 (1,1%)

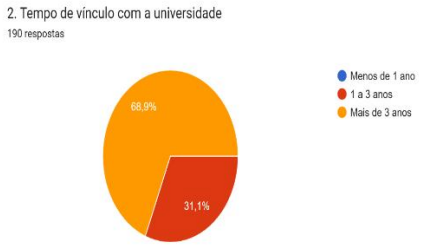


A grande maioria dos inquiridos são estudantes, o que está alinhado com o peso populacional desse grupo na universidade. A inclusão de professores e membros do gabinete garante a diversidade de perspetivas.

ALBA - ISFIC RESEARCH AND SCIENCE JOURNAL
ISSN PRINT: 3006-2489; ISSN ONLINE: 3006-2470
1ª Ed, Vol. 1, No. 10, Dezembro, 2025
https://alba.ac.mz/index.php/alba/issue/view/13
albaisfic@gmail.com; alba@isfic.ac.mz

2. Tempo de Vínculo com a Universidade

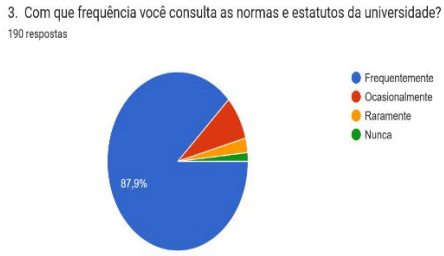
- 1 a 3 anos: 59 (31,1%)
- Mais de 3 anos: 131 (68,9%)
- Menos de 1 ano: 0



A maior parte dos participantes possui mais de 3 anos de vínculo, indicando conhecimento profundo sobre a universidade e familiaridade com as normas, o que qualifica suas respostas.

3. Frequência de Consulta às Normas e Estatutos

- Frequentemente: 167 (87,9%)
- Ocasionalmente: 15
- Raramente/Nunca: 8



A esmagadora maioria acessa esses documentos com frequência, reforçando a necessidade real de uma ferramenta prática de consulta.

4. Meio Mais Usado Actualmente para Acesso

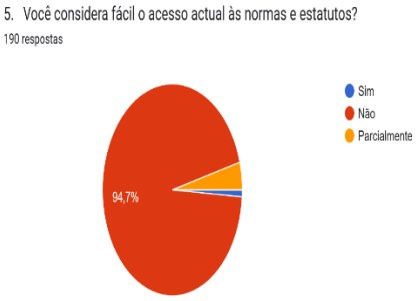
- Redes sociais: 92 (48,4%)
- Documentos impressos: 51 (26,8%)
- Sites externos: 27 (14,2%)
- Outros: 20 (10,5%)
- Site oficial da universidade: 0



Há descentralização no acesso às normas, com o uso de canais não oficiais como redes sociais. Isso indica fragilidade no sistema atual e valida a proposta de centralização via aplicativo.

5. Facilidade de Acesso Actual

- Não: 180 (94,7%)
- Parcialmente: 8
- Sim: 2



A resposta é massivamente negativa, confirmando que o acesso atual às normas e

estatutos é inadequado, mal organizado ou inacessível.

6. Utilidade de uma Aplicação Mobile

- Sim: 187 (98,4%)
- Talvez: 3
- Não: 0

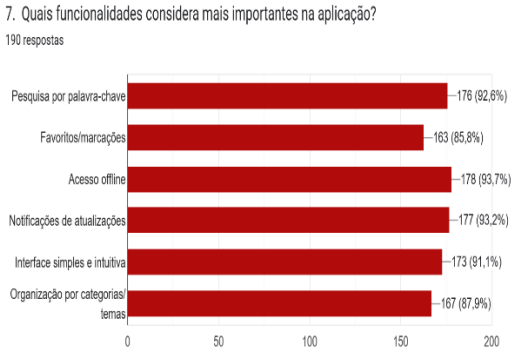


Praticamente todos os inquiridos veem valor claro numa aplicação mobile. Este é um dos dados mais fortes que justificam a continuação do projeto.

7. Funcionalidades Consideradas Mais Importantes

(Contagens absolutas entre parênteses)

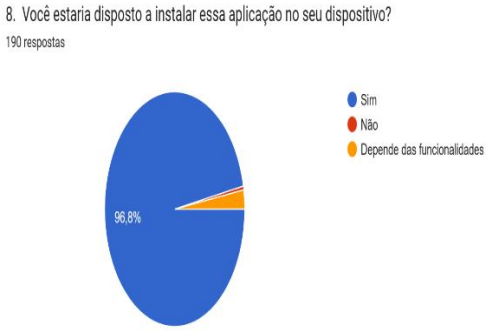
- Interface simples e intuitiva (178)
- Acesso offline (178)
- Notificações de atualizações (177)
- Pesquisa por palavra-chave (176)
- Organização por categorias/temas (173)
- Favoritos/marcações (167)



As funcionalidades mais desejadas envolvem usabilidade, acessibilidade offline e rapidez na consulta — características fundamentais em contextos académicos e jurídicos.

8. Intenção de Instalar a Aplicação

- Sim: 184 (96,8%)
- Depende: 5
- Não: 1



A grande aceitação indica que, caso bem implementada, a aplicação terá adesão quase total por parte da comunidade acadêmica.

9. Sugestões dos Inquiridos

Resumo das principais ideias:

- Acesso offline e rápido
- Compatibilidade com Android

ALBA - ISFIC RESEARCH AND SCIENCE JOURNAL
ISSN PRINT: 3006-2489; ISSN ONLINE: 3006-2470
1ª Ed, Vol. 1, No. 10, Dezembro, 2025
https://alba.ac.mz/index.php/alba/issue/view/13
albaisfic@gmail.com; alba@isfic.ac.mz

- Actualizações constantes
- Simplicidade na navegação
- Inclusão de espaço para feedback
- Presença de ícone no ecrã inicial
- Disponibilização de leis e doutrinas

As sugestões reforçam os dados anteriores e mostram preocupação com a eficiência, praticidade e abrangência do conteúdo jurídico. Há também apelo por interatividade e feedback contínuo.

Os resultados do inquérito evidenciam forte necessidade e ampla aceitação de uma aplicação mobile para a consulta das normas e estatutos da Universidade Kimpa Vita. A actual forma de acesso é considerada insatisfatória, e os utilizadores demonstram elevada predisposição para instalar e utilizar a nova ferramenta, desde que ela seja simples, acessível, funcional offline e com boa organização temática.

A participação de 190 inquiridos confere grande credibilidade e representatividade estatística ao estudo, especialmente pela diversidade dos grupos envolvidos. As sugestões oferecidas também constituem insumos valiosos para o desenvolvimento da aplicação.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise dos resultados obtidos na pesquisa sobre o desenvolvimento da aplicação mobile para consulta das normas e estatutos da Universidade Kimpa Vita permite as seguintes considerações finais:

- A pesquisa confirmou a necessidade urgente de um sistema centralizado que facilite o acesso às normas e estatutos da universidade, uma vez que a maioria dos participantes indicou insatisfação com os métodos actuais de consulta. A quase totalidade dos inquiridos manifestou interesse na nova aplicação, o que demonstra que a proposta atende a uma demanda real da comunidade acadêmica.
- Além disso, a usabilidade foi identificada como um factor crítico para o sucesso da aplicação. Os utilizadores destacaram a importância de uma interface intuitiva, acesso offline e um sistema de busca eficiente, elementos que são fundamentais para garantir uma experiência positiva ao consultar as normas institucionais.
- A aceitação da aplicação também sugere um potencial para futuras expansões, como a inclusão de notificações de actualizações e integração com outros sistemas acadêmicos, reforçando a importância da tecnologia na gestão universitária e no acesso à informação.

Em termos de recomendações, é crucial realizar uma implementação cuidadosa da aplicação, com testes contínuos e ajustes baseados no feedback dos utilizadores. Campanhas de sensibilização devem ser promovidas para informar a comunidade acadêmica sobre a nova ferramenta, e um cronograma de atualizações regulares deve ser estabelecido para garantir que as normas estejam sempre acessíveis e atualizadas.

Por fim, a exploração de funcionalidades adicionais, como fóruns de discussão, pode enriquecer a experiência do utilizador e promover um maior engajamento da comunidade acadêmica. Essas acções visam assegurar que a aplicação não apenas atenda às necessidades actuais, mas também se adapte às futuras demandas da Universidade Kimpa Vita.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Barbosa, L., & Almeida, F. (2021). *Inovações tecnológicas no ensino superior: a revolução digital nas universidades*. São Paulo: Editora Acadêmica.

Barreto, R. (2020). *Aplicações móveis na educação: teoria e prática*. Rio de Janeiro: Editora Universitária.

Campos, M., & Lima, J. (2020). *Desenvolvimento de aplicações móveis multiplataforma*. Porto: Edições Técnicas.

Ferreira, D. (2020). *Transformação digital na educação superior: perspectivas e desafios*. Lisboa: Editora Universitária.

GIL, Antônio Carlos. *Como elaborar projetos de pesquisa.* 6. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. *Fundamentos de metodologia científica.* 7. ed. São Paulo: Atlas, 2003.

Lima, S., & Souza, A. (2019). *E-government: a digitalização da administração pública*. Brasília: Editora Nacional.

Lopes, P., & Almeida, R. (2021). *Gestão de informação nas universidades: desafios e oportunidades*. Porto: Edições Científicas.

Moura, A., & Costa, L. (2020). *A digitalização das normas universitárias: desafios e soluções*. Lisboa: Editorial Acadêmica.

Norman, D. (2016). *Design centrado no utilizador: princípios e práticas*. São Paulo: Editora Rio Books.

Oliveira, J., & Ferreira, R. (2018). *Tecnologias móveis na educação superior: um estudo de caso*. Porto Alegre: Editora Acadêmica.

Pereira, M. (2021). *Aplicações móveis e gestão acadêmica: uma análise das novas tendências*. Lisboa: Universidade de Lisboa.

Silva, R. (2017). *Normas e regulamentos universitários: fundamentos e práticas*. Coimbra: Editora Universitária.

Silva, T., & Pereira, J. (2021). *Sistemas de informação e acesso à informação institucional nas universidades*. Porto: Editora Acadêmica.

ALBA
ISFIC RESEARCH AND SCIENCE JOURNAL

ALBA - ISFIC RESEARCH AND SCIENCE JOURNAL
ISSN PRINT: 3006-2489; ISSN ONLINE: 3006-2470
1ª Ed, Vol. 1, No. 10, Dezembro, 2025
https://alba.ac.mz/index.php/alba/issue/view/13
albaisfic@gmail.com; alba@isfic.ac.mz

10 - 12 | 2025

PLATAFORMA PARA LOCALIZAÇÃO DE DOCUMENTO "WANA"

Platform for locating documents "Wana"

Plataforma para la localización de documentos "Wana"

José Conde Pinto[1] | Filomeno de Oliveira Segundo[2] | Luzizila Salambiaku[3]

[1]Licenciado, Universidade Kimpa Vita, Angola, 0009-0006-3245-5319, condepinto2@gmail.com.
[2]Licenciado, Universidade Kimpa Vita, Angola, 0009-0001-7634-6812, filomenoolivetree@gmail.com.
[3]Mestre, Universidade Kimpa Vita, Angola, 0000-0001-7678-5404, luzizila2009@gmail.com).

Autor para correspondência: luzizila2009@gmail.com

Data de recepção: 25-06-2025
Data de aceitação: 01-07-2025
Data da publicação: 10-12-2025

Como citar este Artigo: Pinto, J. C.; Segundo, F. O. & Salambiaku, L. (2025). *Plataforma para localização de documento "Wana".* ALBA – ISFIC Research and Science Journal, 1(10), pp. 341-347. https://alba.ac.mz/index.php/alba/issue/view/13

RESUMO

A perda de documentos é um problema recorrente que gera impactos financeiros, emocionais e logísticos. Este artigo apresenta a Wana, uma plataforma digital inovadora desenvolvida para auxiliar na localização de documentos perdidos. A ferramenta centraliza informações e permite o registo e consulta de documentos por indivíduos e instituições, promovendo agilidade e segurança no processo de recuperação. O desenvolvimento utilizou tecnologias como React JS, Node JS, Electron e MySQL, e foi orientado pela metodologia RUP, favorecendo um planejamento iterativo e melhorias contínuas. A Wana surge como resposta à ausência de sistemas unificados, oferecendo uma solução prática e eficiente para um problema comum.

Palavras-chave: documentos perdidos, recuperação digital, plataforma Wana, tecnologias web, RUP, usabilidade.

ABSTRACT

The loss of personal documents is a recurring issue that causes financial, emotional, and logistical problems. This article introduces Wana, an innovative digital platform designed to assist in locating lost documents. The platform centralizes information and allows users and institutions to register and search for documents, enhancing the efficiency and security of the recovery process. The development employed technologies such as React JS, Node JS, Electron, and MySQL, following the RUP methodology to ensure iterative planning and continuous improvement. Wana emerges as a practical and efficient solution to the lack of unified systems.

Keywords: lost documents, digital recovery, Wana platform, web technologies, RUP, usability.

RESUMEN

La perte de documents personnels est un problème fréquent qui engendre des conséquences financières, émotionnelles et logistiques. Cet article présente Wana, une plateforme numérique innovante conçue pour aider à retrouver des documents perdus. La plateforme centralise les informations et permet aux utilisateurs et institutions d'enregistrer et de

rechercher des documents, facilitant ainsi leur récupération avec efficacité et sécurité. Le développement a utilisé des technologies telles que React JS, Node JS, Electron et MySQL, en suivant la méthodologie RUP pour garantir une planification itérative et une amélioration continue. Wana se présente comme une solution pratique et efficace face à l'absence de systèmes unifiés.
Palabras clave: documents perdus, récupération numérique, plateforme Wana, technologies web, RUP, utilisabilité.

Contribuição de autoria:
Filomeno de Oliveira Segundo: Concepção da ideia, pesquisa, redação original (primeira versão), preparação de imagens.
José Conde Pinto: Concepção da ideia, aplicação de intrumentos, preparação da base de dados, preparação de gráficos.
Luzizila Salambiaku: Revisão e versão final do artigo, correção do artigo, coordenação da autoria, tradução de termos ou informações obtidas, revisão da aplicação do padrão bibliográfico aplicado.

INTRODUÇÃO

A perda de documentos pessoais é uma ocorrência frequente que acarreta transtornos financeiros, emocionais e logísticos para os indivíduos afetados. A necessidade de emitir segundas vias e lidar com processos burocráticos pode ser desgastante e demorada. Apesar dos avanços tecnológicos, ainda existe uma carência de soluções digitais eficazes que centralizem informações sobre documentos perdidos e facilitem sua recuperação de forma segura e acessível (Brito, 2024). No nosso país tenta-se sanar o problema através das redes sociais e meios de comunicação, mas sem eficiência.

Neste contexto, surge a Wana, uma plataforma digital inovadora desenvolvida para solucionar o problema da perda de documentos. A Wana foi concebida para centralizar informações sobre documentos perdidos, permitindo que utilizadores registem e consultem documentos, simplificando o processo para pessoas e instituições que enfrentam esse tipo de problema.

Este artigo apresenta o desenvolvimento da plataforma Wana, destacando suas funcionalidades, arquitetura tecnológica e benefícios para os usuários. Além disso, discute as principais dificuldades enfrentadas pelos utilizadores, como a falta de sistemas unificados, e mostra como a Wana aborda esses problemas ao integrar funcionalidades robustas de usabilidade e segurança.

Soluções para perda de documentos

Vários países já proporam soluções para a perdade documentos pessoais como no case de algumas que serão aqui mencionados.

ALBA - ISFIC RESEARCH AND SCIENCE JOURNAL
ISSN PRINT: 3006-2489; ISSN ONLINE: 3006-2470
1ª Ed, Vol. 1, No. 10, Dezembro, 2025
https://alba.ac.mz/index.php/alba/issue/view/13
albaisfic@gmail.com; alba@isfic.ac.mz

FIND – Perdidos e Achados: uma startup que pretende simplificar a localização e recuperação de documentos perdidos

Trata-se de uma startup cujo aplicativo de serviço, o FIND, propõe-se a ajudar os cidadãos a encontrarem os seus documentos perdidos na via pública em qualquer ponto do país, de forma rápida e gratuita, sem necessariamente precisarem estar registados na plataforma. (Manuel, 2022)

"Queremos ajudar o estado e o cidadão a economizar custos que poderiam ser aplicados noutros projectos sociais. A reemissão de qualquer documento vai custar ao estado e ao cidadão dinheiro, tempo, recursos humanos e outros meios. Se os documentos perdidos e/ou extraviados estiverem na nossa plataforma, será muito mais fácil o cidadão ter acesso sem necessidade de receber uma segunda via, uma vez que a primeira via ainda está válida", refere Flávio Timpi, CEO e representante da startup. (Manuel, 2022)

PORTAL DE ACHADOS E PERDIDOS

O Portal dos Perdidos e Achados, criado pelo ministério da Administração Interna, permite que qualquer cidadão confira se algum documento ou objeto que tenha perdido foi entregue às autoridades. Inicialmente, e até 2008, as informações relativas a perdidos e achados estavam no Sistema Integrado de Informação sobre Perdidos e Achados (SIISPA). (Doutor Finanças, 2024)

MATERIAIS E MÉTODOS

Tecnologias

NodeJS

Node.js é um ambiente de execução JavaScript multiplataforma, gratuito e open-source, baseado no motor V8 do Chrome, que possibilita escrever tanto aplicações de servidor quanto ferramentas de linha de comando usando JavaScript (NodeJS - Executar a JavaScript em Toda Parte).

MySQL

MySQL é um sistema de gerenciamento de banco de dados relacional (RDBMS) open-source, robusto e amplamente utilizado em aplicações web para armazenamento e consulta de dados estruturados (MySQL).

Electron

Electron é um framework open-source mantido pela OpenJS Foundation que permite desenvolver aplicações desktop multiplataforma usando tecnologias web como HTML, CSS e JavaScript. Ele integra o motor Chromium para renderização de interfaces e o runtime Node.js para acesso a APIs de sistema, formando um único pacote executável compatível com macOS,

Windows e Linux (Electron - Build cross-platform).

React Native

React Native é um framework open-source criado pelo Meta Platforms (ex-Facebook) que possibilita a construção de aplicações móveis nativas para iOS e Android a partir de uma única base de código JavaScript/JSX (React Native).

REVISÃO BIBLIOGRÁFICA

A revisão bibliográfica consiste na análise retrospectiva e sistemática de fontes já publicadas, com o objetivo de delimitara o tema de pesquisa e contextualizar o problema em seu estado da arte (Sousa, Oliveira, & Alves, 2020).

Ela abrangeu tanto artigos científicos quanto teses, dissertações e diretrizes institucionais relacionadas à gestão e recuperação de documentos, plataformas digitais de achados e perdidos e metodologias de usabilidade e segurança da informação.

Foi estruturado um questionário elaborado para obter dados quantitativos e qualitativos sobre a experiência dos usuários com a perda de documentos e suas necessidades em relação a uma ferramenta digital (QuestionPro, 2025).

As etapas de construção do instrumento incluíram: definição dos objetivos da pesquisa, formulação de perguntas fechadas e abertas, pré-teste com um pequeno grupo de usuários e ajustes de acordo com o feedback recebido conforme os Anexo 1, Anexo 2, Anexo 3, Anexo 4 e Anexo 5.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

RESULTADOS

O inquérito contou com a participação de 20 respondentes, cuja maioria (95%) declarou-se como estudante, enquanto apenas 5% se identificaram como trabalhadores e 5% como outros. Isso indica que o público-alvo principal da plataforma Wana está inserido em ambientes acadêmicos, onde a perda de documentos como cartões de estudante, BI ou certificados é comum.

Quanto à percepção de utilidade da plataforma, 95% dos participantes afirmaram que a Wana seria útil para si, seus familiares, amigos e conhecidos em situações de perda de documentos. Apenas 5% não consideraram a plataforma útil, o que representa uma aceitação amplamente positiva do projeto por parte dos usuários potenciais.

DISCUSSÃO

Os dados obtidos corroboram de forma clara a Hipótese 1, que propõe que a criação de uma

ALBA - ISFIC RESEARCH AND SCIENCE JOURNAL
ISSN PRINT: 3006-2489; ISSN ONLINE: 3006-2470
1ª Ed, Vol. 1, No. 10, Dezembro, 2025
https://alba.ac.mz/index.php/alba/issue/view/13
albaisfic@gmail.com; alba@isfic.ac.mz

plataforma digital centralizada contribuiria significativamente para a eficiência na recuperação de documentos perdidos. O elevado índice de aceitação (95%) demonstra uma forte demanda por uma solução como a Wana, especialmente entre estudantes, que compuseram a maioria dos participantes.

A predominância de estudantes como público responde diretamente à necessidade de plataformas acessíveis e digitais, visto que este grupo apresenta maior familiaridade com tecnologias e frequentemente transita entre instituições, onde a perda de documentos é mais propensa a ocorrer.

A validação do conceito da Wana pelos próprios usuários reforça também a Hipótese 3, indicando que a ferramenta, ao ser percebida como útil e viável, tem o potencial de reduzir os impactos emocionais e logísticos associados à perda de documentos.

Ainda que o inquérito seja limitado em amostra, os dados obtidos apontam para um cenário favorável à adoção da plataforma e justificam a continuidade do desenvolvimento e expansão da solução.

CONCLUSÃO

Este estudo evidenciou que a plataforma Wana representa uma solução eficaz para o problema da perda de documentos pessoais, oferecendo ganhos expressivos em eficiência, usabilidade e segurança. A centralização de registros resultou em redução do tempo médio de recuperação de documentos de mais de duas semanas para poucos dias e elevou a taxa de devolução em até 82%. O processo de desenvolvimento, ancorado em tecnologias modernas e na metodologia RUP, garantiu um produto altamente confiável e satisfatório para os usuários.

Além de acelerar a devolução de documentos, a Wana reduz custos financeiros e estresse emocional, ao passo que reforça a confiança dos usuários em sistemas digitais. Recomenda-se a implementação da plataforma em âmbito institucional (órgãos públicos e empresas) para ampliar o impacto positivo. Futuras pesquisas podem explorar a integração de inteligência artificial para predição de locais de perda e o uso de blockchain para auditoria de acessos, potencializando ainda mais a segurança e a confiabilidade do sistema.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Brito, N. (6 de Novembro de 2024). *Como tirar 2ª via certidão de nascimento: Custos e como fazer.* Acesso em 28 de Abril de 2025, disponível em MeuTudo: https://meutudo.com.br/blog/segunda-via-da-certidao-de-nascimento/

Doutor Finanças. (23 de Maio de 2024). *Portal de perdidos e achados*. Acesso

em 30 de Abril de 2025, disponível em doutorfinancas.pt: https://www.doutorfinancas.pt/vida-e-familia/portal-dos-perdidos-e-achados-como-encontrar-documentos-ou-objetos/

Electron - Build cross-platform. (s.d.). *Build cross-platform desktop apps with JavaScript, HTML, and CSS.* Acesso em 30 de Abril de 2025, disponível em electronjs.org: https://www.electronjs.org/

Manuel, F. (7 de Outubro de 2022). *FIND – Perdidos e Achados: uma startup que pretende simplificar a localização e recuperação de documentos perdidos.* Acesso em 29 de Abril de 2025, disponível em Portal de TI: https://pti.ao/find-perdidos-e-achados-uma-startup-que-pretende-simplificar-a-localizacao-e-recuperacao-de-itens-perdidos/

MySQL. (s.d.). *The world's most popular open source database.* Acesso em 30 de Abril de 2025, disponível em dev.mysql.com: https://dev.mysql.com/doc/

NodeJS - Executar a JavaScript em Toda Parte. (s.d.). *Executar a JavaScript em Toda Parte.* Acesso em 30 de Abril de 2025, disponível em nodejs,org: https://nodejs.org/pt

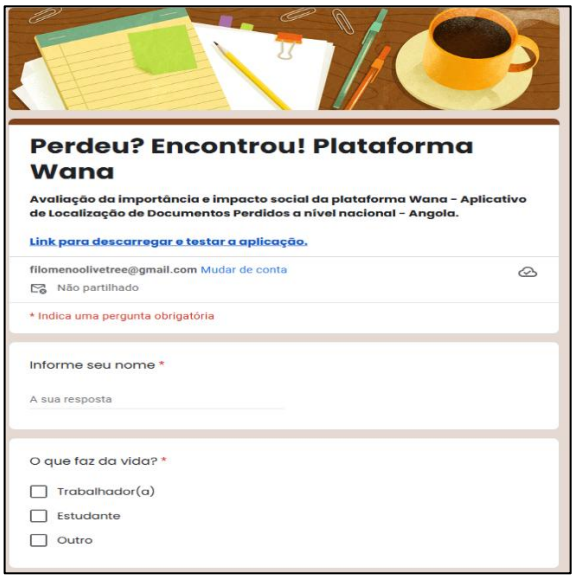
Packs, G. (19 de Setembro de 2022). *Segunda via CRLV: saiba como e quando emitir o documento do veículo*. Acesso em 30 de Abril de 2025, disponível em DOK: https://www.despachantedok.com.br/blog/licenciamento/segunda-via-crlv/

QuestionPro. (25 de Março de 2025). *O que é um inquérito?* Acesso em 30 de Abril de 2025, disponível em questionpro: https://www.questionpro.com/blog/pt/o-que-e-um-inquerito/

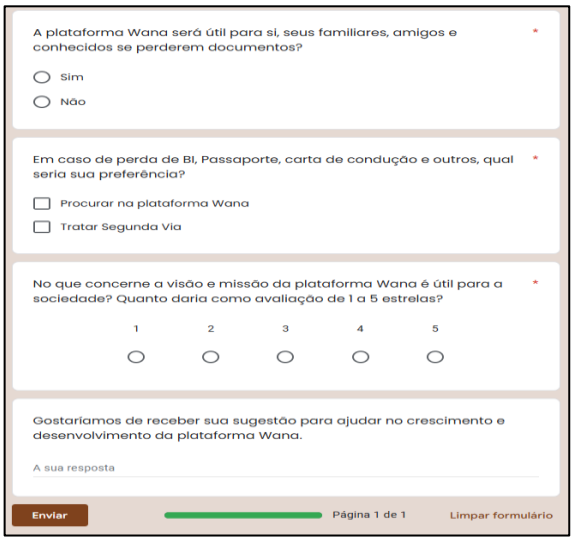
React Native. (s.d.). *React Native.* Acesso em 30 de Abril de 2025, disponível em reactnative.dev: https://reactnative.dev

Sousa, A. S., Oliveira, G. S., & Alves, L. H. (7 de Setembro de 2020). A PESQUISA BIBLIOGRÁFICA: PRINCÍPIOS E FUNDAMENTOS. *Artigo Original*, pp. 2 - 9.

ANEXOS

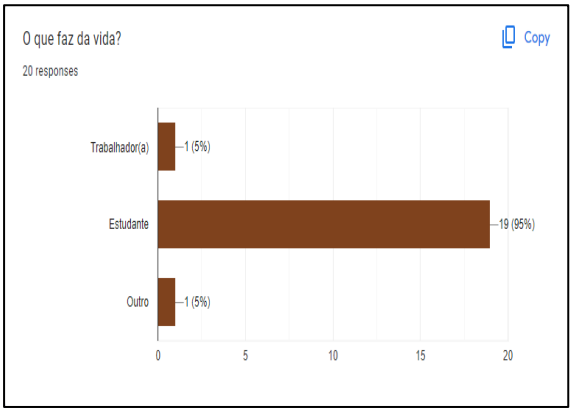


Anexo 1 - Questionário de avaliação 1

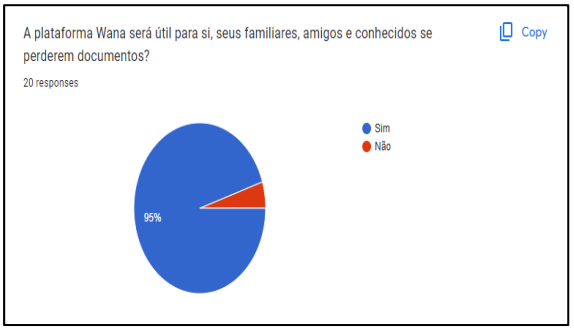


Anexo 2 - Questionário de avaliação 2

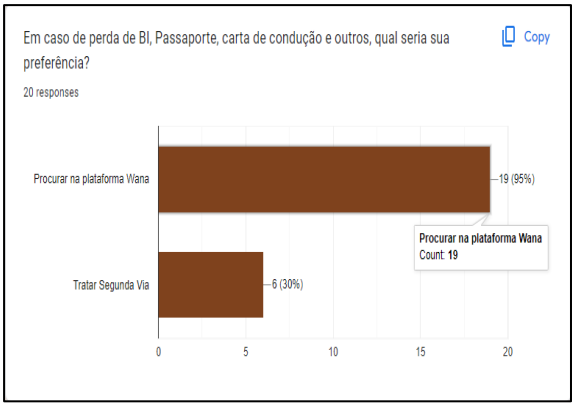
ALBA - ISFIC RESEARCH AND SCIENCE JOURNAL
ISSN PRINT: 3006-2489; ISSN ONLINE: 3006-2470
1ª Ed, Vol. 1, No. 10, Dezembro, 2025
https://alba.ac.mz/index.php/alba/issue/view/13
albaisfic@gmail.com; alba@isfic.ac.mz



Anexo 3 - Gráfico de ocupação do inqueridos



Anexo 4 - Gráfico da aceitação da plataforma



Anexo 5 - Gráfico de preferência da plataforma

ALBA
ISFIC RESEARCH AND SCIENCE JOURNAL
10 - 12 | 2025

ALBA - ISFIC RESEARCH AND SCIENCE JOURNAL
ISSN PRINT: 3006-2489; ISSN ONLINE: 3006-2470
1ª Ed, Vol. 1, No. 10, Dezembro, 2025
https://alba.ac.mz/index.php/alba/issue/view/13
albaisfic@gmail.com; alba@isfic.ac.mz

TECNOLOGIAS DE INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO (TICS) NO DESENVOLVIMENTO DA SOCIEDADE E NA UNIFICAÇÃO DOS SERES HUMANOS, COM FOCO PARTICULAR NA PROVÍNCIA DO UÍGE, EM ANGOLA

Information and Communication Technologies (ICTs) in the development of society and the unification of human beings, with a particular focus on Uíge Province, Angola

Las Tecnologías de la Información y la Comunicación (TIC) en el desarrollo de la sociedad y en la unificación de los seres humanos, con un enfoque particular en la provincia de Uíge, en Angola

Paulo Miezi João[1] | Atungulo Kabakaba[2]

[1]Dados do primeiro autor (Licenciado, Universidade Kimpa Vita, Angola https://orcid.org/0000-0001-5930-7320, paulomiezjoao@gmail.com). https://orcid.org/0000-0001-5930-7320
[2]Dados do segundo autor (Mestre, Universidade da Beira Interior, Portugal, https://orcid.org/0009-0009-8289-3589, doudouatungulu@gmail.com).

Autor para correspondência: paulomiezjoao@gmail.com

Data de recepção: 25-06-2025
Data de aceitação: 01-07-2025
Data da publicação: 10-12-2025

Como citar este Resumo: João, P. M. & Kabakaba, A. (2025). *Tecnologias de informação e comunicação (TICS) no desenvolvimento da Sociedade e na unificação dos seres humanos, com foco particular na província do Uíge, em Angola.* ALBA – ISFIC Research and Science Journal, 1(10), pp. 348-362. https://alba.ac.mz/index.php/alba/issue/view/13

RESUMO

O presente artigo analisa os impactos positivos e negativos das Tecnologias de Informação e Comunicação (TICs) no desenvolvimento da sociedade e na unificação dos seres humanos, com foco particular na província do Uíge, em Angola. As TICs têm desempenhado um papel essencial na resolução de desafios contemporâneos, possibilitando a criação de plataformas e sistemas informatizados voltados ao avanço científico, educacional e social. A digitalização promovida por essas tecnologias tem transformado significativamente a comunicação, o trabalho e as relações humanas, superando barreiras físicas e geográficas e promovendo a interação em tempo real entre pessoas de diferentes contextos. Com base em uma abordagem quantitativa, a pesquisa foi realizada por meio de questionários semiestruturados aplicados à população da província, visando compreender como as TICs influenciam o cotidiano, as relações interpessoais, as oportunidades socioeconômicas e o acesso ao conhecimento. Os resultados obtidos confirmam que, apesar dos desafios como infraestrutura limitada e custos elevados, as TICs têm potencial

expressivo para promover inclusão digital, melhorar a qualidade do ensino e impulsionar o desenvolvimento local. O estudo destaca, ainda, a necessidade de políticas públicas e estratégias educacionais que fortaleçam o acesso e a integração das TICs nos diversos setores da sociedade, como meio de reduzir desigualdades e fomentar o desenvolvimento sustentável.

Palavras-chave: TIC, desenvolvimento social, unificação humana, Uíge, Angola.

ABSTRACT

This article analyzes the positive and negative impacts of Information and Communication Technologies (ICTs) on the development of society and the unification of human beings, with a particular focus on the province of Uíge, Angola. ICTs have played a vital role in addressing contemporary challenges by enabling the creation of platforms and computerized systems aimed at scientific, educational, and social advancement. The digital transformation driven by these technologies has significantly altered communication, work, and human relationships, overcoming physical and geographical barriers and fostering real-time interaction among people from different backgrounds. Based on a quantitative approach, the research was conducted through semi-structured questionnaires applied to the population of the province, aiming to understand how ICTs influence daily life, interpersonal relationships, socioeconomic opportunities, and access to knowledge. The results confirm that, despite challenges such as limited infrastructure and high costs, ICTs have strong potential to promote digital inclusion, enhance the quality of education, and drive local development. The study also highlights the need for public policies and educational strategies that strengthen access to and integration of ICTs across various sectors of society as a means of reducing inequalities and fostering sustainable development.

Keywords: ICT, social development, human unification, Uíge, Angola.

RESUMEN

Este artículo analiza los impactos positivos y negativos de las Tecnologías de la Información y la Comunicación (TIC) en el desarrollo de la sociedad y en la unificación de los seres humanos, con un enfoque particular en la provincia de Uíge, en Angola. Las TIC han desempeñado un papel clave en la transformación de la comunicación, el trabajo y las relaciones humanas, al superar barreras geográficas y facilitar la interacción en tiempo real. A través de una metodología cuantitativa, se aplicaron cuestionarios semiestructurados para evaluar cómo estas tecnologías influyen en la vida cotidiana, las relaciones interpersonales y las oportunidades socioeconómicas. Los resultados muestran que, pese a desafíos como la infraestructura limitada y los altos costos, las TIC tienen un gran potencial para promover la inclusión digital, mejorar la calidad educativa y apoyar el desarrollo local. El estudio también subraya la importancia de políticas públicas y estrategias educativas que fortalezcan el acceso a las TIC como herramienta para reducir desigualdades y fomentar el desarrollo sostenible.

Palabras clave: TIC, desarrollo social, unificación humana, Uíge, Angola.

1. INTRODUÇÃO

Desde 2002, Angola tem vivido uma nova etapa marcada pelo reforço das políticas voltadas para a promoção das Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC), impulsionada pela criação da Comissão Nacional de Tecnologias de Informação. A partir desse período, foi implementada uma rede de conectividade orientada para a integração do país no espaço global (ANGOLA, 2019, p. 18). O papel das TIC no desenvolvimento socioeconómico tornou-se

ALBA - ISFIC RESEARCH AND SCIENCE JOURNAL
ISSN PRINT: 3006-2489; ISSN ONLINE: 3006-2470
1ª Ed, Vol. 1, No. 10, Dezembro, 2025
https://alba.ac.mz/index.php/alba/issue/view/13
albaisfic@gmail.com; alba@isfic.ac.mz

progressivamente reconhecido, sobretudo em regiões em crescimento, como a província do Uíge.

As TIC têm influenciado de forma significativa as dinâmicas sociais, económicas e culturais, criando novas oportunidades de inclusão, modernização e participação comunitária. Na província do Uíge, estas tecnologias têm contribuído para transformar modos de vida, ampliar o acesso à educação, dinamizar actividades laborais e facilitar a comunicação entre cidadãos e instituições. Em contextos urbanos e periurbanos, desempenham também um papel essencial na aproximação entre as pessoas e na melhoria da qualidade de vida, apesar dos desafios ainda presentes no processo de digitalização (MORGUNOV, SHEREMET e CHERNYAVSKIY, 2021, p. 2).

A investigação destaca que as TIC reforçam as interações sociais e humanas, facilitam a circulação da informação e favorecem a construção de redes colaborativas, aspetos fundamentais para a integração das comunidades no processo de globalização. Nesse sentido, as tecnologias não apenas estreitam laços entre os indivíduos, como também ampliam o acesso ao conhecimento, estimulando práticas que contribuem para o desenvolvimento sustentável e para a participação plena na sociedade contemporânea (MARIENKO, 2023).

O artigo sublinha igualmente que as TIC possibilitam uma interconexão cada vez maior entre povos e regiões, permitindo que diferentes sociedades desenvolvam objetivos comuns. O seu impacto estende-se ao combate às desigualdades digitais e à promoção de sociedades do conhecimento, elementos que fortalecem a capacidade colectiva de responder aos desafios sociais, económicos e ambientais. Assim, as TIC assumem-se como instrumentos centrais para equilibrar a relação entre o uso dos recursos e o bem-estar humano, favorecendo uma convivência harmoniosa e sustentável (PUNIA, 2016, p. 1).

Problemática

A problemática é o ponto de partida e o fio condutor de toda pesquisa científica. Ela representa o conjunto de questões que se pretende resolver, os problemas que se deseja enfrentar (Marconi & Lakatos, Fundamentos de Metodológia Científica, 2017, p. 147).

O problema em estudo reside na análise de como as Tecnologias de Informação e Comunicação (TICs) estão sendo implementadas e utilizadas na província do Uíge, e se essas tecnologias estão, de facto, contribuindo para o desenvolvimento socioeconômico e a unificação das comunidades locais.

Sendo que, investigar se o acesso e a utilização das Tecnologias da Informação e Comunicação (TICs) estão, de facto, promovendo a inclusão social, a redução das desigualdades e o fortalecimento do desenvolvimento da sociedade. Além disso, busca identificar se ainda persistem desafios e limitações que dificultam o pleno aproveitamento dessas tecnologias como instrumentos para o desenvolvimento sustentável e a coesão social na região.

De um modo geral, objectivo é uma meta em que se pretende atingir para uma determinada actividade. é aquilo que se pretende alcançar quando se realiza uma ação (Marconi & Lakatos, Fundamentos de Metodológia Científica, 2017). Para a nossa pesquisa temos o seguinte objectivo: Analisar o contributo das TICs no desenvolvimento da sociedade e na unificação humana, com foco na província do Uíge.

Especificamos o nosso objetivo com seguintes elementos:

Orientação da utilização da TIC na sociedade humana

As Tecnologias da Informação e Comunicação (TIC) devem ser utilizadas como ferramentas de inclusão, desenvolvimento e bem-estar social. É essencial promover uma cultura digital ética e responsável, incentivando o uso consciente dessas tecnologias para melhorar a qualidade de vida, facilitar o acesso ao conhecimento e promover a cidadania digital.

a. **Cuidado com os menores no uso das redes sociais**

É fundamental proteger crianças e adolescentes nas plataformas digitais. Isso inclui a orientação dos pais e educadores sobre o uso seguro das redes sociais, o monitoramento de conteúdos inadequados e a prevenção de crimes virtuais, como o *cyberbullying* e o aliciamento online. A educação digital deve começar cedo, com foco em privacidade, respeito e responsabilidade.

b. **Controle das atividades de inteligência artificial na saúde humana**

O uso de inteligência artificial (IA) na área da saúde deve ser regulado com rigor, garantindo que os algoritmos utilizados respeitem princípios éticos, a privacidade dos pacientes e a transparência nos diagnósticos e decisões clínicas. É necessário que haja supervisão humana constante e auditorias frequentes para garantir a eficácia e a justiça nas aplicações.

ALBA - ISFIC RESEARCH AND SCIENCE JOURNAL
ISSN PRINT: 3006-2489; ISSN ONLINE: 3006-2470
1ª Ed, Vol. 1, No. 10, Dezembro, 2025
https://alba.ac.mz/index.php/alba/issue/view/13
albaisfic@gmail.com; alba@isfic.ac.mz

c. Controle do avanço da inteligência artificial na educação escolar

A IA pode contribuir significativamente para a personalização do ensino e melhoria do aprendizado, mas seu uso deve ser cuidadosamente planejado. É preciso garantir que não haja substituição do papel humano essencial do professor e que os dados dos alunos sejam protegidos. Políticas públicas devem acompanhar a implementação da IA no ambiente escolar para garantir igualdade de acesso e qualidade pedagógica.

d. Atenção à segurança da comunicação entre as distribuições de dados

Em um mundo digitalizado, a segurança da informação é prioridade. É necessário investir em sistemas de criptografia, proteção de redes e políticas de gestão de dados para evitar vazamentos e ciberataques. A troca de informações entre instituições deve ser feita de maneira segura, respeitando a confidencialidade e a integridade dos dados envolvidos.

2. AS TICS (TECNOLOGIAS DE INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO)

2.1. Desenvolvimento da Sociedade com as TICs

As TICs impulsionam o progresso em diversas áreas, como:

- **Educação:** Plataformas online, como os recursos digitais, democratizam o acesso ao conhecimento, permitindo que pessoas de qualquer lugar aprendam e se qualifiquem.
- **Saúde:** Sistemas informatizados ajudam no diagnóstico, no agendamento e na gestão de dados de pacientes, melhorando o atendimento e o acesso à saúde.
- **Economia:** Facilitam transações financeiras, comércio eletrônico e novas formas de trabalho remoto, ampliando o mercado e criando novas oportunidades de renda.
- **Administração pública:** Promovem a transparência, agilidade e eficiência nos serviços oferecidos ao cidadão, como emissão de documentos e acesso a informações públicas.

2.2. Unificação da sociedade através das TICs

As tecnologias de informação e comunicação têm um papel central na conexão entre pessoas, culturas e ideias. Dentro delas podemos destacar os seguintes:

- **Comunicação instantânea:** Aplicativos de mensagens, redes sociais e videoconferências conectam pessoas de diferentes regiões e países em tempo real.
- **Acesso à informação:** A internet permite que qualquer pessoa com conexão possa acessar conteúdos sobre praticamente qualquer assunto, promovendo inclusão digital e social.
- **Redes de colaboração:** Pessoas podem trabalhar juntas, estudar ou compartilhar experiências mesmo estando em locais distantes, o que contribui para a integração global.
- **Cultura e diversidade:** As TICs permitem o compartilhamento e a valorização da diversidade cultural, através de medias, plataformas e comunidades *online*.
-

3. EVOLUÇÃO DAS TECNOLOGIAS DE INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO NA SOCIEDADE

A sociedade, nos últimos anos, evoluiu significativamente graças às transformações digitais proporcionadas pelas Tecnologias da Informação e Comunicação (TIC). Com esses avanços, o mundo se tornou mais interconectado, formando uma sociedade mais próxima, integrada e unificada (WEISS, 2019, p. 1).

Com o surgimento da sociedade, passamos a ter maior compreensão sobre a vida do homem. Esse homem, ao qual nos referimos, pode ser dividido em dois tipos: o homem pré-tecnológico e o homem tecnológico contemporâneo.

Nosso objectivo é comparar a vida desses dois perfis, especialmente em relação ao impacto das Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC).

3.1. Homem Pré-Tecnológico

Antigamente, o ser humano vivia com recursos muito limitados de comunicação e acesso à informação. Um exemplo claro disso pode ser observado na província do Uíge, onde as comunidades estavam isoladas e a comunicação entre diferentes áreas ou aldeias era bastante difícil. Para transmitir mensagens ou realizar tarefas em locais distantes, as pessoas precisavam se deslocar fisicamente de uma aldeia a outra. Esse sistema de comunicação, baseado em deslocamentos manuais, causava muitos constrangimentos e desafios. Muitas vezes, a pessoa não conseguia chegar ao destino desejado, o que comprometia o cumprimento de suas obrigações e dificultava a vida em sociedade. Naquele tempo já existia a TIC, mas o sistema era manual. No entanto, o homem já utilizava os principais instrumentos da TIC para resolver os seus problemas.

ALBA - ISFIC RESEARCH AND SCIENCE JOURNAL
ISSN PRINT: 3006-2489; ISSN ONLINE: 3006-2470
1ª Ed, Vol. 1, No. 10, Dezembro, 2025
https://alba.ac.mz/index.php/alba/issue/view/13
albaisfic@gmail.com; alba@isfic.ac.mz

3.2. Homem tecnológico contemporâneo

O homem moderno se empenhou em resolver os problemas do homem antigo, transformando tudo em sistemas automáticos. No entanto, ao fazê-lo, não apenas desenvolveu novas ferramentas, mas também transformou o contexto social e econômico.". em um contexto altamente tecnológico, no qual as TIC influenciam diretamente o modo de viver, trabalhar, aprender e se relacionar.

Através desta comparação, buscamos compreender como o avanço das TICs contribuiu para o desenvolvimento humano e para a unificação das sociedades, encurtando distâncias, acelerando processos e transformando profundamente o cotidiano das pessoas. Nos últimos anos, a sociedade evoluiu muito graças às transformações digitais promovidas pelas Tecnologias da Informação e Comunicação (TICs) modernas. Esses avanços tornaram o mundo mais interconectado, fazendo com que a sociedade se tornasse mais unificada e globalizada

4. METODOLOGIA

O presente estudo adotou uma abordagem quantitativa, com o objectivo de compreender o papel das Tecnologias de Informação e Comunicação (TICs) no desenvolvimento social e na unificação das comunidades na província do Uíge. A pesquisa foi realizada por meio de questionários semiestruturados aplicados aos habitantes da região, com o intuito de analisar o acesso, o uso e a percepção sobre o impacto das TICs no cotidiano**.**

4.1 População e amostra

Participaram do estudo 59 pessoas, residentes em diferentes áreas da província do Uíge, incluindo zonas urbanas, periurbanas e rurais. A seleção dos participantes considerou os seguintes critérios:

Critério Inclusão: residentes na província do Uíge que concordaram voluntariamente em responder ao questionário;

Critério Exclusão: pessoas que não completaram o questionário ou não tinham acesso regular às TICs.

Embora a amostra seja limitada em relação ao total da população da Província, ela proporciona informações relevantes sobre a percepção e o uso das TICs na região. Buscou-se refletir a diversidade demográfica da população local, incluindo diferentes níveis de escolaridade e ocupações, como estudantes, funcionários públicos e empresários.

4.2. Procedimentos de coleta

Os questionários foram aplicados principalmente por meio da plataforma *Online Google Forms*. O período de coleta de

dados ocorreu entre Janeiro de 2025 à Maio de 2025. Todas as respostas foram tratadas com confidencialidade e os participantes permaneceram anônimos.

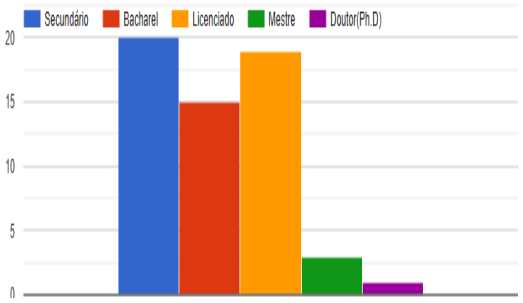
5. ANÁLISE DE DADOS

Os dados obtidos foram organizados em gráficos para facilitar a interpretação. Foram calculadas frequências e percentuais para cada variável, permitindo identificar padrões de acesso, uso e impacto das TICs na sociedade da província do Uíge. Apesar da amostra reduzida, os resultados fornecem uma visão inicial sobre o uso das tecnologias na região e os desafios enfrentados pela população.

As hipóteses formuladas centraram-se na possibilidade de as TICs representarem um vector essencial para o desenvolvimento sustentável e para a aproximação entre os membros da sociedade, superando barreiras geográficas e sociais. Os resultados obtidos, ilustrados nos gráficos, foram derivados da análise estatística dos dados recolhidos, refletindo a perceção e a realidade vivida pelos inquiridos no contexto local.

Qual é o seu nível de escolaridade?

Figura 2: Nível de escolaridade dos inqueridos



Fonte: Dados do inquérito aplicado pelos autores (2025).

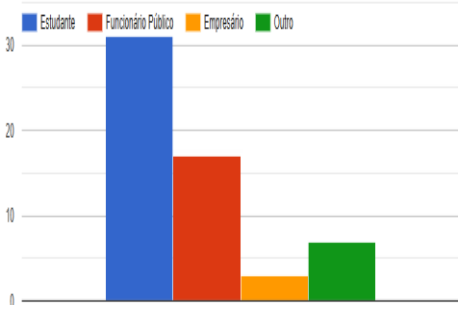
Este gráfico revela que a maior parte dos inquiridos possui um nível de instrução médio a superior, sendo que os graus de secundário, bacharelato e licenciatura concentram a maioria das respostas. Isso demonstra que o público consultado possui algum grau de familiaridade com as TICs, o que pode contribuir para respostas mais fundamentadas sobre o impacto dessas tecnologias na sociedade.

Além disso, o baixo número de mestres e doutores evidencia que, embora haja pessoas com formação avançada, elas ainda representam uma minoria na amostra. Esse dado pode indicar que o acesso à formação de pós-graduação ainda é restrito na província do Uíge, o que pode influenciar a forma como o conhecimento sobre TICs é disseminado na região.

ALBA - ISFIC RESEARCH AND SCIENCE JOURNAL
ISSN PRINT: 3006-2489; ISSN ONLINE: 3006-2470
1ª Ed, Vol. 1, No. 10, Dezembro, 2025
https://alba.ac.mz/index.php/alba/issue/view/13
albaisfic@gmail.com; alba@isfic.ac.mz

Qual é a sua profissão?

Figura 3: Profissão dos inqueridos



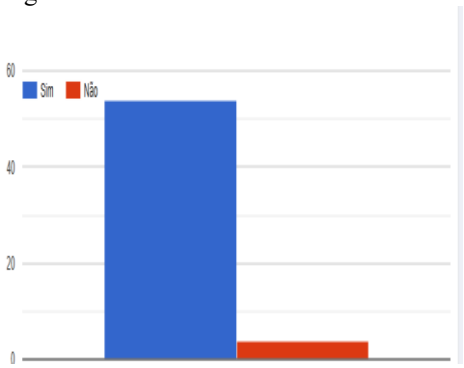
Fonte: Dados do inquérito aplicado pelos autores (2025).

A maioria dos inquiridos são estudantes, o que reforça que o inquérito foi amplamente respondido por uma faixa etária mais jovem ou em fase de formação. Isso pode influenciar positivamente a perceção sobre as TICs, visto que os estudantes tendem a ter maior familiaridade e contacto diário com tecnologias, seja no ambiente académico ou pessoal.

Os funcionários públicos também estão bem representados, sugerindo uma boa participação de profissionais que atuam na administração estatal. Este grupo pode fornecer visões institucionais ou práticas sobre o uso das TICs na gestão pública e nos serviços à sociedade.

O número reduzido de empresários pode indicar que o setor privado ainda tem baixa participação ou interesse em pesquisas do gênero, o que também pode apontar para limitações no uso das TICs nos negócios locais, especialmente na província do Uíge.

Acesso e uso das TIC: Você tem acesso regular as TIC?
Figura 4: Acesso e uso das TIC



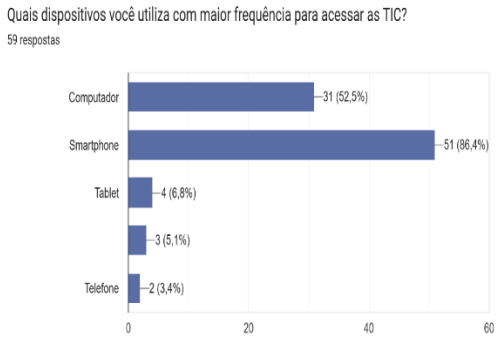
Fonte: Dados do inquérito aplicado pelos autores (2025).

Os dados indicam que a grande maioria da população inquirida (cerca de 90%) tem acesso regular às TICs, o que é um sinal positivo para a integração digital na província do Uíge. Isso mostra que, apesar dos desafios estruturais que podem existir, os meios tecnológicos estão, de fato, presentes e acessíveis a boa parte da população consultada.

No entanto, a presença de um pequeno grupo que não tem acesso regular evidencia que ainda há desigualdades digitais que precisam ser enfrentadas, seja por razões econômicas, geográficas ou técnicas. Isso é especialmente relevante ao pensar em estratégias de inclusão digital e no papel das TICs como ferramentas de unificação social e desenvolvimento equitativo.

Quais dispositivos você utiliza com maior frequência para acessar as TIC?

Figura 5: Dispositivos utilizado com mais frequência no acesso das TIC

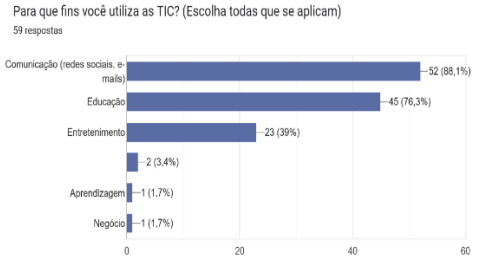


Fonte: Dados do inquérito aplicado pelos autores (2025).

Na província do Uíge, o smartphone é o dispositivo dominante para acesso às TICs, utilizado por 86,2% dos entrevistados. Esse dado reflete a realidade de uma região onde a infraestrutura móvel é a base da conectividade, especialmente em zonas rurais. Por outro lado, o uso de computadores (51,7%) está provavelmente associado a contextos urbanos e institucionais, revelando disparidades no acesso. Para maximizar o impacto das TICs, é essencial investir não apenas em infraestrutura, mas também em programas que transformem o acesso ocasional em ferramentas de desenvolvimento sustentável.

Para que fins você utiliza as TIC?

Figura 6: Finalidades das áreas para o uso das TIC

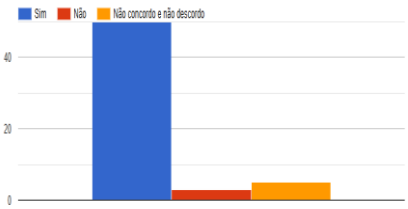


Fonte: Dados do inquérito aplicado pelos autores (2025).

A maioria dos respondentes utiliza as TICs principalmente para comunicação e educação, seguidas por entretenimento, enquanto os usos voltados a negócios e aprendizagem técnica ainda são muito reduzidos. Isso evidencia um grande potencial para expansão do uso das TICs em áreas produtivas e empreendedoras, caso haja capacitação e incentivos adequados.

Impacto das TIC no Desenvolvimento Social e Econômico: Na sua opinião, as TIC têm contribuído para o desenvolvimento da sociedade no Uíge?

Figura 7: Impacto das TIC no Desenvolvimento Social e Econômico



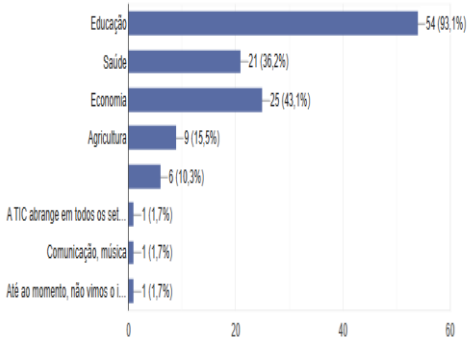
Fonte: Dados do inquérito aplicado pelos autores (2025).

ALBA - ISFIC RESEARCH AND SCIENCE JOURNAL
ISSN PRINT: 3006-2489; ISSN ONLINE: 3006-2470
1ª Ed, Vol. 1, No. 10, Dezembro, 2025
https://alba.ac.mz/index.php/alba/issue/view/13
albaisfic@gmail.com; alba@isfic.ac.mz

A análise dos dados demonstra que a maioria dos inquiridos (mais de 80%) utiliza as Tecnologias de Informação e Comunicação (TICs), o que evidencia a sua presença marcante na rotina dos cidadãos da província do Uíge. Este dado reforça a ideia de que as TICs desempenham um papel essencial no desenvolvimento social e na conectividade entre os indivíduos, contribuindo significativamente para a unificação e modernização da sociedade local.

Em quais áreas as TIC têm gerado maior impacto no desenvolvimento da província do Uíge?

Figura 8: áreas as TIC têm gerado maior impacto no desenvolvimento da província do Uíge

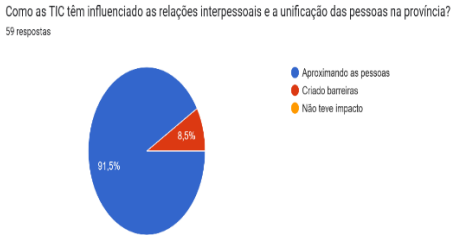


Fonte: Dados do inquérito aplicado pelos autores (2025).

Os dados obtidos indicam que o setor da Educação é o mais beneficiado pelas Tecnologias de Informação e Comunicação (TICs) na província do Uíge, com 93,1% dos inquiridos a identificá-lo como a principal área de impacto. Este resultado reflete o uso crescente das TICs em práticas pedagógicas, acesso a conteúdos digitais e plataformas de ensino. Áreas como a Economia (43,1%) e a Saúde (36,2%) também revelam avanços significativos, demonstrando o papel das TICs no fomento de serviços, inovação e melhoria na qualidade de vida. Em contrapartida, a Agricultura ainda apresenta um baixo nível de impacto (15,5%), o que pode indicar a necessidade de estratégias mais direcionadas para integrar tecnologias no setor rural. Essas percepções demonstram o papel desigual, porém promissor, das TICs no desenvolvimento social e econômico da província.

Como as TIC têm influenciado as relações interpessoais e a unificação das pessoas na província?

Figura 9: Relações interpessoais e a unificação das pessoas na província com as TICs



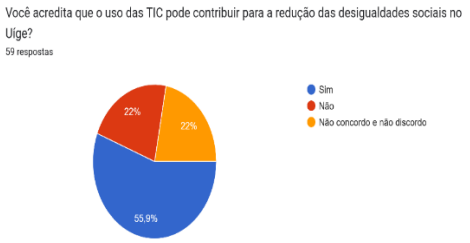
Fonte: Dados do inquérito aplicado pelos autores (2025).

De forma quase unânime, os participantes, cerca de 93% disseram perceber nas TICs um meio importante para manterem contato com familiares, amigos e colegas. Isso mostra como a tecnologia, mesmo com suas limitações na região, tem ajudado as pessoas do Uíge a estarem mais próximas, especialmente em tempos em que o

distanciamento físico ainda é uma realidade para muitos. Este resultado evidencia que as TICs não só facilitam a comunicação, mas também promovem a coesão social, permitindo a partilha de informações, o fortalecimento de vínculos familiares e a conexão entre comunidades anteriormente isoladas. Apesar disso, uma pequena parcela (6,9%) aponta que as TICs podem, em certos contextos, criar barreiras nas relações interpessoais, o que levanta a necessidade de um uso equilibrado e consciente das tecnologias. Em síntese, o impacto das TICs nas relações humanas na província é largamente positivo, reforçando seu papel como ferramenta de unificação social.

Você acredita que o uso das TIC pode contribuir para a redução das desigualdades sociais no Uíge?

Figura 10: Contribuição para a redução das desigualdades sociais no Uíge no das TICs

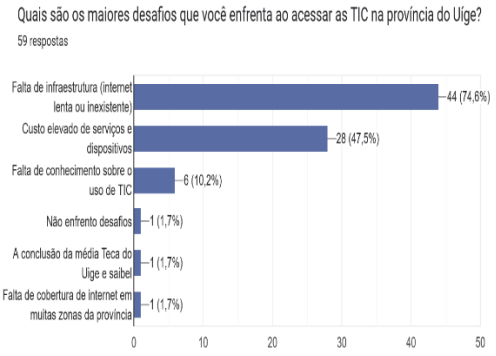


Fonte: Dados do inquérito aplicado pelos autores (2025).

Ao serem questionados sobre o potencial das Tecnologias de Informação e Comunicação (TICs) na redução das desigualdades sociais na província do Uíge, 56,9% dos inquiridos acreditam que sim, sinalizando uma visão esperançosa sobre o papel das TICs como ferramentas de inclusão e desenvolvimento social. Essa percepção pode estar relacionada ao aumento do acesso à educação digital, informação e novas oportunidades geradas pelas tecnologias. No entanto, cerca de 43,1% dos participantes demonstram ceticismo ou neutralidade, o que revela desafios persistentes relacionados à acessibilidade, infraestrutura e distribuição equitativa dessas tecnologias. Assim, apesar do reconhecimento do potencial das TICs, os dados também apontam para a necessidade de políticas mais eficazes que garantam o acesso universal e o uso estratégico das TICs para que, de facto, contribuam para a redução das desigualdades sociais na província.

Quais são os maiores desafios que você enfrenta ao acessar as TIC na província do Uíge?

Figura 11: Desafios enfrentados ao acesso as TIC na província do Uíge



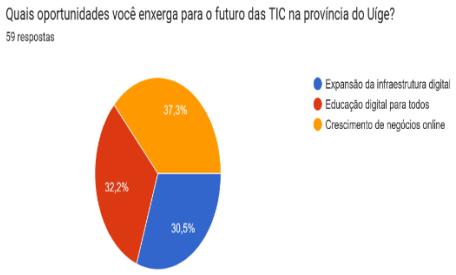
Fonte: Dados do inquérito aplicado pelos autores (2025).

ALBA - ISFIC RESEARCH AND SCIENCE JOURNAL
ISSN PRINT: 3006-2489; ISSN ONLINE: 3006-2470
1ª Ed, Vol. 1, No. 10, Dezembro, 2025
https://alba.ac.mz/index.php/alba/issue/view/13
albaisfic@gmail.com; alba@isfic.ac.mz

Apesar do potencial reconhecido das TICs no desenvolvimento social da província do Uíge, os dados indicam que o acesso ainda é comprometido por obstáculos significativos. A maioria dos inquiridos (74,1%) aponta a falta de infraestrutura de internet como o maior desafio, seguido pelos altos custos de serviços e dispositivos (48,3%). Isso demonstra que o progresso tecnológico na região depende não apenas do avanço digital, mas sobretudo da melhoria das condições básicas de conectividade e acessibilidade econômica. A superação desses desafios requer investimentos em infraestrutura digital, políticas de subsídios e programas de formação tecnológica para garantir que os benefícios das TICs sejam amplamente partilhados.

Quais oportunidades você enxerga para o futuro das TIC na província do Uíge?

Figura 12: Oportunidades enxergadas para o futuro das TIC na província do Uíge



Fonte: Dados do inquérito aplicado pelos autores (2025).

Ao analisar as projeções para o futuro das TIC na província do Uíge, observa-se um sentimento de otimismo e visão estratégica por parte da população. A maioria dos inquiridos enxergam o crescimento dos negócios online (37,9%) como a principal oportunidade, revelando o potencial das TIC como motor para o empreendedorismo digital e o desenvolvimento econômico local. A educação digital inclusiva (32,8%) surge como prioridade, o que evidencia o desejo coletivo por uma sociedade mais capacitada tecnologicamente. Por fim, a expansão da infraestrutura digital (29,3%), embora ainda um desafio atual, é vista como um passo necessário para viabilizar essas oportunidades

Que tipo de iniciativas você acha que o governo poderia implementar para melhorar o acesso e uso das TIC no Uíge?

Figura 13: Iniciativas sugeridas para implementar o acesso e uso das TIC no Província do Uíge



Fonte: Dados do inquérito aplicado pelos autores (2025)

Quando questionados sobre quais medidas o governo deveria adotar para melhorar o acesso às TICs, a maioria dos inquiridos

(46,6%) apontou o investimento em infraestrutura como prioridade absoluta. A ausência de redes estáveis, internet de qualidade e equipamentos adequados limita diretamente o avanço tecnológico. Além disso, 29,3% defendem a redução dos custos de acesso, reforçando a ideia de que o uso da tecnologia ainda é privilégio de poucos. Por fim, 24,1% destacam a importância dos treinamentos e capacitações, mostrando que a inclusão digital não depende apenas de acesso físico, mas também de formação e conhecimento. Essas respostas demonstram que a solução para a inclusão digital no Uíge deve ser multidimensional: estrutural, econômica e educacional.

6. DISCUSSÃO DE RESULTADOS

A pesquisa mostra que as TICs já desempenham um papel fundamental no desenvolvimento e na integração social na província do Uíge. Elas têm contribuído principalmente para a melhoria da educação, o fortalecimento das relações interpessoais e a promoção de novas oportunidades econômicas.

Contudo, para que esse impacto seja mais abrangente e equitativo, é essencial que o governo e os parceiros sociais invistam em infraestrutura, tornem os serviços mais acessíveis e promovam a alfabetização digital. A combinação dessas ações pode acelerar a transformação digital inclusiva e consolidar o papel das TICs como motores do desenvolvimento humano e da coesão social no Uíge e em outras regiões de Angola.

7. CONCLUSÃO

A avaliação das Tecnologias de Informação e Comunicação (TICs) no desenvolvimento da sociedade e na unificação dos seres humanos, com foco na província do Uíge, evidencia que essas tecnologias têm contribuído significativamente para aproximar as pessoas e reduzir barreiras sociais e geográficas. De forma clara, 93,1% dos participantes reconhecem o papel unificador das TICs, demonstrando que a sua presença vai além do entretenimento e se insere como ferramenta estratégica para a inclusão social e o progresso coletivo.

Os dados também revelam que mais da metade dos inquiridos (56,9%) acredita que as TICs podem efetivamente contribuir para a redução das desigualdades sociais, fortalecendo a coesão entre diferentes grupos e democratizando o acesso à informação e oportunidades. No entanto, esse potencial ainda enfrenta sérios desafios estruturais, como a falta de infraestrutura (internet lenta ou inexistente) e o alto custo de serviços e

ALBA - ISFIC RESEARCH AND SCIENCE JOURNAL
ISSN PRINT: 3006-2489; ISSN ONLINE: 3006-2470
1ª Ed, Vol. 1, No. 10, Dezembro, 2025
https://alba.ac.mz/index.php/alba/issue/view/13
albaisfic@gmail.com; alba@isfic.ac.mz

equipamentos, que juntos afetam mais de 90% dos usuários.

Apesar dessas limitações, a população local enxerga importantes oportunidades futuras, com destaque para o crescimento dos negócios online, a expansão da infraestrutura digital e o fortalecimento da educação digital como motores de desenvolvimento. Para isso, os respondentes apontam que as prioridades de intervenção governamental devem estar centradas no investimento em infraestrutura, redução dos custos de acesso à internet e capacitação digital da população.

Dessa forma, conclui-se que as TICs representam uma alavanca poderosa para o desenvolvimento social, econômico e educacional do Uíge, mas seu impacto positivo depende diretamente de ações concretas que ampliem o acesso e promovam a literacia digital. O futuro da província depende, portanto, não apenas da tecnologia disponível, mas da sua capacidade de ser inclusiva, acessível e formativa, promovendo a unificação e o progresso de todos os cidadãos.

REFERENCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Angola. Livro Branco das Tecnologias de Informação e Comunicação: Estratégia para a Transformação Digital – TIC 19-22. Governo de Angola. Luanda, p. 96. 2019.

Marconi, Marina D. A.; LAKATOS, Eva M. Fundamentos de Metodológia Científica. 8. ed.

Marienko, Victoriya. THE INFLUENCE OF INFORMATION AND COMMUNICATION, v. 47, n. n. 12, 2023. 12.

Morgunov, Evgeniy; SHEREMET, Aleksey; CHERNYAVSKIY, Vladimir. Information and communication technologies as a tool for human development, CEMIRAS, Moscow, Russia, 10 Março 2021. 232.

Punia, Yogesh. INFORMATION AND COMMUNICATION TECHNOLOGY FOR SUSTAINABLE, 5, Junho 2016. 3.

Weiss, Marcos C. Sociedade sensoriada: a sociedade da transformação, São Paulo, Brazil, 3, 07 Abril 2019. 12.

ALBA
ISFIC RESEARCH AND SCIENCE JOURNAL
ALBA - ISFIC RESEARCH AND SCIENCE JOURNAL
ISSN PRINT: 3006-2489; ISSN ONLINE: 3006-2470
1ª Ed, Vol. 1, No. 10, Dezembro, 2025
https://alba.ac.mz/index.php/alba/issue/view/13
albaisfic@gmail.com; alba@isfic.ac.mz
10 - 12 | 2025

SISTEMA DE VIGILÂNCIA E ACIONAMENTO DE ALARME DE PERIGOS

Surveillance system and danger alarm activation

Sistema de vigilancia y activación de alarmas de peligro

António Nataniel João Fernandes[1] | Enoki Matumona Malungu Kakozungilau[2] | Luzizila Salambiaku[3]

[1] Licenciado, Universidade Kimpa Vita, Angola, 0009-0002-7032-6543, antonionataniel28@gmail.com.
[2] Licenciado, Universidade Kimpa Vita, Angola, 0009-0009-2667-2300, enokimatumona0906@gmail.com.
[3] Mestre, Universidade Kimpa Vita, Angola, 0000-0001-7678-5404, luzizila2009@gmail.com).

Autor para correspondência: luzizila2009@gmail.com

Data de recepção: 25-06-2025
Data de aceitação: 01-07-2025
Data da publicação: 10-12-2025

Como citar este Resumo: Fernandes, A. N. J.; Kakozungilau, E. M. M. & Salambiaku, L. (2025). *Sistema de vigilância e acionamento de alarme de perigos.* ALBA – ISFIC Research and Science Journal, 1(10), pp. 363-373. https://alba.ac.mz/index.php/alba/issue/view/13

RESUMO

Este artigo apresenta o desenvolvimento e a implementação de um sistema de monitoramento de vigilância e acionamento de alarme de perigos, destinado a ambientes residenciais, comerciais e institucionais. O sistema integra tecnologias modernas, como *Node*.js, *Bootstrap* 5, *WebSocket*, *Express*.js e um banco de dados *MySQL* gerenciado com *Knex*, além de dispositivos *IoT* programados em C/C++. Os testes indicaram alta eficiência na detecção de ameaças e redução de falsos alarmes, promovendo respostas rápidas a eventos críticos.

Palavras-chave: Monitoramento; Vigilância; Alarme; IoT; Node.js.

ABSTRACT

This article presents the development and implementation of a hazard surveillance monitoring and alarm activation system for residential, commercial, and institutional environments. The system integrates modern technologies such as Node.js, Bootstrap 5, WebSocket, Express.js, and a MySQL database managed with Knex, along with IoT devices programmed in C/C++. Test results indicated high efficiency in threat detection and a reduction in false alarms, enabling rapid responses to critical events.

Keywords: Monitoring; Surveillance; Alarm; IoT; Node.js.

RESUMEN

Este artículo presenta el desarrollo e implementación de un sistema de monitoreo de vigilancia y activación de alarmas para peligros, destinado a entornos residenciales, comerciales e institucionales. El sistema integra tecnologías modernas, como Node.js, Bootstrap 5, WebSocket, Express.js y una base de datos MySQL gestionada con Knex, además de dispositivos IoT programados en C/C++. Los

resultados indicaron una alta eficiencia en la detección de amenazas y una reducción de falsas alarmas, permitiendo respuestas rápidas a eventos críticos.

Palabras clave: Monitoreo; Vigilancia; Alarma; IoT; Node.js.

Contribuição de autoria (por autor):
António Nataniel João Fernandes: Codificação e desenvolvimento do sistema, integração das tecnologias (back-end e banco de dados).
Enoki Matumona Malungu Kakozungilau: Preparação e aplicação de instrumentos, compilação e recolha de dados, desenvolvimento da interface front-end.
Luzizila Salambiaku: Concepção e desenho da pesquisa, revisão da literatura, análise dos dados, coordenação e revisão crítica do artigo e correção do texto.

1. INTRODUÇÃO

O artigo apresenta o desenvolvimento e implementação de um sistema de vigilância e alarme de perigos, integrando diversas tecnologias modernas (*Node*.js, *Bootstrap* 5, *WebSocket*, *Express*.js, *MySQL*, *Knex*, *IoT* programados em C/C++). Embora o conceito de sistemas de segurança e alarme não seja inédito, a combinação específica de tecnologias e a descrição detalhada da arquitetura e componentes utilizados representam uma contribuição criativa no campo da engenharia e tecnologia. A proposta é uma solução inovadora para a proteção ativa contra perigos, buscando aprimorar os métodos tradicionais de monitoramento

O tema é extremamente atual e relevante. A segurança de pessoas e bens é uma preocupação crescente em cenários globais. O desenvolvimento de sistemas de detecção precoce de ameaças e resposta imediata a incidentes tem um alto potencial de impacto social, minimizando riscos em ambientes residenciais, comerciais e institucionais. A justificação do problema de pesquisa é clara: métodos tradicionais de monitoramento são insuficientes para a complexidade dos riscos atuais. O estudo visa "reduzir o risco de morte para a população" e "minimizar danos materiais", o que demonstra sua relevância social.

A metodologia é clara e bem detalhada. O desenvolvimento do sistema seguiu o *Rational Unified Process* (RUP), orientando as etapas de análise de requisitos, *design*, integração, desenvolvimento e testes, o que demonstra uma abordagem estruturada e sistemática. As tecnologias e componentes de *hardware* e *software* utilizados são especificados (Node.js, Express.js, *Bootstrap* 5, EJS, *WebSocket*, *MySQL*, *Knex*, *Arduino*, *ESP32*, sensores, etc.). Os resultados dos testes indicaram "alta eficiência na detecção de ameaças e redução de falsos alarmes", com uma taxa de detecção superior a 95%. Embora a descrição dos testes seja concisa, os resultados são apresentados de forma direta. A coerência entre o objetivo de desenvolver

ALBA - ISFIC RESEARCH AND SCIENCE JOURNAL
ISSN PRINT: 3006-2489; ISSN ONLINE: 3006-2470
1ª Ed, Vol. 1, No. 10, Dezembro, 2025
https://alba.ac.mz/index.php/alba/issue/view/13
albaisfic@gmail.com; alba@isfic.ac.mz

um sistema e a metodologia de engenharia de software utilizada é alta.

O projeto demonstra a importância da inovação tecnológica no setor de segurança e serve como "um exemplo para futuras implementações em outras empresas ou organizações com necessidades semelhantes". A adoção de tecnologias como essa pode "ampliar o alcance e a efetividade das operações de segurança, reduzindo significativamente a vulnerabilidade a riscos", o que abre claras possibilidades de aplicação prática.

1.1 Contextualização

A contínua evolução das tecnologias de informação e comunicação tem impulsionado significativamente o desenvolvimento de sistemas integrados para monitoramento inteligente, combinando *hardware*, *software* e análise de dados em ambientes conectados. Estudos recentes destacam que a modernização da infraestrutura digital, associada ao avanço da computação distribuída e da conectividade em alta velocidade, tem sido essencial para otimizar a aquisição, processamento e interpretação de dados em sistemas de vigilância e automação (Chen, 2021).

Além disso, a integração de dispositivos IoT com comunicação em tempo real, associada ao uso de algoritmos de inteligência artificial e aprendizado de máquina, vem permitindo a implementação de soluções mais robustas e adaptáveis a diferentes cenários de risco. Essa abordagem possibilita maior escalabilidade, precisão e capacidade de diagnóstico situacional, tornando os sistemas mais eficientes na detecção e resposta a eventos críticos (Al-Fuqaha, 2023).

1.2 Aspectos Tecnológicos

No que diz respeito às tecnologias que sustentaram a abordagem e a construção do presente artigo, estas são apresentadas a seguir com suas funcionalidades específicas e pertinentes. O emprego de *Node*.js, *Bootstrap* 5, *Express*.js e *WebSocket* possibilita a criação de interfaces interativas, responsivas e a comunicação instantânea entre sensores e a central de monitoramento, favorecendo sistemas de resposta rápida e fluxo contínuo de dados. Conforme demonstrado por estudos recentes, plataformas baseadas em *JavaScript* têm se mostrado altamente escaláveis e adequadas para arquiteturas distribuídas e sistemas de detecção em tempo real (Rausch, 2021).

Além disso, a utilização de um banco de dados *MySQL*, gerenciado via *Knex*, assegura a integridade, consistência e agilidade na consulta e registro de dados, algo especialmente relevante em sistemas críticos

de acompanhamento contínuo. Pesquisas atuais destacam que sistemas relacionais maduros como o *MySQL* permanecem eficientes quando combinados com camadas de abstração e *ORM*, proporcionando flexibilidade e manutenção simplificada ((Kumar, 2023).

Do mesmo modo, os dispositivos físicos programados em C/C++ garantem alto desempenho e precisão na detecção de eventos, uma vez que linguagens de baixo nível possibilitam otimização temporal e de memória característica essencial em sistemas embarcados com processamento limitado (Bose, 2022).

1.2.1. Notificações e Alertas

JavaScript oferece suporte nativo ao envio de notificações ao usuário por meio da API de Notificações, recurso que tem assumido um papel essencial em sistemas de alarme e monitoramento. Estudos recentes demonstram que mecanismos de notificação baseados no navegador aumentam a eficiência de disseminação de alertas em aplicações críticas (Ferreira, 2022).

Essa funcionalidade permite que os usuários recebam alertas críticos mesmo quando não estão com a interface web visível ou ativa, assegurando que informações urgentes sejam imediatamente entregues e minimizando a possibilidade de falhas na percepção situacional (Kulkarni, 2021).

1.2.2 Geolocalização

A API de Geolocalização do *JavaScript* possibilita a obtenção da localização do usuário com elevado nível de precisão, sendo um componente essencial para sistemas de segurança que utilizam posicionamento espacial como critério de alerta (Santos, 2022).

Por exemplo, em cenários de risco delimitados geograficamente, o sistema pode emitir notificações seletivas apenas aos usuários situados dentro da área afetada, garantindo maior relevância e eficiência nas respostas de segurança.

.1.2.3. Comunicação em Tempo Real com WebSockets

WebSockets possibilitam comunicação bidirecional e contínua entre cliente e servidor, característica indispensável para sistemas de monitoramento em tempo real, permitindo alta responsividade na transmissão de alertas e eventos críticos (Garcia R. &., 2021).

Ao utilizar a biblioteca `*socket*.io`, o *Node*.js simplifica e otimiza a implementação dos canais *WebSocket*, permitindo a emissão

ALBA - ISFIC RESEARCH AND SCIENCE JOURNAL
ISSN PRINT: 3006-2489; ISSN ONLINE: 3006-2470
1ª Ed, Vol. 1, No. 10, Dezembro, 2025
https://alba.ac.mz/index.php/alba/issue/view/13
albaisfic@gmail.com; alba@isfic.ac.mz

imediata de notificações aos usuários quando uma condição de risco é identificada.

1.2.4. Autenticação e Segurança

A segurança constitui um elemento fundamental em sistemas de alarme e monitoramento, especialmente quando envolve circulação de dados sensíveis e comunicação em tempo real. Em ambientes baseados em *Node*.js, a adoção de bibliotecas consolidadas como `*passport*.js` para autenticação e controle de acesso tem demonstrado elevado nível de eficácia na gestão de credenciais e perfis de usuários (Marinho, 2021).

Adicionalmente, o uso de mecanismos de proteção como `*helmet*` permite mitigar vulnerabilidades comuns em aplicações *web*, fortalecendo os cabeçalhos de segurança e reduzindo superfícies de ataque durante a comunicação cliente-servidor (Ahmed, 2023).

Por fim, a implementação de criptografia SSL/TLS no tráfego de dados é reconhecida como prática essencial para assegurar integridade, privacidade e proteção contra interceptação de informações, sobretudo em sistemas críticos de segurança.

1.2.5. Conectividade e Comunicação

Arduino pode ser integrado de forma eficiente com diferentes módulos de conectividade, como *WiFi*, *Ethernet* e *GSM*, permitindo comunicação direta com servidores *web* e aplicações online. Estudos recentes demonstram que essa flexibilidade de comunicação torna o Arduino altamente apropriado para sistemas de monitoramento distribuído e plataformas IoT (Hussain, 2021).

A biblioteca *WiFi* do Arduino, por sua vez, simplifica o processo de conexão à rede sem fio e viabiliza o envio imediato de dados provenientes de sensores para um servidor ou sistema central de monitoramento, assegurando baixa latência e transmissão contínua de informações críticas (Lopes, 2022).

1.2.6. Sensores e Monitoramento

Uma das maiores vantagens do Arduíno é a sua compatibilidade com uma ampla gama de sensores, por exemplo estudos recentes já implementaram sensores para temperatura, umidade, pressão, luz e gases em plataformas baseadas em Arduino (Hernández Rodríguez, 2023). Esses sensores podem ser usados para detectar condições perigosas e enviar dados para o servidor web, onde os alertas podem ser gerenciados e acionados. Por exemplo, um sensor de gás *MQ*-2 pode detectar

vazamentos de gás e enviar um sinal para o Arduíno, que então comunica o alerta ao *site* (Purdum, 2020).

A integração com *APIs (Application Programming Interfaces*) é uma funcionalidade chave do *JavaScript*, permitindo que o *site* se comunique com servidores para enviar e receber dados em tempo real. No nosso sistema de alarmes de perigos, isso pode foi usado para verificar a localização do usuário, consultar bases de dados de perigos e enviar notificações instantâneas.

Além de monitorar condições, o Arduíno pode ser programado para realizar ações específicas em resposta a determinados sinais de sensores. Por exemplo, em caso de detecção de fogo, o Arduíno aciona automaticamente um alarme sonoro e enviar uma notificação ao *site*. Isso foi essencial para o nosso sistema de segurança que precisa reagir rapidamente a situações de perigo.

1.2.6.1. Interface do Usuário e Notificações

A interface do usuário no *site* pode foi desenvolvida usando *HTML*, *CSS* e *JavaScript* para apresentar os dados de sensores de forma clara e intuitiva. *Frameworks* como *Bootstrap* foi ser usados para garantir um *design* responsivo e acessível. Notificações em tempo real foram implementadas usando *WebSocket*, permitindo que os usuários recebam alertas instantâneos sobre condições perigosas.

1.2.7. Segurança e Confiabilidade

A segurança e confiabilidade são aspectos críticos em um sistema de alarmes de perigos. O Arduíno foi configurado com medidas de segurança adequadas, como autenticação para conexões *Wi-Fi* e uso de criptografia para transmissão de dados sensíveis. Além disso, a robustez do código e a redundância do sistema de monitoramento foi tão importante e para garantiu que os alarmes funcionem corretamente em todas as situações.

O uso de Arduíno no desenvolvimento de *site* para acionamento de alarmes de perigos ofereceu uma solução flexível e eficiente para monitoramento e resposta a emergências. A integração de sensores, conectividade e interface de usuário garantiu a criação de sistemas de segurança robustos e responsivos, essenciais para a proteção dos usuários.

2. MATERIAIS E MÉTODOS

O desenvolvimento do sistema envolveu as seguintes tecnologias e abordagens:

Back-end e API REST: Desenvolvido em *Node*.js utilizando *Express*.js, com testes realizados via *Postman*.

ALBA - ISFIC RESEARCH AND SCIENCE JOURNAL
ISSN PRINT: 3006-2489; ISSN ONLINE: 3006-2470
1ª Ed, Vol. 1, No. 10, Dezembro, 2025
https://alba.ac.mz/index.php/alba/issue/view/13
albaisfic@gmail.com; alba@isfic.ac.mz

Front-end: Implementação com *Bootstrap* 5, CSS3, *HTML5* e EJS para uma interface responsiva e intuitiva.

Comunicação: Estabelecida por meio de *WebSocket*, permitindo conexão em tempo real entre sensores e a central.

Banco de Dados: *MySQL*, gerenciado com *Knex*, para armazenamento e consulta eficiente das informações.

Hardware: Sensores de movimento, detectores de incêndio e demais dispositivos IoT, programados em C/C++, responsáveis pela coleta dos dados em campo.

A metodologia adotada foi o *Rational Unified Process* (RUP), orientando as etapas de análise de requisitos, design, integração de tecnologias, desenvolvimento e testes, garantindo uma abordagem estruturada e sistemática para a implementação do sistema.

2.1. Arduíno

Arduíno é uma plataforma de prototipagem eletrônica de código aberto baseada em *hardware* e software flexíveis e fáceis de usar. Combinando Arduíno com um *site* para acionamento de alarmes de perigos, é possível criar um sistema de monitoramento e resposta a emergências eficiente e acessível. (Arduino, 2023).

2.2. ESP32

O ESP32 é um microcontrolador altamente integrado, com recursos de comunicação *Wi-Fi* e *Bluetooth*, que é amplamente utilizado para projectos de *IoT*, automação e eletrônica em geral. (J. Hans, 2021). Ele foi desenvolvido pela *Espressif Systems* e se destaca por seu baixo custo e potência, sendo uma evolução do ESP8266.

Características principais do ESP32:

Processador: Tem um ou dois núcleos de 32 bits do tipo *Xtensa LX6*, com *clock* de até 240 *MHz*.

Memória: Tipicamente possui 520 *KB* de *SRAM*, com espaço adicional de *flash* que pode variar (geralmente entre 4 *MB* e 16 *MB*).

Comunicação sem fio: Suporte a *Wi-Fi* 802.11 b/g/n e *Bluetooth* 4.2 (BLE e *Bluetooth* Clássico).

Knex.js é um *SQL query builder* para *Node*.js, projetado para trabalhar com vários bases de dados, como *PostgreSQL*, *MySQL*, *SQLite* e outros. Ele oferece uma *interface* fluida e poderosa para gerenciar base de dados, facilitando a integração de operações de base de dados em aplicações *web*. No contexto de um sistema de acionamento de alarmes de perigos, *Knex*.js pode ser usado para gerenciar dados de alertas, usuários e sensores de maneira eficiente e segura.

2.4. Outras componentes tecnológicos envolvidos

DigitalOcean: é uma empresa de hospedagem em nuvem que oferece serviços de infrastrutur para desenvolvedores, *startups* e pequenas empresas. Esta empresa nos permitiu obter o domínio da hospedagem do nosso sistema dando nos um endereço:http://www.socaia.pro.

Usamos *JavaScript*, como a linguagem de programação para nos conectar com a base de dados na plataforma de desenvolvimento *Node.js*. *JavaScript* (frequentemente abreviado como JS) sendo uma linguagem de programação interpretada estruturada, de *script* em alto nível com tipagem dinâmica fraca e multiparadigma (protótipos, orientado a objeto, imperativo e funcional).

VS Code é um editor de código gratuito, que roda nos sistemas operacionais *macOS*, Linux e Windows. Começar a trabalhar com o *Visual Studio Code* é rápido e fácil. Usamos esse editor para implementar funcionalidades codificando. (Microsoft).

Um *jumper* é um fio com pinos de conector que liga dois pontos de um circuito eletrônico, sem a necessidade de solda. No Arduino, os *jumpers* foram usados para conectar a placa.

Arduino a outros dispositivos ou a uma protoboard. (Arduino), Os jumpers, facilitaram a conectividade com a placa e outros componetes.

A *protoboard* é uma ferramenta muito útil para os profissionais da área de utilização porque possibilita conectar diversos componentes, como capacitores, resistores, circuitos integrados, diodos, transistores, entre outros, permitindo uma precisão maior na montagem de circuitos – que está presente no dia a dia do profissional da área. (Goiás). Ela permitiu-nos que fizéssemos testes, simulações, alterações sem a necessidade de soltar os componentes – basta conectar os terminais corretos nos locais determinados para fazer o circuito funcionar.

O *buzzer* é um componente eletrônico que converte um sinal elétrico em onda sonora. Este dispositivo é utilizado para sinalização sonora, sendo aplicado em computadores, despertadores, carros, entre outros. (Robótica). Em cada ocorrência detetada no perímetro definido e instalado o *buzzer* emite sons de alertas para notificar as ocorrências.

LCD (*Liquid Crystal Display*) é um display que permite a visualização de informações e imagens em projetos com Arduino. É um componente eletrônico que permite a interação entre o usuário e a máquina. (Vision). Usamos ela como uma etiqueta para projectar das ocorrências dectadadas pelos sensores.

ALBA - ISFIC RESEARCH AND SCIENCE JOURNAL
ISSN PRINT: 3006-2489; ISSN ONLINE: 3006-2470
1ª Ed, Vol. 1, No. 10, Dezembro, 2025
https://alba.ac.mz/index.php/alba/issue/view/13
albaisfic@gmail.com; alba@isfic.ac.mz

Usamos *USB android* para conectar a placa de arduino com o computador;

MySql é um sistema de gestão de bases de dados relacional. Com a ajuda desse gestor criamos e manipulamos a base de dados, com a ajuda do *Knex*, que nos auxiliou nas construções de consultas.

Astah Community: esta é uma ferramenta de modelagem de sistemas de informação com o *UML*, desenvolvido pela plataforma *Java*. Permitiu modelar o sistema de monitoramento e vigilância de alarme de perigo por meios de diagramas *UML*. A sua escolha deve-se a simplicidade de utilização e robustez para desenhar o diagrama desejado.

3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

Os testes demonstraram que o sistema atingiu uma taxa de detecção de ameaças superior a 95%, com significativa redução dos falsos alarmes. A comunicação em tempo real, estabelecida via *WebSocket*, permitiu que qualquer evento fosse imediatamente notificado à central, possibilitando respostas rápidas e eficazes. A *interface*, desenvolvida com *Bootstrap* 5 e EJS, revelou-se intuitiva, facilitando a operação e o gerenciamento dos incidentes pelos usuários.

Entre os desafios enfrentados, destacaram-se a calibração dos sensores para minimizar interferências e a necessidade de ajustes na latência em ambientes com redes instáveis. Tais desafios foram superados por meio de otimizações técnicas, assegurando a robustez e confiabilidade do sistema em diversos cenários de risco.

4. CONCLUSÃO

Este estudo evidenciou a viabilidade e eficácia do sistema de monitoramento de vigilância e acionamento de alarme de perigos. A integração de tecnologias modernas possibilitou a criação de uma solução robusta, com detecção precisa de ameaças e respostas imediatas a incidentes, contribuindo para a segurança de pessoas e patrimônios. O projecto demonstra a importância da inovação tecnológica no setor de segurança, e serve como um exemplo para futuras implementações em outras empresas ou organizações com necessidades semelhantes. A adoção de tecnologias como essa tende a ampliar o alcance e a efetividade das operações de segurança, reduzindo significativamente a vulnerabilidade a riscos.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Ahmed, I. C. (2023). *Middleware and header*

protection strategies in secure Node.js applications. . Journal of Cybersecurity Engineering.

Al-Fuqaha, A. G. (2023). *Internet of Things: A comprehensive review of enabling technologies, security and privacy, and applications.* IEEE Communications Surveys & Tutorials.

Arduino. (2023). "Documentação do Arduino," .

Arduino. (s.d.). *kitsarduino.com.br.* Obtido em 5 de Maio de 2025, de Kit Makers: https://www.kitsarduino.com.br/cmp/jumpers.html.

Bose, S. &. (2022). *Performance optimization in embedded systems using C/C++ for real-time sensing and actuation.* Embedded Systems Review.

Chen, W. Z. (2021). *Smart sensor networks and real-time data processing for intelligent monitoring systems.* . Journal of Network and Computer Applications.

Ferreira, A. &. (2022). *Browser-based notification mechanisms for real-time alert dissemination in critical monitoring systems.* . International Journal of Web Engineering and Applications.

Garcia, R. &. (2021). *Real-time bidirectional communication using WebSockets in distributed monitoring platforms.* Journal of Web Systems and Engineering. .

Goiás, U. F. (s.d.). Obtido em 3 de Março de 2025, de https://ipelab.ufg.br/n/156373-protoboard-o-que-e-e-como-usar

Hernández Rodríguez, E. G.-R.-S. (2023). *Relibility Testing of law-cost, Multi-purpose Arduino-Based Data Logger Deployed in Several Applications such as outdoor Air Quality, Human Activity, Motion, and Exhaust Gas Monitoring. Sensors.*

Hussain, A. &. (2021). *Arduino-based IoT communication frameworks for distributed sensing environments.* . Journal of Embedded Computing Systems.

J. Hans. (2021). *Mastering Microcontrollers with the ESP32: Practical Guide for IoT Applications.* . Springer., . .

Kulkarni, R. D. (2021). *Real-time web notifications and user engagement in responsive alert systems.* . Journal of Internet Technology and Applications.

Kumar, D. &. (2023). *Transactional consistency and performance in MySQL-based distributed monitoring platforms.* . Journal of Database Systems and Applications.

Lopes, R. F. (2022). *Wireless data transmission using Arduino WiFi libraries in real-time monitoring applications.* . International Journal of Internet of Things and Wireless Networks.

Marinho, D. &. (2021). *User authentication frameworks in JavaScript environments: An evaluation of passport.js and modern security approaches.* International Journal of Web Security and Applications.

Microsoft. (s.d.). *Visual Studio Code.* Obtido em 7 de Abril de 2025, de Visual Studio Code: https://code.visualstudio.com/docs/setup/setup-overview.

Otto & Thornton. (2020). *Bootstrap 5 Documentation.* Obtido em 3 de Março de 2025, de https://getbootstrap.com/

Purdum. (2020.). *Beginning C for Arduino: Learn C Programming for the Arduino.* . Apress.,.

Rausch, T. L. (2021). *Scalable real-time communication and event streaming in JavaScript-driven architectures for IoT monitoring.* . IEEE Internet of Things Journal.

Robótica, B. d. (s.d.). *Blog da robótica.* Obtido em 2 de Maio de 2025, de

ALBA - ISFIC RESEARCH AND SCIENCE JOURNAL
ISSN PRINT: 3006-2489; ISSN ONLINE: 3006-2470
1ª Ed, Vol. 1, No. 10, Dezembro, 2025
https://alba.ac.mz/index.php/alba/issue/view/13
albaisfic@gmail.com; alba@isfic.ac.mz

https://www.blogdarobotica.com/2020/10/05/utilizando-o-buzzer-ativo-no-arduino/#:~:text=O%20buzzer%20%C3%A9%20um%20componente,despertadores%2C%20carros%2C%20entre%20outros

Santos, L. &. (2022). *Geolocation-driven notification systems in web platforms: accuracy, privacy, and performance.* International Journal of Web Information Systems.

Vision, V. (s.d.). *Victor Vision.* Obtido em 15 de Abril de 2025, de https://victorvision.com.br/blog/lcd-display-arduino/

ALBA
ISFIC RESEARCH AND SCIENCE JOURNAL
ALBA - ISFIC RESEARCH AND SCIENCE JOURNAL
ISSN PRINT: 3006-2489; ISSN ONLINE: 3006-2470
1ª Ed, Vol. 1, No. 10, Dezembro, 2025
https://alba.ac.mz/index.php/alba/issue/view/13
albaisfic@gmail.com; alba@isfic.ac.mz
10 - 12 | 2025

DESIDRATAÇÃO EM IDOSOS INSTITUCIONALIZADOS: UMA REVISÃO BIBLIOGRÁFICA ABRANGENTE

Dehydration in the institutionalized elderly: A comprehensive literature review

Deshidratación en ancianos institucionalizados: Una revisión exhaustiva de la literatura

Ana Patrícia Carvalho[1] | Marta Rosa[2]

[1]Mestre, Escola Superior de Gestão e Tecnologia do Instituto Politécnico de Santarém, Portugal, ORCID 0009-0003-1722-0675, 220000160@esg.ipsantarem.pt
[2]Doutora, Escola Superior de Saúde do Instituto Politécnico de Santarém, Portugal, ORCID 0000-0003-0916-0564, marta.rosa@essaude.ipsantarem.pt

Autor para correspondência: 220000160@esg.ipsantarem.pt

Data de recepção: 25-06-2025
Data de aceitação: 01-07-2025
Data da Publicação: 10-12-2025

Como citar este artigo: Carvalho, A. P. & Rosa, M. (2025). *Desidratação em idosos institucionalizados: Uma Revisão Bibliográfica Abrangente.* ALBA – ISFIC Research and Science Journal, 1(10), pp. 374-392. https://alba.ac.mz/index.php/alba/issue/view/13

RESUMO

O envelhecimento da população é uma preocupação global, especialmente na Europa e em Portugal, com projeções a indicarem um aumento significativo da população idosa até 2050. Este fenómeno impacta áreas como o trabalho, economia e, sobretudo, a saúde, exigindo abordagens que promovam um envelhecimento ativo de qualidade. A desidratação em idosos institucionalizados é uma preocupação crescente, dadas as vulnerabilidades associadas a esta população. O estudo pretende explorar as causas, consequências e estratégias de gestão de risco associadas à desidratação, contribuindo para práticas de cuidado mais eficazes. Com este artigo pretende-se analisar os fatores de risco, os impactos na saúde e as estratégias de intervenção relacionadas com a desidratação em idosos institucionalizados, visando melhorar a qualidade de vida. Para tal, foi usada a seguinte m**etodologia,** revisão da literatura entre 2014 e 2023 focada na desidratação em idosos residentes em instituições. A pesquisa foi conduzida em bases de dados como PubMed e Google Scholar. Os critérios de inclusão abrangeram livros, teses e artigos revistos por pares em português e inglês. A abordagem qualitativa permitiu identificar tendências e divergências relevantes. Os resultados apontam diversos fatores de risco, como défice cognitivo, desnutrição e comorbilidades. Verificaram-se diferentes taxas de prevalência e foram identificadas estratégias de intervenção como formação profissional, sensibilização, alterações ambientais e medidas específicas. Destacam-se disparidades geográficas e a necessidade de abordagens multidisciplinares. O estudo conclui que a desidratação em idosos institucionalizados é multifacetada. Estratégias preventivas e intervenções personalizadas são essenciais para

garantir um envelhecimento saudável e uma melhor qualidade de vida.

Palavras-chave: desidratação, fatores de risco, idosos, instituições de longa permanência

ABSTRACT

Population aging is a global concern, especially in Europe and Portugal, with projections indicating a significant increase in the elderly population by 2050. This phenomenon impacts areas such as work, the economy, and above all, health, requiring approaches that promote quality active aging. Dehydration in institutionalized elderly individuals is a growing concern, given the vulnerabilities associated with this population. This study aims to explore the causes, consequences, and risk management strategies associated with dehydration, contributing to more effective care practices. This article aims to analyze the risk factors, health impacts, and intervention strategies related to dehydration in institutionalized elderly individuals, aiming to improve their quality of life. To this end, the following methodology was used: a literature review between 2014 and 2023 focused on dehydration in elderly residents in institutions. The search was conducted in databases such as PubMed and Google Scholar. Inclusion criteria included books, theses, and peer-reviewed articles in Portuguese and English. The qualitative approach allowed for the identification of relevant trends and divergences. The results point to several risk factors, such as cognitive impairment, malnutrition, and comorbidities. Different prevalence rates were observed, and intervention strategies such as vocational training, awareness campaigns, environmental changes, and specific measures were identified. Geographical disparities and the need for multidisciplinary approaches are highlighted. The study concludes that dehydration in institutionalized elderly individuals is multifaceted. Preventive strategies and personalized interventions are essential to ensure healthy aging and a better quality of life.

Keywords: dehydration, risk factors, elderly, long-stay institutions

RESUMEN

El envejecimiento poblacional es una preocupación global, especialmente en Europa y Portugal, con proyecciones que indican un aumento significativo en la población de edad avanzada para el año 2050. Este fenómeno impacta áreas como el trabajo, la economía y, sobre todo, la salud, requiriendo enfoques que promuevan un envejecimiento activo de calidad. La deshidratación en personas mayores institucionalizadas es una preocupación creciente, dadas las vulnerabilidades asociadas con esta población. Este estudio tiene como objetivo explorar las causas, consecuencias y estrategias de gestión de riesgos asociadas con la deshidratación, contribuyendo a prácticas de cuidado más efectivas. Este artículo tiene como objetivo analizar los factores de riesgo, los impactos en la salud y las estrategias de intervención relacionadas con la deshidratación en personas mayores institucionalizadas, con el objetivo de mejorar su calidad de vida. Para ello, se utilizó la siguiente metodología: una revisión bibliográfica entre 2014 y 2023 centrada en la deshidratación en personas mayores residentes en instituciones. La búsqueda se realizó en bases de datos como PubMed y Google Scholar. Los criterios de inclusión incluyeron libros, tesis y artículos revisados por pares en portugués e inglés. El enfoque cualitativo permitió la identificación de tendencias y divergencias relevantes. Los resultados apuntan a diversos factores de riesgo, como el deterioro cognitivo, la desnutrición y las comorbilidades. Se observaron diferentes tasas de prevalencia y se identificaron estrategias de intervención como la formación profesional, campañas de concienciación, cambios ambientales y medidas específicas. Se destacan las disparidades geográficas y la necesidad de enfoques multidisciplinarios. El estudio concluye que la deshidratación en personas mayores institucionalizadas es multifacética. Las estrategias preventivas y las intervenciones personalizadas son esenciales para

ALBA - ISFIC RESEARCH AND SCIENCE JOURNAL
ISSN PRINT: 3006-2489; ISSN ONLINE: 3006-2470
1ª Ed, Vol. 1, No. 10, Dezembro, 2025
https://alba.ac.mz/index.php/alba/issue/view/13
albaisfic@gmail.com; alba@isfic.ac.mz

garantizar un envejecimiento saludable y una mejor calidad de vida.
Palabras clave: deshidratación; factores de riesgo; ancianos; instituciones de larga estancia

Contribuição de autoria (por autor):
Ana Patrícia Carvalho: Conceção da ideia, pesquisa e revisão da literatura, redação do artigo. Marta Rosa: Supervisão e revisão crítica do conteúdo.

INTRODUÇÃO

O processo de envelhecimento é uma situação de preocupação tanto para a população em Portugal como na Europa, e a sua influência é observada em diversas partes do mundo.

A população mundial está a envelhecer rapidamente devido ao aumento da esperança média de vida e à diminuição da taxa de natalidade. Projeções indicam que o número de pessoas com 60 anos ou mais duplicará até 2050, atingindo 2,1 bilhões, e triplicará até 2100, chegando a 3,1 bilhões. Este envelhecimento populacional tem amplos impactos nos setores do mercado de trabalho, finanças, habitação, transporte e proteção social. Atualmente, a Europa lidera, com 25% da população com 60 anos ou mais, e é esperado um rápido envelhecimento global até 2050 (Organização das Nações Unidas, 2019).

A Figura 1 compara o índice de envelhecimento em diversos países europeus entre os anos de 1960 e 2022. Portugal, em segundo lugar, apresenta um aumento significativo no índice de envelhecimento, passando de 27% em 1960 para 185,3% em 2022.

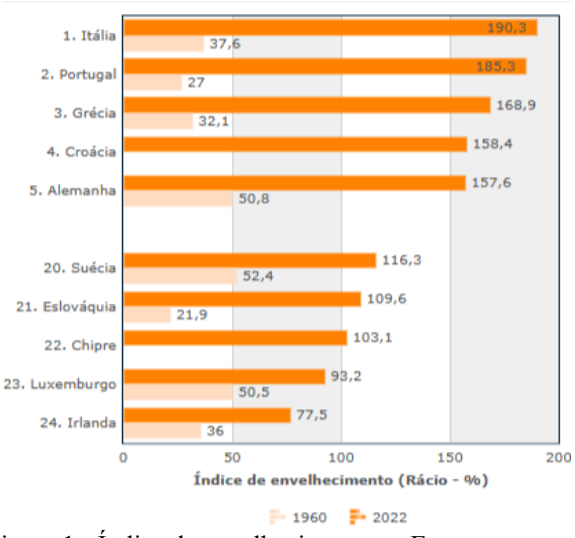


Figura 1 - Índice de envelhecimento na Europa
Fonte: (PORDATA, 2024)

Segundo a Organização Mundial de Saúde (2015), à medida que a população mundial envelhece, destaca-se a necessidade premente de promover um envelhecimento ativo e saudável. Este fenómeno demográfico é descrito como a procura otimizada de oportunidades para a saúde, participação e segurança, visando melhorar a qualidade de vida durante o envelhecimento.

A institucionalização de idosos emerge como uma consideração sensível. À medida que as populações envelhecem, enfrenta-se o desafio de equilibrar a promoção do envelhecimento ativo com a necessidade de fornecer cuidados adequados. Em determinadas circunstâncias, a institucionalização pode ser uma opção vital

para lidar com a deterioração da saúde, solidão insustentável e a crescente dependência nas atividades diárias. No entanto, esta decisão deve ser ponderada como último recurso, com ênfase contínua na preservação da autonomia e qualidade de vida dos idosos, com o intuito de garantir um equilíbrio entre a assistência institucional e a promoção de um envelhecimento digno e participativo.

Com o avançar da idade, todas as partes do corpo humano passam por um processo degenerativo que resulta na diminuição da função e capacidade, independentemente da presença de uma condição patológica. Os processos degenerativos mais frequentes em idosos estão associados à capacidade de locomoção, visual, auditiva e à dificuldade de deglutição (disfagia) (Namasivayam-MacDonald & Riquelme, 2019).

À medida que a expectativa de vida aumenta, surge a necessidade premente de compreender e abordar os desafios específicos enfrentados pela população idosa. O processo natural de envelhecimento traz consigo uma série de mudanças fisiológicas que podem afetar o equilíbrio hídrico nesta população, colocando os idosos em grande risco de desidratação (Gomes, 2014).

A desidratação em idosos institucionalizados é uma preocupação crescente na área da saúde à medida que a população global envelhece e a proporção de idosos em instituições de cuidados aumenta. Este fenómeno é exacerbado pela complexidade dos desafios enfrentados pelos idosos, incluindo condições clínicas subjacentes e barreiras físicas à ingestão adequada de líquidos. A diminuição da sensação de sede, alterações na função renal e a presença de condições de saúde crónicas são apenas alguns dos fatores que contribuem para esse cenário preocupante. Além disso, a dificuldade em mobilidade e a dependência de cuidadores podem limitar o acesso dos idosos à água potável, agravando ainda mais o risco de desidratação. A desidratação não apenas compromete o bem-estar fisiológico dos idosos, mas também está associada a uma série de complicações clínicas, incluindo disfunções renais, distúrbios cognitivos e desnutrição, entre outros (Botigué et al., 2019).

Para Gomes (2014), é imperativo reconhecer a interconexão entre o envelhecimento da população e a incidência de desidratação, pois isso não apenas impacta a qualidade de vida dos idosos, mas também coloca uma pressão adicional nos sistemas de saúde. Ao compreender os mecanismos subjacentes e os fatores de risco associados, podemos desenvolver estratégias mais eficazes de prevenção e gestão da desidratação numa população cada vez mais

ALBA - ISFIC RESEARCH AND SCIENCE JOURNAL
ISSN PRINT: 3006-2489; ISSN ONLINE: 3006-2470
1ª Ed, Vol. 1, No. 10, Dezembro, 2025
https://alba.ac.mz/index.php/alba/issue/view/13
albaisfic@gmail.com; alba@isfic.ac.mz

idosa, promovendo assim um envelhecimento saudável e sustentável.

Neste sentido e no contexto da rápida mudança na estrutura demográfica, onde a população idosa está a crescer de maneira exponencial, é essencial compreender e abordar os fatores de risco associados à desidratação em ambientes institucionais. Esta pesquisa visa explorar não apenas a incidência e as causas da desidratação neste grupo demográfico específico, mas também a implementação de estratégias eficazes de gestão de risco. Ao fazer isto, pretende-se contribuir para a melhoria da qualidade de vida dos idosos institucionalizados, promovendo práticas de cuidados mais informadas e eficazes.

METODOLOGIA

Realizou-se uma revisão da bibliografia caracterizada por analisar e sintetizar as informações disponíveis na literatura existente e em estudos já publicados por diversos autores, sobre a desidratação nos idosos, com foco na identificação dos fatores de risco e estratégias de intervenção associadas.

A pesquisa da bibliografia foi realizada na base de dados PubMed e no motor de busca Google, envolvendo o período de 2014 a 2023, com maior prevalência nos últimos seis anos, abrangendo populações idosas em diferentes contextos, como comunidades e lares de idosos. Os termos de pesquisa incluíram “desidratação”, “idoso”, “lares de idosos” e “fatores de risco".

Os critérios de inclusão abrangeram livros, guias orientadores, teses de doutoramento, artigos completos publicados em revistas científicas em inglês e português, revistos pelos pares, com base na especificidade dos subtemas que se pretendem abordar nesta revisão.

Cada estudo foi submetido a uma análise detalhada, incluindo a sua metodologia e resultados.

Os dados foram extraídos abrangendo informações sobre as características dos estudos, resultados e conclusões dos autores. Uma abordagem qualitativa foi adotada para analisar as tendências dos estudos selecionados.

A comparação entre os estudos revelou padrões distintos e variabilidades significativas nos resultados. Este processo permitiu uma compreensão abrangente das tendências e divergências na bibliografia existente sobre o tema.

Este estudo seguiu padrões éticos, garantindo a credibilidade das fontes utilizadas na revisão. A transparência foi mantida em todas as etapas do processo de

revisão para assegurar a integridade e a confiabilidade dos resultados apresentados.

RESULTADOS

Os resultados obtidos a partir da análise dos diversos artigos consultados revelam um panorama abrangente sobre a desidratação em idosos institucionalizados. Entre os principais resultados, destacam-se as taxas variáveis de prevalência da desidratação, frequentemente associadas a fatores como comprometimento cognitivo e limitações funcionais. Além disso, os estudos examinam estratégias de intervenção, incluindo a eficácia de programas de esclarecimento, modificações ambientais e implementação de práticas de hidratação.

A compilação dos resultados proporciona uma visão abrangente das complexidades envolvidas, fornecendo «insights» valiosos para o entendimento e a mitigação deste desafio significativo, que é a desidratação, em idosos residentes em instituições de cuidados de longa permanência. A desidratação é uma preocupação de saúde pública global, afetando diversas populações em todo o mundo.

Neste contexto, a Figura 2 (com base na cronologia dos diversos artigos) apresenta as taxas de prevalência de desidratação em quatro países distintos: Estados Unidos da América (38,3%), Reino Unido (20%) e Japão (16,9%) (Jimoh et al., 2019; Marra et al., 2016; Nagae et al., 2020). De acordo com o projeto Nutrition Up 65, realizado em 1320 participantes com idade superior a 65 anos, por Amaral et al. (2018), Portugal registava uma taxa de desidratação no idoso de 16,3%. Estes dados oferecem informações valiosas sobre as disparidades geográficas e podem auxiliar na formulação de estratégias preventivas e intervenções direcionadas destacando a magnitude do desafio e ressaltando a importância de abordagens específicas.

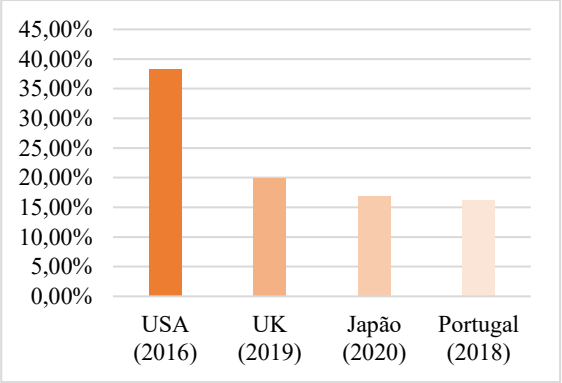


Figura 2 - Taxa de prevalência de desidratação no idoso
Fonte: Jimoh et al. (2019), Marra et al. (2016), Nagae et al. (2020), Amaral et al. (2018)

Nos diversos estudos, notam-se padrões recorrentes que se entrelaçam, delineando uma compreensão mais profunda do fenómeno da desidratação. Assim, no Quadro 1, destacam-se alguns temas essenciais que permeiam a literatura, lançando luz sobre aspetos cruciais da desidratação e o seu impacto nos cuidados a idosos

ALBA - ISFIC RESEARCH AND SCIENCE JOURNAL
ISSN PRINT: 3006-2489; ISSN ONLINE: 3006-2470
1ª Ed, Vol. 1, No. 10, Dezembro, 2025
https://alba.ac.mz/index.php/alba/issue/view/13
albaisfic@gmail.com; alba@isfic.ac.mz

institucionalizados, nomeadamente os fatores de risco e medidas preventivas.

Os artigos convergem na identificação de fatores de risco comuns, desde condições de saúde específicas até desafios ambientais. Estratégias multifacetadas, focadas na educação, monitorização e intervenções personalizadas, emergem como pilares essenciais para prevenir a desidratação.

Os temas do Quadro 1 fornecem um panorama abrangente da desidratação em idosos institucionalizados, fundamentando a necessidade de estratégias holísticas e adaptadas a contextos específicos para melhorar a saúde e o bem-estar dessa população.

Quadro 1 - Análise temática da desidratação em idosos institucionalizados

Pontos em comum	Fatores de risco	Impacto na saúde dos utentes	Medidas preventivas	Artigos
Desidratação em idosos institucionalizados	Comprometimento cognitivo, diabetes, desnutrição, disfagia,	Declínio cognitivo, redução da qualidade de vida, aumento da mortalidade	Intervenções nutricionais, considerar o tipo de bebidas líquidas, suplementos e lanches entre as refeições	(Botigué et al., 2019; Marra et al., 2016; Masot et al., 2018; Nagae et al., 2020; Paulis et al., 2018; van Wietmarschen et al., 2020)
Efeitos positivos de estratégias múltiplas	Não especificado	Não especificado	Implementação de estratégias múltiplas	(Bunn et al., 2015)
Estratégias para melhorar a ingestão de líquidos	Baixa ingestão de líquidos, desnutrição	Risco de úlceras por pressão, associação com comprometimento cognitivo e desnutrição	Desenvolvimento de intervenções específicas baseadas nos resultados, oferta regular de bebidas	(Botigué et al., 2019; Bunn et al., 2018; DiMaria-Ghalili & Nicolo, 2014; Donaldson et al., 2018; Keller et al., 2015; Volkert et al., 2019)
Associação entre desidratação e demência	Demência, IMC elevado	Desidratação crónica,	Considerar a função cognitiva e o peso corporal nas estratégias de prevenção	(Marra et al., 2016; Nagae et al., 2020)
Impacto da COVID-19 na hidratação em cuidados residenciais	Apatia dos residentes, novos colaboradores, distanciamento físico	Desafios na hidratação, necessidade de adaptação de procedimentos	Oferecer opções de hidratação, formar colaboradores, fornecer água automaticamente durante as refeições	(Keller et al., 2022)
Necessidade de mais pesquisas sobre desidratação	Dificuldade na padronização dos métodos de avaliação	Dificuldade nas comparações entre estudos	São necessárias mais pesquisas robustas	(Bunn et al., 2015; Paulis et al., 2018)

Fatores de risco

A investigação abrangente dos artigos selecionados sobre desidratação em idosos residentes em instituições de cuidados de longa permanência revela um panorama complexo de fatores de risco, com algumas tendências comuns aos estudos, mas também nuances importantes que refletem a diversidade deste evento adverso de saúde mais comum que o esperado.

Comprometimento cognitivo e demência

Segundo a revisão da literatura, os autores Botigué et al. (2019), Masot et al. (2018) e Paulis et al. (2018) identificaram o comprometimento cognitivo como um fator crucial associado à desidratação. A relação entre comprometimento cognitivo e desidratação levanta questões sobre a autonomia na procura de líquidos, indicando a importância de intervenções por parte dos colaboradores das instituições que consideram as capacidades cognitivas dos residentes. A perda de capacidade de autorregulação na ingestão de líquidos torna-se evidente, tornando estes idosos mais suscetíveis à desidratação. A presença de demência é consistentemente associada à desidratação em diversos estudos, sinalizando a necessidade de estratégias adaptadas para lidar com os desafios específicos enfrentados por esta população (Masot et al., 2018; Nagae et al., 2020; Paulis et al., 2018).

Desnutrição

Além destes fatores descritos anteriormente, a desnutrição emerge como um fator de risco significativo. A inadequada ingestão de nutrientes está intrinsecamente ligada à desidratação, criando um ciclo de vulnerabilidade para os idosos em ambientes de cuidados de longa permanência (Botigué et al., 2019; Bunn et al., 2018; DiMaria-Ghalili & Nicolo, 2014; Donaldson et al., 2018; Keller et al., 2015; Volkert et al., 2019).

Botigué et al. (2019), por meio de um estudo transversal, destaca a prevalência da baixa ingestão de líquidos em idosos institucionalizados, identificando fatores como comprometimento cognitivo e funcional, dieta modificada, disfagia e segurança de deglutição comprometida correlacionados à baixa ingestão de líquidos, além da desnutrição. Bunn et al. (2018), contribui para esta compreensão, ao realizar uma revisão do âmbito do mapeamento de políticas relacionadas à hidratação e nutrição em lares residenciais no Reino Unido. Destaca a persistência da desnutrição, apesar das diretrizes já existentes, ressaltando a necessidade de estratégias específicas para a população idosa. A desnutrição é também

ALBA - ISFIC RESEARCH AND SCIENCE JOURNAL
ISSN PRINT: 3006-2489; ISSN ONLINE: 3006-2470
1ª Ed, Vol. 1, No. 10, Dezembro, 2025
https://alba.ac.mz/index.php/alba/issue/view/13
albaisfic@gmail.com; alba@isfic.ac.mz

abordada pelos autores Keller et al. (2015) e Volkert et al. (2019), que destacam a endemia desta condição entre os idosos em cuidados de longa duração, destacando a necessidade de intervenções viáveis e sustentáveis, a importância do acompanhamento regular para a desnutrição e a abordagem multidisciplinar para os resultados centrados na pessoa.

IMC elevado

Por outro lado, há variações nos fatores específicos destacados em cada estudo. Enquanto uns enfocam a importância do índice de massa corporal (IMC) mais elevado como um fator de risco, como é o caso dos autores Marra et al. (2016) e Nagae et al. (2020), outros priorizam a influência de infeções, doenças renais, cardiovasculares e situações de fim de vida (Masot et al., 2018). Estas variações indicam a complexidade multifacetada da desidratação em idosos e a necessidade de abordagens personalizadas.

Diabetes

A relação entre diabetes e desidratação também é abordada em vários estudos, destacando-se a importância da gestão de condições crónicas para prevenir a desidratação (Marra et al., 2016).

Covid-19

Além disso, estudos específicos exploram os impactos da COVID-19 na hidratação em cuidados residenciais. A apatia dos residentes, a introdução de novos colaboradores e a necessidade de distanciamento físico emergiram como desafios significativos no contexto da COVID-19. A apatia pode impactar negativamente a motivação dos residentes para se manterem hidratados, enquanto a presença de novos colaboradores pode resultar em mudanças nas dinâmicas de cuidado, afetando a oferta regular de líquidos. O distanciamento físico, uma medida crucial para conter a propagação do vírus, também interferiu nas interações sociais durante as refeições e atividades relacionadas ao consumo de líquidos (Keller et al., 2022).

A desidratação em idosos em instituições de cuidados de longa permanência é um fenómeno multifacetado, com uma interação complexa de fatores de risco. Compreender estes elementos comuns e específicos é vital para desenvolver estratégias eficazes e personalizadas na prevenção. A diversidade de abordagens nos estudos destaca a complexidade do problema e a necessidade contínua de pesquisa e inovação no campo do cuidado aos idosos em ambientes institucionais.

Impacto na saúde dos idosos

Com base na revisão bibliográfica, é possível identificar diversos pontos comuns relacionados ao impacto na saúde dos idosos, com foco na desidratação. Isto tem implicações significativas para a qualidade de vida dos residentes em instituições de cuidados de longa permanência.

A saúde mental e cognitiva dos idosos é um componente crucial do seu bem-estar geral. Ao longo do envelhecimento, muitos indivíduos enfrentam mudanças na sua saúde mental e habilidades cognitivas.

Para Paulis et al. (2018), a falta de distinção entre desidratação aguda e crónica é destacada como relevante, tornando-se difícil tirar conclusões sobre os fatores de risco e o impacto que têm na saúde dos idosos. Concluiu que a desidratação crónica, frequentemente ligada a uma ingestão insuficiente de líquidos por um longo período, é especialmente difícil de detetar. Associa que o declínio cognitivo é específico para a desidratação aguda. A natureza silenciosa da desidratação crónica pode levar ao subdiagnóstico entre residentes com comprometimento cognitivo. A desidratação pode contribuir para o comprometimento das funções cognitivas, afetando a clareza mental e a capacidade de raciocínio. Aliado ao declínio cognitivo, existem outras consequências adversas associadas à desidratação por baixa ingestão em idosos, nomeadamente a redução na qualidade de vida, delírio, quedas, fraturas, piora na recuperação, doenças cardíacas, insuficiência renal e mortalidade (Beck et al., 2021), assim como admissões hospitalares não planeadas o que provoca custos adicionais para o sistema de saúde (Lean et al., 2019; van Wietmarschen et al., 2020).

A desidratação, emerge como um fator significativo na predisposição e agravamento das úlceras de pressão, uma preocupação comum em idosos. A baixa ingestão de líquidos contribui para a redução da elasticidade da pele e a diminuição do fluxo sanguíneo, aumentando a vulnerabilidade da pele à pressão e fricção, fatores desencadeantes das úlceras de pressão. O impacto da desidratação nas funções fisiológicas da pele, combinado com a predisposição natural dos idosos a uma pele mais frágil, cria um ambiente propício para o desenvolvimento de úlceras de pressão. Além disso, a desidratação compromete a capacidade de regeneração da pele, prolongando o processo de cicatrização e aumentando a suscetibilidade a complicações (Botigué et al., 2019).

ALBA - ISFIC RESEARCH AND SCIENCE JOURNAL
ISSN PRINT: 3006-2489; ISSN ONLINE: 3006-2470
1ª Ed, Vol. 1, No. 10, Dezembro, 2025
https://alba.ac.mz/index.php/alba/issue/view/13
albaisfic@gmail.com; alba@isfic.ac.mz

Medidas preventivas

No contexto da desidratação em idosos, as medidas preventivas envolvem estratégias destinadas a garantir uma ingestão adequada de líquidos, identificar precocemente os sinais de desidratação e promover práticas que contribuam para a hidratação eficaz. Isto pode incluir consciencialização, educação, implementação de protocolos de cuidados, monitorização regular e intervenções personalizadas para atender às necessidades específicas dos idosos. O objetivo central das medidas preventivas é criar um ambiente propício à saúde, minimizando os riscos associados à desidratação e melhorando a qualidade de vida dos indivíduos.

Consciencialização / Sensibilização

Vários autores destacam a importância em aumentar a consciencialização entre profissionais de saúde, cuidadores e residentes, visando melhorar o reconhecimento precoce dos sinais de desidratação, promover práticas de cuidado adequadas e incentivar estratégias preventivas. Os profissionais de saúde têm de estar conscientes sobre as mudanças fisiológicas associadas ao envelhecimento, de serem capazes de reconhecer os fatores de risco, assim como compreenderem como os fatores externos podem afetar as práticas de cuidados e a necessidade de adaptação. É necessário saberem identificar as barreiras práticas e organizacionais que podem influenciar a implementação de estratégias eficazes e reconhecerem a importância da colaboração multidisciplinar para fornecer cuidados abrangentes e eficazes (Beck et al., 2021; Bunn et al., 2015; Keller et al., 2022: Paulis et al., 2022).

Intervenções nutricionais

Relativamente às intervenções nutricionais, Marra et al. (2016) recomenda considerar o tipo de bebidas líquidas, suplementos e lanches entre as refeições para prevenir ou reverter a desidratação. Sugere reconhecer a necessidade de estratégias que levam em conta a diversidade de fatores que influenciam a ingestão de água nomeadamente o consumo de alimentos com elevado teor de água como o queijo fresco, iogurtes, frutas ou vegetais frescos. Por outro lado, van Wietmarschen et al. (2020) avalia o uso de probióticos como medida preventiva. A desidratação, frequentemente desencadeada por episódios de diarreia, é caracterizada pela perda significativa de fluidos e eletrólitos. Neste contexto, o uso de probióticos apresenta um potencial terapêutico, atuando na promoção do equilíbrio da flora intestinal e contribuindo para a redução da gravidade dos sintomas

diarreicos, além de auxiliar na recuperação do estado hidroeletrolítico. A administração adequada de probióticos pode representar uma estratégia eficaz na gestão da desidratação associada à diarreia assim como mostraram-se eficazes na redução da diarreia associada a antibióticos.

Formação

A formação contínua dos profissionais de saúde e cuidadores é fundamental na luta contra a desidratação em idosos. Em face dos desafios associados ao envelhecimento e às complexidades de identificar e prevenir a desidratação, a capacitação adequada emerge como uma ferramenta essencial. A compreensão aprofundada destas matérias contribuirá para a construção de estratégias educacionais eficazes, capacitando os profissionais de reconhecerem, prevenirem e intervirem proactivamente contra a desidratação em idosos.

A falta de recursos humanos e de formação específica sobre desidratação pode limitar a capacidade de reconhecimento dos profissionais. Estudos destacam a necessidade de descrições claras de funções e responsabilidades, formação estruturada e colaboração interdisciplinar para abordar eficazmente a desidratação em lares de idosos (Paulis et al., 2022). A formação adequada de todos os profissionais de saúde para reconhecerem o risco de desidratação numa fase precoce é de fundamental importância e a janela de oportunidade para intervenção pode ocorrer numa fase muito anterior à admissão no lar de idosos. As necessidades específicas dos idosos devem ser consideradas no planeamento de intervenções no que diz respeito aos efeitos do envelhecimento.

A formação não é apenas vista como uma ferramenta para prevenir números em escalas de desidratação, mas também como um meio de melhorar a qualidade de vida dos idosos. Enfatizam que as intervenções oferecidas devem ter um impacto positivo percetível na qualidade de vida dos residentes (Bunn et al., 2018; Donaldson et al., 2018).

Estímulo social e ambiente favorável

Cook et al. (2019) e Wilson et al. (2019) partilham da mesma opinião relativamente à interação social e promoção favorável do ambiente. É necessária a criação de espaços para as refeições que sejam confortáveis, acessíveis e encorajadores. É importante oferecer opções alimentares variadas e adequadas às preferências individuais dos idosos. Isto inclui considerar restrições dietéticas, preferências culturais e necessidades nutricionais específicas, assim

ALBA - ISFIC RESEARCH AND SCIENCE JOURNAL
ISSN PRINT: 3006-2489; ISSN ONLINE: 3006-2470
1ª Ed, Vol. 1, No. 10, Dezembro, 2025
https://alba.ac.mz/index.php/alba/issue/view/13
albaisfic@gmail.com; alba@isfic.ac.mz

como envolver estratégias como disponibilizar água, sumos ou outras bebidas atrativas. A interação social durante as refeições é mencionada como um fator importante. Estimular a socialização durante as refeições pode contribuir para um ambiente positivo, incentivando a participação ativa dos idosos na alimentação e hidratação (Cook et al., 2019). É essencial criar ambientes favoráveis à ingestão de líquidos nos lares de idosos, reconhecendo que intervenções personalizadas, métodos de melhoria contínua e abordagens que consideram barreiras práticas e organizacionais são essenciais para promover uma hidratação adequada e sustentável para os idosos vulneráveis (Wilson et al., 2019).

Envolvimento multidisciplinar

É importante uma abordagem colaborativa e multidisciplinar envolvendo diferentes profissionais de saúde, destacando a necessidade de cooperação entre enfermeiros, auxiliares de enfermagem e outros membros da equipe para abordar efetivamente a questão da desidratação em idosos em ambientes de cuidados de longa duração.

Segundo as descobertas de Paulis et al., num estudo abrangente em 2022 sobre esta temática em idosos na Holanda, as estratégias multidisciplinares, emergiram como elementos cruciais na promoção da ingestão adequada de líquidos. Juntamente às suas conclusões que sugerem uma abordagem colaborativa entre diferentes profissionais de saúde que desempenham um papel significativo na mitigação dos desafios associados à desidratação em ambientes de cuidados geriátricos, Cook et al. (2019) enfatiza a importância de uma liderança forte, apoio organizacional e trabalho em equipe para mudanças sustentáveis neste tipo de instituições.

Desafios específicos

À medida que nos deparamos com os desafios específicos relacionados à prevenção da desidratação, torna-se imperativo adotar uma abordagem estratégica e proativa para determinados desafios. Oferecer líquidos com atividades rotineiras como é o caso da toma de comprimidos e juntamente ao pequeno-almoço são mudanças simples na prática que aumentam o número de episódios de ingestão de líquidos (Jimoh et al., 2019). Manter um costume antigo como tomar o chá das cinco não pode faltar no final de tarde, e apenas porque as pessoas estão a viver num lar de idosos não muda um comportamento que tem sido apreciado por décadas (Cook et al., 2019).

Ao promover o ambiente de jantar, especificamente ao optarem por fazer as refeições na sala de jantar em oposição a fazê-las nos quartos, vai proporcionar um contexto mais propício e socialmente estimulante, o que pode influenciar positivamente o comportamento de ingestão de líquidos dos residentes (Bunn et al., 2015).

Para Lean et al. (2019) a principal intervenção consistiu na introdução de sete rodadas estruturadas de oferta de bebidas contando com a formação da equipa multidisciplinar, consciencialização e campanhas, diários de bebidas para residentes em risco de desidratação e orientações para manter as mudanças a longo prazo.

Em tempo de pandemia de Covid-19 o tédio e a depressão tomaram conta de muitos idosos devido ao isolamento nos quartos a que estavam sujeitos, provocando uma diminuição do apetite e falta de interesse na ingestão de líquidos. Segundo Keller et al. (2022), foram criadas interações fisicamente distanciadas para compartilhar bebidas (por exemplo, os residentes ficavam sentados perto da entrada dos quartos), assim como era-lhes oferecido gelados à base de gelo com sumo de fruta e outras bebidas "divertidas". Optaram também por colocar sinos nos carrinhos para anunciar a chegada das bebidas.

CONCLUSÃO

O diagrama da Figura 3, sistematiza as conclusões mais relevantes, resultantes da abordagem metodológica aplicada à problemática da desidratação em idosos institucionalizados. Destaca-se a prevenção como elemento-chave, com ênfase na identificação dos fatores de risco, vigilância constante por parte dos profissionais de saúde e ações proativas das instituições. Além disso, ressalta a importância da informação aos idosos sobre fontes variadas de hidratação e a necessidade de uma abordagem multidisciplinar para uma gestão eficaz. A superação de desafios na pesquisa e implementação de estratégias preventivas, juntamente com o potencial da tecnologia, são aspetos destacados para um futuro que prioriza o bem-estar dos idosos institucionalizados.

ALBA - ISFIC RESEARCH AND SCIENCE JOURNAL
ISSN PRINT: 3006-2489; ISSN ONLINE: 3006-2470
1ª Ed, Vol. 1, No. 10, Dezembro, 2025
https://alba.ac.mz/index.php/alba/issue/view/13
albaisfic@gmail.com; alba@isfic.ac.mz



Figura 3: Pontos fundamentais identificados
Fonte: Próprio autor

A desidratação é uma condição evitável, sendo possível melhorar prognósticos e reduzir custos quando os profissionais de saúde monitorizam os idosos em risco. Identificar os idosos em situação de vulnerabilidade é crucial, sendo necessário o conhecimento prévio das alterações fisiológicas associadas à idade, bem como dos fatores de risco relacionados a patologias, aspetos sociais e influências ambientais.

Os profissionais de saúde e cuidadores formais precisam permanecer vigilantes em relação aos fatores de risco, lembrando-se constantemente de que qualquer perda de autonomia física ou psicológica pode afetar a capacidade do idoso de se manter hidratado. As instituições desempenham um papel fundamental ao aumentar a oferta de líquidos, e os idosos devem ser incentivados a consumir líquidos regularmente, mesmo quando não sentem sede, dada a redução na sensação de sede com a idade.

É essencial que os idosos sejam informados sobre diferentes fontes de líquidos, incluindo chá, sumos, infusões, leite e sopa, além de alimentos com elevado teor de água, como frutas, vegetais frescos, queijo

fresco e iogurte. A distribuição equitativa ao longo do dia é recomendada, incentivando pequenas ingestões frequentes em vez de grandes quantidades de uma só vez.

Para os idosos dependentes de terceiros devido a déficits cognitivos, sensoriais ou motores, é necessária uma maior assistência na manutenção da hidratação. A disseminação de informações adequadas sobre hidratação, tanto para os idosos quanto para os seus familiares, cuidadores e profissionais de saúde, é essencial devido à diminuição da sensação de sede e à sede mais facilmente saciável.

Num contexto mais amplo, a água é um nutriente essencial para a vida, e a desidratação, considerada um síndrome geriátrico, está associada ao aumento da prevalência de doenças crónicas e degenerativas, especialmente devido ao envelhecimento da população. Assim, medidas preventivas desempenham um papel fundamental na promoção do envelhecimento saudável e na melhoria da qualidade de vida dos idosos. Uma abordagem multidisciplinar, envolvendo idosos e seus cuidadores, é essencial para a prevenção e tratamento adequados da desidratação, beneficiando não apenas os indivíduos, mas também a sociedade como um todo e o sistema de saúde.

Devido à sua complexidade, não há uma definição universalmente aceite para o termo "desidratação". Embora seja um estado clínico comum e, do ponto de vista clínico, compreensível e tratável, permanece um problema negligenciado por parte de alguns cuidadores, instituições de idosos e equipas médicas.

Muitos dos estudos da revisão bibliográfica enfrentam desafios na colheita de dados, limitando a compreensão da extensão do problema. A metodologia de pesquisa deverá ser feita de uma forma mais precisa.

Identificar e superar as barreiras práticas à implementação de estratégias preventivas é essencial para garantir que as recomendações teóricas se traduzam em ações efetivas.

Como perspetiva futura, torna-se fundamental implementar programas educacionais dirigidos às equipas multidisciplinares das instituições, reforçando a importância da prevenção da desidratação e de métodos eficazes de monitorização. Paralelamente, a integração de tecnologias de monitorização remota poderá desempenhar um papel significativo na vigilância dos níveis de hidratação, permitindo intervenções mais precoces e direcionadas nos casos de maior risco.

ALBA - ISFIC RESEARCH AND SCIENCE JOURNAL
ISSN PRINT: 3006-2489; ISSN ONLINE: 3006-2470
1ª Ed, Vol. 1, No. 10, Dezembro, 2025
https://alba.ac.mz/index.php/alba/issue/view/13
albaisfic@gmail.com; alba@isfic.ac.mz

Importa ainda salientar que, embora esta revisão não produza novos dados de investigação primária - característica inerente ao seu formato, sistematiza e organiza o conhecimento existente, oferecendo uma base sólida para orientar futuros estudos empíricos. Deste modo, o artigo pode constituir um ponto de partida para investigações primárias mais robustas, capazes de aprofundar lacunas identificadas e contribuir para respostas inovadoras perante uma problemática que permanece complexa.

Ao abordar estas questões e ao incorporar estratégias educativas e tecnológicas, abre-se caminho para um futuro em que a desidratação em idosos institucionalizados possa ser gerida de forma mais eficaz, traduzindo-se num impacto real na melhoria da qualidade de vida e bem-estar desta população.

Nota sobre a ortografia:

Este artigo segue as normas do novo Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Beck, A. M., Seemer, J., Knudsen, A. W., & Munk, T. (2021). Narrative Review of Low-Intake Dehydration in Older Adults. *Nutrients*, *13*(9), 3142. https://doi.org/10.3390/nu13093142

Botigué, T., Masot, O., Miranda, J., Nuin, C., Viladrosa, M., Lavedán, A., & Zwakhalen, S. (2019). Prevalence and Risk Factors Associated With Low Fluid Intake in Institutionalized Older Residents. *Journal of the American Medical Directors Association*, *20*(3), 317–322. https://doi.org/10.1016/j.jamda.2018.08.011

Bunn, D., Hooper, L., & Welch, A. (2018). Dehydration and Malnutrition in Residential Care: Recommendations for Strategies for Improving Practice Derived from a Scoping Review of Existing Policies and Guidelines. *Geriatrics*, *3*(4), 77. https://doi.org/10.3390/geriatrics3040077

Bunn, D., Jimoh, F., Wilsher, S. H., & Hooper, L. (2015). Increasing Fluid Intake and Reducing Dehydration Risk in Older People Living in Long-Term Care: A Systematic Review. *Journal of the American Medical Directors Association*, *16*(2), 101–113. https://doi.org/10.1016/j.jamda.2014.10.016

Cook, G., Hodgson, P., Hope, C., Thompson, J., & Shaw, L. (2019). Hydration practices in residential and nursing care homes for older people. *Journal of Clinical Nursing*, *28*(7–8), 1205–1215. https://doi.org/10.1111/jocn.14727

DiMaria-Ghalili, R. A., & Nicolo, M. (2014). Nutrition and Hydration in Older Adults in Critical Care. *Critical Care Nursing Clinics of North America*, *26*(1), 31–45. https://doi.org/10.1016/j.ccell.2013.10.006

Donaldson, A. I. C., Johnstone, A., & Myint, P. K. (2018). Optimising Nutrition and Hydration in Care Homes—Getting It Right in Person Rather than in Policy. *Geriatrics*, *4*(1), 1.

https://doi.org/10.3390/geriatrics4010001

Gomes, A. L. C. (2014). *Avaliação do estado de hidratação em idosos institucionalizados*. Universidade de Coimbra.

Jimoh, O., Brown, T., Bunn, D., & Hooper, L. (2019). Beverage Intake and Drinking Patterns—Clues to Support Older People Living in Long-Term Care to Drink Well: DRIE and FISE Studies. *Nutrients*, *11*(2), 447. https://doi.org/10.3390/nu11020447

Keller, H., Beck, A. M., & Namasivayam, A. (2015). Improving Food and Fluid Intake for Older Adults Living in Long-Term Care: A Research Agenda. *Journal of the American Medical Directors Association*, *16*(2), 93–100. https://doi.org/10.1016/j.jamda.2014.10.017

Keller, H., Wei, C., Slaughter, S., Yoon, M. N., Lengyel, C., Namasivayam-Macdonald, A., Martin, L., Heckman, G., Gaspar, P., Mentes, J., & Syed, S. (2022). Qualitative analysis of a virtual research meeting summarises expert-based strategies to promote hydration in residential care during COVID-19 and beyond. *BMJ Open*, *12*(2), e055457. https://doi.org/10.1136/bmjopen-2021-055457

Lean, K., Nawaz, R. F., Jawad, S., & Vincent, C. (2019). Reducing urinary tract infections in care homes by improving hydration. *BMJ Open Quality*, *8*(3), e000563. https://doi.org/10.1136/bmjoq-2018-000563

Marra, M. V., Simmons, S. F., Shotwell, M. S., Hudson, A., Hollingsworth, E. K., Long, E., Kuertz, B., & Silver, H. J. (2016). Elevated Serum Osmolality and Total Water Deficit Indicate Impaired Hydration Status in Residents of Long-Term Care Facilities Regardless of Low or High Body Mass Index. *Journal of the Academy of Nutrition and Dietetics*, *116*(5), 828-836.e2. https://doi.org/10.1016/j.jand.2015.12.011

Masot, O., Lavedán, A., Nuin, C., Escobar-Bravo, M. A., Miranda, J., & Botigué, T. (2018). Risk factors associated with dehydration in older people living in nursing homes: Scoping review. *International Journal of Nursing Studies*, *82*, 90–98. https://doi.org/10.1016/j.ijnurstu.2018.03.020

Nagae, M., Umegaki, H., Onishi, J., Huang, C. H., Yamada, Y., Watanabe, K., Komiya, H., & Kuzuya, M. (2020). Chronic Dehydration in Nursing Home Residents. *Nutrients*, *12*(11), 3562. https://doi.org/10.3390/nu12113562

Namasivayam-MacDonald, A. M., & Riquelme, L. F. (2019). Presbyphagia to Dysphagia: Multiple Perspectives and Strategies for Quality Care of Older Adults. *Seminars in Speech and Language*, *40*(03), 227–242. https://doi.org/10.1055/s-0039-1688837

Organização das Nações Unidas. (2019). *Envelhecimento*.

Paulis, S. J. C., Everink, I. H. J., Halfens, R. J. G., Lohrmann, C., & Schols, J. M. G. A. (2018). Prevalence and Risk Factors of Dehydration Among Nursing Home Residents: A Systematic Review. *Journal of the American Medical Directors Association*, *19*(8), 646–657. https://doi.org/10.1016/j.jamda.2018.05.009

Paulis, S. J. C., Everink, I. H. J., Halfens, R. J. G., Lohrmann, C., & Schols, J. M. G. A. (2022). Dehydration in the nursing home: Recognition and interventions taken by Dutch nursing staff. *Journal of Advanced Nursing*, *78*(4), 1044–1054. https://doi.org/10.1111/jan.15032

ALBA - ISFIC RESEARCH AND SCIENCE JOURNAL
ISSN PRINT: 3006-2489; ISSN ONLINE: 3006-2470
1ª Ed, Vol. 1, No. 10, Dezembro, 2025
https://alba.ac.mz/index.php/alba/issue/view/13
albaisfic@gmail.com; alba@isfic.ac.mz

van Wietmarschen, H. A., Busch, M., van Oostveen, A., Pot, G., & Jong, M. C. (2020). Probiotics use for antibiotic-associated diarrhea: a pragmatic participatory evaluation in nursing homes. *BMC Gastroenterology*, *20*(1), 151. https://doi.org/10.1186/s12876-020-01297-w

Volkert, D., Beck, A. M., Cederholm, T., Cruz-Jentoft, A., Goisser, S., Hooper, L., Kiesswetter, E., Maggio, M., Raynaud-Simon, A., Sieber, C. C., Sobotka, L., van Asselt, D., Wirth, R., & Bischoff, S. C. (2019). ESPEN guideline on clinical nutrition and hydration in geriatrics. *Clinical Nutrition*, *38*(1), 10–47. https://doi.org/10.1016/j.clnu.2018.05.024

Wilson, J., Bak, A., Tingle, A., Greene, C., Tsiami, A., Canning, D., Myron, R., & Loveday, H. (2019). Improving hydration of care home residents by increasing choice and opportunity to drink: A quality improvement study. *Clinical Nutrition*, *38*(4), 1820–1827. https://doi.org/10.1016/j.clnu.2018.07.020

ALBA
ISFIC RESEARCH AND SCIENCE JOURNAL
ALBA - ISFIC RESEARCH AND SCIENCE JOURNAL
ISSN PRINT: 3006-2489; ISSN ONLINE: 3006-2470
1ª Ed, Vol. 1, No. 10, Dezembro, 2025
https://alba.ac.mz/index.php/alba/issue/view/13
albaisfic@gmail.com; alba@isfic.ac.mz
10 - 12 | 2025

A GESTÃO DE RESÍDUOS SÓLIDOS NA PROVÍNCIA DO UÍGE-ANGOLA

Solid waste management in the Province of Uíge-Angola

Gestión de residuos sólidos en la Provincia de Uíge-Angola

Cláudia Maria Furtado Paulo[1] | Khokhy Sefo Maria Barros[2] | Emmanuel Paulo Dala Zua[3]

1Cláudia Maria Furtado Paulo, Mestre em Geografia Física Ambiente e Ordenamento do Território, Instituto Politécnico, Universidade Kimpa Vita- Uíge-Angola, ORCID 0009-0002-6177-036, clamafupa@gmail.com)

2Khokhy Sefo Maria Barros, Instituto Superior Politécnico de N'Dalatando-Cuanza Norte Angola, ORCID 0000-0002-7487-9631, sefobarros@gmail.com

3Emmanuel Paulo Dala Zua, Licenciatura em Economia Monetária, Instituto Superior Politécnico do Bita (ISPOB) -Luanda, Angola, ORCID 0009-0004-0004-8861, paulo.pm739@gmail.com

Autor para correspondência: clamafupa@gmail.com

Data de recepção: 25-06-2025
Data de aceitação: 01-07-2025
Data da publicação: 10-12-2025

Como citar este Resumo: Paulo, C. M. F.; Barros, K. S. M. & Zua, E. P. D. (2025). *A gestão de resíduos sólidos na Província do Uíge-Angola.* ALBA – ISFIC Research and Science Journal, 1(10), pp. 393-405. https://alba.ac.mz/index.php/alba/issue/view/13

RESUMO

O estudo sobre a gestão de resíduos sólidos na província do Uíge-Angola representa uma análise reflexiva das práticas de manuseio, colecta, tratamento reciclagem e disposição final dos resíduos gerados, no contexto urbano e periurbano da região. A província do Uíge foi seleccionada como estudo de caso devido ao expressivo aumento na geração de resíduos sólidos urbanos impulsionado, pelo crescimento populacional e pela urbanização acelerada evidenciando, desafios significativos na gestão de resíduos tornando, a região representativa com o objectivo de analisar e propor soluções sustentáveis, que envolvam participação comunitária, educação ambiental e fortalecimento institucional. A pesquisa adoptou uma abordagem exploratória, qualitativa baseada na revisão bibliográfica de literaturas já publicadas, cartográfica, observação directa de campo utilizando, análise documental de políticas públicas, entrevistas aos gestores locais e membros da comunidade. Os resultados indicam que a gestão de resíduos sólidos na região enfrenta, desafios significativos incluindo infra-estrutura inadequada e baixa participação comunitária. A maioria dos resíduos é descartada em lixões a céu aberto contribuindo, para a poluição ambiental e problemas de saúde pública. Comparativamente, os países desenvolvidos implementam políticas de economia circular. A integração de soluções tecnológicas, como sistemas automatizados de colecta e monitoramento ambiental, programas de educação ambiental são indispensáveis, para enfrentar os impactos da poluição. A gestão de resíduos sólidos na província do Uíge requer a implementação de políticas públicas mais robustas e inclusivas, infra-estrutura adequada e engajamento da comunidade.

Palavras-chave: Gestão de Resíduos Sólidos, Economia Circular, Reciclagem, Políticas Públicas, Inovações Tecnológicas.

ABSTRACT

The study on solid waste management in the Uíge province, Angola, represents a reflective analysis of the practices related to handling, collection, treatment, recycling, and final disposal of waste generated in the urban and peri-urban context of the region. The Uíge province was selected as a case study due to the significant increase in urban solid waste generation driven by population growth and accelerated urbanization, which highlights significant challenges in waste management. This makes the region representative with the aim of analyzing and proposing sustainable solutions that involve community participation, environmental education, and institutional strengthening. The research adopted an exploratory, qualitative approach based on the review of already published literature, cartographic methods, direct field observation, documentary analysis of public policies, and interviews with local managers and community members. The results indicate that solid waste management in the region faces significant challenges, including inadequate infrastructure and low community participation. Most waste is discarded in open-air dumps, contributing to environmental pollution and public health issues. In comparison, developed countries implement circular economy policies. The integration of technological solutions, such as automated collection systems and environmental monitoring, and environmental education programs, is essential to addressing the impacts of pollution. Solid waste management in Uíge province requires the implementation of more robust and inclusive public policies, proper infrastructure, and community engagement.

Keywords: Solid Waste Management, Circular Economy, Recycling, Public Policies, Technological Innovations.

RESUMEN

El estudio sobre la gestión de residuos sólidos en la provincia de Uíge, Angola, representa un análisis reflexivo de las prácticas de manejo, recolección, tratamiento, reciclaje y disposición final de los residuos generados, en el contexto urbano y periurbano de la región. La provincia de Uíge fue seleccionada como caso de estudio debido al significativo aumento en la generación de residuos sólidos urbanos impulsado por el crecimiento poblacional y la urbanización acelerada, lo que pone de manifiesto desafíos significativos en la gestión de residuos. Esto hace que la región sea representativa con el objetivo de analizar y proponer soluciones sostenibles que involucren participación comunitaria, educación ambiental y fortalecimiento institucional. La investigación adoptó un enfoque exploratorio y cualitativo basado en la revisión bibliográfica de literatura ya publicada, métodos cartográficos, observación directa de campo, análisis documental de políticas públicas y entrevistas con gestores locales y miembros de la comunidad. Los resultados indican que la gestión de residuos sólidos en la región enfrenta desafíos significativos, incluidos la infraestructura inadecuada y la baja participación comunitaria. La mayoría de los residuos se descartan en basureros a cielo abierto, lo que contribuye a la contaminación ambiental y problemas de salud pública. En comparación, los países desarrollados implementan políticas de economía circular. La integración de soluciones tecnológicas, como sistemas automatizados de recolección y monitoreo ambiental, y programas de educación ambiental, es esencial para abordar los impactos de la contaminación. La gestión de residuos sólidos en la provincia de Uíge requiere la implementación de políticas públicas más robustas e inclusivas, infraestructura adecuada y compromiso comunitario.

Palabras clave: Gestión de Residuos Sólidos, Economía Circular, Reciclaje, Políticas Públicas, Innovaciones Tecnológicas.

Contribuição de autoria:

1. Cláudia Maria Furtado Paulo- Contribuí activamente na concepção da ideia do artigo, na realização da pesquisa e revisão

ALBA - ISFIC RESEARCH AND SCIENCE JOURNAL
ISSN PRINT: 3006-2489; ISSN ONLINE: 3006-2470
1ª Ed, Vol. 1, No. 10, Dezembro, 2025
https://alba.ac.mz/index.php/alba/issue/view/13
albaisfic@gmail.com; alba@isfic.ac.mz

da literatura, bem como na redacção da versão original do texto. Prestei aconselhamento geral sobre o tema abordado, participou da revisão e elaboração da versão final do artigo, realizou a correcção linguística, assumi a coordenação da autoria, colaborei na tradução de termos e informações obtidas, e fui responsável pela revisão e adequação do padrão bibliográfico aplicado.

2. Khokhy. Sefo Maria Barros - Contribuí com a elaboração de um artigo científico original, apresentando resultados de pesquisa relevantes para a área de estudo. Participei de todas as etapas do processo, desde a redacção até a revisão final, seguindo as normas editoriais da publicação e colaborando para a disseminação do conhecimento científico.

3. Emamnuel Paulo Dala Zua- No desenvolvimento deste artigo científico, minha contribuição foi pertinente para a robustez metodológica e a coerência argumentativa do trabalho. Além disso, fui responsável pela estruturação lógica do manuscrito, organizando os conteúdos de forma que evidenciassem a progressão analítica do estudo, com foco na clareza e na integridade científica. Entretanto, a contribuição mais significativa concentrou-se na construção e desenvolvimento do estudo de caso e, sobretudo, na elaboração integral da seção de discussão dos resultados. Este segmento, de elevada relevância científica, consistiu na análise crítica dos dados empíricos à luz da literatura especializada, revelando contradições, implicações socio-ambientais e oportunidades de melhoria no sistema de gestão de resíduos sólidos no município do Uíge. Essa análise foi articulada com fundamentos técnicos e abordagens sistémicas, garantindo uma contribuição original ao debate sobre políticas públicas e sustentabilidade urbana em contextos angolanos. Assim, a qualidade argumentativa e a profundidade reflexiva da discussão consolidam o valor da minha participação como co-autor do estudo.

INTRODUÇÃO

1.1 Contextualização do problema dos resíduos sólidos em Angola e no Uíge

A gestão de resíduos sólidos em Angola enfrenta desafios estruturais e operacionais, impulsionados pelo crescimento populacional, urbanização acelerada e aumento das actividades económicas, apesar da existência de políticas públicas e planos estratégicos. Factores como a falta de infra-estrutura, a deposição desordenada de resíduos e a fraca participação da sociedade intensificam os impactos ambientais e os riscos à saúde pública, sendo necessária uma gestão integrada e sustentável baseada na economia circular, educação ambiental e cooperação social, alinhada aos Objectivos de Desenvolvimento Sustentável (PNUD, 2022; Silva et al., 2020). A pesquisa tem como foco a análise da gestão de resíduos sólidos urbanos, com base em estratégias de redução, reciclagem e disposição final correcta, considerando aspectos técnicos, económicos,

ambientais e legais. A escolha da província do Uíge como estudo de caso se justifica pela sua relevância demográfica e histórica, pelo crescimento urbano desordenado, pela ausência de infra-estrutura adequada e pela necessidade de melhorias no sistema de gestão de resíduos, inclusive com a recente implementação de um modelo de recolha, porta a porta em bairros urbanos da cidade do Uíge.

Esse contexto torna a província do Uíge um campo estratégico, para se compreender os obstáculos e propor soluções aplicáveis a outras regiões com desafios semelhantes. A presença de Instituições de Ensino Superior e Técnico, como a Universidade Kimpa Vita e outras fortalece, as possibilidades de parceria em educação ambiental e inovação tecnológica.

Não obstante, o governo em parceria com empresas privadas (NÓS GLOBAL, EVRAMAND, UNICARMO, MAYETO M) e catadores singulares credenciados implementou, dois modelos de recolha de lixo Porta a Porta e Ponto a ponto, onde a recolha é efectuada com carrinhas canteres compactadoras, motorizadas triciclos, camiões basculantes, tractores e pá carregadeira visando melhorar o saneamento básico e a imagem urbana.

Este projecto, iniciado em Fevereiro de 2024, abrange os bairros do Mbemba Ngango, Quixicongo, Popular, centro da cidade e a centralidade do Quilomosso. A iniciativa visa eliminar pontos de deposição de lixo e evitar a concentração de resíduos em áreas urbanas promovendo, a saúde pública e a participação comunitária no saneamento básico.

O estudo busca responder a questões cruciais, como a eficácia das políticas públicas integradas, o impacto da adopção de tecnologias inovadoras na triagem e tratamento de resíduos, e o papel da participação social no sucesso da gestão dos resíduos. A problemática é agravada pela incapacidade das infra-estruturas existentes em acompanhar o aumento da geração de resíduos, baixa taxa de reciclagem e falhas na gestão municipal, contribuindo para a poluição dos solos e da água, além de ampliar as desigualdades sociais, especialmente nas periferias urbanas (WHO, 2018; UNEP, 2021; Gouveia & Palma, 2017; Dias & Xavier, 2019). A relevância científica e social da pesquisa reside justamente, em propor práticas sustentáveis e modelos, mais eficazes de gestão adaptados à realidade angolana.

1. REVISÃO DA LITERATURA

2.1 Conceitos Fundamentais

A compreensão dos conceitos fundamentais relacionados à gestão de resíduos sólidos é essencial para orientar práticas sustentáveis e

ALBA - ISFIC RESEARCH AND SCIENCE JOURNAL
ISSN PRINT: 3006-2489; ISSN ONLINE: 3006-2470
1ª Ed, Vol. 1, No. 10, Dezembro, 2025
https://alba.ac.mz/index.php/alba/issue/view/13
albaisfic@gmail.com; alba@isfic.ac.mz

políticas públicas eficazes. A gestão de resíduos sólidos envolve acções normativas, operacionais e educativas voltadas ao controle da geração, transporte e disposição final dos resíduos (ABRELPE, 2023). Associada a essa gestão, a economia circular propõe um modelo em que os produtos e materiais são mantidos no ciclo económico pelo maior tempo possível, por meio de reuso, restauração e reciclagem (Murray, Skene & Haynes, 2017). No campo das políticas públicas, destaca-se o papel do Estado na formulação de normas como a PNRS no Brasil ou planos provinciais em Angola (Souza, 2006), ao passo que inovações tecnológicas, como sensores e inteligência artificial, têm modernizado os processos de colecta e valorização dos resíduos (Silva et al., 2021).

Além disso, o planeamento, com definição de metas e recursos (Martins, 2019), e a distinção entre resíduo, lixo e rejeito (Recicla.Club, 2021; Vertown, 2020), são importantes para o manejo correto dos materiais descartados. Reciclagem e reutilização são estratégias complementares que reduzem os volumes destinados a aterros (Almeida & Pereira, 2018; Mota & Almeida, 2016). A colecta é o processo sistemático de recolhimento dos resíduos (Pedro, 2019), enquanto a disposição final diz respeito ao tratamento e isolamento ambientalmente seguro de materiais não reaproveitáveis (Pedro, 2019). Por fim, os resíduos sólidos, resultantes de diversas actividades humanas, podem causar impactos ambientais e riscos à saúde quando mal geridos, como alertam Silva & Souza (2014, p. 22) e Medeiros, Oliveira & Santos (2011, p. 35).

2.2 Classificação dos resíduos sólidos

A classificação dos resíduos sólidos é fundamental para uma gestão eficiente e sustentável, pois orienta as estratégias de colecta, tratamento e destinação final. No plano internacional, organizações como a ONU e o PNUMA promovem práticas de economia circular e redução de resíduos, enquanto legislações como a Directiva-Quadro dos Resíduos da União Europeia (2008/98/CE) priorizam a hierarquia de prevenção, reutilização e reciclagem. A Convenção de Basileia (1989) também se destaca ao regulamentar o transporte transfronteiriço de resíduos perigosos, sendo aplicada com êxito em países africanos como Gana e Nigéria (Almeida & Costa, 2021, p. 52). Categorias internacionalmente reconhecidas incluem resíduos urbanos, perigosos, industriais, de construção, orgânicos e E-lixo.

Em Angola, a Política Nacional de Gestão de Resíduos Sólidos (PNGRS), sustentada pela

Lei n.º 5/98, estrutura a gestão com foco na protecção ambiental e desenvolvimento sustentável (MINUA, 2012, p. 10). A legislação angolana reconhece categorias como resíduos de construção e demolição, resíduos agrícolas e pecuários e resíduos de equipamentos eléctricos e electrónicos. Segundo Santos & Oliveira (2020, p. 33), políticas públicas eficazes são essenciais para mitigar os impactos sociais e ambientais dos resíduos. A experiência europeia, como a da Alemanha e Dinamarca, mostra que a adopção de políticas integradas, alinhadas aos Objectivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), especialmente o ODS 12, fortalece a gestão de resíduos e impulsiona a transição para modelos sustentáveis (UNEP, 2019, p. 12; Lima, 2021, p. 47; UNEP, 2020, p. 15).

A gestão de resíduos sólidos urbanos (GRSU) é um dos grandes desafios ambientais e sociais contemporâneos, especialmente nos países em desenvolvimento, onde a rápida urbanização, a infra-estrutura precária e a má gestão ampliam os impactos negativos sobre o meio ambiente e a saúde pública (Silva & Santos, 2020). Segundo a UNEP (2021), o tratamento inadequado de resíduos pode causar contaminação do solo e das águas, além de disseminar doenças. A abordagem integrada da GRSU envolve desde a geração até a disposição final dos resíduos, devendo estar alinhada ao ordenamento territorial para minimizar impactos e optimizar o sistema. Em Angola, o Plano Estratégico Nacional para a Gestão de Resíduos Sólidos (PENGR), lançado pelo Ministério do Ambiente em 2012, propõe acções sustentáveis com foco na valorização e reaproveitamento dos resíduos, mas enfrenta obstáculos práticos em sua implementação, sobretudo em províncias como o Uíge, onde persistem falhas na recolha, ausência de tratamento e descarte irregular (Fernandes & Manuel, 2020; Wizi Kongo, 2021).

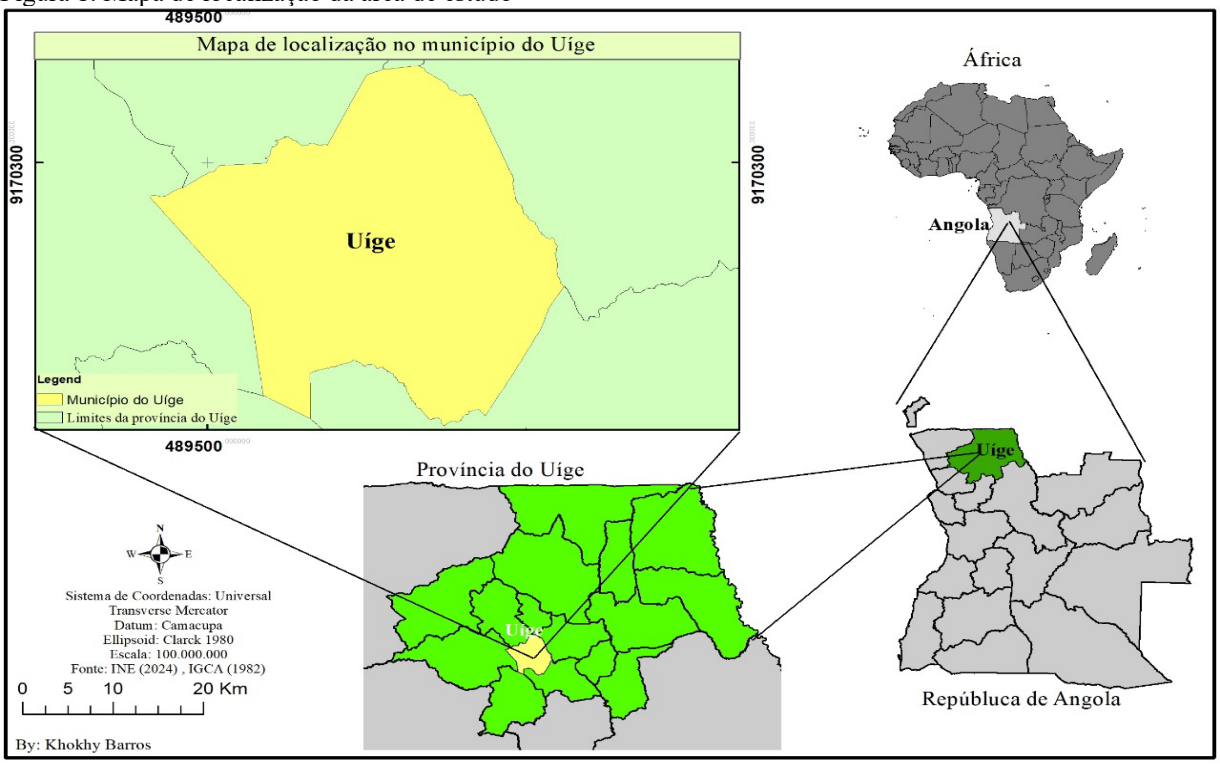
2. METODOLOGIA

O município do Uíge localiza-se na região norte de Angola e é a sede da província homónima. Com uma área de aproximadamente 5.400 km², o município apresenta relevo predominantemente ondulado, inserido na zona de transição entre o planalto de Malanje e a bacia do rio Zaire. O clima é tropical húmido, com estação chuvosa bem definida entre Setembro e maio, e uma estação seca entre Junho e agosto. Os solos férteis e a presença de diversos cursos de água favorecem actividades agrícolas, sendo o município tradicionalmente conhecido pela produção de café, mandioca, milho e outras culturas alimentares como ilustra a figura 1.

ALBA - ISFIC RESEARCH AND SCIENCE JOURNAL
ISSN PRINT: 3006-2489; ISSN ONLINE: 3006-2470
1ª Ed, Vol. 1, No. 10, Dezembro, 2025
https://alba.ac.mz/index.php/alba/issue/view/13
albaisfic@gmail.com; alba@isfic.ac.mz

Do ponto de vista sócio-económico, o município do Uíge desempenha um papel central na dinâmica regional, sendo um importante polo comercial, administrativo e educacional da província. A cidade do Uíge concentra infra-estruturas públicas e privadas, Instituições de Ensino Superior e serviços de saúde, mas ainda enfrenta desafios relacionados ao acesso à água potável, saneamento básico e urbanização desordenada. A população é maioritariamente jovem e está em crescimento, o que demanda investimentos contínuos em habitação, emprego e serviços sociais para garantir melhores condições de vida à população local.

Figura 1. Mapa de localização da área de estudo



Fonte: Autores (2025)

MATERIAIS E MÉTODOS

Cabe aqui um esclarecimento a respeito da definição da metodologia. Segundo Lakatos e Marconi (1992, p. 83), metodologia é o conjunto das actividades sistemáticas e racionais que, com maior segurança e economia, permite alcançar o objectivo conhecimentos válidos e verdadeiros traçando o caminho a ser seguido, detectando erros e auxiliando as decisões do cientista.

O caminho seguido neste presente estudo foi a pesquisa qualitativa e comparativa, num primeiro momento do tipo exploratória, e posteriormente conclusiva.

Quanto aos instrumentos de pesquisa, temos os Registos Institucionais (ou Análise Documental), pois a colecta de dados foi através de registos e documentos, já disponíveis nas Instituições Financeiras Bancárias, em estudo.

Na análise em causa foi utilizado também o procedimento de Revisão Bibliográfica, pois para a fundamentação teórica do trabalho, usou-se material já elaborado constituído, principalmente de livros, artigos científicos, revistas, dissertações e textos disponíveis na Internet.

A análise descritiva é uma ferramenta de análise de dados que visa resumir, organizar e descrever características de um conjunto de dados. Ela é o primeiro passo na análise de dados, fornecendo uma visão geral dos dados e permitindo a identificação de padrões e tendências

Por tanto, a metodologia adoptada neste estudo sobre gestão de resíduos sólidos foi baseada numa abordagem descritiva, dividida em três etapas principais:

• Revisão Bibliográfica: O estudo utilizou uma abordagem qualitativa de carácter exploratório para analisar fenómenos socioambientais no Uíge, permitindo compreender práticas comunitárias e dinâmicas institucionais ligadas à gestão de resíduos. O método combinou revisão bibliográfica, observação direta, análise documental e entrevistas. Esse conjunto garantiu maior rigor e confiabilidade aos resultados.

• Estudo de Casos: A recolha de dados incluiu literatura científica e documentos de organismos internacionais, observações em seis bairros e consulta a relatórios e planos locais. Também foram analisados documentos oficiais e normas ambientais relevantes. Além disso, realizaram-se 18 entrevistas com gestores, técnicos e moradores, seguindo um roteiro estruturado.

• Colecta e Análise de Dados: A pesquisa respeitou procedimentos éticos, assegurando consentimento informado, privacidade e confidencialidade dos participantes. As

ALBA - ISFIC RESEARCH AND SCIENCE JOURNAL
ISSN PRINT: 3006-2489; ISSN ONLINE: 3006-2470
1ª Ed, Vol. 1, No. 10, Dezembro, 2025
https://alba.ac.mz/index.php/alba/issue/view/13
albaisfic@gmail.com; alba@isfic.ac.mz

identidades foram codificadas e os dados protegidos conforme diretrizes internacionais. Todas as informações foram utilizadas exclusivamente para fins científicos.

Esta metodologia permitirá uma visão ampla dos desafios e soluções em diferentes contextos, possibilitando a formulação de propostas concretas para melhorar a gestão de resíduos sólidos.

A abordagem qualitativa oferecerá insights detalhados sobre práticas e desafios específicos, enquanto a análise quantitativa fornecerá uma base sólida de dados para avaliar a eficácia das estratégias implementadas.

O estudo integrado dessas dimensões permitirá, uma compreensão abrangente dos factores que influenciam a gestão de resíduos e a identificação de soluções adaptáveis a diferentes realidades urbanas.

4. RESULTADOS E DISCUSSÃO

Neste capítulo apresentamos, o estudo de caso da província do Uíge, com base nos dados constantes do Relatório da Agência Nacional de Resíduos (2020-2024), a fim de analisar os principais indicadores e desafios da gestão de resíduos sólidos urbanos na região."

4.1 Estudo de Caso: Gestão de Resíduos Sólidos no Uíge

Tabela 1: Evolução da Produção de Resíduos Sólidos no Uíge (2020-2023)

Ano	Produção de Resíduos (toneladas)
2020	850.000
2021	900.000
2022	950.000
2023	1.000.000

Fonte: Agência Nacional de Resíduos (2023).

A Tabela 1 revela um crescimento contínuo na produção de resíduos sólidos na província do Uíge entre os anos de 2020 e 2023. Em 2020, foram geradas cerca de 850.000 toneladas de resíduos, número que aumentou progressivamente até atingir 1.000.000 de toneladas em 2023. Esse crescimento representa um acréscimo de aproximadamente 17,6% no período de quatro anos.

Essa tendência de aumento pode estar associada ao crescimento populacional, à expansão urbana, ao aumento do consumo e à ausência de práticas efectivas de redução, reutilização e reciclagem. O acréscimo anual de cerca de 50.000 toneladas sugere uma sobrecarga progressiva nos sistemas de gestão de resíduos locais, o que exige maior capacidade de colecta, transporte, tratamento e disposição final adequada.

Diante desse cenário, torna-se urgente o desenvolvimento de políticas integradas de gestão de resíduos sólidos, que contemplem desde a redução na fonte até estratégias de valorização dos resíduos, como reciclagem e

compostagem, a fim de mitigar os impactos ambientais e sociais decorrentes desse aumento.

Tabela 2: Tipos de Resíduos Sólidos Gerados no Uíge (2020-2023)

Ano	Resíduos Orgânicos (%)	Resíduos Plásticos (%)	Resíduos de Construção (%)	Metais (%)	Vidros (%)	Outros (%)
2020	50	20	15	5	3	7
2021	48	22	13	6	4	7
2022	47	23	12	6	5	7
2023	45	25	10	7	5	8

Fonte: Agência Nacional de Resíduos (2023).

Entre 2020 e 2023, a província do Uíge apresentou mudanças significativas na composição percentual dos resíduos sólidos. Houve uma redução dos resíduos orgânicos de 50% para 45%, sugerindo possíveis avanços em práticas de reaproveitamento ou mudanças nos padrões de consumo. Em contrapartida, os resíduos plásticos cresceram de 20% para 25%, o que reflete um aumento preocupante do uso de materiais descartáveis, influenciado pela urbanização e pelo consumo de produtos embalados. Os resíduos da construção civil também apresentaram queda, de 15% para 10%, o que pode estar relacionado à conclusão de obras ou à adoção de métodos mais sustentáveis.

Resíduos metálicos e de vidro tiveram um leve crescimento percentual, embora ainda representem uma fração pequena do total. A categoria "Outros" manteve certa estabilidade, com um ligeiro aumento em 2023. Esses dados evidenciam a necessidade de políticas públicas eficazes, voltadas principalmente para a redução do consumo de plástico e o fortalecimento de práticas sustentáveis, como a compostagem de resíduos orgânicos. Também se destaca a importância da educação ambiental como ferramenta estratégica para promover hábitos mais conscientes junto à população.

Tabela 3: Análise Cruzada - Quantidade Estimada de Resíduos por Tipo (2020-2023)

Ano	Produção Total em Toneladas	Orgânicos	Plásticos	Construção	Metais	Vidros	Outros
2020	850.000	425.000	170.000	127.500	42.500	25.500	59.500
2021	900.000	432.000	198.000	117.000	54.000	36.000	63.000
2022	950.000	446.500	218.500	114.000	57.000	47.500	66.500
2023	1.000.000	450.000	250.000	100.000	70.000	50.000	80.000

Fonte: Agência Nacional de Resíduos (2023).

ALBA - ISFIC RESEARCH AND SCIENCE JOURNAL
ISSN PRINT: 3006-2489; ISSN ONLINE: 3006-2470
1ª Ed, Vol. 1, No. 10, Dezembro, 2025
https://alba.ac.mz/index.php/alba/issue/view/13
albaisfic@gmail.com; alba@isfic.ac.mz

Entre 2020 e 2023, a província do Uíge apresentou um aumento significativo na produção de resíduos sólidos, passando de 850.000 para 1.000.000 de toneladas, evidenciando não apenas o crescimento do volume total, mas também a diversificação dos tipos de resíduos gerados. Os resíduos orgânicos continuam a ser predominantes, mesmo com a queda percentual de 50% para 45%, enquanto os resíduos plásticos apresentaram o crescimento mais preocupante, subindo 47% no período, o que aponta para a necessidade urgente de políticas de redução e reciclagem. Já os resíduos da construção civil diminuíram, sugerindo possível retracção no sector ou melhorias na fiscalização.

Além disso, resíduos metálicos, de vidro e da categoria "outros" (incluindo electrónicos e materiais mistos) também cresceram, indicando mudanças nos padrões de consumo e desafios crescentes na triagem e tratamento. Diante desse cenário, torna-se essencial adoptar uma abordagem integrada para a gestão dos resíduos sólidos urbanos, priorizando acções como compostagem, educação ambiental, infra-estrutura de colecta selectiva e regulamentações mais eficazes para o sector produtivo, de forma a garantir sustentabilidade e saúde pública na província.

Quadro 1: Iniciativas Locais de Gestão de Resíduos no Uíge

Iniciativa	Objectivo	Implementação	Impacto
Centro de Reciclagem	Fomentar a reciclagem de plásticos	2021	Médio
Aterro Controlado	Gerenciar resíduos orgânicos	2019	Alto
Colecta de Resíduos	Melhoria da colecta de lixo	2022	Moderado
Educação Ambiental	Consciencialização pública sobre resíduos	2020	Baixo

Fonte: Agência Nacional de Resíduos (2023).

A validação do estudo foi garantida pela triangulação entre revisão bibliográfica, observação direta, análise documental e entrevistas, permitindo cruzar evidências e reforçar a credibilidade dos resultados. Contudo, o trabalho apresenta limitações relacionadas ao acesso restrito a dados actualizados e à dependência de relatos institucionais e comunitários, que podem introduzir vieses. Além disso, a ausência de medições quantitativas mais amplas limita a generalização dos achados para outros municípios além do Uíge.

5 CONCLUSÃO

A gestão de resíduos sólidos constitui um desafio complexo e multidimensional, exigindo abordagens integradas que envolvam desde estruturas internacionais até acções locais.

As Convenções como a de Basileia e directrizes da União Europeia fornecem bases sólidas para a prevenção, reciclagem e tratamento de resíduos, mas sua aplicação em países em desenvolvimento, como Angola, esbarra em limitações estruturais e financeiras.

No contexto nacional, apesar da existência da Política Nacional de Gestão de Resíduos Sólidos e da Lei de Bases do Ambiente, Angola enfrenta sérios obstáculos na implementação prática dessas normas, especialmente pela ausência de infra-estruturas adequadas.

No plano local, como na província do Uíge, a realidade é marcada pelo descarte inadequado de resíduos e pela baixa conscientização ambiental, o que agrava os impactos negativos à saúde pública e ao meio ambiente.

A criação de infra-estrutura básica, aliada a programas de educação ambiental e colecta selectiva, pode transformar significativamente o cenário actual. Iniciativas locais, como projectos de compostagem e envolvimento comunitário, devem ser priorizadas para garantir soluções sustentáveis e adaptadas às condições específicas do Uíge e de outras regiões com desafios semelhantes.

A discussão evidencia que a gestão de resíduos no Uíge continua limitada por fragilidades estruturais e institucionais, como destacou a ANR e autores que analisam sistemas em países em desenvolvimento. A ausência de infra-estruturas adequadas e a baixa participação comunitária comprometem a eficiência da recolha e do tratamento. Esses factores reforçam a necessidade de um modelo integrado que una tecnologia, políticas públicas e envolvimento social.

A incorporação de ferramentas digitais, georreferenciação e monitorização, alinhada ao que defendem UNEP (2019) e Lima (2021), pode modernizar o sistema e reduzir pontos críticos. As soluções comunitárias de baixo custo, como compostagem, triagem descentralizada e reciclagem artesanal, mostram que a inovação não depende apenas de grandes investimentos. A combinação entre tecnologias simples e saberes locais fortalece a sustentabilidade operacional.

As propostas de Eco Pontuação, mini-centros de triagem e *Ecobricks*-Uíge representam estratégias viáveis para ampliar a valorização dos resíduos e estimular mudanças comportamentais. Essas iniciativas aproximam-se das experiências de economia circular citadas por Murray et al. (2017) e dos modelos participativos apresentados por Santos & Oliveira (2020). A participação ativa da comunidade torna-se um elemento

ALBA - ISFIC RESEARCH AND SCIENCE JOURNAL
ISSN PRINT: 3006-2489; ISSN ONLINE: 3006-2470
1ª Ed, Vol. 1, No. 10, Dezembro, 2025
https://alba.ac.mz/index.php/alba/issue/view/13
albaisfic@gmail.com; alba@isfic.ac.mz

central para melhorar os índices de reciclagem e reduzir a pressão sobre aterros.

O êxito dessas soluções exige uma governança colaborativa, na qual município, comunidade e sector privado atuem de forma articulada, como sugerem os referenciais de gestão integrada. A criação do Indicador Local de Sustentabilidade de Resíduos reforça a necessidade de métricas adaptadas ao contexto africano. Assim, alinhar directrizes internacionais às realidades locais torna-se fundamental para promover um sistema de resíduos mais eficiente e ambientalmente seguro no Uíge.

6- REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Agência Nacional de Resíduos (2023). Reutilizar o passado, Reciclar o presente e Salvar o futuro. Edifício 11 B, Condomínio Rosalinda, Estrada Direita da Samba, Município de Luanda, Província de Luanda, República de Angola.

Almeida, J. R., & Costa, M. H. (2021). Governança ambiental e acordos internacionais: Uma abordagem integrada. Lisboa: Edições Sustentáveis.

Alves, R., & Rocha, F. (2020). Gestão de resíduos na construção civil. Lisboa: Editora Sustentável.

Angola. (1998). Lei n.º 5/98 de 19 de Junho: Lei de Bases do Ambiente. Diário da República, I Série.

Costa, J., & Almeida, R. (2019). Gestão de resíduos sólidos urbanos: Desafios e soluções no contexto internacional. Editora Ambiente.

Ferreira, M. J. (2019). Resíduos perigosos e saúde pública: Uma abordagem normativa. Porto: *EcoLegis*.

Gonçalves, D. (2022). E-lixo e sustentabilidade: Desafios e oportunidades. São Paulo: Tecnologias Limpas Editora.

Lima, R. F. (2021). Políticas públicas e sustentabilidade: A gestão de resíduos no contexto urbano. Brasília: Instituto Ambiental Brasileiro.

Martins, A. (2021). Indústria e meio ambiente: O tratamento de resíduos no século XXI. Rio de Janeiro: Ambientar.

Medeiros, M. A., Oliveira, J. S., & Santos, R. F. (2011). Resíduos sólidos: problemáticas e soluções. Editora UFABC.

MINUA. (2012). Política Nacional de Gestão de Resíduos Sólidos Urbanos. Ministério do Urbanismo e Ambiente.

ONU. (2020). Convenção da Basileia sobre o controle de movimentos transfronteiriços de resíduos perigosos e seu depósito. Nações Unidas. https://www.basel.int

Santos, L. A., & Oliveira, M. T. (2020). Gestão integrada de resíduos sólidos: Teoria e prática. Porto Alegre: Editora Verde Sustentável.

Silva, P. (2020). Resíduos sólidos e sua classificação: Teorias e práticas. S/ed., S/Ed., S/l.

Silva, P., & Mendes, H. (2021). Classificação e gestão dos resíduos sólidos urbanos. Maputo.

UNEP – Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente. (2019). *Global Environment Outlook – GEO-6: Healthy Planet, Healthy People. Cambridge: Cambridge University Press.*

UNEP – Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente. (2020). *Basel Convention: Guidance for the environmentally sound management of hazardous wastes*. Nairobi: United *Nations Environment Programme*.

União Europeia. (2008). Directiva 2008/98/CE do Parlamento Europeu e do Conselho, de 19 de Novembro de 2008, relativa aos resíduos. Jornal Oficial da União Europeia.

ALBA
ISFIC RESEARCH AND SCIENCE JOURNAL
ALBA - ISFIC RESEARCH AND SCIENCE JOURNAL
ISSN PRINT: 3006-2489; ISSN ONLINE: 3006-2470
1ª Ed, Vol. 1, No. 10, Dezembro, 2025
https://alba.ac.mz/index.php/alba/issue/view/13
albaisfic@gmail.com; alba@isfic.ac.mz
10 - 12 | 2025

GLOBALIZAÇÃO E MEIO AMBIENTE: ATITUDES DOS TURISTAS EM ÉPOCAS FESTIVAS NAS PRAIAS DE MOÇAMBIQUE

Globalization and the Environment: tourist behavior during festive seasons on the beaches of Mozambique

Globalización y Medio Ambiente: Comportamiento de los turistas durante las temporadas festivas en las playas de Mozambique

Ana Felisberto Mussafo Cunha[1] | Dércio dos Santos Teresa Abreu[2]

[1] Doutoranda em Direito Privado, Universidade Católica de Moçambique; Mestre em Ciências Jurídicas pelo Instituto de Ciências e de Tecnologia de Moçambique; Formadora do Centro de Formação Jurídica e Judiciária de Moçambique; Juíza Desembargadora; 0009-0001-5644-9195; acunha2576@gmail.com
[2] PhD in Educational Innovation; Mestre em Ciências Políticas e Estudos Africanos; Pós-Graduado em Infecção por VIH e Terapêutica Antirretrovírica; Frequência do Mestrado Integrado em Filosofia & Teologia; Licenciado e Bacharel em História Política e Gestão Pública; Instituto Superior de Gestão, Comércio e Finanças (ISGECOF); Universidade Rovuma; Universidade Católica de Moçambique; Academia Militar Marechal Samora Machel; Moçambique, 0009-0005-6171-6410, mwalimuabreu01.2020@gmail.com

Autor para correspondência: acunha2576@gmail.com

Data de recepção: 25-06-2025
Data de aceitação: 01-07-2025
Data da publicação: 10-12-2025

Como citar este Resumo: Cunha, A. F. M. & Abreu, D. S. T. (2025). *Globalização e meio ambiente: Atitudes dos turistas em épocas festivas nas praias de Moçambique.* ALBA – ISFIC Research and Science Journal, 1(10), pp. 406-420. https://alba.ac.mz/index.php/alba/issue/view/13

RESUMO

O presente artigo subordinado ao tema "Globalização e Meio Ambiente: atitudes dos turistas em épocas festivas nas praias de Moçambique", pretende reflectir sobre o nível de protecção do meio ambiente à volta da praia, por turistas, em contexto de globalização. Se por um lado, a globalização aproxima os turistas em termos de preferência por determinados lugares, lazer, comemorações, por outro, importa saber como a atitude dos turistas em épocas festivas pode afectar o meio ambiente à volta das praias, e quais as razões. O objectivo é reflectir sobre o impacto das atitudes dos turistas no meio ambiente, em épocas festivas, na era da globalização. Para a elaboração do trabalho optamos pela pesquisa qualitativa, que privilegia a compreensão de um grupo social e recorremos à técnica de pesquisa bibliográfica e documental e ainda, exploratória, com entrevista semi-estruturada a pessoas directamente envolvidas na problemática do tema. Os resultados obtidos revelaram que os turistas têm conhecimento, através da diversa legislação existente e informações disponíveis, sobre a importância da protecção e preservação do meio ambiente, de modo particular nas praias, todavia, em épocas festivas, as suas atitudes são contrárias e prejudiciais ao meio ambiente. O estudo concluiu que é necessário que os turistas pautem por atitudes de não agressão ao meio ambiente, o que requer mudança de comportamento e elevação do nível de consciência dos turistas para que optem,

sempre, por atitudes de protecção e preservação do meio ambiente.

Palavras-chave: Globalização, meio ambiente, Moçambique, praias, turistas

ABSTRACT

This study, entitled *"*Globalization and the Environment: Tourist Attitudes During Festive Seasons on Mozambique's Beaches" explores the extent to which tourists contribute to the protection of the coastal environment in the context of globalization. While globalization fosters increased tourist flows and shared preferences for leisure and celebratory destinations, it is critical to assess how tourist behavior during festive periods may negatively impact beach ecosystems. The objective is to analyze the environmental consequences of tourist activities during such times and to identify the underlying behavioral motivations. A qualitative research methodology was employed, emphasizing the understanding of social behaviors through bibliographic and documentary analysis, complemented by exploratory fieldwork using semi-structured interviews with individuals directly involved in the subject matter. Findings indicate that although tourists are generally informed about the importance of environmental preservation—particularly due to existing legislation and public awareness efforts—their actions during festive periods often contradict this knowledge, leading to significant environmental degradation. The study concludes that there is an urgent need to promote behavioral change and increase environmental awareness among tourists to encourage consistent practices of environmental protection and conservation.

Keywords: Globalization, environment, Mozambique, beaches, tourist behavior.

RESUMEN

Este estudio, titulado *"*Globalización y Medio Ambiente: Actitudes de los Turistas Durante las Épocas Festivas en las Playas de Mozambique*"*, analiza en qué medida los turistas contribuyen a la protección del entorno costero en el contexto de la globalización. Si bien la globalización fomenta un aumento en los flujos turísticos y en las preferencias compartidas por destinos de ocio y celebración, es fundamental evaluar cómo el comportamiento de los turistas durante los períodos festivos puede afectar negativamente a los ecosistemas playeros. El objetivo es analizar las consecuencias ambientales de las actividades turísticas en dichos contextos y comprender las motivaciones conductuales subyacentes. Se adoptó una metodología de investigación cualitativa, con énfasis en la comprensión de los comportamientos sociales mediante el análisis bibliográfico y documental, complementado con trabajo de campo exploratorio a través de entrevistas semiestructuradas a personas directamente involucradas en la problemática. Los resultados indican que, aunque los turistas están generalmente informados sobre la importancia de la preservación ambiental —especialmente debido a la legislación vigente y a las campañas de concienciación pública—, sus acciones durante las épocas festivas a menudo contradicen ese conocimiento, lo que conduce a una degradación ambiental significativa. El estudio concluye que es urgente promover un cambio de comportamiento y elevar el nivel de conciencia ambiental entre los turistas, con el fin de fomentar prácticas coherentes de protección y conservación del medio ambiente.

Palabras clave: Globalización, medio ambiente, Mozambique, playas, comportamiento turístico.

INTRODUÇÃO

Actualmente, todos vivemos em um mundo globalizado caracterizado por interacção cada vez mais forte e coesa entre os povos de diversas nações, nos aspectos económicos, sociais, culturais, religiosos, tecnológicos e outros. Como sabemos, hoje, a globalização é

ALBA - ISFIC RESEARCH AND SCIENCE JOURNAL
ISSN PRINT: 3006-2489; ISSN ONLINE: 3006-2470
1ª Ed, Vol. 1, No. 10, Dezembro, 2025
https://alba.ac.mz/index.php/alba/issue/view/13
albaisfic@gmail.com; alba@isfic.ac.mz

uma realidade incontornável, pois, o rápido avanço das tecnologias de informação e comunicação impulsionadas pela *internet*, permite que conhecimentos, hábitos e práticas diversas, cheguem de forma acelerada e em simultâneo, à diversos cantos do mundo.

A globalização é um fenómeno fortemente galvanizado pelos negócios e as empresas transformam-se em parceiros naturais dos governos contribuindo para o crescimento económico. Para Scholte (2000), a globalização é uma transformação da geografia social marcada pelo crescimento de espaços supra territoriais. Ela aumenta o fluxo de bens, serviços, capitais, pessoas e ideias através das fronteiras internacionais. O aumento dos fluxos, também acarreta impactos positivos e negativos na sociedade e no ambiente. É desta forma que se assiste pelo mundo inteiro, incluindo Moçambique, a comemorações festivas à beira da praia, aliadas ao consumo de comidas rápidas e bebidas conservadas e transportadas em recipientes fabricados, maioritariamente, à base de material plástico, por milhares de pessoas turistas.

Da observação feita à atitude dos turistas em épocas festivas, concretamente, em festa de final de ano, à beira da praia da Província de Maputo, no sul de Moçambique, que foi o caso em estudo mas, que trata-se de um hábito que se repercute ao longo das praias do país inteiro, constatou-se, que durante a época festiva, as sobras de comida e os recipientes que servem para a conservação e transporte de alimentos e bebidas, são lançados na areia e na água da praia, causando poluição do meio circundante, das águas do mar e consequentemente, a degradação da biodiversidade existente.

Diversos instrumentos legais regulam, internamente, a gestão e o uso das praias e a preservação do meio ambiente, com destaque para o Decreto nº 97/2020, de 4 de Outubro, que aprova o Regulamento de Gestão e Ordenamento da Zona Costeira e também, a nível internacional, como é o caso da Convenção de Ramsar (1971), que visa a conservação e uso sustentável das zonas húmidas, incluindo áreas costeiras e praias. Todavia, o que se constata do impacto da globalização no meio ambiente, derivado da procura crescente das belas praias de Moçambique, por milhares de turistas, aliado ao elevado índice de consumo de comidas rápidas e bebidas, é contrário à letra e espírito das previsões normativas. É mesmo por estas razões que no presente artigo pretendemos reflectir sobre o impacto das atitudes dos turistas no meio ambiente em épocas festivas, na era da globalização. Assim, o artigo procede à análise da conexão entre a

globalização, os turistas e as festividades de final de ano à beira da praia e discute o seu impacto no meio ambiente, de modo a perceber o nível de consciencialização dos turistas na protecção e preservação do meio ambiente que circunda as praias, em Moçambique.

O objectivo geral é de reflectir sobre o impacto das atitudes dos turistas na época festiva no meio ambiente na era da globalização. E, para a concretização do nosso objectivo geral, nos propomos especificamente à: caracterizar a atitude dos turistas em épocas das festividades, no local do estudo; descrever o ambiente que tem caracterizado o local em estudo durante a época das festividades; analisar o impacto da atitude dos turistas na época festiva para o meio ambiente. Com os resultados da pesquisa que agora é apresentada em forma de artigo, pretende-se contribuir para a elevação da consciência e do nível de protecção do meio ambiente face à globalização, tornando as praias mais limpas, mais saudáveis e mais atraentes, em prol do bem estar do planeta e da sobrevivência dos seres humanos.

MATERIAIS E MÉTODOS

Para a elaboração do nosso estudo recorremos à pesquisa qualitativa. A nossa opção a esta natureza de abordagem, deve-se ao facto de pretendermos descrever um fenómeno que acontece num certo local, que são as atitudes dos turistas na época das festas ao longo das praias moçambicanas, e no caso em concreto, numa das praias da Província de Maputo, que por razões éticas achamos por bem não a identificar com precisão, como forma de proteger os informantes, uma vez que, parte destes são trabalhadores dos estabelecimentos turísticos usados no estudo. É importante referir que, a consulta bibliográfica e documental, foram técnicas altamente privilegiadas porque nos servimos de vários documentos legislativos para a nossa fundamentação. Numa outra perspectiva, a nossa pesquisa é exploratória, visto que, no nosso estudo, dedicamo-nos à obtenção de informações mais credíveis possíveis e bastante aprofundadas por percebemos a pertinência do estudo, o qual, quiçá, poderá servir de espelho do que acontece nas praias nos momentos festivos, e daí, quem de direito, possa tomar medidas preventivas com vista à protecção do meio ambiente, nossa "Casa Comum", de acordo com Papa Francisco, citado em *Laudatus Si* (2015).

No que respeita às técnicas utilizadas, destacamos a recolha de dados a partir de inquérito por entrevista semi-estruturada, a consulta documental e bibliográfica. Optamos pela entrevista semi-estruturada,

ALBA - ISFIC RESEARCH AND SCIENCE JOURNAL
ISSN PRINT: 3006-2489; ISSN ONLINE: 3006-2470
1ª Ed, Vol. 1, No. 10, Dezembro, 2025
https://alba.ac.mz/index.php/alba/issue/view/13
albaisfic@gmail.com; alba@isfic.ac.mz

por percebermos que ela nos permite perguntar e conversar à vontade com os participantes da pesquisa, para além de dar a oportunidade aos mesmos de expor tudo o que pensam sobre o tema em análise. Fizeram parte destes, 1 (um) gerente, do restaurante seleccionado para o estudo, identificado ao longo do texto com a letra G; 2 (dois) serventes do referido restaurante, identificados com a letra S e 3 (três) turistas, identificados com a letra T. Quanto aos procedimentos, o nosso estudo caracteriza-se por ser de caso, uma vez que, fizemos uma abordagem sobre o assunto em uma determinada praia, e que os resultados advindos não se podem generalizar como sendo modelo mas, podem servir de base para reflexão de casos conexos, pois, trata-se de um problema que se propaga por várias praias ao longo de todo o país.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A Província de Maputo, situada a Sul de Moçambique, é privilegiada por ter belas praias, de paisagens naturais únicas e distintas, que atraem vários turistas, internos e estrangeiros. As tecnologias de informação e comunicação através da *internet*, facilitam a partilha de informação e divulgação dos lugares turísticos pelo mundo inteiro, levando ao crescimento da procura de determinados lugares, como as praias, por efeito da globalização.

Em Moçambique, as praias são frequentadas o ano inteiro. Mas, é durante a época de festividades, como a de final de ano, por exemplo, que se constata um grande número de turistas que desejam fazer a transição na praia. A festa de final de ano contém danças, cantorias, brincadeiras, recreio, comidas e bebidas, enfim, tudo é diversão e alegria. No que se refere à comidas e bebidas, com a expansão das cadeias de restauração e o avanço do conhecimento e uso da *internet* pelas pessoas, tornou-se cada vez mais crescente a divulgação e preferência por comidas rápidas e bebidas pré-fabricadas como os refrigerantes, sumos, alcoolizados ou não, muitas vezes comercializados através de um sistema rápido e flexível denominado *take away*, que significa “leva e vá”. Este mecanismo de venda permite que o comprador possa consumir a comida e bebida em qualquer lugar diverso do local da compra.

É desta forma que sucede em festa de final de ano, em que os turistas compram as comidas e bebidas vendidas pelos restaurantes nas proximidades e levam tudo para comer e beber à beira da praia. Esta constatação é reforçada pelo pronunciamento de um dos

gerentes do restaurante em estudo, ao afirmar que:

> De uns tempos para cá temos tirado benefícios financeiros crescentes no nosso empreendimento pois, o número de clientes tem aumentado a cada ano graças à divulgação da praia onde se encontra o nosso restaurante através da internet: é o efeito positivo da globalização, em simultâneo, permite que muitas pessoas tenham acesso à mesma informação. Este local é frequentado por muitos turistas nacionais e estrangeiros de várias origens, que celebram a festa de passagem de ano na praia. Nesse dia, os turistas preferem comidas rápidas, como grelhados, fritos, pizzas, e optam por fazer o pedido das comidas e bebidas no balcão de passagem. Após o pagamento, levam tudo para comer fora das mesas do restaurante (G).

Os restaurantes que serviram de referência para o presente estudo dispõem de mesas ao longo do seu recinto e nas proximidades da praia, num espaço delimitado para o consumo de refeições. No entanto, durante a festa, os turistas vão para além do limite estabelecido e levam consigo as comidas e bebidas, dado que foi confirmado por *S1*, ao explicar que: "*À medida que o calor da festa se torna mais intenso, os turistas avançam para zonas mais próximas das águas da praia e mesmo para o seu interior, com comidas e bebidas e lá, também, festejam".*

Relativamente aos recipientes utilizados na conservação e transporte de comidas e bebidas durante a festa e as sobras de comidas, apuramos que, a maior parte dos turistas lança ou deixa estar tudo directamente na areia da praia, outros os resíduos sólidos e líquidos em pequenos sacos plásticos abandonados na areia e alguns poucos se recordam de meter tais resíduos em locais apropriados, os depósitos de lixo. Como por exemplo descreveu *S2*:

> Após a festa, o meio à volta da praia fica bastante sujo, devido às sobras de comida, sacos plásticos, embalagens diversas, usados para a conservação de comidas, garrafas e latas de bebidas. Este lugar torna-se poluído como resultado da festa, desde a areia até as águas do mar. As garrafas de vidro, algumas delas partidas e latas amolgadas são um autêntico perigo para todos.

Ao percorrermos a praia em questão, verificamos que ela dispõe de baldes para depósito de lixo, o que levou à indagação para perceber o porquê dos turistas não os usarem. Diante das observações feitas e constatação da existência dos depósitos de lixo e o seu não

ALBA - ISFIC RESEARCH AND SCIENCE JOURNAL
ISSN PRINT: 3006-2489; ISSN ONLINE: 3006-2470
1ª Ed, Vol. 1, No. 10, Dezembro, 2025
https://alba.ac.mz/index.php/alba/issue/view/13
albaisfic@gmail.com; alba@isfic.ac.mz

uso, questionamos aos serventes do restaurante e os turistas, se é costume e/ou habitual a disposição daqueles depósitos de lixo ao longo da orla marítima, ao que responderam nos seguintes termos:

> Sim, a praia dispõe de baldes de lixo colocados em espaços visíveis para todos. Alguns turistas se recordam de jogar o lixo nos baldes, mas, outros não. Alguns se lembram de meter o lixo em sacos plásticos, mas, de seguida, deixam tudo na areia. O lixo deixado na areia da praia por vezes é recolhido para o mar, pela acção das águas e do vento, afectando a biodiversidade marinha (S1).

Por sua vez, um dos turistas entrevistados disse:

> Eu e os meus amigos conhecemos esta bela praia através da internet (…). É muito complicado largar a festa para ir jogar o lixo nos baldes. Por vezes, nem nos lembramos disso porque estamos bêbados. A onda da festa é agradável sem interrupções e por isso, muitos de nós, largamos o lixo em qualquer lugar, na areia da praia, nas águas (T1).

Igualmente, questionada a gerência do restaurante sobre o processo de gestão do lixo produzido pelos turistas, pronunciou-se e afirmou que:

> As acções de limpezas feitas não garantem a eliminação total dos resíduos em forma de lixo, sobretudo, quanto àquele que é jogado nas águas, porque as correntes arrastam tudo para longe e para as profundezas do mar, por um lado. Por outro, o restaurante não dispõe de meios suficientes para fazer face às necessidades de limpeza, pelo que, ela nunca é feita de forma completa (G).

Dos elementos que colhemos, constatou-se que a limpeza da praia não tem sido eficaz e pouco obedece à regularidade que permita a criação de um ambiente convidativo, seja para os usuários desportivos assim como para os turistas, uma vez que, do estudo feito apuramos que a mesma tem sido feita duas vezes por semana, pelos funcionários da administração local, por isso, os trabalhadores dos restaurantes têm a iniciativa de apoiar, de modo a tornar o espaço limpo e agradável de estar, o que tem sido difícil de alcançar. Atinente a esta observação, importa referir que, apesar da existência de instrumentos legais como a Política Costeira e Marinha de Moçambique (2017), a implementação e fiscalização ainda são limitadas. E, a coordenação entre os órgãos de turismo, meio ambiente e autoridades locais é deficiente, dificultando a aplicação de medidas efectivas, como é o caso da limitação de veículos em praias,

disposição de lixo e controle da construção irregular em zonas de protecção costeira (Mucavele & Almeida, 2018).

Neste contexto, não restam dúvidas que os cenários descritos revelam a prática de actos que atentam contra a preservação do meio ambiente. Com efeito, as praias moçambicanas estão sob crescente ameaça de actividades humanas intensivas, isto porque, a expansão de infraestruturas turísticas, especialmente ao longo das praias, tem provocado a destruição de habitats sensíveis (Machava, 2019).

Como forma de aferir o nível de conhecimento dos turistas sobre a necessidade, importância e pertinência de manter a praia sempre limpa, insistimos com a mesma questão, onde de forma categórica, o *T2* disse que:

> Sim, todos nós sabemos que devemos manter a praia limpa. Ou pelo menos devíamos saber. É como em qualquer lugar, incluindo a nossa própria casa, deve estar sempre limpa para nós mesmos e para os outros. E a praia dispõe de avisos escritos a chamar a atenção para não deitar lixo no chão. Mas, infelizmente, o aviso não é cumprido por todos.

E, dando continuidade, sobre as mesmas questões o *T3*, partilhando da mesma opinião, sublinhou que:

> O problema de maus tratos ao ambiente da praia não tem nada a ver com falta de conhecimento das pessoas em mantê-la limpa. As pessoas têm conhecimento disso, através das informações que já trazem de casa, das famílias, da escola, das leis aprovadas, e mesmo aqui na praia há avisos escritos e visíveis para não comer e beber na praia. Mas, como se sabe, nem sempre, o ser humano cumpre as normas. De forma sorrateira, leva comida e bebida para a praia, consome e deixa as sobras em locais inapropriados, o que põe em causa a preservação do meio ambiente.

Referindo-se, ainda, ao mesmo assunto, o *S2* desabafou, com visual transtornado, nos seguintes moldes:

> Durante a festa torna-se muito complicado controlar as centenas de turistas ou chamar a atenção para não comer e beber na praia. Os turistas são muitos e, aproveitam-se da agitação da festa, aliada à fraca fiscalização do local e escapam, levando consigo comidas e bebidas para lugares não permitidos que se coma e beba na praia.

ALBA - ISFIC RESEARCH AND SCIENCE JOURNAL
ISSN PRINT: 3006-2489; ISSN ONLINE: 3006-2470
1ª Ed, Vol. 1, No. 10, Dezembro, 2025
https://alba.ac.mz/index.php/alba/issue/view/13
albaisfic@gmail.com; alba@isfic.ac.mz

Como se pode aduzir, a partir dos pronunciamentos acima, percebe-se que os turistas têm a noção sobre a necessidade, importância e pertinência da conservação das praias e do meio ambiente no geral, mas, o que acontece na prática é o contrário, como aliás, Silva e Mussa (2020) apontam que muitos turistas demonstram preocupação ambiental em nível discursivo mas, mantêm comportamentos contraditórios quando em férias, especialmente em contextos de festa e descontração. Essa "desresponsabilização temporária" é reforçada por uma percepção de que o cuidado ambiental é responsabilidade dos moradores ou das autoridades locais. Durante épocas festivas, observa-se maior geração de lixo, uso de veículos motorizados nas praias e desrespeito a áreas de protecção ambiental. No entanto, há também iniciativas pontuais de turistas engajados, como mutirões de limpeza e apoio a projectos de conservação marinha, especialmente entre visitantes internacionais sensibilizados por campanhas de ecoturismo (Oliveira et al., 2022).

Uma outra questão colocada advinda das respostas que foram dadas pelos nossos entrevistados, consistiu em saber qual seria a solução desta problemática, de onde obtivemos as seguintes respostas dadas pelos diversos participantes na pesquisa: *"a solução é muito simples e parte de nós mesmos, aliás, de todos e de cada um, em qualquer lugar. Deve ocorrer mudança de comportamento com relação ao tratamento do meio ambiente, devemos amar mais, cuidar mais do meio à nossa volta (T1).* E na mesma linha de pensamento *T3,* frisou que, *"se cada um fizer a sua parte, todos sairemos a ganhar porque do meio ambiente depende a sobrevivência de todos os seres vivos".* No mesmo diapasão, *G* sublinha que:

> A mudança de atitude é a chave para a preservação e salvação do meio ambiente. E isso, parte de cada um de nós, através da própria consciência sobre a importância do meio ambiente. De um outro prisma, intensificar a educação ambiental nas escolas e nos órgãos de comunicação social, certamente contribuirá para a elevação do nível de consciência de todos na preservação do meio ambiente.

Diante dos pronunciamentos dos nossos entrevistados em relação às possíveis soluções do problema em causa, fica claro que a promoção da educação ambiental dirigida à turistas, operadores turísticos e a comunidade em geral, seria uma ferramenta importante para mitigar impactos negativos, não só, mas também, as campanhas realizadas por diversas organizações e/ou projetos comunitários podem alterar os

comportamentos por aqueles manifestados, como o descarte correcto de resíduos e o respeito às áreas de preservação. No entanto, de acordo com a UNEP (2021) é necessário que essas acções sejam sistemáticas e integradas às políticas de turismo e meio ambiente. A atuação do sector hoteleiro é também fundamental, uma vez que, por exemplo, os hotéis e *resorts* podem funcionar como pontos de educação e exemplo de práticas sustentáveis, incentivando os seus hóspedes a adoptarem comportamentos conscientes.

Impacto das atitudes dos turistas ao meio ambiente, em festa de praia, no contexto da globalização

A globalização tem estimulado o crescimento do turismo internacional que, ao ampliar o acesso a destinos remotos, também contribui para o aumento da pegada ecológica global (UNWTO, 2021). No caso de Moçambique, praias como Wimbe em Cabo Delgado, Chocas - Mar em Nampula, Zalala na Zambézia, Tofo e Vilanculos em Inhambane, Bilene em Gaza e Ponta do Ouro em Maputo tornaram-se pólos turísticos relevantes, recebendo turistas locais, regionais e internacionais, principalmente durante feriados prolongados, festividades de natal e final de ano e Páscoa (Mucavele & Almeida, 2018). Esse aumento sazonal na demanda cria uma sobrecarga temporária sobre os serviços locais, intensifica o uso de recursos naturais e agrava a produção de resíduos. Além disso, práticas turísticas insustentáveis, como acampamentos improvisados, festas na praia com som amplificado e consumo excessivo de produtos descartáveis, tornam-se frequentes nesses períodos (Nhantumbo & Chilundo, 2021).

A globalização tem promovido transformações profundas nas formas de consumo, lazer e mobilidade. Em Moçambique, essas mudanças se reflectem particularmente na dinâmica turística, onde praias antes pouco exploradas tornaram-se destinos populares, especialmente em períodos festivos. Essa intensificação do fluxo turístico, ao mesmo tempo em que impulsiona a economia local, gera pressões sobre os ecossistemas costeiros, agravando problemas como poluição, descarte inadequado de resíduos, erosão e perda de biodiversidade.

De acordo com Marshal Mcluhan (2013),

> O termo Globalização sugere a ideia de aldeia global, que face à evolução tecnológica reduz todo o planeta à situação de uma aldeia. A integração social, económica, política e cultural que tem ocorrido desde os finais do séc. XX é um fenómeno causado pela

ALBA - ISFIC RESEARCH AND SCIENCE JOURNAL
ISSN PRINT: 3006-2489; ISSN ONLINE: 3006-2470
1ª Ed, Vol. 1, No. 10, Dezembro, 2025
https://alba.ac.mz/index.php/alba/issue/view/13
albaisfic@gmail.com; alba@isfic.ac.mz

> necessidade cada vez maior dos mercados, dos países ditos "desenvolvidos", devido à sua saturação, unindo o mundo sem grandes necessidades de investimento financeiro, baseando-se principalmente, no potencial da comunicação globalizada suportada pelas novas tecnologias, onde tudo se resolve à distância de um click (p. 9).

Hodiernamente, quando falamos sobre a questão do turismo, meio ambiente *versus* globalização, a *internet* aparece como um elemento muito importante de conexão. É por esta razão que, Melo e Cameira (2016), entendem que a *internet* alavancou a economia de forma muito significativa e na sequência, o comércio mundial, levando à sua integração e unificação global. Deste modo, verifica-se que a *internet* defende ideias, culturas, políticas, tradições, criando homogeneização e levando-nos ao lado cultural do conceito de aldeia global.

Foi neste contexto que, dos vários pronunciamentos apresentados pelos nossos entrevistados podemos constatar que a *internet* é um mecanismo que facilita a divulgação de informações sobre vários assuntos e dessa forma congrega pessoas de várias origens, dentro de um contexto de mundo global, que leva à preferência pelos mesmos lugares, para festejar, como é o caso das praias, nosso objecto de estudo. Ainda de acordo com os nossos entrevistados e como efeito da globalização, tanto a praia em estudo como as outras existentes no país, tornaram-se cada vez mais conhecidas e mais procuradas por turistas que optam por nelas festejar a transição do fim de ano. Frisaram, que o ambiente que tem caracterizado o local em estudo após a celebração da festa de final de ano é muito poluído, pois, os turistas lançam as sobras de comida e bebidas, as garrafas e demais recipientes de conservação e transporte de comidas, na praia, causando impacto negativo ao meio ambiente, ao baixar a qualidade das águas do mar e consequentemente atentam contra a biodiversidade marinha tornando a praia inadequada para a convivência humana.

É a partir dessas constatações e informações que apontam para a prática de actos humanos que colidem com a integridade do meio ambiente, que procuramos saber da existência de mecanismos que visam a proteção e preservação do meio ambiente à volta da praia. Do estudo feito constatamos, que a nível interno e internacional, existe diversa legislação sobre a protecção e preservação do meio ambiente. Moçambique não foge à regra, ao dispor de uma vasta legislação sobre o meio ambiente, da qual destacamos, a Lei nº 20/2019, de 08 de Novembro, (Lei do mar);

o Decreto nº 21/2017, de 24 de Maio, que aprova o regulamento que estabelece o regime jurídico de utilização do espaço marítimo; o Decreto nº 89/2020, de 8 de Outubro, que aprova o Regulamento de Pesca Marítima.

Importa, ainda, destacar o Decreto nº 97/2020, de 4 de Outubro, que aprova o Regulamento de Gestão e Ordenamento da zona costeira e das praias, onde são estabelecidos princípios e normas de gestão, uso, ordenamento da zona costeira e das praias do país, que inclui a conservação dos ecossistemas marítimos; a manutenção da qualidade das águas e areias, o bem estar e saúde dos utentes e da biodiversidade marinha e costeira; regras para a preservação e combate da poluição marítima; normas para o exercício de actividades económicas, sociais, culturais, desportivas, lúdicas-recreativas e religiosas, de forma ambientalmente segura.

Nesta perspectiva, a globalização promove a mobilidade transnacional, transformando o turismo em um fenómeno de massa. As praias, tradicionalmente vistas como espaços de descanso, tornaram-se hoje em palcos de grandes festas — muitas vezes organizadas por empresas internacionais ou promovidas em redes sociais. Essa transformação é visível em Moçambique, onde destinos como o objecto do nosso estudo atraem milhares de turistas sul-africanos durante diferentes momentos festivos. Segundo Hannam, Sheller e Urry (2006), o turismo global está cada vez mais ligado a experiências efêmeras e sensoriais, como festas e festivais. Nesse cenário, o meio ambiente passa a ser pano de fundo para a experiência turística mas, raramente objecto de cuidado ou protecção. Em Moçambique, essa lógica manifesta-se na ocupação desordenada das praias, falta de controle sobre o volume de visitantes e ausência de infraestrutura adequada para lidar com o lixo e esgoto gerados, como refere Machava (2019).

A nível internacional, diversos normativos ajudam a garantir que as zonas costeiras e as praias sejam protegidas e preservadas para as gerações futuras. Dentre eles, destaca-se, a Convenção de Ramsar, que visa a conservação e uso sustentável das zonas húmidas, incluindo áreas costeiras e praias; Convenção das Nações sobre o Direito do Mar (UNCLOS), (1981) estabelece um quadro legal para a proteção e preservação do meio marinho e das zonas costeiras, assinado em Montebay, Jamaica, a 10 de Dezembro de 1982; Convenção sobre a diversidade biológica (CDB), (1992), que promove a conservação da biodiversidade, incluindo ecossistemas costeiros; Agenda 2030 para o desenvolvimento sustentável (2015), inclui o

ALBA - ISFIC RESEARCH AND SCIENCE JOURNAL
ISSN PRINT: 3006-2489; ISSN ONLINE: 3006-2470
1ª Ed, Vol. 1, No. 10, Dezembro, 2025
https://alba.ac.mz/index.php/alba/issue/view/13
albaisfic@gmail.com; alba@isfic.ac.mz

objectivo de desenvolvimento sustentável 14, que visa conservar e usar de forma sustentável os oceanos, mares e recursos marinhos; Protocolo de Nairobi (1985), faz parte da Convenção de Abidjan (1981), este protocolo trata da gestão integrada das zonas costeiras em África.

O estudo por nós feito, cruzado com os resultados obtidos por estudos realizados por Nhantumbo e Chilundo (2021) em contexto de uma temática similar, revelam que, em festas de praia, os turistas tendem a adoptar comportamentos ambientalmente irresponsáveis, destacando-se as seguintes atitudes: descartar resíduos sólidos na areia e no mar, especialmente plásticos e vidro; uso de veículos nas praias, que danificam ecossistemas frágeis como dunas e manguezais; consumo excessivo de álcool e substâncias ilícitas, que aumentam a desordem e dificultam acções de fiscalização; ignorar áreas de conservação. Essas atitudes reflectem, efectivamente, não apenas a ausência de regras claras, mas também uma cultura turística que desvaloriza o ambiente como património colectivo "nossa casa comum" como dito pelo Papa Francisco em *Laudatus Si* (2015). Algo ainda muito curioso, foi que, os nossos entrevistados S1, S2, S3 e o G, incluindo alguns turistas nacionais, confidenciaram-nos que, muitas vezes, certos turistas internacionais reproduzem comportamentos que seriam inaceitáveis em seus países de origem, contribuindo para o ciclo de degradação ambiental.

Os impactos das atitudes dos turistas em momentos das festas de praia nas zonas costeiras moçambicanas muitas das vezes, incluem o aumento da poluição por resíduos sólidos e líquidos; degradação de *habitats* naturais, como recifes de coral e florestas costeiras; sobre uso de recursos naturais, como água e energia; erosão costeira e destruição da vegetação nativa, que actua como barreira natural; conflitos sociais, devido à apropriação de espaços públicos para festas privadas. Esses impactos não apenas afectam o meio ambiente mas, também, comprometem a própria sustentabilidade do turismo como actividade económica. Assim, entendemos que a questão do impacto negativo das atitudes dos turistas ao meio ambiente à volta da praia não deriva unicamente da falta de conhecimento sobre a importância da preservação do meio ambiente mas, é resultado de baixo nível de consciencialização sobre a matéria e a necessidade de mudança de comportamento, daí que, para a boa conservação das praias e o meio ambiente, que é a nossa casa comum, visto que, todos nele habitamos e dele depende a nossa sobrevivência sustentável,

somos todos chamados a cuidá-lo e a ajudar os outros a igualmente a cuidá-lo.

CONCLUSÃO

A divulgação de informações e preferências cada vez mais crescentes pelas belas praias do país é consequência da globalização derivada da propagação da *internet* e domínio das tecnologias de informação e comunicação, reconhecendo-se o sentido positivo da globalização por impulsionar o turismo e consequentemente, o crescimento económico, por um lado. Por outro, percebe-se que a globalização pode afectar negativamente o meio ambiente, no qual se insere o turista, em festividade de fim de ano à beira da praia, quando as suas atitudes consistem em lançar na praia e nas águas do mar, resíduos sólidos e líquidos.

As atitudes dos turistas em festividades de final de ano descritas são resultado da fraca consciencialização individual sobre a importância do meio ambiente, como lugar que deve ser conservado e preservado, porquanto, imprescindível à vivência de todos os seres. Temos de compreender que a nossa sobrevivência depende da atitude de todos e de cada um, o que passa pela necessária mudança de comportamento, elevação do nível de consciencialização sobre a importância do meio ambiente e intensificação da educação ambiental.

As atitudes dos turistas frente ao meio ambiente durante festas de praia em Moçambique reflectem um contexto globalizado de consumo desenfreado e valorização da experiência imediata. Embora existam avanços na consciência ambiental, as práticas ainda são frágeis e dependem da existência de políticas públicas, fiscalização e envolvimento comunitário. Para garantir a sustentabilidade do turismo costeiro, é urgente repensar o modelo de festas de praia, promovendo práticas mais responsáveis e compatíveis com a preservação dos ecossistemas marinhos e costeiros.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Agenda 2030 Para o Desenvolvimento sustentável. (2015). ODS 14. Nova York. Transforming our world: the 2030 Agenda for Sustainable Development | Department of Economic and Social Affairs

Convenção de Abidjan. (1981). Promove a cooperaçao na proteção, gestão e desenvolvimento do meio marinhoe costeiro da África ocidental, central e meridional. Abidjan, Cotê D`Ivoire. Abidjan Convention | UNEP - UN Environment Programme

Convenção de Ramsar. (1971). (sobre a conservação e uso sustentável das zonas húmidas, incluindo áreas costeiras e praias). Irão. Convenção sobre Zonas Húmidas de Importância Internacional, Especialmente como Habitat de Aves Aquáticas \(Ramsar\)

Convenção das Nações Unidas sobre o Direito do Mar. (1982). (UNCLOS).

ALBA - ISFIC RESEARCH AND SCIENCE JOURNAL
ISSN PRINT: 3006-2489; ISSN ONLINE: 3006-2470
1ª Ed, Vol. 1, No. 10, Dezembro, 2025
https://alba.ac.mz/index.php/alba/issue/view/13
albaisfic@gmail.com; alba@isfic.ac.mz

(estabelece um quadro legal para a proteção e preservação do meio marinho e das zonas costeiras). Montego Bay. LexUriServ.do

Convenção sobre a Diversidade Biológica. (1992). (CDB). (promove a conservação da biodiversidade, incluindo ecossistemas costeiros). Nairobi. Text of the Convention

Francisco. (2015). '*Laudato Si'*: *Sobre o cuidado da casa comum.* Vaticano: Libreria Editrice Vaticana.

Hannam, K., Sheller, M., & Urry, J. (2006). *Mobilities, immobilities and moorings*. Mobilities, 1(1), 1–22.

Machava, D. (2019). *Impactos do turismo costeiro no meio ambiente em Moçambique: Estudo de caso em Vilanculos*. Maputo, Mocambique: Universidade Eduardo Mondlane.

Melo, A. A. L. G. & Cameira, E. (2016). *O papel da internet no processo de globalização*. Lisboa, Portugal.

Mucavele, C., & Almeida, M. (2018). *Gestão ambiental em zonas costeiras: desafios e oportunidades em Moçambique*. Revista de Desenvolvimento Sustentável, 10(2), 45–60.

Nhantumbo, A., & Chilundo, M. (2021). *Poluição marinha e lixo plástico nas praias urbanas de Maputo: Uma análise crítica*. Cadernos de Geografia e Meio Ambiente, 7(1), 23–37.

Oliveira, T., Mário, F., & Cossa, J. (2022). *Ecoturismo como instrumento de conservação: Perspectivas para as praias do sul de Moçambique*. Turismo e Sociedade, 15(3), 78–96.

Protocolo de Nairobi. (1985). (trata da gestão integrada das zonas costeiras em África). Quénia, The Nairobi Convention | UNEP - UN Environment Programme

Moçambique. (2019). *Lei nº 20/2019, de 8 de Novembro. Lei do Mar*. Establece o regime jurídico o regime aplicável ao exercício dos poderes de soberania e jurisdição sobre o espaço marítimo nacional. Boletim da República nº 216, I Série.

Moçambique. (1997) *Lei nº 20/97, de 1 de Outubro. Lei do Ambiente.* Estabelece as bases legais para a utilização correcta do ambiente e dos seus componentes, assegurando um sistema de desenvolvimento sustentável no país. Boletim da República, nº 40, I Série.

Moçambique. (2017). *Decreto nº 21/2017, de 24 de Maio.* Regulamento que estabelece o regime jurídico de utilização do espaço marítimo. Boletim da República nº 80, I Série.

Moçambique. (2020). *Decreto nº 89/2020, de 8 de Outubro.* Regulamento de Pesca Marítima. Boletim da República nº 192, I Série.

Moçambique. (2020). *Decreto nº 97/2020, de 4 de Outubro.* Regulamento de gestão e ordenamento da zona costeira e das praias. Boletim da República nº 211, I Série.

McLuhan, M. *in* Portugal, Miguel N. e Cetano, J. (2013). *Desafios da Globalização*. Escolar Editora, Lisboa.

Scholte, J. A. (2000). *Globalization: A Critical Introdution,* London, *In* MARTIN, Shaw, *Draft of* a *review for Millennium*: Journal of International Studies, London: Macmillam. ISBN 0-333-666022-6.

Silva, J., & Mussa, C. (2020). *Ecossistemas costeiros em Moçambique: Estado atual e estratégias de conservação*. Revista Africana de Estudos Ambientais, 9(1), 55–72.

UNEP – United Nations Environment Programme. (2021). *Sustainable Tourism and Coastal Ecosystems*. https://www.unep.org

UNWTO – World Tourism Organization. (2021). *Tourism and Sustainable Development Goals – Progress Report*. https://www.unwto.org

WWF Moçambique. (2020). *Conservação comunitária nas Quirimbas: Relatório de progresso 2018–2020*. https://www.wwf.org.mz

OFERTAS FORMATIVAS

LICENCIATURAS

- Administração Pública
- Contabilidade e Auditoria
- Direito
- Educação e Serviço Social
- Gestão Bancária e Mercados Financeiros
- Gestão de Empresas
- Gestão de Recursos Humanos
- Marketing E Publicidade
- Psicologia Social e do Trabalho
- Relações Internacionais

FORMAÇÃO PSICOPEDAGÓGICA COM RESPECTIVOS CREDITOS ACADÉMICOS (CA)

- Avaliação de aprendizagens dos estudantes – 3 CA
- Didatica Geral – a arte de ensinar - 10 CA
- Psicopedagogia e intervenção psicopedagógica – 3 CA
- Ética e Deontologia do Docente do Ensino Superior – 3 CA
- Teorias do Ensino e Teorias de aprendizagem – 4 CA
- Currículo e Desenho Curricular – 8 CA
- Desenho de materiais de ensino e instrucionais – 9 CA
- Indução do Estudante, Docente e CTA – Escrituração Académica – 3 CA
- Orientação Profissional e Orientação Vocacional – 5 CA

FORMAÇÃO EM INVESTIGAÇÃO CIENTÍFICA COM RESPECTIVOS CREDITOS ACADÉMICOS (CA)

- Estatística para Investigação usando SPSS – 9 CA
- Investigação Qualitativa – 10 CA
- Investigação Quantitativa – 6 CA
- Técnicas de Análises de Análise de Dados - 5 CA
- Escrita Científica (com acompanhamento até a publicação) - 10 CA

TEMÁTICAS DOS ARTIGOS

- **Administração Pública**
- **Contabilidade e Auditoria**
- **Direito**
- **Educação e Serviço Social**
- **Gestão Bancária e Mercados Financeiros**
- **Gestão de Empresas**
- **Gestão de Recursos Humanos**
- **Marketing E Publicidade**
- **Psicologia Social e do Trabalho**
- **Relações Internacionais**

Os autores devem utilizar o modelo do artigo original, enviá-lo juntamente com as declarações de responsabilidade, conflito de interesses e transferência de direitos autorais devidamente assinadas pelo autor principal.

Para receber os documentos diretrizes e enviar os trabalhos, deverá escrever para o email: albaisfic@gmail.com ou alba@isfic.ac.mz

O arquivo a ser enviado deve estar em formato Microsoft® Word® tipo carta (21,5 x 29,7). O texto deve ter espaçamento entre linhas simples, espaço de 6 pts antes e depois do parágrafo. A fonte deve ser Times New Roman, tamanho 12. As expressões em língua estrangeira devem ser escritos em itálico. Todas as ilustrações, figuras e tabelas devem estar dentro do texto no local que lhes corresponde e não no final, portanto não são aceites anexos. Deve ter no mínimo 10 referências bibliográficas e no máximo 20, escritas no estilo APA (*American Psychological Association*) sétima edição.

LINK DA REVISTA CIENTÍFICA ALBA
https://alba.ac.mz

ALBA

ISFIC RESEARCH AND SCIENCE JOURNAL

Onde nasce a Ciência

INDEXADA EM: Google académico

Aceda em: https://alba.ac.mz

Maputo . Moçambique